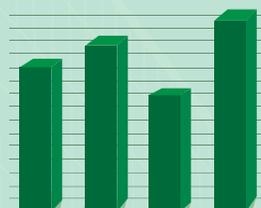


# REVISTA CTEO



Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

v. 4 n. 1 janeiro/dezembro 2015



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO PAULO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

# REVISTA CTEO

Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

v. 4 n. 1 janeiro/dezembro 2015

São Paulo

ISSN 2316-8005

## Expediente

**Editor** Rodrigo Mantovani Policano

**Comissão Editorial** Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre, Thiago de Carvalho Alves

**Equipe Técnica** Consultores Técnicos Economistas: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre, Thiago de Carvalho Alves

**Capa** Equipe de Comunicação - CCI.3

Revista CTEO Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100, 2º andar, sala 212-B - Bela Vista, São Paulo - SP

CEP 01319-900

e-mail: [cte2@camara.sp.gov.br](mailto:cte2@camara.sp.gov.br)

[www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br)

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP – SGP.32

Revista CTEO Consultoria Técnica de Economia e Orçamento / Câmara Municipal de São Paulo - vol. 4, n. 1 (2015) - São Paulo: CMSP, 2015-

Anual

ISSN 2316 - 8005

1. Orçamento público- Periódicos 2. Finanças públicas - Periódicos I. Câmara Municipal de São Paulo.

CDU 336.1

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-Usos Não-Comerciais 3.0 Unported (CC-BY-NC 3.0)

# 16ª Legislatura - 2015

## Mesa Diretora:

**Presidente: Antonio Donato**  
**1º Vice-Presidente: Edir Sales**  
**2º Vice-Presidente: Toninho Paiva**  
**1º Secretário: Aurélio Nomura**  
**2º Secretário: Paulo Frange**  
**1º Suplente: Eduardo Tuma**  
**2º Suplente: Noemi Nonato**

## Vereadores:

Abou Anni	Laércio Benko
Adilson Amadeu	Mario Covas Neto
Adolfo Quintas	Marquito
Alessandro Guedes	Milton Leite
Alfredinho	Natalini
Andrea Matarazzo	Nelo Rodolfo
Anibal de Freitas	Ota
Ari Friedenbach	Patrícia Bezerra
Arselino Tatto	Paulo Fiorilo
Atilio Francisco	Pr. Edemilson Chaves
Aurélio Miguel	Quito Formiga
Calvo	Reis
Claudininho de Souza	Ricardo Nunes
Conte Lopes	Ricardo Teixeira
Dalton Silvano	Ricardo Young
David Soares	Salomão Pereira
Eliseu Gabriel	Sandra Tadeu
George Hato	Senival Moura
Gilson Barreto	Souza Santos
Jair Tatto	Toninho Vespoli
Jamil Murad	Ushitaro Kamia
Jonas Camisa Nova	Valdecir Cabrabom
José Police Neto	Vavá
Juliana Cardoso	Wadih Mutran

## Sumário

<b>A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento.....</b>	<b>6</b>
---	----------

<b>Orçamento .....</b>	<b>8</b>
------------------------	----------

1. Orçamento Aprovado - 2015.....	9
2. Execução Orçamentária 2014.....	15
3. Considerações sobre a Execução Orçamentária 2014 dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo.....	28
4. Panorama sobre a Execução Orçamentária dos Municípios da RMSP de 1998 a 2012.....	40
5. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016.....	55
6. Despesas e Receitas Orçamentárias Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo - 2013.....	64
7. Proposta Orçamentária para 2016.....	89
8. Empresas Municipais na Proposta Orçamentária para 2016.....	109

<b>Finanças Públicas.....</b>	<b>118</b>
-------------------------------	------------

9. Arrecadação de ICMS entre os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo.....	119
10. Perspectivas para a Arrecadação dos Tributos Municipais – 2015.....	128
11. Precatórios Judiciais.....	137
12. Previdência Social no Município de São Paulo.....	144
13. Arrecadação de ISS por Grupo de Serviços.....	156
14. IFGF - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - Edição 2015.....	165
15. Superávit Financeiro no Município de São Paulo.....	180

**Economia Urbana.....188**

16. Produto Interno Bruto Municipal de 2012.....189

17. Comércio Exterior da Região Metropolitana de São Paulo.....200

**Desenvolvimento Urbano.....217**

18. Mobilidade Urbana na RMSP - Pesquisa de Mobilidade 2012.....218

19. Saneamento Básico na Região Metropolitana de São Paulo  
RMSP - 2013.....237

**Desenvolvimento Humano.....248**

20. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Regiões  
Metropolitanas.....249

21. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Município  
de São Paulo.....259

22. IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social.....269

23. Índice de Oportunidades da Educação Brasileira - IOEB.....282

## **A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento – CTEO**

Ao final de mais um ano de atividades, a Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - CTEO apresenta o quarto número da Revista CTEO, na qual são publicados estudos e pesquisas elaborados pelo seu corpo técnico ao longo dos últimos 12 meses.

Departamento ligado diretamente à Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo – CMSP, a CTEO foi criada em 2007, no contexto de uma reforma administrativa da Casa. Desde a sua implantação, a consultoria está estruturada com quatro unidades: o gabinete do Consultor Geral de Economia e Orçamento, CTEO-1 (Equipe de Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo); CTEO-2 (Equipe de Assessoria e Consultoria de Controle Externo) e CTEO-3 (Equipe de Assessoria e Consultoria Administrativa e de Planejamento Orçamentário).

Entre outras atividades, compete à CTEO-1 assessorar a Comissão de Finanças e Orçamento no exame técnico das matérias legislativas sujeitas ao seu estudo e prestar apoio técnico ao processo legislativo referente aos projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual. Entre as tarefas desempenhadas por CTEO-2, está a elaboração dos boletins mensais, através dos quais cumpre o seu papel de realizar pesquisas e estudos e de acompanhar a execução orçamentária da gestão fiscal do município. CTEO-3 participa do processo de planejamento e elaboração da proposta orçamentária anual e do plano plurianual da Câmara Municipal, bem como acompanha a sua execução.

Desde o ano 2012, a CTEO, anualmente, disponibiliza sua publicação 'Revista CTEO', que é constituída por uma coletânea das pesquisas e estudos, originalmente, divulgados nos boletins 'Indicador Paulistano' e 'Indicador Metropolitano' produzidos pela consultoria.

O Indicador Paulistano é uma publicação mensal com informações sobre a arrecadação das receitas e a execução das despesas orçamentárias da cidade de São Paulo, analisando, ainda, a conjuntura e os indicadores econômicos relevantes para as finanças do município. Através de estudos específicos, o Indicador Paulistano aborda assuntos de interesse para a cidade sempre com foco nos aspectos atinentes às finanças públicas e o orçamento.

O Indicador Metropolitano, outra publicação mensal da CTEO, apresenta estudos sobre os municípios da região metropolitana de São Paulo, concentrando-se nas questões relativas à economia e ao desenvolvimento regional. Além do estudo técnico, essa publicação divulga, também, a cada edição um acompanhamento da arrecadação das receitas e da execução das despesas orçamentárias dos 39 municípios que integram a região metropolitana de São Paulo.

Compõem esta edição da Revista CTEO os estudos apresentados no 'Indicador Paulistano' e no 'Indicador Metropolitano' dos meses de dezembro/2014 a novembro/2015. Os estudos estão organizados em 5 tópicos: Orçamento, Finanças Públicas, Economia Urbana, Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Humano.

Deseja-se, por meio das pesquisas produzidas pela CTEO, contribuir para uma melhor compreensão da complexa realidade na qual os cidadãos de São Paulo convivem e, assim, através da produção do conhecimento, colaborar com o debate legislativo municipal.

# **Coletânea de Estudos**

## *Orçamento*

---

## 1. Orçamento Aprovado 2015\*

No dia 19 de dezembro, a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP aprovou, em definitivo, o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2015.

Desde o recebimento da proposta orçamentária pela CMSP, a Comissão de Finanças e Orçamento - CFO da CMSP iniciou a análise e a discussão do projeto. O projeto original enviado pelo Executivo previa receita total de R\$ 51.332.748.121,00. Durante a tramitação do projeto, o valor da receita foi suplementado em R\$ 61 milhões, totalizando R\$ 51.393.748.121,00. O aumento da receita deu-se em razão da previsão de ingresso de recursos com o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI 2014 (R\$ 31 milhões) e da venda da folha de pagamento da Prefeitura para o Banco do Brasil (R\$ 30 milhões).

As Tabelas 4.1 e 4.2, a seguir, apresentam os valores das despesas detalhadas, respectivamente, por função e órgão do orçamento aprovado comparativamente aos valores da proposta original encaminhada pelo Executivo.

---

\* Publicado no Indicador Paulistano n° 54 - dezembro/2014.

**Tabela 4.1 - Orçamento 2015 – Proposta Executivo e Orçamento Aprovado  
Despesas por Função**

<b>Função</b>	<b>Proposta Executivo</b>	<b>Diferença</b>	<b>Orçamento Aprovado</b>
01 Legislativa	851.770.000	-27.000.000	824.770.000
02 Judiciária	179.133.118	1.000	179.134.118
04 Administração	940.619.236	174.509.911	1.115.129.147
05 Defesa Nacional	506.908	0	506.908
06 Segurança Pública	510.500.158	1.900.000	512.400.158
07 Relações Exteriores	405.000	0	405.000
08 Assistência Social	1.185.992.464	4.537.675	1.190.530.139
09 Previdência Social	7.611.951.193	50.000	7.612.001.193
10 Saúde	9.225.346.752	14.608.384	9.239.955.136
11 Trabalho	200.082.675	311.000	200.393.675
12 Educação	9.903.898.707	1.592.000	9.905.490.707
13 Cultura	554.463.980	-4.266.942	550.197.038
14 Direitos da Cidadania	116.954.362	5.944.931	122.899.293
15 Urbanismo	4.978.479.295	177.662.570	5.156.141.865
16 Habitação	2.302.792.594	-4.403.867	2.298.388.727
17 Saneamento	1.163.018.691	358.426	1.163.377.117
18 Gestão Ambiental	301.405.397	-41.727.507	259.677.890
23 Comércio e Serviços	109.555.000	50.000	109.605.000
24 Comunicações	217.893.800	-1.500.000	216.393.800
26 Transporte	4.363.854.955	4.880.080	4.368.735.035
27 Desporto e Lazer	658.143.587	36.889.250	695.032.837
28 Encargos Especiais	5.845.980.249	-173.397.911	5.672.582.338
99 Reserva de Contingência	110.000.000	-109.999.000	1.000
<b>Total</b>	<b>51.332.748.121</b>	<b>61.000.000</b>	<b>51.393.748.121</b>

**Tabela 4.2 - Orçamento 2015 – Proposta Executivo e Orçamento Aprovado  
Despesas por Órgão**

<b>Órgão</b>	<b>Proposta Executivo</b>	<b>Diferença</b>	<b>Orçamento Aprovado</b>
01 Autarquia Hospitalar Municipal	1.298.641.021	2.393.129	1.301.034.150
02 Hospital do Servidor Público Municipal	296.405.792	793.384	297.199.176
03 Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	5.540.681.592	50.000	5.540.731.592
04 Serviço Funerário do Município de São Paulo	166.000.000	8.990.000	174.990.000
09 Câmara Municipal de São Paulo	575.390.000	-27.000.000	548.390.000
10 Tribunal de Contas do Município de São Paulo	268.920.000	0	268.920.000
11 Secretaria do Governo Municipal	267.721.433	121.800.000	389.521.433
12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	601.261.990	-73.265.220	527.996.770
13 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	270.580.850	-5.000.000	265.580.850
14 Secretaria Municipal de Habitação	1.174.885.021	-2.700.000	1.172.185.021
16 Secretaria Municipal de Educação	9.790.906.985	1.442.000	9.792.348.985
17 Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	431.379.612	0	431.379.612
19 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	539.880.708	33.444.536	573.325.244
20 Secretaria Municipal de Transportes	2.045.155.785	-734.920	2.044.420.865
21 Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	187.431.459	1.000	187.432.459
22 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.613.014.994	18.099.225	1.631.114.219
23 Secretaria Municipal de Serviços	63.365.896	-2.617.787	60.748.109
24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	177.849.160	-3.000	177.846.160
25 Secretaria Municipal de Cultura	395.315.379	8.583.058	403.898.437
27 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	221.697.558	-42.127.507	179.570.051
28 Encargos Gerais do Município	8.071.066.538	3.344.714	8.074.411.252
30 Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	193.651.818	661.000	194.312.818
31 Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	6.381.059	0	6.381.059

**Tabela 4.2 - Orçamento 2015 – Proposta Executivo e Orçamento Aprovado  
Despesas por Órgão**

<b>Órgão</b>	<b>Proposta Executivo</b>	<b>Diferença</b>	<b>Orçamento Aprovado</b>
32 Controladoria Geral do Município de São Paulo	20.389.803	-800.000	19.589.803
34 Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	68.849.419	421.799	69.271.218
36 Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	17.783.985	-61.868	17.722.117
37 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	881.089.400	-2.526.568	878.562.832
38 Secretaria Municipal de Segurança Urbana	469.895.108	1.900.000	471.795.108
39 Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	12.839.093	5.730.000	18.569.093
40 Secretaria Municipal de Relações Governamentais	13.505.062	5.660.000	19.165.062
41 Subprefeitura Perus	25.986.985	5.266.435	31.253.420
42 Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	36.123.029	8.154.514	44.277.543
43 Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	33.153.745	7.259.239	40.412.984
44 Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	25.959.378	7.113.221	33.072.599
45 Subprefeitura Santana/Tucuruvi	34.315.606	5.716.325	40.031.931
46 Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	29.944.414	6.456.369	36.400.783
47 Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	32.565.895	5.479.866	38.045.761
48 Subprefeitura Lapa	36.054.635	7.779.041	43.833.676
49 Subprefeitura Sé	66.674.887	8.741.502	75.416.389
50 Subprefeitura Butantã	44.363.035	5.857.869	50.220.904
51 Subprefeitura Pinheiros	39.408.278	3.878.360	43.286.638
52 Subprefeitura Vila Mariana	35.293.605	2.583.940	37.877.545
53 Subprefeitura Ipiranga	41.731.313	5.813.731	47.545.044
54 Subprefeitura Santo Amaro	36.429.749	13.062.835	49.492.584
55 Subprefeitura Jabaquara	27.680.889	2.831.929	30.512.818
56 Subprefeitura Cidade Ademar	27.835.043	12.034.687	39.869.730

**Tabela 4.2 - Orçamento 2015 – Proposta Executivo e Orçamento Aprovado  
Despesas por Órgão**

<b>Órgão</b>	<b>Proposta Executivo</b>	<b>Diferença</b>	<b>Orçamento Aprovado</b>
57 Subprefeitura Campo Limpo	47.953.079	12.407.452	60.360.531
58 Subprefeitura M'Boi Mirim	37.610.337	11.791.217	49.401.554
59 Subprefeitura Capela do Socorro	39.685.059	15.048.104	54.733.163
60 Subprefeitura Parelheiros	31.446.533	8.792.850	40.239.383
61 Subprefeitura Penha	45.984.185	5.495.305	51.479.490
62 Subprefeitura Ermelino Matarazzo	27.320.970	6.097.276	33.418.246
63 Subprefeitura São Miguel	42.864.903	6.097.376	48.962.279
64 Subprefeitura Itaim Paulista	34.103.795	7.866.840	41.970.635
65 Subprefeitura Moóca	42.683.228	3.512.540	46.195.768
66 Subprefeitura Aricanduva/Formosa/ Carrão	36.008.348	7.572.042	43.580.390
67 Subprefeitura Itaquera	42.401.286	9.056.184	51.457.470
68 Subprefeitura Guaianases	36.745.511	5.591.009	42.336.520
69 Subprefeitura Vila Prudente	31.770.191	4.112.806	35.882.997
70 Subprefeitura São Mateus	54.919.653	5.672.388	60.592.041
71 Subprefeitura Cidade Tiradentes	23.490.476	4.579.841	28.070.317
72 Subprefeitura de Sapopemba	19.553.615	9.640.357	29.193.972
74 Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	155.292.800	-121.600.000	33.692.800
75 Fundo Municipal de Parques	1.000	0	1.000
76 Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	4.610.000	0	4.610.000
77 Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	2.850.000	0	2.850.000
78 Secretaria Municipal de Licenciamento	70.406.193	170.000	70.576.193
79 Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	17.611.865	-145.000	17.466.865
80 Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	21.672.223	150.000	21.822.223

**Tabela 4.2 - Orçamento 2015 – Proposta Executivo e Orçamento Aprovado  
Despesas por Órgão**

<b>Órgão</b>	<b>Proposta Executivo</b>	<b>Diferença</b>	<b>Orçamento Aprovado</b>
81 Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	2.063.937.338	-2.170.104	2.061.767.234
83 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	201.736.521	-1.703.867	200.032.654
84 Fundo Municipal de Saúde	7.630.299.939	11.421.871	7.641.721.810
85 Fundação Theatro Municipal de São Paulo	122.165.121	-14.000.000	108.165.121
86 Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	614.000.000	0	614.000.000
87 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.393.925.997	5.685.000	1.399.610.997
88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	463.480	100.000	563.480
89 Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	3.200.000	100.000	3.300.000
90 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	114.762.683	0	114.762.683
91 Fundo Municipal de Habitação	134.250.971	0	134.250.971
93 Fundo Municipal de Assistência Social	928.190.388	4.190.675	932.381.063
94 Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	79.707.839	400.000	80.107.839
95 Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	2.190.000	0	2.190.000
96 Fundo Municipal de Turismo	1.000	0	1.000
97 Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	1.500.000	0	1.500.000
98 Fundo de Desenvolvimento Urbano	509.000.000	0	509.000.000
99 Fundo Municipal de Iluminação Pública	300.974.588	560.000	301.534.588
Reserva de Contingência	110.000.000	-109.999.000	1.000
<b>Total</b>	<b>51.332.748.121</b>	<b>61.000.000</b>	<b>51.393.748.121</b>

## 2. Execução Orçamentária 2014 (valores provisórios)\*

Este artigo apresenta uma síntese da execução orçamentária municipal no exercício 2014. Os dados foram obtidos do Portal da Transparência da PMSP (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/home.aspx>) e do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF, sendo dados preliminares, portanto, sujeitos a alterações. Os dados definitivos serão apresentados no Balanço Anual da Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP.

O Orçamento Consolidado (Administração Direta e Indireta) aprovado para o ano de 2014 englobou despesas no valor de R\$ 50,6 bilhões. Ao longo do exercício, o valor do orçamento foi atualizado para R\$ 51,0 bilhões, sendo a suplementação de R\$ 386,3 milhões advinda de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

No exercício de 2014, a execução das despesas orçamentária totalizou R\$ 43,5 bilhões (valores empenhados), representando um crescimento nominal de 11,0% em relação à execução do ano anterior. Desse valor total empenhado, foram pagos ao longo do ano R\$ 41,4 milhões. Os empenhos não pagos, no valor de R\$ 2,1 bilhões, são inscritos em restos a pagar. Em se confirmando esses valores (os dados são provisórios), no exercício 2014, as despesas inscritas em restos a pagar teriam representado 4,8% da despesa total empenhada. No exercício 2013, os restos a pagar corresponderam a 6,8% da despesa empenhada.

**Tabela 4.1 - Síntese da Execução Orçamentária - 2013 e 2014**

	2013	2014	Var.% 2014/2013
Orçamento Inicial	42.041.788.033	50.569.325.587	20,3%
Orçamento Atualizado	42.602.559.286	50.955.635.534	19,6%
Despesa Empenhada	39.136.092.195	43.458.155.458	11,0%
Despesa Paga	36.485.494.843	41.363.349.224	13,4%
Restos a Pagar	2.650.597.352	2.094.806.234	-21,0%

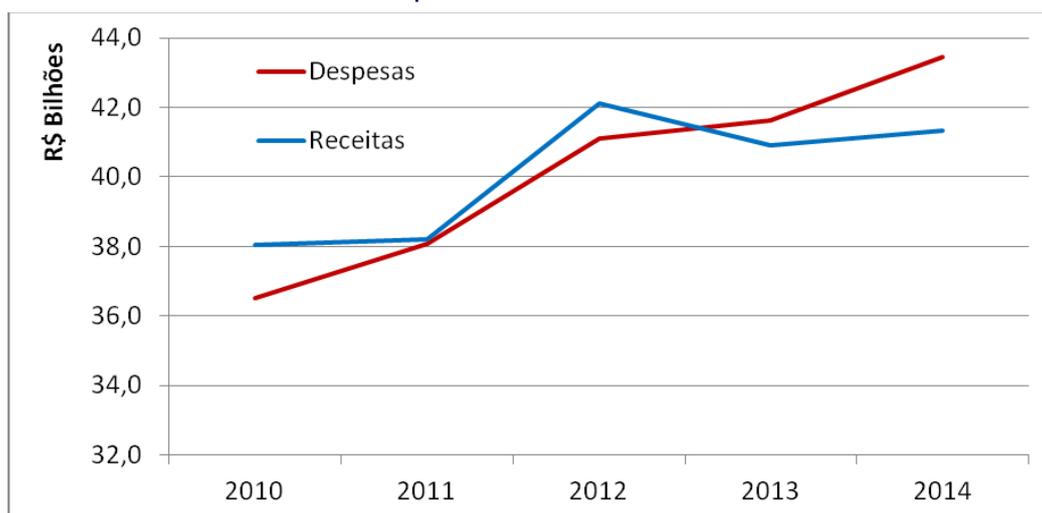
Fonte: Dados obtidos no Portal da Transparência SP - acesso em 30/01/2014

[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

A receita arrecadada (administração direta e indireta) durante o exercício 2014 totalizou R\$ 41,3 bilhões, o que representa um crescimento de 7,5% em relação as receitas relativas ao ano de 2013. O Gráfico 4.1 ilustra a evolução anual da execução orçamentária do município dos últimos 5 anos.

\*Publicado no Indicador Paulistano n° 55 - janeiro/2015.

**Gráfico 4.1 - Receitas e Despesas Orçamentárias – 2010 a 2014 em R\$ bilhão de 2014**

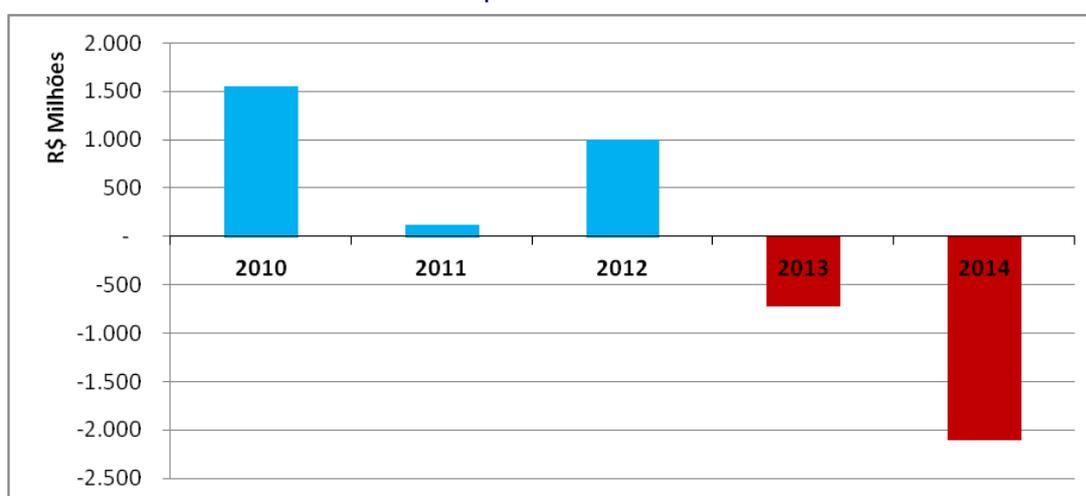


Fonte: Porta da Transparência SP - acesso em 26/01/2014

[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

A diferença entre o valor total das receitas orçamentárias e das despesas orçamentárias representa o resultado orçamentário do exercício. No confronto da receita com a despesa orçamentária, apurou-se um déficit orçamentário de R\$ 2,1 bilhões, o que corresponde a 5,1% das receitas arrecadadas. Em 2013, o déficit orçamentário foi de 1,8% das receitas arrecadadas. O Gráfico 4.2 mostra a evolução anual do superávit/déficit orçamentário de 2010 a 2014.

**Gráfico 4.2 - Superávit/Déficit Orçamentário - 2010 a 2014 em R\$ bilhão de 2014**

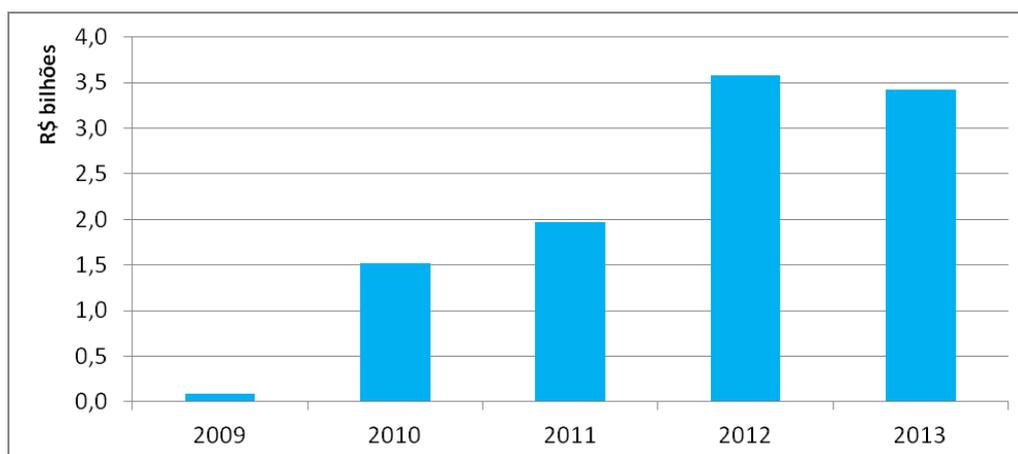


Fonte: Balanços Anuais da PMSP 2010 a 2013 e Portal da Transparência SP - acesso em 26/01/2014

[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

É importante ressaltar que os déficits orçamentários registrados em 2013 e 2014 ocorreram num contexto em que houve, anteriormente, um acúmulo de recursos resultante dos superávits de exercícios anteriores. Essa disponibilidade existente de recursos pode ser observada, no Gráfico 4.3, através da evolução em cada exercício dos saldos acumulados (superávit financeiro). Ao final de 2013, havia acumulado R\$ 3,4 bilhões de recursos disponíveis.

**Gráfico 4.3 - Saldos Acumulados - Superávit Financeiro - 2009 a 2013**



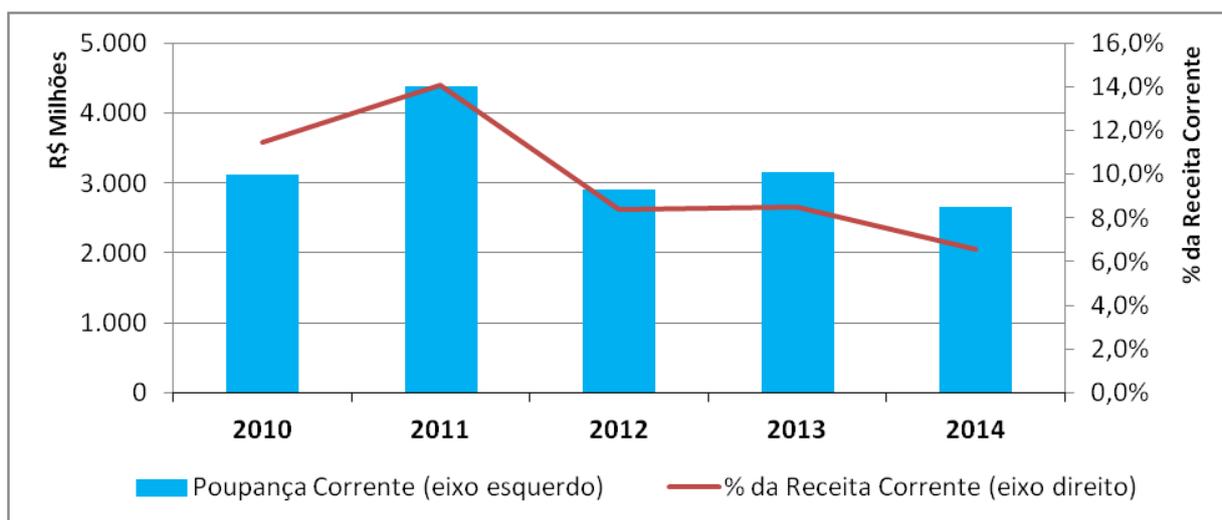
Fonte: Balanços Patrimoniais da PMSP de 2009 a 2013

Outra importante questão que deve ser considerada é a natureza das receitas e despesas públicas. A Poupança Corrente, que é calculada pela diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, é um indicador relevante que permite mensurar o quanto dos recursos correntes do município estão sendo “economizados” para a realização de despesas de capital, que são constituídas por investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

Apesar do déficit orçamentário, no exercício 2014, houve uma poupança corrente de R\$ 2,65 bilhões, representando 6,6% da receita corrente arrecadada. Ou seja, recursos correntes serviram para financiar despesas de capital, que por sua vez superaram as receitas de capital.

Em 2013, a poupança foi de R\$ 3,16 bilhões, correspondendo a 8,5% da receita corrente do ano. O Gráfico 4.3 apresenta a evolução, em termos reais, do valor da poupança corrente e do percentual que ela representou da receita corrente do respectivo ano.

**Gráfico 4.3 - Poupança Corrente e % da Receita Corrente - 2010 a 2014 em R\$ bilhão de 2014**

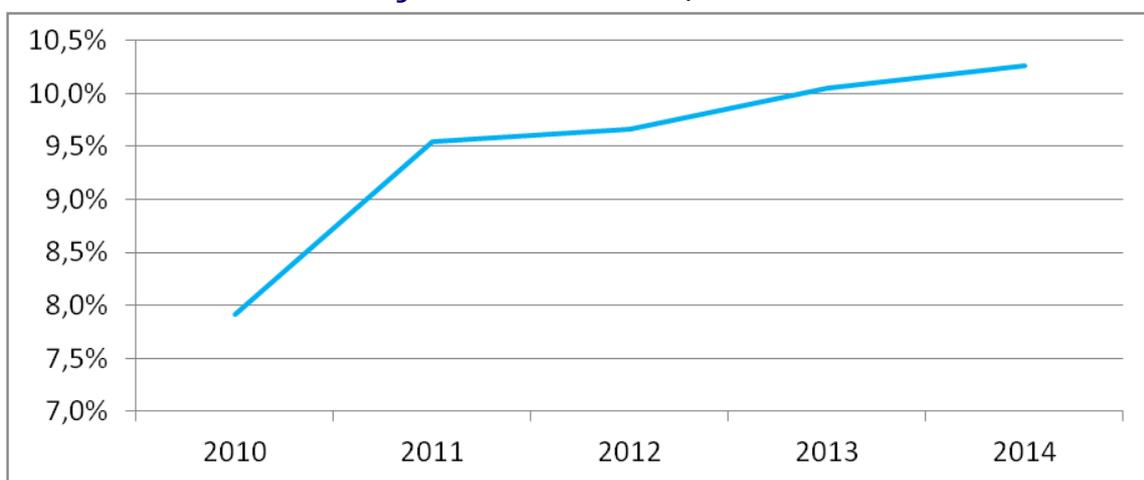


Fonte: Balanços Anuais 2010 a 2013 e Porta da Transparência SP - acesso em 26/01/2014

[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

Em 2014, os investimentos realizados atingiram o valor de R\$ 4,2 bilhões, aumentando 9,8% em relação ao valor investido no exercício de 2013. Um fato importante é o crescimento, nos últimos anos, dos investimentos em relação à receita total arrecadada (investimentos/receita). Em 2014, os investimentos alcançaram um valor equivalente a 10,3% da receita total. O Gráfico 4.5 ilustra a evolução recente da razão investimentos/receita.

**Gráfico 4.5 - Relação Investimentos / Receita - 2010 a 2014**



Fonte: Portal da Transparência SP - acesso em 29/01/2014

[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

## Metas Fiscais - Resultado Primário e Nominal

O resultado primário representa a diferença entre as receitas não financeiras e despesas não financeiras. É um indicador que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. Quanto maior o valor do resultado primário, melhor é a situação fiscal. Originalmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014 (Lei 15.841/2013) havia definido a meta de resultado primário, para o ano de 2014, em R\$ 2,11 bilhões. A LDO 2015 revisou a meta para R\$ 1,11 bilhão e a Lei Orçamentária 2015 a reduziu para R\$ 50 milhões. O resultado primário realizado foi de R\$ 1,2 bilhões, cumprindo, portanto, a meta definida na LOA 2015 (Tabela 4.6).

**Tabela 4.6 - Resultado Primário e Nominal 2014 em R\$ mil**

<b>Metas Fiscais</b>	<b>Meta</b>	<b>Realizado</b>
Resultado Primário	50.000	1.235.184
Resultado Nominal	8.012.410	5.928.556

Fonte: Demonstrativo do Resultado Primário e Demonstrativo do Resultado Nominal, DOC 30/01/2015, pág. 86

O resultado nominal é medido como o valor do crescimento da dívida fiscal líquida, portanto, diferentemente do resultado primário, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal. A LDO 2015 estabeleceu para 2014 uma meta de resultado nominal (ou crescimento da dívida) de R\$ 6,81 bilhões e a LOA 2015 aumentou este valor para R\$ 8,01 bilhões. No exercício 2014, o resultado nominal alcançado foi de R\$ 5,9 bilhões.

## Despesas Constitucionais - Saúde e Educação

Com relação aos gastos constitucionais e legais nas áreas de saúde e educação, a execução orçamentária destinou o equivalente a 33,7% (R\$ 10,3 bilhões) da Receita Resultante de Impostos às despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva, atendendo ao art. 208 da Lei Orgânica do Município, que estabelece 31,0% como o mínimo obrigatório. Em cumprimento ao art. 212 da Constituição Federal e ao art. 2º da Lei nº 13.245/01, que fixam 25,0% como o mínimo obrigatório, ao longo do exercício 2014, foram aplicados de 29,4% (R\$ 9,0 bilhões) da Receita Resultante de Impostos, especificamente, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**Tabela 4.5 - Despesas Constitucionais - Saúde e Educação em % da Receita Resultante de Impostos**

	<b>Mínimo Legal</b>	<b>Execução 2014</b>
<b>Educação</b> (CF art. 212 e LOM art. 208)		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,0%	29,4%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino + Educação Inclusiva	31,0%	33,7%
<b>Saúde</b> (EC 29/00)	15,0%	19,0%

Fonte: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Educação e Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde DOC 30/01/2015 pág. 5-7

Para as ações e serviços públicos de saúde, foram destinados 19,0% (R\$ 5,8 bilhões) da receita decorrente de impostos, em conformidade com a Emenda Constitucional 29/00 e com a Lei Complementar nº 141/12 que determinam a aplicação mínima de 15,0%.

## Administração Direta, Indireta e Legislativo

Quanto ao detalhamento institucional, a Prefeitura Municipal de São Paulo (Administração Direta) arrecadou receitas orçamentárias no valor de R\$ 38,4 bilhões e empenhou despesas no valor de R\$ 33,8 bilhões, registrando um superávit orçamentário de R\$ 4,6 bilhões. O conjunto dos demais órgãos (Administração Indireta e Poder Legislativo) registraram um déficit de R\$ 6,7 bilhões.

**Tabela 4.2 - Resultado Orçamentário - Adm. Direta, Adm. Indireta e Legislativo**

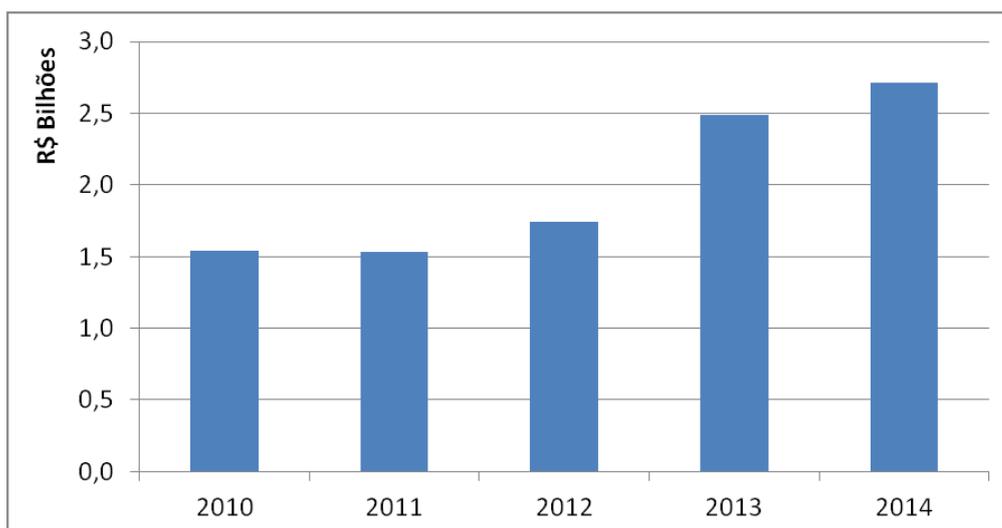
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Varição</b>
	<b>( I )</b>	<b>( II )</b>	<b>( II - I )</b>
<b>Administração Direta (PMSP)</b>			-
Receita	35.831.413.729	38.392.950.126	2.561.536.397
Despesa	31.062.164.922	33.769.938.455	2.707.773.533
<b>Superávit/Déficit ( I )</b>	<b>4.769.248.807</b>	<b>4.623.011.671</b>	<b>-146.237.136</b>
<b>Adm. Indireta + Legislativo</b>			
Receita	2.631.144.819	2.952.265.248	321.120.429
Despesa	8.073.927.274	9.688.217.002	1.614.289.728
<b>Superávit/Déficit ( II )</b>	<b>-5.442.782.455</b>	<b>-6.735.951.754</b>	<b>-1.293.169.299</b>
<b>Déficit Consolidado ( I + II )</b>	<b>-673.533.648</b>	<b>-2.112.940.083</b>	<b>-1.439.407.186</b>

Fonte: Balanço Anual 2013 e Portal da Transparência SP - acesso em 29/01/2014

[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

Dentre os órgãos da administração indireta, destaca-se, orçamentariamente, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM. Em 2014, as despesas empenhadas pelo IPREM foram de R\$ 5,3 bilhões, e as receitas foram de R\$ 2,6 bilhões, registrando um déficit orçamentário de R\$ 2,7 bilhões, montante 16% superior ao déficit do exercício de 2013. O Gráfico 4.4 ilustra a evolução anual do déficit do IPREM em R\$ de 2014.

**Gráfico 4.4 - Déficit IPREM - 2010 a 2014**  
Valores em R\$ bilhão de 2014



Fonte: Balanços Anuais 2010 a 2013 e Porta da Transparência SP - acesso em 26/01/2014  
[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

#### Detalhamento da Despesa

A Tabela 4.3 detalha as despesas por fonte de recursos durante a execução orçamentária de 2014, comparativamente, ao exercício 2013.

**Tabela 4.3 - Execução das Despesas por Fonte de Recursos - 2013 e 2014**

Fonte de Recurso	Empenhado 2013	Orçamento Atualizado 2014	Empenhado 2014	Var. % 14/13	% do Orç.
00 - TESOURO MUNICIPAL	27.621.593.048	33.165.326.018	31.227.123.167	13,1%	94,2%
01 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.240.912	49.985.715	5.750.102	156,6%	11,5%
02 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	2.753.399.639	6.407.562.035	3.105.059.716	12,8%	48,5%
03 - TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	550.199.784	862.472.319	601.643.400	9,3%	69,8%
04 - FUNDO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO	3.224.214.864	3.162.234.450	3.162.229.337	-1,9%	100,0%
05 - OUTRAS FONTES	48.870.612	82.174.216	32.811.442	-32,9%	39,9%
06 - RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.481.495.625	2.768.462.214	2.691.113.012	8,4%	97,2%
07 - RECEITA CONDICIONADA	-	468.738.539	0		0,0%
08 - TES. MUNICIPAL - RECURSOS VINCULADOS	2.443.458.561	3.923.808.366	2.616.878.288	7,1%	66,7%
09 - RECURSOS DA EMPRESA DEPENDENTE	10.619.150	64.871.661	15.546.995	46,4%	24,0%
<b>Total</b>	<b>39.136.092.195</b>	<b>50.955.635.534</b>	<b>43.458.155.458</b>	<b>11,0%</b>	<b>85,3%</b>

Fonte: Portal da Transparência SP - acesso em 26/01/2014

[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

Respondendo por 72% do total das despesas, a principal fonte são os recursos do próprio Tesouro Municipal (advindos da arrecadação de impostos, taxas, transferências constitucionais e outras receitas próprias). Os empenhos suportados por essa fonte de recursos foram

de R\$ 31,2 bilhões, atingindo 94,2% da previsão orçamentária. Comparativamente, a execução de 2013, houve um crescimento de 13,1% das despesas dessa fonte de recursos.

Outra importante fonte de recursos são as Transferências Federais, que atingiram um valor de R\$ 3,1 bilhões, apresentando um crescimento acima da média (12,8%). No entanto, em relação ao orçamento, a execução alcançou pouco menos da metade do previsto (48,5%).

A Tabela 4.4 apresenta a distribuição dos empenhos entre as funções de governo no exercício 2014.

**Tabela 4.4 - Execução das Despesas por Função de Governo - 2013 e 2014**

Função de Governo	Empenhado	Orçamento	Empenhado	Var. % 14/13	% do Orç.
12 - EDUCAÇÃO	8.118.008.811	9.439.689.997	8.856.461.585	9,1%	93,8%
10 - SAÚDE	7.122.435.446	8.516.496.057	7.699.150.052	8,1%	90,4%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.349.590.227	7.320.055.890	7.259.102.356	14,3%	99,2%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	4.414.950.259	5.852.551.997	5.289.273.873	19,8%	90,4%
15 - URBANISMO	4.499.775.655	5.855.982.063	4.528.300.538	0,6%	77,3%
26 - TRANSPORTE	2.781.881.401	4.995.824.598	3.581.102.531	28,7%	71,7%
16 - HABITAÇÃO	846.625.443	1.814.118.332	1.024.195.808	21,0%	56,5%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.008.230.856	1.098.447.831	1.004.558.284	-0,4%	91,5%
04 - ADMINISTRAÇÃO	426.388.519	919.044.816	732.096.356	71,7%	79,7%
01 - LEGISLATIVA	629.950.523	795.110.000	695.744.864	10,4%	87,5%
17 - SANEAMENTO	448.644.762	1.403.300.592	693.455.421	54,6%	49,4%
13 - CULTURA	352.768.124	490.262.797	436.918.112	23,9%	89,1%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	446.126.585	500.179.432	431.031.492	-3,4%	86,2%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	275.024.808	571.075.463	314.539.592	14,4%	55,1%
27 - DESPORTO E LAZER	290.901.723	543.624.370	280.771.065	-3,5%	51,6%
24 - COMUNICAÇÕES	213.733.656	222.576.390	215.027.196	0,6%	96,6%
02 - JUDICIÁRIA	160.969.150	155.977.737	151.114.459	-6,1%	96,9%
11 - TRABALHO	442.132.145	215.014.624	147.059.570	-66,7%	68,4%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	48.754.048	109.759.639	76.302.211	56,5%	69,5%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	141.992.014	122.979.265	38.408.832	-73,0%	31,2%
20 - AGRICULTURA	5.034.549	12.524.405	2.809.026	-44,2%	22,4%
05 - DEFESA NACIONAL	169.075	493.270	456.244	169,8%	92,5%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	6.537.265	544.970	275.992	-95,8%	50,6%
25 - ENERGIA	105.467.151		-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	1.000	0		0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>39.136.092.195</b>	<b>50.955.635.534</b>	<b>43.458.155.458</b>	<b>11,0%</b>	<b>85,3%</b>

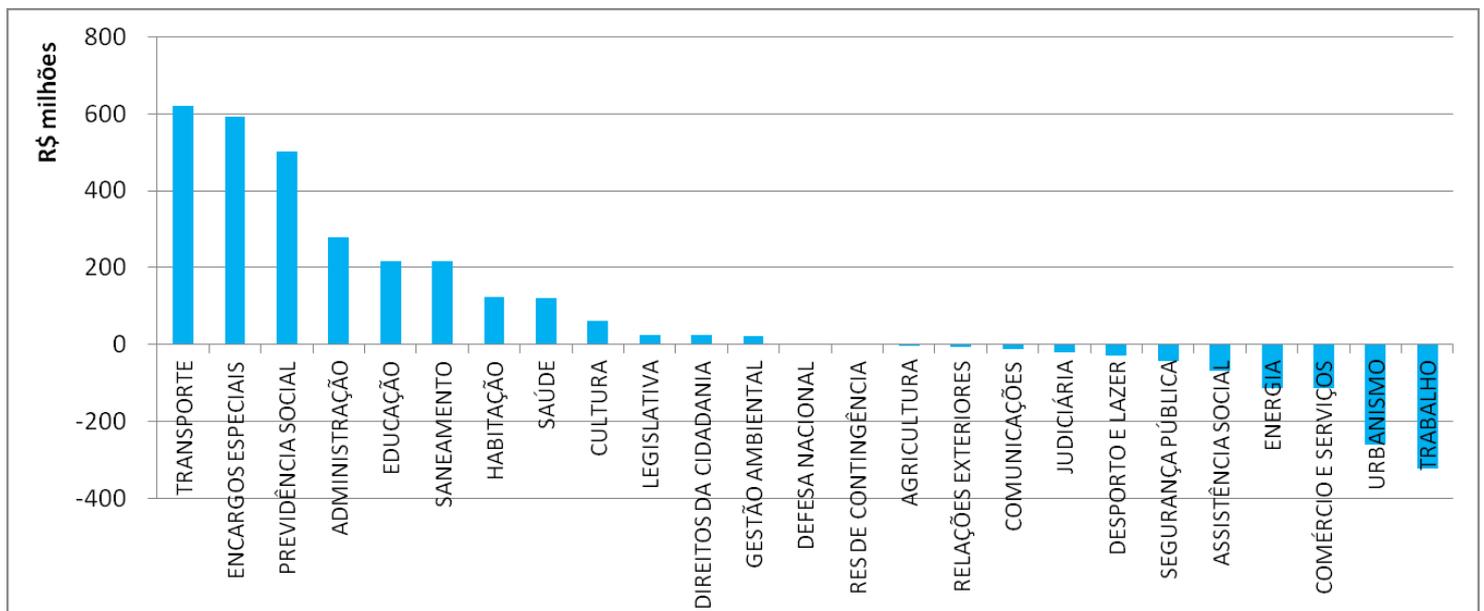
Fonte: Dados obtidos no Portal da Transparência SP - acesso em 29/01/2014

[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsvview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

As funções Educação e Saúde, que possuem vinculações constitucionais, são as mais representativas. Na função Educação foram empenhados R\$ 8,9 bilhões, correspondendo a 93,8% do previsto no orçamento e aumentando 9,1% em relação a 2013. Na função Saúde foram empenhados R\$ 7,7 bilhões, alcançando 90,4% da previsão orçamentária e registrando um crescimento de 8,1% em relação à execução 2013.

Uma forma de se analisar as prioridades da gestão ao longo do exercício é observar a variação em relação ao exercício 2013 do volume de recursos destinados para cada função. Atualizando monetariamente (pelo IPCA/IBGE) os dados da execução 2013 e calculando a diferença entre os montantes empenhados em 2014 e esses valores atualizado de 2013, temos o resultado no Gráfico 4.6.

**Gráfico 4.6 - Diferença entre os Empenhos 2014 e Empenhos (Atualizados) 2013 por Função**



Fonte: Dados obtidos no Portal da Transparência SP - acesso em 29/01/2014

[http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233\\_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426](http://rsv.prefeitura.sp.gov.br/default.aspx?rsview=Despesa233_RtpOrgExecutor&Prj=SF8426)

Sob esse critério, a função Transporte foi aquela com maior aumento de recursos. Com relação a função Encargos Especiais, a segunda maior, deve-se ressaltar que o aumento observado em 2014 tem como origem o valor extraordinariamente baixo verificado em 2013. A função Encargos Especiais é composta predominantemente pelos pagamento dos encargos da dívida pública municipal. Em 2013, houve um decréscimo extraordinário, no valor de R\$ 748 milhões relativos ao contrato de refinanciamento firmado com a União por conta do recálculo da receita líquida real do Município.

A Tabela 4.6 sintetiza os dados gerais da execução orçamentária 2014:

**Tabela 4.6 - Receitas e Despesas - Orçado e Executado 2014**

	<b>Orçamento 2014 (I)</b>	<b>Arrecadado/ Empenhado 2014 (II)</b>	<b>% do Orçado (II / I)</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>			
<b>Receitas Correntes</b>	<b>40.223.848.735</b>	<b>39.383.058.772</b>	<b>97,9%</b>
IPTU	6.648.709.835	5.939.961.002	<b>89,3%</b>
( - ) Receita Condicionada (Fonte 07)	805.625.003	-	<b>0,0%</b>
IPTU Líquido ( - Rec. Condicionada)	5.843.084.832	5.939.961.002	<b>101,7%</b>
ISS	10.774.689.288	11.249.806.819	<b>104,4%</b>
ITBI	1.480.773.443	1.492.507.295	<b>100,8%</b>
IR	1.333.909.288	1.418.173.815	<b>106,3%</b>
ICMS	7.114.850.097	6.802.640.475	<b>95,6%</b>
IPVA	2.063.130.914	2.182.347.006	<b>105,8%</b>
Total dos itens de impostos detalhados acima	29.416.062.865	29.085.436.413	<b>98,9%</b>
PPI	353.997.809	602.508.251	<b>170,2%</b>
Recursos SUS - Fundo a Fundo	1.986.647.210	1.636.680.496	<b>82,4%</b>
FUNDEB (bruto)	3.423.942.664	3.176.765.169	<b>92,8%</b>
Receitas de Valores Mobiliários (aplicações)	419.276.065	792.683.072	<b>189,1%</b>
<b>Operação Urbana Água Espreada</b>	-	121.000.221	
<b>Operação Urbana Água Espreada - Transportes</b>	-	7.568.581	
<b>Operação Urbana Faria Lima</b>	-	39.925.548	
<b>Operação Urbana Faria Lima - Transportes</b>	-	3.168.229	
<b>Fundo Especial Operação Urbana Água Branca</b>	-	21.935.649	
<b>Operação Urbana Centro</b>			
Fundurb	-	20.785.942	
Multas de Trânsito	1.190.500.000	899.556.117	<b>75,6%</b>
Demais Receitas Correntes	3.433.422.122	3.189.429.255	<b>92,9%</b>
(-) deduções da Rec. Corrente	(1.959.341.873)	(2.010.876.060)	<b>102,6%</b>
<b>Receitas Correntes - deduções (A)</b>	<b>38.264.506.862</b>	<b>37.372.182.712</b>	<b>97,7%</b>
<b>Receitas de Capital (B)</b>	<b>9.127.490.477</b>	<b>1.020.767.414</b>	<b>11,2%</b>
Operações de Crédito	49.985.715	5.500.000	<b>11,0%</b>
Transferências	5.935.670.564	648.536.591	<b>10,9%</b>
02 - União	5.452.827.050	296.185.016	<b>5,4%</b>
03 - Estado	482.843.514	352.351.575	<b>73,0%</b>
Cessão de Direitos Creditórios - PPI	370.000.000	-	<b>0,0%</b>
Cessão de Direitos Creditórios - FMSAI	360.000.000	-	<b>0,0%</b>
Operações Urbanas	1.173.478.564	2.073.140	<b>0,2%</b>
<b>Operação Urbana Água Espreada</b>	920.478.564	-	<b>0,0%</b>
<b>Operação Urbana Faria Lima</b>	50.000.000	-	<b>0,0%</b>
<b>Operação Urbana Água Branca</b>	200.000.000	-	<b>0,0%</b>
<b>Operação Urbana Centro</b>	3.000.000	-	<b>0,0%</b>
<b>Fundo Especial Operação Urbana Água Branca</b>	-	2.073.140	
Outorga Onerosa	498.000.000	206.776.882	<b>41,5%</b>
Demais Receitas de Capital	740.355.634	157.880.801	<b>21,3%</b>
<b>Total Líq. da Receita da Administração Direta</b>	<b>47.391.997.339</b>	<b>38.392.950.126</b>	<b>81,0%</b>

	<b>Orçamento 2014 (I)</b>	<b>Arrecadado/ Empenhado 2014 (II)</b>	<b>% do Orçado ( II / I )</b>
<b>Despesas Correntes - Total (C)</b>	<b>28.666.789.270</b>	<b>28.110.894.189</b>	<b>98,1%</b>
Despesas Correntes - Fonte 00	20.469.855.312	21.286.508.610	104,0%
Despesas Correntes - Outras Fontes	8.196.933.958	6.824.385.579	83,3%
<b>Operação Urbana Água Espreada</b>	-	389.570	
<b>Pessoal e Encargos - Total</b>	<b>10.070.082.171</b>	<b>9.665.522.458</b>	<b>96,0%</b>
Pessoal e Encargos - Fonte 00	6.414.156.868	6.333.717.901	98,7%
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	3.443.833.209	3.162.229.337	91,8%
PASEP	443.001.743	376.831.190	85,1%
Precatórios - despesa corrente	582.950.476	551.385.633	94,6%
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3.079.912.801</b>	<b>2.710.520.999</b>	<b>88,0%</b>
<b>Outras Despesas Correntes - Total</b>	<b>15.516.794.298</b>	<b>15.734.850.732</b>	<b>101,4%</b>
Outras Despesas Correntes - Fonte 00	11.080.516.893	12.242.269.711	110,5%
Outras Despesas Correntes - Outras Fontes	4.436.277.405	3.492.581.021	78,7%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST-PJ) - Total	11.136.175.556	11.265.234.086	101,2%
OST - PJ - Fonte 00	7.271.411.162	8.179.085.971	112,5%
OST - PJ - Outras Fontes	3.864.764.394	3.086.148.115	79,9%
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	1.488.609.171	1.707.670.000	114,7%
Outras Despesas Correntes - restante	2.892.009.571	2.761.946.646	95,5%
<b>Despesas de Capital (D)</b>	<b>12.288.381.209</b>	<b>5.659.044.266</b>	<b>46,1%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>10.356.200.439</b>	<b>4.044.551.529</b>	<b>39,1%</b>
Precatórios - despesa de capital	569.002.647	542.650.467	95,4%
Investimentos - fonte 00 - Tesouro Municipal	1.866.430.866	1.747.076.592	93,6%
Investimentos - fonte 01 - Operações de Crédito	49.985.715	5.750.102	11,5%
Investimentos - fonte 02 - Recursos Federais	5.376.822.026	480.832.027	8,9%
Investimentos - fonte 03 - Recursos Estaduais	483.835.134	419.769.697	86,8%
Investimentos - fonte 05 - Outras Fontes	10.001.000	1.632.395	16,3%
Investimentos - fonte 07 - Receita Condicionada	264.044.094	-	0,0%
Investimentos - fonte 08 - Recursos Vinculados	2.305.081.604	1.389.490.717	60,3%
<b>Operação Urbana Água Espreada</b>	<b>720.478.564</b>	<b>641.016.230</b>	<b>89,0%</b>
<b>Operação Urbana Faria Lima</b>	<b>50.000.000</b>	<b>62.830.972</b>	<b>125,7%</b>
<b>Operação Urbana Água Branca</b>	<b>200.000.000</b>	<b>125.498.412</b>	<b>62,7%</b>
<b>Operação Urbana Centro</b>	<b>3.000.000</b>	<b>2.760.000</b>	<b>92,0%</b>
<b>FUNDURB</b>	<b>498.000.000</b>	<b>346.908.127</b>	<b>69,7%</b>
<b>Demais - (fonte 08)</b>	<b>833.603.040</b>	<b>210.476.976</b>	<b>25,2%</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>366.614.000</b>	<b>129.987.041</b>	<b>35,5%</b>
<b>Operação Urbana Água Espreada</b>	<b>200.000.000</b>	<b>-</b>	<b>0,0%</b>
<b>Operação Urbana Faria Lima</b>			
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>1.565.566.770</b>	<b>1.484.505.696</b>	<b>94,8%</b>
Precatórios - total	1.151.953.123	1.094.036.100	95,0%
Pagamento Dívida - total	4.645.479.571	4.195.026.695	90,3%
<b>Reserva de Contingência (E)</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>	<b>0,0%</b>
<b>Despesa PMSP ( C + D + E )</b>	<b>40.955.171.479</b>	<b>33.769.938.455</b>	<b>82,5%</b>
Superávit Corrente ( I = A - C )	9.597.717.592	9.261.288.523	96,5%
Déficit de Capital ( II = B - D )	(3.160.890.732)	(4.638.276.852)	146,7%
Superávit Orçamentário ( I + II - E )	6.436.825.860	4.623.011.672	71,8%

	<b>Orçamento 2014 (I)</b>	<b>Arrecadado/ Empenhado 2014 (II)</b>	<b>% do Orçado ( II / I )</b>
<b>Receita Legislativo (Fundos CMSP* e TCMSP)</b>	<b>6.290.000</b>	<b>6.094.073</b>	<b>96,9%</b>
<b>Despesa Legislativo (CMSP* + TCMSP)</b>	<b>793.610.000</b>	<b>695.744.864</b>	<b>87,7%</b>
<b>Receita da Adm. Indireta</b>	<b>3.171.038.248</b>	<b>2.946.171.175</b>	<b>92,9%</b>
IPREM	2.725.172.043	2.612.579.138	<b>95,9%</b>
Autarquia Hospitalar	2.009.682	3.093.232	<b>153,9%</b>
HSPM	2.898.040	6.987.655	<b>241,1%</b>
AMLURB	85.248.646	67.684.745	<b>79,4%</b>
Demais	355.709.837	255.826.404	<b>71,9%</b>
<b>Despesa da Adm. Indireta</b>	<b>8.820.544.108</b>	<b>8.992.472.139</b>	<b>101,9%</b>
IPREM	5.018.017.486	5.325.071.332	<b>106,1%</b>
Autarquia Hospitalar	1.051.163.297	1.121.528.895	<b>106,7%</b>
HSPM	219.450.270	226.166.377	<b>103,1%</b>
AMLURB	2.011.462.245	1.890.026.375	<b>94,0%</b>
Demais	520.450.810	429.679.161	<b>82,6%</b>
<b>Déficit da Adm. Indireta</b>	<b>5.649.505.860</b>	<b>6.046.300.964</b>	<b>107,0%</b>
IPREM	2.292.845.443	2.712.492.193	<b>118,3%</b>
Autarquia Hospitalar	1.049.153.615	1.118.435.663	<b>106,6%</b>
HSPM	216.552.230	219.178.721	<b>101,2%</b>
AMLURB	1.926.213.599	1.822.341.630	<b>94,6%</b>
Demais	164.740.973	173.852.758	<b>105,5%</b>
<b>Receita Consolidada (Direta + Indireta)</b>	<b>50.569.325.587</b>	<b>41.345.215.374</b>	<b>81,8%</b>
<b>Total da Despesa Orçamentária</b>	<b>50.569.325.587</b>	<b>43.458.155.457</b>	<b>85,9%</b>
<b>Superávit/Déficit Consolidado</b>	<b>-</b>	<b>(2.112.940.083)</b>	
<b>Superávit Financeiro Utilizado</b>		<b>386.309.947</b>	

---

### **3. Considerações sobre a Execução Orçamentária 2014 dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo\***

#### **Introdução**

A Secretaria do Tesouro Nacional disponibiliza ao público, por meio do Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), mantido em parceria com a Caixa Econômica Federal, dados sobre as contas públicas dos municípios brasileiros. A seção de Execução Orçamentária deste boletim, que traz informações sobre as receitas e despesas dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, utiliza mensalmente os dados divulgados por esse sistema, mais especificamente o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Com o fechamento do ano de 2014 e a divulgação das informações de praticamente todos os grandes municípios da RMSP, o objetivo deste artigo é trazer um panorama geral desses dados, além de alguns indicadores selecionados, comparando principalmente com o mesmo período do ano anterior (2013). Na medida do possível, também será comparada a situação atual com os últimos 10 anos e como alguns desses indicadores evoluíram durante o período.

Como o Tesouro Nacional informa<sup>1</sup>, os municípios têm até o dia 30 de abril para o envio de suas contas, o que significa que nem todos já terão enviado. Para fins deste artigo, utilizaremos dados dos 23 municípios da região metropolitana de São Paulo que tiveram suas informações publicadas até 13 de março, a saber: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Cajamar, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itaquaquetuba, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santa Isabel, Santo André, São Bernardo, São Caetano e São Paulo. Dentre os 23 municípios disponíveis estão representados aproximadamente 89% da população da região e 95% do PIB de acordo com o últimos números divulgados pelo IBGE<sup>2</sup>.

---

1 - [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/contas-aneais](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-aneais).

2 - Estimativa considerando o PIB Municipal de 2012, último número divulgado pelo IBGE.

\* Publicado no Indicador Metropolitano n° 46 - março/2015.

---

## Dados Orçamentários

Em 2014, considerando os 23 municípios da região metropolitana com dados publicados no SISTN até 13 de março de 2015, a receita orçamentária arrecadada em 2014 pelo conjunto desses municípios foi de R\$ 59,671 bilhões, ante um valor de R\$ 55,412 bilhões em 2013 (crescimento nominal de aproximadamente 7,7%). Em termos reais<sup>3</sup>, o crescimento foi de 1,27%.

A receita corrente, que em 2013 ficou em R\$ 53,587 bilhões, em 2014 atingiu R\$ 57,935 bilhões, crescimento nominal de 8% e real de 1,68%. As transferências correntes tiveram variação nominal positiva de 4%, saindo de R\$ 22,543 bilhões em 2013 para R\$ 23,438 bilhões em 2014, no entanto, em termos reais, houve queda de aproximadamente 2,2%. O aumento modesto nas transferências resultou em uma variação positiva da participação da receita tributária dentro do grupo de receita corrente; de 43,80% para 45,16%. As receitas tributárias saíram de R\$ 23,519 bilhões em 2013 para R\$ 26,154 bilhões em 2014, um crescimento nominal de 11,25% e real de aproximadamente 4,62%.

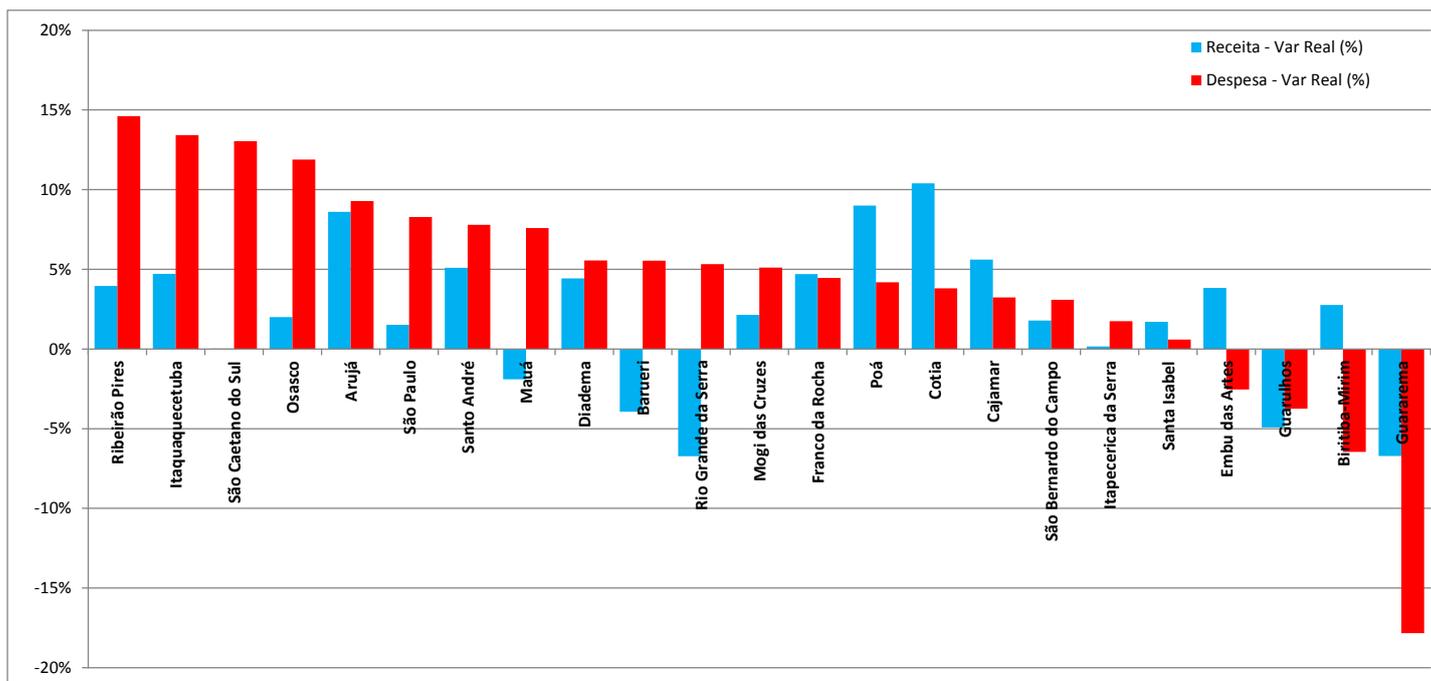
Do lado da despesa, as despesas orçamentárias liquidadas saltaram de R\$ 51,869 bilhões para R\$ 58,986 bilhões em 2014, crescimento nominal de 13,72% e real de 6,95%. O gasto com pessoal (liquidado), que foi de R\$ 20,184 bilhões em 2013 para R\$ 22,907 bilhões em 2014, subiu nominalmente 13,49% (variação real de aproximadamente 6,73%). O grupo mais abrangente, chamado de despesas correntes, subiu 12,72% (saindo de R\$ 46,223 bilhões em 2013 para R\$ 52,101 bilhões em 2014), o que significou um crescimento real aproximado de 6%.

Olhando para cada município individualmente, o gráfico 1.1 traz a variação real da receita orçamentária e da despesa orçamentária para o período de 2013-2014, lembrando que só estão listados no gráfico, por ordem de maior variação da despesa, os 23 municípios com dados referentes a 2014.

---

3 - Variação real de 2014/2013 calculada através de preços médios do IPCA. Todas as variações reais apresentadas neste artigo seguem a mesma metodologia de cálculo.

**Gráfico 1.1 - Variação Real (%) da Receita Orçamentária Arrecadada e Despesa Orçamentária Liquidada**



Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional

Dos 23 municípios considerados, apenas 8 municípios tiveram variação real das receitas maior que a variação das despesas: Franco da Rocha, Poá, Cotia, Cajamar, Santa Isabel, Embu das Artes, Biritiba Mirim e Guararema. No caso de Guararema e Guarulhos verificou-se variação negativa real para as duas variáveis consideradas, no entanto a despesa caiu, em termos reais, mais do que a receita em Guararema (-17,84% contra -6,7%) enquanto em Guarulhos foi a receita que sofreu a maior queda (-4,9% contra -3,74% das despesas).

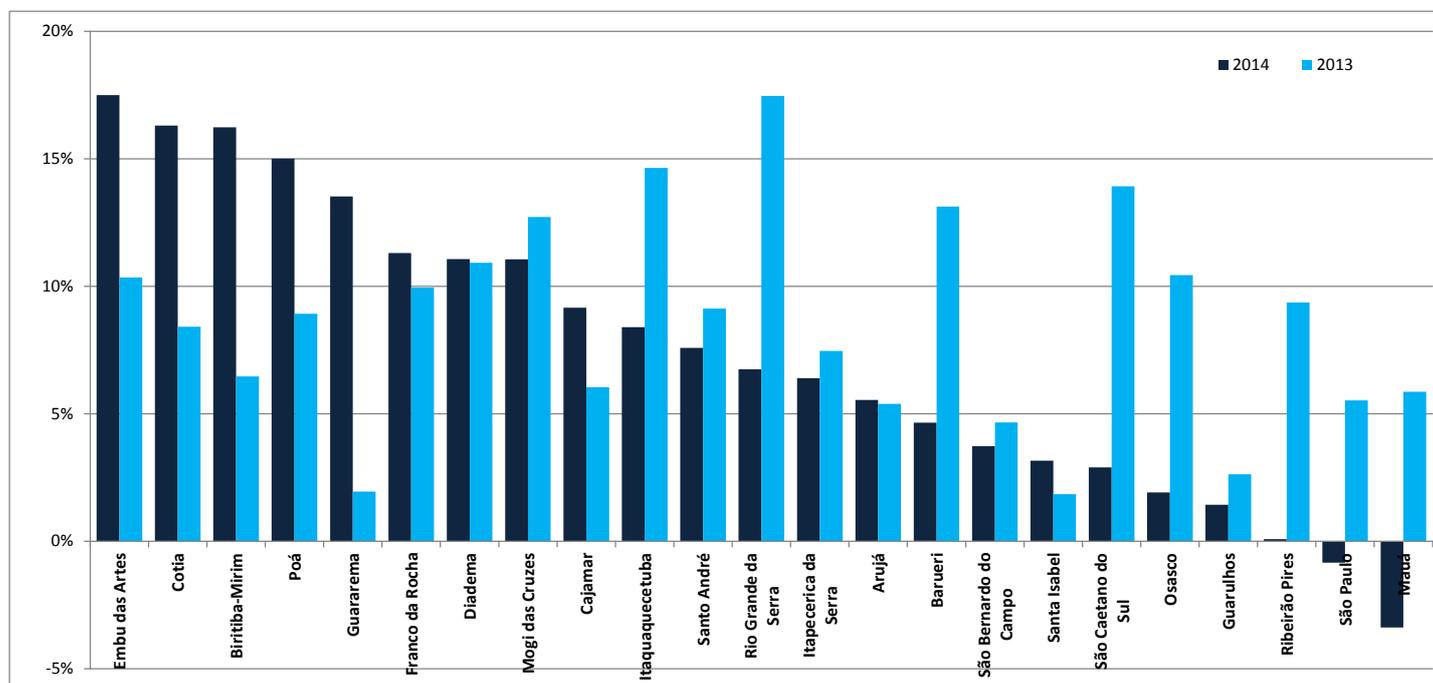
Ribeirão Pires, Itaquaquecetuba e São Caetano do Sul registraram os maiores crescimentos na despesa (14,60%, 13,42% e 13,04% respectivamente), enquanto Cotia (10,40%), Poá (9%) e Arujá (8,6%) foram os 3 municípios com a maior variação positiva na receita. Guararema registrou o maior decréscimo nas despesas liquidadas (-17,84%), mas também informou a maior queda de receita dentre os municípios considerados (-6,7%). O município de São Paulo, de acordo com os dados disponibilizados no SISTN, obteve um crescimento real da receita de 1,5% contra um crescimento de 8,28% nas despesas liquidadas.

Olhando para o saldo entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária, em 2014, 2 municípios apresentaram resultado orçamentário negativo: Mauá e São Paulo. Em 2013, nenhum município, segundo os dados do SISTN, registrou déficit orçamentário.

O gráfico 1.2 traz o saldo orçamentário como porcentagem da receita orçamentária

arrecadada para 2014 e 2013 (a ordem é do maior resultado percentual em 2014 para o menor). Municípios com déficit orçamentário apresentam percentual negativo, enquanto os superavitários aparecem com percentuais positivos.

**Gráfico 1.2 - Resultado Orçamentário como porcentagem da receita arrecada (2014 e 2013)**



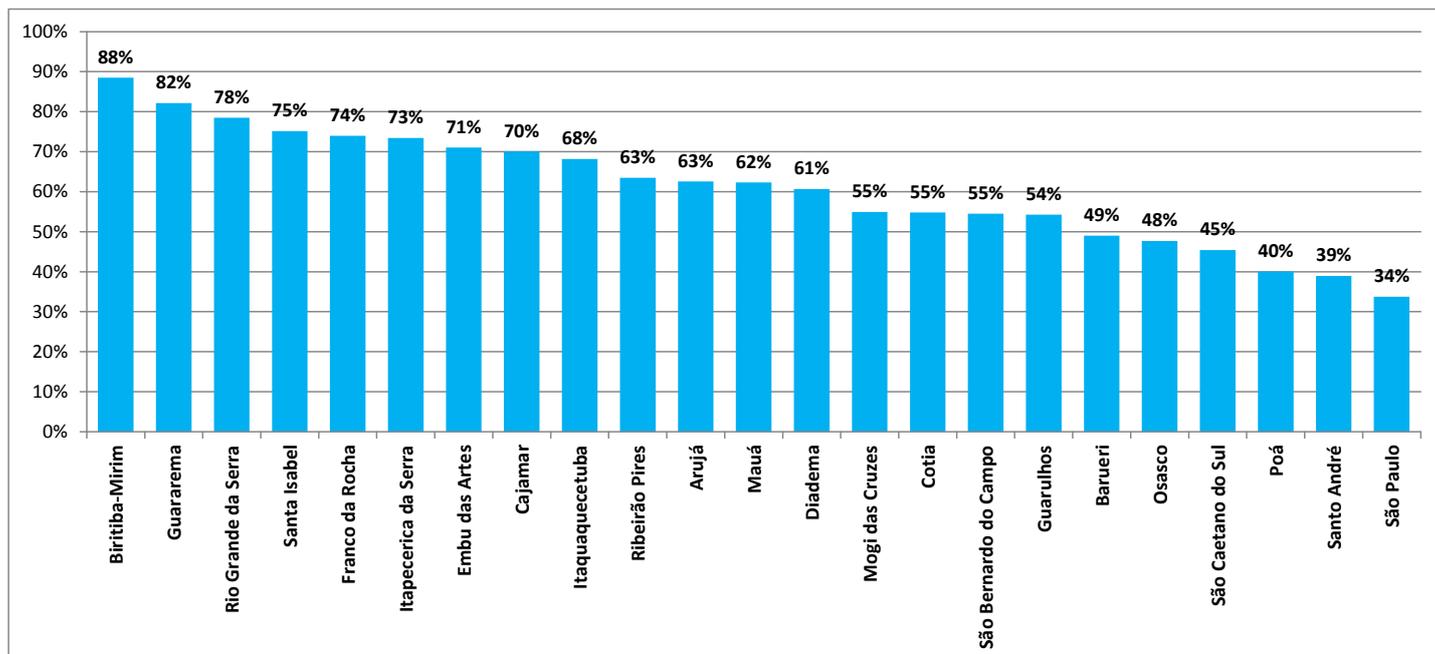
Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional

Mauá, São Paulo e Ribeirão Pires registraram o maior déficit orçamentário como proporção das receitas arrecadadas (-3,38%, -0,84% e -0,08% respectivamente), enquanto Embu das Artes (17,5%), Cotia (16,30%) e Biritiba-Mirim (16,24%) conseguiram o maior superávit.

Um dado interessante a ser observado envolvendo as receitas dos municípios é a proporção delas oriunda de transferências, principalmente no que se refere às receitas de transferências correntes. Esse número reflete um pouco o grau de dependência do município em relação a outros entes governamentais que supostamente estão fora do seu âmbito de controle e planejamento.

Dos 23 municípios considerados, em 17 as transferências correntes compõem mais de 50% das receitas correntes. Apenas em Barueri, com uma proporção de transferência da receita de 49%, Osasco (47,65%), São Caetano do Sul (45,42%), Poá (40,01%), Santo André (41,34%) e São Paulo (33,76%), esse percentual fica abaixo dos 50%. Os municípios com maior porcentagem de transferências correntes como parte da receita corrente são Biritiba-Mirim, com quase 90%, Guararema (82,15%) e Rio Grande da Serra (78,46%). O gráfico 1.3 traz essa porcentagem para os 23 municípios, listados da maior taxa para a menor.

**Gráfico 1.3 - Participação das transferências correntes na receita corrente arrecadada - 2014**

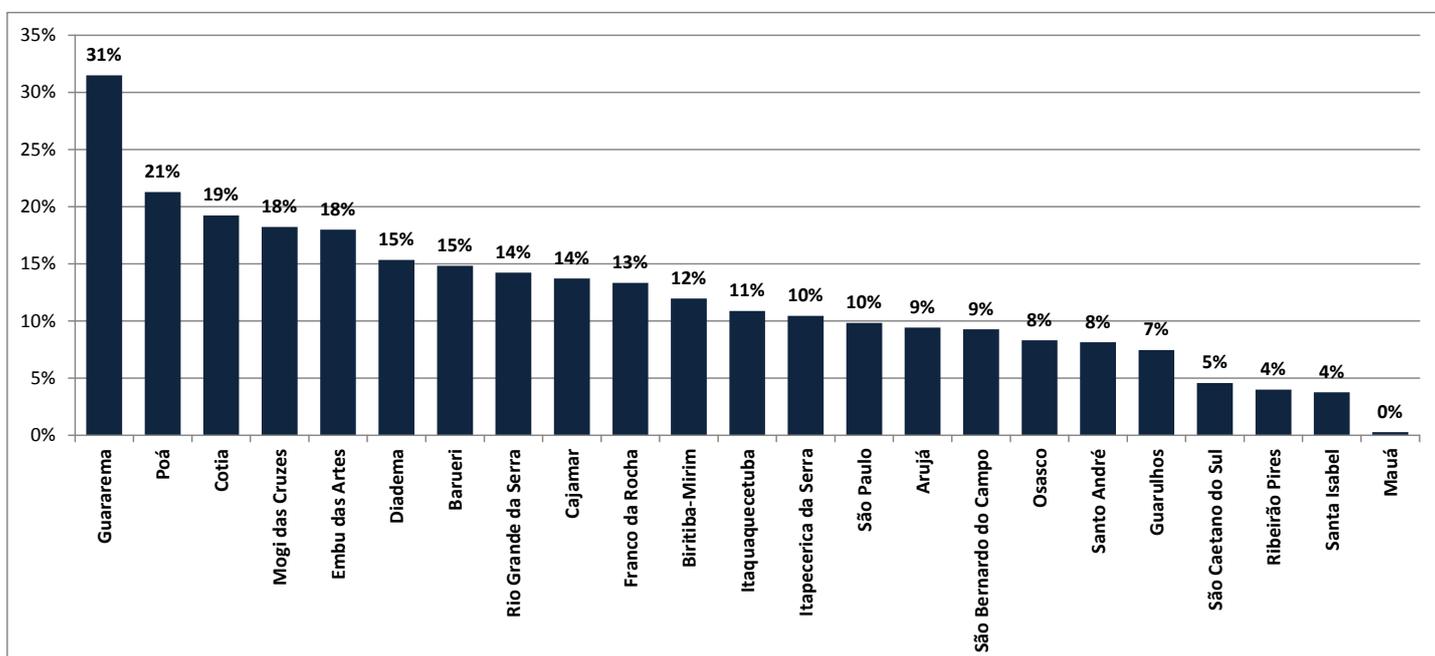


Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional

Outra variável a ser considerada é a Poupança Corrente, calculada pela diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, pois permite mensurar o quanto dos recursos correntes do município estão sendo “economizados” para a realização de despesas de capital, que são constituídas por investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

O gráfico 1.4 traz a poupança corrente como porcentagem da receita corrente para os 23 municípios da região metropolitana considerados neste artigo, listados do maior percentual para o menor. Um percentual negativo significa uma despesa corrente maior que a receita corrente.

**Gráfico 1.4 - Poupança Corrente como porcentagem da receita corrente - 2014**



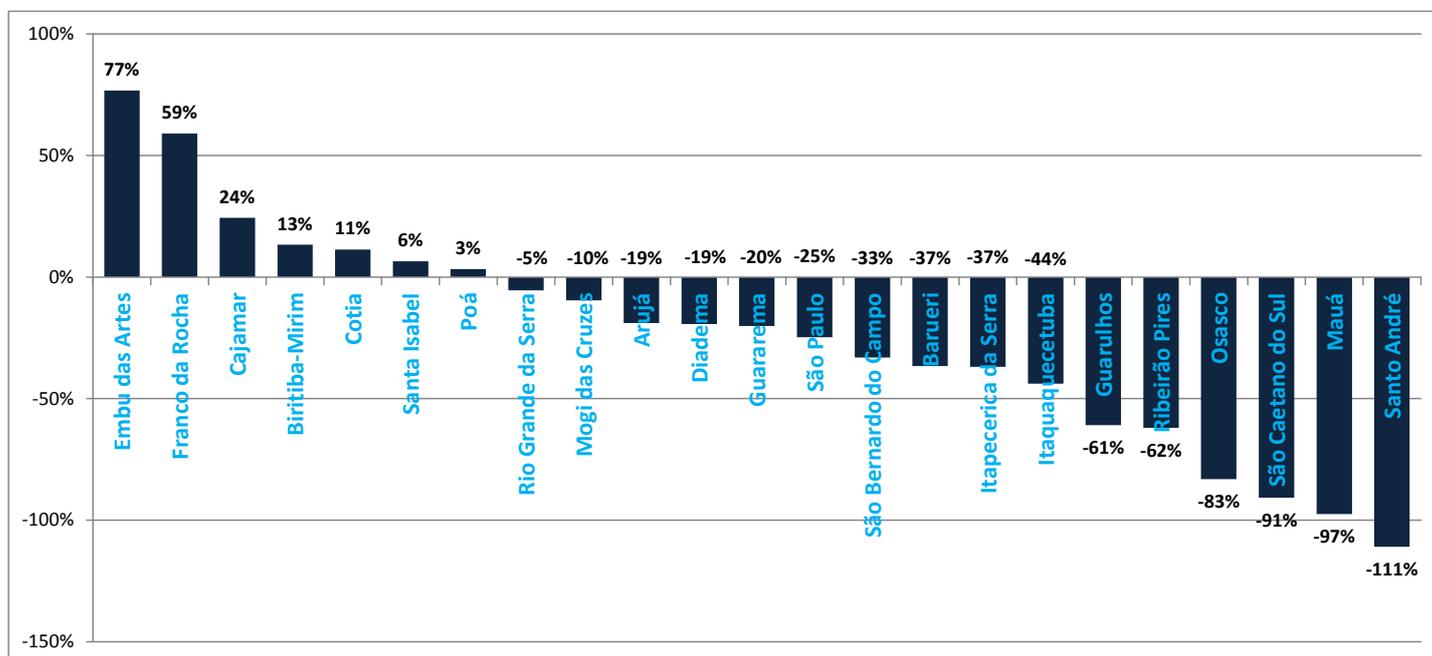
Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional

Dos municípios considerados, Mauá com 0,28%, Santa Isabel (3,76%) e Ribeirão Pires (3,99%) realizaram as menores poupanças correntes positivas como proporção das suas respectivas receitas correntes. Já Guararema, Poá e Cotia foram os municípios com a maior poupança corrente como proporção da receita corrente: 31,48%, 21,28% e 19,23% respectivamente. São Paulo, de acordo com os dados do SISTN, registrou uma porcentagem intermediária de 9,83%.

Comparando com a situação em 2013, 15 dos 23 municípios da região diminuíram (em termos reais) a poupança corrente. Mauá passou de uma poupança corrente positiva real de aproximadamente R\$ 81,4 milhões para R\$ 2,18 milhões (queda de 97,47%). Outras grandes variações negativas aconteceram em São Caetano do Sul (-71,73%), Ribeirão Pires (-61,97%) e Osasco (-49,24%). As maiores variações positivas foram registradas em Embu das Artes (76,7%), Franco da Rocha (59,03%) e Poá (37,5%).

O gráfico 1.5 traz as variações, ordenadas da maior para a menor, para os 23 municípios considerados da região metropolitana de São Paulo.

**Gráfico 1.5 - Variação real da Poupança Corrente (2014/2013)**

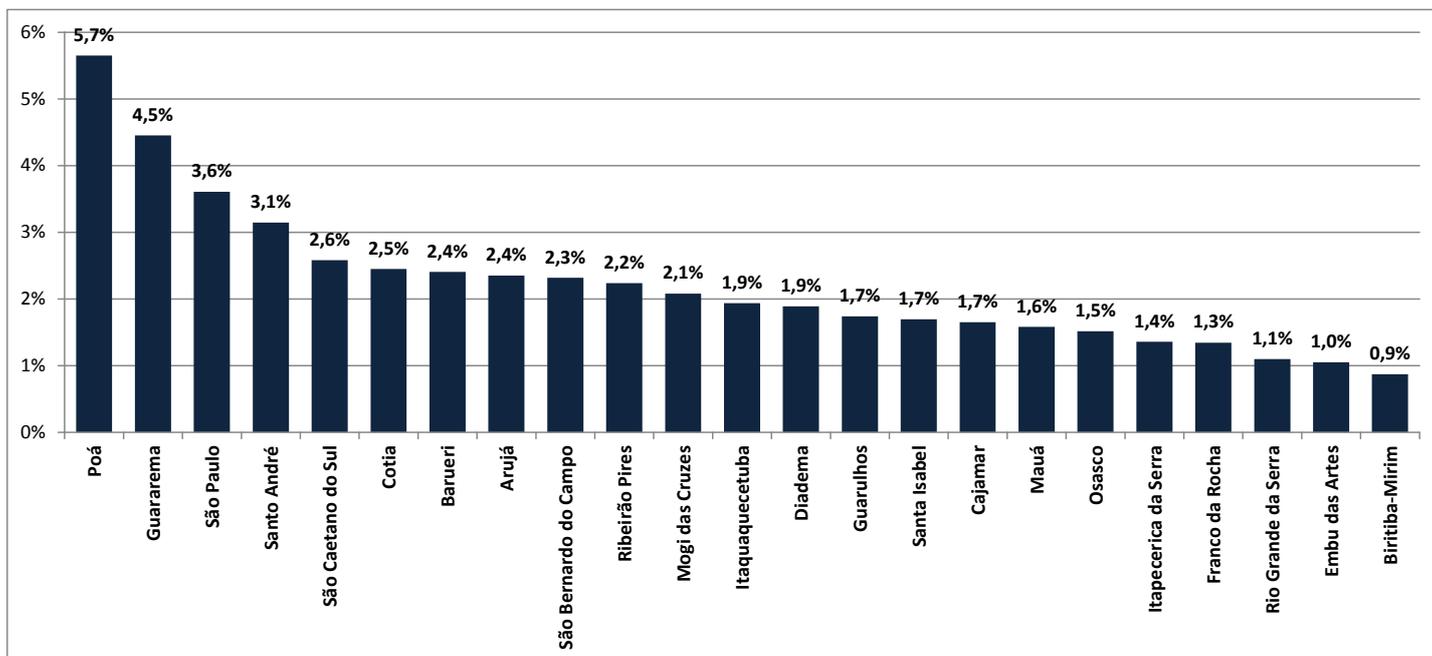


Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, utilizando ainda os dados de receita disponibilizados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, é possível obter uma estimativa da carga tributária municipal para os 23 municípios considerados. Para isso, consideraremos a receita tributária arrecadada como proporção do PIB municipal. O último dado de PIB municipal divulgado pelo IBGE se refere a 2012, por isso utilizamos uma estimativa do PIB para 2014, corrigindo os valores de 2012 pelo IPCA do período.

O gráfico 1.6 traz os números obtidos para os municípios da região metropolitana de São Paulo considerados neste artigo.

**Gráfico 1.6 - Receita Tributária Arrecadada pelos Municípios / PIB Municipal (%) - 2014**



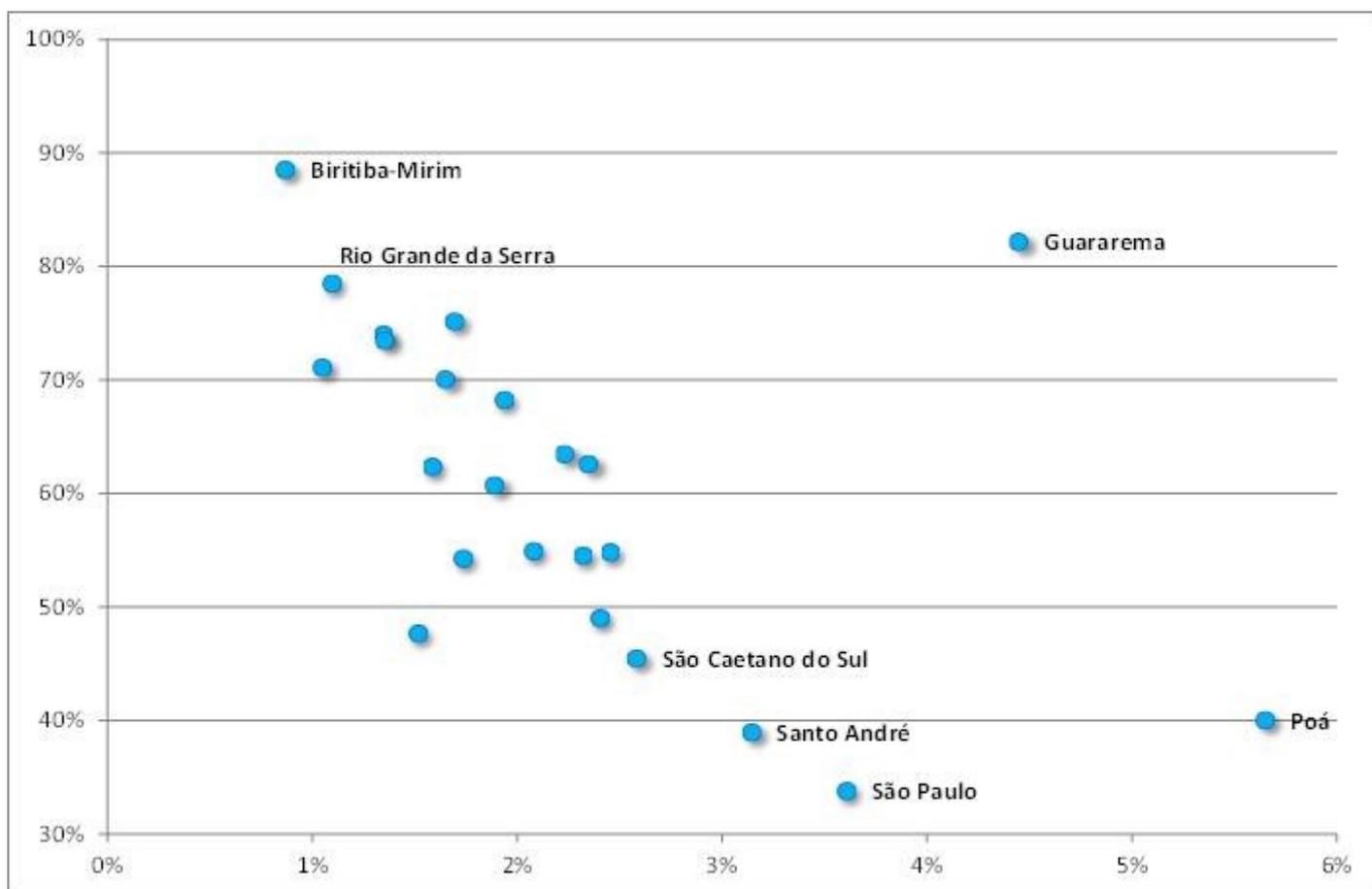
Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional

Considerando a região metropolitana de São Paulo como um todo, em 2014, a estimativa para receita tributária arrecadada pelos municípios analisados como porcentagem do PIB ficou em 2,95%. Poá com 5,7%, Guararema com 4,5%, São Paulo (3,6%) e Santo André (3,1%) foram os municípios que tiveram porcentagens acima dessa média da região. Biritiba-Mirim, Embu das Artes e Rio Grande da Serra foram os municípios que registraram as menores porcentagens; 0,9%, 1% e 1,1% respectivamente.

Percebe-se que municípios com baixa carga tributária municipal tendem a ser os mesmos municípios que no gráfico 1.3 (que trata da porcentagem da receita corrente oriunda de transferências correntes) apresentam altas porcentagens para esse indicador.

O gráfico 1.7 traz essa relação mais claramente. No eixo X (horizontal) do gráfico está a carga tributária municipal enquanto no eixo Y (vertical) está a relação transferências correntes por receita corrente. O conjunto de pontos formando algo como uma curva com “inclinação negativa” indica que parece existir uma espécie de “efeito substituição” na maneira dos municípios obterem seus recursos: se um município tende a receber muitas transferências (que é, em parte, um dado exógeno, ou seja, independente do planejamento municipal), ele tende a “afrouxar” a sua própria carga tributária. Se as transferências são menores (como proporção das receitas), ele tende a ajustar suas receitas “aumentando” sua própria carga tributária.

**Gráfico 1.7 - Transferências Correntes por Receitas Correntes X Receita Tributária Arrecada por PIB Municipal - 2014**



Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional

Olhando mais especificamente para o lado das despesas, um indicador que costuma ter destaque é a porcentagem do gasto comprometido com pagamento de pessoal. Normalmente esse tende a ser o principal item da despesa pública e, por uma série de disposições legais, acaba sendo um indicativo da rigidez orçamentária de um dado município. Dada a importância e para evitar descontroles que levassem a prejudicar investimentos e políticas públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal acabou limitando essas despesas em até 60% da Receita Corrente Líquida.

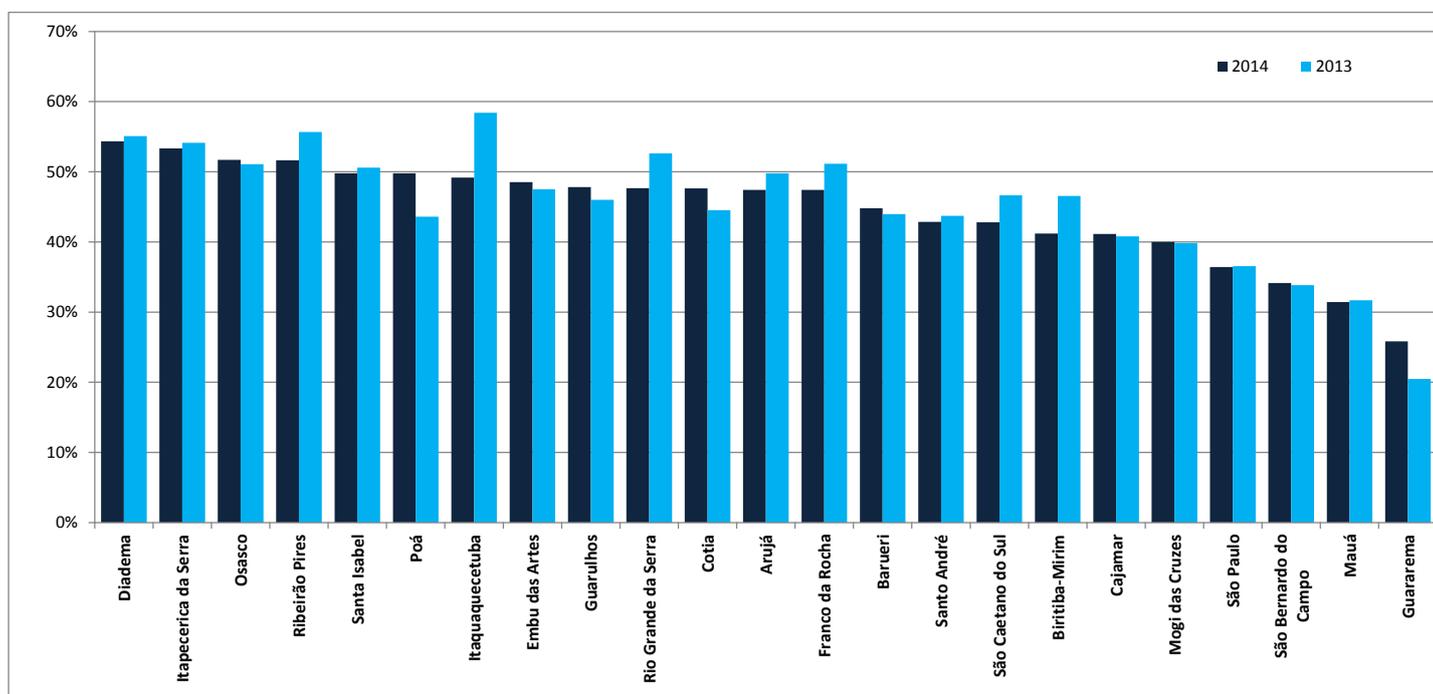
Em 2014, considerando os 23 municípios da região metropolitana analisados neste artigo, as despesas com pessoal somaram 43,96% das despesas correntes liquidadas (38,83% considerando toda a despesa orçamentária liquidada), valor praticamente estável ao registrado em 2013 quando a porcentagem ficou em 43,67% das despesas correntes e 38,91% das despesas orçamentárias.

Olhando para os municípios individualmente, Diadema, Ribeirão Pires e Itapeceira da Serra são os municípios com a maior porcentagem da despesa destinada ao pagamento de pessoal; 54,36%, 53,32% e 51,70%. Em 2013, esses percentuais eram maiores: 55,09% para Diadema, 55,66% para Ribeirão Pires e 54,13% no caso de Itapeceira. No outro extremo, estão Guararema, com 25,83%, Mauá (31,45%) e São Bernardo do Campo, com 34,15%.

São Paulo registrou a quarta menor porcentagem com 36,42%.

O gráfico 1.8 traz a porcentagem da despesa orçamentária empenhada comprometida com pessoal para os 23 municípios considerados neste artigo, listados da maior porcentagem em 2014 para a menor.

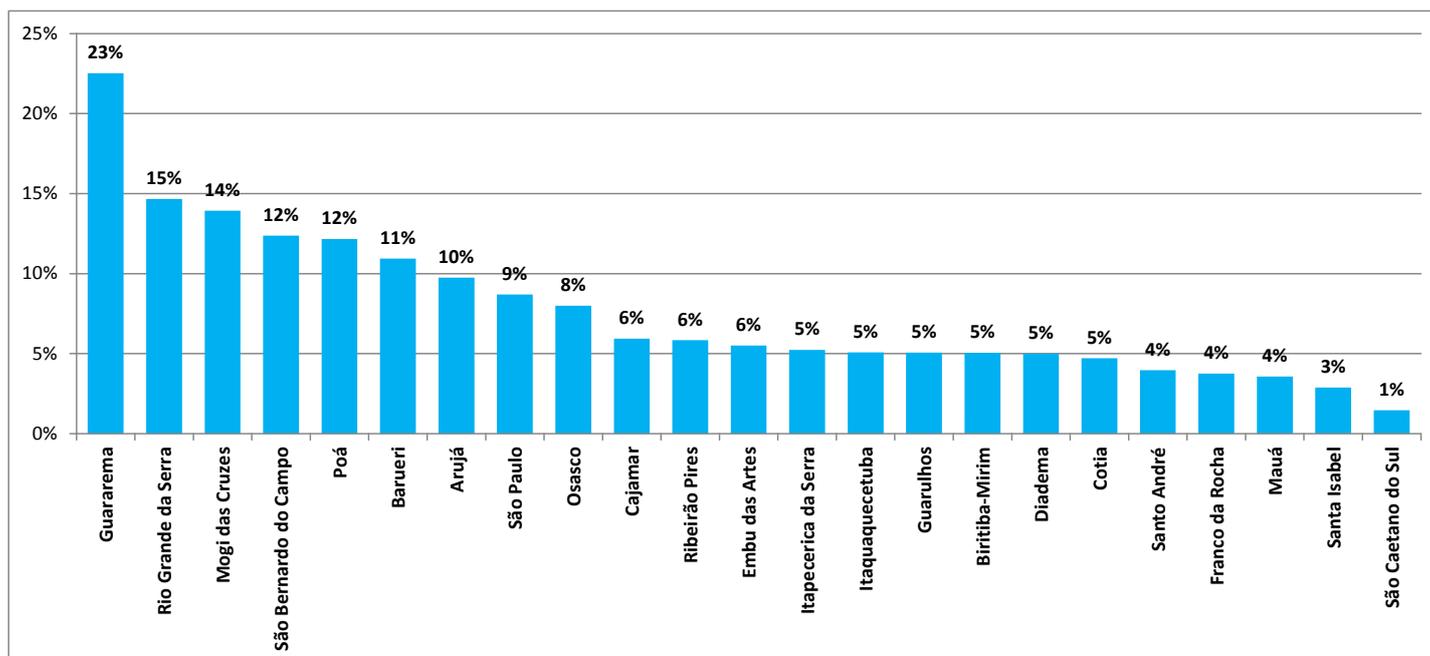
**Gráfico 1.8 - Porcentagem da despesa orçamentária comprometida com pagamento de pessoal**



Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional

Em relação às despesas de capital, que incluem investimentos, amortizações de dívidas e inversões financeiras, os municípios da região, em 2014, destinaram em média 11,67% das suas despesas orçamentárias liquidadas com gastos nesse item. Dentro das despesas de capital, o maior item (71,37%) é o investimento, componente importante para o desenvolvimento econômico da região. Guararema com 22,5%, que também aparece com a menor porcentagem de gasto com pessoal, Rio Grande da Serra (14,7%) e Mogi das Cruzes (13,9%) são os municípios com a maior proporção de investimentos em relação às despesas orçamentárias. São Caetano do Sul (1,5%), Santa Isabel (2,9%) e Mauá (4,3%) apresentaram a menor porcentagem. O município de São Paulo aparece com a oitava maior taxa, 8,7%. O gráfico 1.9 traz os números para todos os 23 municípios considerados, listados da maior porcentagem para a menor.

**Gráfico 1.9 - Investimento / Despesas Orçamentárias (%) - 2014**



Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional

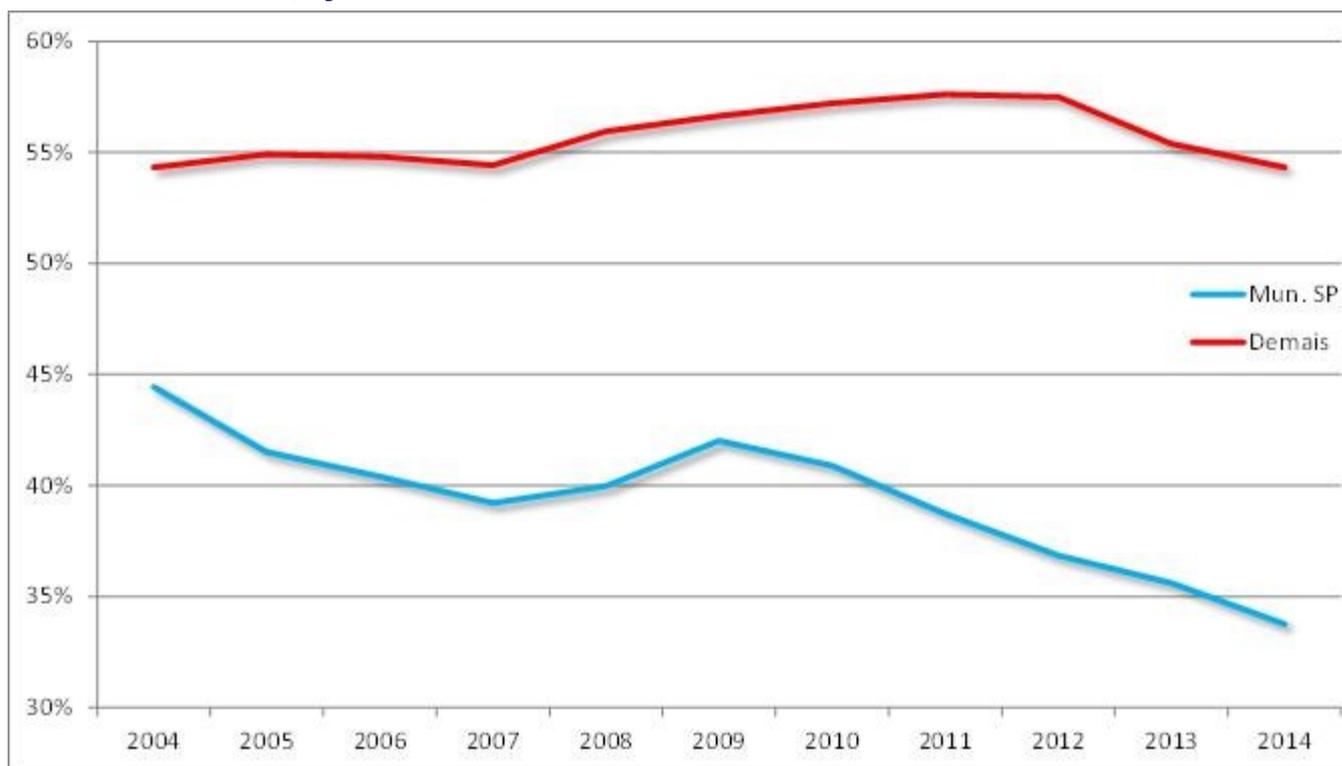
## **Evolução durante o período 2004-2014**

Nesta seção apresentaremos como alguns dos indicadores mencionados anteriormente se comportaram ao longo da última década. A metodologia procurou comparar sempre os mesmos municípios, logo serão considerados apenas aqueles que tenham dados para todo o período considerado.

Os gráficos serão apresentados destacando o município de São Paulo individualmente, enquanto os demais serão agrupados. A razão para isso é que, além da dificuldade em visualizar em um único gráfico linhas para todos os municípios (mais de 20 normalmente), caso se optasse por colocar a série de todos os municípios, o tamanho relativo dos números do município de São Paulo dificultaria a observação do comportamento dos demais (a trajetória apresentada como sendo de toda região metropolitana basicamente seria a mesma de São Paulo).

O gráfico 1.10 traz a relação transferências correntes por receita corrente arrecadada para o período 2004-2014. Essa relação fornece um indicativo do grau de controle do orçamento pelos próprios municípios, uma vez que as transferências, pelo menos em sua maior parte, estão fora da alçada de planejamento e controle dos mesmos. No caso desse indicador, o grupo “Demais” contém 20 municípios (dos 23 considerados anteriormente para dados de 2014 e 2013, Barueri e Santa Isabel não tinham informações para alguns anos).

**Gráfico 1.10 - Participação das transferências correntes na receita corrente arrecadada (2004 - 2014)**



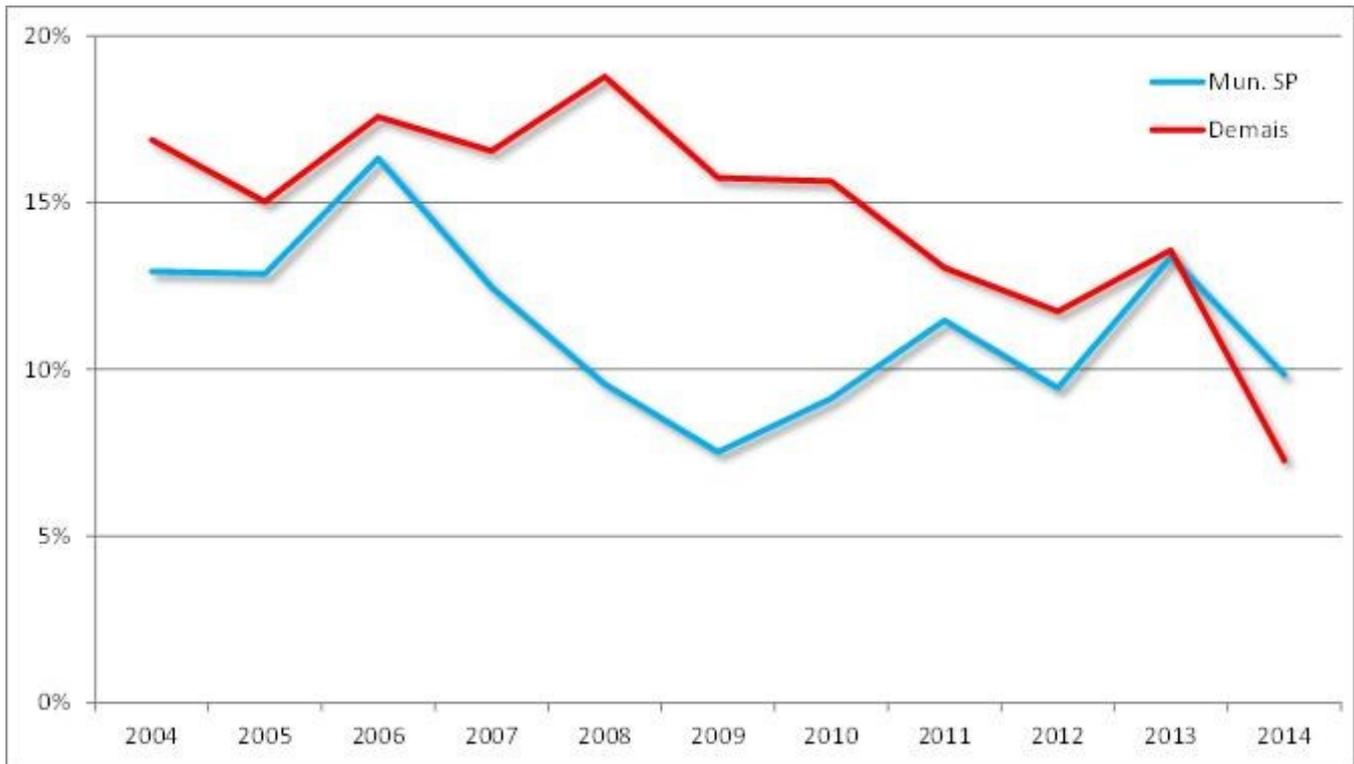
Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional / FINBRA

Pelo gráfico é possível observar que o município de São Paulo, ao longo da década, vem registrando diminuição da porcentagem da sua receita corrente oriundas de transferências. Em 2004 esse percentual era de 44%, enquanto em 2014, de acordo com os dados do SISTN, caiu para 33,7%. Interessante observar que em 2008 / 2009, anos da crise do subprime que começou nos EUA, essa porcentagem registrou aumento, voltando a cair em 2010.

Já os demais municípios da região metropolitana de São Paulo registraram uma certa estabilidade da sua dependência de transferências em termos de receita corrente. Durante os anos de 2008-2011 houve um ligeiro aumento contínuo dessa porcentagem, mas a tendência foi revertida a partir de 2012, voltando praticamente ao mesmo patamar registrado em 2004 (54,3% em ambos os anos).

O gráfico 1.11 traz a poupança corrente como proporção da receita corrente dos 20 municípios da região metropolitana de São Paulo com dados disponíveis para o período 2004-2014. Como pode ser observado, para a região metropolitana como um todo, houve queda nesse indicador, após um breve crescimento no começo da década. No caso de São Paulo, 2009 (ano afetado pela crise do subprime), foi o período com as menores porcentagens de poupança corrente como proporção da receita corrente. 2014 foi outro ano onde tanto para a região metropolitana (excluindo São Paulo), quanto para São Paulo, a porcentagem atingiu níveis baixos (no caso dos “Demais”, o nível mais baixo desde 2004).

**Gráfico 1.11 - Poupança Corrente como porcentagem da Receita Corrente (2004 - 2014)**



Fonte: SISTN - Caixa Econômica Federal / Secretaria do Tesouro Nacional / FINBRA

---

## 4. Panorama sobre a Execução Orçamentária dos Municípios da RMSP de 1998 a 2012\*

### Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar dados sobre a execução orçamentária dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo considerando o período de 1998 a 2012, permitindo visualizar como alguns indicadores evoluíram durante mais de uma década. Os dados utilizados são disponibilizados ao público pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio de consulta ao Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), mantido em parceria com a Caixa Econômica Federal<sup>1</sup>.

Para o presente artigo foram utilizados 33 dos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo. Não foram considerados os municípios de Barueri, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Juquitiba e Santa Isabel devido a ausência desses municípios na base de dados da STN/SISTN em pelo menos um dos anos considerados. Adicionalmente, os anos de 2013 e 2014 não foram incluídos porque, além de terem sido tema de um artigo na edição passada (nº 46) deste Boletim, também reduziriam ainda mais o conjunto de municípios disponíveis para o intervalo desejado (principalmente com a inclusão de 2014).

Os gráficos de evolução de indicadores são apresentados destacando o município de São Paulo individualmente, enquanto os demais estão agrupados. A razão para isso é que, além da dificuldade em visualizar em um único gráfico linhas para todos os municípios (mais de 30), caso se optasse por colocar a série de todos os municípios agregados, o tamanho relativo dos números do município de São Paulo dificultaria a observação do comportamento dos demais (a trajetória apresentada como sendo de toda região metropolitana basicamente seria a mesma do município de São Paulo).

Por fim, os valores e variações chamados de “real” durante este artigo foram obtidos através da atualização dos valores nominais do dado para “R\$ de 2012” (último ano considerado), através do IPCA do período, utilizando o índice médio de cada ano.

---

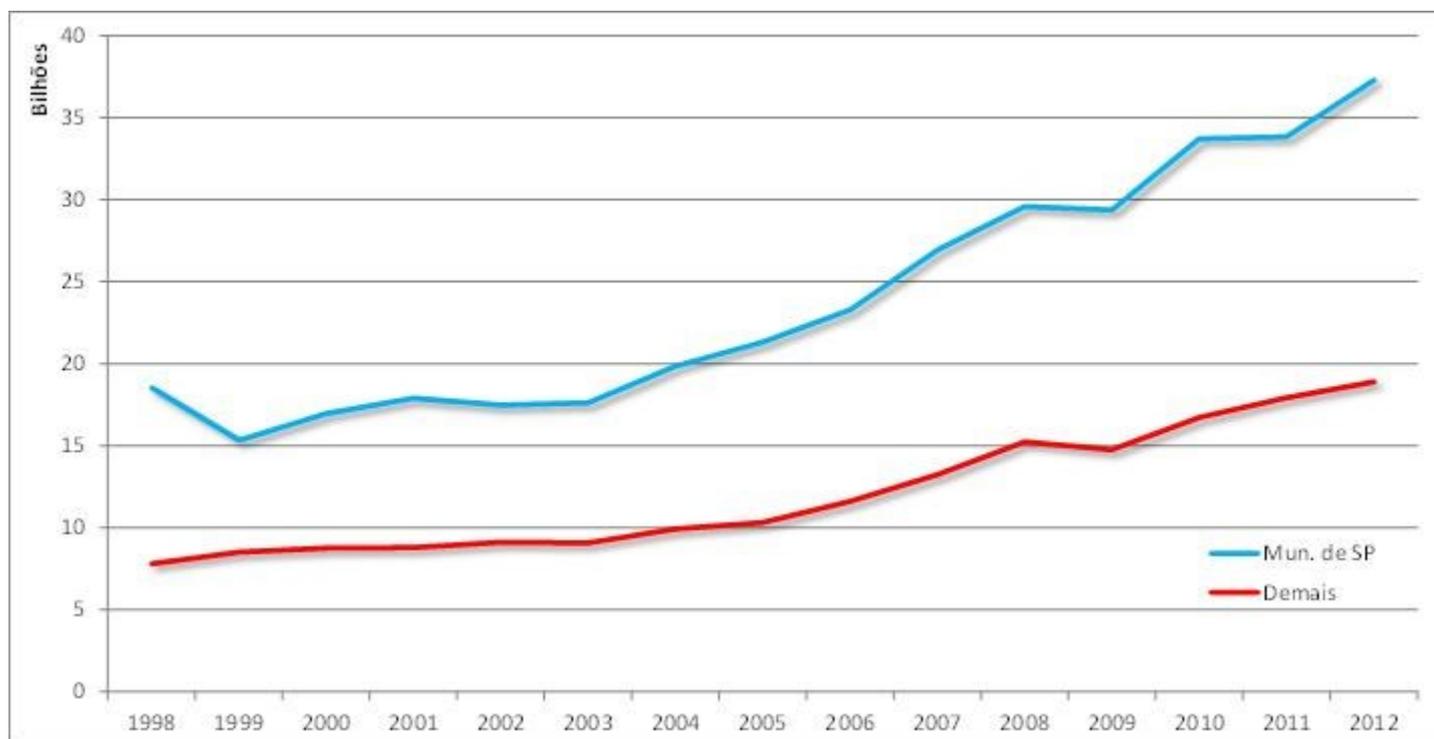
1 - Os dados utilizados estão disponibilizados em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/contas-anuais](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais).

\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 47 - abril/2015.

## Dados

Em 1998, os 33 municípios considerados neste artigo arrecadaram (receita orçamentária) R\$ 10,955 bilhões, sendo que só o município de São Paulo ficou com R\$ 7,709 bilhões (70% do total). Quatorze anos depois, a arrecadação nominal da região quintuplicou, enquanto a inflação foi de 140,16%<sup>2</sup>, atingindo R\$ 56,181 bilhões em 2012, sendo R\$ 37,285 bilhões (66%) provenientes do município de São Paulo. Considerando a inflação do período, em termos reais teríamos um crescimento de aproximadamente 113,54% na arrecadação da região. Alguns municípios como Santana de Parnaíba, Francisco Morato e Guararema registraram um crescimento de mais de 300% em termos reais na suas receitas orçamentárias. Apenas São Paulo (com 101,4%), São Bernardo do Campo (98,9%), Guarulhos (95%) e Mauá (90,1%) ficaram abaixo do percentual de crescimento da região. O Gráfico 1.1 traz a evolução da receita orçamentária real arrecadada ano a ano de 1998 a 2014, enquanto a Tabela 1.1 traz os municípios com as maiores e menores variações, também reais, entre 1998 e 2012.

**Gráfico 1.1 - Receita Orçamentária Arrecadada - 1998 a 2012 - R\$ de 2012**



Fonte: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

2 - Inflação calculada usando preços médios do IPCA para o período

**Tabela 1.1 - Variações reais (%) na Receita Orçamentária Arrecada entre 1998 e 2012**

MUNICÍPIO	VAR (%)	MUNICÍPIO	VAR (%)
<b>5 MAIORES</b>		<b>5 MENORES</b>	
Santana de Parnaíba	421%	Diadema	121%
Francisco Morato	399%	São Paulo	101%
Guararema	380%	São Bernardo do Campo	99%
Itapevi	312%	Guarulhos	95%
Franco da Rocha	287%	Mauá	90%

Fonte: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

Considerando os grupos dentro da receita orçamentária, o maior deles, o da receita corrente, foi de R\$ 9,286 bilhões em 1998 para o conjunto dos 33 municípios (cerca de 85% da receitas orçamentária do grupo). Em 2012 esse número saltou para R\$ 53,512 bilhões (aproximadamente 95% da receita orçamentária), um aumento nominal de 476,26% no período 1998-2012. No município de São Paulo, em 1998 as receitas correntes foram de R\$ 6,115 bilhões, contra R\$ 34,850 bilhões em 2012 (aumento nominal de 469%). Corrigindo os valores com o IPCA do período, a variação real no período em questão para o caso de São Paulo foi de cerca de 137%, enquanto para o agregado dos 33 municípios da RMSP foi de aproximadamente 140%.

Dentro das receitas correntes, os dois maiores grupos são o de receita tributária e transferências correntes. A relação transferência corrente por receita corrente fornece um indicativo do grau de controle do orçamento pelos próprios municípios, uma vez que a maior parte das transferências estão fora da sua alçada de planejamento e controle. A Tabela 1.2 traz os 5 municípios com a maior e com a menor variação no indicador transferências correntes por receita corrente para o período 1998-2012.

**Tabela 1.2 - Variações na Proporção Transf. Correntes / Receita Corrente - RMSP - 1998 a 2014**

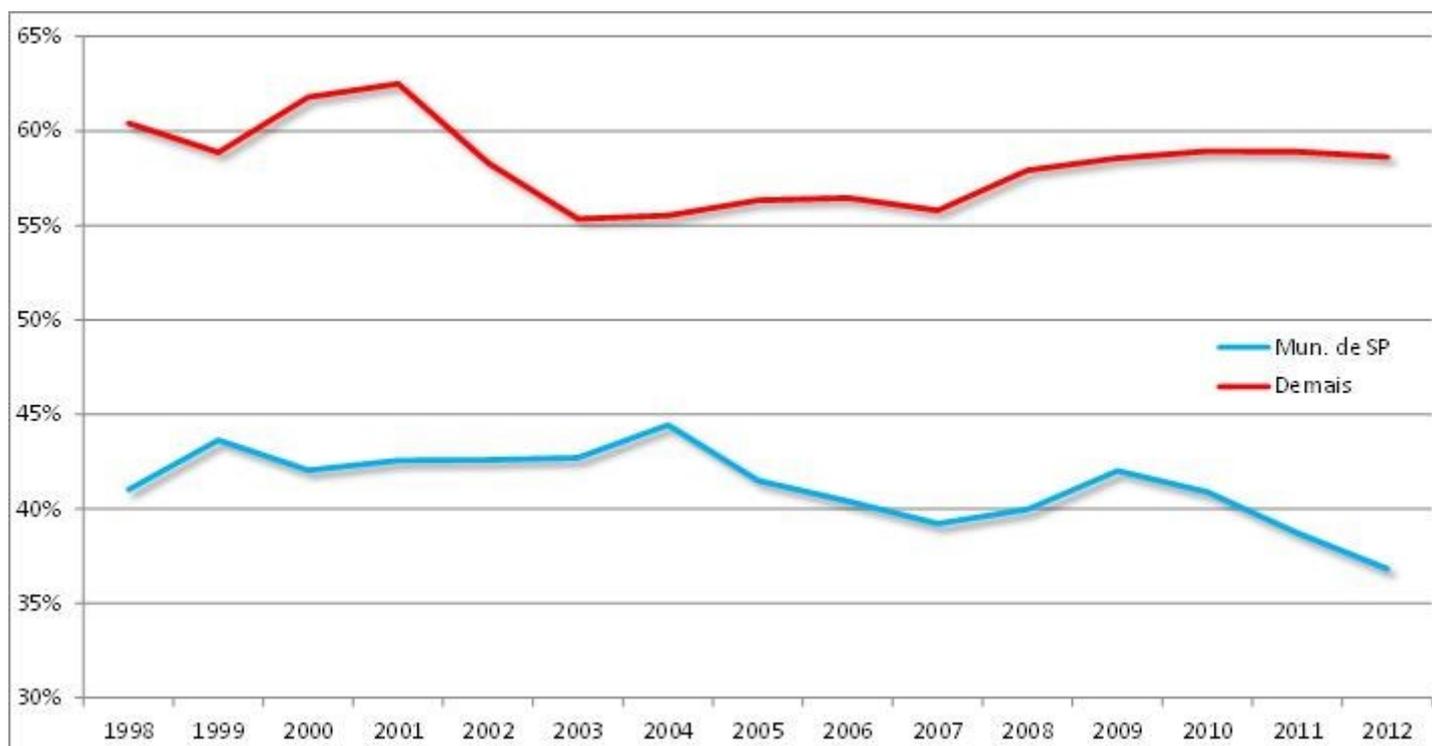
MUNICÍPIO	1998	2012	Var (%)	MUNICÍPIO	1998	2012	Var (%)
<b>5 MAIORES</b>				<b>5 MENORES</b>			
Pirapora do Bom Jesus	0,63	0,81	30%	Diadema	0,66	0,59	-10%
Mairiporã	0,51	0,64	27%	São Paulo	0,41	0,37	-10%
Santana de Parnaíba	0,39	0,49	26%	Cajamar	0,74	0,65	-12%
Arujá	0,57	0,66	17%	Santo André	0,64	0,44	-32%
Biritiba-Mirim	0,79	0,91	14%	São Caetano do Sul	0,66	0,44	-34%

Fonte: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

É bom salientar que uma variação negativa na proporção transferências correntes por receita corrente não significa uma diminuição no valor das transferências (e não foi o que, de fato ocorreu; as transferências de todos os municípios, no período, aumentaram), mas sim que a receita corrente aumentou mais do que o aumento das transferências correntes. Esse fenômeno aconteceu com 16 municípios do grupo de 33. Em 1998, 30 municípios tinham mais de 50% das suas receitas correntes como sendo oriundas de transferências. Somente Mogi das Cruzes, São Paulo e Santana de Parnaíba, apresentavam percentuais abaixo dos 50%. Em 2012 esse número aumentou para 5; saiu Mogi das Cruzes e entraram Poá, Santo André e São Caetano do Sul. Alguns municípios como Pirapora do Bom Jesus e Biritiba-Mirim, que já tinham percentuais altos de transferência por receita corrente, aumentaram ainda mais esse percentual, chegando, no caso do segundo, a mais de 90% da receita corrente como sendo proveniente de transferências.

O Gráfico 1.2 traz a evolução do percentual para o município de São Paulo e para o agregado dos demais municípios do grupo de 33. A trajetória da porcentagem de São Paulo é claramente decrescente, embora tenha tido picos de aumento e, durante o período de 1998-2004 tenha tido uma tendência de aumento, que se reverteu posteriormente. No caso dos demais municípios, houve sucessões de quedas e altas (com uma queda forte 2002), com uma leve tendência de alta posterior.

**Gráfico 1.2 - Transferências Corrente por Receita Corrente - 1998 a 2012**



Fonte: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

Um componente importante da receitas corrente é a receita tributária. Em 1998 ela chegou a R\$ 3,782 bilhões no conjunto dos 33 municípios considerados neste artigo (40,7% do total da receita corrente). O valor saltou para R\$ 22,126 bilhões em 2012 (41,3% do total da receita corrente de 2012), um crescimento nominal de 485%. Considerando os valores corrigidos pelo IPCA do período, o crescimento foi de aproximadamente 143%. São Paulo, individualmente, correspondeu a 80% da receita tributária arrecadada do grupo em 1998 (com R\$ 3,033 bilhões). Já em 2012, os R\$ 17,537 bilhões do município paulistano foram responsáveis por 79% da arrecadação de receita tributária do grupo.

A Tabela 1.3 traz as cinco maiores e as cinco menores variações na proporção receita tributária por PIB municipal (um indicador da carga tributária municipal), dentro do grupo dos 33 municípios utilizados até aqui. Por questões de disponibilidade de dados de PIB Municipal, o período considerado, para este indicador, é de 1999 a 2014 (não mais 1998).

**Tabela 1.3 - Variações na Proporção Receita Tributária / PIB Municipal - RMSP - 1999 a 2012**

MUNICÍPIO	1999	2012	Var (%)	MUNICÍPIO	1999	2012	Var (%)
<b>5 MAIORES</b>				<b>5 MENORES</b>			
Poá	1,6%	4,3%	161%	Itapevi	0,9%	1,0%	1%
Guararema	1,8%	4,4%	146%	Mogi das Cruzes	2,3%	1,9%	-16%
Jandira	0,8%	1,8%	126%	Mairiporã	3,2%	2,6%	-21%
Santo André	1,3%	2,8%	120%	Biritiba-Mirim	1,0%	0,6%	-38%
Rio Grande da Serra	0,6%	1,3%	118%	Salesópolis	1,4%	0,8%	-43%

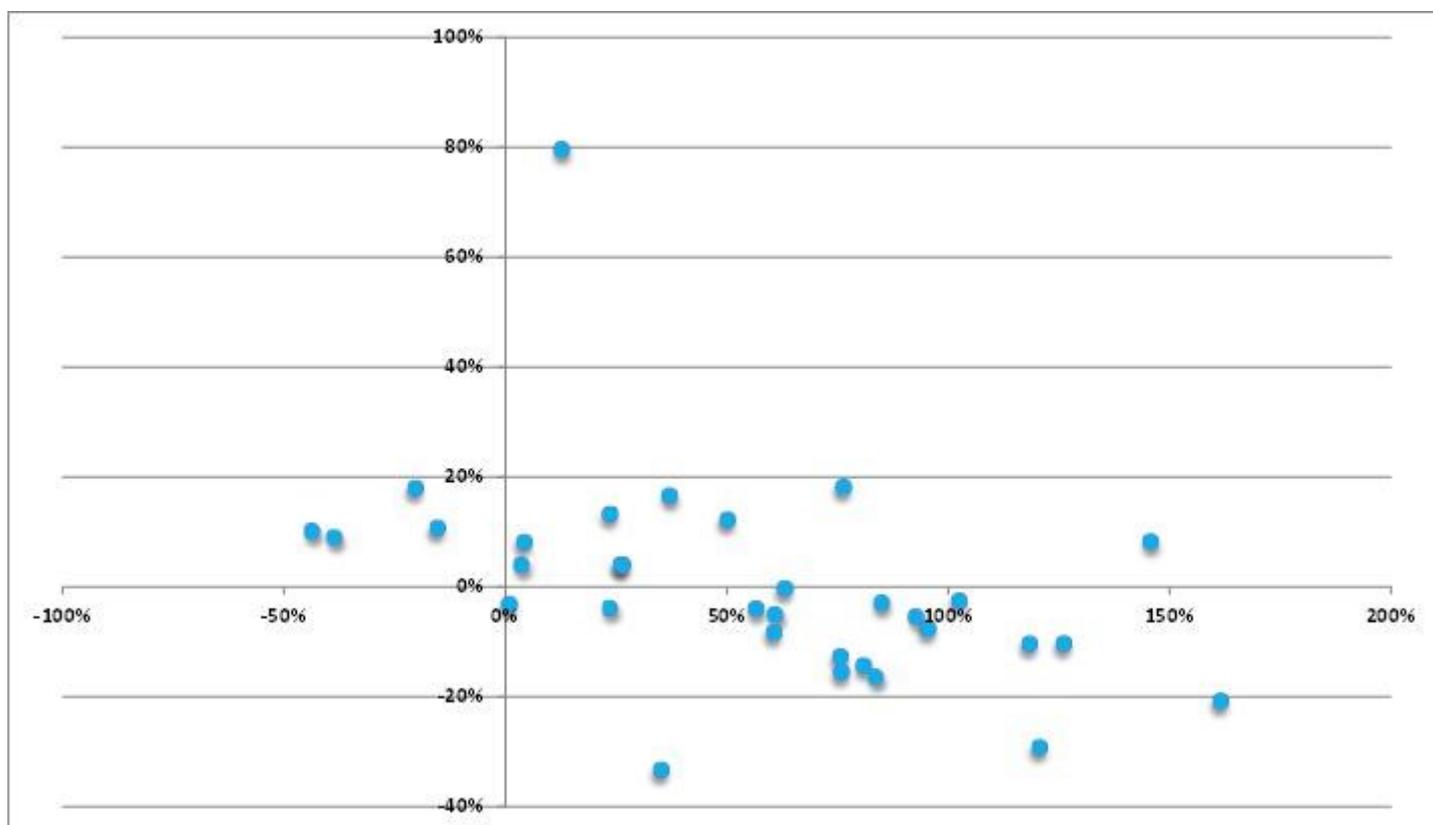
Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE

Assim como no caso do indicador anterior (Transf. Corrente / Receita Corrente), uma variação negativa não implica em uma menor receita tributária, mas sim em um crescimento desta menor que o do PIB municipal, que foi o que de fato ocorreu, dado que a receita tributária cresceu entre 1999-2012 em todos os municípios. Em apenas 4 dos 33 municípios ocorreu uma diminuição na proporção Receita Tributária / PIB (Mogi das Cruzes, Mairiporã, Biritiba-Mirim e Salesópolis). Por outro lado, 6 municípios apresentaram um crescimento maior que 100% (Suzano, Rio Grande da Serra, Santo André, Jandira, Guararema, Poá).

Observando as variações percentuais do indicador de transferências correntes por receita corrente e da receita tributária pelo PIB municipal, observa-se que há uma tendência entre os municípios de tentar “substituir” perdas de receitas oriundas de transferências com aumento da sua “própria” carga tributária. O Gráfico 1.3 traz no eixo horizontal, o crescimento percentual da “carga tributária municipal” no período 1999-2012, enquanto o eixo vertical traz o crescimento percentual do indicador transferências correntes pela receita corrente no mesmo período.

A nuvem de pontos do gráfico, com leve inclinação negativa, indica esse efeito substituição (maior variação nas transferências correntes como proporção das receitas correntes implica uma menor receita tributária como porcentagem do PIB).

**Gráfico 1.3 - Variação Transferências Correntes / Receita Corrente (Eixo Vertical) X Variação da Receita Tributária / PIB Municipal (Eixo Horizontal) - RMSP - 1999-2012**



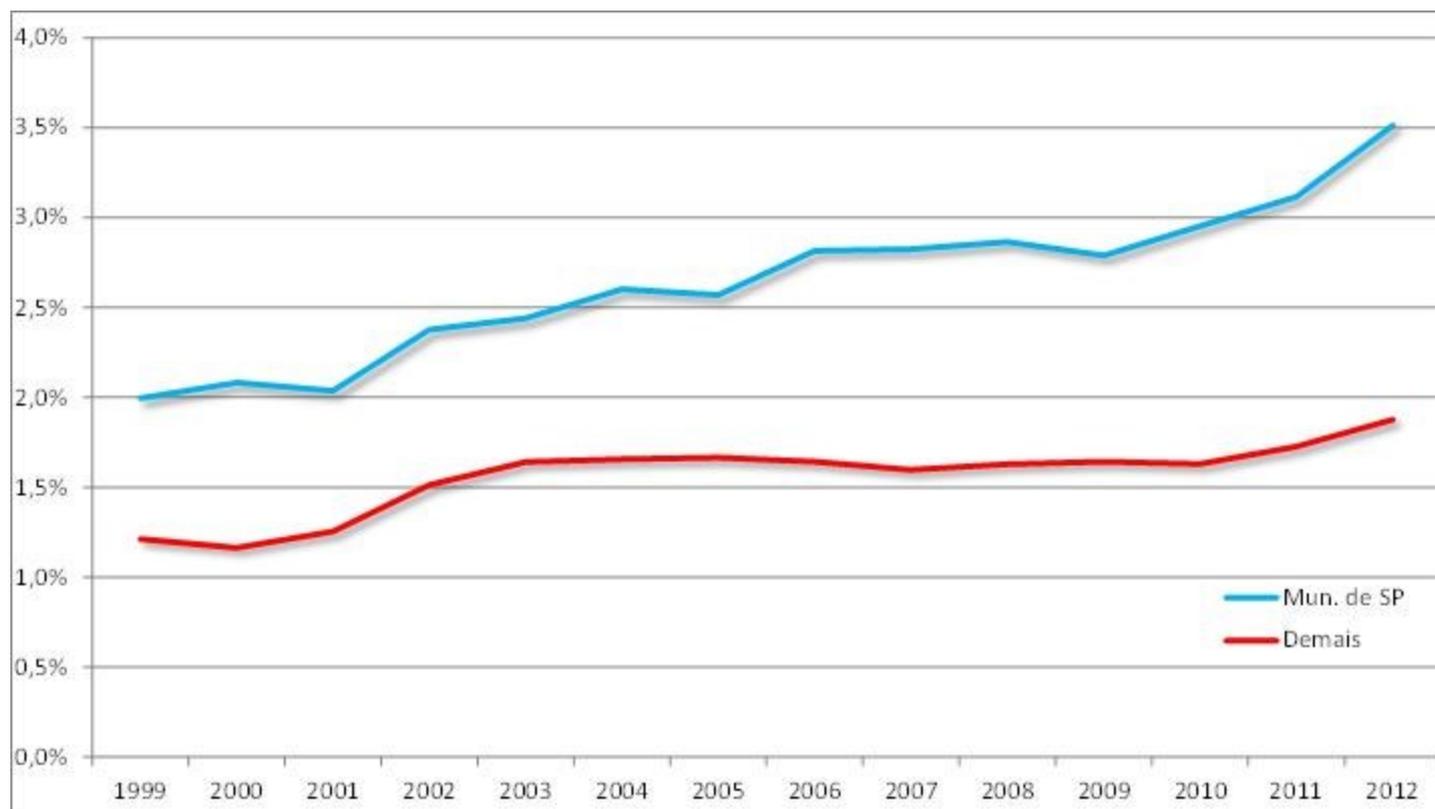
Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE

O Gráfico 1.4 traz a evolução ano a ano da Receita Tributária como proporção do PIB municipal para o município de São Paulo e para o agregado dos 32 municípios restantes (“Demais” no gráfico). Como mencionado anteriormente, dada a disponibilidade de dados sobre o PIB, utilizou-se na elaboração deste gráfico um período de tempo um pouco menor (de 1999 a 2012).

A trajetória das duas curvas revela uma tendência de crescimento desse indicador durante o período, embora com intensidades diferentes. No caso dos “Demais Municípios”, após um início com queda, seguida de uma elevação mais acentuada (período de 2000-2003), a proporção praticamente se estabilizou até 2010, quando voltou a crescer.

Já o crescimento no caso do município de São Paulo foi mais acentuado, principalmente a partir de 2001. Houve alguns períodos de queda ou estabilização, como em 2005 e em 2008. De 2008 em diante, a tendência de crescimento voltou a prevalecer.

**Gráfico 1.4 - Receita Tributária Arrecadada / PIB Municipal - 1999 a 2012**



Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE

Considerando os dados de despesas, em 1998 o grupo dos 33 municípios registrou uma despesa orçamentária empenhada de R\$ 11,331 bilhões, valor que em 2012 chegou a R\$ 55,054 bilhões, um crescimento nominal de cerca de 386%. O município de São Paulo em 1998 empenhou R\$ 7,872 bilhões, algo em torno de 69,5% do total empenhado pelo conjunto dos 33 municípios considerados. Em 2012, o valor foi de R\$ 36,400 bilhões (66,1% do total empenhado da região). Corrigindo os valores pelo IPCA do período, o crescimento da despesa orçamentária para São Paulo ficou em 92,5%, enquanto para os demais municípios a variação foi de aproximadamente 124,5%. Considerando a região toda, o crescimento real no período foi de 102,3%.

Apenas 5 municípios obtiveram crescimento real das despesas menor que a “média” (de 102,3%) da região: São Paulo (93%), Diadema (92%), São Bernardo do Campo (84%), Mauá (73%) e Guarulhos (57%). Alguns, como Santana de Parnaíba, Guararema, Poá e Francisco Morato registraram crescimento superior a 300% entre 1998-2012. Vinte e oito, dos 33 municípios, mais que dobraram suas despesas orçamentárias durante o período.

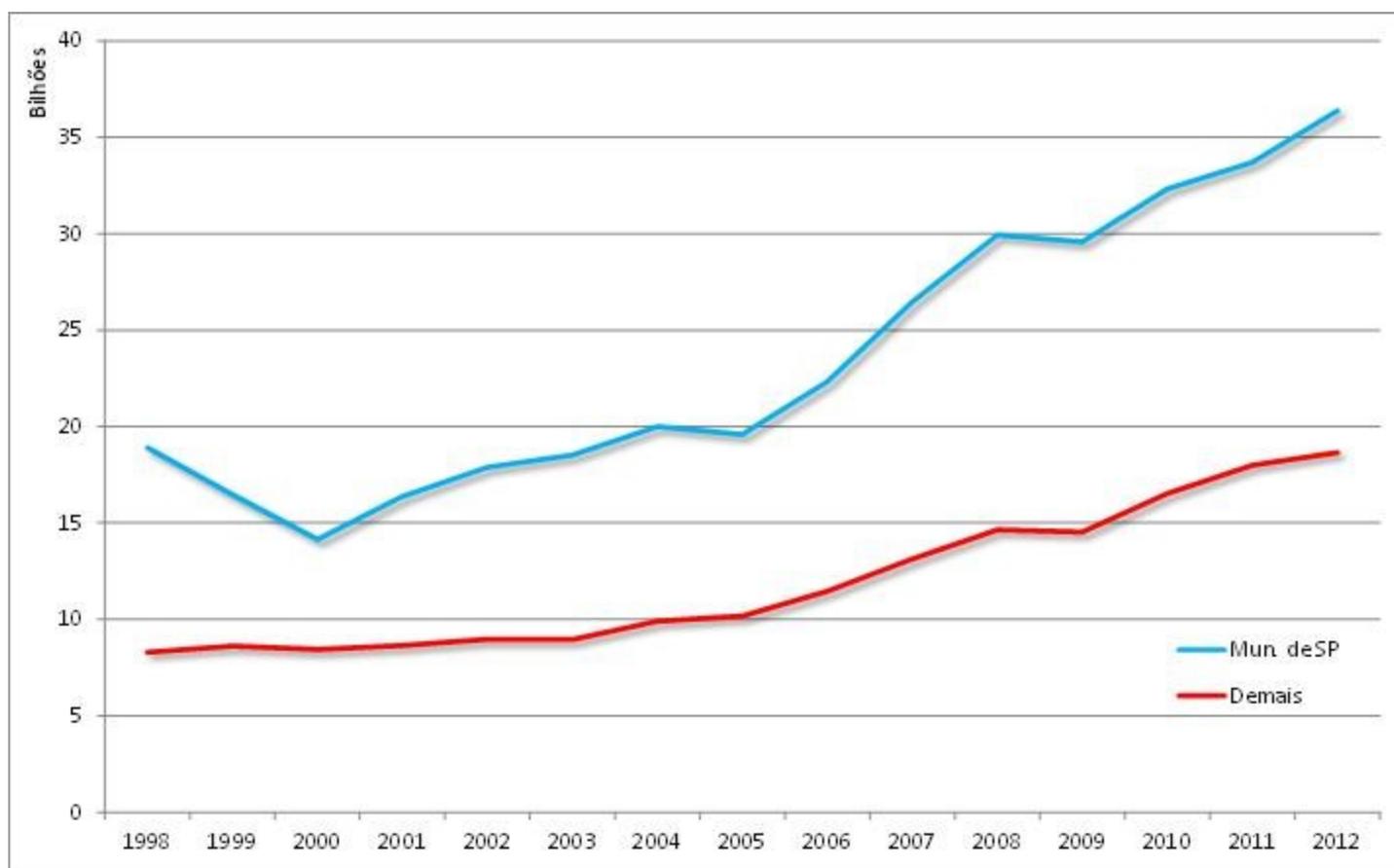
A Tabela 1.4 traz esses dados sobre a despesa orçamentária (das maiores e menores variações reais no período), enquanto o Gráfico 1.5 mostra a evolução ano a ano da despesa orçamentária (em reais de 2012) para o município de São Paulo e para o agregado dos outros 32 municípios (“Demais” no gráfico).

**Tabela 1.4 - Variações reais (%) na Despesa Orçamentária Arrecada entre 1998 e 2012**

MUNICÍPIO	Var (%)	MUNICÍPIO	Var (%)
<b>5 MAIORES</b>		<b>5 MENORES</b>	
Santana de Parnaíba	399%	São Paulo	93%
Guararema	395%	Diadema	92%
Poá	310%	São Bernardo do Campo	84%
Francisco Morato	306%	Mauá	73%
Itaquaquecetuba	265%	Guarulhos	57%

Fonte: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.5 - Despesa Orçamentária Empenhada - 1998 a 2012 - R\$ de 2012**



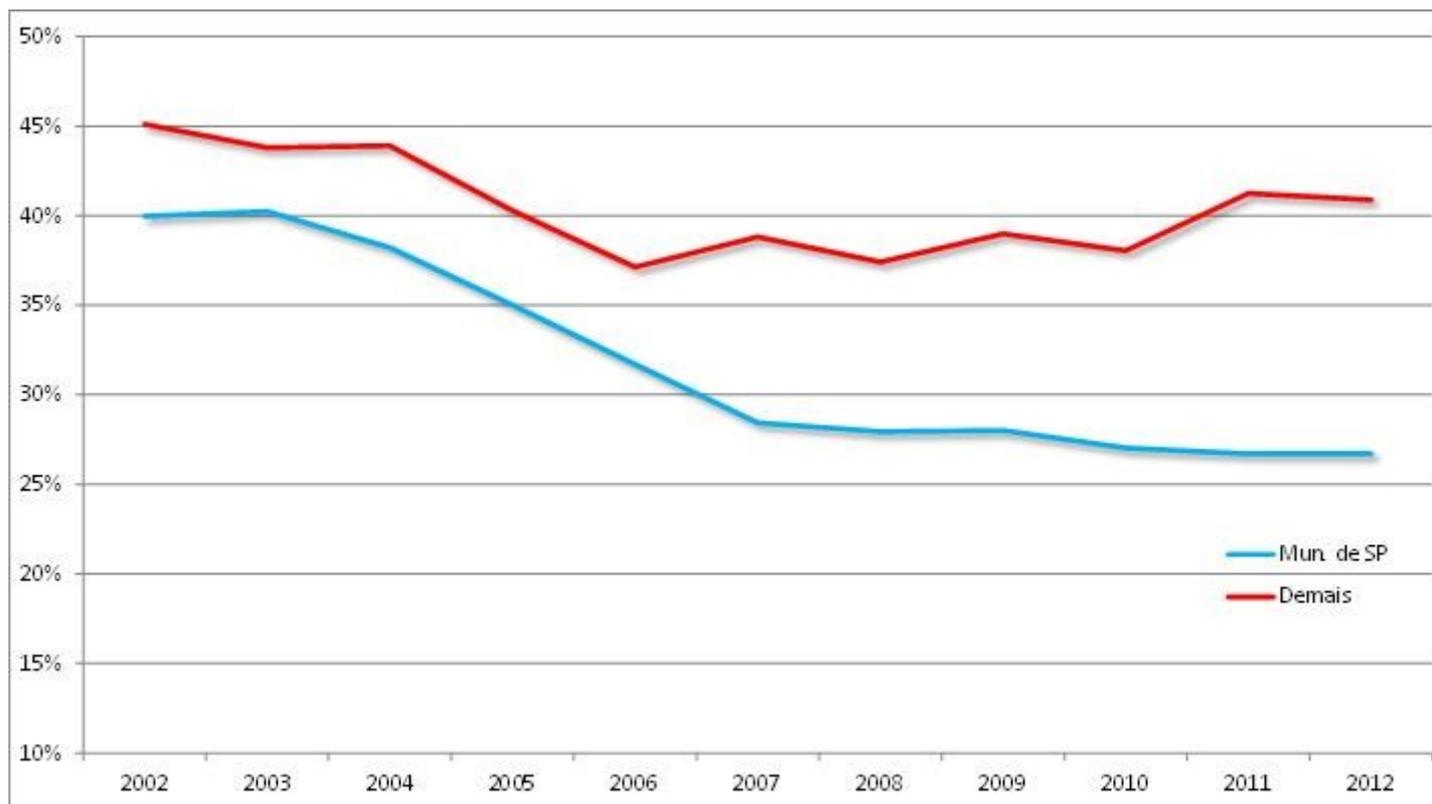
Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE

Como pode ser observado no gráfico, tanto para São Paulo quanto para os demais municípios da RMS, a tendência foi de crescimento das despesas orçamentárias reais. No caso de São Paulo, o período inicial de 1998-2000 registrou queda nessa variável, mas que foi revertida em 2001 e nos anos seguintes. Excepcionalmente no período pós-2001, os anos de 2005 e 2009 registraram um valor menor de despesa em relação ao ano anterior, embora, como já mencionado, no período todo a tendência tenha sido de crescimento.

Um dos maiores itens da despesa orçamentária dos municípios é o pagamento de Pessoal. Devido a mudanças na base de dados do FINBRA quanto à contabilização do gasto com pessoal, para gráficos e tabelas envolvendo esse tipo de despesa, será utilizado um período menor, de 2002 a 2012 (de 1998 a 2001 os dados seguem um critério diferente do seguido para 2002 em diante). Em 2002, o grupo dos 33 municípios destinou R\$ 6,124 bilhões para essa finalidade (aproximadamente 42,10% de toda a despesa orçamentária do ano). Em 2012, o número foi para R\$ 16,933 bilhões (30% da despesa orçamentária de 2012), um crescimento nominal de cerca de 176,5%. No caso do município de São Paulo, em 2002 foram destinados ao pagamento de pessoal R\$ 3,841 bilhões (39,6% das despesas do município no ano), contra R\$ 9,306 bilhões em 2012 (25% do total das despesas do referido ano), um crescimento nominal de 142%. Considerando o IPCA do período, o crescimento real das despesas de pessoal no agrupamento de 33 municípios foi de cerca de 50%. Para o município de São Paulo o aumento foi de 31%.

O Gráfico 1.6 traz ano a ano (de 2002 a 2012) a porcentagem da receita corrente comprometida com pagamento de pessoal para o município de São Paulo e para os “demais” 32 municípios. Esse indicador, normalmente, é usado como uma medida de “rigidez” do orçamento, uma vez que despesas de pessoal costumam ser de difícil manuseio no curto prazo. A LRF, por exemplo, limita a 60% da receita corrente líquida esse tipo de gasto.

**Gráfico 1.6 - Gasto com Pessoal e Encargos como porcentagem da Receita Corrente - 2002 a 2012**



Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

Para São Paulo, a trajetória é claramente de decréscimo da porcentagem da receita corrente destinada ao pagamento de pessoal, embora a intensidade dessa queda tenha diminuído a partir de 2007. Já para os demais municípios, o período pós-2006 apresenta um leve crescimento desse percentual, após um período, de 2002 a 2005, de queda.

A tabela 1.5 traz os municípios com as cinco maiores e cinco menores variações do percentual destinado ao pagamento de pessoal para o período de 2002 a 2012.

**Tabela 1.5 - Variações na Proporção Gasto com Pessoal / Receita Corrente - RMSP - 2002 a 2012**

MUNICÍPIO	2002	2012	Var (%)	MUNICÍPIO	2002	2012	Var (%)
<b>5 MAIORES</b>				<b>5 MENORES</b>			
Itaquaquecetuba	42,8%	53,0%	24%	Mairiporã	56,1%	42,4%	-24%
Pirapora do Bom Jesus	46,2%	55,7%	20%	Taboão da Serra	51,2%	36,3%	-29%
Itapeccerica da Serra	39,6%	46,9%	18%	São Paulo	40,0%	26,7%	-33%
Ribeirão Pires	41,9%	47,2%	13%	Mauá	43,9%	26,6%	-39%
Poá	40,4%	45,2%	12%	Guararema	29,0%	16,2%	-44%

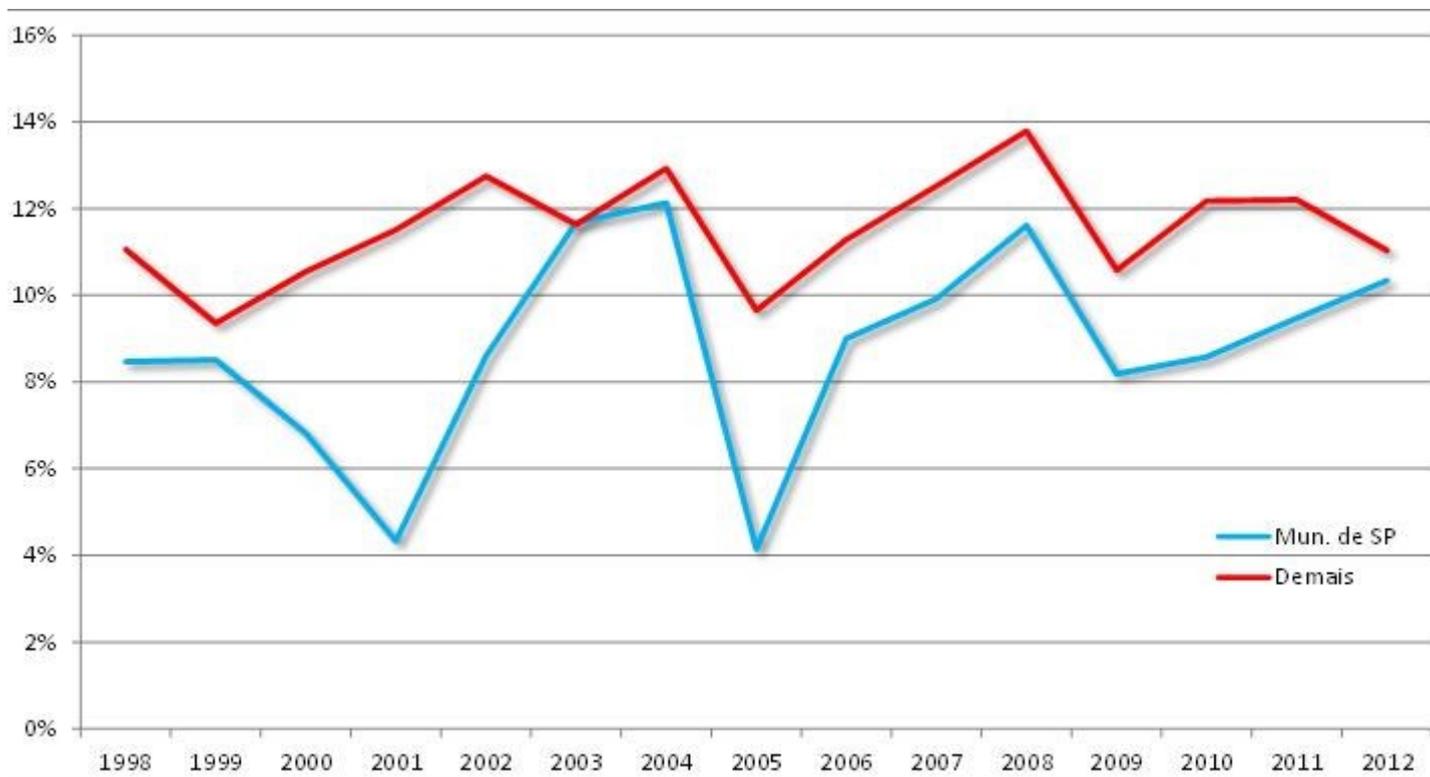
Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

Dos 33 municípios considerados, 4 apresentaram um percentual da receita corrente com gasto com pessoal acima dos 50% em 2012 (Pirapora do Bom Jesus, Itaquaquecetuba, Salesópolis e Francisco Morato). Desses quatro, Itaquaquecetuba e Pirapora do Bom Jesus estão entre os municípios com as 5 maiores variações nesse percentual para o período de 2002-2012. Em 2002, 6 municípios comprometiam mais de 50% da receita corrente com gastos com pessoal. Durante o período 2002-2012, a maioria dos 33 municípios (19) apresentaram redução da proporção gasto com pessoa / receita corrente, com destaque para Guararema (que reduziu de 29% para 16,2%), Mauá, São Paulo, Taboão da Serra e Mairiporã.

Outro componente importante da despesa é o investimento, dada a sua colaboração para o desenvolvimento econômico do município ou da região em questão. Em 1998, o conjunto dos 33 municípios considerados neste artigo, investiram R\$ 868 milhões, pouco mais de 7,5% das despesas orçamentárias totais do ano. Em 2012, a porcentagem chegou a 10,0% da despesa orçamentária, atingindo R\$ 5,657 bilhões, um crescimento nominal de cerca de 550%. O município de São Paulo sozinho, em 1998 investiu R\$ 518 milhões, algo em torno de 6,6% das suas despesas orçamentárias. O número chegou a R\$ 3,600 bilhões em 2012 (9,9% das despesas orçamentárias do ano). Considerando o IPCA do período, o agrupamento de 33 municípios registrou um crescimento de aproximadamente 171,4%, enquanto São Paulo aumentou seu investimento em cerca de 81,5%.

Como pode ser observado pelo Gráfico 1.7, que traz o investimento como proporção da receita corrente, não há uma tendência para essa variável, mesmo considerando um período relativamente longo (1998-2012). Em geral, existem “ciclos” de alta e de baixa no investimento (anos como 2009, 2005, 2001, exercícios de início de novos governos tendem a apresentar uma diminuição do investimento como proporção da receita corrente).

**Gráfico 1.7 - Investimento como porcentagem da Receita Corrente - 1998 a 2012 - RMSP**



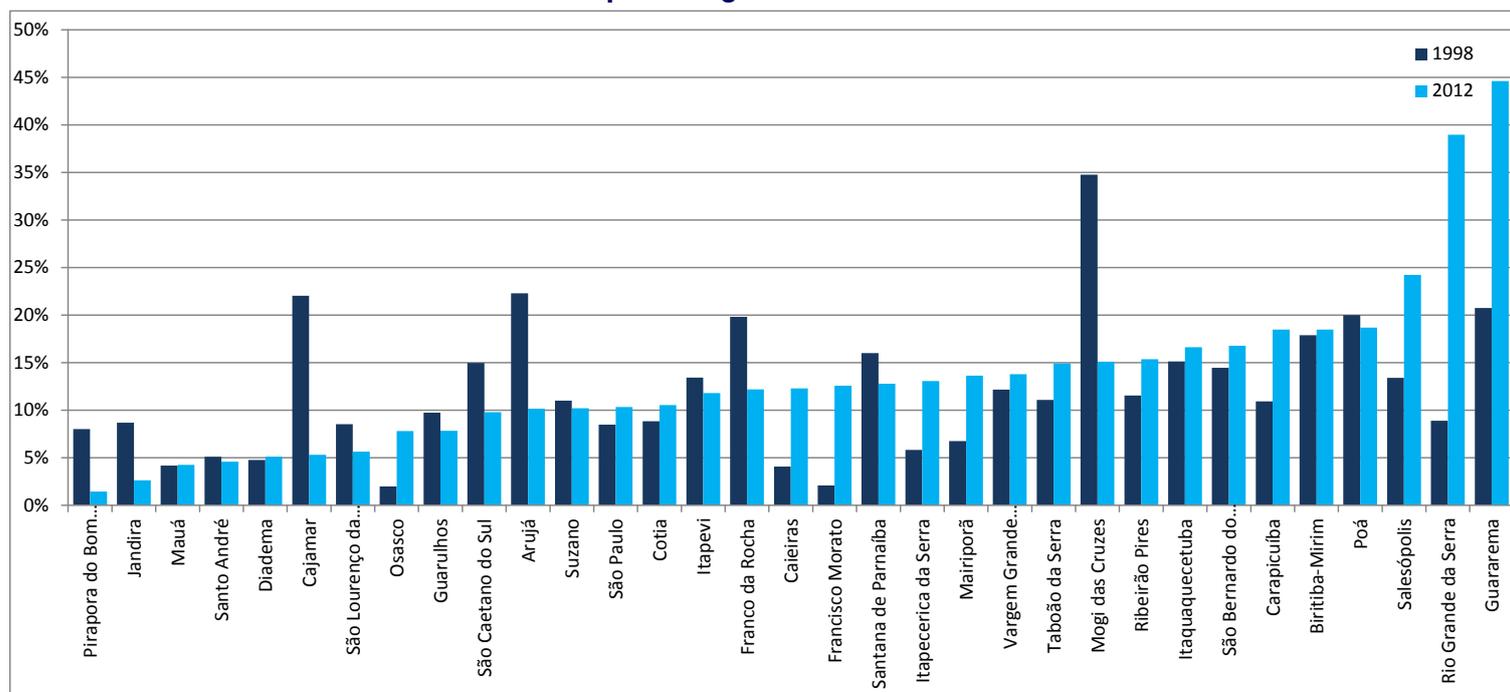
Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

Dos 33 municípios, 14 apresentaram uma proporção investimento / receita corrente em 2012 menor que a proporção de 1998. Municípios como Pirapora do Bom Jesus, Cajamar, Jandira, Mogi das Cruzes e Arujá tiveram reduções superiores a 50% nessa variável. Sete municípios (Francisco Morato, Rio Grande da Serra, Osasco, Caieiras, Itapeverica da Serra, Guararema e Mairiporã) mais que dobraram suas proporções considerando os anos de 1998 e 2012.

A proporção média (investimento / receita corrente) da região metropolitana de São Paulo foi de 10,6% em 2012, contra 9,4% em 1998. Quatorze municípios, incluindo São Paulo com 10,3%, ficaram abaixo dessa média em 2012, mesmo número de municípios que em 1998 também ficaram abaixo da média naquele ano.

O Gráfico 1.8 traz o investimento como porcentagem da receita corrente líquida dos anos de 1998 e 2012 para os 33 municípios considerados. Os municípios estão ordenados da menor para maior proporção no ano de 2012.

**Gráfico 1.8 - Investimento como porcentagem da Receita Corrente - 1998 e 2012 - RMSP**



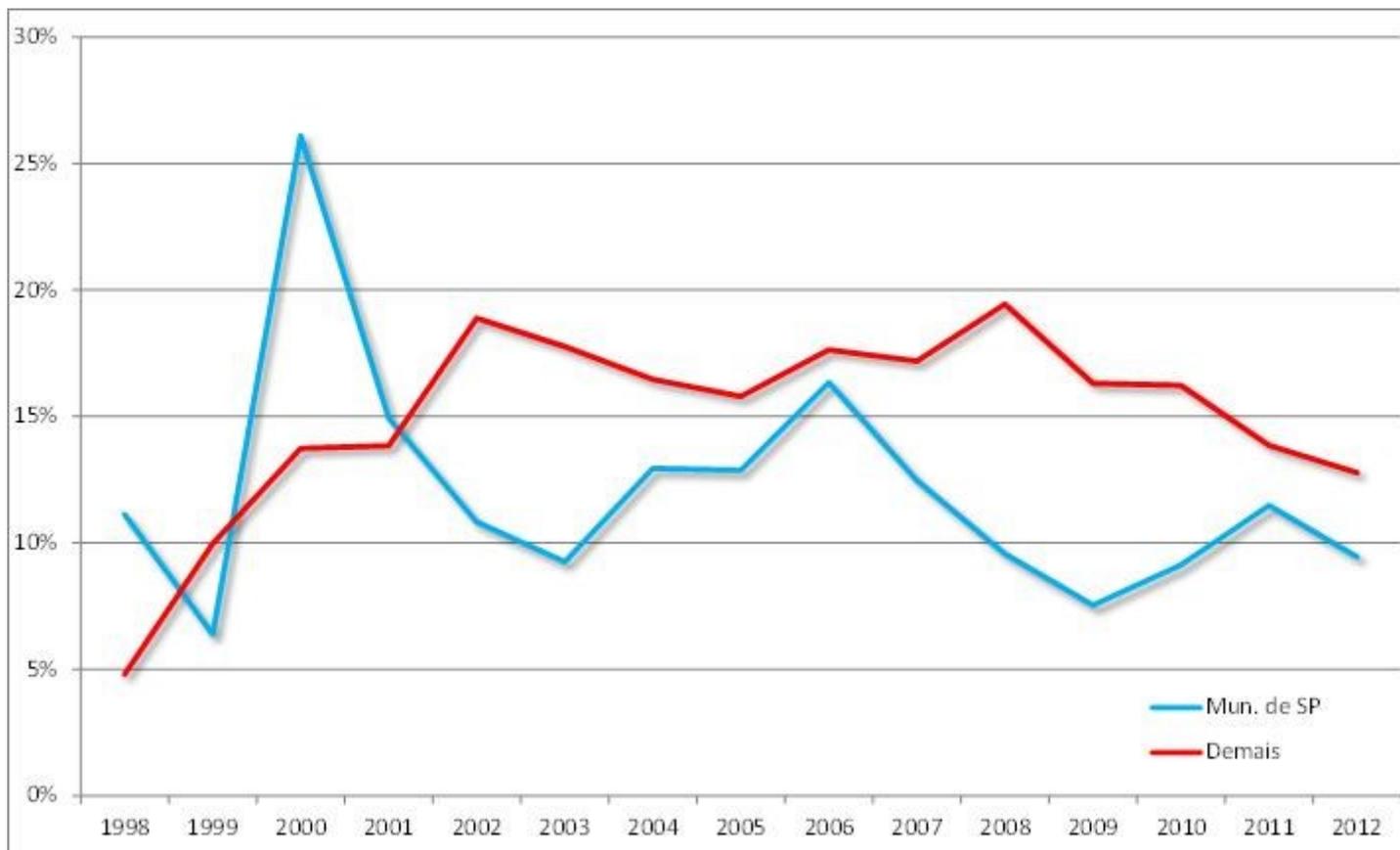
Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

Uma variável relacionada ao investimento é a poupança corrente, a diferença entre as receitas correntes e a despesas corrente. Em 1998, o conjunto dos 33 municípios gerou uma poupança corrente de R\$ 833 milhões, número que cresceu nominalmente cerca de 582% atingindo R\$ 5,675 bilhões em 2012. Desse valor, R\$ 3,291 bilhões vieram de São Paulo, que registrou um crescimento de nominal de 384% para o período de 1998-2012 (em 1998, São Paulo registrou uma poupança corrente de R\$ 680 milhões). Corrigindo os valores pela inflação do período, o crescimento da região metropolitana como um todo (33 municípios) foi de aproximadamente 184%, enquanto São Paulo registrou uma variação de 101,5%.

O Gráfico 1.9 traz a poupança corrente como proporção da receita corrente para o período de 1998-2012. Como pode ser observado, para os 32 municípios da região metropolitana (o “Demais” no gráfico), após um período de trajetória crescente dessa proporção entre 1998-2002, o comportamento da curva mudou, apresentando uma leve trajetória decrescente com alguns pequenos picos e vales, trajetória decrescente que se intensificou nos últimos anos (2008-2012).

No caso do município de São Paulo não há uma tendência clara para a variável em questão durante o período considerado no artigo. Após queda entre 1998 e 1999, houve uma forte variação positiva da proporção poupança corrente / receita corrente entre os anos de 1999 e 2000, seguida de forte queda em 2001-2003. Após uma recuperação no período 2004-2006, novamente a tendência foi de queda, chegando ao mínimo no ano de 2009 (um ano economicamente “complicado”, devido a crise dos títulos americanos subprime). Em 2010 e 2011 a proporção voltou a subir, caindo novamente em 2012.

**Gráfico 1.9 - Poupança Corrente como porcentagem da Receita Corrente - (1998 - 2012) - RMSP**

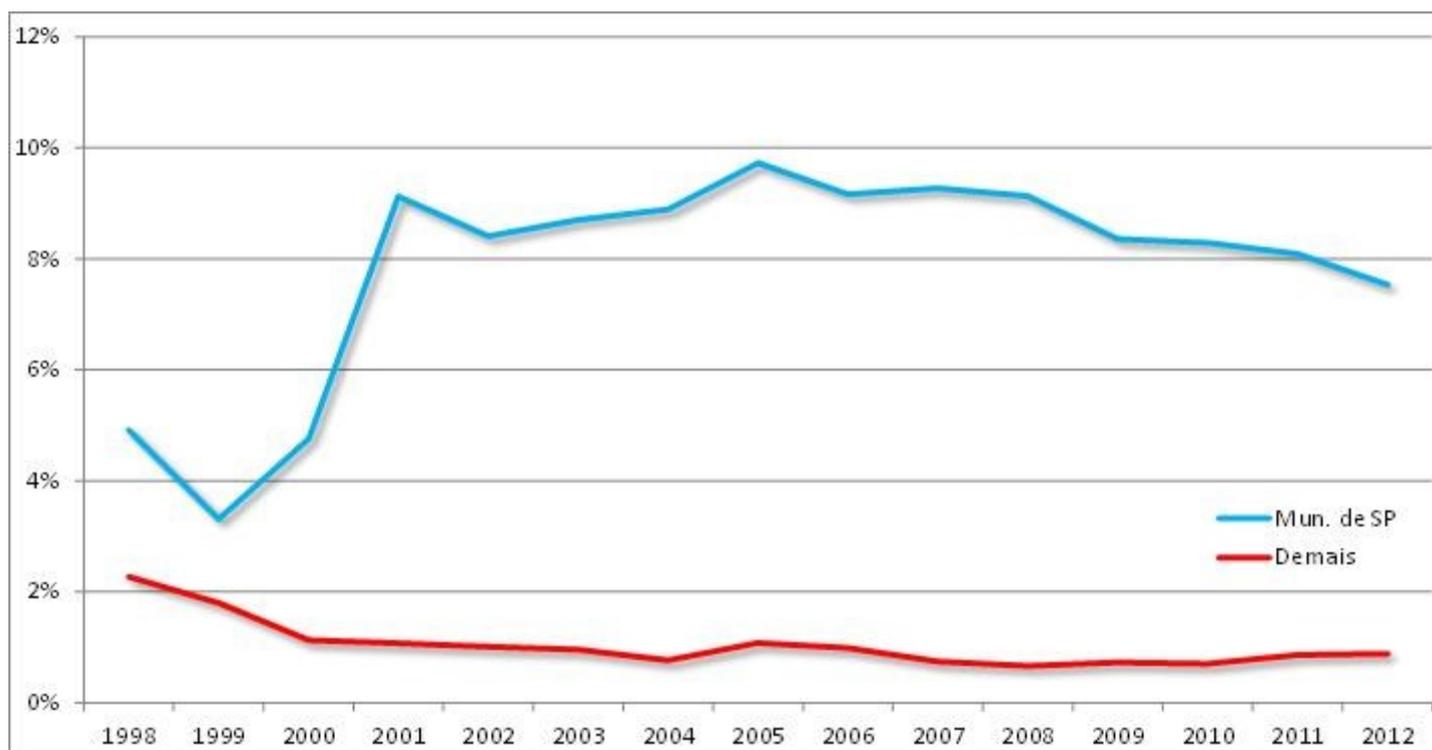


Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

Outro item que costuma merecer destaque nas despesas orçamentárias é o pagamento de juros e encargos da dívida pública municipal. Em 1998, o conjunto dos 33 municípios empenhou R\$ 372 milhões para Juros e Encargos da Dívida, número que cresceu nominalmente 649%, atingindo R\$ 2,789 bilhões em 2012. Só o município de São Paulo, em 2012, foi o responsável por 94% desse valor, empenhando R\$ 2,624 bilhões, contra R\$ 300,435 milhões em 1998 (crescimento nominal de 773,5%). Considerando o IPCA do período, o crescimento dos empenhos paulistanos foi de 263,7%, enquanto a variação do conjunto de 33 municípios foi de 212%. Tirando São Paulo do conjunto, o total empenhado pelos 32 demais municípios caiu em termos reais (cerca de 4,5%).

O Gráfico 1.10 traz os empenhos para Juros e Encargos da Dívida como proporção da receita corrente para o período de 1998 a 2012. Como pode ser observado, no caso do conjunto dos 32 municípios (exceto São Paulo), a trajetória dessa variável foi de estabilidade, principalmente pós-2004. Para o caso de São Paulo, há uma grande variação no patamar da proporção Juros e Encargos da Dívida / Receita Corrente após 1999. Isso se deve ao início dos pagamentos do contrato de refinanciamento da dívida municipal com o governo federal, que começou a ocorrer em junho de 2000. Após 2001, a trajetória da relação foi de estabilidade, com uma leve tendência crescente durante o período 2001-2004, seguida de uma reversão dessa tendência após 2004.

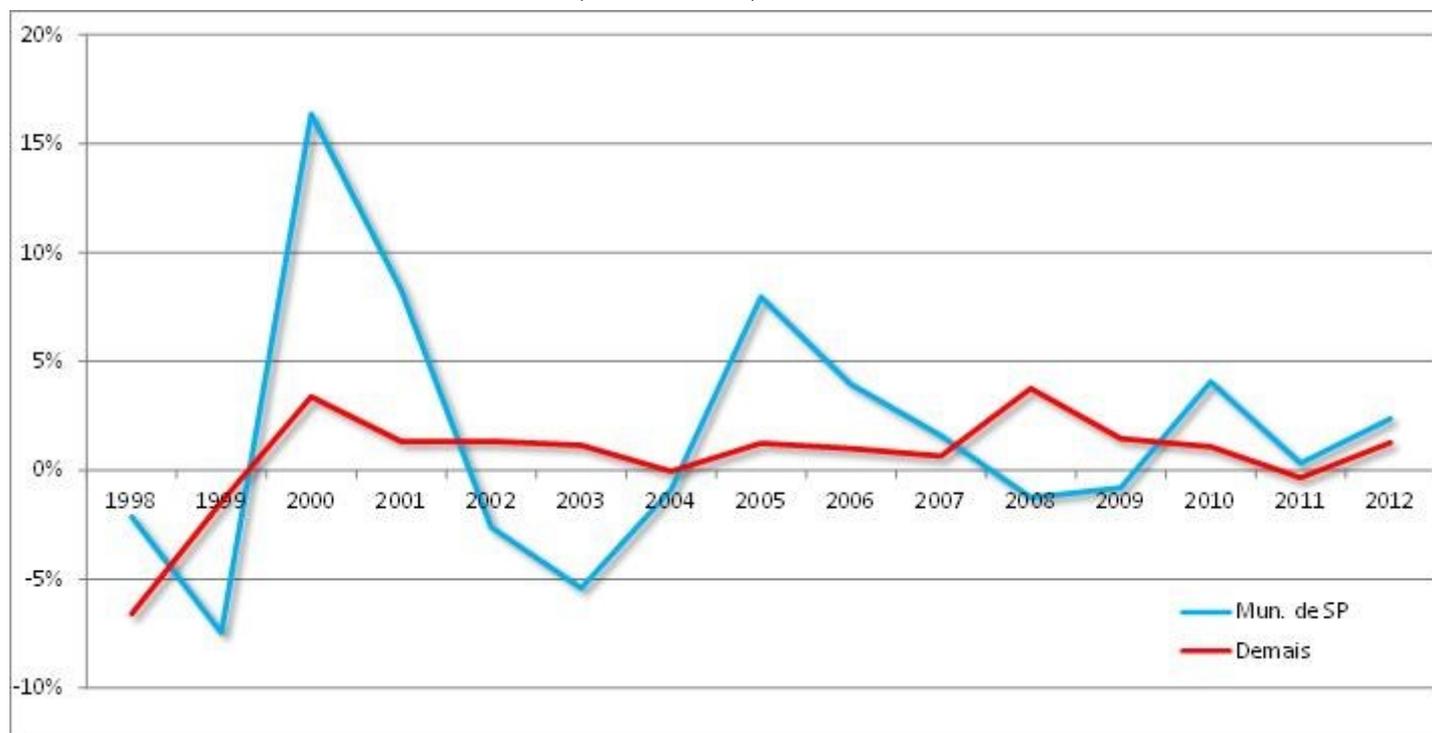
**Gráfico 1.10 - Juros e Encargos da Dívida como porcentagem da Receita Corrente - (1998 - 2012) - RMSP**



Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, o Gráfico 1.11 traz o resultado orçamentário (diferença entre a receita e a despesa orçamentária) como proporção da receita orçamentária para o período de 1998 a 2012. Porcentagens negativas significam um “déficit orçamentário” - uma despesa orçamentária maior que a receita.

**Gráfico 1.11 - Resultado Orçamentário como porcentagem da Receita Orçamentária Arrecadada - (1998 - 2012) - RMSP**



Fontes: FINBRA - Secretaria do Tesouro Nacional

---

Como pode ser observado tanto para o município de São Paulo quanto para os demais, não há uma tendência definida para essas variáveis. Assim como ocorreu na proporção investimento / receita corrente, principalmente para São Paulo, o que se tem é uma alternância de ciclos de alta e baixa (superávits e déficits). Os períodos de déficit orçamentário (1998/1999, 2002/2003 e 2008/2009) foram anos/períodos considerados “problemáticos” economicamente. No caso de 1998/1999 havia pressão para mudança no regime cambial do país (que acabou acontecendo em 1999), além de crises internacionais como a da Rússia, o que acabou impactando a economia do país. Já em 2002/2003 houve mudanças políticas que geraram desconfiança nos mercados financeiros, sucedida, ainda em 2003 por um ano de aumento de juros e controle fiscal no âmbito federal. Em 2008/2009 ocorreu a crise dos títulos subprime americanos, que acabou se transformando em uma crise internacional.

Em relação aos demais municípios, não há uma relação muito clara entre acontecimentos econômicos mais gerais e o resultado do conjunto dos municípios. Um detalhe curioso é a diferença de “resposta” dos dois grupos no período 2008/2009. Enquanto São Paulo acabou produzindo déficits orçamentários, em 2008 houve o maior pico na proporção resultado orçamentário / receita orçamentária do grupo “Demais”.

## **Conclusão**

Olhando para mais de uma década de dados gerais sobre execução orçamentária, o que se pode observar é que o poder público municipal da região ampliou sua participação na economia local, ao mesmo tempo em que não perdeu o controle de certas variáveis importantes na gestão fiscal. O crescimento real da receita e despesa orçamentária, junto do crescimento da receita tributária em relação ao PIB, dá uma medida dessa ampliação de participação. Os dados de gastos com pessoal por receita corrente e juros sobre receita corrente indicam o controle mencionado anteriormente.

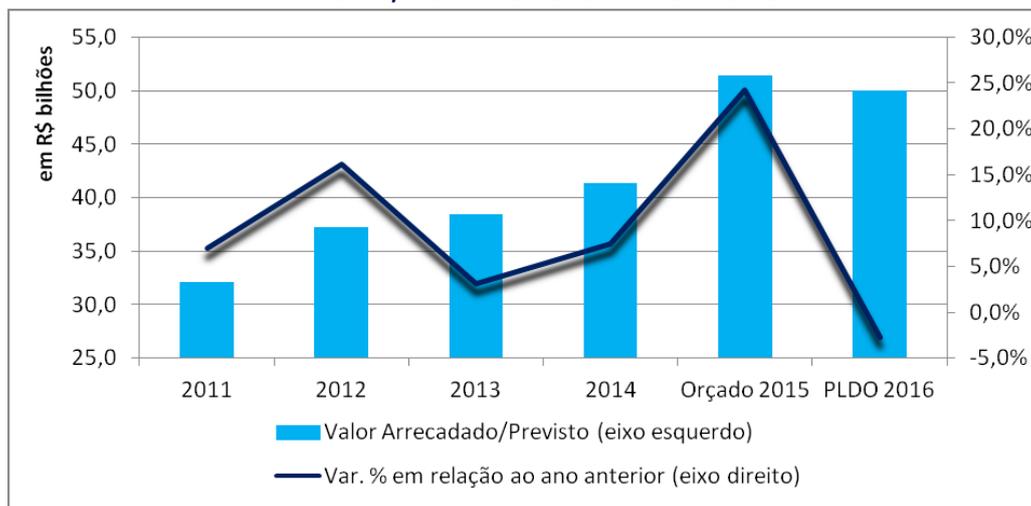
O resultado de alguns outros indicadores é um pouco mais ambíguo. Por exemplo, a proporção investimento / receita corrente não demonstrou tendências de aumento ao longo do período, o que pode impactar o desenvolvimento econômico da região, já que essa variável (investimento) é de suma importância para o desenvolvimento econômico. Apesar do aumento da participação das prefeituras nas economias locais, esse aumento não se traduziu, aparentemente, em mais investimentos. Outro indicador com resultados problemáticos é a questão das transferências correntes. Embora a diminuição da porcentagem das receitas correntes provenientes de transferências possa indicar um aumento do controle de cada município sobre seu orçamento, isso pode também ser um sintoma de perda de poder econômico, dado que transferências como ICMS estão estritamente relacionadas ao desempenho econômico do município, número de indústrias na região, etc.

## 5. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016\*

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, a Câmara Municipal recebeu do Poder Executivo no dia 15/abril o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o ano de 2016. Com periodicidade anual, a LDO, que é um dos instrumentos de planejamento público definidos pela Constituição Federal, compreende as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. A LDO estabelece, também, orientações gerais para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro subsequente e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

O Projeto de LDO estima para o ano de 2016 uma receita orçamentária para a prefeitura de São Paulo de R\$ 50,0 bilhões (Gráfico 4.1), o que representaria um valor 2,7% menor que o orçamento aprovado para 2015 e 21% maior que o arrecadado em 2014.

**Gráfico 4.1 - Receita Orçamentária - São Paulo - Arrecadado 2011 a 2014, LOA 2015 e PLDO 2016**



Fonte: Balanço Anual 2011 a 2014, Orçamento 2015 e Projeto LDO 2016

Os valores estimados baseiam-se no Orçamento 2015, no comportamento da arrecadação em 2015 e na projeção para 2016 de um cenário macroeconômico, no qual se espera um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de 1,5%, do PIB do setor de serviços de 1,5% e uma taxa de inflação de 5,5%. Os valores que constituem esse cenário basearam-se nos dados do Relatório *Focus* produzido pelo Banco Central (posição em 27/02/2015).

\* Publicado no Indicador Paulistano n° 59 - maio/2015.

Ressalta-se que o valor definitivo para o orçamento de 2016 ainda será determinado pela lei orçamentária, servindo a estimativa constante na LDO apenas de parâmetro para a definição das prioridades e das metas fiscais.

A queda da receita com relação ao orçado para 2015 deve-se, principalmente, às estimativas para as receitas de capital, das quais se espera uma redução de 31,2% (ou de R\$ 2,2 bilhões em termos nominais). Apesar da queda, os valores projetados para receitas de capital, particularmente das 'Transferências de Capital', são significativamente superiores aos realizado em 2014. Comparativamente ao realizado em 2014, as 'Transferências de Capital' projetadas na proposta de LDO representam um aumento de 589% (ou de R\$ 4,2 bilhões). Não consta na LDO 2016 previsão para a realização de "Operações de Crédito" no triênio 2016-2018.

**Tabela 4.1 - Receita Orçamentária no Município de São Paulo: Realizado 2014, LOA 2015 e LDO 2016 - em R\$ mil correntes**

Receitas	Realizado	LOA	LDO 2015			Var.% B/A
	2014	2015 (A)	2016 (B)	2017	2018	
<b>Receita Total (= I + II + III + IV)</b>	<b>41.345.041</b>	<b>51.393.748</b>	<b>50.027.202</b>	<b>53.014.493</b>	<b>56.140.277</b>	<b>-2,7%</b>
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>40.698.912</b>	<b>44.664.359</b>	<b>45.516.979</b>	<b>48.666.958</b>	<b>52.032.457</b>	<b>1,9%</b>
Receita Tributária	20.557.298	22.640.371	23.609.572	25.350.549	27.175.682	4,3%
Receita de Contribuições	1.288.241	1.394.033	1.477.254	1.554.071	1.631.775	6,0%
Receita Patrimonial	1.028.138	813.855	1.115.841	1.233.939	1.381.789	37,1%
Receita de Serviços	433.001	493.235	479.240	514.244	551.835	-2,8%
Transferências Correntes	14.919.740	16.672.895	16.029.425	17.199.509	18.455.980	-3,9%
Outras Receitas Correntes	2.472.495	2.649.969	2.805.648	2.814.645	2.835.396	5,9%
<b>Deduções de Transferências Correntes (II)</b>	<b>-2.010.876</b>	<b>-2.034.888</b>	<b>-2.047.883</b>	<b>-2.197.460</b>	<b>-2.358.095</b>	<b>0,6%</b>
<b>Receitas de Capital (III)</b>	<b>1.041.787</b>	<b>7.057.750</b>	<b>4.854.037</b>	<b>4.752.310</b>	<b>4.583.595</b>	<b>-31,2%</b>
Operações de Crédito	5.500	80.611	-	-	-	
Alienações de Bens	25.174	923.903	13.332	14.306	15.352	-98,6%
Amortizações de Empréstimos	23.315	19.376	17.737	19.033	20.424	-8,5%
Transferências de Capital	651.358	4.834.107	4.485.554	4.356.913	4.159.294	-7,2%
Outras Receitas de Capital	336.439	1.199.753	337.414	362.059	388.525	-71,9%
<b>Receitas Intra Orçamentárias (IV)</b>	<b>1.615.219</b>	<b>1.706.528</b>	<b>1.704.069</b>	<b>1.792.685</b>	<b>1.882.320</b>	<b>-0,1%</b>

Fonte: Projeto de LDO 2016, LOA 2015 e Balanço Anual 2014

Para as receitas correntes, o projeto de LDO 2016 estima um crescimento nominal de 1,9% em relação ao orçado 2015. Para a 'Receita Tributária' é esperado um crescimento de 4,3%, percentual inferior a taxa de inflação (IPCA) prevista para 2016. Quanto às receitas de transferências, que representam os recursos provenientes da União e do Estado (ICMS, IPVA, FUNDEB, dentre outras), prevê-se queda de 3,9% em relação ao orçado 2015.

Pelo lado das despesas, a proposta de LDO projeta despesas de capital no valor de R\$ 8,6 bilhões, o que representa uma queda de 20,1% em relação ao orçamento 2015. O principal componente das despesas de capital são os investimentos, para os quais estão previstas despesas no valor de R\$ 6,7 bilhões, o que representa uma queda de 25,5% em relação ao orçamento para 2015. Apesar da queda, os valores projetados são significativamente superiores aos realizados em 2014. Comparativamente ao realizado em 2014, os investimentos projetados na proposta de LDO representam um aumento de 57,0% (ou de R\$ 2,4 bilhões).

**Tabela 4.2 - Despesa Orçamentária no Município de São Paulo: Empenhado 2014, LOA 2015 e PLDO 2016 - em R\$ mil correntes**

Receitas	Realizado	LOA	LDO 2016			Var. % B/A
	2014	2015 (A)	2016 (B)	2017	2018	
<b>Despesa Total ( = IV + V + VI )</b>	<b>43.443.326</b>	<b>51.393.748</b>	<b>50.027.202</b>	<b>53.014.493</b>	<b>56.140.278</b>	<b>-2,7%</b>
<b>Despesas Correntes ( IV )</b>	<b>37.564.923</b>	<b>40.633.429</b>	<b>41.425.332</b>	<b>44.017.217</b>	<b>46.788.380</b>	<b>1,9%</b>
Pessoal e Encargos	16.161.717	17.651.214	18.419.290	19.610.398	20.892.588	4,4%
Juros e Encargos da Dívida	2.710.652	2.545.267	1.240.693	1.226.722	1.208.989	-51,3%
Outras Despesas Correntes	18.692.554	20.436.947	21.765.349	23.180.097	24.686.803	6,5%
<b>Despesas de Capital ( V )</b>	<b>5.878.404</b>	<b>10.760.318</b>	<b>8.600.870</b>	<b>8.996.276</b>	<b>9.350.898</b>	<b>-20,1%</b>
Investimentos	4.236.971	8.931.927	6.650.166	6.917.496	7.138.165	-25,5%
Inversões Financeiras	156.519	32.637	50.000	50.000	50.000	53,2%
Amortizações da Dívida	1.484.913	1.795.755	1.900.704	2.028.780	2.162.733	5,8%
<b>Reserva de Contingência ( VI )</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>99900%</b>

Fonte: Projeto de LDO 2016, LOA 2015 e Balanço Anual 2014

Projeta-se para as despesas correntes expansão de 1,9%, sendo que para 'Pessoal e Encargos' se estima crescimento de 4,4% e para 'Outras Despesas Correntes', 6,5%. Destaca-se a queda prevista nos pagamentos dos 'Juros e Encargos da Dívida' (despesa corrente) de 51,3% (ou R\$ 1,3 bilhão). Na soma dos 'Juros e Encargos da Dívida' (despesa corrente) com 'Amortizações da Dívida' (despesa de capital), os pagamentos totais da dívida devem cair 27,6% (de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 3,1 bilhões).

A redução prevista nos pagamentos da dívida ocorre no contexto de aprovação da Lei Complementar nº 148/2014 (LC nº 148/2014), que aguarda regulamentação, autorizando a União a alterar as condições das taxas de juros aplicadas sobre os contratos de refinanciamento celebrados com estados e municípios. Em substituição às condições atuais, em que a dívida é corrigida por juros de 9% ao ano mais variação do IGP-DI, o texto da lei aprovada permite que sejam

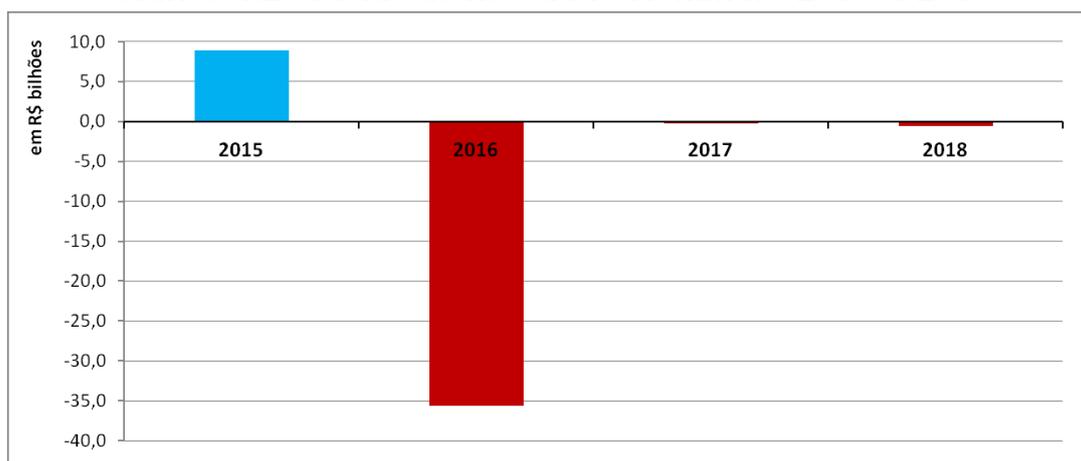
aplicados retroativamente a janeiro/2013 juros de 4% ao ano mais a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou da taxa Selic, o que for menor. Além de permitir a alteração do indexador que corrige os valores da dívida, a LC nº148 também autoriza a União a conceder um desconto sobre o saldo devedor em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro/2013 e aquele apurado aplicando a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura do contratos. O projeto de LDO prevê a ocorrência desse desconto na definição das metas fiscais para o exercício 2016.

### Metas Fiscais

Além de orientar a elaboração do orçamento, a LDO foi incumbida pela Lei Complementar nº 101 de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) de dispor sobre o equilíbrio das contas públicas. Um dos dispositivos criados pela LRF e que compõe a LDO é o Anexo de Metas Fiscais, no qual são definidas metas anuais de resultado primário e de resultado nominal para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes.

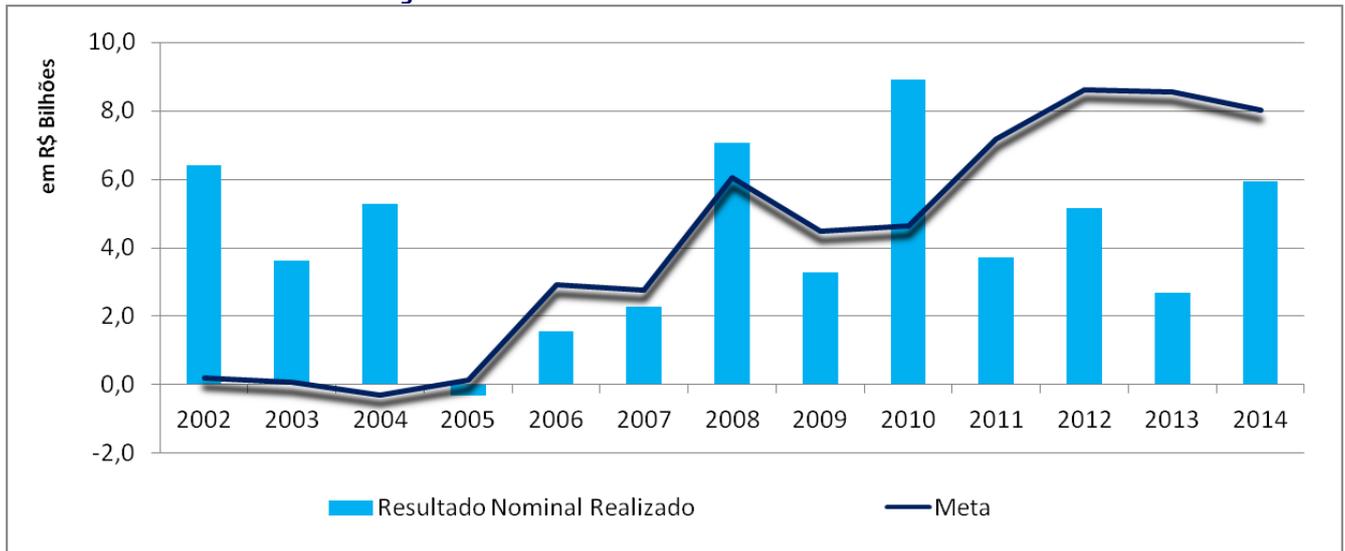
O resultado nominal é definido como o valor do crescimento da dívida fiscal líquida, portanto, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal. Em função da expectativa de regulamentação da LC nº 148/2014, a meta de resultado nominal para 2016 é um valor negativo (diminuição da dívida) de R\$ 35,5 bilhões. Para os anos de 2017 e 2018, a meta de resultado nominal aponta para uma estabilização da dívida municipal. A PDLO 2016 também alterou a meta anteriormente definida para o exercício 2015 de R\$ 6,8 bilhões para R\$ 8,8 bilhões. O Gráfico 4.4 apresenta os valores das metas de resultado nominal definidas na LDO 2016 para os anos de 2015 a 2018.

**Gráfico 4.2 - Metas de Resultado Nominal - 2015 a 2018**



Fonte: Projeto de LDO 2016

**Gráfico 4.3 - Evolução das Metas e do Resultado Nominal - 2002 a 2014**



Fonte: Projeto LDO 2016

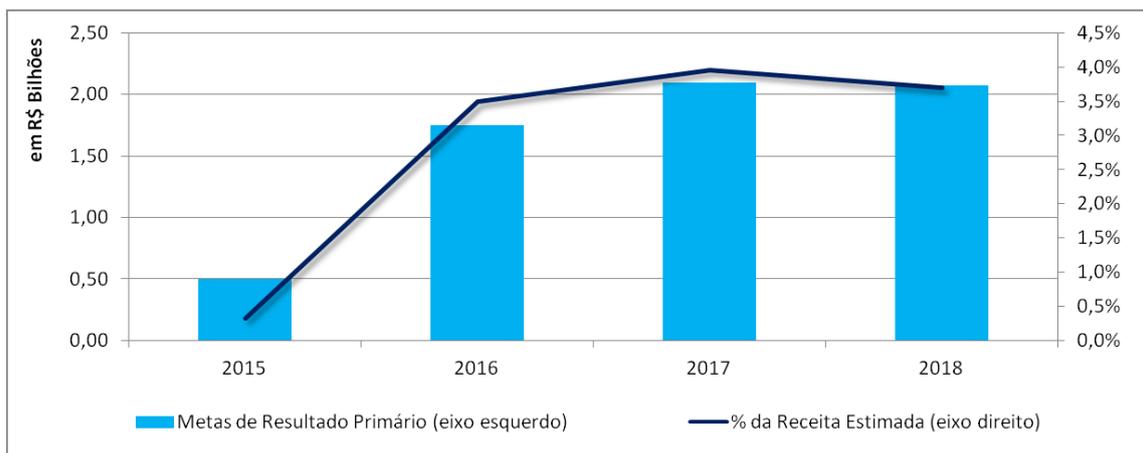
Além de definir as metas, a LDO também avalia o cumprimento das metas do ano anterior. Em 2014, o resultado nominal foi de R\$ 5,93 bilhões. Apesar de cumprir a meta de R\$ 8,01 bilhões, esse valor foi R\$ 3,25 bilhões superior ao resultado nominal registrado em 2013.

O Gráfico 4.3 apresenta a evolução de 2002 a 2014 das metas e do resultado nominal efetivamente realizado. Nos anos de 2002 a 2004, 2008 e 2010, as metas de resultado nominal não foram cumpridas. De 2002 a 2004, as metas foram relativamente mais restritivas, assumindo valores significativamente menores (portanto, mais difíceis de serem cumpridas). Além disso, nesses anos, assim como nos outros anos (2008 e 2010) em que a meta não foi cumprida, o IGP-DI, índice que reajusta o valor da dívida da prefeitura com a União, registrou variações significativamente mais elevadas, fazendo com que o a dívida municipal crescesse com maior intensidade.

Quanto ao resultado primário, trata-se de um indicador que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. O resultado primário é definido pela diferença entre as receitas não-financeiras e despesas não financeiras, sendo que quanto maior o seu valor, melhor é a situação fiscal.

A PLDO 2016 estabelece para o próximo ano meta de resultado primário de R\$ 1,75 bilhão, o que corresponde a 3,5% do total da receita estimada para o próximo ano. Além de estabelecer metas para os anos de 2017 e 2018, o projeto reduz a meta de resultado primário anteriormente

**Gráfico 4.4 - PLDO 2016 - Metas de Resultado Primário e % da Receita Estimada da 2015, 2017 e 2018**

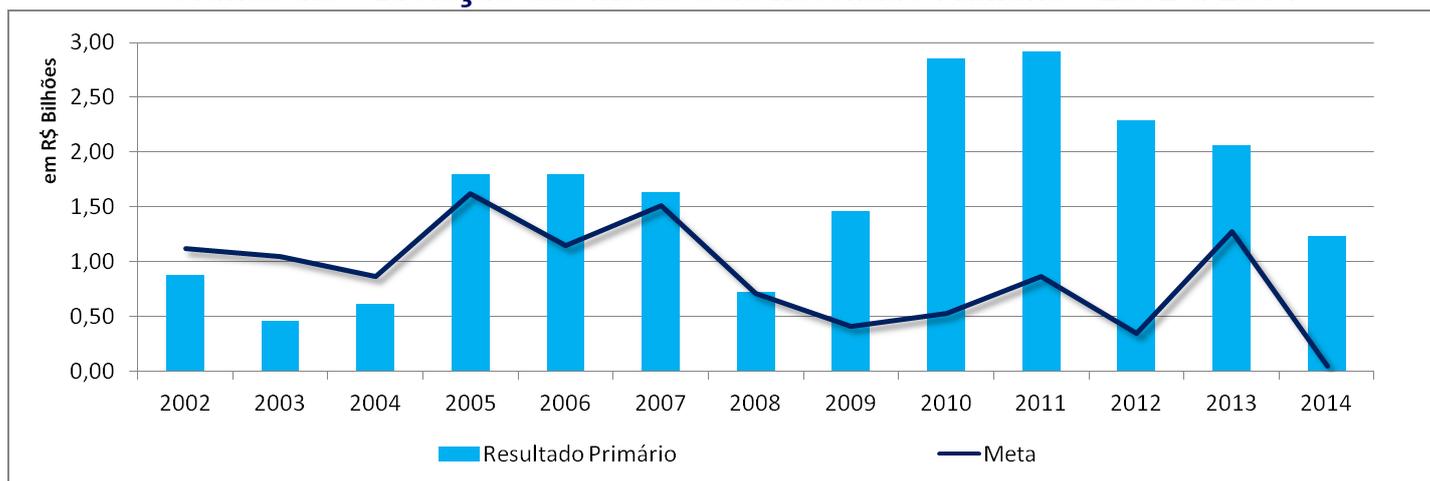


Fonte: Projeto LDO 2016

definida de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 502,6 milhões. O Gráfico 4.4 apresenta os valores das metas de resultado primário definidas na PLDO para os anos de 2015 a 2018, e o quanto isto percentualmente representa do valor do orçamento estimado para cada ano.

O Gráfico 4.5 mostra a evolução das metas e dos resultados primários realizados nos últimos anos. Na série desde 2002, apenas nos três primeiros anos, nos quais foram registrados déficits orçamentários, o resultado primário não atingiu a meta. Em 2008, ano em que se voltou a registrar déficit orçamentário, o resultado primário (de R\$ 720,5 milhões) ficou ligeiramente acima da meta (de R\$ 704,3 milhões). A LOA 2015 estipulou uma meta de resultado primário de R\$ 50 milhões para o ano de 2014. O resultado primário efetivamente realizado pelo município, no ano passado, foi de R\$ 1,23 bilhão (3,0% do total da receita), portanto, cumprindo com folga a meta estabelecida.

**Gráfico 4.5 - Evolução das Metas e do Resultado Primário - 2002 a 2014**



Fonte: Projeto LDO 2016

---

## Prioridades e Metas

Conforme disposto na Constituição Federal, constam no projeto de LDO as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro subsequente. As metas “são a mensuração das ações de governo para definir quantitativamente e qualitativamente o que se propõe ser atendido”<sup>1</sup>, e prioridade “é a hierarquia a que devem submeter-se as metas”<sup>1</sup>.

As metas e prioridades listadas no projeto de LDO para o exercício de 2016 fazem parte do Programa de Metas 2013-2016 (PM2013-2016) da Cidade de São Paulo, com exceção da “Operação Braços Abertos”, que embora não faça parte do PM2013-2016, está incluída nas prioridades para 2016.

Estão incluídas no “Anexo de Metas e Prioridades” apenas 98 das 123 metas do PM2013-2016. Segundo o “Anexo de Metas e Prioridades”, as metas concluídas até 2015 ou com conclusão prevista para 2015 não foram incluídas na LDO 2016.

Conforme as informações do portal da Prefeitura “planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/programa-de-metas” (acesso foi realizado no dia 25/05/2015 e os dados dos site estavam atualizados até dezembro/2014), das 25 metas que não foram incluídas, apenas 15 já estavam concluídas ou superadas. As 10 metas que não constam do projeto de LDO 2016 e que não estavam concluídas, segundo os dados do portal PlanejaSampa, apresentavam um percentual médio de execução de 49,5% do total (até dezembro/2014).

Das 98 metas incluídas no projeto de LDO 2016, 6 (metas 1, 28, 33, 57, 64 e 73) já estão concluídas ou superadas, segundo o mencionado portal da Prefeitura (posição em dezembro/2014). Ainda assim, para 3 delas (metas 1, 28 e 33), o projeto de LDO2016 prevê a destinação adicional de recursos, que somam R\$ 108,8 milhões.

O PLDO 2016 prevê despesas no montante de R\$ 50,0 bilhões, sendo que as metas e prioridades respondem por R\$ 6,4 bilhões, ou 12,7% do total. Destaca-se que 73,4% do total de recursos previstos para as metas e prioridades estão concentrados em apenas 7 metas. A Tabela 4.1 detalha as 7 maiores metas em termos de valor (R\$).

---

(1) *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*, Nilton de Aquino Andrade, respectivamente, págs. 23 e 28

**Tabela 4.1 - PLDO 2016 - Metas e Prioridades - 7 Maiores em Valor (R\$)**

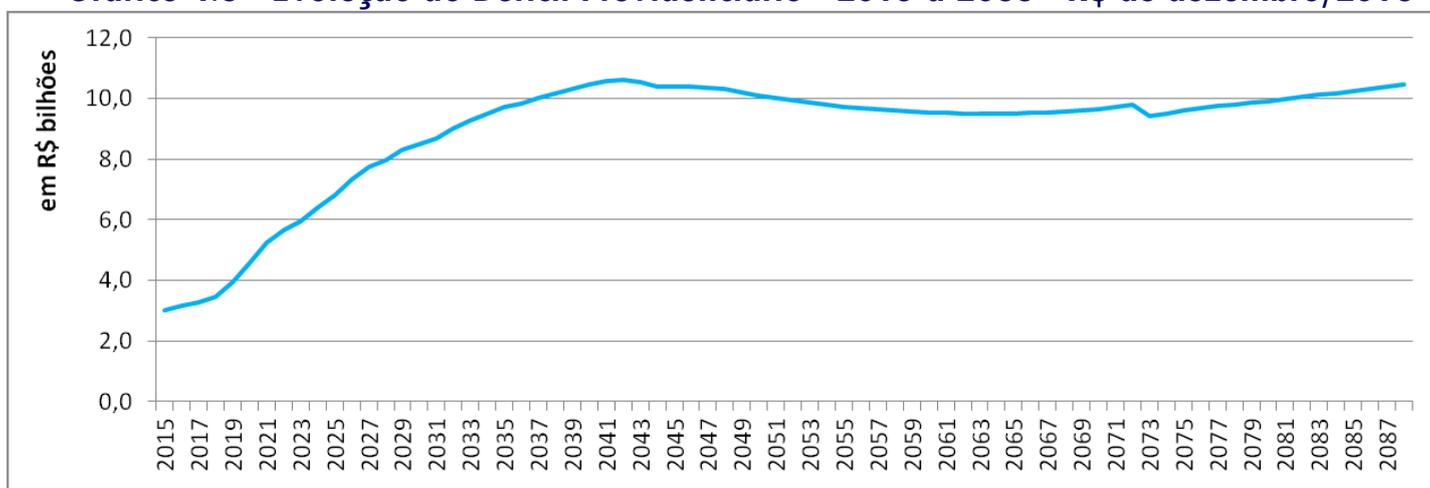
<b>Nº</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor (R\$) Projeto LDO2016</b>	<b>Execução até dez/2014</b>
93	Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de novos corredores de ônibus	1.538.059.371	50,9%
105	Realizar intervenções de controle de cheias em bacias dos córregos: Ponte Baixa, Zavuvus, Sumaré/Água Preta, Aricanduva, Cordeiro, Praça da Bandeira, Av. Anhaia Mello, Freitas/Capão Redondo, Paraguai/Éguas, Riacho do Ipiranga, Tremembé, Ribeirão Perus e Paciência e desenvolver o projeto para intervenção nos córregos do Itaim Paulista	867.123.316	33,9%
84	Concluir as fases II e III do Programa de Mananciais, beneficiando 70 mil famílias	818.770.048	34,1%
17	Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 243 Centros de Educação Infantil	458.790.000	40,5%
75	Realizar as obras previstas no âmbito da Operação Urbana Consorciada Água Espreada (OUCAE) (exclusão do Túnel da Roberto Marinho	385.753.309	65,0%
22	Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 3 hospitais, ampliando em 750 o número de leitos do sistema municipal de saúde;	295.587.022	40,8%
35	Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil unidades habitacionais	288.018.610	35,6%
	<b>SOMA</b>	<b>4.652.101.676</b>	

## Regime Próprio de Previdência dos Servidores

A LDO, conforme estabelecido pela LRF (art. 4º, §2º, inciso IV), deverá conter uma avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores. O PLDO 2016 apresenta um estudo financeiro e atuarial com projeções atuariais para o período compreendido entre 2014 a 2088 (os dados utilizados estão atualizados até 31/dezembro de 2013).

De acordo com as hipóteses atuariais e financeiras adotadas no estudo e detalhadas no projeto de LDO 2016, o resultado previdenciário (diferença entre as receitas e despesas previdenciárias) previsto é de R\$ 3,05 bilhões para 2015 (crescendo 11,1% em relação a 2014) e de R\$ 3,16 bilhões para 2016 (crescendo 3,6% em relação ao valor previsto para 2015). O Gráfico 4.6 mostra a evolução dos déficits previdenciários anuais de 2015 a 2088 (valores em R\$ de dezembro/2013).

**Gráfico 4.6 - Evolução do Déficit Previdenciário - 2015 a 2088 - R\$ de dezembro/2013**



Fonte: Projeto LDO 2016

Conforme o estudo, estima-se um déficit previdenciário crescente (4,76% ao ano), em termos reais, até o ano de 2042, a partir de então, espera-se uma estabilização do déficit, que passa a oscilar em torno de R\$ 10,0 bilhões ao ano até 2088.

---

## 6. Despesas e Receitas Orçamentárias Per Capita dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo - 2013\*

### Introdução

Um indicador interessante sobre a execução orçamentária de uma determinada região é o valor monetário empenhado dividido pela população da região. Muitas vezes, valores de execução absolutos altos, dependendo da população alvo desse gasto, acabam na realidade se revelando um montante baixo ou mesmo insuficiente, considerando a quantidade de pessoas que “partilham” dos serviços e benefícios oferecidos (R\$ 1 milhão gasto na oferta de um serviço compartilhado por 10 pessoas é bem diferente do mesmo milhão gasto na oferta de um serviço para 1 milhão de pessoas). Para uma mensuração ou avaliação mais adequada de certos montantes, principalmente em situações envolvendo gastos orçamentários, torna-se mais interessante o uso do valor “per capita”, dada a diferença entre municípios ou regiões envolvidas nas comparações.

O objetivo deste artigo é trazer o valor “per capita” de algumas despesas e receitas orçamentárias da região metropolitana de São Paulo e compará-las com outros municípios, como capitais e grandes municípios brasileiros. A fonte dos dados utilizados é o SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) da Secretaria do Tesouro Nacional. O sistema é alimentado pelos próprios municípios e estados que enviam seus dados contábeis de acordo com a legislação vigente. Para este artigo, utilizaremos dados relativos a 2013, devido a disponibilidade de informações e maior abrangência da base.

### Dados de Despesa Per Capita

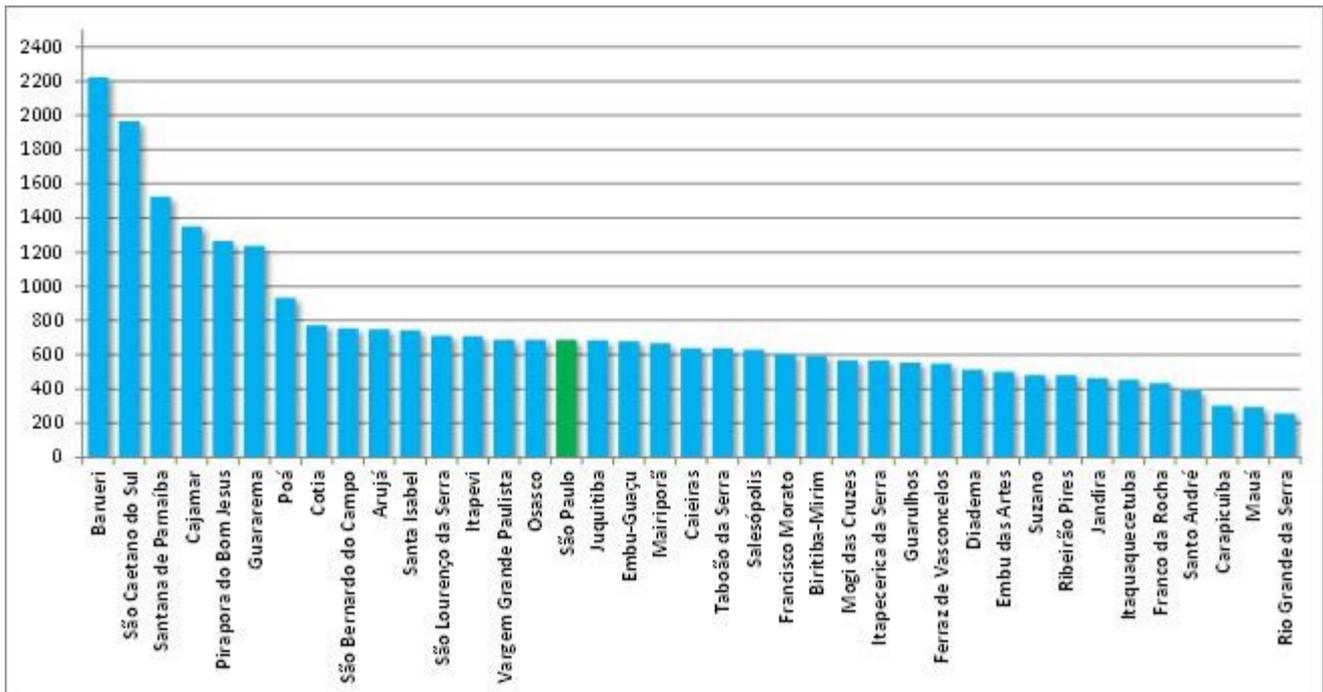
#### Função Educação

Os gráficos 1.1, 1.2 e 1.3 mostram a despesa empenhada *per capita* na função educação disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

---

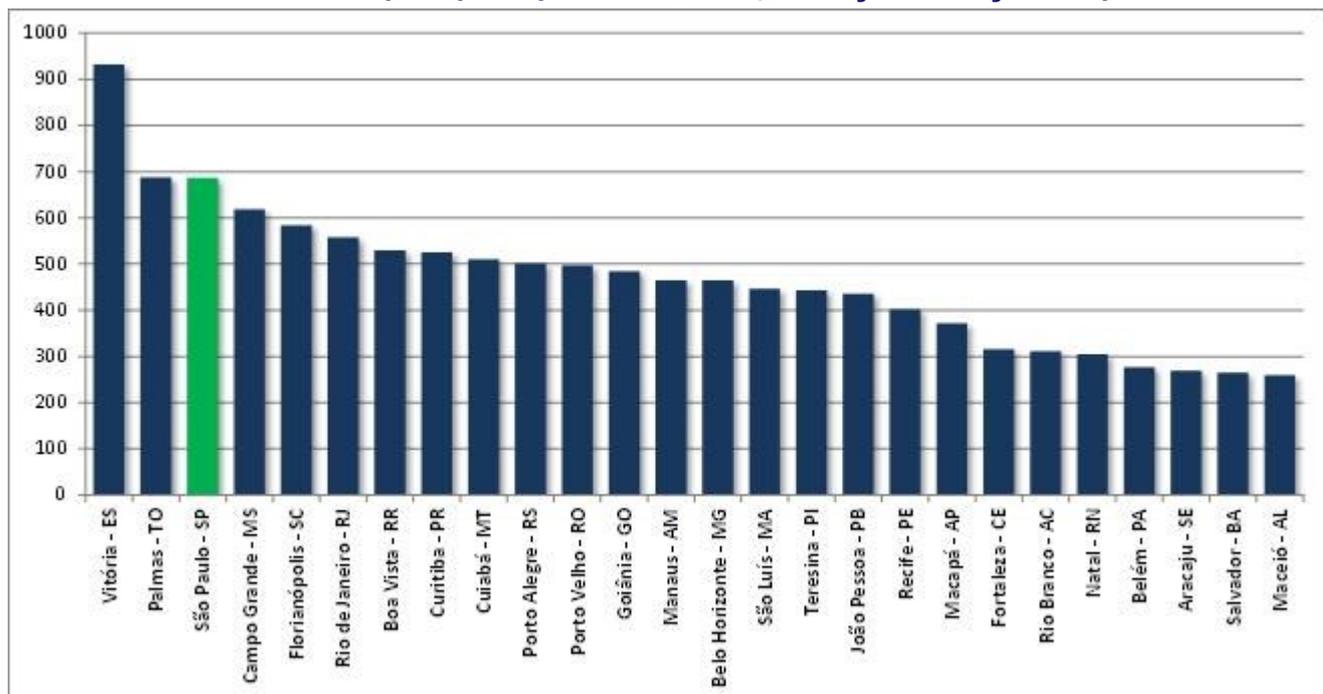
\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 51 - agosto/2015.

**Gráfico 1.1 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Educação - Municípios da RMSP**



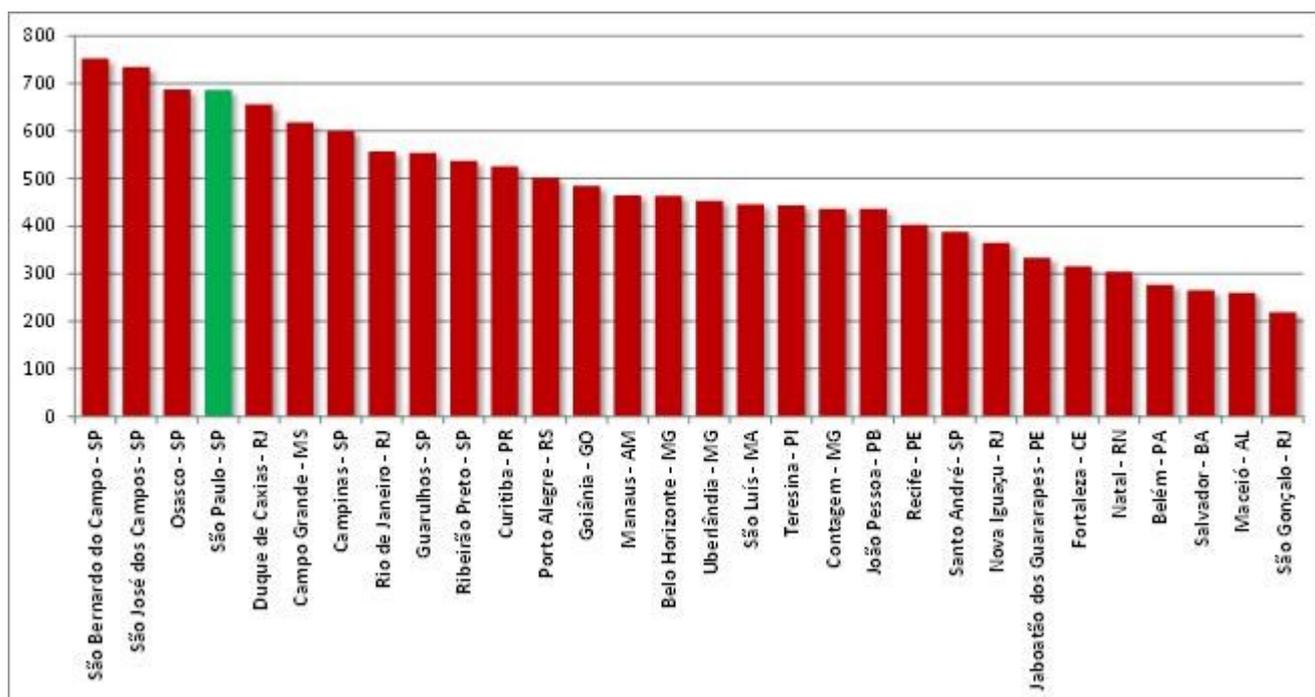
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.2 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Educação - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.3 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Educação - 30 Maiores Municípios - Brasil**



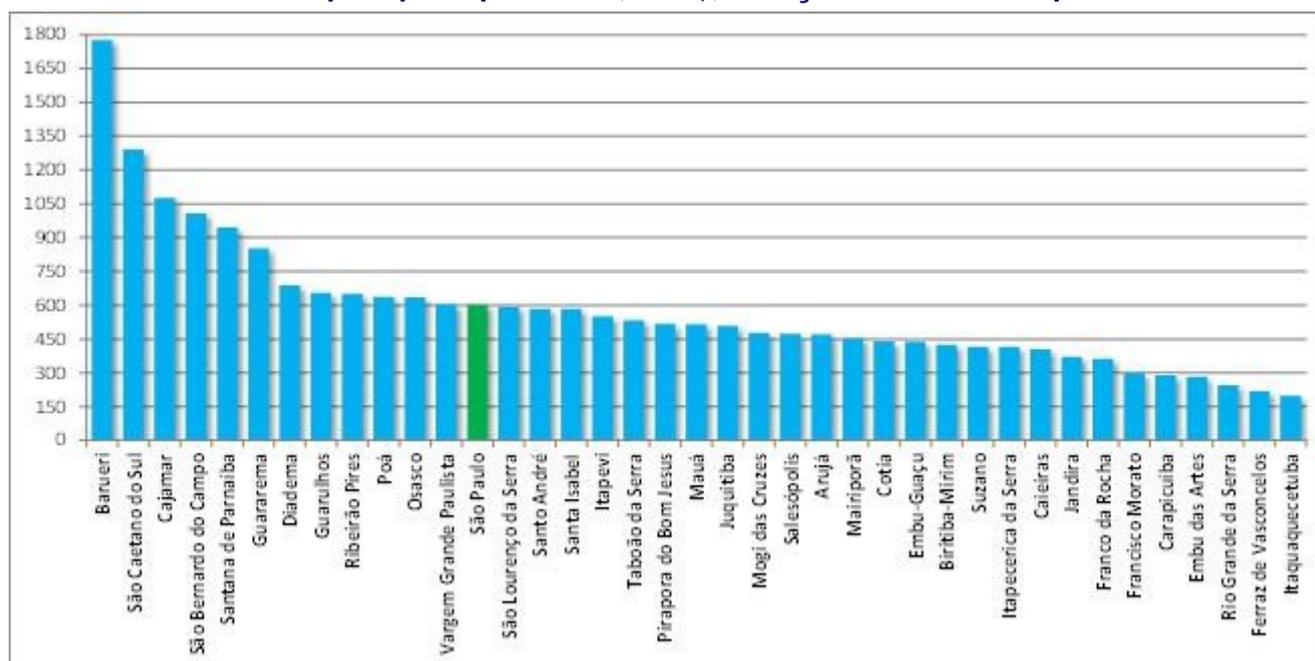
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

Dos 3 grupos de municípios, a região metropolitana de São Paulo - RMSP apresentou, em média, os maiores valores de despesa empenhada *per capita* na função educação em 2013. Considerando a média simples dos gastos, a RMSP empenhou R\$ 741,5 anuais contra R\$ 467,3 das capitais e R\$ 472,6 do grupo dos 30 maiores municípios. Municípios como Barueri com despesas de R\$ 2.222,4, São Caetano do Sul (R\$ 1.964,8) e Santana de Parnaíba (R\$ 1.524,2) apresentaram valores bem superiores à média da RMSP e dos demais agrupamentos. Dentre as capitais, São Paulo com um gasto *per capita* de R\$ 686,7, Palmas - TO com R\$ 687,7 e Vitória - ES com R\$ 931,4 apresentaram os maiores valores *per capita* para essa função. São Bernardo do Campo (R\$ 753,4), que considerando os municípios da RMSP registrou a oitava maior despesa *per capita* na função educação, São José dos Campos (R\$ 734,7) e Osasco (R\$ 687,4), 14º dentro da RMSP, foram os municípios com maior despesa *per capita* em 2013 considerando o grupo dos 30 maiores municípios.

### Função Saúde

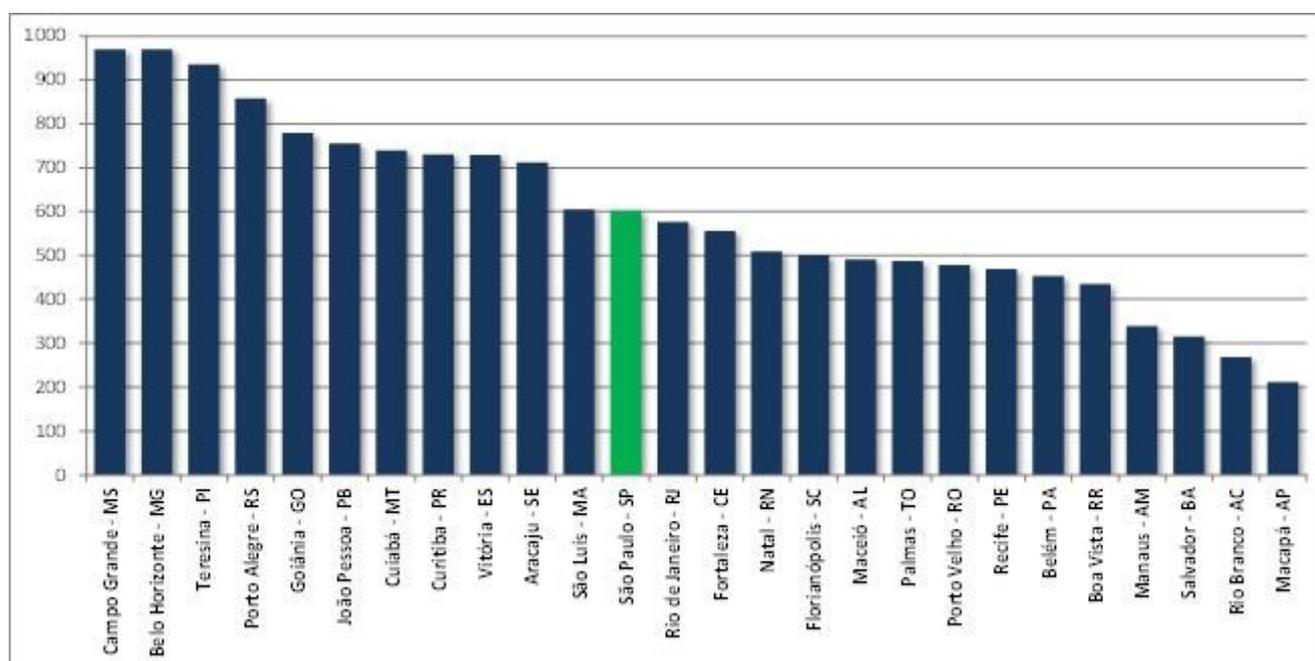
Os gráficos 1.4, 1.5 e 1.6 mostram a despesa empenhada per capita na função saúde disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.4 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Saúde - Municípios da RMSP**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.5 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Saúde - Capitais**

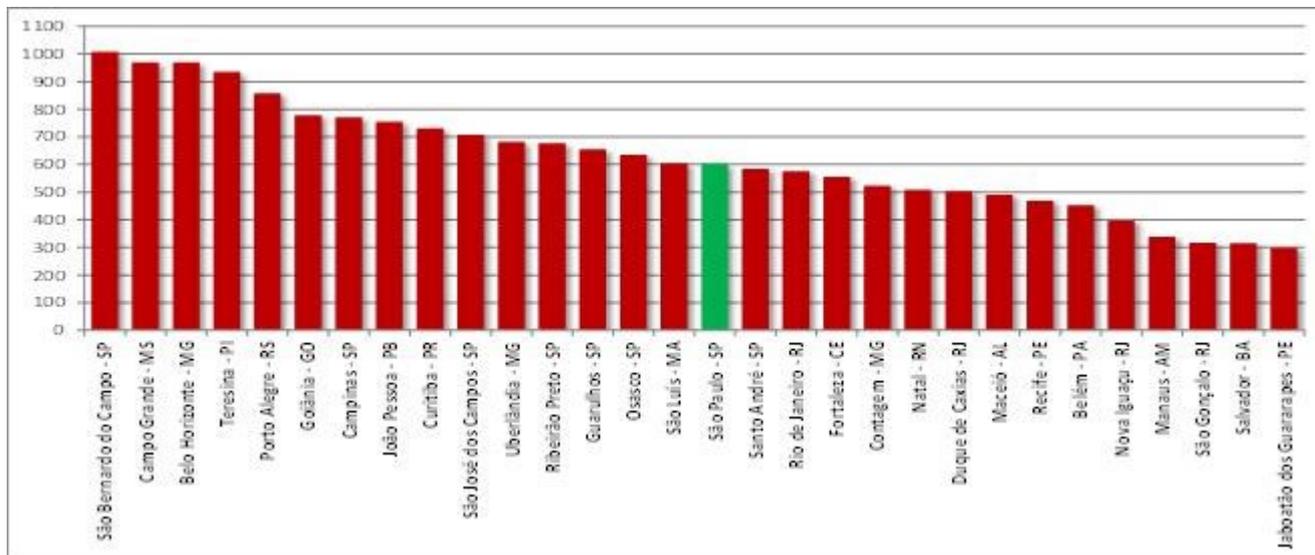


Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

No caso da função saúde, a maior média de gasto *per capita*, em 2013, foi registrada no grupo dos 30 maiores municípios (R\$ 622,8), enquanto as capitais empenharam R\$ 595,5 anuais para esta função, pouco acima da média de R\$ 577 dos municípios da RMSP. Assim como ocorreu no caso da função educação, Barueri com gasto *per capita* de R\$ 1.776 e São Caetano do Sul (R\$ 1.290,5) apresentaram valores bem superiores a média para função. Dentre as capitais, Campo Grande - MS (R\$ 970,3), Belo Horizonte - MG (R\$ 970,2) e Teresina - PI (R\$ 935,5) foram os municípios com maior empenho *per capita* na função saúde.

São Bernardo do Campo (R\$ 1.008,6), que apresentou o quarto maior empenho *per capita* na função considerando os municípios da RMSP, Campo Grande - MS (R\$ 970,3) e Belo Horizonte - MG (R\$ 970,2) registraram os três maiores valores *per capita* para função saúde no grupo dos 30 maiores municípios. São Paulo, com um gasto per capita de R\$ 602,4, ficou em posições intermediárias de empenho, independente do grupo considerado (12° de 39 municípios na RMSP, 12° dentre as 26 capitais e 15° dentre as 30 maiores cidades).

**Gráfico 1.6 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Saúde - 30 Maiores Municípios**

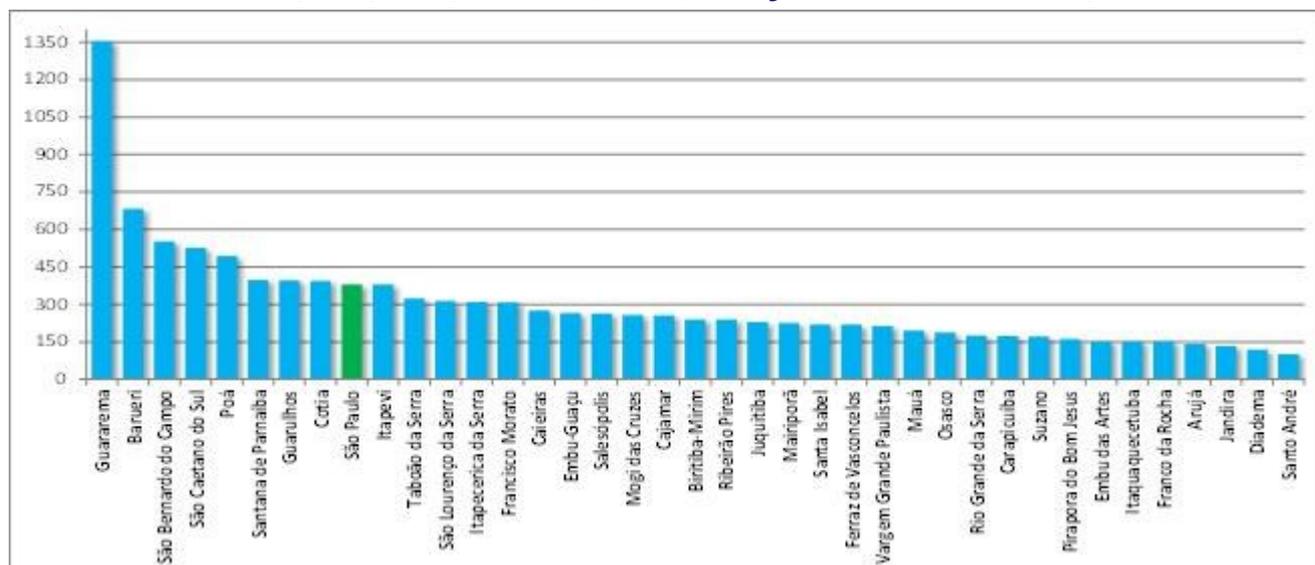


Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

### Função Urbanismo

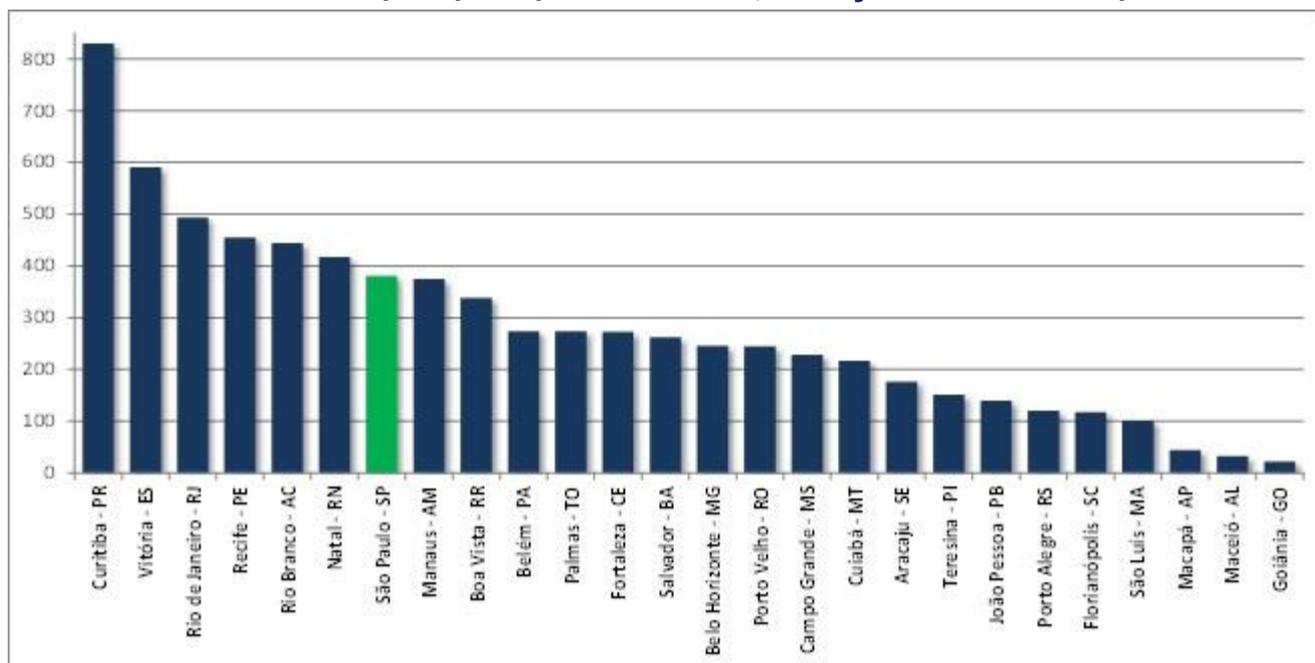
A função urbanismo, basicamente, agrega as despesas orçamentárias destinadas a infraestrutura, serviços urbanos e transporte coletivo. Os gráficos 1.7, 1.8 e 1.9 mostram a despesa empenhada *per capita* nessa função disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.7 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Urbanismo - Municípios da RMSP**



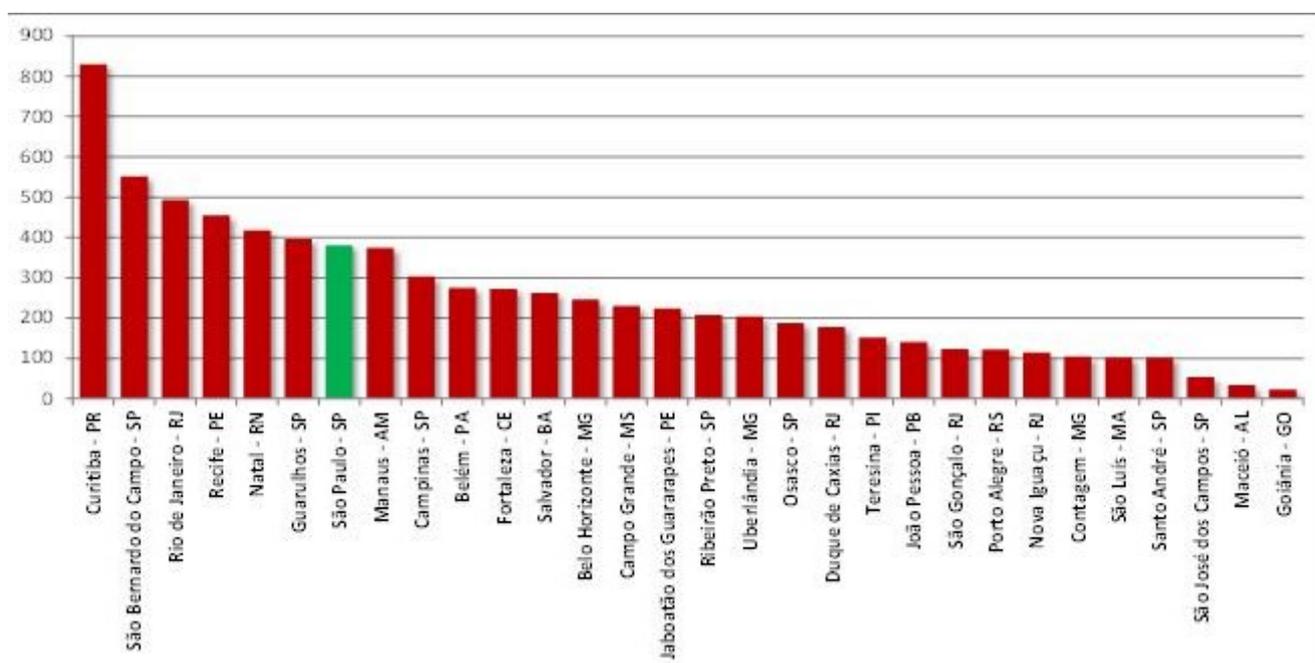
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.8 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Urbanismo - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.9 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Urbanismo - 30 Maiores Municípios**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

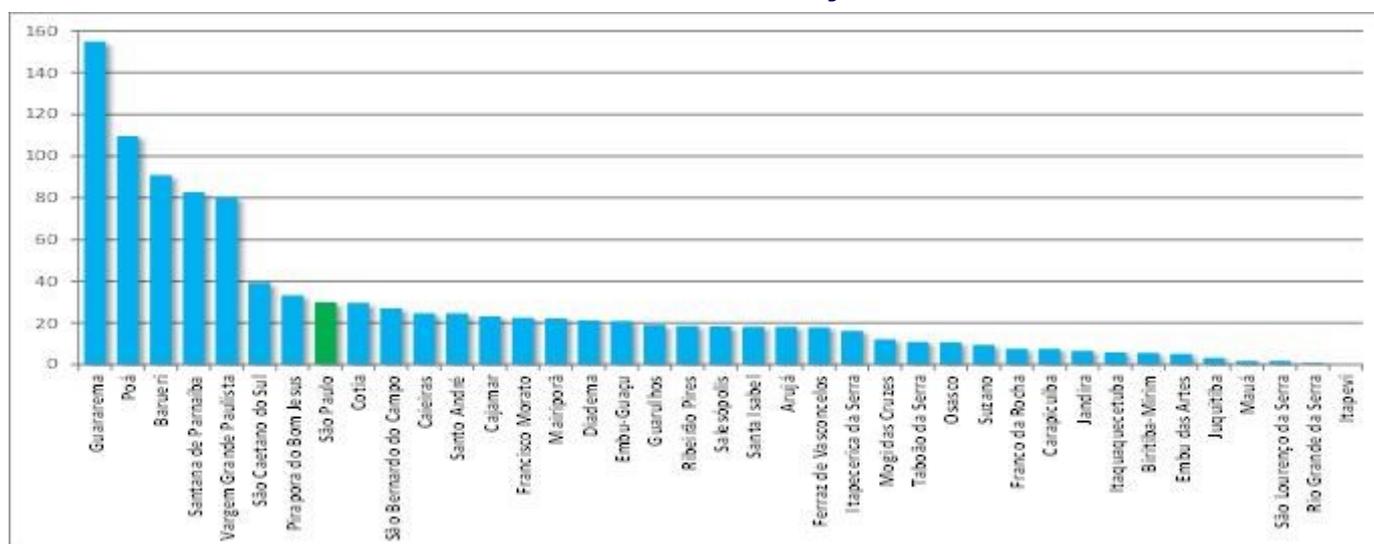
Dentre os 3 grupos de municípios, a RMSP apresentou a maior média de empenhos *per capita* para a função urbanismo (R\$ 301,0 anuais) contra R\$ 279,0 das capitais e R\$ 251,7 considerando os 30 maiores municípios. Guararema, na RMSP, registrou um empenho *per capita* para essa função muito acima da média dos 3 grupos - R\$ 1.354,6 anuais. Barueri com R\$ 683,6 e São Bernardo do Campo com R\$ 551,8 completam os municípios com os três maiores empenhos na região metropolitana. Dentre as capitais, Curitiba - PR com R\$ 829,6 (valor bem

acima das demais capitais), Vitória - ES com R\$ 590,6 e Rio de Janeiro - RJ com R\$ 493,2 são os três municípios com os maiores empenhos *per capita* na função urbanismo dentre as capitais. Considerando as 30 maiores cidades, além de Curitiba com maior empenho *per capita* e Rio de Janeiro em 3º, São Bernardo do Campo - SP (R\$ 551,80) completa o grupo dos três maiores valores nesse grupo. Para a função urbanismo, o empenho *per capita* paulistano em 2013 foi de R\$ 380,6.

### Função Cultura

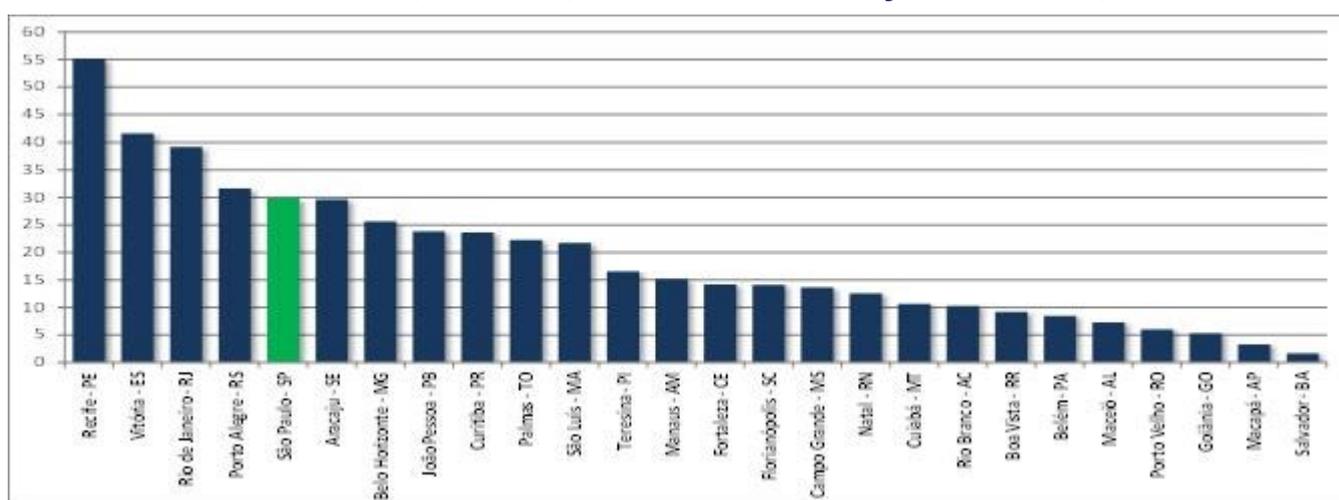
A função cultura agrupa as despesas orçamentárias envolvendo manutenção e preservação de patrimônio histórico, artístico e arqueológico, além de eventos e programas de difusão cultural. Os gráficos 1.10, 1.11 e 1.12 mostram a despesa empenhada *per capita* na função cultura disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.10 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Cultura - Municípios da RMSP**



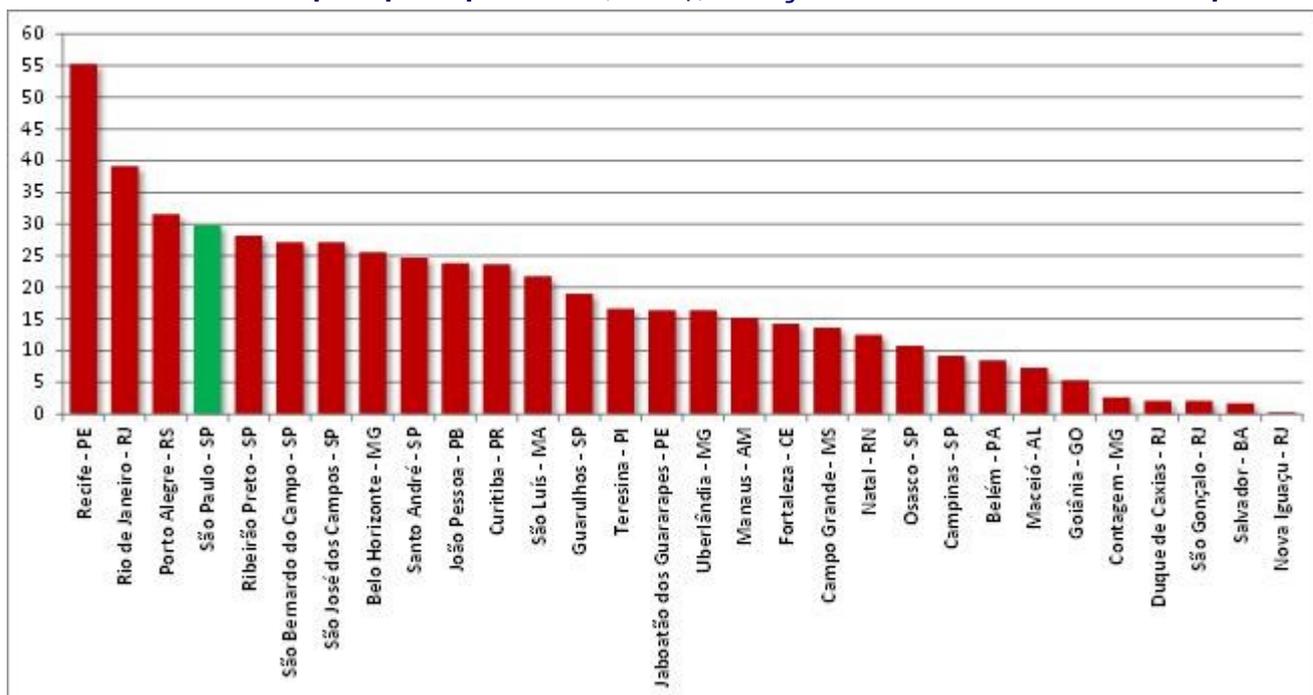
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.11 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Cultura - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.12 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Cultura - 30 Maiores Municípios**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

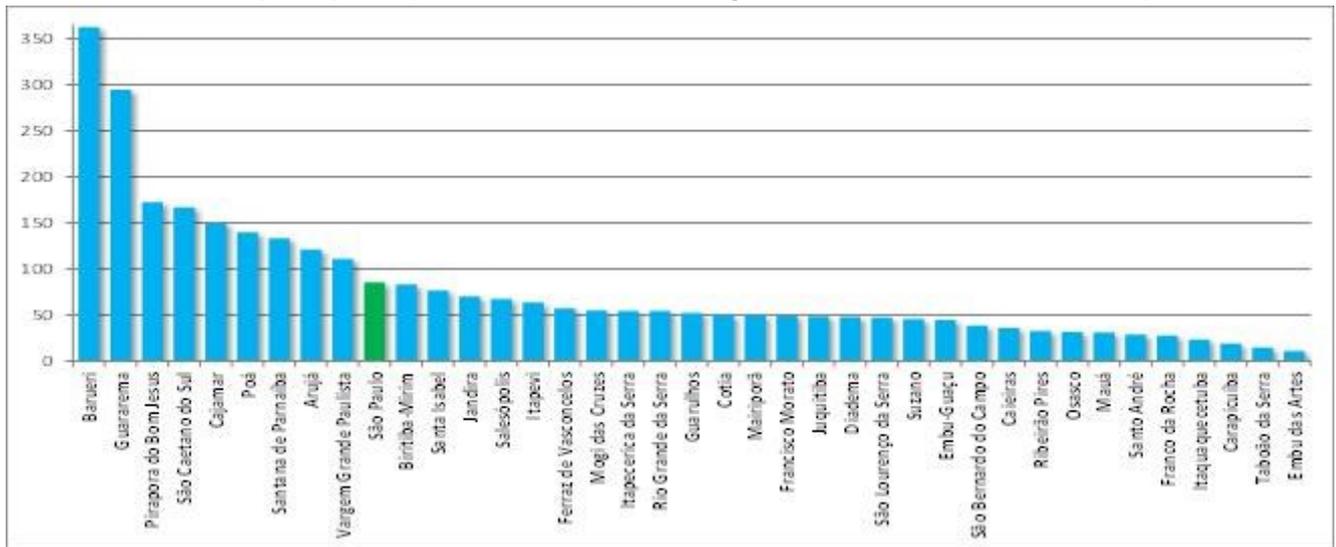
Nessa função, a média dos empenhos *per capita* da RMSP é muito superior ao dos demais 2 grupos; R\$ 27,0 anuais contra R\$ 18,9 das capitais e R\$ 17,7 das 30 maiores cidades. Alguns municípios como Guararema (R\$ 155,0) e Poá (R\$ 109,0) apresentam valores muito superiores às médias dos grupos e até mesmo considerando os gastos individualizados dos municípios considerados. Barueri, por exemplo, com R\$ 91,0 é o terceiro maior valor, Santana de Parnaíba com R\$ 82,8, o quarto e Recife - PE com R\$ 55, praticamente 1/3 do valor de Guararema, é o grande município/capital com o maior valor.

Considerando as capitais, além da já mencionada Recife, Vitória - ES (R\$ 41,6) e Rio de Janeiro - RJ (R\$ 39,1) completam os três maiores empenhos. Dentre os maiores municípios, Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre - RS (R\$ 31,5) contabilizaram os três maiores empenhos *per capita* nessa função. São Paulo é a 5º capital que mais gastou em termos *per capita* na função cultura (R\$ 29,8).

### **Função Assistência Social**

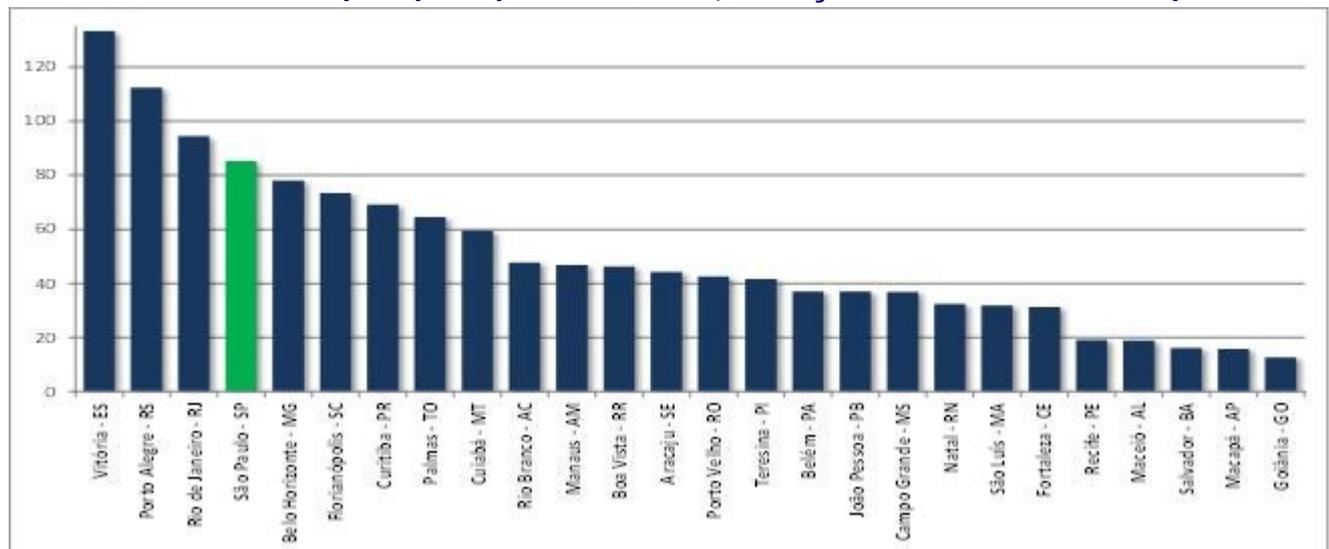
A função assistência social basicamente agrega as despesas orçamentárias destinadas à assistência ao idoso, programas de inclusão de portadores de deficiência, programas de suporte a crianças e adolescentes em situação de risco social, como, por exemplo, em situação de rua. Os gráficos 1.13, 1.14 e 1.15 mostram a despesa empenhada *per capita* nessa função disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.13 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Assistência Social - Municípios da RMSP**



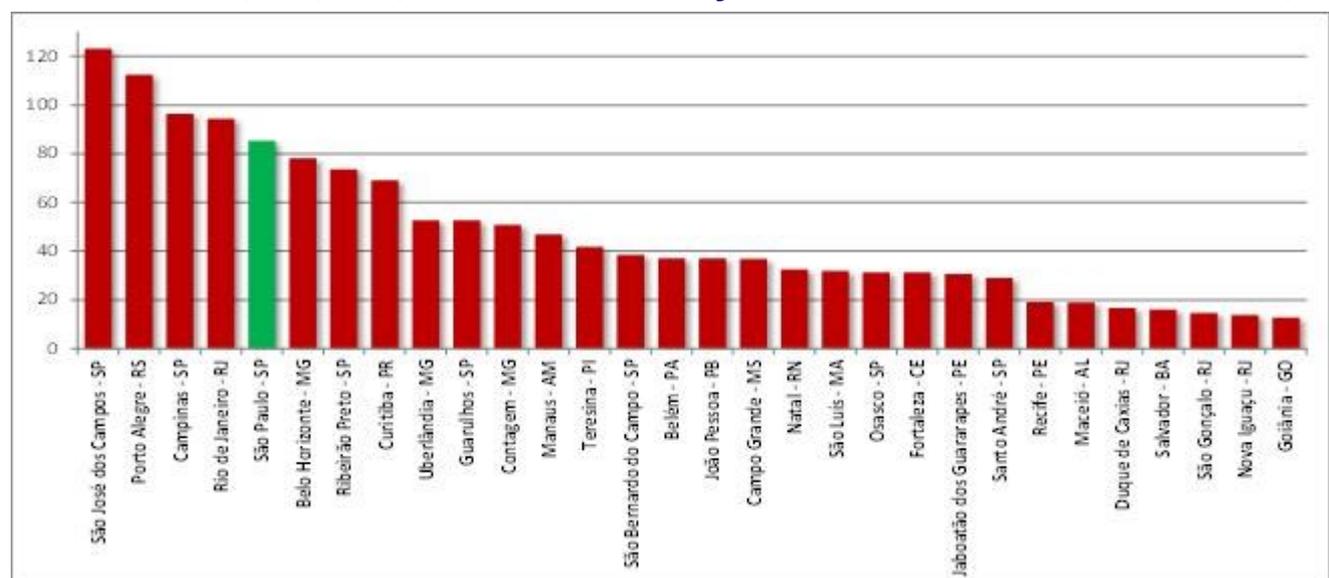
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.14 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Assistência Social - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.15 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Assistência Social - 30 Maiores Municípios**



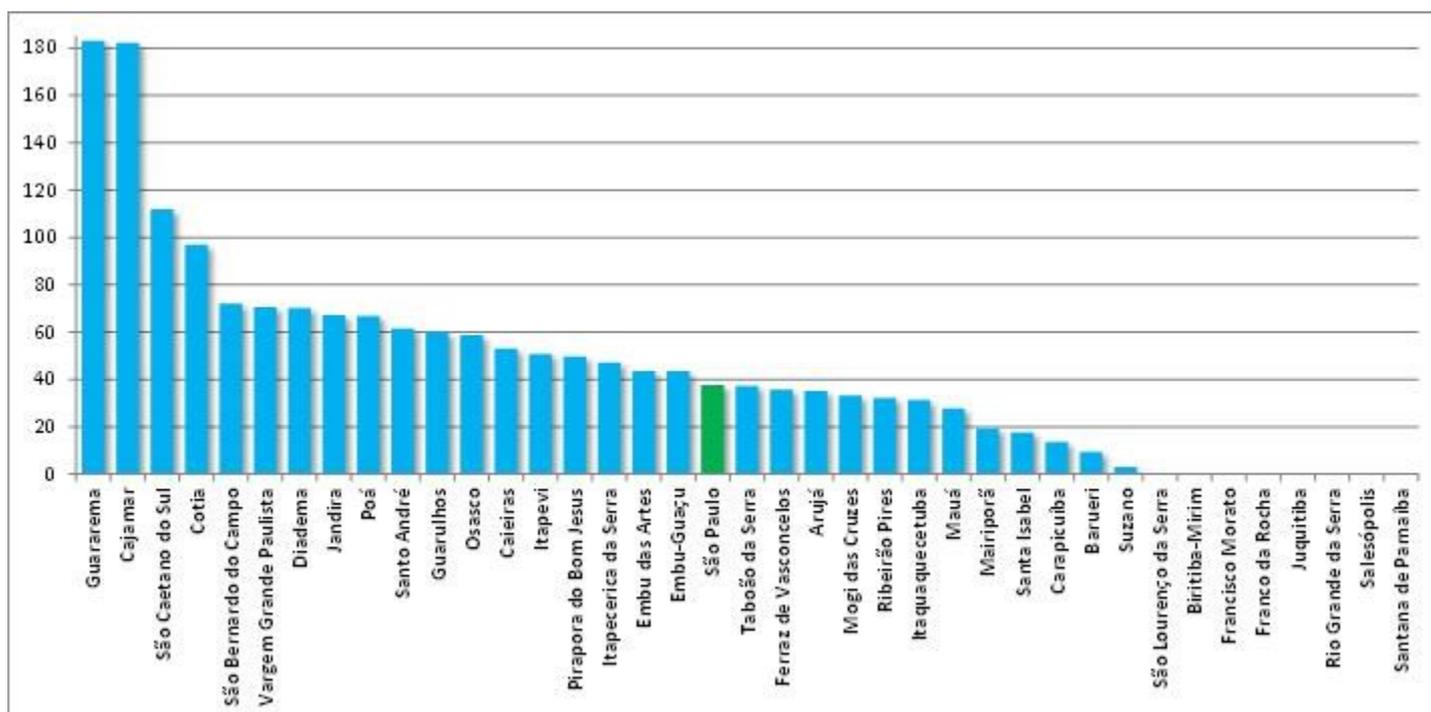
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

Para a função assistência social, a RMSP apresentou um valor *per capita* médio superior aos demais grupos; R\$ 78,1 contra R\$ 51,1 registrado para as capitais e R\$ 47,4 para os 30 maiores municípios. Municípios como Barueri e Guararema registraram valores bem superiores aos demais municípios considerados (R\$ 362,9 e R\$ 294,6 respectivamente). Dentre as capitais, Vitória - ES (R\$ 133,3), Porto Alegre - RS (R\$ 112,4) e Rio de Janeiro - RJ (R\$ 94,4) apresentaram os maiores empenhos *per capita* na função. Considerando os 30 maiores municípios, além de Porto Alegre (com o 2º maior empenho *per capita* nesse grupo), São José dos Campos - SP (R\$ 123,1) e Campinas - SP (R\$ 96,5) completam os três maiores empenhos. São Paulo, com R\$ 85,3, é a 4ª capital com maior valor gasto *per capita* nessa função.

### Função Segurança Pública

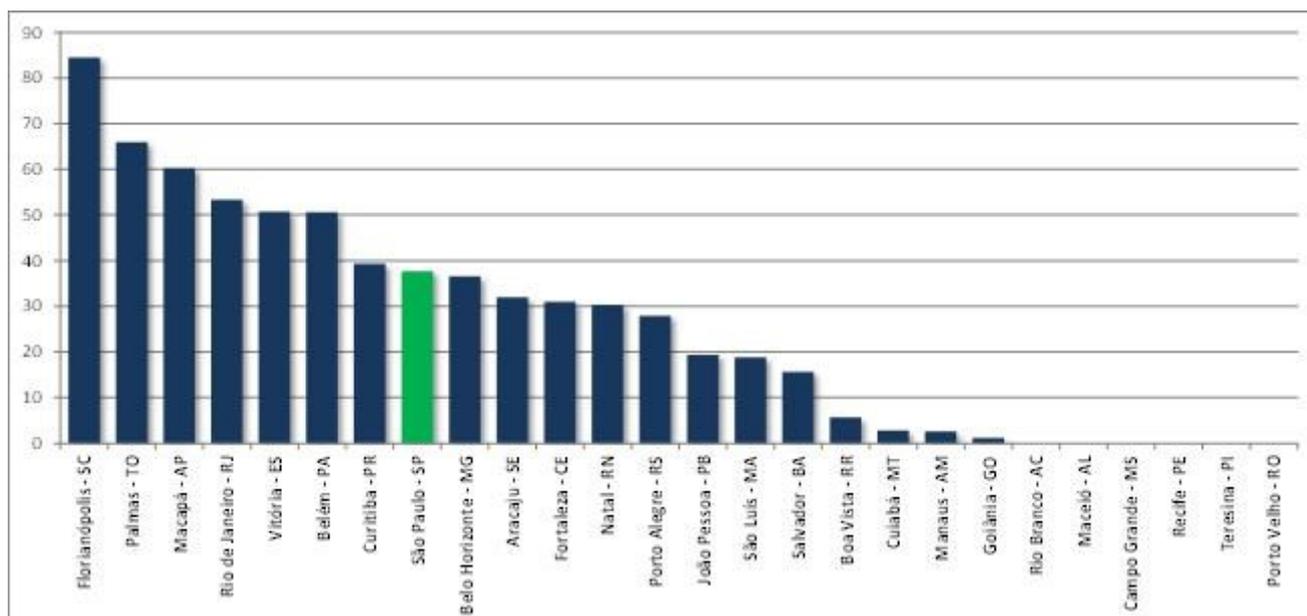
Embora segurança pública seja uma prerrogativa majoritariamente dos estados, muitos municípios destinam recursos a essa função, como, por exemplo, em programas associados à defesa civil. Os gráficos 1.16, 1.17 e 1.18 mostram a despesa empenhada *per capita* nessa função disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.16 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Segurança Pública - Municípios da RMSP**



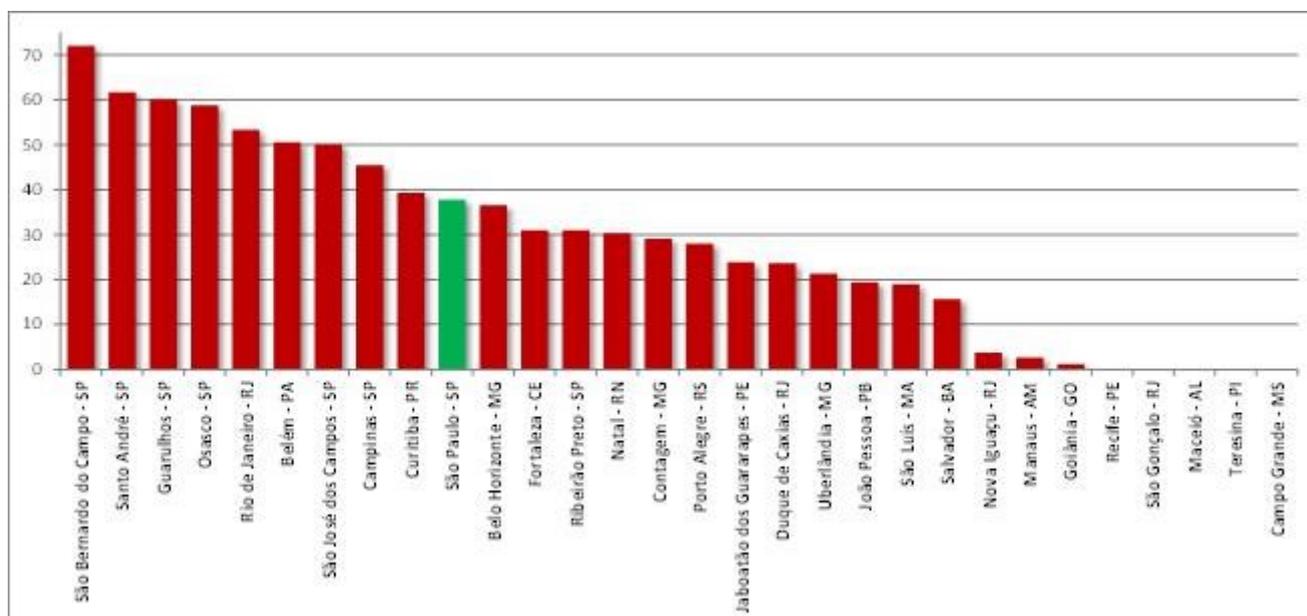
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.17 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Segurança Pública - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.18 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Segurança Pública - 30 Maiores Municípios**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

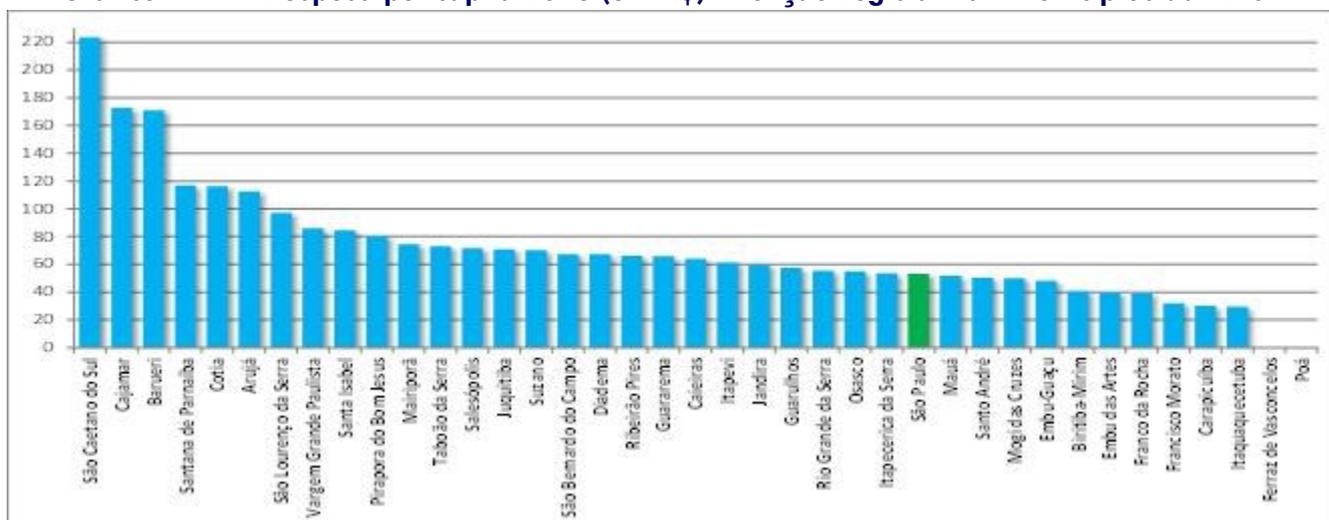
Dentre os 3 grupos de municípios, a RMSP apresentou a maior média de empenhos *per capita* para a função segurança pública (R\$ 44,2 anuais) contra R\$ 25,6 das capitais e R\$ 28,2 considerando os 30 maiores municípios. Guararema, na RMSP, registrou um empenho *per capita* para essa função muito acima da média dos 3 grupos - R\$ 182,2 anuais. Cajamar com R\$ 182,3 e São Caetano do Sul com R\$ 111,9 completam os municípios com três maiores empenhos na região metropolitana. Dos 39 municípios da região, 7 não apresentaram despesas nessa função. Dentre as capitais, Florianópolis - SC com R\$ 84,5, Palmas - TO (R\$ 65,9) e Macapá - AP (R\$ 60,3) são os municípios com os 3 maiores empenhos *per capita* para a função.

Seis capitais não registraram empenhos nessa função. Em relação aos maiores municípios, os maiores empenhos *per capita* nessa função foram registrados em São Bernardo do Campo (R\$ 72), Santo André (R\$ 61,6) e Guarulhos (R\$ 60). O primeiro grande município fora da região metropolitana de São Paulo a aparecer na lista de valores *per capita* para segurança pública é o Rio de Janeiro com R\$ 53,3. São Paulo, com um empenho *per capita* de R\$ 37,7 é a 7° no ranking de capitais e 9° dentro do grupo dos 30 maiores municípios.

## Função Legislativa

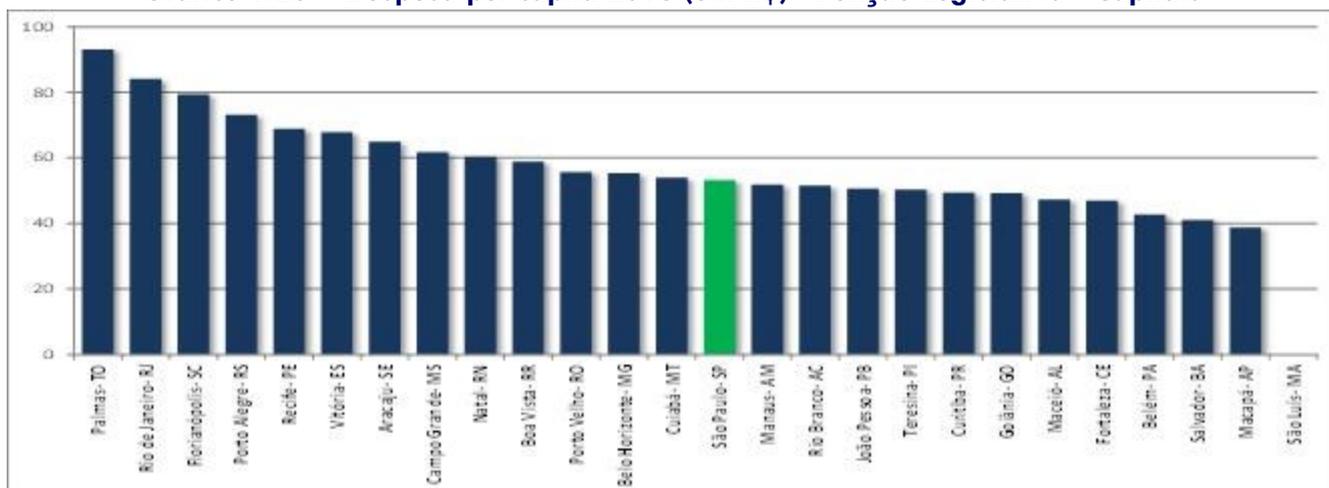
A função legislativa agrupa as despesas orçamentárias envolvendo o poder legislativo e controle externo (câmaras de vereadores e tribunais de conta municipais no caso de municípios como São Paulo e Rio de Janeiro). Os gráficos 1.19, 1.20 e 1.21 mostram a despesa empenhada *per capita* nessa função disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.19 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Legislativa - Municípios da RMSP**



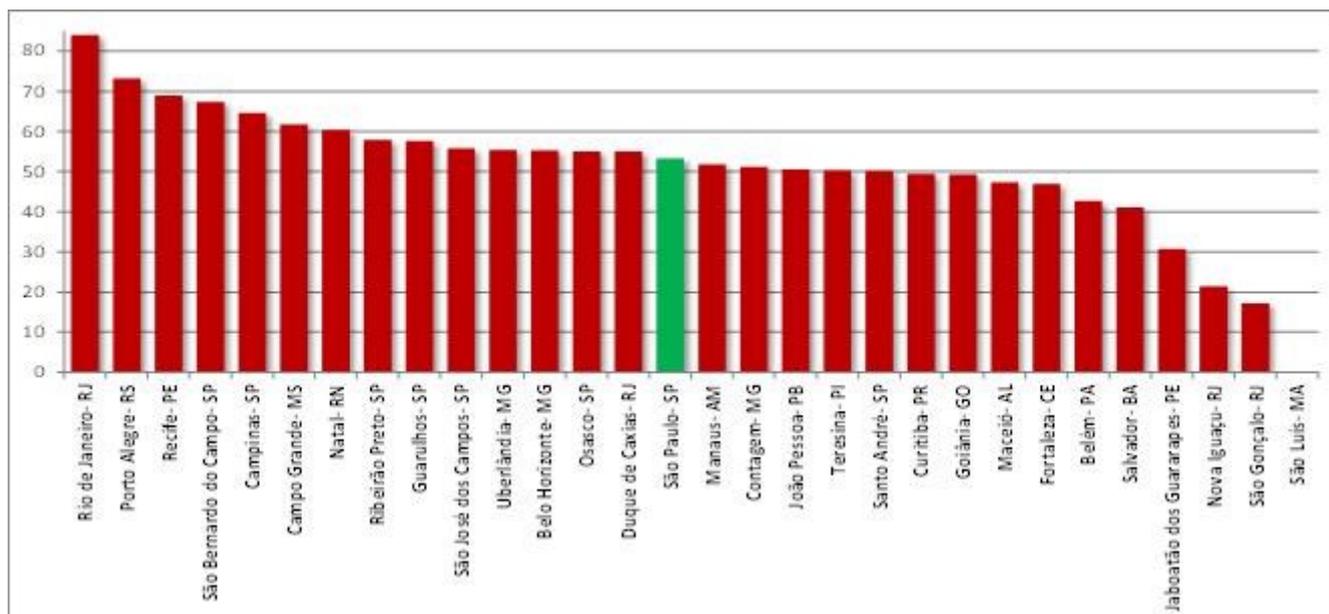
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.20 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Legislativa - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.21 - Despesa per capita 2013 (em R\$) - Função Legislativa - 30 Maiores Municípios**



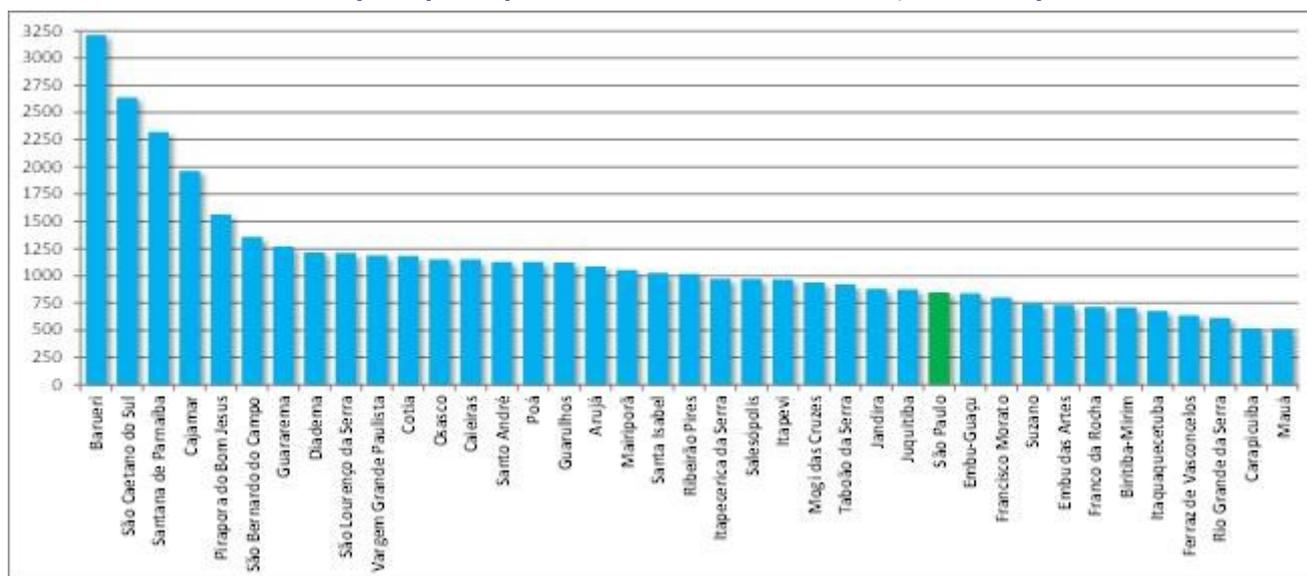
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

Dos 39 municípios da RMSP, 2 municípios não apresentaram dados de empenho para função legislativa. No grupo das capitais e 30 maiores municípios, São Luís - MA não registrou a despesa empenhada nessa função. Considerando as médias de empenho per capita, sem incluir os municípios com valor zero, a RMSP registrou, em 2013, um valor médio *per capita* de R\$ 74,6 anuais para função legislativa, enquanto as capitais ficaram em R\$ 58,0 e os 30 maiores municípios em R\$ 52,6. Dentro da RMSP, São Caetano do Sul (R\$ 223,6), Cajamar (R\$ 172,5) e Barueri (R\$ 171,1) são os municípios com maior valor *per capita* para a função. Considerando as capitais, Palmas - TO com R\$ 93,2, Rio de Janeiro - RJ (R\$ 84,1) e Florianópolis - SC (R\$ 79,5) empenharam as maiores quantias *per capita*. Rio de Janeiro, Porto Alegre - RS (R\$ 73,2) e Recife - PE (R\$ 68,8) são os maiores valores dentre os 30 mais populosos municípios. São Paulo é a 14ª capital em termos de valor *per capita* gasto nessa função (R\$ 53,3) e o 15º município considerando a lista dos 30 maiores.

### Despesa com Pessoal

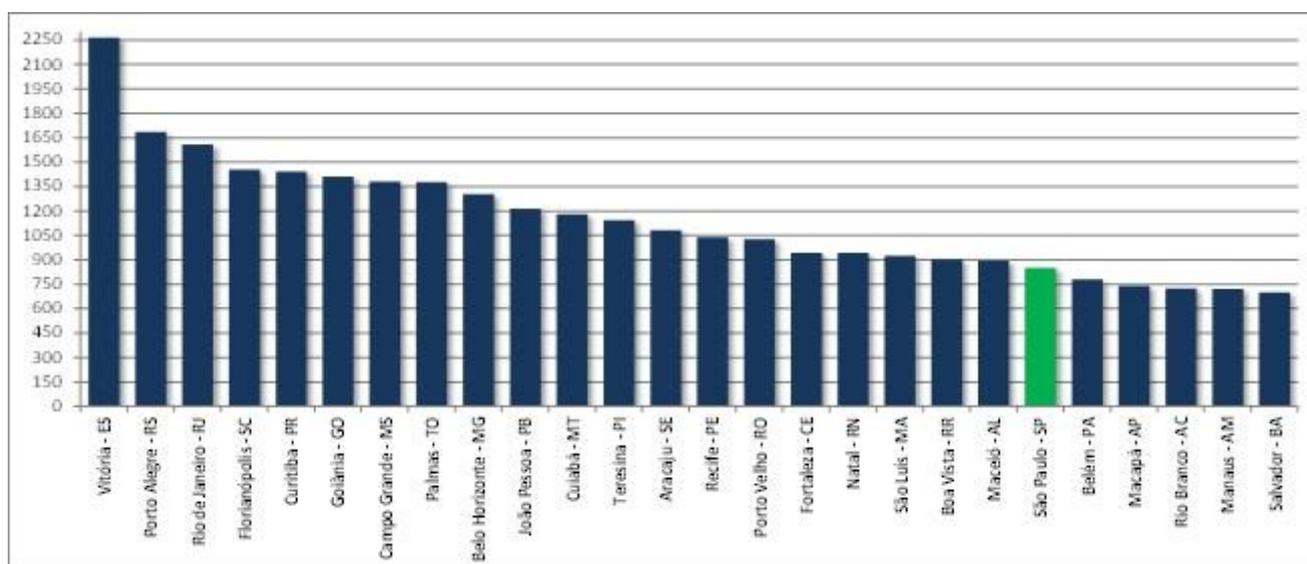
Os gráficos 1.22, 1.23 e 1.24 mostram a despesa empenhada *per capita* com pessoal, incluindo todas as funções, disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.22 - Despesa per capita com Pessoal 2013 (em R\$) - Municípios da RMSP**



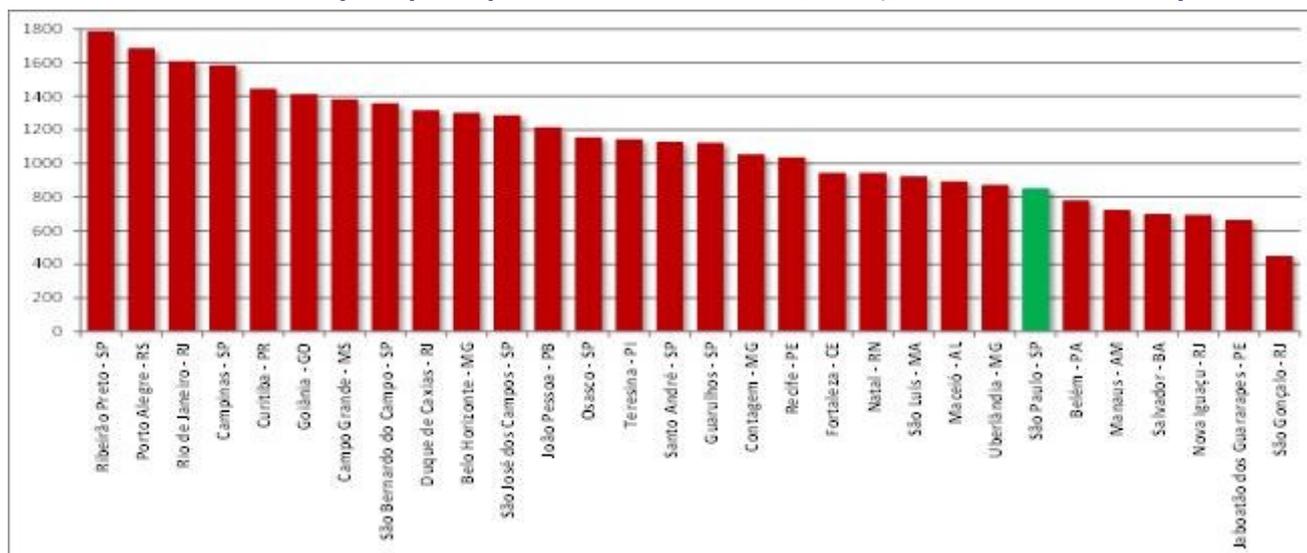
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.23 - Despesa per capita com Pessoal 2013 (em R\$) - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.24 - Despesa per capita com Pessoal 2013 (em R\$) - 30 Maiores Municípios**



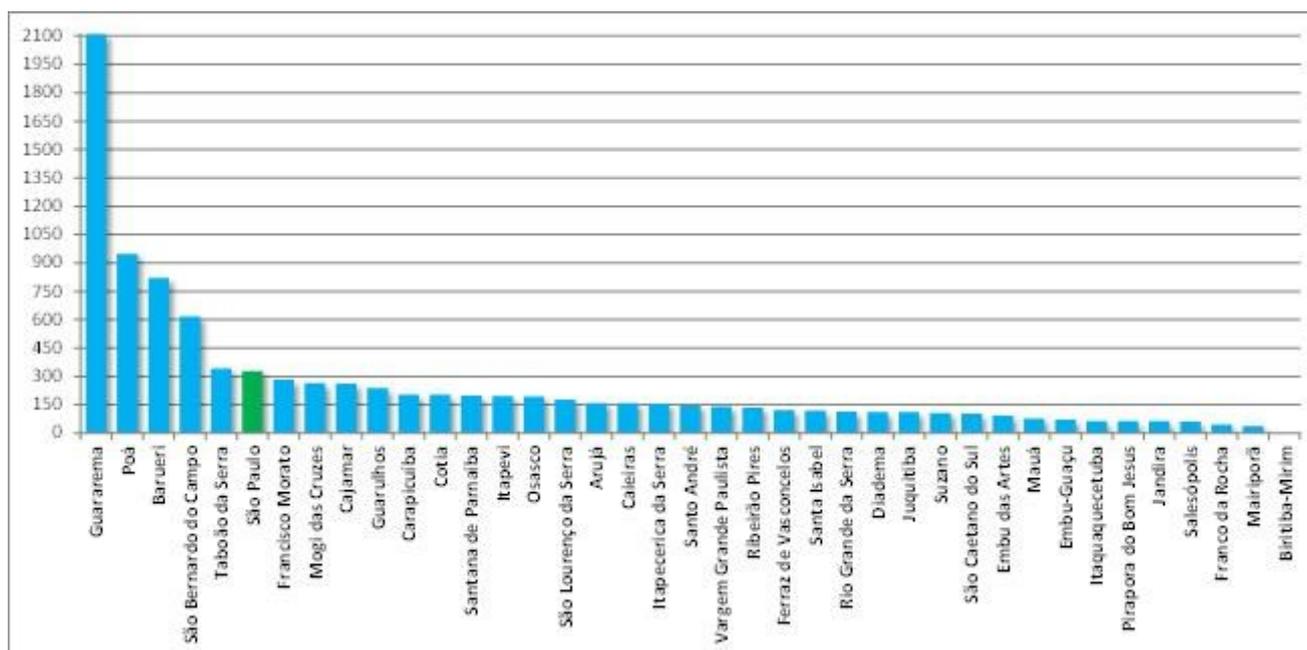
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

Considerando os três grupos de municípios utilizados neste artigo, a média de despesa *per capita* com pessoal, em 2013, das capitais (R\$ 1.144,0) foi superior a da região metropolitana de São Paulo (R\$ 1.126,6) e dos 30 maiores municípios (R\$ 1.115,3). Dentre os municípios da RMSP, Barueri com R\$ 3.214,0, São Caetano do Sul (R\$ 2.639,1) e Santana de Parnaíba com R\$ 2.321,0, registraram os três maiores valores de gasto *per capita* com pessoal. Vitória - ES (R\$ 2.265,8), Porto Alegre - RS (R\$ 1.686,5) e Rio de Janeiro - RJ (R\$ 1.608,1) são as capitais com maior gasto desse tipo. Em relação aos maiores municípios, Ribeirão Preto - SP com R\$ 1.788,1 registrou o maior valor, seguido de Porto Alegre e Rio de Janeiro. São Paulo, com uma despesa *per capita* com pessoal de R\$ 851,1 é uma das capitais com menor valor registrado; 6° menor dentre as capitais e 7° dentre os grandes municípios.

### Investimentos

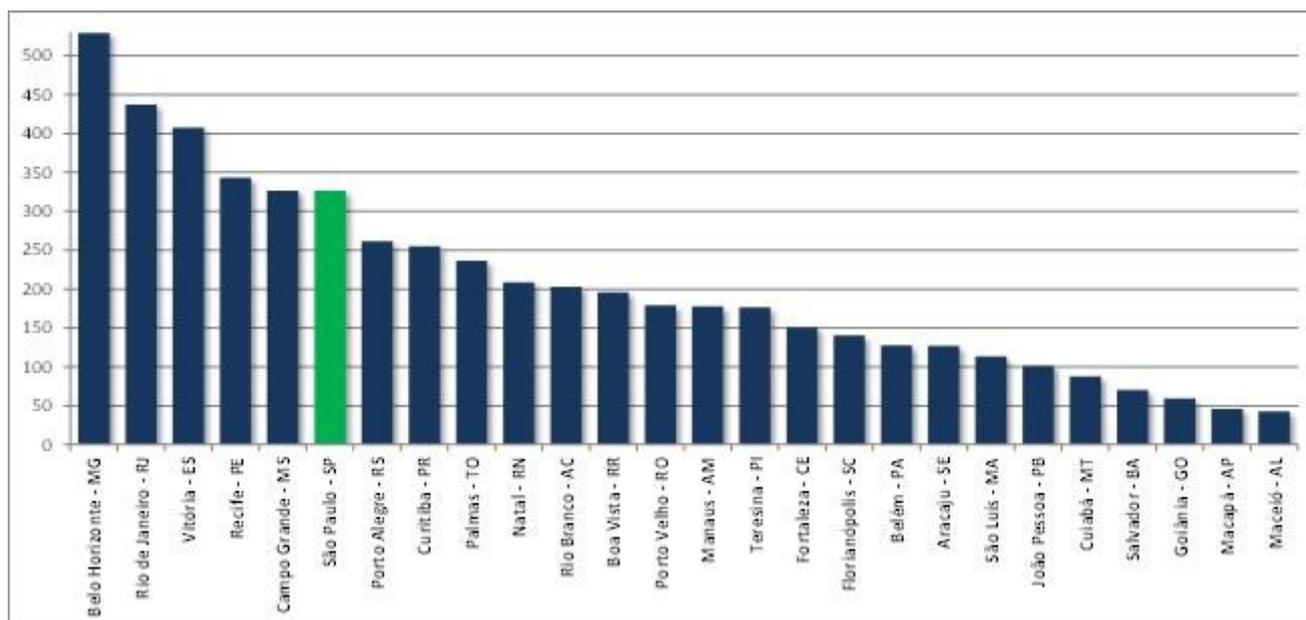
Os gráficos 1.25, 1.26 e 1.27 mostram a despesa empenhada *per capita* classificada como investimento, incluindo todas as funções, disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.25 - Investimento per capita 2013 (em R\$) - Municípios da RMSP**



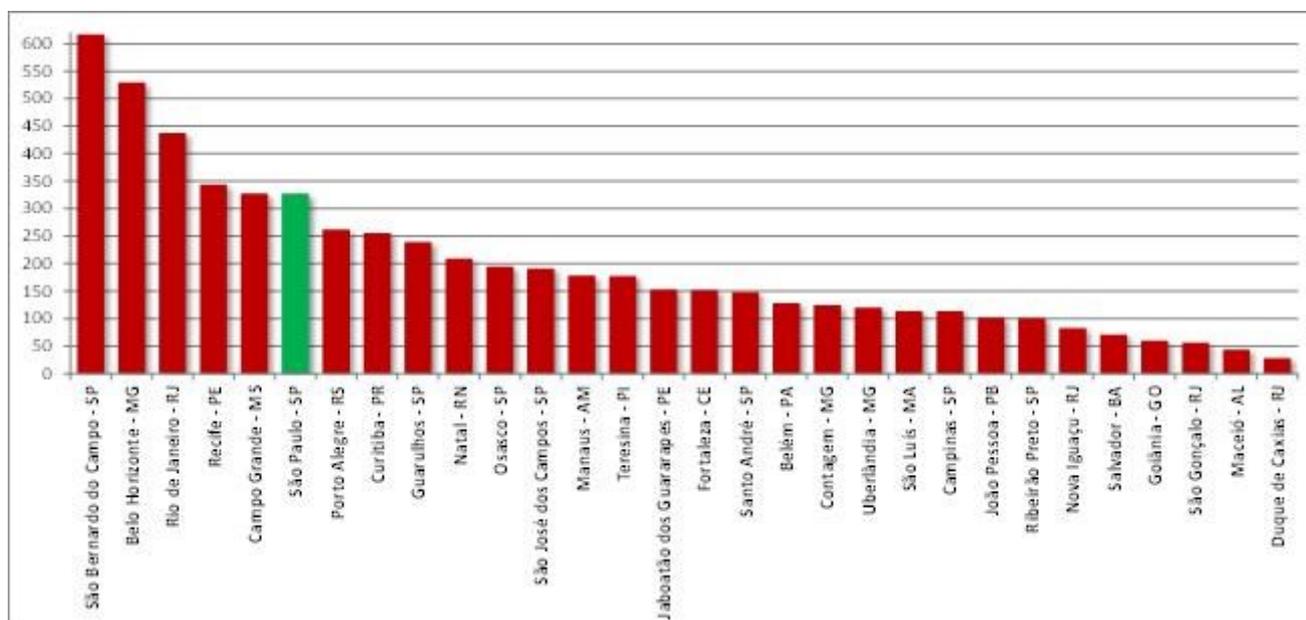
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.26 - Investimento per capita 2013 (em R\$) - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.27 - Investimento per capita 2013 (em R\$) - 30 Maiores Municípios**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

Dentre os 3 grupos de municípios, a RMSP apresentou a maior média de investimento *per capita* (R\$ 247,4 anuais) contra R\$ 205,1 das capitais e R\$ 195,7 considerando os 30 maiores municípios. Guararema, na RMSP, registrou um investimento *per capita* muito acima da média dos 3 grupos e de qualquer município individualmente considerado neste artigo - R\$ 2.108,7 anuais. Poá, a segunda colocada, apresentou um valor 55% menor (R\$ 948,6). Barueri, com R\$ 821,2 completa os três maiores valores para a RMSP. Dentre as capitais, Belo Horizonte - MG (R\$ 528,9), Rio de Janeiro - RJ (R\$ 437,0) e Vitória - ES (R\$ 407,6) registraram os maiores investimentos *per capita* em 2013.

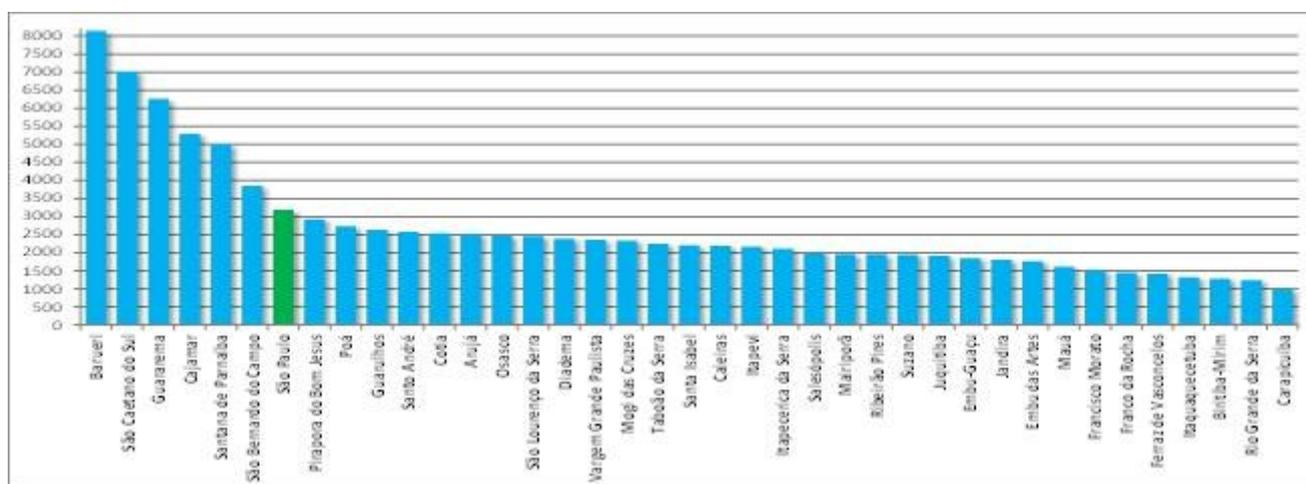
São Bernardo do Campo com R\$ 617,1 foi o grande município com o maior investimento *per capita*, seguido de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. São Paulo registrou um valor de R\$ 326,8 , 6º maior entre as capitais, grandes municípios e RMSP.

## Dados de Receita Per Capita

### Receita Corrente

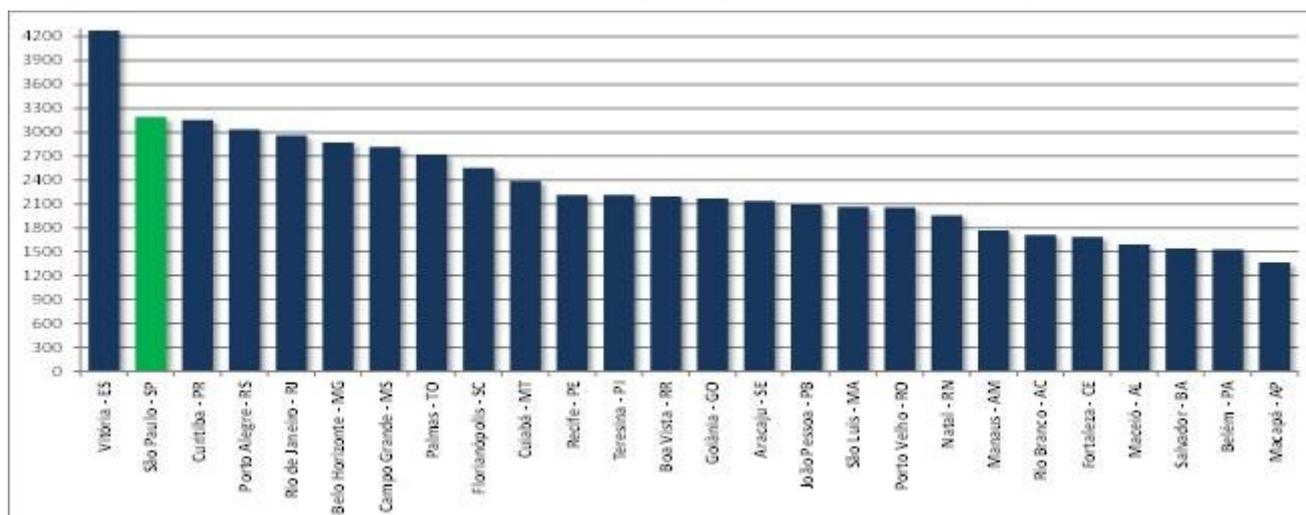
As receitas correntes são as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, as provenientes de recursos monetários recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (§ 1o do art. 11 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, com redação dada pelo Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982). Os gráficos 1.28, 1.29 e 1.30 trazem os valores arrecadados *per capita* dessas receitas, disponíveis nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.28 - Receita Corrente per capita 2013 (em R\$) - Municípios da RMSP**



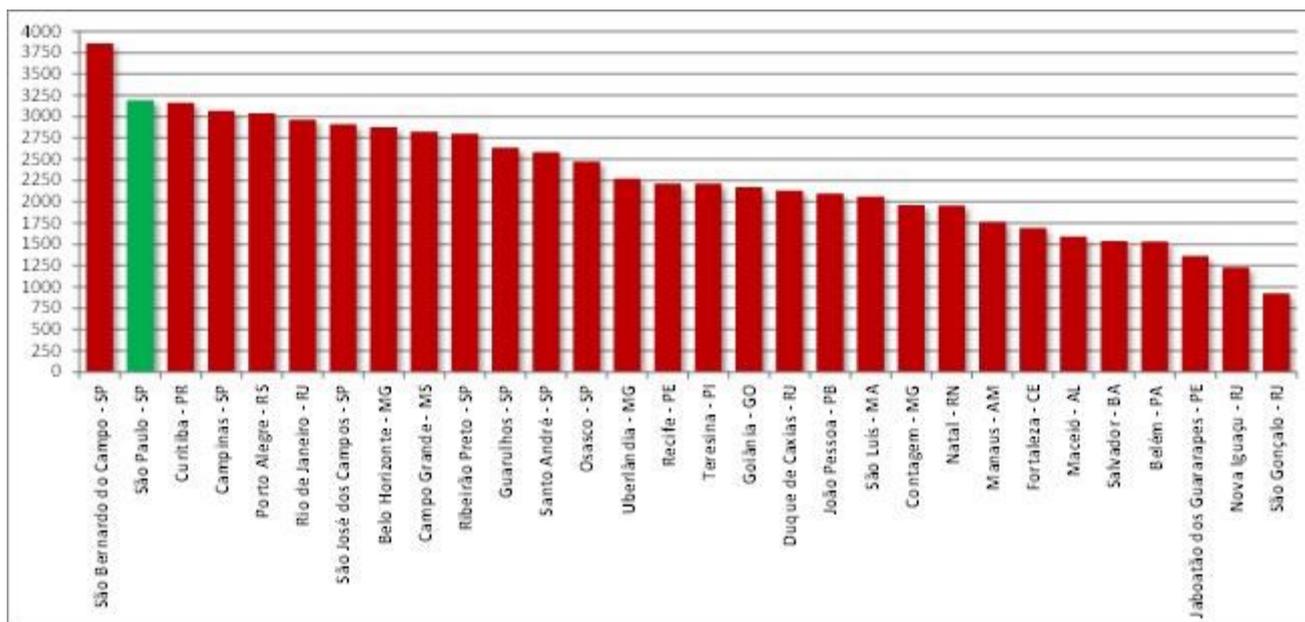
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.29 - Receita Corrente per capita 2013 (em R\$) - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.30 - Receita Corrente per capita 2013 (em R\$) - 30 Maiores Municípios**



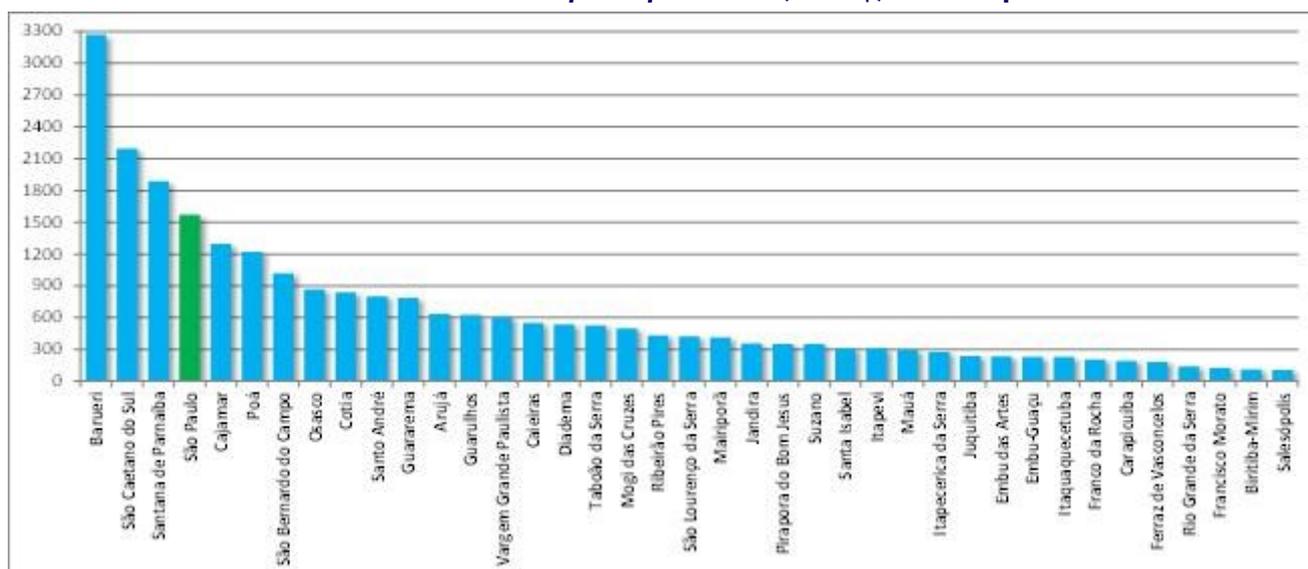
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

A RMSP apresentou, em 2013, uma receita corrente *per capita* média maior do que o grupo das capitais e dos maiores municípios; R\$ 2.660,1 contra R\$ 2.317,6 das capitais e R\$ 2.301,1 dos 30 maiores municípios. Municípios como Barueri (R\$ 8.142,7), São Caetano do Sul (R\$ 7.018,9) e Guararema (R\$ 6.271,22), registraram valores *per capita* de receita corrente bastante elevados comparados às capitais e maiores municípios. Vitória - ES (R\$ 4.277,5), São Paulo (R\$ 3.189,9) e Curitiba - PR (R\$ 3.157,5) foram as capitais com os maiores valores para esse item em 2013. Dentre as maiores cidades, além das duas capitais mencionadas, São Bernardo do Campo com R\$ 3.855,2 completam o ranking das 3 maiores receitas correntes *per capita*.

### Receita Tributária

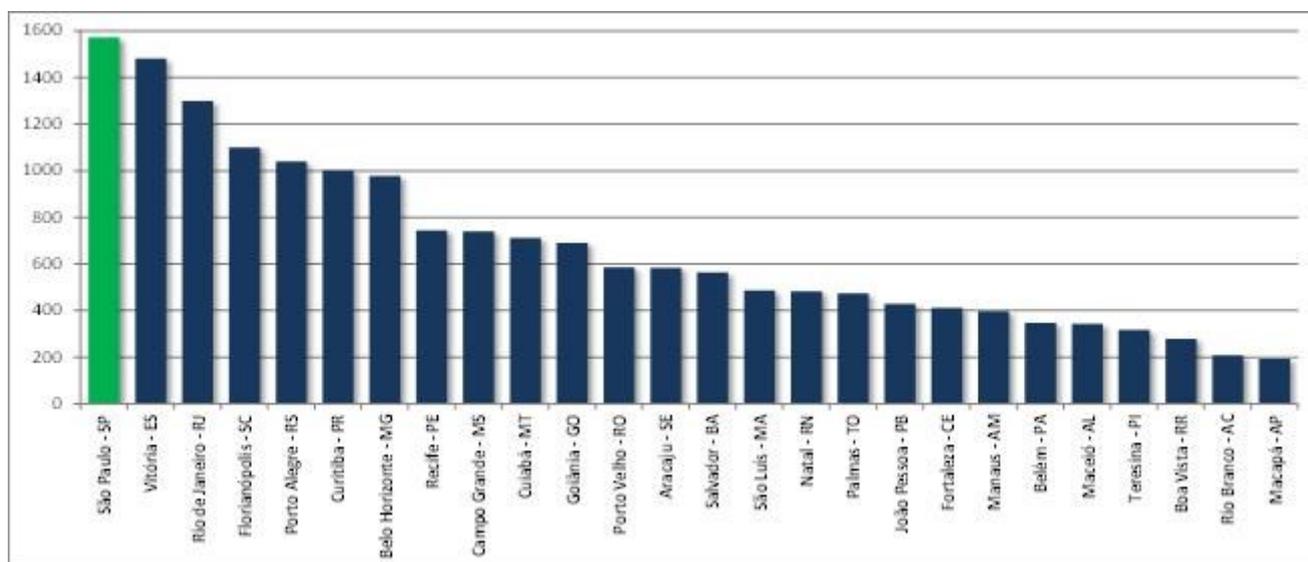
As receitas tributárias são as receitas provenientes de impostos, taxas e contribuições de melhoria. No caso de São Paulo, por exemplo, em 2013 correspondeu a quase 50% das receitas correntes, enquanto em outras capitais esse número ficou em média na casa dos 26%. Os gráficos 1.31, 1.32 e 1.33 trazem os valores *per capita* da receita tributária arrecadada, disponíveis nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.31 - Receita Tributária per capita 2013 (em R\$) - Municípios da RMSP**



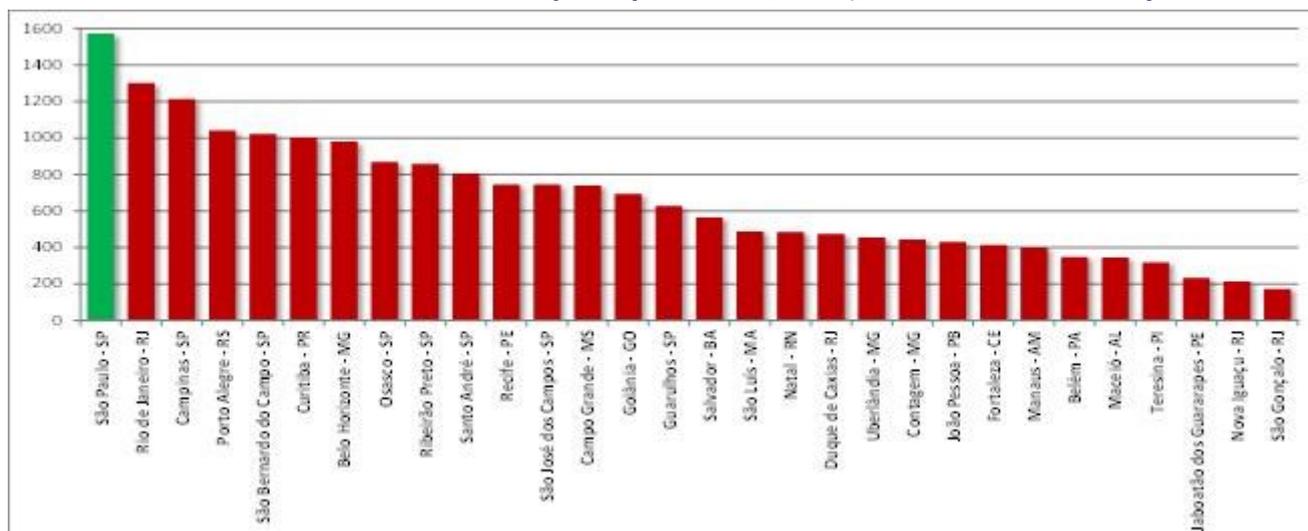
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.32 - Receita Tributária per capita 2013 (em R\$) - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.33 - Receita Tributária per capita 2013 (em R\$) - 30 Maiores Municípios**



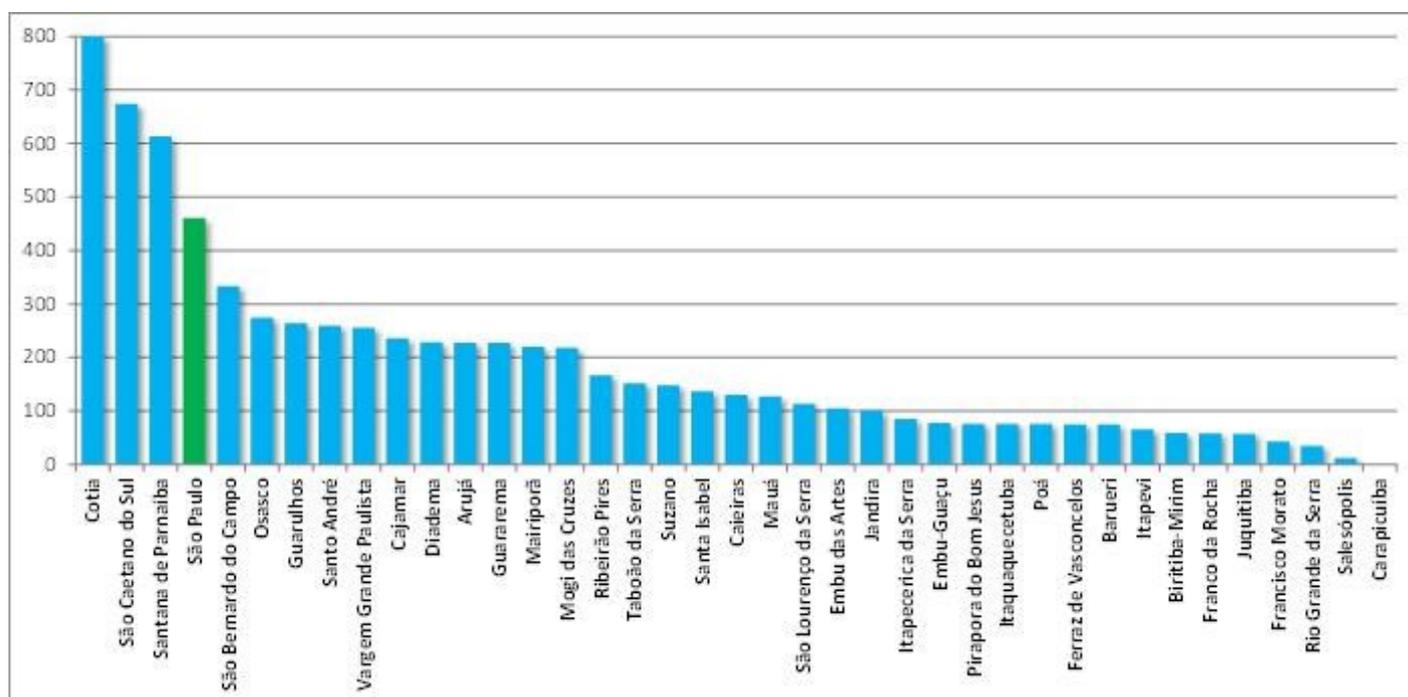
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

Dos 3 grupos de municípios considerados, as capitais apresentaram o maior valor médio para a receita tributária per capita; R\$ 671,7 contra R\$ 665,3 dos grandes municípios e R\$ 648,2 dos municípios da RMSP. Apesar de, na média, a RMSP apresentar o menor valor, municípios como Barueri (R\$ 3.271,3), São Caetano do Sul (R\$ 2.195,4) e Santana de Parnaíba (R\$ 1.887,9) registraram valores *per capita* de receita tributária superior ao de qualquer capital ou grande município. São Paulo foi a capital/grande município com o maior valor para esse item, R\$ 1.570,4 seguido de Vitória - ES (R\$ 1.482,0) e Rio de Janeiro - RJ (R\$ 1.299,8). Dentre os grandes municípios que não são capitais, Campinas - SP com R\$ 1.212,9 apresentou a maior receita tributária *per capita* para 2013 (São Bernardo do Campo - SP com R\$ 1.020,0 e Osasco - SP R\$ 866,5 são outros grandes municípios que não são capitais, mas apresentaram valores elevados para esse tipo de receita per capita).

## IPTU

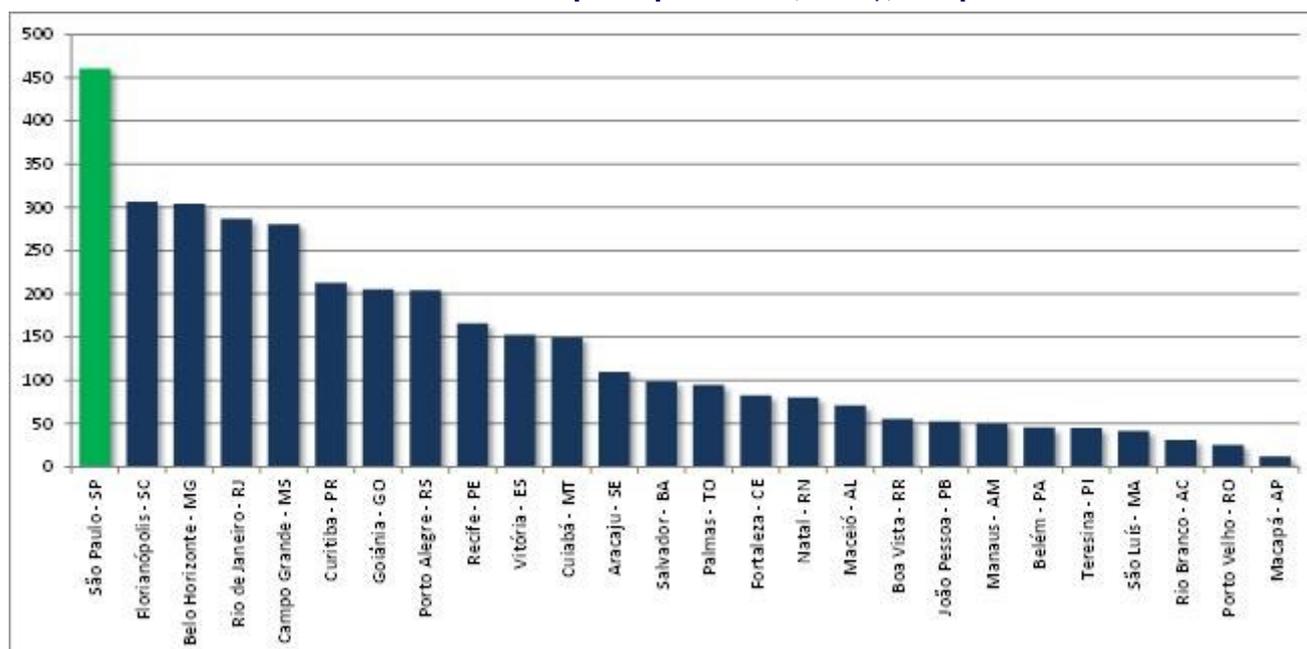
O IPTU é um imposto municipal cuja incidência se dá sobre propriedades urbanas. Em 2013, em média, foi o responsável por cerca de 20% das receitas tributárias das capitais. Os gráficos 1.34, 1.35 e 1.36 trazem os valores arrecadados *per capita* desse imposto, disponível nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.34 - IPTU per capita 2013 (em R\$) - Municípios da RMSP**



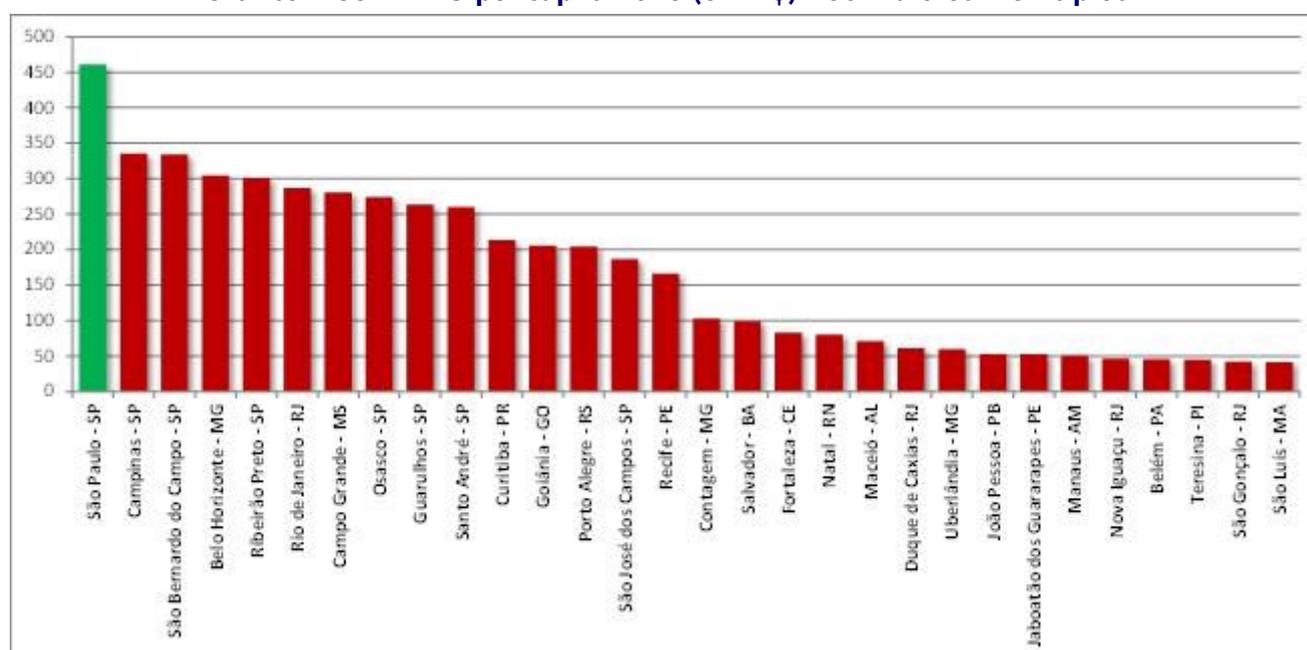
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.35 - IPTU per capita 2013 (em R\$) - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.36 - IPTU per capita 2013 (em R\$) - 30 Maiores Municípios**



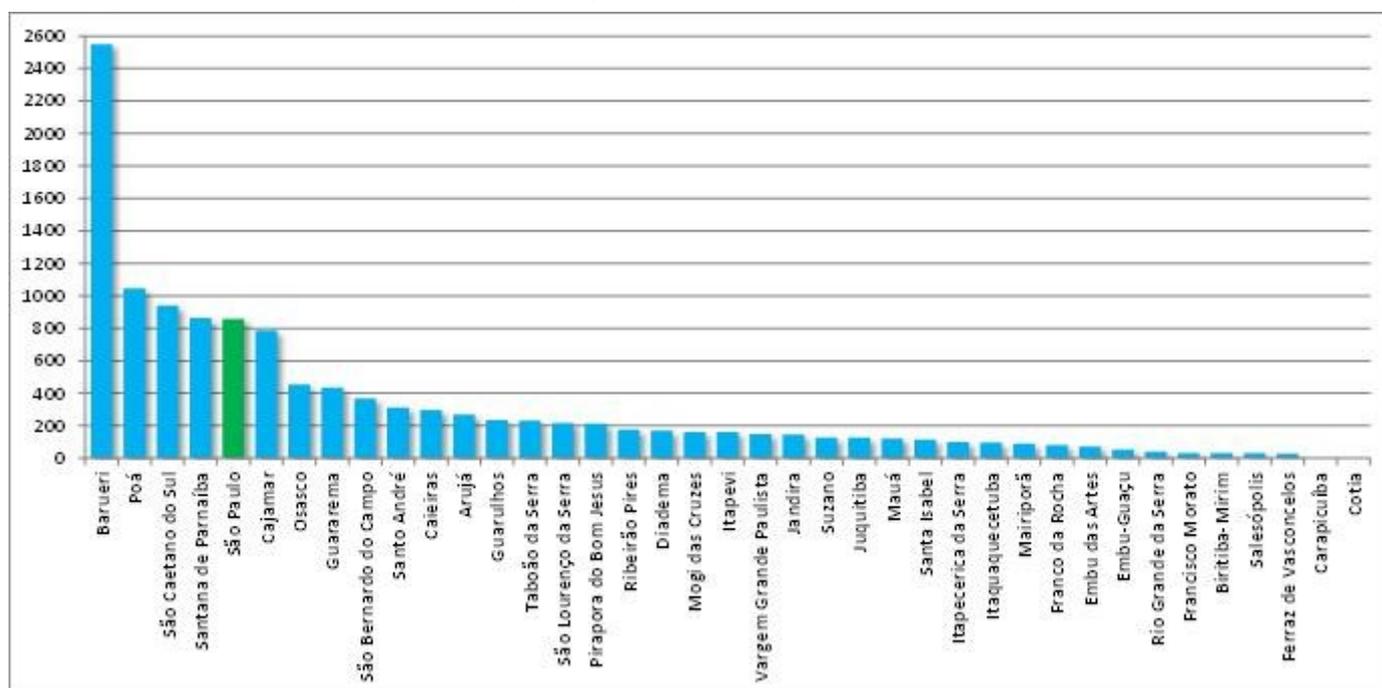
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

A RMSP arrecadou (*per capita*) em média R\$ 188,3 em IPTU, contra R\$ 166,9 do grupo dos 30 maiores municípios e R\$ 139,5 das capitais. São Paulo foi a capital e grande município com a maior arrecadação *per capita* para esse imposto; R\$ 460,8. Dentre as capitais, Florianópolis - SC com R\$ 306,7 e Belo Horizonte - MG (R\$ 304,1) registraram a segunda e a terceira maior arrecadação. Considerando as grandes cidades, Campinas - SP e São Bernardo do Campo - SP registraram uma arrecadação *per capita* menor apenas que São Paulo, com R\$ 335,0 e R\$ 334,0, respectivamente. Na RMSP, Cotia (R\$ 799,8), São Caetano do Sul (R\$ 674,2) e Santana de Parnaíba (R\$ 613,1) foram os municípios com os 3 maiores IPTU *per capita*, superando inclusive São Paulo, que ficou em 4º na região.

## ISS

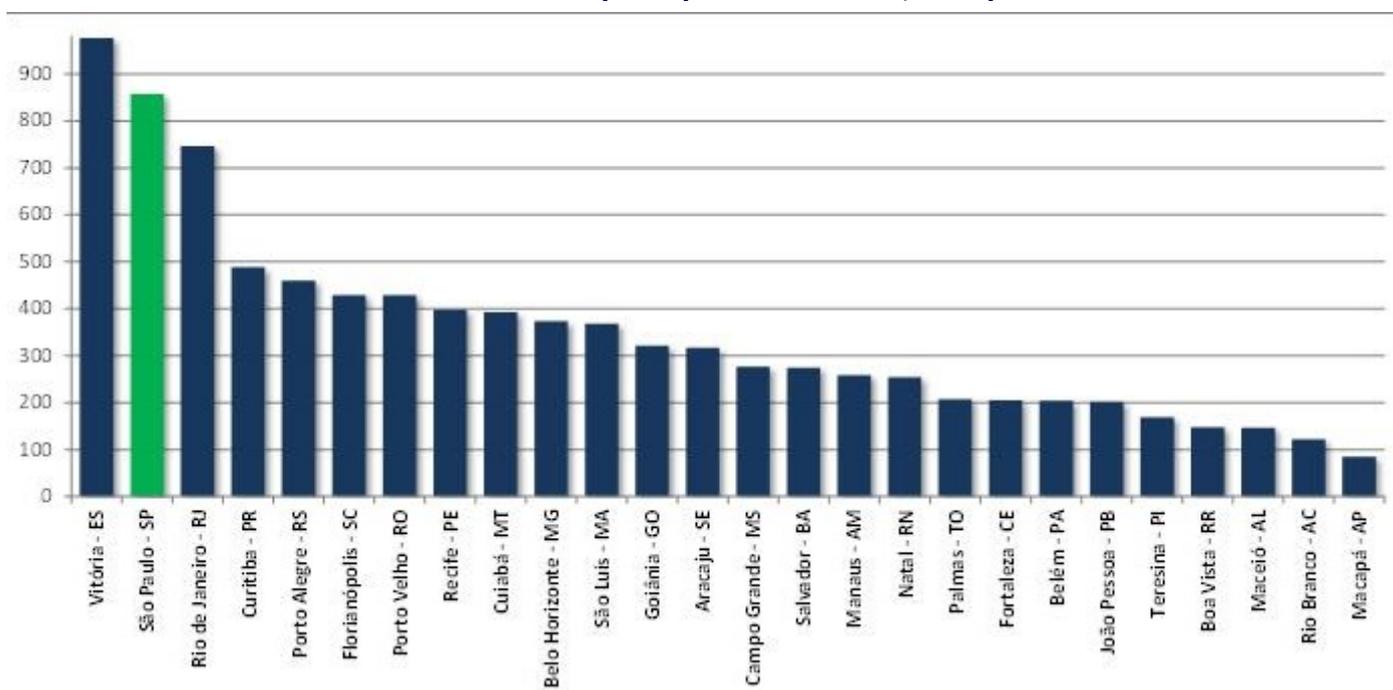
O ISS é um imposto municipal cuja incidência se dá sobre a prestação de serviços. Em 2013, em média, foi o responsável por cerca de 52% das receitas tributárias das capitais. Os gráficos 1.37, 1.38 e 1.39 trazem os valores arrecadados *per capita* desse imposto, disponíveis nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.37 - ISS per capita 2013 (em R\$) - Municípios da RMSP**



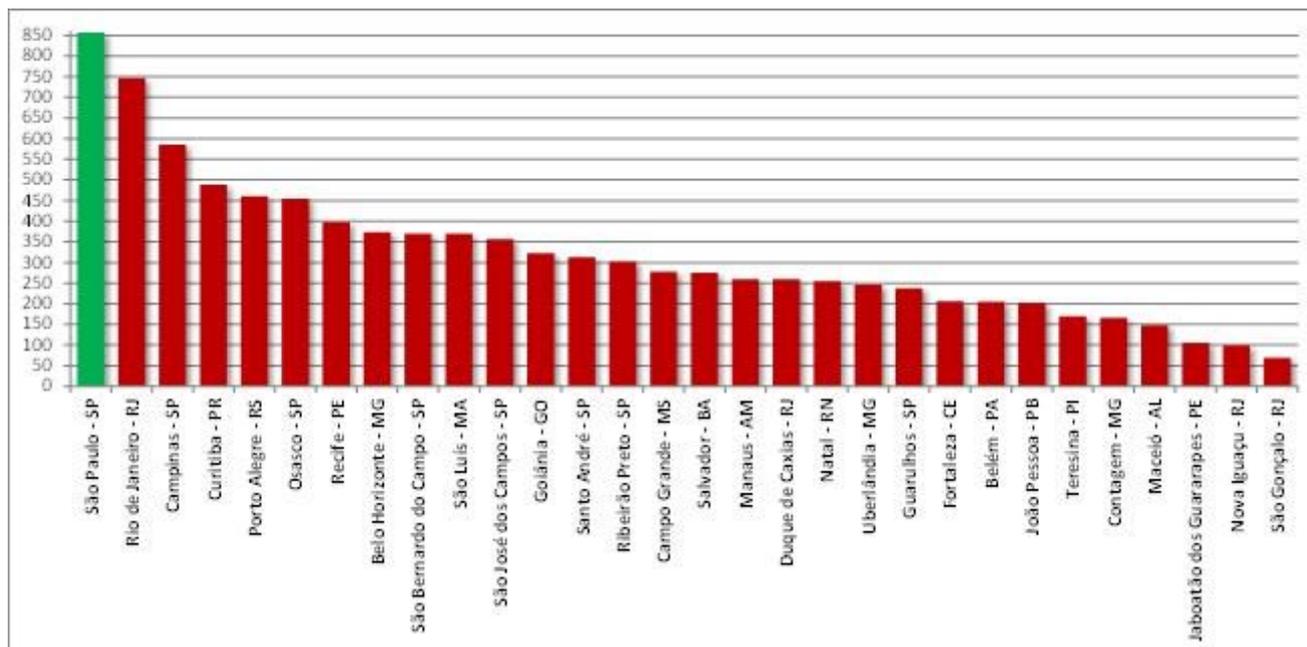
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.38 - ISS per capita 2013 (em R\$) - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.39 - ISS per capita 2013 (em R\$) - 30 Maiores Municípios**



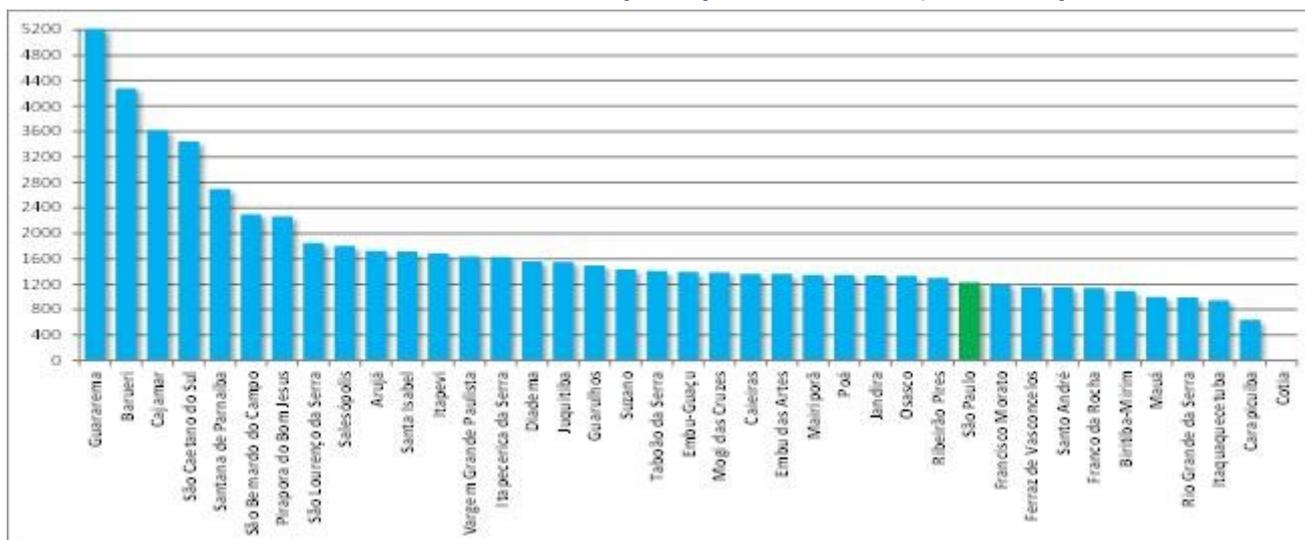
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

Dentre as capitais, a arrecadação per capita média de ISS foi de R\$ 350,5 anuais, com Vitória - ES obtendo o maior valor (R\$ 976,9), seguida por São Paulo (R\$ 857,4) e Rio de Janeiro - RJ (R\$ 746,7). Considerando os grandes municípios, além de São Paulo e Rio de Janeiro, Campinas com R\$ 585,3 completa os 3 maiores valores para esse agrupamento, que em média arrecadou R\$ 318,8. Já a RMSP ficou com uma média menor que os outros 2 grupos (R\$ 313,4), porém com alguns municípios arrecadando valores superiores ao de capitais e de grandes municípios. Barueri, por exemplo, com R\$ 2.551,0 arrecadou, em termos *per capita*, mais que o dobro de Vitória (capital com a maior arrecadação) e quase 200% a mais que São Paulo. Poá, com R\$ 1.045,5 foi outro município com arrecadação superior a de Vitória e São Paulo. Completa os 3 maiores arrecadadores da RMSP, São Caetano do Sul com R\$ 939,8 (superior a São Paulo, porém mais baixo do que Vitória).

### Transferências Correntes

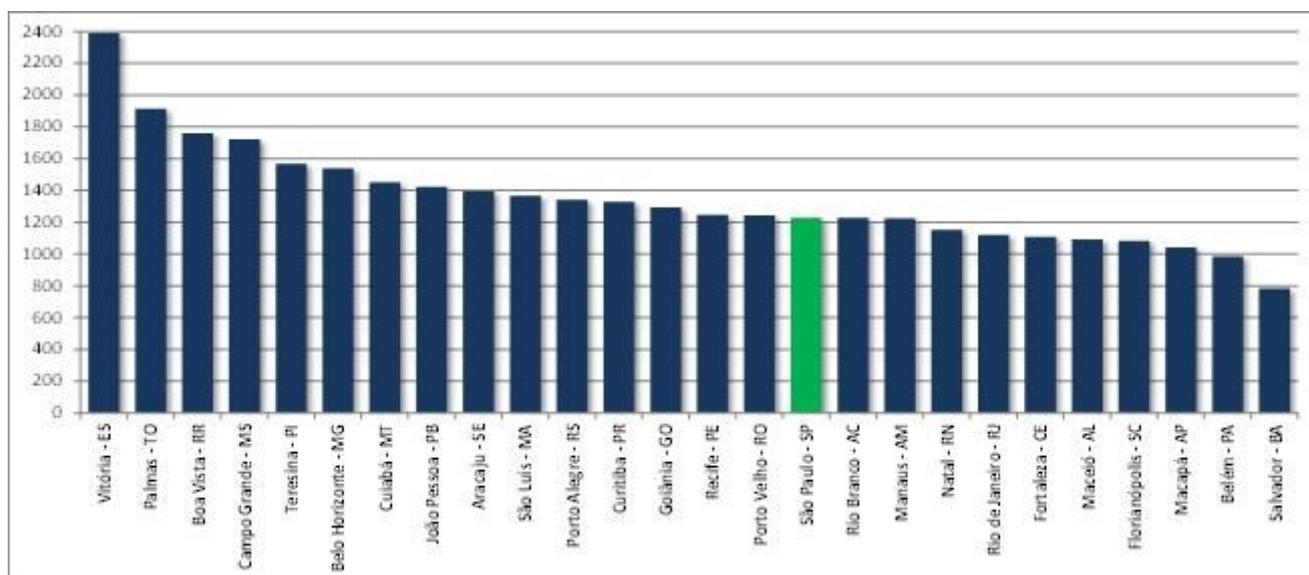
As transferências correntes são recursos financeiros recebidos de outros entes, públicos ou privados, que se destinam a financiar despesas correntes. Para muitos municípios, principalmente municípios pequenos e com pouco dinamismo econômico, é por muito a principal fonte de receita. Entre as capitais, em 2013, foi responsável por 58% das receitas correntes e somente em São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis, a receita tributária foi maior que as transferências correntes. Os gráficos 1.40, 1.41 e 1.42 trazem os valores recebidos *per capita* denominados “transferências correntes”, disponíveis nas bases do SICONFI referentes ao ano de 2013 para os municípios da região metropolitana de São Paulo, as capitais de estado e os 30 mais populosos municípios brasileiros.

**Gráfico 1.40 - Transferências Correntes per capita 2013 (em R\$) - Municípios da RMSP**



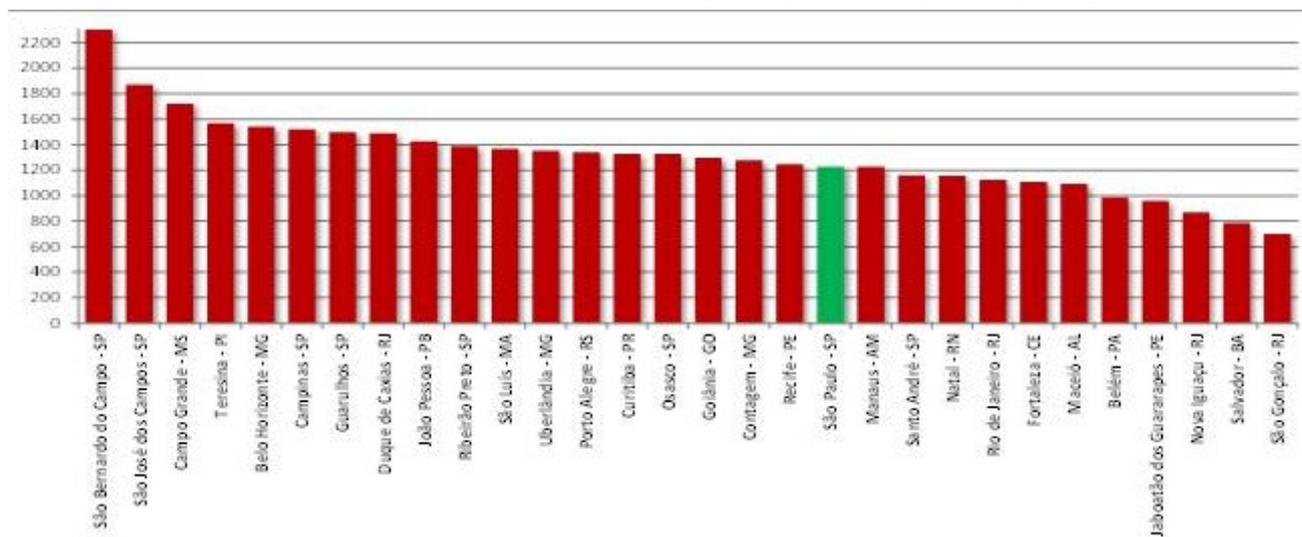
Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.41 - Transferências Correntes per capita 2013 (em R\$) - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

**Gráfico 1.42 - Transferências Correntes per capita 2013 (em R\$) - Capitais**



Fonte: SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional

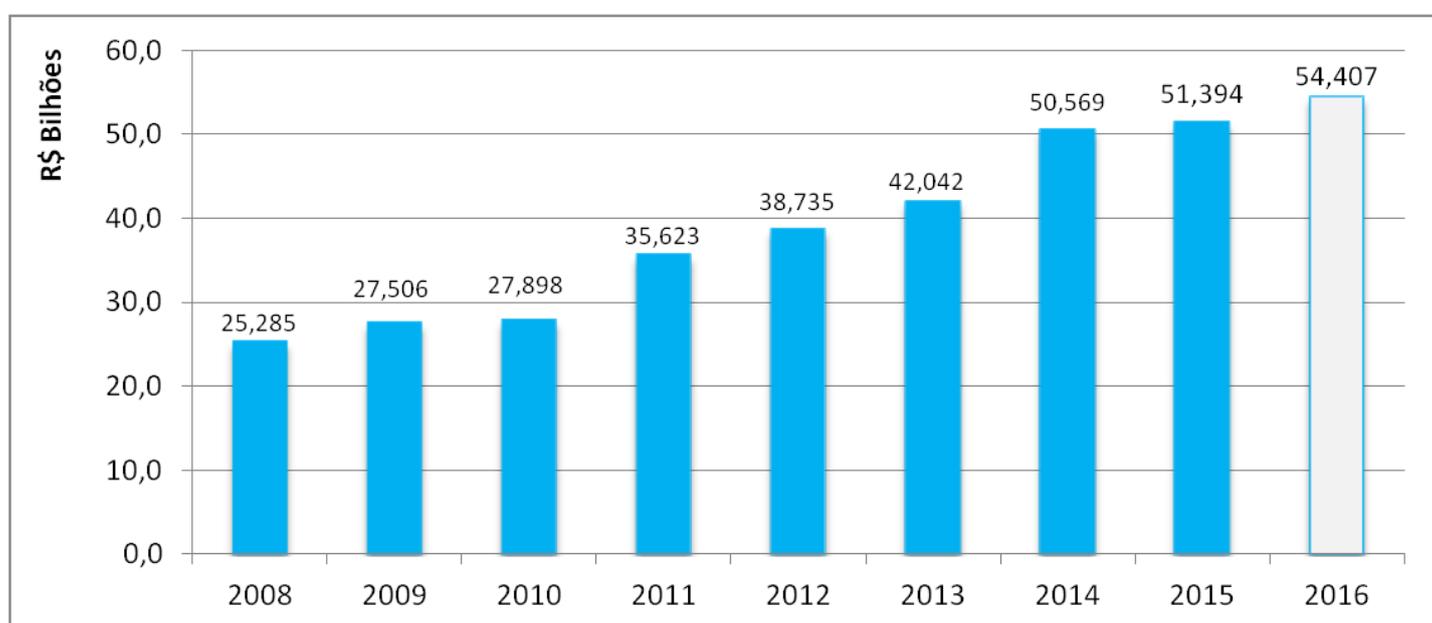
---

Desconsiderando o município de Cotia, que apesar de estar na base do SICONFI, consta com valor 0 (zero) para as transferências correntes, a média dos valores *per capita* para esse item na RMSP foi de R\$ 1.737,8, superior ao registrado no grupo das capitais (R\$ 1.347,5) e dos grandes municípios (R\$ 1.307,5). Guararema com R\$ 5.213,1, Barueri (R\$ 4.281,0) e Cajamar (R\$ 3.623,0) foram os *per capita* na RMSP. Vitória - ES, com R\$ 2.390,8, foi a capital com o maior valor nesse item, seguida de Palmas - TO (R\$ 1.915,5) e Boa Vista - RR (R\$ 1.760,2). Dentre os grandes municípios (30 mais populosos), São Bernardo do Campo - SP com R\$ 2.302,0, São José dos Campos - SP (R\$ 1.869,4) e Campo Grande - MS (R\$ 1.720,7) registraram os maiores valores de transferência *per capita*. São Paulo com R\$ 1.226,8 ficou em 16° dentre as 26 capitais. Considerando os 30 maiores municípios, foi a 19°, enquanto na região metropolitana, ficou em 29°.

## 7. Proposta Orçamentária para 2016\*

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, o Poder Executivo enviou à Câmara Municipal, no último dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária - PLOA para o ano de 2016. Na proposta, o valor do orçamento consolidado (Administração Direta, Indireta e Legislativo) é de R\$ 54,4 bilhões, montante 5,9% superior ao orçamento aprovado para 2015.

**Gráfico 4.1 - Evolução Anual dos Orçamentos Consolidados Aprovados – 2008 a 2015 e Proposta 2016 – em R\$ bilhões**



Fonte: LOA 2008 a 2015 e PLOA 2016

O valor estimado para a arrecadação de 2016 partiu de um cenário macroeconômico projetado de acordo com as expectativas do mercado financeiro apresentadas no Relatório *Focus Séries* do Banco Central do dia 17/07/2015, no qual se esperava uma expansão de 0,33% do Produto Interno Bruto - PIB e uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 5,40%, para o próximo ano.

Diante das atuais expectativas, houve uma certa deterioração do cenário macroeconômico

\* Publicado no Indicador Paulistano n° 64 - outubro/2015

projetado para 2016. Segundo o Relatório *Focus* do Banco Central do dia 23/10/2015, a mediana das expectativas entre as instituições financeiras é de uma queda do PIB de 1,43% e de uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 6,22% em 2016. A queda da arrecadação provocada por um crescimento menor do PIB seria em parte compensada por uma taxa de inflação um pouco maior em 2016, causando poucos reflexos na arrecadação das receitas, mas que impactaria a alocação das despesas, uma vez que uma taxa de inflação maior repercute nos reajustes das despesas de custeio, restando menos recursos para investimentos.

O cenário econômico exerce influência principalmente sobre as receitas correntes, para as quais a estimativa da Prefeitura é de crescimento nominal, em relação ao Orçamento 2015, de 3,7%, percentual inferior a inflação esperada. Descontando a expectativa de inflação para 2015 (fonte: Relatório Focus/BCB de 16/10/2015), a estimativa é de uma queda real de 5,5% das receitas correntes (Tabela 4.1).

**Tabela 4.1 - Receita Consolidada  
Comparativo Orçamento 2015 x Estimativa 2016 – em R\$**

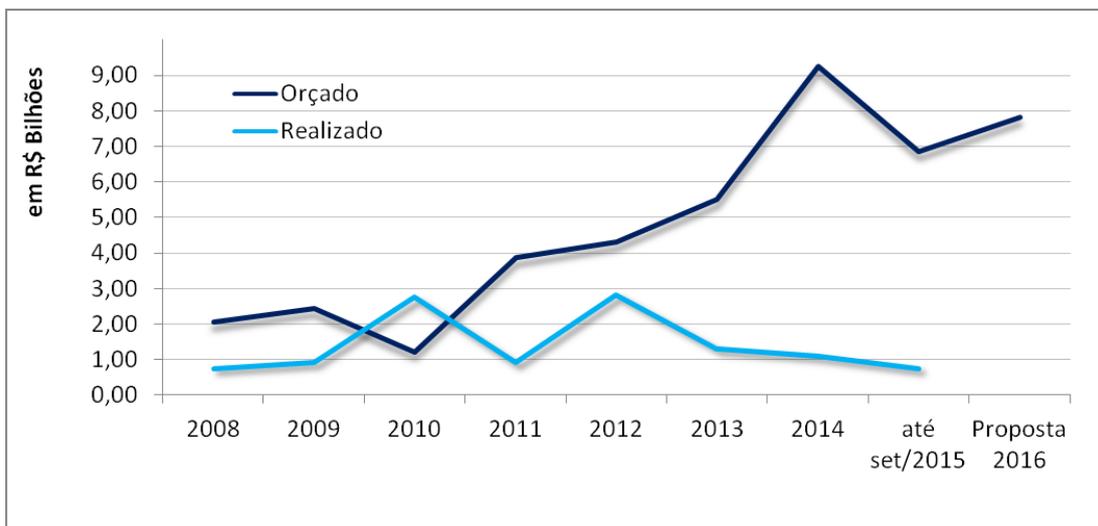
	Orçamento 2015 ( I )	Arrecadado até Set/15 ( II )	Proposta 2016 ( III )	Realiz.% ( III/I )	Var.% ( III / I )
RECEITA CORRENTE - PMSP (A)	43.077.527.363	32.995.581.999	44.682.042.743	76,6%	3,7%
Receita Tributária	22.638.721.490	16.578.568.777	23.446.000.314	73,2%	3,6%
- ISS	11.863.217.228	8.448.048.588	12.095.211.808	71,2%	2,0%
- IPTU	7.243.872.785	5.490.905.105	7.382.011.212	75,8%	1,9%
- ITBI	1.660.676.232	1.278.179.030	1.935.656.063	77,0%	16,6%
Receita de Transferências	16.596.613.463	11.745.621.555	16.771.434.603	70,8%	1,1%
- ICMS	7.447.995.686	5.054.904.859	7.264.380.369	67,9%	-2,5%
- IPVA	2.147.107.809	2.116.588.078	2.501.199.996	98,6%	16,5%
Demais Rec Correntes	3.842.192.410	4.671.391.667	4.464.607.826	121,6%	16,2%
RECEITA DE CAPITAL - PMSP (B)	6.860.170.304	769.780.910	7.825.329.472	11,2%	14,1%
Transferências de Capital	4.707.360.139	436.814.675	3.850.511.638	9,3%	-18,2%
- União	4.227.309.255	183.508.181	3.307.845.439	4,3%	-21,8%
Demais Rec. Capital	2.152.810.165	332.966.235	3.974.817.834	15,5%	84,6%
- Serviços da dívida - Depósitos judiciais	-	-	1.498.000.000	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (C)	-	0	89.933.210	-	-
DEDUÇÕES DA REC. CORRENTE - PMSP (D)	-2.034.888.020	-1.606.515.861	-2.220.201.853	78,9%	9,1%
<b>RECEITA PMSP (D=A+B+C+D)</b>	<b>47.902.809.647</b>	<b>32.158.847.047</b>	<b>50.377.103.572</b>	<b>67,1%</b>	<b>5,2%</b>
<b>ADM. INDIRETA (E)</b>	<b>3.484.648.474</b>	<b>2.306.444.953</b>	<b>4.020.957.775</b>	<b>66,2%</b>	<b>15,4%</b>
<b>LEGISLATIVO (F)</b>	<b>6.290.000</b>	<b>2.512.507</b>	<b>9.239.000</b>	<b>39,9%</b>	<b>46,9%</b>
<b>RECEITA TOTAL (D+E+F)</b>	<b>51.393.748.121</b>	<b>34.467.804.508</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>67,1%</b>	<b>5,9%</b>

Fonte: LOA 2015 e Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15)

Até o mês de setembro/2015, a arrecadação das receitas foi 11,7% superior à relativa ao mesmo período de 2014 (ver seção 2.1 Receita Arrecadada da PMSP). Projetando esse percentual de crescimento sobre a arrecadação total de 2014 (R\$ 41,3 bilhões), estima-se que a arrecadação alcance um montante próximo de R\$ 46 bilhões até o final de 2015. Neste caso, o valor da proposta 2016 representaria um crescimento significativo (de 18% ou de R\$ 8,4 bilhões) sobre essa projeção. As receitas de capital explicam grande parte deste aumento. A proposta estima receitas de capital da PMSP de R\$ 7,8 bilhões, sendo que até setembro/2015, a PMSP arrecadou apenas R\$ 769,8 milhões dessas receitas.

Nos últimos anos, conforme o Gráfico 4.2 mostra, observa-se uma baixa realização das receitas de capital face à elevada previsão orçamentária dessas receitas.

**Gráfico 4.2 - Evolução Receitas de Capital - PMSP - 2008 a set/2015 e Proposta 2016 - em R\$ bilhões**



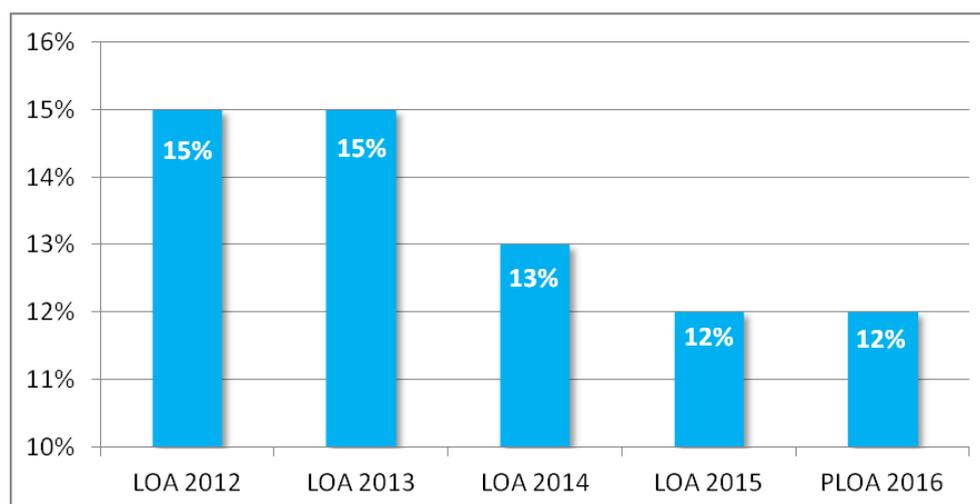
Fonte: Balanços Anuais 2008 a 2014, LOA 2015 e Proposta 2016

## Despesas Orçamentárias

Nesta seção é apresentado o detalhamento das despesas da Proposta 2016 por grupo da despesa, função, fonte de recursos e órgão, comparativamente ao Orçamento Atualizado 2015 e à execução do orçamento (liquidação) até setembro/2015.

O orçamento atualizado corresponde ao valor inicial previsto em lei mais (ou menos) as suplementações (ou reduções) que ocorrem ao longo da execução orçamentária. Ao longo da execução do orçamento, o Poder Executivo pode remanejar os recursos até o limite do percentual fixado na LOA. A LOA 2015 autorizou o Poder Executivo a remanejar até 12% do total da despesa fixada (art. 11), sendo ainda que desse limite estão excluídas as suplementações de determinadas dotações (art. 12), como por exemplo, de pessoal, da função Educação, Saúde, entre outras. A PLOA 2016 autoriza o Poder Executivo suplementar dotações até o mesmo limite de 12% da despesa total (art. 11) e, igualmente, mantém as mesmas exclusões do limite (art. 12).

**Gráfico 4.3 - Margem de Remanejamento LOA 2012 a 2015 e PLOA 2016**



Fonte: LOA 2012 a 2015, PLOA 2016

A suplementação de determinada dotação orçamentária pode ser coberta pela anulação de mesmo valor de outra dotação ou, ainda, por outros meios, como, por exemplo, pela utilização de recursos financeiros acumulados em anos anteriores (superávit financeiro), dos quais, até setembro, foram utilizados R\$ 40,6 milhões para suplementar o valor orçado para 2015.

A Tabela 4.2 apresenta o detalhamento das despesas contidas na proposta orçamentária para 2016, por grupo de despesa, comparativamente, ao orçamento atualizado e execução até setembro/2015:

**Tabela 4.2 - Comparativo – Orçamento 2015 x Proposta 2016 por Grupos da Despesa – em R\$**

	<b>Orçamento Atualizado 2015 (A)</b>	<b>Liquidado até Set/15 (B)</b>	<b>Proposta 2016 (C)</b>	<b>(B/A) %</b>	<b>Var.% (C/A)</b>
<b>DESPESA CORRENTE (I)</b>	<b>41.603.724.942</b>	<b>27.768.957.340</b>	<b>44.475.713.676</b>	<b>66,7%</b>	<b>6,9%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	17.870.948.503	12.556.887.376	20.512.022.516	<b>70,3%</b>	<b>14,8%</b>
Juros e Encargos da Dívida	2.545.267.299	1.282.859.865	1.346.877.499	<b>50,4%</b>	<b>-47,1%</b>
Outras Despesas Correntes	21.187.509.140	13.929.210.099	22.616.813.661	<b>65,7%</b>	<b>6,7%</b>
<b>DESPESA DE CAPITAL (II)</b>	<b>9.830.586.700</b>	<b>3.299.113.038</b>	<b>9.766.586.671</b>	<b>33,6%</b>	<b>-0,7%</b>
Investimentos	7.915.934.761	1.951.023.228	7.788.007.443	<b>24,6%</b>	<b>-1,6%</b>
Inversões Financeiras	118.896.906	104.971.129	46.131.000	<b>88,3%</b>	<b>-61,2%</b>
Amortização da Dívida	1.795.755.033	1.243.118.681	1.932.448.228	<b>69,2%</b>	<b>7,6%</b>
<b>Reserva de Contingência (III)</b>	<b>1.000</b>	<b>0</b>	<b>165.000.000</b>	<b>0,0%</b>	<b>16499900%</b>
<b>DESPESA TOTAL (I + II + III)</b>	<b>51.434.312.642</b>	<b>31.068.070.377</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>60,4%</b>	<b>5,8%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15) e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx> em 08/10/2015)

O Grupo “Pessoal e Encargos Sociais” é o que apresenta o maior aumento percentual em relação ao orçamento atualizado 2015 (14,8%, ou R\$ 2,6 bilhões). Desse valor, a maior parte (R\$ 1,6 bilhão) deve-se ao aumento previsto nas despesas com “Aposentadorias e Pensões”.

Destaca-se a variação negativa de 47,1% (queda de R\$ 1,2 bilhão) em relação ao orçamento atualizado 2015 das despesas com “Juros e Encargos da Dívida” (despesa corrente). Na soma dos ‘Juros e Encargos da Dívida’ (despesa corrente) com ‘Amortizações da Dívida’ (despesa de capital), o valor na proposta para os pagamentos da dívida é 24,5% (ou R\$ 1,1 bilhão) menor do que o valor orçado de 2015.

A redução prevista nos pagamentos da dívida ocorre no contexto de aprovação da Lei Complementar nº 148/2014 (LC nº 148/2014), que autorizou a União a alterar as condições das taxas de juros aplicadas sobre os contratos de refinanciamento celebrados com estados e municípios. Em substituição às condições atuais, em que a dívida é corrigida por juros de 9% ao ano mais variação do IGP-DI, a lei aprovada permite que sejam aplicados retroativamente a janeiro/2013 juros de 4% ao ano mais a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou da taxa Selic, o que for menor. Além de permitir a alteração do indexador que corrige os valores da dívida,

a LC nº148 também autoriza a União a conceder um desconto sobre o saldo devedor em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro/2013 e aquele apurado aplicando a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura do contratos. A Lei Complementar ainda aguarda regulamentação, no entanto, em 26.08.2015, foi protocolado na Justiça acordo entre a Prefeitura e União, pelo qual “fica garantido o pagamento pelo valor menor, conforme LC 148/2014. A Prefeitura se comprometeu a depositar em juízo a diferença entre esse valor menor e o do contrato em vigor, que será levantado pela administração municipal até o início do ano que vem” <sup>1</sup>

Quanto aos investimentos, a proposta apresenta uma queda de 1,6% em relação ao orçamento atualizado de 2015. No entanto, deve-se destacar que do valor orçado para 2015 foram liquidados apenas 24,6% até o mês de setembro.

**Tabela 4.3 - Investimentos - Maiores Ações – Proposta 2016 - em R\$**

Cód.	Descrição das Ações	Orçamento Atualizado 2015 (A)	Liquidado até Set/15 (B)	Proposta 2016 (C)	(B)/(A)%	Var.% (C)/(A)
5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	847.873.953	211.348.027	1.074.044.512	24,9%	26,7%
3378	Implantação e Requalificação de Corredores	627.873.801	119.229.583	808.342.367	19,0%	28,7%
3357	Urbanização de Favelas	603.409.040	178.349.528	610.576.385	29,6%	1,2%
3352	Requalificação de Bairros e Centralidades	93.833.782	9.937.588	545.578.609	10,6%	481,4%
3355	Execução do Programa de Mananciais	497.252.029	25.816.210	428.486.668	5,2%	-13,8%
5100	Intervenções no sistema viário	570.384.187	384.422.392	321.642.345	67,4%	-43,6%
3360	Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	77.276.034	4.580.244	295.802.840	5,9%	282,8%
3374	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Olímpicos	94.243.515	9.273	284.171.504	0,0%	201,5%
0035	Condenações Judiciais - Outras Espécies	462.182.690	396.156.589	264.104.395	85,7%	-42,9%
3359	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	271.278.626	67.655.070	234.133.964	24,9%	-13,7%
3750	Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	289.166.614	28.685.654	219.503.000	9,9%	-24,1%
1137	Pavimentação e Recapeamento de Vias	133.618.843	50.691.754	180.000.000	37,9%	34,7%
3354	Construção de Unidades Habitacionais	276.765.578	64.518.694	178.247.666	23,3%	-35,6%
3369	Construção e Reformas para a Instalação de Unidades de Pronto Atendimento	125.440.536	6.768.729	159.466.341	5,4%	27,1%
5007	Execução do Plano Viário Sul	138.507.140	33.186	154.502.000	0,0%	11,5%
1193	Obras e Serviços nas Áreas de Riscos Geológicos	154.845.804	6.720.204	125.500.000	4,3%	-19,0%
1241	Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas	107.538.359	27.089.795	118.846.307	25,2%	10,5%
1118	Construção e Instalação do Hospital Municipal Parelheiros	90.000.000	27.355.105	107.304.914	30,4%	19,2%
3367	Construção e Instalação de Unidades Básicas Integrais de Saúde	90.984.131	73.056	105.827.269	0,1%	16,3%
<b>Demais Investimentos</b>		<b>2.363.460.102</b>	<b>337.853.529</b>	<b>1.571.926.357</b>	<b>14,3%</b>	<b>-33,5%</b>

(1) <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5959>

---

As ações listadas na Tabela 4.3 totalizam R\$ 6,2 bilhões e correspondem a 80% do total dos investimentos da Proposta 2016. Conforme a tabela mostra, a descrição das maiores ações tem caráter genérico, não detalhando especificamente para qual obra serão destinados os recursos. No entanto, a proposta apresenta em um volume separado um detalhamento das ações, o qual especifica para qual obra estão previstos recursos.<sup>2</sup>

Entre esses investimentos estão alguns citados como prioritários pelo Executivo na mensagem que acompanha a Proposta. Na educação, o Executivo destaca o aumento do atendimento da demanda por educação infantil (Construção de Centros de Educação Infantil - CEI, R\$ 234,1 milhões). O detalhamento da ação mostra que desses recursos, R\$ 94,1 milhões estão distribuídos para 103 CEIs/CEMEIs e os R\$ 40 milhões restantes estão a definir. Outra prioridade mencionada na educação é a expansão da Rede CEU (Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU, R\$ 295,8 milhões distribuídos para 8 CEUs). Na saúde, a proposta destina recursos para “Construção e Instalação do Hospital Municipal de Parelheiros” (R\$ 107,3 milhões). Na mobilidade urbana, o Executivo destaca o projeto “Implantação e Requalificação de Corredores” (R\$ 808,3 milhões), para o qual estão previstas no detalhamento, entre outros, as implantações/requalificações dos corredores Leste Itaquera (R\$ 102,8 milhões), Bandeirantes/Salim Farah Maluf (R\$ 100,0 milhões) e Itaim Paulista/São Mateus (R\$ 100,0 milhões), e Aricanduva 14km (R\$ 83,5 milhões).

A proposta destaca também obras de combate a enchentes e alagamentos. Dentro do projeto “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos”, no valor de R\$ 1,1 bilhão, estão previstas no detalhamento intervenções nos córregos Ponte Baixa (R\$ 198,0 milhões), Aricanduva (R\$ 112,0 milhões), Cordeiro (R\$ 104,0 milhões), Ipiranga (R\$ 98,5 milhões) e Zavuvus (R\$ 96,0 milhões).

---

(2) Cabe aqui ressaltar que a vinculação dos recursos com uma determinada obra é mais frágil quando ela está no detalhamento da ação do que quando presente na descrição da ação. Isso ocorre porque quando está descrita na ação, os seus recursos só podem ser utilizados na própria obra. Nesse caso, a utilização desses recursos para uma outra destinação requererá a edição de decreto de remanejamento, que estará sujeito ao limite da margem já comentado. Já no caso da obra estar descrita apenas no detalhamento da ação, os seus recursos poderão, posteriormente, ser utilizados sem restrição em outras obras da mesma ação.

## Despesas por Função

A Tabela 4.4 apresenta, comparativamente, ao orçamento atualizado para 2015, a distribuição da despesa por função.

**Tabela 4.4 - Despesa por Função**  
**Proposta 2016 x Orçamento Atualizado 2015 e Liquidado até set/15 – em R\$**

Cd.	Descrição da Função	Orçamento Atualizado 2015 (A)	Liquidado até Set/2015 (B)	Proposta 2016 (C)	% do Total	(B)/(A)%	Var. % (C)/(A)
01	Legislativa	832.234.646	446.605.511	852.470.000	1,4%	53,7%	2,4%
02	Judiciária	207.025.118	134.916.267	241.238.558	0,4%	65,2%	16,5%
04	Administração	1.128.745.962	452.598.832	916.027.399	1,5%	40,1%	-18,8%
05	Defesa Nacional	506.908	288.554	551.000	0,0%	56,9%	8,7%
06	Segurança Pública	514.106.920	296.093.766	528.227.711	1,0%	57,6%	2,7%
07	Relações Exteriores	396.046	24.528	655.200	0,0%	6,2%	65,4%
08	Assistência Social	1.173.947.235	731.048.805	1.341.337.792	2,4%	62,3%	14,3%
09	Previdência Social	7.612.001.193	5.671.164.277	9.417.851.898	18,3%	74,5%	23,7%
10	Saúde	9.320.668.041	6.171.854.434	9.450.541.755	19,9%	66,2%	1,4%
11	Trabalho	191.002.667	76.767.077	137.800.943	0,2%	40,2%	-27,9%
12	Educação	10.092.053.008	6.349.752.365	11.203.952.175	20,4%	62,9%	11,0%
13	Cultura	557.061.851	303.565.007	716.854.737	1,0%	54,5%	28,7%
14	Direitos da Cidadania	126.270.662	54.144.122	120.107.789	0,2%	42,9%	-4,9%
15	Urbanismo	5.536.824.132	2.988.787.524	5.975.863.090	9,6%	54,0%	7,9%
16	Habitação	2.130.281.521	567.625.622	1.763.825.781	1,8%	26,6%	-17,2%
17	Saneamento	1.135.685.472	316.540.152	1.332.064.779	1,0%	27,9%	17,3%
18	Gestão Ambiental	402.751.139	169.466.633	274.425.246	0,5%	42,1%	-31,9%
20	Agricultura				0,0%		
23	Comércio e Serviços	72.555.000	6.202.107	110.655.000	0,0%	8,5%	52,5%
24	Comunicações	262.879.121	85.090.193	203.625.675	0,3%	32,4%	-22,5%
26	Transporte	3.921.476.447	2.568.478.713	4.386.656.162	8,3%	65,5%	11,9%
27	Desporto e Lazer	543.256.217	154.126.698	651.848.828	0,5%	28,4%	20,0%
28	Encargos Especiais	5.672.582.338	3.522.929.192	4.615.718.829	11,3%	62,1%	-18,6%
99	Reserva de Contingência	1.000	0	165.000.000	0,0%	0,0%	16499900%
<b>Total geral</b>		<b>51.434.312.642</b>	<b>31.068.070.377</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>100,0%</b>	<b>60,4%</b>	<b>5,8%</b>

Fonte: PL 538/15 e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx>)

Conforme a tabela mostra, 3 funções (Educação, Saúde e Previdência Social) respondem por cerca de 60% do valor total da proposta orçamentária. Dentre essas maiores funções, a Previdência Social apresenta aumento de 23,7% em relação ao orçamento atualizado 2015. Para a função Educação está previsto aumento de 11,0% e para a Saúde, 1,4%.

A função Urbanismo, que concentra 9,6% do valor do orçamento, é a quarta maior, seguida pela função Transportes (8,3% do orçamento), dentro da qual se destaca a ação “Compensações tarifárias do sistema de ônibus” no valor de R\$ 1,9 bilhão, que responde pelos subsídios à tarifa do sistema de ônibus do município. Este valor é 33,4% maior ao originalmente orçado para 2015, e 21,1% superior ao liquidado até outubro/2015.

A Tabela 4.5 detalha, comparativamente ao orçamento 2015, as despesas por fonte de recursos.

**Tabela 4.5 - Despesa por Fonte de Recursos - Orçamento 2015, Liquidado até set/2015 e Proposta 2016 - em R\$**

Cód.	Descrição da Fonte	Orçamento Inicial 2015	Orçamento Atualizado 2015 (A)	Liquidado até Set/2015 (B)	Proposta 2016 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
00	Tesouro Municipal	32.955.146.421	33.936.596.022	22.171.750.005	35.446.220.000	64,4%	4,4%
01	Operações de Crédito	80.610.513	80.610.513	1.430.003	101.980.200	1,8%	26,5%
02	Transferências Federais	7.804.296.048	6.217.776.932	1.984.616.917	6.672.918.758	31,9%	7,3%
03	Transferências Estaduais	618.473.622	771.410.737	268.440.412	685.943.626	34,8%	-11,1%
04	Fundo Constitucional da Educação	3.476.364.213	3.476.364.213	2.571.564.539	3.702.327.886	74,0%	6,5%
05	Outras Fontes <sup>1</sup>	111.562.683	111.562.683	39.466.519	122.216.320	35,4%	9,5%
06	Recursos Próprios da Administração Indireta	2.970.636.595	2.973.136.595	2.070.709.405	3.397.426.802	69,6%	14,3%
08	Tesouro Municipal - Recursos Vinculados <sup>2</sup>	3.260.118.588	3.794.263.861	1.953.992.499	4.182.355.640	51,5%	10,2%
09	Recursos Próprios da Empresa Dependente <sup>3</sup>	116.539.438	72.591.086	6.100.078	95.911.115	8,4%	32,1%
<b>TOTAL</b>		<b>51.393.748.121</b>	<b>51.434.312.642</b>	<b>31.068.070.377</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>59,8%</b>	<b>5,8%</b>

(1) "Outras Fontes" (código 05) correspondem às doações de recursos à Prefeitura, parcerias com entidades não governamentais, dentre outras.

(2) Recursos vinculados a determinada despesa ou fundo, como por exemplo, multas de trânsito vinculadas ao Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito, receita de Outorga Onerosa, vinculada ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

(3) Recursos próprios da COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

Fonte: Proposta Orçamentária 2016

A principal fonte são os recursos do próprio Tesouro Municipal (advindos da arrecadação de impostos, taxas, transferências constitucionais e outras receitas próprias), que somam R\$ 32,1 bilhões. Comparativamente ao orçamento atualizado/2015, a proposta prevê um crescimento de 4,4%. No entanto, comparativamente ao orçamento inicial 2015, a proposta 2016 representa um crescimento de R\$ 2,5 bilhão (ou 7,6%). Ao longo da execução do orçamento, a PMSP remanejou recursos, suplementando dotações cuja fonte era Tesouro Municipal no valor de R\$ 981 milhões. As dotações anuladas foram, majoritariamente, da fonte 02 - Transferências Federais, que caíram de R\$ 7,8 bilhões para R\$ 6,2 bilhões (redução de R\$ 1,6 bilhão).

Destaca-se o crescimento da fonte "Tesouro Municipal - Recursos Vinculados", que se refere aos recursos vinculados à determinada despesa ou fundo, como, por exemplo, os provenientes das Operações Urbanas e os vinculados aos fundos municipais (Fundo de Desenvolvimento de Trânsito; Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, Fundo de Iluminação Pública, entre outros). Em relação ao atualizado 2015, a proposta prevê aumento de 10,2% (em relação ao orça—

mento inicial, o crescimento é de 28,3%). A expansão significativa das despesas desta fonte explica-se pelo crescimento dos gastos nas operações urbanas, conforme mostra a Tabela 4.6

**Tabela 4.6 - Operações Urbanas - Orçamento 2015, Liquidado até set/2015 e Proposta 2016 - em R\$**

Descrição da Fonte	Orçamento Inicial 2015	Orçamento Atualizado 2015	Liquidado até Set/2015	Proposta 2016 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
Operação Urbana Água Branca	420.029.668	143.405.364	70.397.521	415.186.627	<b>49,1%</b>	<b>189,5%</b>
Operação Urbana Água Espraiada	133.476.636	832.594.405	460.770.301	465.604.034	<b>55,3%</b>	<b>-44,1%</b>
Operação Urbana Centro	10.630.824	16.681.844	2.159.119	84.914.477	<b>12,9%</b>	<b>409,0%</b>
Operação Urbana Faria Lima	263.430.152	217.994.878	104.700.007	602.577.930	<b>48,0%</b>	<b>176,4%</b>
<b>Total</b>	<b>827.567.280</b>	<b>1.210.676.491</b>	<b>638.026.949</b>	<b>1.568.283.068</b>	<b>52,7%</b>	<b>29,5%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15) e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx> em 08/10/2015)

Sobressaem-se o aumento de 189,1% (ou R\$ 271,8 milhões) em relação ao atualizado 2015 das despesas da Operação Urbana Água Branca e o aumento de 176,4% (ou R\$ 384,6 milhões) das despesas relativas à Operação Urbana Faria Lima.

A Tabela 4.7 detalha a despesa por órgão da administração direta e indireta proposta para 2016 comparativamente ao Orçamento aprovado para 2015.

**Tabela 4.7 - Despesa por Órgão - Orçamento 2015 x Proposta 2016 - em R\$**

Cd	Descrição da Fonte	Orçamento Atualizado 2015 (A)	Liquidado até Set/2015 (B)	Proposta 2016 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
01	Autarquia Hospitalar Municipal	1.326.400.351	911.359.069	1.481.741.755	<b>68,7%</b>	<b>11,7%</b>
02	Hospital do Servidor Público Municipal	301.290.433	189.488.557	308.056.585	<b>62,9%</b>	<b>2,2%</b>
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	5.540.731.592	4.253.971.784	7.158.111.720	<b>76,8%</b>	<b>29,2%</b>
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	175.430.000	91.412.284	175.000.000	<b>52,1%</b>	<b>-0,2%</b>
09	Câmara Municipal de São Paulo	539.390.000	325.347.382	558.711.000	<b>60,3%</b>	<b>3,6%</b>
10	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	268.920.000	116.808.518	284.520.000	<b>43,4%</b>	<b>5,8%</b>
11	Secretaria do Governo Municipal	383.529.033	115.674.580	395.185.874	<b>30,2%</b>	<b>3,0%</b>
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	551.937.162	221.984.240	655.019.224	<b>40,2%</b>	<b>18,7%</b>
13	Secretaria Municipal de Gestão	306.838.570	136.361.596	271.857.428	<b>44,4%</b>	<b>-11,4%</b>
14	Secretaria Municipal de Habitação	831.317.713	135.650.626	728.414.037	<b>16,3%</b>	<b>-12,4%</b>
16	Secretaria Municipal de Educação	9.990.104.820	6.302.803.069	11.089.967.037	<b>63,1%</b>	<b>11,0%</b>
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	435.526.597	206.181.666	471.734.100	<b>47,3%</b>	<b>8,3%</b>
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	405.950.936	121.005.313	541.042.621	<b>29,8%</b>	<b>33,3%</b>
20	Secretaria Municipal de Transportes	2.044.420.865	1.751.582.148	2.347.675.385	<b>85,7%</b>	<b>14,8%</b>
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	214.523.459	138.928.971	248.633.687	<b>64,8%</b>	<b>15,9%</b>
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.531.564.930	210.256.055	1.827.837.666	<b>13,7%</b>	<b>19,3%</b>
23	Secretaria Municipal de Serviços	59.475.267	27.878.647	69.390.675	<b>46,9%</b>	<b>16,7%</b>
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	171.715.006	103.520.473	198.015.154	<b>60,3%</b>	<b>15,3%</b>

<b>Cd</b>	<b>Descrição da Fonte</b>	<b>Orçamento Atualizado 2015 (A)</b>	<b>Liquidado até Set/2015 (B)</b>	<b>Proposta 2016 (C)</b>	<b>(B)/(A)%</b>	<b>Var.%(C)/(A)</b>
25	Secretaria Municipal de Cultura	409.016.229	208.664.008	455.376.494	<b>51,0%</b>	<b>11,3%</b>
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	181.223.544	72.318.333	165.198.706	<b>39,9%</b>	<b>-8,8%</b>
28	Encargos Gerais do Município	8.092.634.167	5.027.008.008	7.240.307.506	<b>62,1%</b>	<b>-10,5%</b>
30	Secretaria Municipal do Trabalho e do Empreendedorismo / Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	183.071.686	56.747.308	154.156.370	<b>31,0%</b>	<b>-15,8%</b>
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	7.243.059	3.873.728	7.904.771	<b>53,5%</b>	<b>9,1%</b>
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	22.001.873	11.227.328	41.171.655	<b>51,0%</b>	<b>87,1%</b>
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	69.236.331	31.938.348	71.664.353	<b>46,1%</b>	<b>3,5%</b>
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	17.994.844	8.190.481	18.584.961	<b>45,5%</b>	<b>3,3%</b>
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1.278.071.896	682.510.866	1.659.042.435	<b>53,4%</b>	<b>29,8%</b>
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	473.303.854	278.384.790	495.425.882	<b>58,8%</b>	<b>4,7%</b>
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	19.561.565	6.263.103	16.755.037	<b>32,0%</b>	<b>-14,3%</b>
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	32.140.062	10.883.222	15.786.055	<b>33,9%</b>	<b>-50,9%</b>
41	Subprefeitura Perus	31.285.238	14.497.315	24.881.274	<b>46,3%</b>	<b>-20,5%</b>
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	44.567.543	20.102.585	33.565.999	<b>45,1%</b>	<b>-24,7%</b>
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	40.502.984	18.128.377	32.827.101	<b>44,8%</b>	<b>-19,0%</b>
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	33.004.699	13.438.984	24.469.332	<b>40,7%</b>	<b>-25,9%</b>
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	40.676.931	19.004.256	32.531.247	<b>46,7%</b>	<b>-20,0%</b>
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	39.158.601	15.603.834	27.097.552	<b>39,8%</b>	<b>-30,8%</b>
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	38.045.761	17.415.512	29.901.366	<b>45,8%</b>	<b>-21,4%</b>
48	Subprefeitura Lapa	41.124.640	20.001.576	32.618.799	<b>48,6%</b>	<b>-20,7%</b>
49	Subprefeitura Sé	81.334.436	38.874.278	69.667.275	<b>47,8%</b>	<b>-14,3%</b>
50	Subprefeitura Butantã	53.500.723	24.408.953	40.790.856	<b>45,6%</b>	<b>-23,8%</b>
51	Subprefeitura Pinheiros	43.442.690	22.608.598	36.829.601	<b>52,0%</b>	<b>-15,2%</b>
52	Subprefeitura Vila Mariana	38.777.545	20.602.521	33.527.560	<b>53,1%</b>	<b>-13,5%</b>
53	Subprefeitura Ipiranga	47.395.044	23.225.926	40.741.143	<b>49,0%</b>	<b>-14,0%</b>
54	Subprefeitura Santo Amaro	50.119.825	20.067.778	33.682.989	<b>40,0%</b>	<b>-32,8%</b>
55	Subprefeitura Jabaquara	30.512.818	16.125.258	27.373.493	<b>52,8%</b>	<b>-10,3%</b>
56	Subprefeitura Cidade Ademar	40.718.730	16.166.697	27.117.517	<b>39,7%</b>	<b>-33,4%</b>
57	Subprefeitura Campo Limpo	60.260.531	27.493.419	47.500.378	<b>45,6%</b>	<b>-21,2%</b>
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	49.647.273	21.589.440	34.970.577	<b>43,5%</b>	<b>-29,6%</b>
59	Subprefeitura Capela do Socorro	55.082.163	19.601.862	35.557.104	<b>35,6%</b>	<b>-35,4%</b>
60	Subprefeitura Parelheiros	41.948.537	14.908.442	27.091.789	<b>35,5%</b>	<b>-35,4%</b>
61	Subprefeitura Penha	52.094.944	25.385.376	42.945.450	<b>48,7%</b>	<b>-17,6%</b>
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	36.250.041	14.742.339	26.675.880	<b>40,7%</b>	<b>-26,4%</b>
63	Subprefeitura São Miguel	49.062.279	23.658.804	41.857.269	<b>48,2%</b>	<b>-14,7%</b>
64	Subprefeitura do Itaim Paulista	42.420.635	18.541.005	32.230.381	<b>43,7%</b>	<b>-24,0%</b>
65	Subprefeitura Moóca	46.345.768	22.305.155	40.003.925	<b>48,1%</b>	<b>-13,7%</b>
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	43.530.390	19.334.142	35.500.051	<b>44,4%</b>	<b>-18,4%</b>
67	Subprefeitura Itaquera	52.661.050	22.214.792	39.795.433	<b>42,2%</b>	<b>-24,4%</b>
68	Subprefeitura Guaianases	42.450.514	21.072.035	38.051.498	<b>49,6%</b>	<b>-10,4%</b>
69	Subprefeitura Vila Prudente	36.463.605	16.039.033	27.724.475	<b>44,0%</b>	<b>-24,0%</b>
70	Subprefeitura São Mateus	61.192.041	28.232.079	52.530.369	<b>46,1%</b>	<b>-14,2%</b>
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	28.370.317	13.414.812	24.668.891	<b>47,3%</b>	<b>-13,0%</b>
72	Subprefeitura de Sapopemba	28.410.067	8.426.259	18.904.936	<b>29,7%</b>	<b>-33,5%</b>
74	Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	33.692.800	9.922.145	20.811.702	<b>29,4%</b>	<b>-38,2%</b>
75	Fundo Municipal de Parques	1.000	-	1.000	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>

Cd	Descrição da Fonte	Orçamento Atualizado 2015 (A)	Liquidado até Set/2015 (B)	Proposta 2016 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
76	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	4.610.000	2.079.828	6.289.000	45,1	36,4%
77	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	10.314.646	2.369.783	2.950.000	23,0%	-71,4%
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	70.421.193	39.840.534	71.877.059	56,6%	2,1%
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	19.630.323	7.774.590	20.019.438	39,6%	2,0%
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	21.732.223	6.302.378	29.217.904	29,0%	34,4%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	2.090.790.234	1.374.259.209	2.279.769.531	65,7%	9,0%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	243.804.603	104.756.664	261.804.337	43,0%	7,4%
84	Fundo Municipal de Saúde	7.692.977.257	5.071.006.808	7.660.743.415	65,9%	-0,4%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	108.497.121	90.351.773	121.151.883	83,3%	11,7%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	552.903.822	198.347.941	350.000.000	35,9%	-36,7%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.086.811.893	620.606.188	1.066.634.410	57,1%	-1,9%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	463.480	-	463.480	0,0%	0,0%
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	6.989.197	-	1.480.408	0,0%	-78,8%
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	47.499.772	27.624.557	125.416.320	58,2%	164,0%
91	Fundo Municipal de Habitação	91.666.088	10.351.730	116.750.895	11,3%	27,4%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	971.928.603	631.486.374	1.046.950.525	65,0%	7,7%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	221.527.595	97.148.300	109.226.540	43,9%	-50,7%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	2.190.000	40.000	780.000	1,8%	-64,4%
96	Fundo Municipal de Turismo	1.000	-	1.000	0,0%	0,0%
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	1.500.000	-	2.330.000	0,0%	55,3%
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	499.001.000	139.316.899	305.868.000	27,9%	-38,7%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	361.434.588	239.028.732	540.843.817	66,1%	49,6%
<b>Total geral</b>		<b>51.434.312.642</b>	<b>31.068.070.377</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>60,4%</b>	<b>5,8%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15) e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx> em 08/10/2015)

Em termos de valor absoluto e percentual de aumento, destacam-se os crescimentos, em relação ao orçamento atualizado 2015, de 29,2% (R\$ 1,6 bilhão) do IPREM (órgão 03) e de 29,8% (R\$ 381,0 milhões) da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (órgão 37) responsável pela execução das obras das operações urbanas.

---

Em relação ao IPREM, o aumento das despesas do órgão é explicado pela ação “Aposentadoria e Pensões”, cuja dotação subiu de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 7,1 bilhões (29,5%). Deve-se ressaltar que até setembro/2015 já foram liquidadas despesas no valor de R\$ 4,2 bilhões com aposentadorias e pensões, indicando que até o final do exercício o gasto com esta ação alcance R\$ 6 bilhões. Para efetuar o pagamento das aposentadorias e pensões, o IPREM dispõe das receitas de contribuições previdenciárias dos servidores e patronal. O déficit gerado pela diferença entre suas despesas e receitas é coberto por transferências financeiras da Prefeitura para o IPREM. Na proposta 2016, o déficit previsto é de R\$ 3,8 bilhões. O orçamento 2015 previa um déficit de R\$ 2,6 bilhões, sendo que até setembro/2015 alcança o valor de R\$ 2,2 bilhões (ver Tabela 2.7 na seção 2).

Ressalta-se, também, o crescimento de 19,3% (R\$ 296,3 milhões) das despesas da Sec. Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras (código 22), órgão responsável pela maior parte dos investimentos em “Implantação e Requalificação de Corredores” (responde por R\$ 655,3 milhões do total de R\$ 808,3 milhões desse projeto) e em “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos” (responde por R\$ 649,7 milhões do total de R\$ 1,1 bilhão desse projeto).

A Secretaria de Esportes (órgão 19) apresenta crescimento de 33,3% em relação ao orçamento atualizado 2015, em razão, basicamente, da “Construção, Ampliação e Modernização de Centros Olímpicos”, cujo valor previsto na proposta 2016 é 202% (R\$ 189,9 milhões) maior ao atualizado 2015. Para o Fundo Municipal de Iluminação Pública está previsto um aumento de 49,6% (R\$ 179,4 milhões) das suas despesas em relação ao atualizado 2015, devido à elevação de 63% (R\$ 172,7 milhões) da ação “Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública”.

Entre as variações negativas, destaca-se a queda de 10,5% (R\$ 852,3 milhões) do valor da despesa com Encargos Gerais do Município (código 28), órgão responsável pelas despesas do serviço da dívida pública e precatórios municipais. Como já comentado anteriormente, a queda é explicada pela redução prevista dos pagamentos dos serviços da dívida interna de R\$ 3,9 bilhões no orçado 2015 para R\$ 2,8 bilhões na proposta 2016. Desde o mês de abril/2015, a Prefeitura paga, nos termos da LC nº 148/2014, à União um valor menor sobre os

encargos da dívida. De abril a setembro/2015, o valor médio do pagamento mensal foi de R\$ 200,6 milhões. O valor previsto na proposta 2016 representa um valor mensal médio de R\$ 234,5 milhões, um crescimento de 16,9% em relação à média do período de abril a setembro/2015.

### **Despesas Constitucionais - Saúde e Educação**

Com relação aos gastos constitucionais e legais nas áreas de saúde e educação, a proposta orçamentária destina o equivalente a 33,01% (R\$ 11,4 bilhões) da Receita Resultante de Impostos às despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva, atendendo ao art. 208 da Lei Orgânica do Município, que estabelece 31,0% como o mínimo obrigatório. Em cumprimento ao art. 212 da Constituição Federal e ao art. 2º da Lei Municipal nº 13.245/01, que fixam 25,0% como o mínimo obrigatório, a proposta prevê a aplicação de 28,20% (R\$ 9,7 bilhões) da Receita Resultante de Impostos, especificamente, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**Tabela 4.8 - Despesas Constitucionais - Saúde e Educação em % da Receita Resultante de Impostos**

	<b>Mínimo Legal</b>	<b>Proposta 2016</b>
<b>Educação</b> (CF art. 212 e LOM art. 208)		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,0%	28,20%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino + Educação Inclusiva	31,0%	33,01%
<b>Saúde</b> (EC 29/00)	15,0%	19,94%

Fonte: Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15)

Para as ações e serviços públicos de saúde, a proposta destina 19,94% (R\$ 6,9 bilhões) da receita decorrente de impostos, em conformidade com a Emenda Constitucional 29/00 e com a Lei Complementar nº 141/12, que determinam a aplicação mínima de 15,0%.

## Regionalização por Subprefeitura

A Proposta 2016 apresenta os valores das ações regionalizadas por subprefeitura. Do valor total de R\$ 54,4 bilhões, R\$ 5,9 bilhões (10,9% do total) das despesas foram regionalizadas. A Tabela 4.9 informa o valor destinado para a região de cada subprefeitura.

**Tabela 4.9 - Despesa Regionalizada - Proposta 2016 – em R\$**

Subprefeitura	Proposta 2016	% do Total
<b>Região Sul</b>	<b>2.666.824.438</b>	<b>4,90%</b>
Subprefeitura M´Boi Mirim	567.852.975	1,04%
Subprefeitura Capela do Socorro	443.806.361	0,82%
Subprefeitura Santo Amaro	355.237.838	0,65%
Subprefeitura Vila Mariana	269.220.575	0,49%
Subprefeitura Ipiranga	217.852.889	0,40%
Subprefeitura Parelheiros	199.855.980	0,37%
Subprefeitura Campo Limpo	188.373.810	0,35%
Subprefeitura Jabaquara	171.334.599	0,31%
Subprefeitura Cidade Ademar	129.785.814	0,24%
A definir	123.503.596	0,23%
<b>Região Leste</b>	<b>1.778.087.795</b>	<b>3,27%</b>
Subprefeitura Itaquera	392.984.320	0,72%
Subprefeitura Moóca	238.354.317	0,44%
A definir	216.176.100	0,40%
Subprefeitura São Mateus	198.775.887	0,37%
Subprefeitura de Sapopemba	151.174.794	0,28%
Subprefeitura Penha	103.841.802	0,19%
Subprefeitura São Miguel	100.312.821	0,18%
Subprefeitura Vila Prudente	82.652.770	0,15%
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	64.973.650	0,12%
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	60.759.595	0,11%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	60.183.248	0,11%
Subprefeitura Itaim Paulista	55.914.124	0,10%
Subprefeitura Guaianases	51.984.366	0,10%
<b>Região Norte</b>	<b>790.992.706</b>	<b>1,45%</b>
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	178.921.149	0,33%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	158.809.678	0,29%
Subprefeitura Perus	116.632.197	0,21%
Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	106.126.625	0,20%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	97.603.904	0,18%
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	84.128.171	0,15%
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	28.768.982	0,05%
A definir	20.002.000	0,04%
<b>Região Oeste</b>	<b>448.981.311</b>	<b>0,83%</b>
Subprefeitura Lapa	212.501.503	0,39%
Subprefeitura Pinheiros	123.974.772	0,23%
Subprefeitura Butantã	112.505.036	0,21%
Centro Total	239.075.470	0,44%
Subprefeitura Sé	222.243.470	0,41%
A definir	16.832.000	0,03%
<b>Supra-Regional</b>	<b>47.217.865.601</b>	<b>86,79%</b>
<b>A Definir</b>	<b>1.265.473.026</b>	<b>2,33%</b>
<b>Total</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15)

---

Conforme mostra a tabela, destacam-se as despesas destinadas para as regiões abrangidas pelas subprefeituras do M'Boi Mirim (R\$ 567,8 milhões, ou 1,04% do total), Capela do Socorro (R\$ 443,8 milhões, ou 0,82% do total) e Itaquera (R\$ 393,0 milhões, ou 0,72% do total). A despesa regionalizada na subprefeitura do M'Boi Mirim totaliza R\$ 567,8 milhões, sendo que a "Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos" corresponde a 35% deste valor (R\$ 198,0 milhões), e as ações "Execução do Programa Mananciais" e o "Execução do Plano Viário Sul" correspondem cada uma 27% do total (respectivamente, R\$ 152,0 milhões e R\$ 153,0 milhões).

A despesa regionalizada na subprefeitura da Capela do Socorro soma R\$ 443,8 milhões, sendo que a ação "Execução do Programa Mananciais" representa 45% desse total (R\$ 199,5 milhões). A despesa regionalizada na subprefeitura de Itaquera soma R\$ 393,0 milhões, sendo que a ação "Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos" representa 51% desse total (R\$ 198,5 milhões).

### **Resultado Primário e Nominal**

A Proposta Orçamentária 2016 revisa a meta fiscal de resultado nominal para o ano de 2015 estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2016 (Lei nº 16.241/2015). A LDO estabelece anualmente metas de resultado primário e nominal.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas não financeiras e despesas não financeiras. É um indicador que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. Quanto maior o valor do resultado primário, melhor é a situação fiscal. A LDO 2016 havia definido a meta de resultado primário, para o ano de 2015, em R\$ 100,0 milhões. A Proposta de Lei Orçamentária 2016 mantém este valor (Tabela 4.10).

**Tabela 4.10 - Resultado Primário e Nominal 2015  
LDO 2016 e PLOA 2016 - em R\$ mil**

<b>Metas Fiscais 2015</b>	<b>LDO 2016 (I)</b>	<b>PLOA 2016 (II)</b>	<b>Diferença (II - I)</b>
Resultado Primário	100.000	100.000	-
Resultado Nominal	6.827.715	8.839.362	2.011.647

Fonte: LDO 2016 (Lei 16.241/15) e Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15)

O resultado nominal é medido como o valor do crescimento da dívida fiscal líquida, portanto, diferentemente, do resultado primário, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal. A LDO 2016 estabeleceu para 2015 uma meta de resultado nominal (ou crescimento da dívida) de R\$ 6,8 bilhões e a Proposta Orçamentária revisou este valor para R\$ 8,8 bilhões.

### **Informações sobre a Proposta Orçamentária 2016**

O Projeto de Lei Orçamentária está disponível no site da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico: <http://orcamento.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/proposta.html>

A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - CTEO da Câmara Municipal disponibiliza estudos e relatórios sobre a Proposta 2016 no link:

<http://www2.camara.sp.gov.br/CTEO/Estudos%20Projeto%20LOA%202016%20.html>

A seguir, as tabelas das próximas páginas procuram apresentar, de forma sintética, a proposta orçamentária, destacando as interrelações entre receitas e despesas da administração direta e indireta, mostrando como a primeira financia a segunda.

Valores em R\$	Orçamento 2015	Atualizado até Setembro 2015	Arrecadado/ Liquidado até Setembro 2015	Proposta 2016	Liq Set.15/ Orç.15	Prop16 Orç15
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>						
<b>Receitas Correntes</b>	<b>43.077.527.363</b>	<b>43.077.527.363</b>	<b>32.974.557.516</b>	<b>44.682.042.743</b>	<b>76,5%</b>	<b>3,7%</b>
IPTU	7.243.872.785	7.243.872.785	5.492.273.687	7.382.011.212	75,8%	1,9%
ISS	11.863.217.228	11.863.217.228	8.475.734.283	12.095.211.808	71,4%	2,0%
ITBI	1.660.676.232	1.660.676.232	1.279.302.939	1.935.656.063	77,0%	16,6%
IR	1.554.504.640	1.554.504.640	1.136.710.060	1.762.371.501	73,1%	13,4%
ICMS	7.447.995.686	7.447.995.686	5.054.904.859	7.264.380.369	67,9%	-2,5%
IPVA	2.147.107.809	2.147.107.809	2.102.800.933	2.501.199.996	97,9%	16,5%
Total dos itens de impostos detalhados acima	31.917.374.380	31.917.374.380	23.541.726.760	32.940.830.949	73,8%	3,2%
PPI	512.896.803	512.896.803	1.607.255.672	598.243.616	313,4%	16,6%
Recursos SUS - Fundo a Fundo	2.081.888.000	2.081.888.000	1.200.820.262	1.883.947.012	57,7%	-9,5%
FUNDEB (bruto)	3.455.471.664	3.455.471.664	2.511.019.137	3.678.103.466	72,7%	6,4%
Receitas de Valores Mobiliários (aplicações)	698.226.252	698.226.252	819.948.806	816.661.044	117,4%	17,0%
<b>Operação Urbana Água Espreada</b>	<b>133.476.636</b>	<b>133.476.636</b>	<b>292.309.838</b>	<b>155.604.034</b>	<b>219,0%</b>	<b>16,6%</b>
<b>Operação Urbana Faria Lima</b>	<b>63.430.152</b>	<b>63.430.152</b>	<b>40.451.520</b>	<b>42.577.930</b>	<b>63,8%</b>	<b>-32,9%</b>
<b>FUNDO ESPECIAL OPERAÇÃO URBANA ÁGUA BRANCA - FEAB</b>	<b>20.029.668</b>	<b>20.029.668</b>	<b>23.435.316</b>	<b>65.186.627</b>	<b>117,0%</b>	<b>225,5%</b>
<b>Operação Urbana Centro</b>	<b>10.630.824</b>	<b>10.630.824</b>	<b>584.148</b>	<b>4.914.477</b>	<b>5,5%</b>	<b>-53,8%</b>
<b>FUNDURB</b>	<b>9.000.000</b>	<b>9.000.000</b>	<b>10.396.113</b>	<b>9.000.000</b>	<b>115,5%</b>	<b>0,0%</b>
Multas de Trânsito	948.231.987	948.231.987	700.418.333	1.110.194.392	73,9%	17,1%
Demais Receitas Correntes	3.463.438.277	3.463.438.277	2.593.368.545	3.654.062.264	74,9%	5,5%
(-) deduções da Rec. Corrente	-2.034.888.020	-2.034.888.020	-1.587.068.862	-2.220.201.853	78,0%	9,1%
<b>Receitas Correntes - deduções (A)</b>	<b>41.042.639.343</b>	<b>41.042.639.343</b>	<b>31.387.488.654</b>	<b>42.461.840.890</b>	<b>76,5%</b>	<b>3,5%</b>
<b>Receitas de Capital (B)</b>	<b>6.860.170.304</b>	<b>6.860.170.304</b>	<b>769.607.140</b>	<b>7.825.329.472</b>	<b>11,2%</b>	<b>14,1%</b>
Operações de Crédito	80.610.513	80.610.513	14.975.007	101.980.200	18,6%	26,5%
Transferências	4.707.360.139	4.707.360.139	436.662.730	3.850.511.638	9,3%	-18,2%
02 - União	4.227.309.255	4.227.309.255	183.356.236	3.307.845.439	4,3%	-21,8%
03 - Estado	480.050.884	480.050.884	253.306.494	542.666.199	52,8%	13,0%
Cessão de Direitos Creditórios - PPI	500.000.000	500.000.000	-	700.000.000	0,0%	40,0%
Cessão de Direitos Creditórios - FMSAI	360.000.000	360.000.000	-	-	0,0%	-100,0%
Operações Urbanas	600.000.000	600.000.000	9.288.000	1.300.000.000	1,5%	116,7%
Operação Urbana Água Espreada	-	-	-	310.000.000		
Operação Urbana Faria Lima	200.000.000	200.000.000	-	560.000.000	0,0%	180,0%
Operação Urbana Água Branca	400.000.000	400.000.000	9.288.000	350.000.000	2,3%	-12,5%
Operação Urbana Centro	-	-	-	80.000.000		
Outorga Onerosa	500.000.000	500.000.000	172.262.858	296.868.000	34,5%	-40,6%
Serviços da dívida - Depósitos judiciais				1.498.000.000		
Demais Receitas de Capital	112.199.652	112.199.652	136.418.545	77.969.634	121,6%	-30,5%

Valores em R\$	Orçamento 2015	Atualizado até Setembro 2015	Arrecadado/ Liquidado até Setembro 2015	Proposta 2016	Liq Set.15/ Orç.15	Prop16 Orç15
<b>Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (C)</b>				89.933.210		
<b>Total Líq. da Receita da Administração Direta</b>	<b>47.902.809.647</b>	<b>47.902.809.647</b>	<b>32.157.095.795</b>	<b>50.377.103.572</b>	<b>67,1%</b>	<b>5,2%</b>
<b>Despesas Correntes - Total (D)</b>	<b>30.431.215.461</b>	<b>31.328.867.664</b>	<b>20.380.626.717</b>	<b>32.142.627.325</b>	<b>67,0%</b>	<b>5,6%</b>
Despesas Correntes - Fonte 00	22.465.722.746	23.266.050.408	15.244.396.754	23.730.446.623	<b>67,9%</b>	<b>5,6%</b>
Despesas Correntes - Outras Fontes	7.965.492.715	8.062.817.256	5.136.229.963	8.412.180.702	<b>64,5%</b>	<b>5,6%</b>
<b>Pessoal e Encargos - Total</b>	<b>10.638.875.576</b>	<b>10.872.836.908</b>	<b>7.384.087.631</b>	<b>11.859.393.700</b>	<b>69,4%</b>	<b>11,5%</b>
Pessoal e Encargos - Fonte 00	7.081.931.363	7.295.592.695	4.742.859.079	8.025.249.814	<b>67,0%</b>	<b>13,3%</b>
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	3.476.364.213	3.476.364.213	2.571.564.539	3.702.327.886	<b>74,0%</b>	<b>6,5%</b>
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>2.544.715.699</b>	<b>2.544.715.699</b>	<b>1.282.583.783</b>	<b>1.346.341.499</b>	<b>50,4%</b>	<b>-47,1%</b>
<b>Outras Despesas Correntes - Total</b>	<b>17.247.624.186</b>	<b>17.911.315.057</b>	<b>11.713.955.304</b>	<b>18.936.892.126</b>	<b>67,9%</b>	<b>9,8%</b>
Outras Despesas Correntes - Fonte 00	12.839.075.684	13.425.742.014	9.218.953.892	14.358.855.310	<b>71,8%</b>	<b>11,8%</b>
Outras Despesas Correntes - Outras Fontes	4.408.548.502	4.485.573.043	2.495.001.411	4.578.036.816	<b>56,6%</b>	<b>3,8%</b>
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST-PJ) - Total	12.525.003.839	12.788.081.537	8.213.337.091	13.701.702.099	<b>65,6%</b>	<b>9,4%</b>
OST - PJ - Fonte 00	8.635.145.138	8.882.912.283	5.963.130.287	9.642.203.989	<b>69,1%</b>	<b>11,7%</b>
OST - PJ - Outras Fontes	3.889.858.701	3.905.169.254	2.250.206.803	4.059.498.110	<b>57,8%</b>	<b>4,4%</b>
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	1.422.175.002	1.422.175.002	1.350.000.000	1.897.477.682	<b>94,9%</b>	<b>33,4%</b>
PASEP	430.994.775	430.994.775	280.133.698	422.203.689	<b>65,0%</b>	<b>-2,0%</b>
<b>Despesas de Capital (E)</b>	<b>10.297.768.539</b>	<b>9.372.866.687</b>	<b>3.208.584.702</b>	<b>9.315.598.412</b>	<b>31,2%</b>	<b>-9,5%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>8.502.661.871</b>	<b>7.490.205.978</b>	<b>1.878.339.426</b>	<b>7.367.420.096</b>	<b>22,1%</b>	<b>-13,4%</b>
Investimentos - fonte 00 - Tesouro Municipal	1.863.159.607	1.979.113.524	632.393.685	1.245.389.111	<b>33,9%</b>	<b>-33,2%</b>
Investimentos - fonte 01 - Operações de Crédito	80.610.513	80.610.513	1.430.003	101.980.200	<b>1,8%</b>	<b>26,5%</b>
Investimentos - fonte 02 - Recursos Federais	4.255.712.268	2.783.740.927	210.436.488	3.344.153.036	<b>4,9%</b>	<b>-21,4%</b>
Investimentos - fonte 03 - Recursos Estaduais	487.790.884	637.511.999	209.896.618	577.224.199	<b>43,0%</b>	<b>18,3%</b>
Investimentos - fonte 05 - Outras Fontes	10.000.000	77.262.911	16.786.404	15.000.000	<b>167,9%</b>	<b>50,0%</b>
Investimentos - fonte 08 - Recursos Vinculados	1.805.388.599	1.931.966.103	807.396.227	2.083.673.550	<b>44,7%</b>	<b>15,4%</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>4.374.547</b>	<b>91.928.588</b>	<b>88.970.146</b>	<b>18.411.000</b>	<b>2034%</b>	<b>320,9%</b>
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>1.790.732.121</b>	<b>1.790.732.121</b>	<b>1.241.275.131</b>	<b>1.929.767.316</b>	<b>69,3%</b>	<b>7,8%</b>

Valores em R\$	Orçamento 2015	Atualizado até Setembro 2015	Arrecadado/ Liquidado até Setembro 2015	Proposta 2016	Liq Set.15/ Orç.15	Prop16 / Orç15
Operação Urbana Água Branca	420.029.668	143.405.364	70.397.521	415.186.627	16,8%	-1,2%
Operação Urbana Água Espraiada	133.476.636	832.594.405	460.770.301	465.604.034	345,2%	248,8%
Operação Urbana Centro	10.630.824	16.681.844	2.159.119	84.914.477	20,3%	698,8%
Operação Urbana Faria Lima	263.430.152	217.994.878	104.700.007	602.577.930	39,7%	128,7%
Precatórios - total	1.321.844.518	1.321.844.526	991.354.371	1.339.120.014	75,0%	1,3%
Pagamento Dívida - total	4.335.447.820	4.335.447.820	2.523.858.914	3.276.108.815	58,2%	-24,4%
<b>Reserva de Contingência (F)</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>0</b>	<b>165.000.000</b>	<b>0,0%</b>	<b>16499900%</b>
<b>Despesa PMSP ( D + E + F )</b>	<b>40.728.985.000</b>	<b>40.701.735.351</b>	<b>23.589.211.419</b>	<b>41.623.225.737</b>	<b>57,9%</b>	<b>2,2%</b>
Superávit Corrente (I=A + C - D)	10.611.423.882	9.713.771.679	11.006.861.937	10.409.146.775	103,7%	-1,9%
Déficit de Capital (II = B - E)	-3.437.598.235	-2.512.696.383	-2.438.977.562	1.490.268.940	71,0%	-56,6%
Superávit Orçamentário (I+II-F)	7.173.824.647	7.201.074.296	8.567.884.375	8.753.877.835	119,4%	22,0%
<b>Receita Legislativo (Fundos CMSP e TCMSP)</b>	<b>7.460.000</b>	<b>7.460.000</b>	<b>2.512.507</b>	<b>9.239.000</b>	<b>33,7%</b>	<b>23,8%</b>
<b>Despesa Legislativo (CMSP + TCMSP)</b>	<b>824.770.000</b>	<b>832.234.646</b>	<b>460.890.125</b>	<b>852.470.000</b>	<b>55,9%</b>	<b>3,4%</b>
<b>Despesa PMSP + Legislativo</b>	<b>41.553.755.000</b>	<b>41.533.969.997</b>	<b>24.050.101.544</b>	<b>42.475.695.737</b>	<b>57,9%</b>	<b>2,3%</b>
<b>Receita PMSP + Legislativo</b>	<b>47.910.269.647</b>	<b>47.910.269.647</b>	<b>32.159.608.302</b>	<b>50.386.342.572</b>	<b>67,1%</b>	<b>5,2%</b>
<b>Superávit PMSP + Legislativo</b>	<b>6.356.514.647</b>	<b>6.376.299.650</b>	<b>8.109.506.758</b>	<b>7.910.646.835</b>	<b>127,6%</b>	<b>24,1%</b>
<b>Receita da Adm. Indireta</b>	<b>3.483.478.474</b>	<b>3.483.478.474</b>	<b>2.085.075.515</b>	<b>4.020.957.775</b>	<b>59,9%</b>	<b>15,4%</b>
IPREM	2.916.046.147	2.916.046.147	1.812.287.418	3.332.353.202	62,1%	14,3%
Autarquia Hospitalar	66.931.919	66.931.919	2.952.246	69.656.320	4,4%	4,1%
HSPM	7.369.000	7.369.000	5.047.594	8.118.000	68,5%	10,2%
AMLURB	93.005.567	93.005.567	53.008.721	117.825.208	57,0%	26,7%
Demais	400.125.841	400.125.841	211.779.536	493.005.045	52,9%	23,2%
<b>Despesa da Adm. Indireta</b>	<b>9.839.993.121</b>	<b>9.900.342.645</b>	<b>7.032.253.448</b>	<b>11.931.604.610</b>	<b>71,5%</b>	<b>21,3%</b>
IPREM	5.540.731.592	5.540.731.592	4.253.971.784	7.158.111.720	76,8%	29,2%
Autarquia Hospitalar	1.301.034.150	1.326.400.351	911.359.069	1.481.741.755	70,0%	13,9%
HSPM	297.199.176	301.290.433	189.488.557	308.056.585	63,8%	3,7%
AMLURB	2.061.767.234	2.090.790.234	1.374.259.209	2.279.769.531	66,7%	10,6%
Demais	639.260.969	641.130.035	303.174.829	703.925.019	47,4%	10,1%
<b>Déficit da Adm. Indireta</b>	<b>-6.356.514.647</b>	<b>-6.416.864.171</b>	<b>-4.947.177.932</b>	<b>-7.910.646.835</b>	<b>77,8%</b>	<b>24,4%</b>
IPREM	-2.624.685.445	-2.624.685.445	-2.441.684.366	-3.825.758.518	93,0%	45,8%
Autarquia Hospitalar	-1.234.102.231	-1.259.468.432	-908.406.822	-1.412.085.435	73,6%	14,4%
HSPM	-289.830.176	-293.921.433	-184.440.963	-299.938.585	63,6%	3,5%
AMLURB	-1.968.761.667	-1.997.784.667	-1.321.250.488	-2.161.944.323	67,1%	9,8%
Demais	-239.135.128	-241.004.194	-91.395.293	-210.919.974	38,2%	-11,8%
<b>Receita Consolidada (Direta + Indireta)</b>	<b>51.393.748.121</b>	<b>51.393.748.121</b>	<b>34.244.683.817</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>66,6%</b>	<b>5,9%</b>
<b>Total da Despesa Orçamentária</b>	<b>51.393.748.121</b>	<b>51.434.312.642</b>	<b>31.082.354.992</b>	<b>54.407.300.347</b>	<b>59,8%</b>	<b>5,9%</b>

---

## 8. Empresas Municipais na Proposta Orçamentária para 2016\*

A Proposta Orçamentária para 2016 enviada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal encontra-se em discussão na Comissão de Finanças e Orçamento. O valor da proposta totaliza R\$ 54,4 bilhões, sendo que destes, R\$ 4,4 bilhões são destinados às empresas municipais. Além desses recursos orçamentários, está previsto na proposta que as estatais municipais auferam, também, receitas próprias (fora do orçamento do município) no valor de R\$ 354,4 milhões, totalizando R\$ 4,75 bilhões.

As empresas públicas são regidas pelas normas de contabilidade comercial (Lei Federal nº 6.404/1976 e suas alterações), não seguindo, em geral, a contabilidade pública e nem integrando, plenamente, o orçamento do ente à qual pertença.

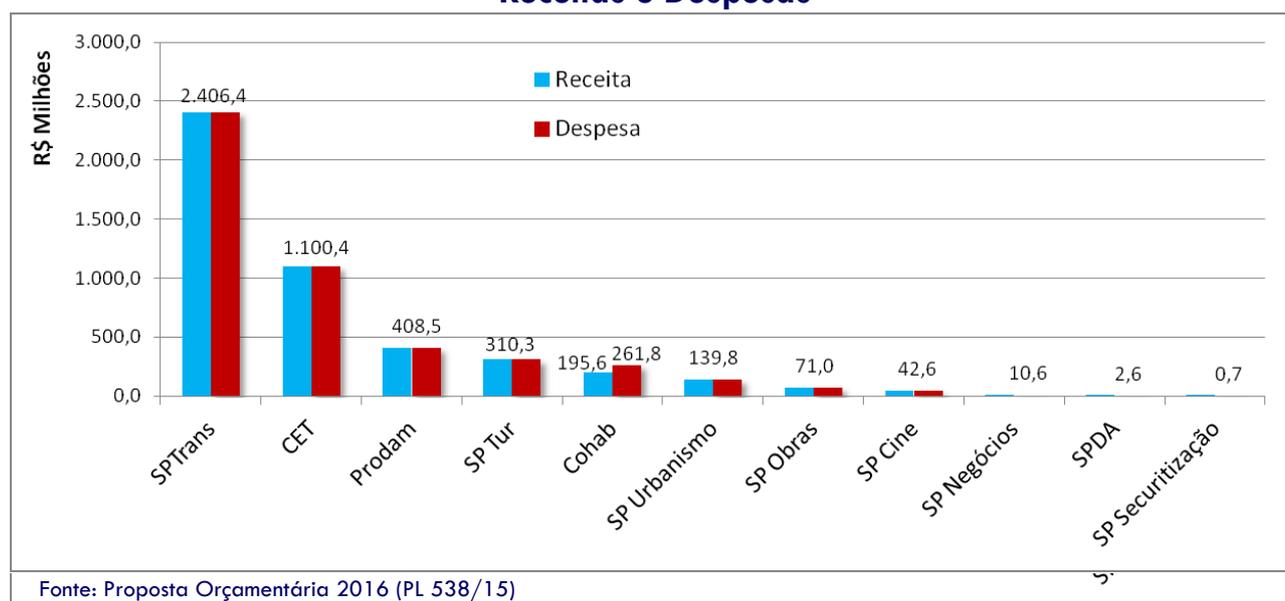
A Lei Orgânica do Município (art. 137, § 5º), seguindo a constituição federal, dispõe que a lei orçamentária anual deva compreender o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. A exceção é a empresa enquadrada como estatal dependente, que deve ser incluída inteiramente no orçamento fiscal, observando toda a legislação pertinente aplicável às demais entidades (Portaria STN nº 589/2001).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) define como estatal dependente a empresa que receba do controlador (ente da Federação) recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Na Proposta Orçamentária para 2016, a única empresa enquadrada como estatal dependente é a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB, para qual está prevista o repasse de R\$ 66,2 milhões da Prefeitura para a cobertura do déficit orçamentário.

---

\* Publicado no Indicador Paulistano nº 65 - novembro/2015

**Gráfico 4.1 - Empresas Municipais - Proposta Orçamentária 2016  
Receitas e Despesas**



Para as demais empresas que não apresentam déficits orçamentários a Proposta Orçamentária apresenta apenas o orçamento de investimentos, que, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2016 (Lei Municipal nº 16.241/2015), deve descrever a programação de investimentos para o exercício de 2016 e conter demonstrativo especificados por projetos, de acordo com as fontes de financiamento.

Este estudo mostra, a seguir, dados das empresas municipais, não enquadradas como estatais dependentes, analisando, conjuntamente, os valores do previstos e executados em 2015 e projetados na Proposta Orçamentária para 2016.

### Receitas das Empresas Municipais

Cabe ressaltar que as empresas municipais estatais prestam serviços aos órgãos da administração municipal direta e indireta, e, como remuneração, recebem recursos do tesouro municipal, que se constituem como a principal fonte de receita dessas empresas. Além das receitas advindas dos serviços prestados, as empresas recebem também aportes de capital da Prefeitura, a título de aumento da participação acionária. O fato de receberem recursos a título de aumento de capital social não as caracterizam, legalmente, como estatais dependentes. Somente seriam assim enquadradas, caso, formalmente, recebessem recursos para a cobertura de déficit corrente, como é o caso da Cohab, da qual a insuficiência financeira não é coberta na forma de aumento de capital da Prefeitura.

A Tabela 4.1 apresenta os valores das receitas orçadas para o ano 2015 e os valores previstos na proposta orçamentária para 2016 das empresas (não-estatais dependentes).

**Tabela 4.1 - Empresas – Orçamento 2015 x Proposta 2016 em R\$**

Empresa	Orçamento 2015 ( A )	Orçamento 2016 ( B )	(B/A) %
SPTrans	2.110.205.518	2.406.420.918	14,0%
CET	1.448.830.613	1.100.415.764	-24,0%
Prodam	343.229.962	408.454.809	19,0%
SP Tur	333.305.458	310.282.020	-6,9%
SP Urbanismo	49.470.545	139.822.822	182,6%
SP Obras	1.287.469.752	71.038.120	-94,5%
SP Cine	4.201.000	42.559.682	913,1%
SP Negócios	10.601.000	10.592.199	-0,1%
SPDA	5.801.000	2.563.000	-55,8%
SP Securitização	801.000	701.000	-12,5%
<b>TOTAL</b>	<b>5.593.915.848</b>	<b>4.492.850.334</b>	<b>-19,7%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15) e LOA 2015

Entre as maiores variações, destacam-se as quedas de 24,0% (R\$ 296 milhões) e de 94,5% (R\$ 1,2 bilhão) nos orçamentos, respectivamente, da CET e da SPObras. No orçamento 2015, estavam previstos para a CET, R\$ 487 milhões de transferência federal para implantação de corredores e terminais de ônibus. Até outubro, os repasses não haviam ocorrido e não fazem parte da proposta para 2016, o que explica a redução do valor total previsto para a empresa.

Para a SP Obras, estavam previstos no orçamento 2015, R\$ 989 milhões de transferências federais para obras do Plano Viário Sul, corredores e terminais de ônibus. Igualmente, até outubro, os repasses não haviam ocorrido e não fazem parte da proposta para 2016 da SP Obras.

Os recursos previstos para as empresas na Tabela 4.1 são oriundos de duas fontes: receitas próprias e receitas orçamentárias da administração municipal. As receitas provenientes do orçamento da administração municipal são aquelas relativas a aumento de capital ou a pagamentos por serviços prestados aos órgãos da administração (exemplo: serviço de engenharia de tráfego realizado pela CET, serviços de informatização realizados pela Prodram, obras realizadas pela SPObras etc.). As receitas próprias são recursos auferidos pela empresas que não são oriundos da administração municipal, não integrando portanto o orçamento público (exemplo: receitas da SPTuris com a utilização do estacionamento e Pavilhão do Anhembi, receitas da CET com o estacionamento rotativo - Zona Azul).

Por não estarem submetidas ao regime de contabilidade pública e nem integrarem os sistemas de execução orçamentária do município, os dados referentes à realização das receitas próprias não estão disponíveis de forma detalhada. Apesar de existir dispositivo na Lei Orçamentária de 2015 (parágrafo único, art.19 da Lei nº 16.099/2014: “As entidades da Administração Indireta, incluindo as Fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, publicarão, no respectivo sítio na internet, em até 30 (trinta) dias, as receitas e despesas do mês anterior de forma detalhada”), as informações detalhadas sobre a realização das receitas e execução das despesas das empresas não estão disponíveis nos respectivos sites<sup>1</sup>.

A Tabela 4.2 apresenta o detalhamento das previsões de receitas próprias das empresas constantes na Lei Orçamentária 2015 e Proposta Orçamentária 2016.

**Tabela 4.2 - Empresas – Receitas Próprias  
Orçamento 2015 x Proposta 2016 - em R\$**

Empresa	Orçamento 2015 ( A )	Orçamento 2016 ( B )	Var.% (B/A)
<b>SPTrans</b>	<b>95.007.294</b>	<b>70.001.913</b>	<b>-26,3%</b>
Receitas Diversas	68.539.556	39.490.595	-42,4%
Gerenciamento Créditos Eletrônicos/ Serviços Especiais	24.850.300	29.234.470	17,6%
Aluguel da Frota Pública	1.617.438	1.276.848	-21,1%
<b>CET</b>	<b>86.901.600</b>	<b>108.779.354</b>	<b>25,2%</b>
Zona Azul - Estacionamento Rotativo	81.720.000	79.520.000	-2,7%
Outras Receitas	4.800.000	23.391.920	387,3%
Receita de Estacionamentos	360.000	4.026.130	1018,4%
Eventos	21.600	1.841.304	8424,6%
<b>Prodam</b>	<b>14.000.000</b>	<b>40.000.000</b>	<b>185,7%</b>
Superávit Financeiro	14.000.000	40.000.000	185,7%
<b>SP Turismo</b>	<b>115.293.200</b>	<b>101.582.683</b>	<b>-11,9%</b>
Receitas Pavilhão	61.346.800	48.943.923	-20,2%
Receitas Estacionamento	16.955.600	12.964.620	-23,5%
Palácio / Auditório Elis Regina	11.073.000	9.481.755	-14,4%
Anhembi Telecom	4.329.000	5.350.000	23,6%
Concessionários (Locatários/Matel)	5.100.000	5.100.000	0,0%
Merchandising	2.798.400	4.570.000	63,3%
Sambódromo	7.540.300	4.439.946	-41,1%
Autódromo Interlagos	2.910.600	4.289.000	47,4%
Outras (Recup. Receitas, Recicláveis)	2.519.500	3.443.439	23,1%
Receitas Financeiras	720.000	3.000.000	316,7%
<b>SP Urbanismo</b>	<b>480.000</b>	<b>550.000</b>	<b>14,6%</b>
Locação de Estacionamentos	450.000	350.000	-22,2%
Locação de Imóveis (Terraço Martinelli)	30.000	200.000	566,7%
<b>SP Obras</b>	<b>10.382.693</b>	<b>11.381.831</b>	<b>9,6%</b>
Gestão Mobiliário Urbano	10.382.693	11.381.831	9,6%

(1) Acesso em 25/11/2015

Empresa	Orçamento 2015 ( A )	Orçamento 2016 ( B )	Var.% (B/A)
<b>SP Cine</b>	<b>4.201.000</b>	<b>12.559.682</b>	<b>199,0%</b>
Produção, Distribuição e Exibição	4.200.000	7.559.682	80%
Editais para TV - Governo do Estado de São Paulo	-	5.000.000	-
<b>SP Negócios</b>	<b>-</b>	<b>9.591.199</b>	
Receitas Próprias	-	9.591.199	
<b>SPDA</b>	<b>5.800.000</b>	<b>-</b>	
Contrato com SEHAB	4.000.000	-	
Contrato com SF	1.800.000	-	
<b>SP Securitização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>332.065.787</b>	<b>354.446.662</b>	<b>6,74%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária 2016 (PL 538/15) e LOA 2015

Na Lei Orçamentária de 2015 estavam previstas receitas próprias no valor de R\$ 332,1 milhões. Não há demonstrativos publicados a respeito dos valores realizados ao longo do exercício corrente. Para o ano de 2016, a proposta prevê receitas próprias no valor de R\$ 354,4 milhões, o que representa um crescimento de 6,74% em relação ao orçamento 2015. A CET e a SPTurismo concentram a maior parte dessas receitas, respectivamente, com R\$ 108,8 milhões e R\$ 101,6 milhões.

A principal fonte de recursos das empresas municipais são os contratos com os órgãos da administração municipal. Essas receitas das empresas representam despesas dos órgãos da administração direta e indireta e, portanto, fazem parte do orçamento municipal, sendo passível de acompanhamento da sua realização através dos sistemas de execução orçamentária da Prefeitura. A Tabela 4.3 mostra as receitas das empresas (ou despesas dos órgãos da administração) orçadas e realizadas até outubro/2015 e projetada na proposta para 2016.

**Tabela 4.3 - Empresas – Receitas do Orçamento Municipal  
Orçamento 2015, Liquidado 2015 e Proposta 2016 - em R\$**

Empresa	Orçamento 2015 ( A )	Liquidado até Out/2015 (B)	Orçamento 2016 ( C )	Liq/Orç% (B/A)	Var.% (C/A)
<b>COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - SPDA</b>	<b>1.000</b>	<b>1.125.000</b>	<b>2.563.000</b>	<b>112500%</b>	<b>256200%</b>
2100 Administração da Unidade		1.125.000	2.562.000	-	-
3004 Aumento de Capital da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA	1.000	-	1.000	0%	0%
<b>EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO S.A.</b>	<b>1.000</b>	<b>5.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>500000%</b>	<b>2999900%</b>
4312 Fomento às linguagens artísticas		5.000.000		-	-
5958 Aumento de Capital da SP Cine	1.000		15.000.000	0%	1499900%
6702 Políticas de Audiovisual			15.000.000	-	-

Empresa		Orçamento 2015 ( A )	Liquidado até Out/2015 (B)	Orçamento 2016 ( C )	Liq/Orç% (B/A)	Var.% (C/A)
<b>COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET</b>		<b>1.361.929.013</b>	<b>626.482.038</b>	<b>991.636.410</b>	<b>46%</b>	<b>-27%</b>
4702	Serviços de Engenharia de Tráfego	648.484.466	559.134.639	744.404.410	86%	15%
4658	Operação e Manutenção da Sinalização do Sistema Viário	57.000.000	43.823.205	55.000.000	77%	-4%
3377	Implantação de Vias Cicláveis - Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas	40.001.000	23.517.708	20.001.000	59%	-50%
2100	Administração da Unidade	-	6.487	-	-	-
2182	CET - Sinalização de Trânsito	100.000	-	-	0%	-100%
3378	Implantação e Requalificação de Corredores	401.898.746	-	34.500.000	0%	-91%
3750	Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	124.360.254	-	21.000.000	0%	-83%
1240	Modernização Semafórica	15.647.000	-	30.000.000	0%	92%
3743	Modernização do Controle e Fiscalização de Tráfego	1.000	-	1.000	0%	0%
4703	Operação e Manutenção do Controle e Fiscalização de Tráfego	71.230.000	-	86.728.000	0%	22%
4650	Manutenção e Conservação de Vias Cicláveis	1.000	-	1.000	0%	0%
3746	Aumento de Capital da CET	1.864.547	-	1.000	0%	-100%
1389	Concurso para Contratação de Servidores para a CET	1.000	-	-	0%	-100%
1750	E1892 - Aquisição e Instalação de Rotatórias na Confluência das ruas Mesquita e Dr. Dolzani, e na Rua Dionísio da Costa, no âmbito da Subprefeitura da Vila Mariana e da CET – Companhia de Engenharia de Tráfego	70.000	-	-	0%	-100%
1749	E1696 - Aquisição e Instalação de Lombada Eletrônica ou Semáforo no Cruzamento da Rua Apeninos com a Rua Correia Dias, no Âmbito da Subprefeitura da Vila Mariana e da CET – Companhia de Engenharia de Tráfego	100.000	-	-	0%	-100%
1751	E1896 - Instalação de Semáforo Trifásico entre a Rua Safira e a Avenida da Aclimação - Aclimação, no âmbito da CET – Companhia de Engenharia de Tráfego	70.000	-	-	0%	-100%
1762	E3321 - CET - Implantação de Sinalização, Implantação de Lombada e Outras	100.000	-	-	0%	-100%
2176	E1463 - Ações Integradas de Política Pública com a finalidade de Realizar Serviços de Engenharia de Tráfego - CET	200.000	-	-	0%	-100%
2179	E1938 - Melhoria no Sistema Geométrico e Viário na Cidade de São Paulo-CET	700.000	-	-	0%	-100%
2181	E1550 - CET - Companhia de Engenharia de Tráfego - Recursos para Planejamento, Implantação de Projetos e Operação do Trânsito no Município	100.000	-	-	0%	-100%
<b>SÃO PAULO URBANISMO - SP-URBANISMO</b>		<b>48.990.545</b>	<b>38.128.811</b>	<b>139.272.822</b>	<b>78%</b>	<b>184%</b>
1241	Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas	35.501.545	13.679.614	118.174.822	39%	233%
9133	Aumento de Capital da São Paulo Urbanismo - SP Urbanismo	1.000	11.200.000	1.000	1120000%	0%
2573	Apoio e Suporte Técnico para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Urbanos	9.240.000	6.905.905	18.000.000	75%	95%
3352	Requalificação de Bairros e Centralidades	-	2.204.599	-	-	-
3360	Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	-	2.203.839	-	-	-
2100	Administração da Unidade	3.170.000	1.790.073	2.906.000	56%	-8%
4106	Operação e Manutenção da Assistência Farmacêutica	185.000	144.783	191.000	78%	3%
1170	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros - Plano de Obras das Subprefeituras	893.000	-	-	0%	-100%

Empresa	Orçamento 2015 ( A )	Liquidado até Out/2015 ( B )	Orçamento 2016 ( C )	Liq/Orç% ( B/A )	Var.% ( C/A )
<b>EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A</b>	<b>351.949.962</b>	<b>178.830.122</b>	<b>368.454.809</b>	<b>51%</b>	<b>5%</b>
2171 Manutenção de Sistemas de Informação e Comunicação	311.643.390	161.632.681	340.303.874	52%	9%
4305 Operação e Manutenção das Praças Digitais	-	7.808.447	-	-	-
3001 Programa Nacional de Apoio à Gestão Adm. e Fiscal - PNAFM	-	2.461.169	-	-	-
2100 Administração da Unidade	-	1.377.521	-	-	-
1220 Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Comunicação	25.040.572	1.371.355	23.550.639	5%	-6%
3408 Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Município de São Paulo - SIGSP	2.265.000	1.073.963	1.940.000	47%	-14%
8024 Operação e Manutenção do Portal da PMSP	13.000.000	1.041.912	2.659.296	8%	-80%
2803 Operação e Manutenção dos Conselhos e Espaços Participativos Municipais	-	675.816	-	-	-
2572 Difusão, Fomento e Pesquisas Aplicadas para a Gestão Participativa e Desenvolvimento Urbano	-	654.941	-	-	-
4103 Operação e Manutenção das Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento	-	361.437	-	-	-
1383 Implantação do PMAT - Programa Mod da Adm Tribut e da Gest Set Soc Bas	-	200.333	-	-	-
4318 Ações do Plano Juventude Viva	-	129.513	-	-	-
2881 Operação e Manutenção das Unidades de Ensino Profissional da FUNDATEC	-	41.034	-	-	-
7200 Aumento de Capital da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação - PRODAM	1.000	-	1.000	0%	0%
<b>SÃO PAULO OBRAS - SP OBRAS</b>	<b>1.277.087.059</b>	<b>29.095.229</b>	<b>59.656.289</b>	<b>2%</b>	<b>-95%</b>
1241 Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas	-	13.138.537	33.798.803	-	-
5100 Intervenções no sistema viário	108.370.631	11.213.081	-	10%	-100%
3378 Implantação e Requalificação de Corredores	572.634.559	3.127.053	12.000.000	1%	-98%
3357 Urbanização de Favelas	-	1.107.537	-	-	-
5965 Projetos de Preservação e Recuperação do Patrimônio, Histórico, Artístico, Cultural e Arqueológico	-	286.846	-	-	-
1109 Reforma e Ampliação do Autódromo de Interlagos	92.458.526	99.590	950.000	0%	-99%
1383 Implantação do PMAT - Programa Mod da Adm Tribut e da Gest Set Soc Bas	-	89.398	1.400.000	-	-
5007 Execução do Plano Viário Sul	136.540.336	33.186	-	0%	-100%
3352 Requalificação de Bairros e Centralidades	-	-	11.006.486	-	-
5965 Projetos de Preservação e Recuperação do Patrimônio, Histórico, Artístico, Cultural e Arqueológico	-	-	500.000	-	-
5001 Aumento de Capital - SPObras	1.000	-	1.000	0%	0%
3750 Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	264.669.192	-	-	0%	-100%
3382 Construção da Ponte Raimundo Pereira de Magalhães	60.000.000	-	-	0%	-100%
1032 Construção da Fábrica do Samba	40.000.000	-	-	0%	-100%
5013 Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	2.412.815	-	-	0%	-100%

Empresa	Orçamento 2015 ( A )	Liquidado até Out/2015 (B)	Orçamento 2016 ( C )	Liq/ Orç% (B/A)	Var.% (C/A)
<b>SAO PAULO TRANSPORTE SA</b>	<b>2.015.198.224</b>	<b>2.070.164.309</b>	<b>2.336.419.005</b>	<b>103%</b>	<b>16%</b>
4701 Compensações tarifárias do sistema de ônibus	1.422.175.002	1.566.103.628	1.897.477.682	110%	33%
4700 Operação e manutenção do sistema municipal de transporte coletivo	445.000.000	391.571.412	318.000.468	88%	-29%
4705 Transporte de Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida - ATENDE	71.454.069	48.826.566	69.874.803	68%	-2%
4651 Aposentadoria Complementar aos Servidores da São Paulo Transporte S/A	34.856.078	27.076.314	37.496.052	78%	8%
3377 Implantação de Vias Cicláveis - Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas	-	10.929.373	-	-	-
3378 Implantação e Requalificação de Corredores	10.000.000	8.034.462	1.000	80%	-100%
3704 Modernização do Sistema de Transportes	24.000.000	7.777.955	10.167.000	32%	-58%
3745 Aumento de Capital da SPTrans	2.499.000	2.998.701	3.400.000	120%	36%
4101 Operação e Manutenção de Unidades de Saúde - Básicas e de Especialidades		2.549.106		-	-
3750 Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos		2.165.002		-	-
2100 Administração da Unidade		1.011.085		-	-
4502 Operação e Manutenção dos Equipamentos Esportivos		791.314		-	-
2803 Operação e Manutenção dos Conselhos e Espaços Participativos Municipais		116.808		-	-
4130 Operação e Manutenção de Vigilância em Saúde		57.036		-	-
6387 Operação e Manutenção de Equipamentos Culturais		49.991		-	-
4817 Despesas Administrativas para Execução de Ações Judiciais - Processamento de Feitos		42.770		-	-
2180 Capacitação, Formação e Aperfeiçoamento de Servidores		32.044		-	-
4103 Operação e Manutenção das Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento		16.268		-	-
6373 Operação e Manutenção - Arquivo Histórico de São Paulo e Museus		7.931		-	-
2157 Administração dos Conselhos Tutelares		4.550		-	-
2192 Operação e Manutenção da Guarda Civil Metropolitana		1.995		-	-
3352 Requalificação de Bairros e Centralidades		-		-	-
3750 Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	4.000.000		1.000	0%	-100%
7127 Implantação de Projetos Ambientais	1.214.075		1.000	0%	-100%
<b>SP NEGÓCIOS SA</b>	<b>10.601.000</b>	<b>4.095.953</b>	<b>1.000.000</b>	<b>39%</b>	<b>-91%</b>
2100 Administração da Unidade	7.600.000	1.554.433	-	20%	-100%
9065 Aumento de capital da SP-Negócios	1.000	1.400.000		140000%	-100%
4912 Operação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	1.800.000	1.141.520		63%	-100%
4305 Operação e Manutenção das Praças Digitais	-	-		-	-
1022 Desenvolvimento de Estudos e Avaliações	-		1.000.000	-	-
1230 Estudos e Projetos de Planejamento, Orçamento e Avaliação	1.200.000		-	0%	-100%

Empresa	Orçamento 2015 ( A )	Liquidado até Out/2015 (B)	Orçamento 2016 ( C )	Liq/ Orç% (B/A)	Var.% (C/A)
<b>SÃO PAULO TURISMO S/A.</b>	<b>218.012.258</b>	<b>97.419.588</b>	<b>208.699.337</b>	<b>45%</b>	<b>-4%</b>
2118 Promoção de Campanhas e Eventos de Interesse do Município.	131.286.694	87.600.039	131.601.773	67%	0%
2100 Administração da Unidade	8.031.920	4.110.514	712.928	51%	-91%
2102 Operação e Manutenção da Infraestrutura Turística	6.650.000	2.567.798	5.600.000	39%	-16%
4503 Incentivo à prática de Esportes	2.415.300	1.328.621	1.760.245	55%	-27%
7110 Projetos para inclusão da pessoa com deficiência	2.371.617	1.239.866		52%	-100%
2803 Operação e Manutenção dos Conselhos e Espaços Participativos Municipais	-	572.749	-	-	-
1029 Modernização do Complexo Anhembi	60.000.000		60.000.000	0%	0%
2184 Promoção do Turismo na Cidade de São Paulo			4.000.000	-	-
4501 Eventos de Esporte, Lazer e Recreação	2.130.000		1.799.906	0%	-15%
2105 Administração da Fábrica do Samba	1.500.000		1.500.000	0%	0%
1021 Projetos de Fomento ao Turismo	1.102.000	-	1.051.000	0%	-5%
1241 Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas	-		671.485	-	-
1020 Aumento de Capital da São Paulo Turismo S/A	1.000		1.000	0%	0%
1027 Implantação de Polos Turísticos	1.000		1.000	0%	0%
2365 E1078 - Realização e Eventos, Shows, Feiras, Locação dos Espaços existentes na SPTuris	1.850.000	-		0%	-100%
2368 E1939 - Eventos em Geral- SP Turis	400.000	-		0%	-100%
1898 E1236 - Apoio e Suporte da SPTuris em Eventos Culturais e Esportivos Realizados no Âmbito do Município de São Paulo	272.727	-		0%	-100%
<b>SP SECURITIZAÇÃO</b>	<b>801.000</b>	<b>-</b>	<b>701.000</b>	<b>0%</b>	<b>-12%</b>
2100 Administração da Unidade	800.000		700.000	0%	-13%
3003 Aumento de Capital da Companhia Paulistana de Securitização - SP Securitização	1.000		1.000	0%	0%
<b>Total da Empresas</b>	<b>5.284.571.061</b>	<b>3.050.341.050</b>	<b>4.138.402.672</b>	<b>58%</b>	<b>-22%</b>

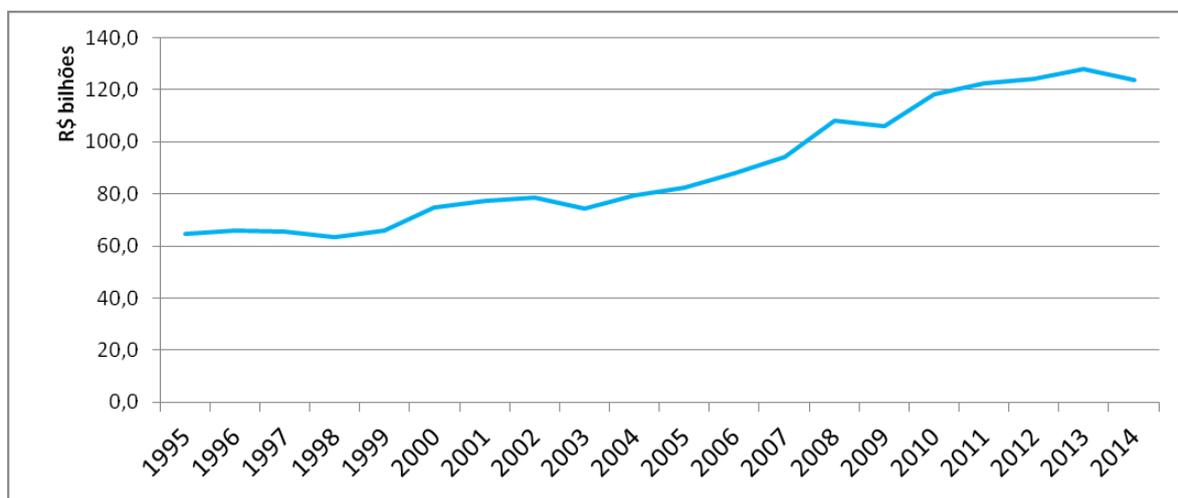
# *Finanças Públicas*

## 9. Arrecadação de ICMS entre os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo\*

Este artigo apresenta a evolução da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS entre os setores de atividade econômica e entre os municípios da região metropolitana de São Paulo.

O ICMS é o principal imposto arrecadado pelos estados brasileiros. Ele constitui-se, também, como uma importante fonte de recursos para os municípios, uma vez que, como dispõe o art. 158 da Constituição Federal, parcela de 25% da arrecadação de ICMS dos estados deve ser repartida com os municípios. Em 2014, os municípios da região metropolitana de São Paulo receberam repasses de ICMS no valor total de R\$ 13,1 bilhões, o que representa 22% das suas receitas correntes.

**Gráfico 1.1 - Evolução da Arrecadação de ICMS - Estado de SP em R\$ bilhões atualizados para valores de dezembro/2014**



Fonte: Secretaria da Fazenda/Governo do Estado de São Paulo

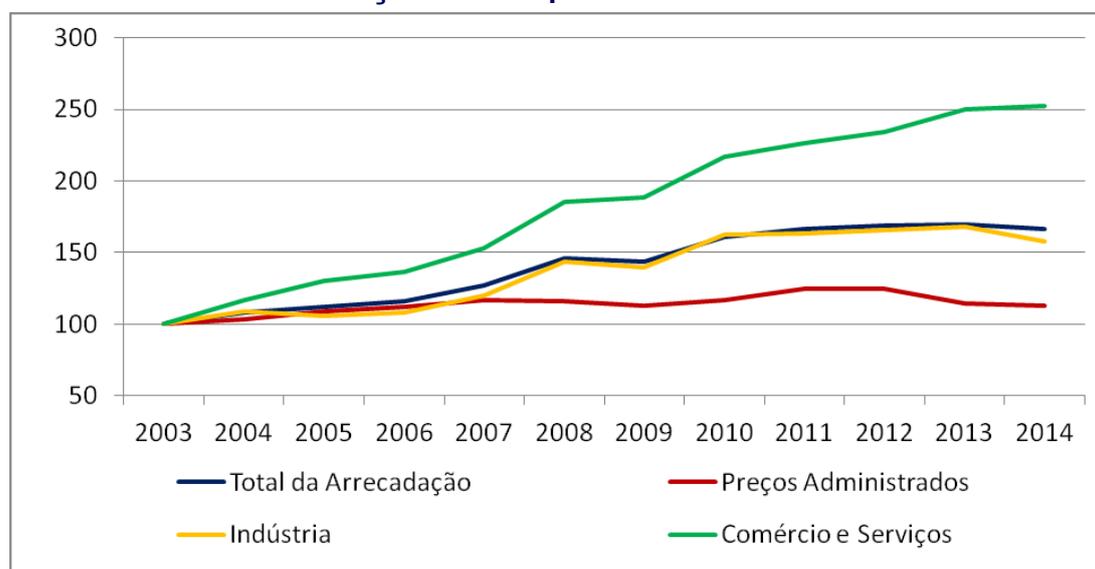
No estado de São Paulo, conforme o Gráfico 1.1 mostra, a arrecadação de ICMS apresentou forte expansão entre 2003 e 2011, registrando uma taxa de crescimento real médio de 6,4% ao ano. A partir de 2012, a arrecadação estabilizou-se e a expansão real média passou a ser de 0,4% ao ano.

\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 45 - fevereiro/2015

A arrecadação de ICMS no estado de São Paulo é composta, predominantemente, por receitas provenientes de 3 grandes grupos de atividade econômica. A “Indústria” responde por cerca de 36% da arrecadação do imposto; o “Comércio e Serviços”, por 34% e o outro grupo, que responde por 27%, são os “Preços Administrados”, que é composto pela produção e distribuição de combustíveis, produção e distribuição de energia elétrica e serviços de comunicação. A “Agropecuária” e o grupo “Não Classificados”, conjuntamente, representam 4% do total.

Conforme o Gráfico 1.2 ilustra, o crescimento das receitas de ICMS, entre 2003 e 2011, foi puxado pelo grupo “Comércio e Serviços”.

**Gráfico 1.2 - Arrecadação de ICMS por Setor - Índice base 2003 = 100**

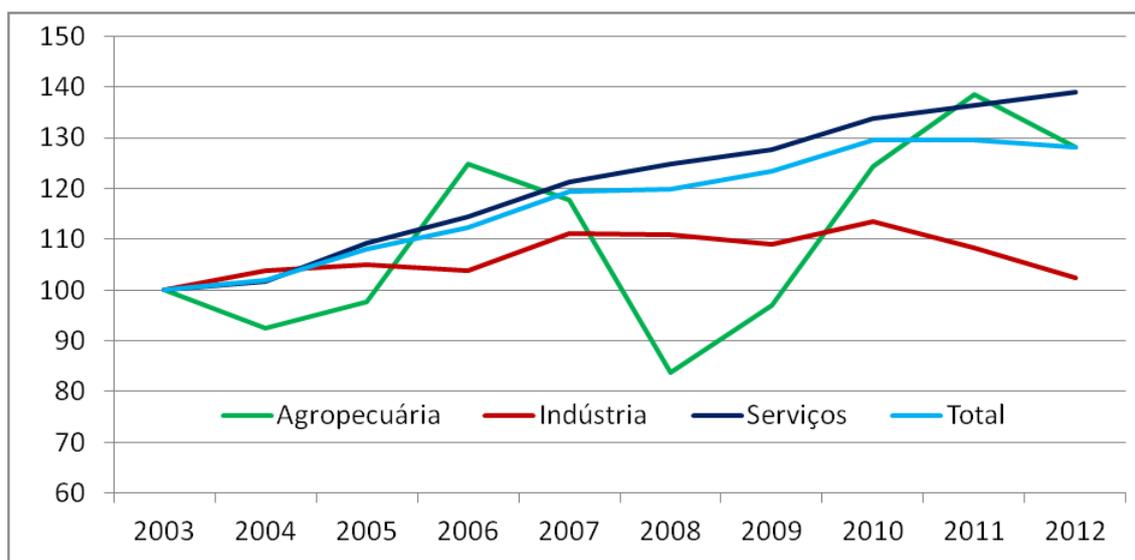


Fonte: Secretaria da Fazenda/Governo do Estado de São Paulo

Entre 2003 e 2014, as receitas de ICMS provenientes do “Comércio e Serviços” cresceram 153% em termos reais, o que representa uma expansão anual de 7,4%. A “Indústria” teve um desempenho um pouco abaixo da média (58% em termos reais, ou 3,6% ao ano). A arrecadação dos “Preços Administrados” cresceu apenas 13% em termos reais (média anual de 0,9%).

A dinâmica de crescimento entre os grupos de arrecadação do ICMS, nesse período, reproduz a dinâmica de crescimento setorial da atividade econômica do país e do estado de São Paulo, com o setor de serviços aumentando a participação no Produto Interno Bruto - PIB. Observa-se, no entanto, que a expansão da atividade econômica se deu em ritmo significativamente menor que o do crescimento setorial da arrecadação de ICMS.

**Gráfico 1.3 - PIB Paulista por Setor - Índice base 2003 = 100**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Entre os anos de 2003 e 2012 (ano mais recente para o qual existem dados disponíveis), o PIB do estado de São Paulo cresceu em termos reais 28%, o que corresponde a uma média anual de 2,3%. Nesse período, o incremento da atividade econômica foi puxado pelo desempenho do PIB do setor de serviços, que representa 73% do PIB paulista e cresceu 39% em termos reais (média anual de 3%). No mesmo período, o PIB do setor industrial (25% do PIB paulista) cresceu apenas 2% (média anual de 0,2%).

A agropecuária, que representa 2% do PIB paulista, cresceu, entre 2003 e 2012, 28% (média anual de 2,3%).

A Tabela 1.1 apresenta os valores, em R\$ de dezembro/2014, da arrecadação de ICMS no estado de São Paulo detalhada por setor e subsetor de atividade econômica.

**Tabela 1.1 - ICMS por Setor de Atividade - em R\$ de dezembro/2014**

Setor	2003	2014	Var. % 2014/2003
<b>TOTAL DA ARRECADAÇÃO</b>	<b>73.406,5</b>	<b>122.185,1</b>	<b>66,5%</b>
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>146,1</b>	<b>160,7</b>	<b>10,0%</b>
Agricultura, pecuária e outros prods.animais	146,1	160,7	10,0%
<b>PREÇOS ADMINISTRADOS</b>	<b>29.078,1</b>	<b>32.876,9</b>	<b>13,1%</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>27.595,1</b>	<b>43.493,8</b>	<b>57,6%</b>
Indústria extrativa	147,1	351,1	138,6%
Minerais não metálicos	1.237,0	1.983,8	60,4%
Metalúrgica	2.923,2	3.736,0	27,8%
Metalurgia básica - ferrosos	1.341,8	1.159,9	-13,6%
Metalurgia básica - não ferrosos	345,6	472,5	36,7%
Produtos de metal	1.235,8	2.103,7	70,2%
Máq., equip.e instalações	1.807,8	3.080,5	70,4%
Máquinas e equipamentos	1.435,5	2.421,2	68,7%
Equip.médicos, óticos, automa. e precisão	372,3	659,4	77,1%
Mat. Elétrico e de Comunicações	2.101,7	4.546,6	116,3%
Eletrodom. e Máq. Escritório	645,9	2.044,0	216,5%
Eletrodomésticos	215,5	930,9	331,9%
Máq. de escrit. e equip. de inform.	430,3	1.113,1	158,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	881,9	1.681,6	90,7%
Mat. Eletrôn. e equip. de comunicação	574,0	821,1	43,1%
Material de transporte	2.499,8	6.099,5	144,0%
Madeira	104,9	172,3	64,2%
Móveis	128,8	384,0	198,1%
Papel e celulose	1.033,6	1.786,9	72,9%
Artigos de borracha	845,1	1.049,1	24,1%
Couros e calçados	94,4	162,5	72,2%
Produtos químicos	4.636,8	5.817,4	25,5%
Produtos farmacêuticos	2.192,5	3.120,7	42,3%
Produtos de perfumaria e cosméticos	525,0	543,8	3,6%
Produtos de plástico	1.073,1	2.112,1	96,8%
Têxtil	794,1	616,2	-22,4%
Vestuário e acessórios	386,5	683,2	76,8%
Produtos alimentícios	2.490,2	3.395,8	36,4%
Bebidas	1.631,1	2.987,8	83,2%
Edição, impressão e gravações	172,5	275,5	59,7%
Reciclagem	26,8	32,7	22,1%
Diversas	743,1	556,0	-25,2%
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>16.238,8</b>	<b>41.035,0</b>	<b>152,7%</b>
Comércio Atacadista	8.910,3	22.793,4	155,8%
Serviço de transporte	537,6	2.874,3	434,7%
Revendedora de veículos	1.295,3	3.509,4	170,9%
Loja de departamentos	370,4	761,3	105,5%
Supermercados	860,6	1.357,7	57,8%
Comércio varejista - Outros	2.932,9	6.196,5	111,3%
Serviços - Outros	1.331,9	3.542,5	166,0%
<b>NÃO CLASSIFICADOS</b>	<b>348,3</b>	<b>4.618,8</b>	<b>1226,2%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda/Governo do Estado de São Paulo

Conforme a Tabela 1.1 mostra, no setor “Comércio e Serviços”, o subsetor que apresentou maior crescimento na arrecadação foi “Serviços de Transportes”, com expansão, em termos reais, de 434,7%, seguido por “Revendedora de Veículos”, com crescimento de 170,9%. O “Comércio Atacadista”, o maior subsetor, também mostrou um significativo incremento de arrecadação (155,8%).

Na “Indústria”, alguns subsetores expressivos como “Material de Transporte” (144,0%) e “Material Elétrico e de Comunicações” (116,3%) apresentaram forte crescimento nesse período.

### Arrecadação Regional de ICMS

A Tabela 1.2 apresenta a arrecadação de ICMS do estado de São Paulo por Delegacia Regional Tributária - DRT. Na tabela, a arrecadação está dividida em 16 DRTs, sendo a DRT Capital a mais representativa, com cerca de um terço do total das receitas.

**Tabela 1.2 - ICMS por DRT- em R\$ de dezembro/2014**

DRT	2009	2014	Var. % 2014/2009
DRT-02 - LITORAL	1.858.266	2.293.005	23,4%
DRT-03 - TAUBATE	4.175.533	7.588.755	81,7%
DRT-04 - SOROCABA	3.413.566	4.771.854	51,3%
DRT-05 - CAMPINAS	12.002.628	13.460.834	17,0%
DRT-06 - RIBEIRÃO PRETO	1.957.073	2.646.629	36,9%
DRT-07 - BAURU	1.270.147	1.265.231	13,2%
DRT-08 - SAO JOSÉ DO RIO PRETO	704.720	991.933	41,4%
DRT-09 - ARAÇATUBA	242.597	402.930	65,6%
DRT-10 - PRESIDENTE PRUDENTE	251.782	296.142	20,1%
DRT-11 - MARÍLIA	766.796	782.389	10,8%
DRT-12 - ABCD	6.419.674	7.235.667	10,0%
DRT-13 - GUARULHOS	5.624.059	6.451.330	21,1%
DRT-14 - OSASCO	9.625.825	12.641.581	39,4%
DRT-15 - ARARAQUARA	1.633.436	2.050.160	27,0%
DRT-16 - JUNDIAI	6.020.682	8.520.250	47,9%
DRT - Capital	43.821.185	40.364.935	-5,4%
Não Classificado	3.556.062	4.706.631	21,8%
Outros Estados	2.214.035	5.714.893	144,7%
<b>TOTAL</b>	<b>105.558.068</b>	<b>122.185.149</b>	<b>18,2%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda/Governo do Estado de São Paulo

A DRT Capital foi a única a apresentar variação real negativa no período entre 2009 (primeiro ano disponibilizado no site da Secretaria da Fazenda/SP) e 2014. Enquanto a arrecadação no estado cresceu, em termos reais, 18,2% no período, na DRT Capital apresentou redução real de 5,4%.

Além da DRT Capital, os municípios da região metropolitana estão distribuídos entre as DRTs: 12 - ABCD (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul) com crescimento de 10,0%; 13 - Guarulhos (Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquetuba, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel, Suzano) com crescimento de 21,1%; 14 - Osasco (Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista) com crescimento 39,4%.

## Arrecadação de ICMS - Municípios da Região Metropolitana de São Paulo

A Tabela 1.3 informa a evolução, no período de 2009 a 2013, da arrecadação de ICMS por município da região metropolitana. Os valores estão atualizados para R\$ de dezembro/2014.

**Tabela 1.3 - Arrecadação de ICMS - Municípios da RMSP**  
Valores em R\$ mil de dezembro/2014

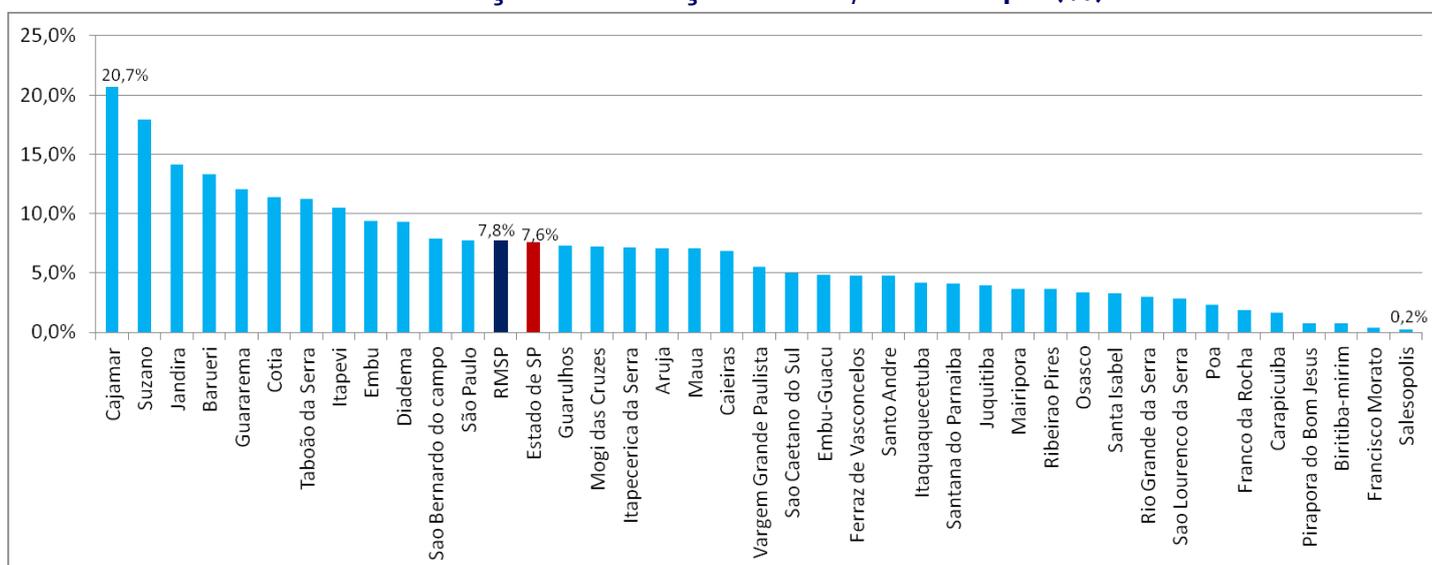
Município	2009 R\$ mil	2013 R\$ mil	Var. % 2014/2009
Arujá	135.792	212.490	56%
Barueri	3.484.668	6.116.309	76%
Biritiba-Mirim	1.979	3.114	57%
Caieiras	120.782	190.629	58%
Cajamar	958.676	956.672	0%
Carapicuíba	58.777	84.611	44%
Cotia	733.347	976.526	33%
Diadema	1.195.100	1.236.986	4%
Embu das Artes	440.820	837.584	90%
Embu-Guaçu	24.422	49.108	101%
Ferraz de Vasconcelos	68.910	108.312	57%
Francisco Morato	4.391	5.545	26%
Franco da Rocha	38.151	39.618	4%
Guararema	129.861	76.401	-41%
Guarulhos	3.492.264	4.211.573	21%
Itapecerica da Serra	166.742	423.372	154%
Itapevi	602.634	897.804	49%
Itaquaquecetuba	139.492	203.198	46%
Jandira	247.443	292.177	18%
Juquitiba	4.297	12.536	192%
Mairiporã	40.253	61.994	54%
Mauá	667.692	666.292	0%
Mogi das Cruzes	718.776	847.018	18%
Osasco	1.554.664	1.497.293	-4%
Pirapora do Bom Jesus	1.479	1.220	-18%
Poá	61.418	88.132	43%
Ribeirão Pires	91.862	93.233	1%
Rio Grande da Serra	13.731	26.009	89%
Salesópolis	2.505	398	-84%
Santa Isabel	24.795	43.097	74%
Santana de Parnaíba	456.751	283.748	-38%
Santo André	919.890	1.124.642	22%
São Bernardo do Campo	2.974.161	3.261.156	10%
São Caetano do Sul	557.238	654.528	17%
São Lourenço da Serra	4.215	4.809	14%
São Paulo	43.821.185	41.451.781	-5%
Suzano	808.013	953.747	18%
Taboão da Serra	675.327	669.011	-1%
Vargem Grande Paulista	48.239	77.630	61%
<b>Total RMSP</b>	<b>65.490.743</b>	<b>68.740.304</b>	<b>5%</b>
<b>Total Estado SP</b>	<b>105.558.068</b>	<b>124.777.375</b>	<b>18%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda/Governo do Estado de São Paulo

Destaca-se, na Tabela 1.3, o crescimento real de 76% de Barueri, que passou a ter a segunda maior arrecadação (atrás apenas da capital) em todo o estado. Entre 2009 e 2013, a arrecadação de ICMS nos municípios da RMSP cresceu, em termos reais, 5%, percentual significativamente abaixo do crescimento observado em todo o estado de São Paulo, de 18%. Desta forma, a participação da RMSP na arrecadação de ICMS no estado caiu de 62%, em 2009, para 55% em 2013. Para esse resultado, pesou a já mencionada a redução de 5% em termos reais do ICMS arrecadado no município de São Paulo.

O Gráfico 1.3 ilustra o quanto a arrecadação de ICMS representa do Produto Interno Bruto - PIB de cada município da RMSP. Os dados são relativos a 2012, ano do mais recente PIB municipal divulgado pelo IBGE.

**Gráfico 1.3 - Relação : Arrecadação de ICMS/PIB Municipal (%) - 2012**



Fonte: Arrecadação ICMS: Secretaria da Fazenda/Governo do Estado de São Paulo  
 PIB Municipal: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Na média da RMSP, a arrecadação representa 7,8% do PIB da região, percentual um pouco superior a média observada no estado de São Paulo, de 7,6%.

Observa-se uma grande amplitude na proporção arrecadação de ICMS/PIB Municipal. Em Cajamar, a arrecadação corresponde a 20,7% do PIB. Os dados divulgados pela Secretaria da Fazenda não apresentam o detalhamento por setor, mas o percentual elevado pode estar relacionado à presença no município de importantes centros de distribuição e armazéns (a saída dos produtos dos centros e armazéns é faturada no município, mesmo que o consumidor de destino esteja localizado em outra cidade).

Em outros municípios como Pirapora do Bom Jesus (0,7%), Biritiba–Mirim (0,7%), Francisco Morato (0,4%) e Salesópolis (0,2%), a arrecadação não atinge 1% do PIB. O ICMS arrecadado no município de São Paulo corresponde a 7,6% do seu PIB.

#### **Arrecadação e Repasses de ICMS - Municípios da Região Metropolitana de São Paulo**

Do valor total arrecadado de ICMS pelo Governo do Estado, parcela de 25% deve ser repassada aos municípios. Conforme dispõe o art. 158 da Constituição Federal, a divisão dessa parcela entre os municípios deve respeitar alguns critérios. Pelo menos 75% devem ser repartidos de acordo com o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em seus territórios, e até 25% devem ser repartidos conforme dispuser lei estadual. No estado de São Paulo, a parcela do ICMS pertencente aos municípios é repartida de acordo com os seguintes critérios (Lei nº 8.510 de 29 de Dezembro de 1993): valor adicionado no município (76%); população (13%); receita tributária própria (5%); área cultivada (3%); área inundada (0,5%); área protegida (0,5%) e componente fixo (2%).

A Tabela 1.4 informa, na primeira coluna, os valores recebidos pelos municípios da RMSP em razão dos repasses da cota parte do ICMS, segundo os critérios definidos em lei estadual. A segunda coluna apresenta 25% do valor da arrecadação do ICMS no município, ou seja, representa o hipotético caso em que seja repassado para cada município 25% do valor nele arrecadado.

**Tabela 1.4 - ICMS - Repasses e Arrecadação - Municípios da RMSP - 2014**

<b>Município</b>	<b>Repasses de Recebidos de ICMS (I)</b>	<b>25% do Valor do ICMS Arrecadado no Município (II)</b>	<b>Diferença (I - II)</b>
Arujá	57.882.375	53.728.885	4.153.491
Barueri	663.000.558	1.309.957.334	-646.956.776
Biritiba-Mirim	8.936.527	812.760	8.123.767
Caieiras	51.403.608	53.553.003	-2.149.395
Cajamar	140.545.150	250.100.687	-109.555.538
Carapicuíba	83.279.237	20.302.463	62.976.774
Cotia	196.052.161	233.940.128	-37.887.967
Diadema	297.006.667	263.169.117	33.837.549
Embu das Artes	149.434.435	247.292.076	-97.857.641
Embu-Guaçu	20.210.037	12.608.047	7.601.991
Ferraz de Vasconcelos	47.304.623	23.956.246	23.348.377
Francisco Morato	25.989.366	1.123.716	24.865.650
Franco da Rocha	47.864.738	8.869.292	38.995.446
Guararema	26.635.672	29.251.019	-2.615.347
Guarulhos	1.092.824.137	980.585.998	112.238.139
Itapeverica da Serra	87.007.264	38.285.031	48.722.233

Município	Repasses de Recebidos de ICMS (I)	25% do Valor do ICMS Arrecadado no Município (II)	Diferença (I - II)
Itapevi	191.203.472	245.894.703	-54.691.231
Itaquaquecetuba	102.422.510	40.848.498	61.574.013
Jandira	52.123.857	78.553.019	-26.429.162
Juquitiba	8.774.550	2.545.546	6.229.003
Mairiporã	30.062.752	11.798.306	18.264.446
Mauá	252.493.830	170.732.689	81.761.140
Mogi das Cruzes	221.829.227	189.752.582	32.076.645
Osasco	356.817.884	319.329.531	37.488.354
Pirapora do Bom Jesus	4.825.421	166.374	4.659.047
Poá	45.000.039	19.798.169	25.201.870
Ribeirão Pires	48.367.398	21.153.799	27.213.600
Rio Grande da Serra	11.919.600	6.987.753	4.931.847
Salesópolis	6.928.678	99.946	6.828.732
Santa Isabel	24.080.964	7.135.932	16.945.032
Santana de Parnaíba	180.145.279	74.949.241	105.196.038
Santo André	344.491.929	366.965.456	-22.473.527
São Bernardo do Campo	950.598.547	717.477.301	233.121.247
São Caetano do Sul	336.615.449	216.051.946	120.563.503
São Lourenço da Serra	4.555.976	865.602	3.690.374
São Paulo	6.604.671.843	9.828.543.539	-3.223.871.696
Suzano	161.297.233	212.867.260	-51.570.026
Taboão da Serra	143.677.597	158.155.724	-14.478.127
Vargem Grande Paulista	29.014.858	21.108.647	7.906.211
<b>Total RMSP</b>	<b>13.107.295.450</b>	<b>16.239.317.363</b>	<b>-3.132.021.913</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda/Governo do Estado de São Paulo

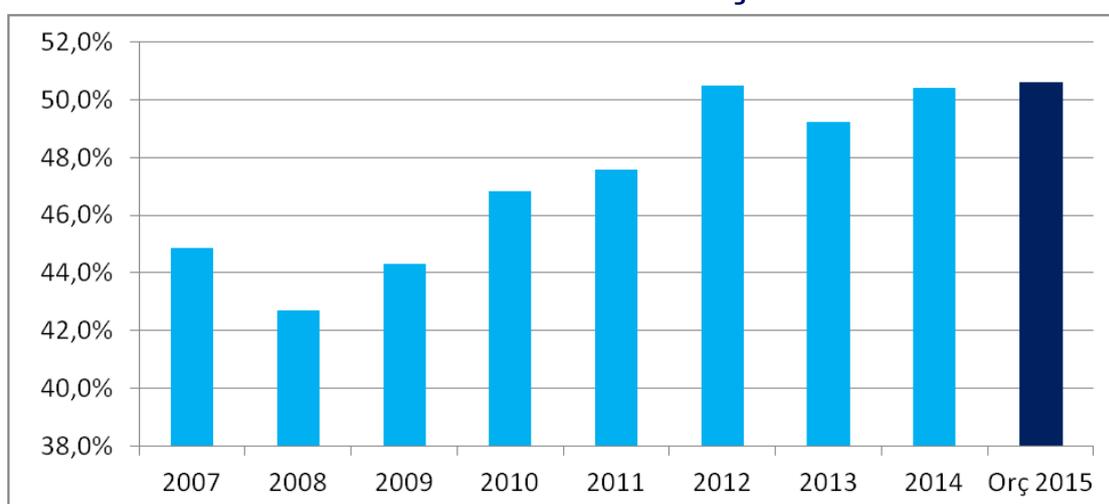
No conjunto dos municípios que compõem a RMSP, o valor recebido como repasse de ICMS do Governo do Estado é R\$ 3,1 bilhões inferior à parcela de 25% do ICMS arrecadado nesses municípios. Basicamente, dois municípios explicam essa diferença: São Paulo e Barueri. Em São Paulo, os repasses são R\$ 3,2 bilhões inferiores à parcela de 25% arrecadada, e, em Barueri, os repasses são inferiores em R\$ 647,0 milhões. Descontando esses dois municípios, o saldo dos municípios da RMSP seria positivo (os repasses superariam a parcela de 25%) em R\$ 738,8 milhões.

## 10. Perspectivas para a Arrecadação dos Tributos Municipais – 2015\*

Conforme a Constituição Federal, os municípios têm a competência para instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU, transmissão “inter vivos” de bens imóveis - ITBI e serviços de qualquer natureza - ISS (não compreendidos os sujeitos ao ICMS).

No município de São Paulo, esses três impostos representam mais da metade das receitas correntes (descontadas as suas deduções). O Gráfico 4.1 mostra que os três impostos somados corresponderam a 50,4% das receitas correntes no ano de 2014. Para 2015, a previsão orçamentária é que esse percentual aumente para 50,6% das receitas correntes.

**Gráfico 4.1 - Participação % do ISS, IPTU e ITBI nas Rec. Correntes Realizado de 2007 a 2014 e Orçado 2015**



Fonte: Balanços Anuais 2007 a 2014 e LOA 2015

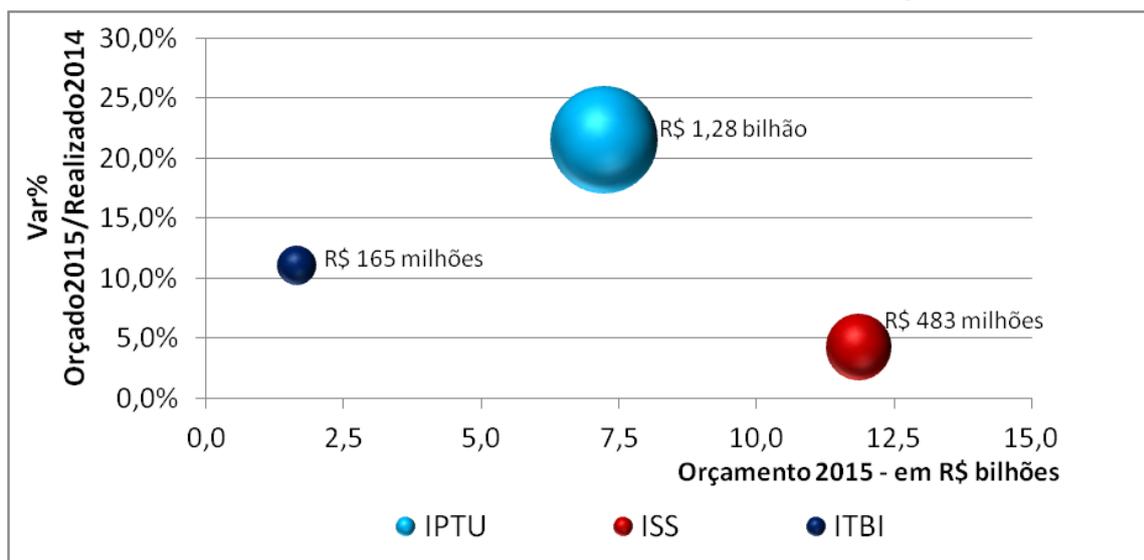
A lei orçamentária para 2015 estima um crescimento de R\$ 3,67 bilhões das receitas correntes, sendo que destes, 52,6% (ou R\$ 1,93 bilhão) são devidos ao aumento previsto na arrecadação dos três impostos municipais.

O Gráfico 4.2 ilustra o peso de cada imposto no aumento da arrecadação prevista para o ano de 2015. Cada círculo apresentado no gráfico representa um imposto. O eixo horizontal informa o valor da arrecadação prevista para cada imposto, o eixo vertical informa a taxa de crescimento da arrecadação esperada de cada imposto, e a área da cada círculo é proporcional a o aumento

\* Publicado no Indicador Paulistano n° 57 - março/2015.

em reais (R\$) da arrecadação prevista de cada imposto.

**Gráfico 4.1 - ISS, IPTU e ITBI - Crescimento da Arrecadação Prevista para 2015**  
**Tamanho do Círculo proporcional ao valor do crescimento da arrecadação previsto na LOA2015**

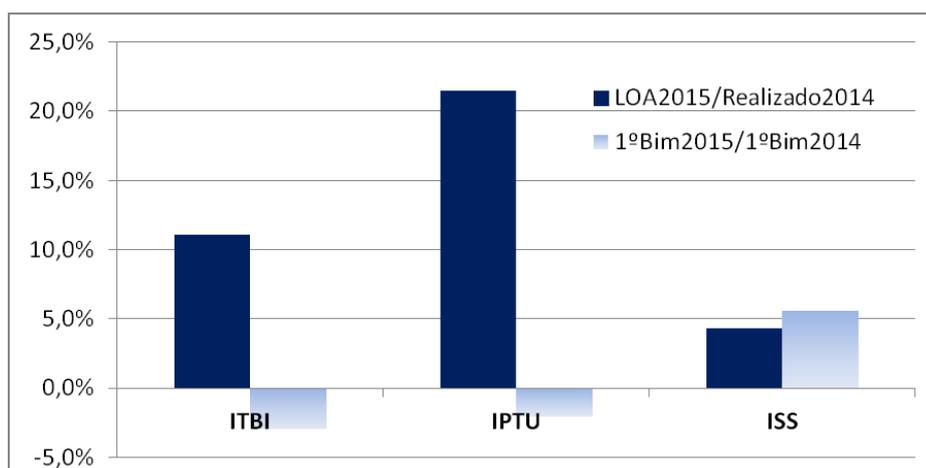


Fonte: Balanço Anual 2014 e LOA 2015

Entre os impostos, aquele para o qual a lei orçamentária projeta o maior crescimento da arrecadação é o IPTU, com um aumento esperado de R\$ 1,28 bilhão (ou de 21,5% em relação a 2014). Na sequência vem o ISS, com aumento de R\$ 483 milhões (ou 4,3% em relação a 2014), e, por último, o ITBI, com R\$ 165 milhões (ou 11,1% em relação a 2014).

Apesar do crescimento projetado na lei orçamentária, principalmente do IPTU e ITBI, o primeiro bimestre do ano mostrou um desempenho da arrecadação não muito favorável para esses dois impostos (Gráfico 4.2).

**Gráfico 4.2 - Crescimento em relação a Execução 2014 - LOA 2015 e Realizado no 1º bim/2015**



Fonte: LOA 2015 e SOF

---

No primeiro bimestre/2015, comparativamente ao primeiro bimestre/2014, a arrecadação nominal de ITBI apresentou queda de 3,0%; a arrecadação de IPTU caiu 2,1% e as receitas de ISS subiram 5,6%. A seguir, são apresentadas para cada imposto, separadamente, considerações a respeito da arrecadação no primeiro bimestre, bem como são apontadas perspectivas para o ano.

#### 4.1 IPTU

No final de 2014, o Tribunal de Justiça de São Paulo - TJ-SP reconheceu a constitucionalidade da Lei 15.889/2013, que revisa a Planta Genérica de Valores (PGV). Os efeitos da lei haviam sido suspensos, por meio de liminar, pelo TJ-SP. No entanto, a fim de evitar uma elevação mais significativa do valor IPTU a ser cobrado dos contribuintes, o Executivo encaminhou à Câmara Municipal projeto aprovado na forma da Lei 16.098/2014, estabelecendo que os limites de aumento para 2015 sejam aplicados sobre o valor efetivamente lançado para 2014, e não sobre o valor originalmente previsto pela Lei 15.889/2013.

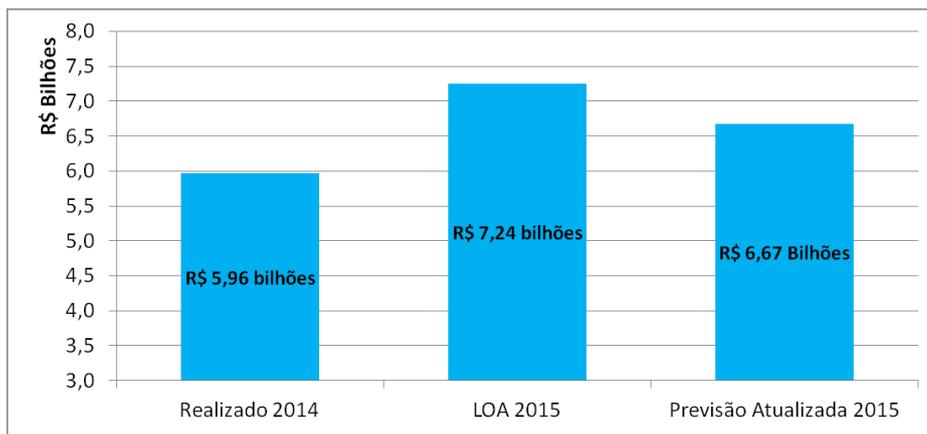
Desta forma, para 2015 os valores venais dos imóveis serão calculados com base nos valores de metro quadrado de construção e de terreno atualizados conforme determina a Lei 15.889/2013, mas o aumento do IPTU lançado estará limitado a:

- 10% sobre o valor lançado em 2014 para os imóveis com utilização exclusiva ou predominantemente residencial;
- 15% sobre o valor lançado em 2014 para os demais imóveis.

A Lei 16.098/2014 representou uma diminuição das porcentagens de aumento máximo, o que, segundo o Executivo, implica uma redução de R\$ 570 milhões na arrecadação prevista na LOA 2015. Assim, apesar de estar prevista arrecadação de R\$ 7,25 bilhões na lei orçamentária, a Prefeitura, após a aprovação da Lei 16.098/2014, passou a esperar uma arrecadação de R\$ 6,67 bilhões de IPTU (fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5168>).

Portanto, embora a LOA 2015 tenha uma projeção de aumento da arrecadação de 21,5%, após a Lei 16.098/2014 o Executivo revisou sua estimativa, passando a esperar um crescimento próximo de 12,1%.

**Gráfico 4.3 - Arrecadação IPTU 2014, LOA 2015 e previsão atualizada PMSP 2015**

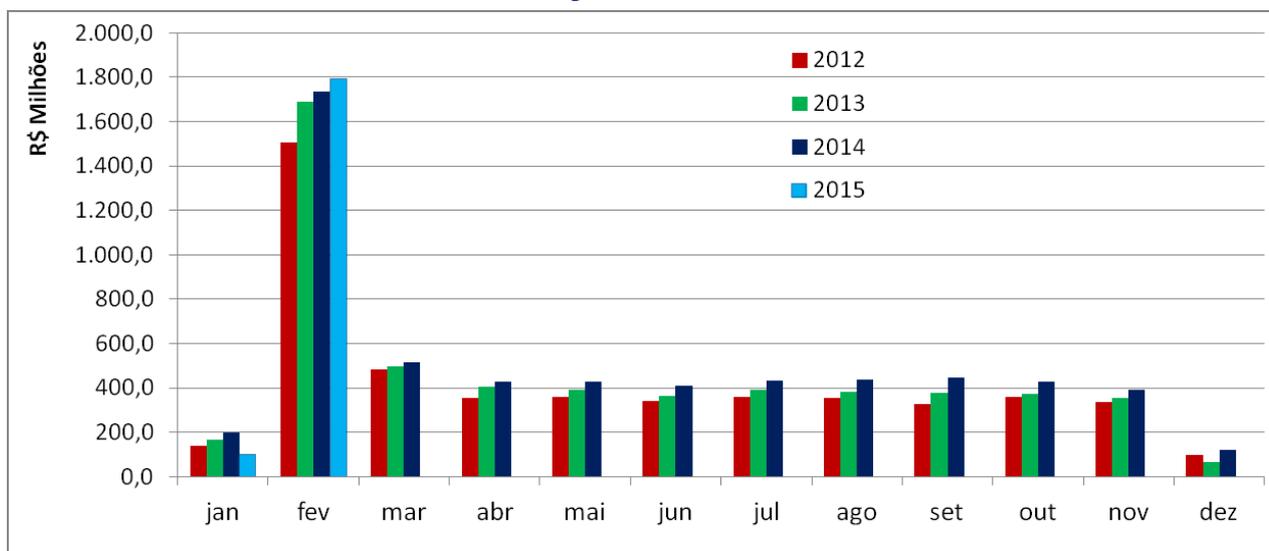


Fonte: ABACO/TCMSP, LOA 2015 e PMSP (<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5168>)

Mesmo considerando essa revisão da taxa de crescimento, a arrecadação de IPTU no 1º bimestre ficou significativamente aquém deste percentual. Apesar do reajuste da PGV, o valor arrecadado em janeiro e fevereiro/2015 é 2% inferior ao realizado no mesmo período de 2014, em termos nominais.

É importante ressaltar que, tradicionalmente, por ter um forte comportamento sazonal, a arrecadação do IPTU concentra-se nos primeiros meses do ano (Gráfico 4.4). Isto acontece porque o mês de fevereiro é quando ocorre o ingresso do valor integral do imposto dos contribuintes que optaram pelo pagamento em parcela única (à vista).

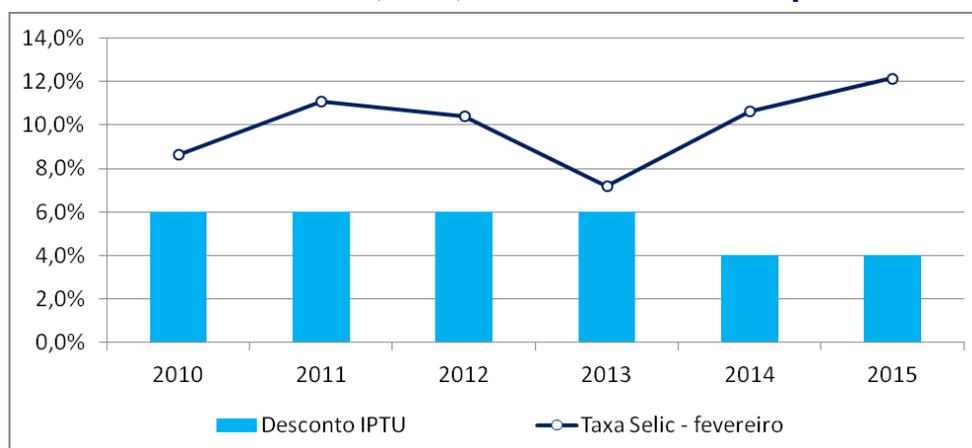
**Gráfico 4.4 - Arrecadação Mensal IPTU - 2012 a 2015**



Considerando os dados dos últimos 5 anos (2010 a 2014), a arrecadação de IPTU acumulada de janeiro a fevereiro tem representado uma proporção próxima de 32,4% da receita anual des-

te imposto. Em 2015, esse percentual pode ter caído, caso o número de contribuintes que optaram em efetuar o pagamento do IPTU à vista tenha diminuído, o que possivelmente poderia explicar o desempenho da arrecadação no 1º bimestre. Entre as razões que justificariam essa queda, poder-se-ia destacar: aumento do valor do IPTU, situação econômica e redução da taxa de desconto dada para quem efetuar o pagamento à vista. O aumento do valor do IPTU, combinado com a situação econômica nacional, pode ter tornado mais difícil para o contribuinte dispor de recursos no montante necessário para o pagamento à vista. Além disso, desde 2014, a taxa de desconto dada para quem realiza o pagamento à vista caiu de 6% para 4%, o que reduz o incentivo ao contribuinte para o recolhimento em parcela única, ainda mais em um ambiente econômico em que as taxas de juros de mercado estão em ascensão, como ocorre atualmente (Gráfico 4.5).

**Gráfico 4.5 - Taxa de Juros (Selic) e Taxa de Desconto para IPTU à Vista**



Fonte: PMSP e Banco Central do Brasil

Num cenário assim, mesmo o contribuinte que disponha dos recursos suficientes para realizar o pagamento à vista poderia preferir utilizar esses recursos para quitar outras dívidas mais onerosas ou aplicá-los, e obter, assim, uma remuneração financeira superior ao desconto concedido pelo pagamento à vista do IPTU.

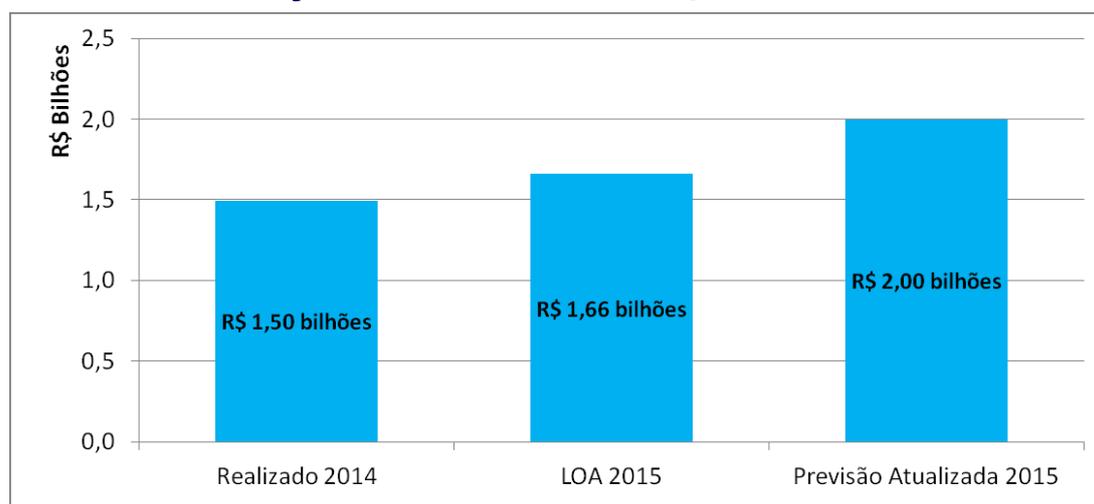
A partir dos meses de março e abril, será possível projetar com maior firmeza o comportamento da arrecadação ao longo do ano. Com os dados de arrecadação do mês de março será possível avaliar se a queda ocorreu pela redução dos recolhimentos ou por inadimplência, e a partir do mês de abril, como mostra o Gráfico 4.4, a arrecadação mensal tende a manter uma trajetória estável até o mês de novembro, quando vence a última parcela do imposto.

## 4.2 ITBI

O ITBI é um imposto cobrado no momento da compra e venda de um imóvel, e é calculado com base no valor pelo qual o imóvel seria negociado em condições normais de mercado para transação à vista. Sobre essa base de cálculo é aplicada uma alíquota, que, para valores até R\$ 73.256,87, é de 0,5%. Sobre o valor que exceder R\$ 73.256,87, aplica-se uma alíquota de 2%. Cabe ressaltar que, em virtude da aprovação da Lei 16.098/2014, a alíquota dessa segunda faixa passará a ser de 3% a partir do dia 30 de março/2015.

Segundo a Prefeitura, o aumento da alíquota do ITBI deverá gerar um acréscimo na arrecadação em cerca de R\$ 580 milhões em relação a 2014 (fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5168>). Desta forma, a previsão para a arrecadação de 2015, que era de R\$ 1,66 bilhão na LOA 2015, passou, após a Lei 16.098/2014, para R\$ 2,00 bilhões. O crescimento esperado, que na LOA 2015 era de 11,1%, passou, para 33,8%.

**Gráfico 4.6 - Arrecadação ITBI 2014, LOA 2015 e previsão atualizada PMSP 2015**

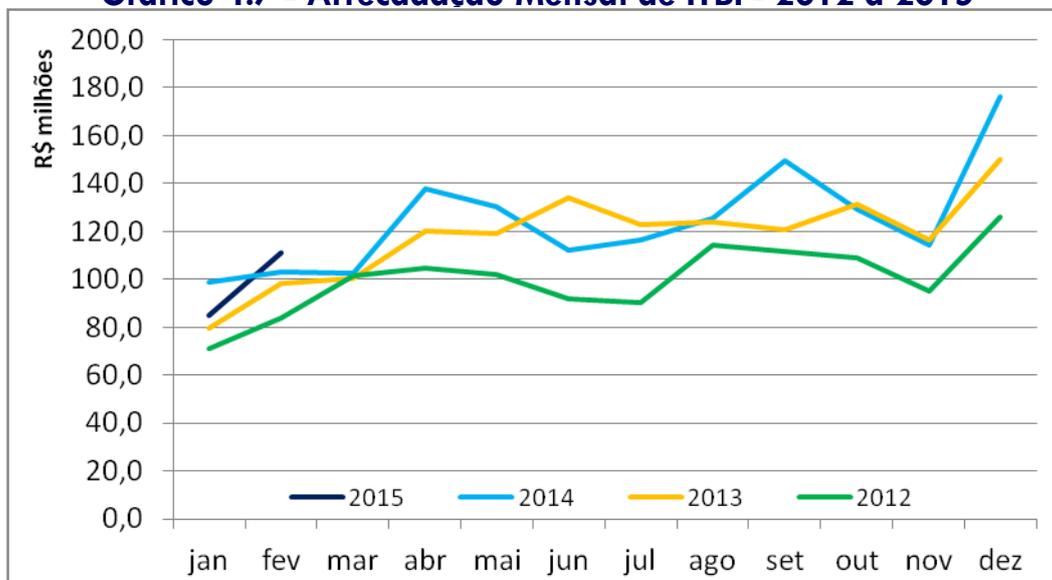


Fonte: ABACO/TCMSP, LOA 2015 e PMSP (<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5168>)

Apesar da expectativa de aumento, a arrecadação de ITBI no 1º bimestre ficou 3% abaixo do arrecadado no mesmo período de 2014. Com relação a janeiro e fevereiro de 2015, deve-se destacar que, nesses meses, vigorou a alíquota de 2% e que, tradicionalmente, costumam ser meses menos representativos em termos de recolhimento do ITBI.

Acompanhando a dinâmica do mercado imobiliário, as receitas de ITBI exibem um comportamento sazonal, no qual os primeiros meses do ano são relativamente mais fracos. De 2010 a 2014, os meses de janeiro e fevereiro responderam, conjuntamente, por 12,5% em média da arrecadação. Por outro lado, o período de abril a dezembro, em que vigorará a alíquota de 3%, concentra parte mais significativa do recolhimento de ITBI. De 2010 a 2014, esses meses responderam em média por 71,5% da arrecadação do imposto.

**Gráfico 4.7 - Arrecadação Mensal de ITBI - 2012 a 2015**



Fonte: ABACO/TCMSP

Observa-se no Gráfico 4.8 que a queda em relação a 2014 deve-se ao ocorrido em janeiro, mês que em 2015 apresentou uma arrecadação 14,0% inferior comparativamente a 2014. Seguindo o mercado imobiliário, a arrecadação de ITBI em janeiro/2014 foi excepcionalmente boa, representando um valor 24,6% superior a janeiro/2013. Já, em fevereiro/2015, a arrecadação de ITBI foi 7,5% maior que fevereiro/2014.

Para 2015, o desempenho do mercado imobiliário é fator de suma importância para a determinação do nível da arrecadação do ITBI. Conforme mostrada na seção 1.2 (subseção: Mercado Imobiliário) desta edição do boletim, os dados mais recentes do setor não foram muito promissores. No mês de janeiro/2015, de acordo com o SECOVI, o Valor Global de Vendas -

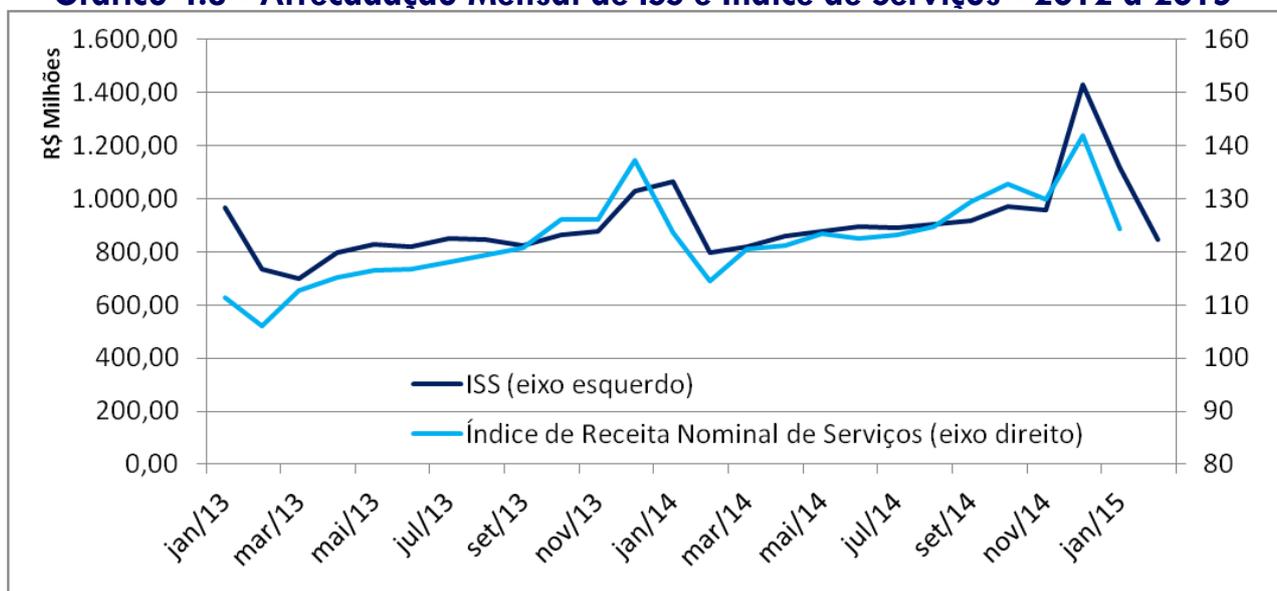
VGV dos imóveis residenciais novos do município de São Paulo apresentou uma variação negativa de 20,5% comparativamente ao valor nominal do mesmo mês em 2014 e uma queda de 76,2% em relação ao mês anterior - dezembro/2015. Em termos de arrecadação de ITBI, o detalhe agravante é que, em janeiro/2015, cresceu a participação, em VGV, dos imóveis de 1 dormitório, cujo valor é, teoricamente, menor. Em imóveis com valor menor, a parcela sobre a qual incide a alíquota de 0,5% é mais representativa no valor total, e portanto, a alíquota média de ITBI tende a cair com a maior participação desses imóveis no total transacionado.

### 4.3 ISS

O ISS é um imposto cujo fato gerador é a prestação de serviço, sendo a base de cálculo o preço do serviço prestado diretamente para as famílias ou negociados entre empresas. Nos últimos anos, a arrecadação de ISS constituiu-se na principal fonte de arrecadação de recursos do município.

Entre os três impostos municipais, a arrecadação do ISS foi a única a apresentar aumento nominal no primeiro bimestre de 2015, crescendo 5,6% frente ao mesmo período de 2014. Um importante indicador para se analisar as perspectivas para a arrecadação de ISS é a atividade do setor de serviços. Conforme mostra o Gráfico 4.8, arrecadação do ISS segue uma dinâmica muito próxima ao do índice de receita nominal de serviços do estado de São Paulo divulgado pela Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE.

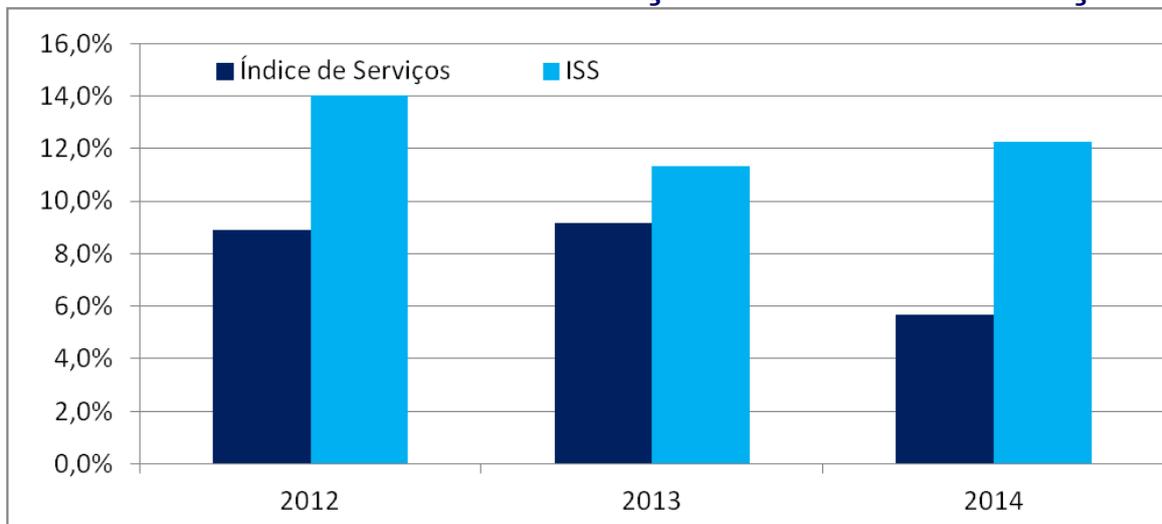
**Gráfico 4.8 - Arrecadação Mensal de ISS e Índice de Serviços - 2012 a 2015**



Fonte: ABACO/TCMSP e PMS/IBGE

Quando se analisa os dados dos últimos anos, nota-se que a arrecadação de ISS tem apresentado um crescimento sempre um pouco superior ao do índice do setor de serviços (Gráfico 4.9).

**Gráfico 4.9 - Crescimento da Arrecadação ISS e do Índice de Serviços**



Estudo publicado na edição nº 44 (disponível no link <http://www2.camara.sp.gov.br/CTEO/Boletins/Indicador%20Paulistano%2044%20-%20fevereiro%202014.pdf>) deste boletim estimou que, no período analisado (jan/2011 a nov/2013), a cada 1,0% de crescimento da receita do setor de serviços paulista, a arrecadação de ISS no município de São Paulo cresceu 1,39%.

Para 2015, segundo as informações coletadas entre as instituições financeiras nacionais pela pesquisa FOCUS (do dia 13/03/2015) do Banco Central do Brasil, a mediana das expectativas de crescimento do PIB do setor de serviços é de 0,05% em termos reais. Portanto, se o setor de serviços paulistano tiver um desempenho próximo do nacional, a sua contribuição para o crescimento da arrecadação de ISS será próxima de zero em 2015. A se confirmar este cenário, o crescimento da arrecadação ficaria mais dependente de ganhos de eficiência na tributação e fiscalização do imposto.

---

## **11. Precatórios Judiciais\***

Precatório é o instrumento pelo qual o Poder Judiciário requisita o pagamento devido pelas Fazendas Públicas em virtude de decisão judicial.

Os débitos em virtude de decisão judicial transitada em julgado podem ser de natureza alimentar ou de outras espécies. Os débitos de natureza alimentar compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil. Os débitos de outras espécies são decorrentes das demais ações judiciais, como referentes a desapropriações e tributos.

### **4.1 Regime Especial de Pagamentos de Precatórios - EC 62/2009**

A emenda constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, alterou o art. 100 da Constituição Federal e acrescentou o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), instituindo o regime especial de pagamento de precatórios. Enquanto não editada a lei complementar que poderá estabelecer, em definitivo, o regime especial de precatórios, passam a valer somente as regras do art. 97 do ADCT, ficando inaplicável o art. 100 da CF/88, exceto seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14.

No novo sistema, os entes devedores deixaram de pagar diretamente os credores e passaram a realizar depósitos em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça local.

Os Estados, Distrito Federal e Municípios, por ato do Poder Executivo, tiveram que optar por uma das seguintes alternativas de pagamento:

---

\* Publicado no Indicador Paulistano nº 58 - abril/2015.

- 
- 1) Parcelamento em até 15 anos (inciso II, §1º do art. 97, ADCT) ou
  - 2) Vinculação mensal de parte da receita corrente líquida (RCL)<sup>(1)</sup> (inciso I, §1º do art. 97, ADCT), de no mínimo 1,0% ou 1,5%, dependendo do perfil dos municípios.

Dos depósitos feitos na conta administrada pelo Tribunal de Justiça local, ao menos 50% dos recursos devem ser utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências dos requisitórios alimentares (no mesmo ano) e dos vinculados a pessoas com mais de 60 anos ou portadoras de doenças graves <sup>(2)(3)</sup> (de todos os anos).

---

<sup>(1)</sup> Entende-se como receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo mês de referência e os 11 (onze) meses anteriores, excluídas as duplicidades, e deduzidas, no caso dos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

<sup>(2)</sup> De acordo com o § 2º do art. 100 da CF/88, os débitos de natureza alimentar cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo da quantia definida como pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

O crédito de pequeno valor é aquele decorrente de sentença judicial transitada em julgado cujo montante, devidamente atualizado, não exceda R\$ 17.363,41 ao tempo em que for requisitado judicialmente (Lei Municipal nº 13.179, de 25 de setembro de 2001, atualizada pela Portaria Intersecretarial 1/15 – SNJ/SF). O crédito de pequeno valor não está sujeito ao regime de precatórios e deve ser pago, mediante depósito judicial, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que for protocolada a requisição expedida pelo juízo da execução, observada a ordem de apresentação na Procuradoria Geral do Município.

<sup>(3)</sup> De acordo com a Resolução nº 115 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, são considerados portadores de doenças graves os credores acometidos das seguintes moléstias, previstas no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713/88, com redação dada pela Lei nº 11.052/04: a) tuberculose ativa; b) alienação mental; c) neoplasia maligna; d) cegueira; e) esclerose múltipla; f) hanseníase; g) paralisia irreversível e incapacitante; h) cardiopatia grave; i) doença de Parkinson; j) espondiloartrose anquilosante; k) moléstias profissionais; l) nefropatia grave; m) estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); n) contaminação por radiação; o) síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS); p) hepatopatia grave.

---

A aplicação dos recursos restantes depende da opção que os entes devedores fizeram, por ato do Poder Executivo, podendo ser, isoladamente ou simultaneamente:

- 1) pagamento por meio do leilão realizado por entidade credenciada pelo Banco Central ou Comissão de Valores Mobiliários, na modalidade deságio, ou seja, receberá seu precatório o credor que aceitar o maior desconto oferecido pela entidade devedora.
- 2) ordem única e crescente de valor por precatório, ou seja, pagam-se antes os de menor valor.
- 3) acordo direto com os credores, na forma estabelecida por lei própria da entidade devedora, que poderá prever criação e forma de funcionamento de câmara de conciliação.

Enquanto o ente devedor estiver realizando pagamentos de precatórios pelo regime especial, não poderá sofrer sequestro de valores, exceto no caso de não liberação tempestiva dos recursos.

Quanto à atualização dos valores dos precatórios, a EC 62/2009 definiu que será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

## **4.2 Precatórios Judiciais do Município de São Paulo**

O Município de São Paulo, por meio do decreto municipal nº 51.105, de 11 de dezembro de 2009, optou pelo regime especial de pagamento de precatórios, em conformidade com o disposto no inciso I do § 1º e do § 2º do artigo 97 do ADCT. Assim, o município passou a depositar mensalmente 1/12 do valor correspondente a 1,5% da RCL apurada no segundo mês anterior ao mês de pagamento.

O percentual inicialmente adotado pela Prefeitura era o mínimo permitido para o perfil do município. Ao longo dos anos, o valor destinado ao pagamento de precatórios passou de 1,5% para 2,99% da RCL, visando atender a Resolução nº 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça (alterada pela Resolução nº 123/2010), conforme tabela a seguir:

<b>Regime especial de pagamentos de precatórios - Município de São Paulo</b>		
<b>Legislação</b>	<b>aplicação a partir de</b>	<b>Percentual da RCL</b>
Decreto Municipal nº 51.105, de 11/12/2009	10/12/2009	1,50%
Decreto Municipal nº 52.064, de 30/12/2010	01/01/2011	2,55%
Decreto Municipal nº 53.699, de 18/01/2013	01/01/2013	2,71371%
Decreto Municipal nº 54.790, de 24/01/2014	01/01/2014	2,99%

As resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Justiça resultaram da constatação de que os depósitos mensais feitos por alguns municípios e estados, considerando o percentual de aporte mínimo, dificilmente saldariam as dívidas com precatórios em 15 anos.

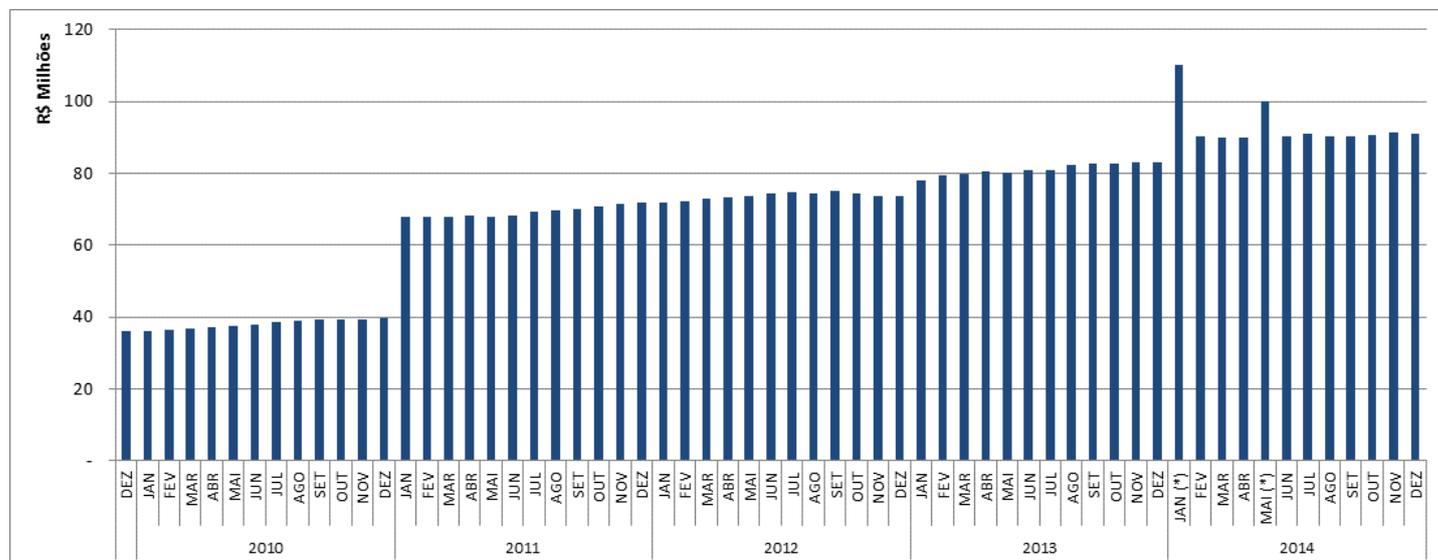
Como pode ser visto na tabela a seguir, 1,5% da RCL resultou no pagamento de R\$ 350,7 milhões em 2010. Se o mesmo valor for utilizado apenas para quitar o saldo de precatórios do início do ano, sem considerar novas inscrições e atualização monetária e mantendo a mesma RCL, o município levaria 32 anos para pagar os precatórios. Já com os valores pagos em 2014, no total de R\$ 1,06 bilhão, o equivalente a 2,99% da RCL, demoraria 15 anos para quitar o estoque de precatórios de 15,83 bilhões.

	<b>Saldo de Precatórios no início do ano</b>	<b>Pagamentos no ano</b>	<b>% RCL</b>	<b>Tempo de Quitação (anos)</b>
2010	11.305.904.426,36	350.729.457,45	1,50%	32,2
2011	13.666.301.747,57	679.914.423,46	2,55%	20,1
2012	15.117.044.352,93	762.180.757,01	2,55%	19,8
2013	15.854.019.340,64	900.914.064,45	2,7137%	17,6
2014*	15.827.349.204,20	1.058.080.077,48	2,99%	15,0

(\*) Dos pagamentos ocorridos em 2014, foram descontados os ajustes referentes a republicação de demonstrativos definitivos dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, no valor de R\$ 17.541.491,50, e de 2013, no valor de R\$ 9.425.167,70.

O gráfico 4.1 mostra os pagamentos mensais de precatórios corrigidos pelo IPCA (valores de dezembro de 2014) após a vigência da EC 62/2009.

**Gráfico 4.1 - Pagamentos mensais de precatórios - EC62/2009**

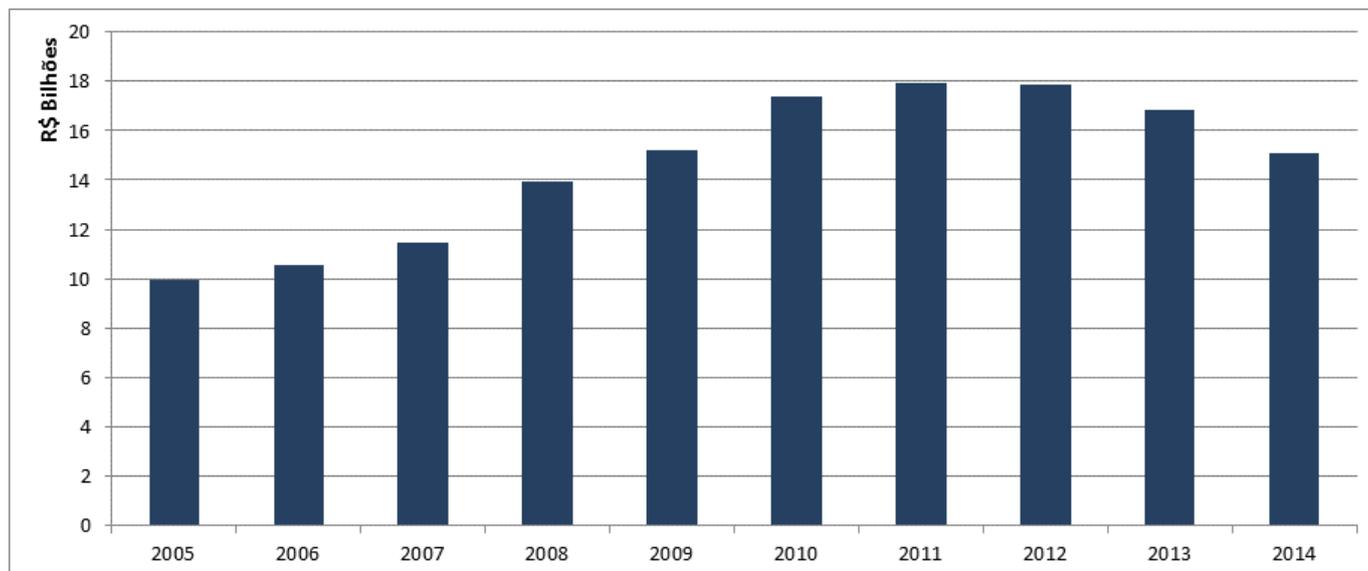


Fonte: Demonstrativo do cálculo do regime especial de pagamentos de precatórios - EC 62/2009 - Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

(\*) Nos meses de janeiro e maio de 2014, estão incluídos os valores complementares referentes a republicação de demonstrativos definitivos da RCL dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, no valor de R\$ 17.541.491,50, e 2013, no valor de R\$ 9.425.167,70.

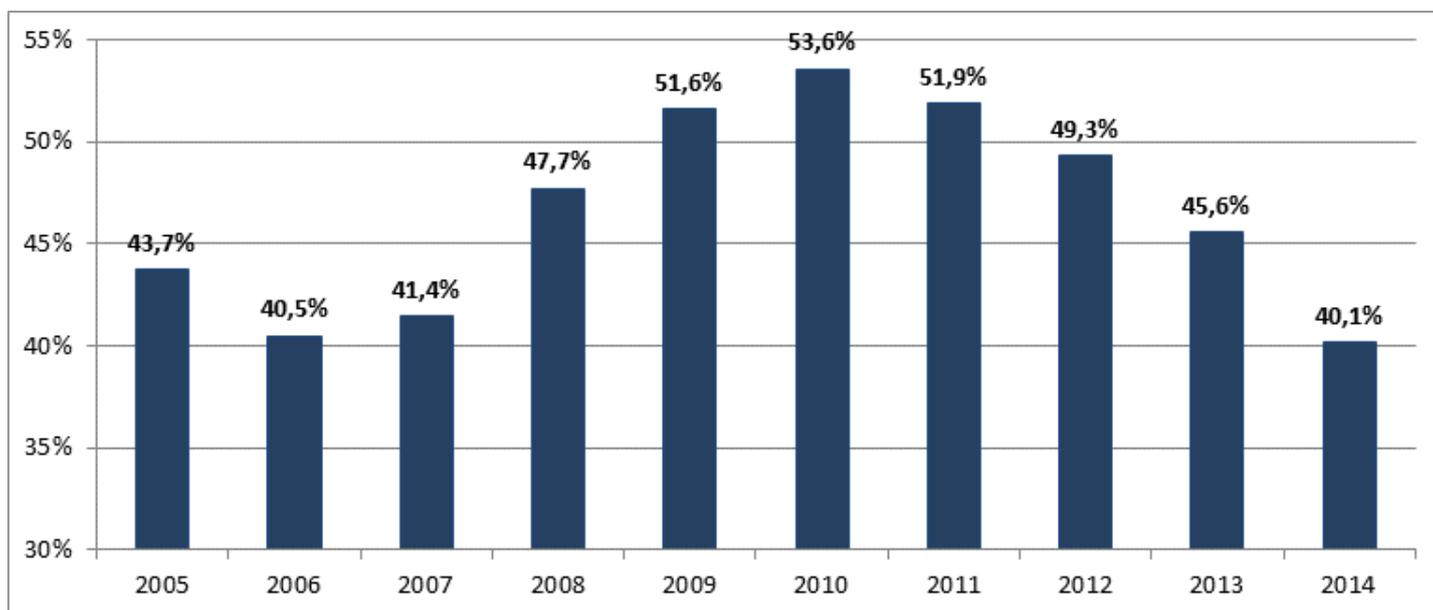
Os gráficos 4.2 e 4.3 exibem a evolução do saldo de precatórios dos últimos dez anos atualizados pelo IPCA (dezembro de 2014) e o estoque de precatórios em 31/12 em relação à Receita Corrente Líquida - RCL de dezembro do respectivo exercício.

**Gráfico 4.2 - Estoque de precatórios do município de São Paulo - em R\$ de dezembro/2014**



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, site PMSP

**Gráfico 4.3 - Relação entre estoque de precatórios e Receita Corrente Líquida - RCL**



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado e Relatório de Gestão Fiscal - LRF 3º Quadrimestre

---

No período de 2005 a 2014, o estoque de precatórios, em termos reais, aumentou mesmo após a vigência da EC 62/2009, só diminuindo a partir de 2012 (gráfico 4.2).

Apesar do estoque de precatórios em 2014 apresentar valores próximos aos (em valores corrigidos) de 2009, totalizando R\$ 15,1 bilhões, ele representava 40,1% da RCL, enquanto que em 2009, esse percentual era 51,6%, mostrando diferentes condições do município nesses dois anos quanto à sua capacidade de arrecadação (gráfico 4.3).

### **4.3 Inconstitucionalidade da EC 62/2009**

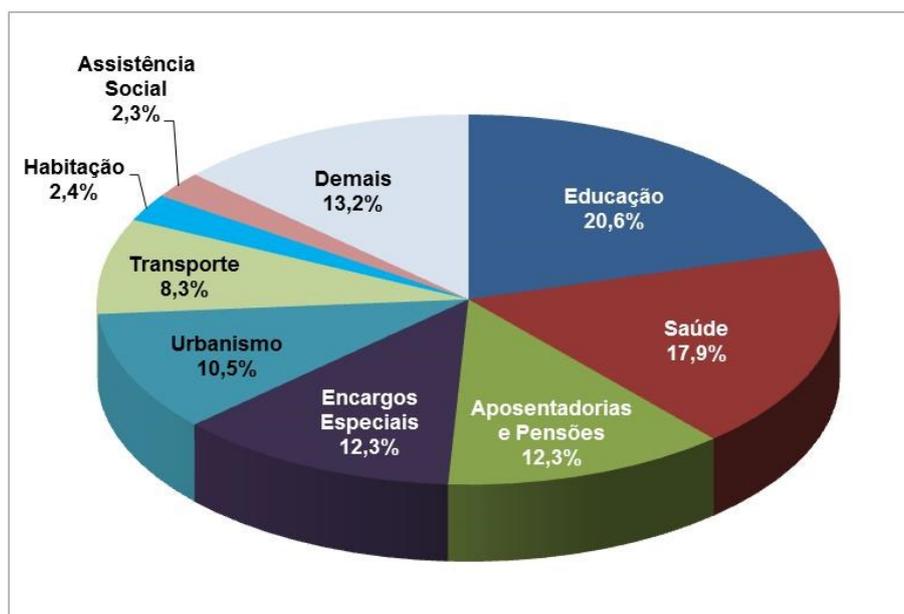
Em 25 de março de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da EC 62/2009. Segundo decisão do STF, o prazo de quitação dos precatórios passou para 5 anos a contar de janeiro de 2016, com o comprometimento mínimo de percentuais de 1% a 2% da RCL. Ao final desse período, as dívidas deverão ser pagas no exercício financeiro seguinte.

No caso do município de São Paulo, para se cumprir o prazo de 5 anos para quitação dos precatórios, que totalizaram R\$ 15,1 bilhões em 2014, os valores pagos atualmente deverão praticamente triplicar, comprometendo o equivalente a 10% da RCL.

## 12. Previdência Social no Município de São Paulo\*

A Previdência Social está entre as 3 maiores despesas do município de São Paulo. Em 2014, as despesas empenhadas com aposentadorias e pensões foram de R\$ 5,30 bilhões, o equivalente a 12,3% de todas as despesas empenhadas pela Administração Direta e Indireta, ficando atrás somente das despesas com as funções Educação e Saúde, que totalizaram R\$ 8,86 bilhões (20,4%) e R\$ 7,70 bilhões (17,7%), respectivamente (Gráfico 4.1).

**Gráfico 4.1 - Despesas empenhadas por função de governo e ação Aposentadorias e Pensões (%) - 2014**



Fonte: Ábaco/TCMSP

As despesas com Aposentadorias e Pensões estão relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ao qual se submetem os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos. Os trabalhadores vinculados à iniciativa privada, inclusive os ocupantes de empregos públicos (empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista) se submetem a outro regime, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que não será abordado neste estudo.

\* Publicado no Indicador Paulistano n° 60 - Junho/2015.

Segundo dados da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, constante do anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, em dezembro de 2013, faziam parte deste regime aproximadamente 131,0 mil servidores ativos, 64,5 mil aposentados e 23,2 mil pensionistas, totalizando 218,6 mil segurados. O quadro dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do RPPS e os valores da base de contribuição e benefícios constam na Tabela 4.2.

**Tabela 4.2 - Quadro de segurados e valores de base de contribuição e benefícios do RPPS - dez/2013**

	<b>Ativo</b>	<b>Aposentados</b>	<b>Pensionistas</b>
Câmara Municipal de São Paulo	446	346	0
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	88	136	21.064
Prefeitura Municipal de São Paulo	128.884	63.138	2.093
Serviço Funerário do Município de São Paulo	1.212	594	15
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	376	273	0
<b>Total</b>	<b>131.006</b>	<b>64.487</b>	<b>23.172</b>
Folha Salarial/Benefícios	R\$ 497.362.243,50	R\$ 311.888.124,25	R\$ 54.675.761,97
Salário/Benefício Médio	R\$ 3.950,91	R\$ 4.836,45	R\$ 2.359,56
Menor Salário/Benefício	R\$ 328,42	R\$ 1.075,38	R\$ 59,20
Maior Salário/Benefício	R\$ 46.330,21	R\$ 53.169,53	R\$ 32.639,24

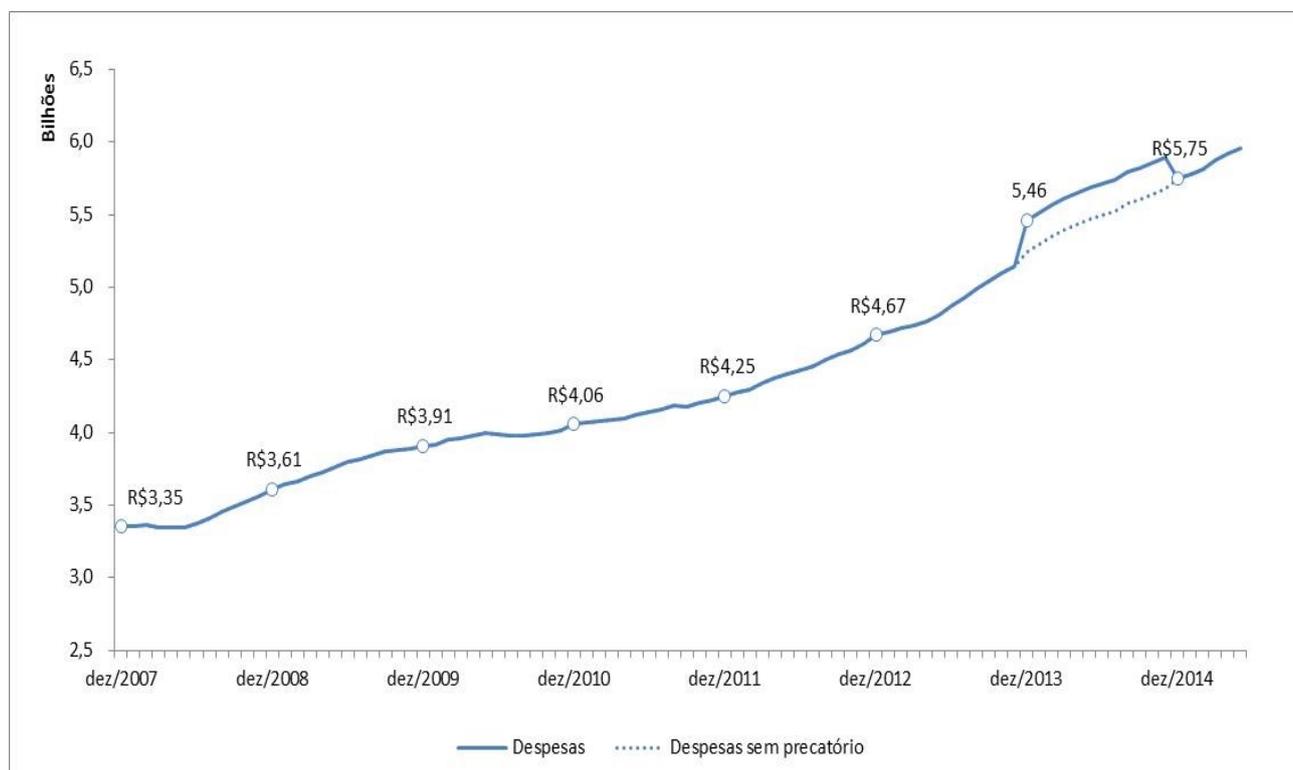
Fonte: Projeto de LDO 2016

A Lei 13.973/05 definiu o Instituto de Previdência Municipal (IPREM), como único órgão gestor das aposentadorias e pensões, responsável pela concessão, processamento e pagamento desses benefícios.

As despesas empenhadas pelo órgão em 2014 somaram R\$ 5.325,1 milhões, sendo 99,4% referente ao pagamento de aposentadorias e pensões.

O Gráfico 4.2 exibe as despesas empenhadas pelo IPREM (valores de maio/2015 - IPCA), acumuladas em 12 meses, do período de dez/2007 a maio/2015. Os valores discriminados referem-se aos valores acumulados dos meses de dezembro.

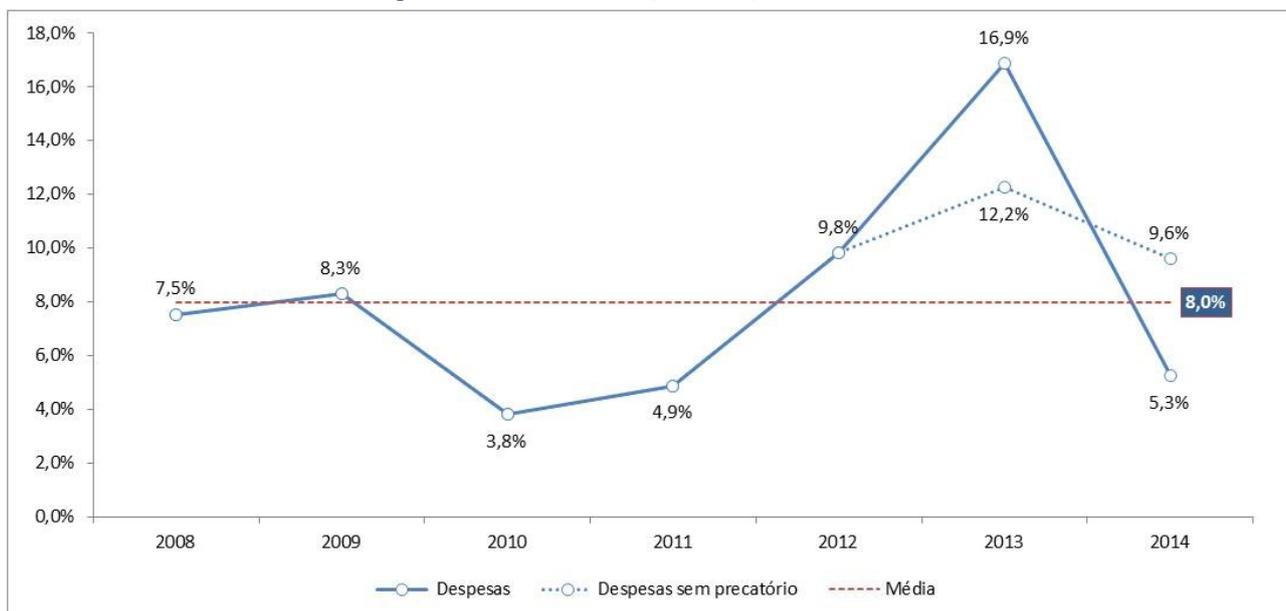
**Gráfico 4.2 - Despesas previdenciárias do RPPS acumuladas em 12 meses - dez/2007 a maio/2015 - Em R\$ bilhões de maio/2015 (IPCA)**



Fonte: SOF

Entre 2007 e 2014, as despesas anuais do IPREM apresentaram crescimento real de 71,3%, passando de R\$ 3,35 bilhões para R\$5,75 bilhões (valores de maio/2015), um crescimento médio anual de 8,0% ao ano. As variações percentuais de cada exercício podem ser verificadas no Gráfico 4.3.

**Gráfico 4.3 - Variação real das despesas previdenciárias do RPPS (%)**



Fonte: SOF

A maior variação anual ocorreu em 2013, quando as despesas cresceram, em termos reais, 16,9% em relação ao ano anterior. Parte dessa variação pode ser explicada pelo pagamento, por decisão judicial, de R\$ 193 milhões em precatórios do IPREM. No entanto, mesmo sem os precatórios, as despesas do IPREM tiveram uma variação positiva de 12,2% (a situação sem o pagamento de precatórios é representada pela linha pontilhada azul nos Gráficos 4.3 e 4.4).

Segundo Boletim de Transparência Fiscal de 2013 da PMSP, além dos precatórios e novas aposentadorias, tiveram impacto sobre as despesas com inativos o reajuste dado aos profissionais da educação, concedido pela Lei 15.215/2010, de 33,79% em 3 parcelas (sendo a última de 10,19% para 2013) e a revalorização das escalas de vencimentos dos quadros de

---

peçoal dos níveis básico e médio pela Lei 15.774/2013. Isso ocorre devido ao direito à integralidade e paridade remuneratória com os servidores da ativa, que os aposentados antes da Emenda Constitucional 41/03 e aqueles se aposentaram depois dela possuem, desde que preenchidos os requisitos especificados nos arts. 2º e 3º da Emenda Constitucional 47/05.

Para financiar as despesas com aposentadorias e pensões do RPPS do município de São Paulo, foi estabelecido o regime de repartição simples, que consiste na divisão do pagamento dos benefícios em manutenção entre os contribuintes do sistema, não prevendo, portanto, formação de reservas. O equilíbrio financeiro/atuarial desse regime está relacionado às variáveis que modificam a razão inativos/ativos, como as variáveis demográficas de natalidade e longevidade, impondo modificações nas taxas de contribuição.

O atual plano de custeio do RPPS prevê a contribuição social: dos servidores ativos, de 11% da remuneração-base em folha de pagamento; do município de São Paulo, inclusive de suas autarquias e de suas fundações, do dobro da contribuição do servidor ativo, ou seja, 22%; dos aposentados e os pensionistas, de 11% incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que ultrapassar o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, sendo que, para os aposentados por invalidez, esse percentual incide a partir do dobro do referido limite.

As contribuições sociais fazem parte das receitas orçamentárias do IPREM, que totalizaram R\$ 2,61 bilhões em 2014. As contribuições do município representaram 58,2% das receitas do IPREM, as contribuições dos servidores ativos 29,9%, dos inativos, 8,1%, e dos pensionistas, 0,6%. As receitas de compensação financeira entre o RGPS e o RPPS (recursos de transferências federais), previstas no §9º do art. 201 da Constituição Federal, representaram 2,7%. A tabela a seguir traz as receitas orçamentárias do IPREM realizadas no exercício de 2014.

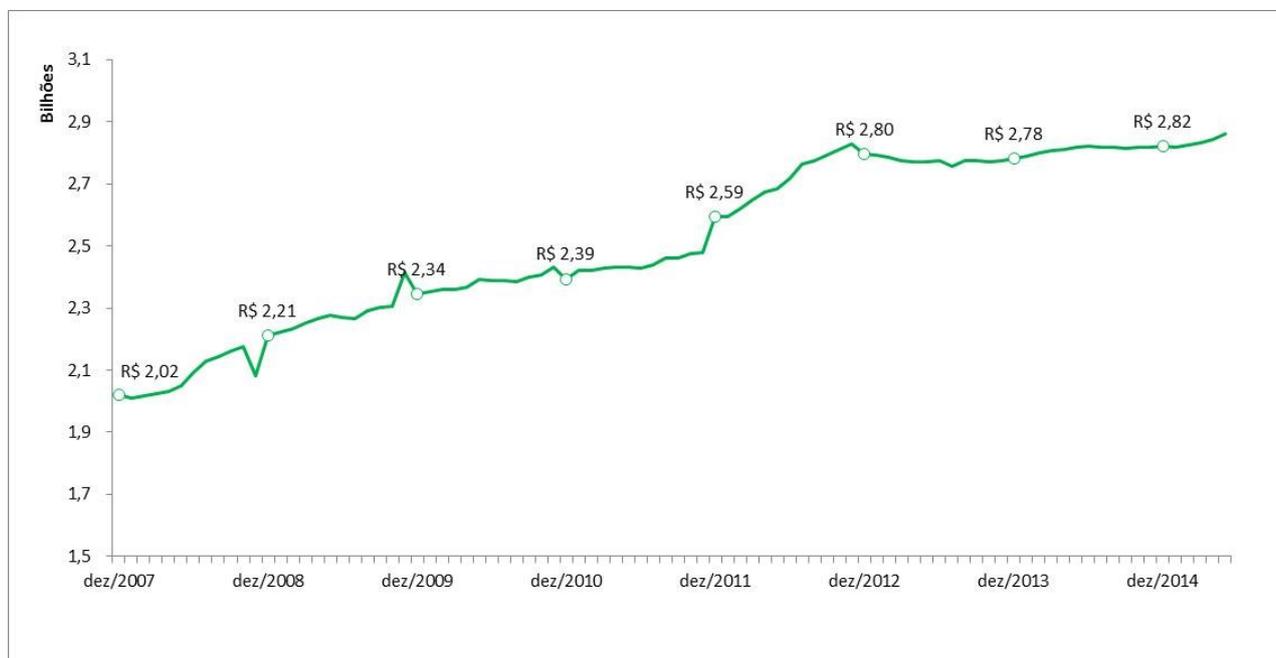
**Tabela 4.3 - Receitas Previdenciárias do RPPS –2014**

	em R\$ milhões	Part. %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.085,7</b>	<b>41,6%</b>
<i>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</i>	1.009,9	38,7%
Contribuições dos Servidores Ativos	780,7	29,9%
Contribuição dos Servidores Inativos	212,5	8,1%
Contribuição dos Pensionistas	15,4	0,6%
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	1,3	0,1%
<i>RECEITA PATRIMONIAL</i>	1,1	0,04%
<i>RECEITA DE SERVIÇOS</i>	3,0	0,1%
<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>	71,6	2,7%
Compensações Financeiras entre o RGPS e RPPS	69,9	2,7%
Outros	1,7	0,1%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5,5</b>	<b>0,2%</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>1.521,4</b>	<b>58,2%</b>
Contribuição Patronal Ativo Civil	1.520,9	58,2%
<b>Total de receitas do IPREM</b>	<b>2.612,6</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SOF

O comportamento das receitas realizadas do IPREM acumuladas em 12 meses, do período de dezembro/2007 a maio/2015, atualizadas pelo IPCA de maio/2015, pode ser visualizado nos Gráficos 4.4 e 4.5.

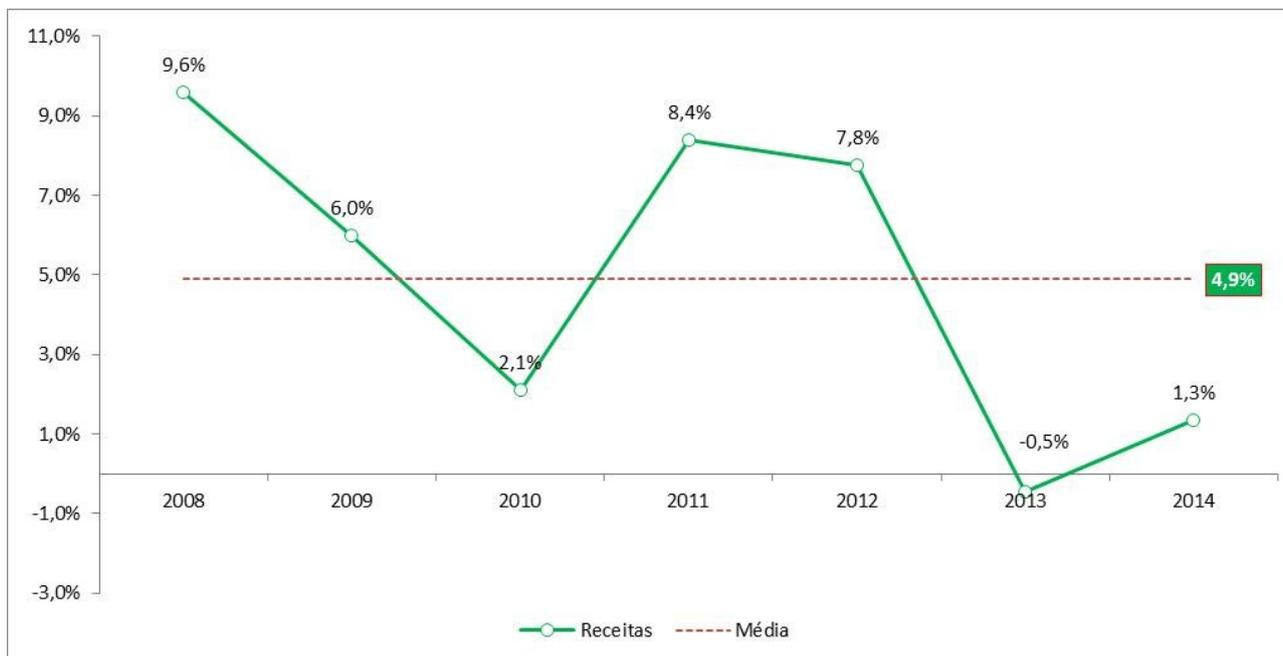
**Gráfico 4.4 - Receitas previdenciárias do RPPS acumuladas em 12 meses dez/2007 a maio/2015 - Em R\$ bilhões de maio/2015 (IPCA)**



Fonte: SOF

As receitas anuais do IPREM cresceram 39,7% no período de 2007 a 2014, passando de R\$ 2,02 bilhões para R\$ 2,82 bilhões (valores de maio/2015). A média de crescimento do período foi de 4,9% ao ano. Desde 2008, as receitas anuais apresentaram variação positiva em relação ao ano anterior, com exceção de 2013, em que houve queda real de 0,5% em comparação a 2012 (Gráfico 4.4).

**Gráfico 4.4 - Variação real das receitas previdenciárias do RPPS (%)**

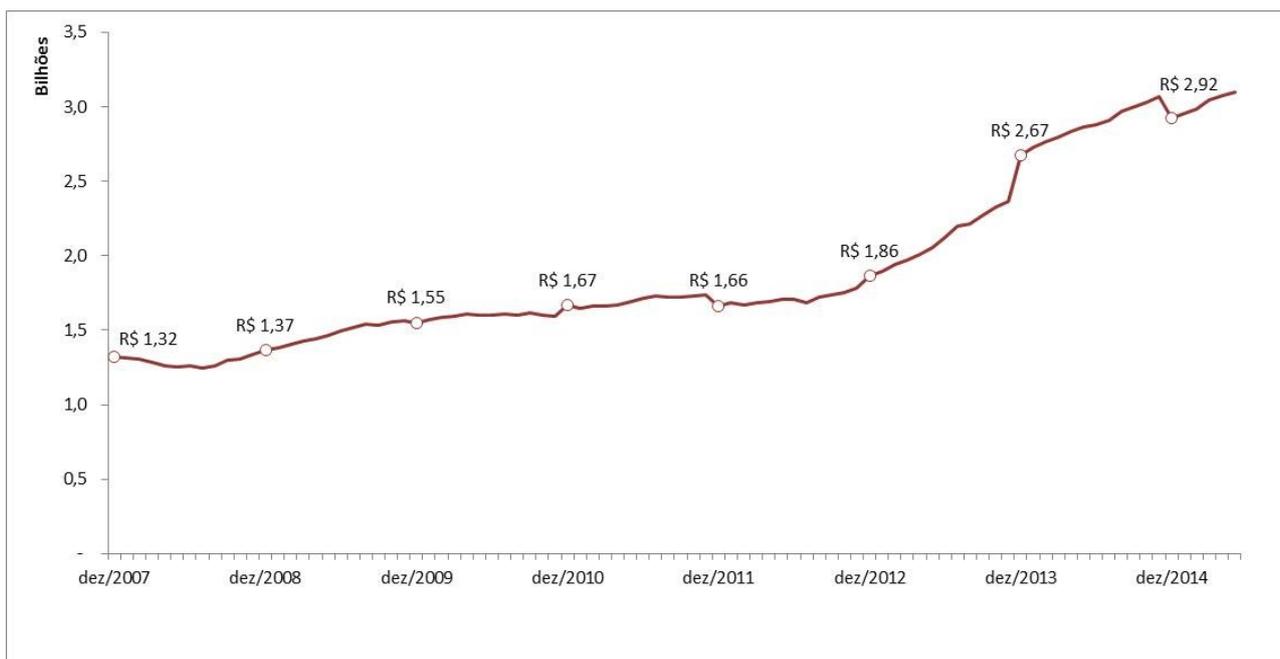


Fonte: SOF

Como pode ser observado, as receitas arrecadadas pelo IPREM não foram suficientes para cobrir as despesas empenhadas pelo órgão, acarretando resultados negativos ao longo dos anos. Conforme Lei Federal 9.717/98 e Lei Municipal 13.973/05, o município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do seu RPPS decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. Como os valores empenhados e pagos pelo IPREM são montantes semelhantes, os recursos aportados pelo município para a cobertura de insuficiências financeiras são próximos do resultado orçamentário do órgão.

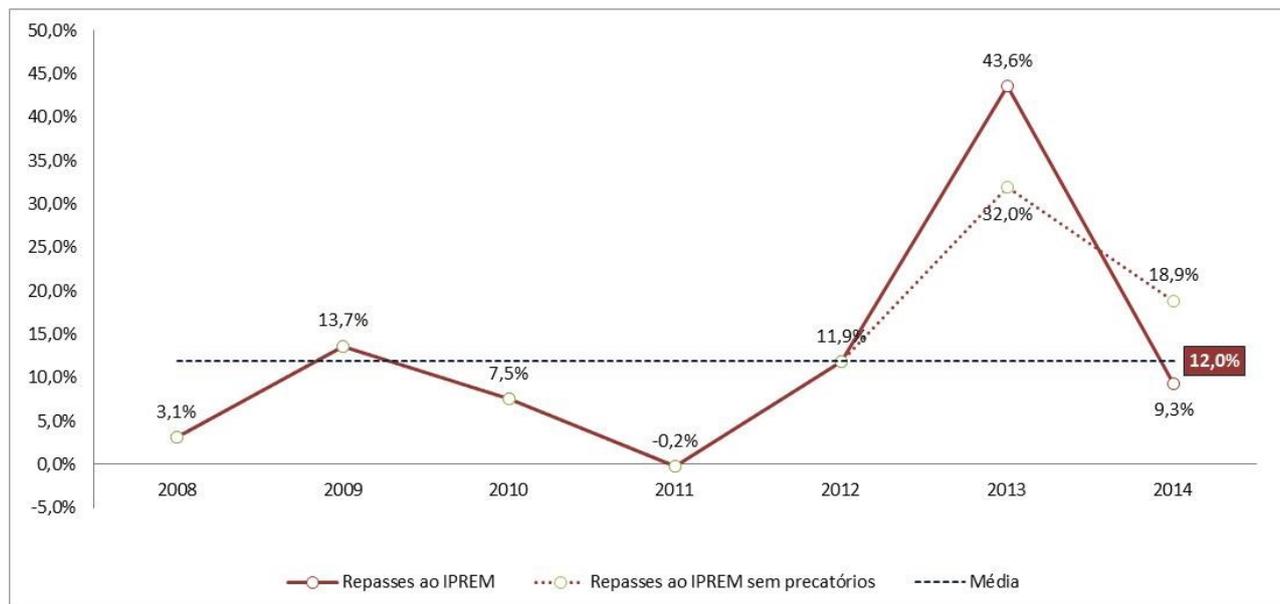
Os Gráficos 4.5 e 4.6 apresentam dados sobre as transferências financeiras do município para cobertura do déficit previdenciário.

**Gráfico 4.5 - Repasses para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS, acumulados em 12 meses - Em R\$ bilhões de maio/2015 (IPCA)**



Fonte: SOF

**Gráfico 4.6 - Variação real dos repasses para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS (%)**

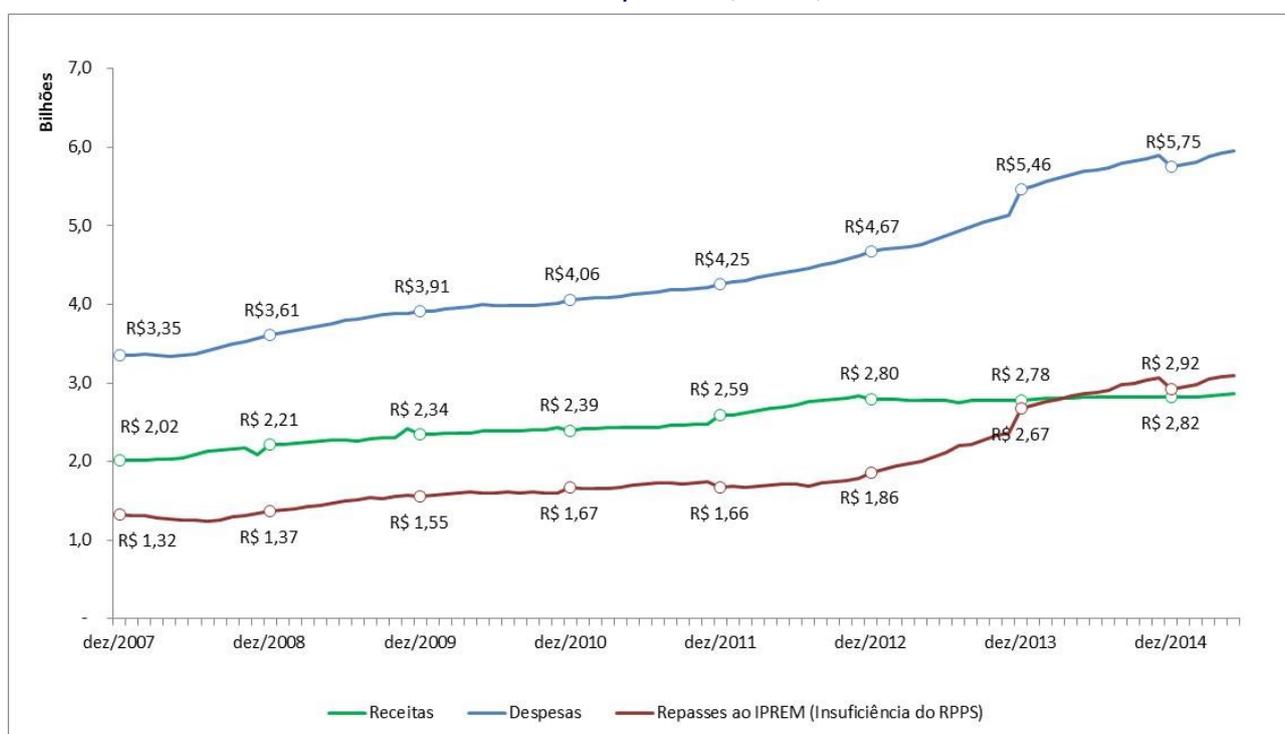


Fonte: SOF

Entre 2007 e 2014, as transferências do município para cobertura do déficit previdenciário tiveram crescimento real de 121%, passando de R\$ 1,32 bilhão para R\$ 2,92 bilhões (valores de maio/2015) (Gráfico 4.4). O crescimento real médio do período foi de 12,0% ao ano.

O único ano em que o total das transferências foi menor que do ano anterior foi 2011, com queda de 0,2%. Em 2013, os repasses atingiram 43,6% de crescimento real em comparação com 2012. Como já foi mencionado, nesse ano, houve aumento extraordinário das despesas devido ao pagamento de precatórios. Sem esse pagamento, as transferências teriam aumentado 32,0%, refletindo os efeitos das Leis 15.215/2010 e 15.774/2013 e concessão de novas aposentadorias. O gráfico a seguir mostra a evolução das receitas e despesas do IPREM e das transferências financeiras para cobertura do déficit previdenciário (valores de maio/2015), acumuladas em 12 meses, do período de dez/2007 a maio/2015.

**Gráfico 4.7 - Receitas e despesas previdenciárias e transferências para cobertura de insuficiências financeiras do RPPS, acumuladas em 12 meses - Em R\$ bilhões de maio/2015 (IPCA)**



Fonte: SOF

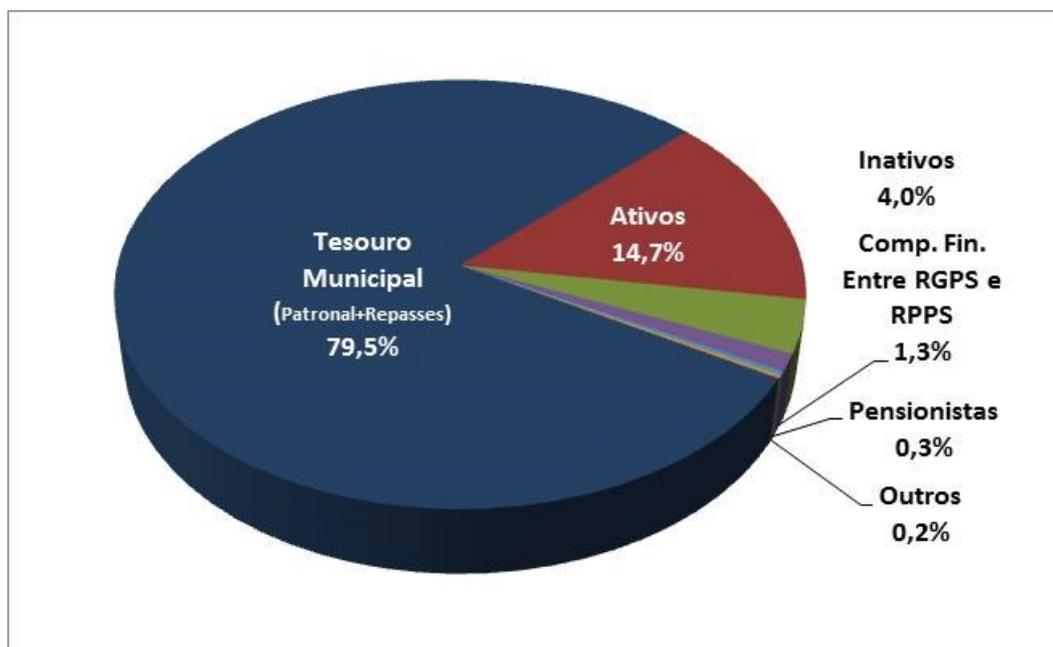
Enquanto as despesas previdenciárias apresentaram crescimento real cada vez maior, as receitas previdenciárias, que já vinham crescendo a taxas mais baixas, praticamente estagnaram desde 2012, impondo repasses financeiros ao IPREM cada vez maiores para cobertura do déficit.

Como pode ser visualizado no Gráfico 4.7, em 2014, o valor das transferências para cobertura das insuficiências financeiras do RPPS (R\$ 2,92 bilhões) superou o valor das receitas previdenciárias (R\$ 2,82 bilhões), ou seja, o valor das receitas não foi suficiente para pagar nem metade das aposentadorias e pensões dos servidores municipais.

O déficit do RPPS pode se tornar ainda maior a qualquer momento, pois existem 16,6 mil servidores em condições de requerer aposentadoria, com custo anual dos benefícios de R\$ 891,6 milhões, segundo Avaliação da Situação Financeira e Atuarial constante no anexo do Projeto da LDO 2016.

O Gráfico 4.8 mostra a participação percentual no custeio do RPPS em 2014, considerando as receitas previdenciárias e os valores das transferências para cobertura do déficit do RPPS.

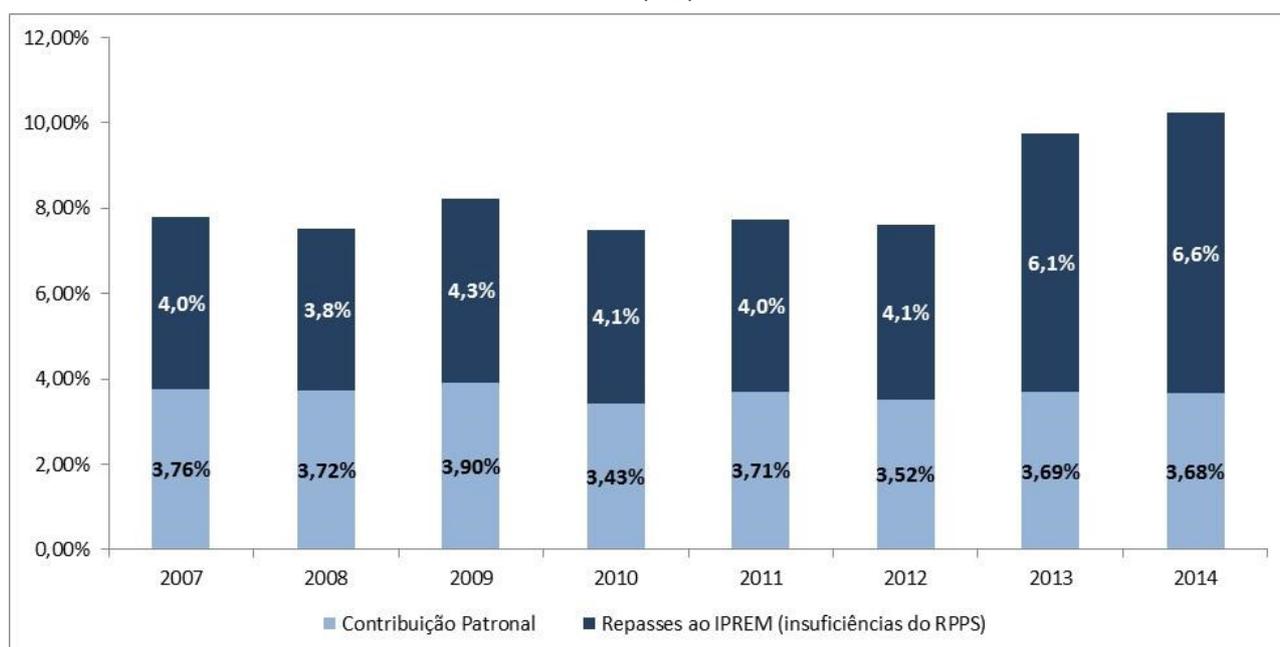
**Gráfico 4.8 - Participação no financiamento do RPPS (%) - 2014**



Fonte: SOF

A participação do tesouro municipal representou 79,5% do total de recursos utilizados para a manutenção do RPPS em 2014, considerando as receitas das contribuições patronais e os aportes para cobertura do déficit. Os servidores ativos contribuíram com 14,7% das receitas totais (receitas previdenciárias mais repasses financeiros) do RPPS, os inativos, com 4,0%, e os pensionistas, com 0,3%. As compensações financeiras entre o RGPS e o RPPS tiveram participação de 1,3% (Gráfico 4.8).

**Gráfico 4.9 - Comprometimento da Receita Orçamentária Municipal com Financiamento do RPPS - em (%) - 2007 a 2014**



Fonte: SOF e Balanço Orçamentário (Consolidado)

A participação do tesouro municipal no financiamento do RPPS comprometeu 10,2% do total das receitas orçamentárias arrecadadas pelo município, que, em 2014, totalizaram R\$ 41,3 bilhões, sendo 3,68% na forma de contribuição patronal e 6,55% na forma de repasses para cobertura do déficit previdenciário (Gráfico 4.9).

---

## Conclusão

O RPPS do município de São Paulo, no período analisado, apresentou necessidade de aportes crescentes do ente para cobrir seu déficit, que foi originado de situações passadas, relacionadas à forma pela qual foi constituído.

Entre os fatores que afetam o déficit previdenciário está o aumento das remunerações dos servidores ativos, tendo em vista que esse aumento deve ser estendido para parte considerável dos inativos. E a alteração da estrutura etária da população, com o aumento da expectativa de vida, que eleva as despesas previdenciárias, e diminuição da taxa de natalidade, que diminui as receitas, já que o regime é o de repartição simples.

Tem-se discutido novos modelos de financiamento do RPPS, como o regime de capitalização, no qual o próprio trabalhador, durante a sua fase laborativa, produzirá um montante de recursos necessários para sustentar o seu benefício previdenciário. Ou, ainda, o ajuste do regime de repartição simples à nova estrutura demográfica, com alteração, por exemplo, da idade de aposentadoria ou das taxas e base de incidência das contribuições. Na União, recentemente foi instituída a previdência complementar dos servidores públicos federais, com a aprovação da Lei 12.618/2012, que contribuirá para o processo de equilíbrio financeiro e atuarial de seu regime próprio.

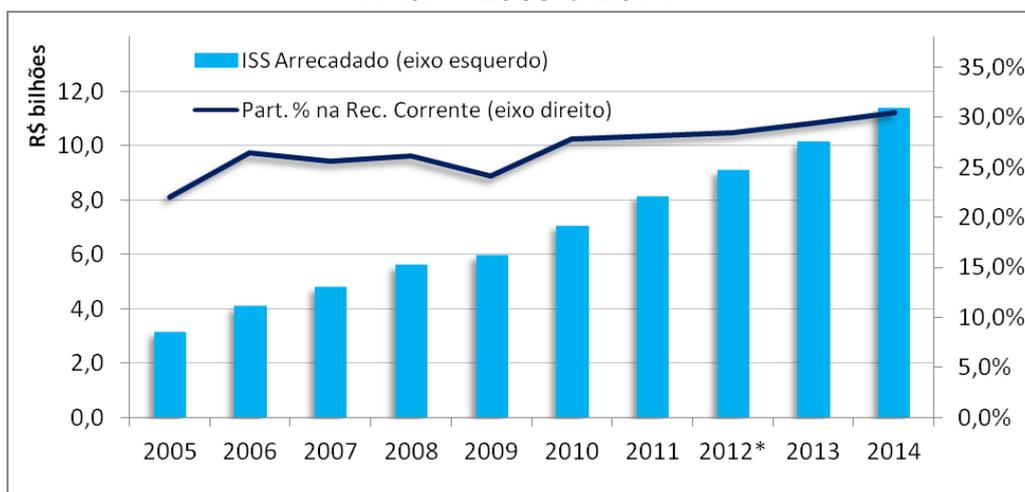
Em 2014, 10,2% de todas as receitas arrecadadas pelo município foram comprometidas com o pagamento de contribuição patronal e transferências para cobertura do déficit previdenciário. Como as despesas com aposentadorias e pensões não podem ser diminuídas no curto prazo, em períodos de pouca arrecadação, o RPPS pode comprometer o orçamento a ponto de afetar a capacidade do município de efetivação de políticas públicas. Deste modo, a preocupação com o equilíbrio do RPPS não é somente dos segurados, mas de toda a sociedade.

### 13. Arrecadação de ISS por Grupo de Serviços\*

Neste estudo é apresentada a evolução da arrecadação em São Paulo do Imposto sobre Serviços – ISS por grupo de serviço. O ISS é um imposto cujo fato gerador é a prestação de serviço, sendo que a base de cálculo é o preço do serviço prestado diretamente para as famílias ou negociados entre empresas conforme a legislação.

O ISS constitui-se na principal fonte de arrecadação de recursos tributários do Município. Sua participação na arrecadação da Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP apresenta uma trajetória em ascensão (Gráfico 4.1). Em 2014, o ISS foi responsável pela arrecadação de R\$ 11,4 bilhões, o que representou 30,4% da receita corrente (descontadas as suas deduções) da PMSP.

**Gráfico 4.1 - Arrecadação de ISS e a Participação (%) na Receita Corrente da PMSP - 2005 a 2014**



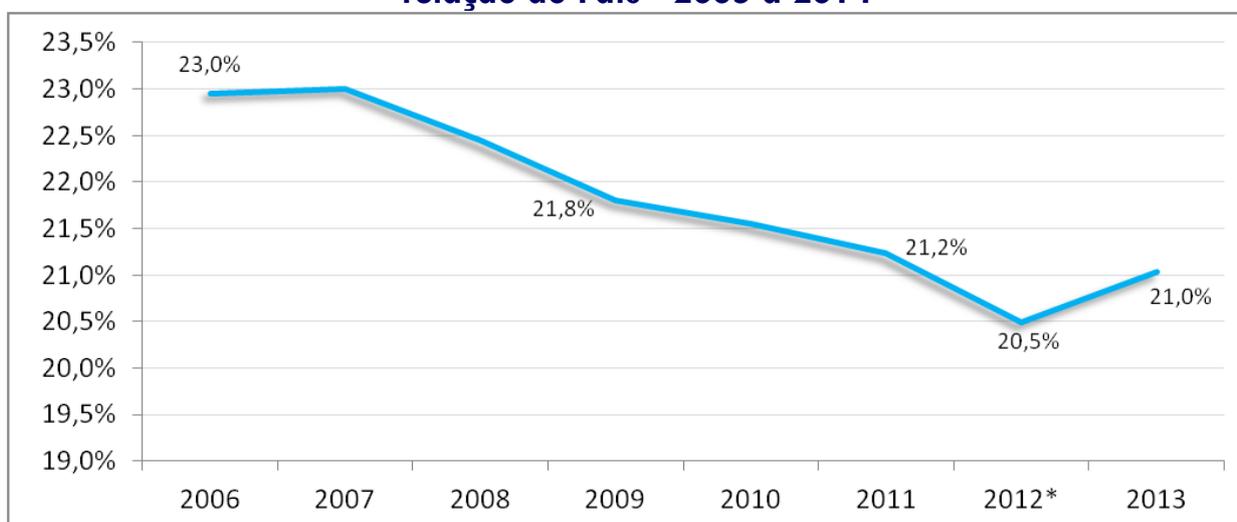
(\*) Em 2012, as receitas de ISS foram de R\$ 9,9 bilhões. No entanto, no gráfico foram deduzidos R\$ 834,5 milhões referentes ao ingresso extraordinário de transferências dos depósitos judiciais convertidos em receita orçamentária (Lei 15.406/2011).

Fonte: Balanços Anuais da PMSP 2005 a 2014

\* Publicado no Indicador Paulistano n° 61 - julho/2015.

Apesar do crescimento da participação do ISS na arrecadação municipal, nos últimos anos, essa expansão tem sido menor do que o aumento da arrecadação de ISS no restante do país. O Gráfico 4.2 mostra a participação do ISS arrecadado no município de São Paulo em relação ao arrecadado em todo o país.

**Gráfico 4.2 - Participação (%) do ISS arrecadado no Município de São Paulo em relação ao País - 2005 a 2014**



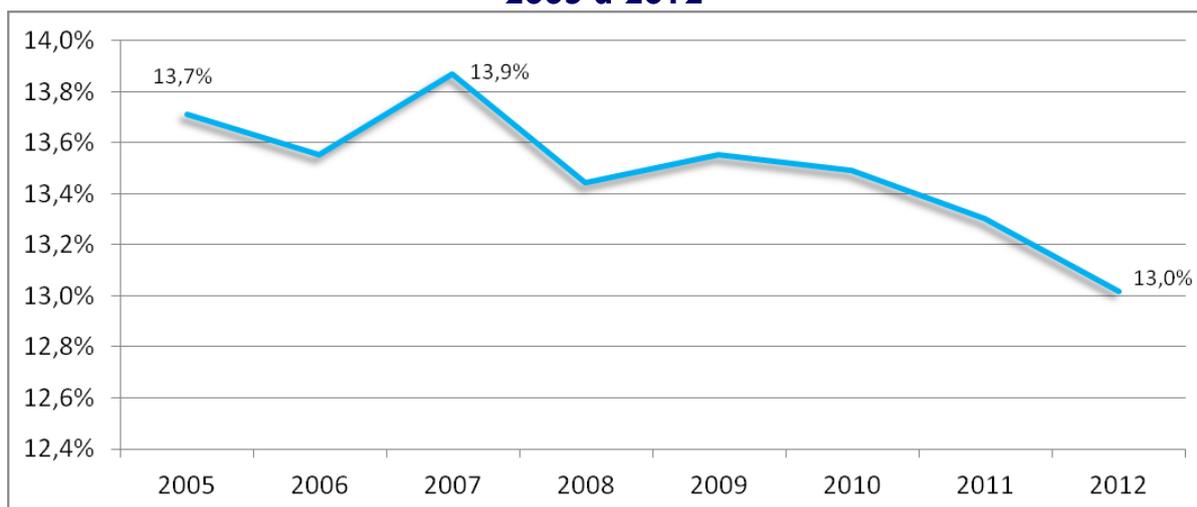
(\*) Em 2012, as receitas de ISS foram de R\$ 9,9 bilhões. No entanto, no gráfico foram deduzidos R\$ 834,5 milhões referentes ao ingresso extraordinário de transferências dos depósitos judiciais convertidos em receita orçamentária (Lei 15.406/2011).

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Balanços Anuais da PMSP 2005 a 2014

Em 2006, o ISS arrecadado no município de São Paulo correspondia a 23,0% da arrecadação desse imposto no país. Em 2013 (último ano em que há disponibilidade do dado), a arrecadação paulistana do imposto sobre serviços representou 21,0%. A queda na participação das receitas de ISS ocorre junto (embora com intensidade maior) com a menor participação do município de São Paulo no Produto Interno Bruto - PIB do setor de serviços, como pode ser visto no Gráfico 4.3. Em 2005, a participação do setor de serviços de São Paulo no PIB de Serviços do Brasil era de 13,7%, e, em 2012 (último ano disponível), foi de 13,0%.

Comparando os dados os Gráficos 4.2 e 4.3, percebe-se que, a apesar de o setor de serviços paulistano representar cerca de 13,0% do PIB brasileiro de serviços, a arrecadação paulistana de ISS corresponde a cerca de 21,0% da arrecadação nacional de ISS. Mesmo considerando que a relação dos serviços que compõe o PIB do setor e a lista dos serviços sobre os quais incidem ISS não são iguais, a grande diferença entre os dois percentuais merece destaque.

**Gráfico 4.3 - Participação do Município de São Paulo no PIB de Serviços - 2005 a 2012**



Fonte: IBGE

Essa diferença em relação ao demais municípios pode se dar tanto em razão de uma carga tributária (alíquota) maior na cidade de São Paulo, como também por uma maior eficiência na fiscalização e arrecadação do tributo.

### **ISS por Grupo de Serviços**

Conforme legislação municipal de São Paulo, os serviços cuja prestação está sujeita à incidência de ISS estão divididos em 19 grupos (Instrução Normativa SF/SUREM nº 8/2011). A Tabela 4.1 lista o valor da arrecadação de ISS detalhada por grupo de serviço (em 2013 e 2014), bem como a taxa de crescimento e a participação de cada grupo no total arrecadado em 2014.

Além dos 19 grupos de serviços, consta também na tabela outras fontes de receita de ISS. O item “Demais” refere-se aos serviços não enquadrados nos 19 grupos. O item “Depósitos Judiciais” refere-se às transferências autorizadas pela Lei Municipal nº15.406/2011, que permitiu a conversão de 70% dos depósitos judiciais em receita orçamentária. Por fim, o item “Simples Nacional”<sup>1</sup> apresenta a arrecadação de ISS relativa às receitas das empresas que recolhem o imposto por meio do regime tributário diferenciado.

(1) O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Podem optar pelo Simples as Microempresas (ME) com receita bruta de até R\$ 360 mil e Empresa de Pequeno Porte (EPP) com receita bruta de até R\$ 3,6 milhões no ano-calendário.

**Tabela 4.1 - Arrecadação de ISS por Grupo de Serviço - 2013 e 2014 em R\$**

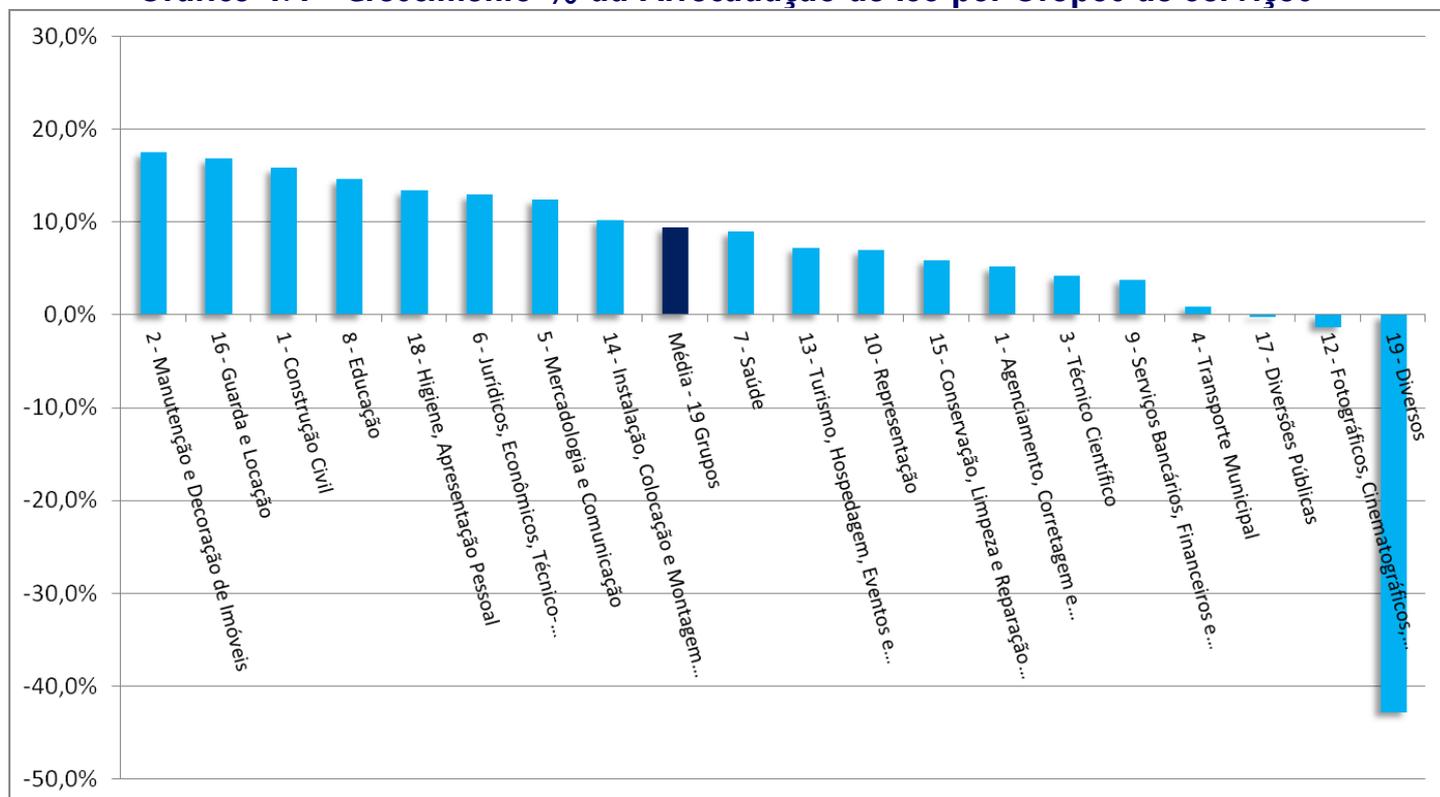
Cod	Descrição do Grupo	2013 (I)	2014 (II)	Var. % (II/I)	Part. % do Total
1	Construção Civil	755.228.794	874.929.825	15,8%	7,7%
2	Manutenção e Decoração de Imóveis	205.876.161	241.950.545	17,5%	2,1%
3	Técnico Científico	502.916.229	524.202.222	4,2%	4,6%
4	Transporte Municipal	93.423.591	94.278.184	0,9%	0,8%
5	Mercadologia e Comunicação	332.352.764	373.723.222	12,4%	3,3%
6	Jurídicos, Econômicos, Técnico-Administrativos	2.862.848.591	3.233.832.221	13,0%	28,5%
7	Saúde	368.136.404	401.315.683	9,0%	3,5%
8	Educação	152.484.392	174.782.553	14,6%	1,5%
9	Serviços Bancários, Financeiros e Securitários	1.050.281.493	1.090.496.641	3,8%	9,6%
10	Representação	297.240.599	318.038.640	7,0%	2,8%
11	Agenciamento, Corretagem e Intermediação	1.326.116.147	1.395.084.338	5,2%	12,3%
12	Fotográficos, Cinematográficos, Reprográficos, Gráficos e Afins	113.419.682	111.944.396	-1,3%	1,0%
13	Turismo, Hospedagem, Eventos e Assemelhados	252.462.418	270.786.430	7,3%	2,4%
14	Instalação, Colocação e Montagem de Bens	70.111.050	77.318.536	10,3%	0,7%
15	Conservação, Limpeza e Reparação de Bens Móveis	342.399.497	362.798.023	6,0%	3,2%
16	Guarda e Locação	234.339.488	273.942.713	16,9%	2,4%
17	Diversões Públicas	44.363.679	44.293.512	-0,2%	0,4%
18	Higiene, Apresentação Pessoal	7.457.227	8.456.630	13,4%	0,1%
19	Diversos	26.384.859	15.078.262	-42,9%	0,1%
-	Simple Nacional	897.056.561	1.032.114.341	15,1%	9,1%
-	Depósito Judicial	38.086.269	348.487.633	815,0%	3,1%
-	Demais	206.176.290	74.061.044	-64,1%	0,7%
<b>TOTAL</b>		<b>10.179.162.185</b>	<b>11.341.915.594</b>	<b>11,4%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633)

Em 2014, o grupo que apresentou a maior taxa de crescimento foi “Manutenção e Decoração de Imóveis” com aumento de 17,5% com relação ao ano de 2013. Na sequência, “Guarda e Locação” com aumento de 16,9% e “Construção Civil” com 15,8%.

O Gráfico 4.4 ordena os grupos de acordo com a taxa de crescimento da arrecadação em 2014 com relação a 2013.

**Gráfico 4.4 - Crescimento % da Arrecadação de ISS por Grupos de Serviços**

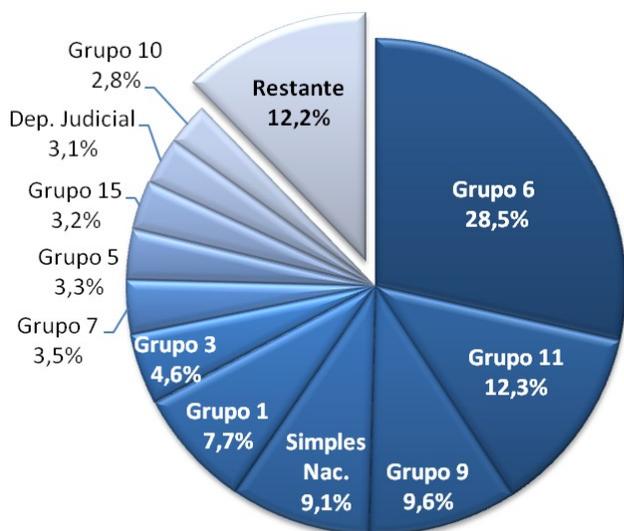


Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633)

Oito grupos apresentaram taxas de crescimento superiores à média (dos 19 grupos), e dos 11 grupos que mostraram crescimento abaixo da média, três tiveram queda em relação a 2013. O grupo “Diversos” registrou queda de 42,9%, no entanto, como as receitas oriundas desse grupo são pouco representativas (“Diversos” responde por apenas 0,15% do total do valor arrecadado pelos 19 grupos), o impacto sobre a arrecadação de ISS é pequeno.

O Gráfico 4.5 ilustra a participação de cada grupo no total arrecadado de ISS em 2014.

**Gráfico 4.5 - Participação % na Arrecadação Total de ISS - 2014**



Grupos:

6 - Jurídicos, Econômicos, Técnico-Administrativos

11 - Agenciamento, Corretagem e Intermediação

9 - Serviços Bancários, Financeiros e Securitários

1 - Construção Civil

3 - Técnico Científico

7 - Saúde

5 - Mercadologia e Comunicação

15 - Conservação, Limpeza e Reparação de Bens Móveis

10 - Representação

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desen. Econômico -

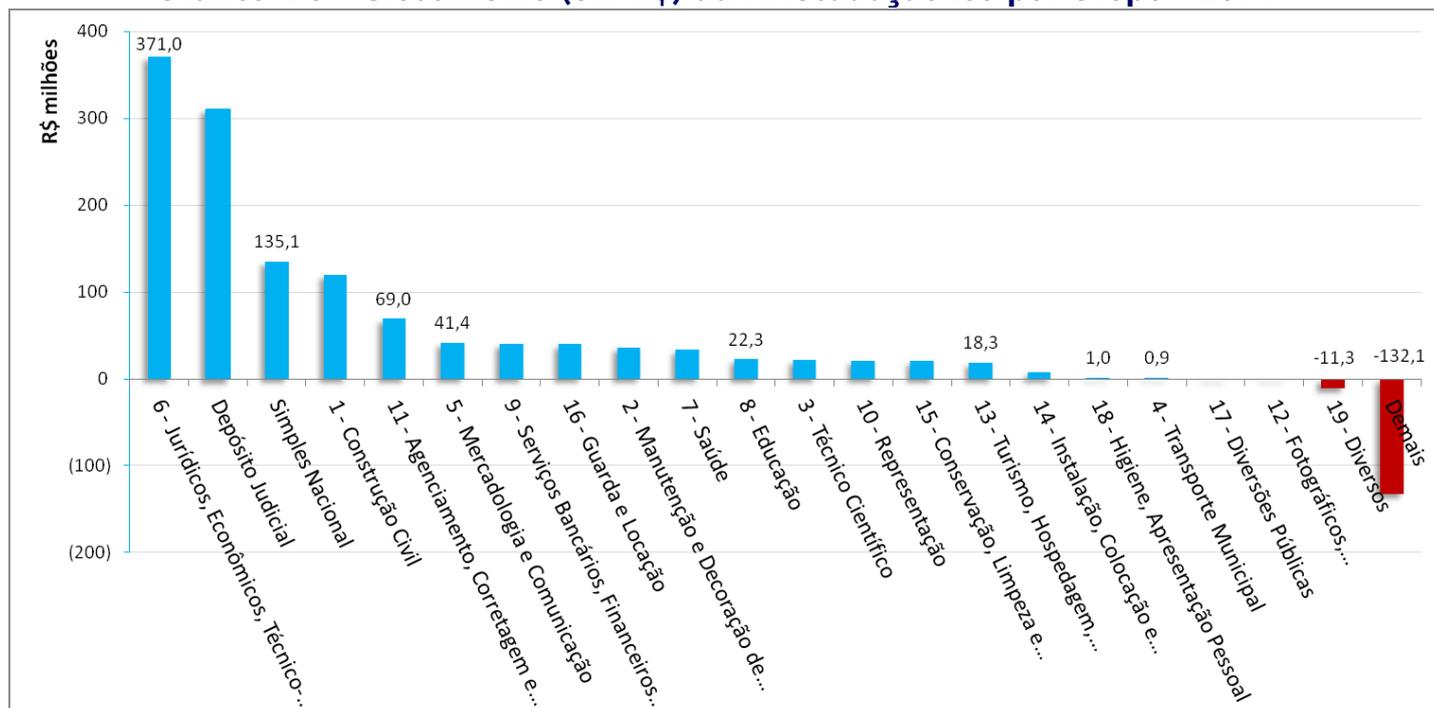
[www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633)

O maior grupo em termos de arrecadação é o “Jurídicos, Econômicos, Técnico-Administrativos”, respondendo por 28,5% da receita de ISS. Na sequência, os grupos mais representativos são “Agenciamento, Corretagem e Intermediação” e “Serviços Bancários, Financeiros e Securitários” responsáveis, respectivamente, por 12,3% e 9,6% da arrecadação de ISS. Juntos, esses 3 grupos concentraram mais da metade (50,4%) da receita de ISS em 2014.

O Gráfico 4.6 lista os grupos ordenados por crescimento nominal da arrecadação em 2014. “Jurídicos, Econômicos, Técnico-Administrativos”, o maior grupo em arrecadação, foi também aquele que mais contribuiu para o aumento total de R\$ 1,16 bilhão da receita de ISS de 2014 em relação a 2013. Em 2014, a arrecadação desse grupo apresentou uma elevação nominal de R\$ 371,0 milhões (31,9% do total).

O “Depósito Judicial” foi o segundo item com maior contribuição, com R\$ 310,4 milhões (26,7% do total). Vale lembrar que, apesar de ser contabilizado como receita orçamentária, os depósitos judiciais de ISS transferidos ao Tesouro Municipal tratam-se, também, de um passivo do município, uma vez que, caso o contribuinte depositante venha a obter ganho de causa ao fim do processo judicial ou administrativo, o Tesouro haverá de restituir o fundo de reserva.

**Gráfico 4.5 - Crescimento (em R\$) da Arrecadação ISS por Grupo - 2014**



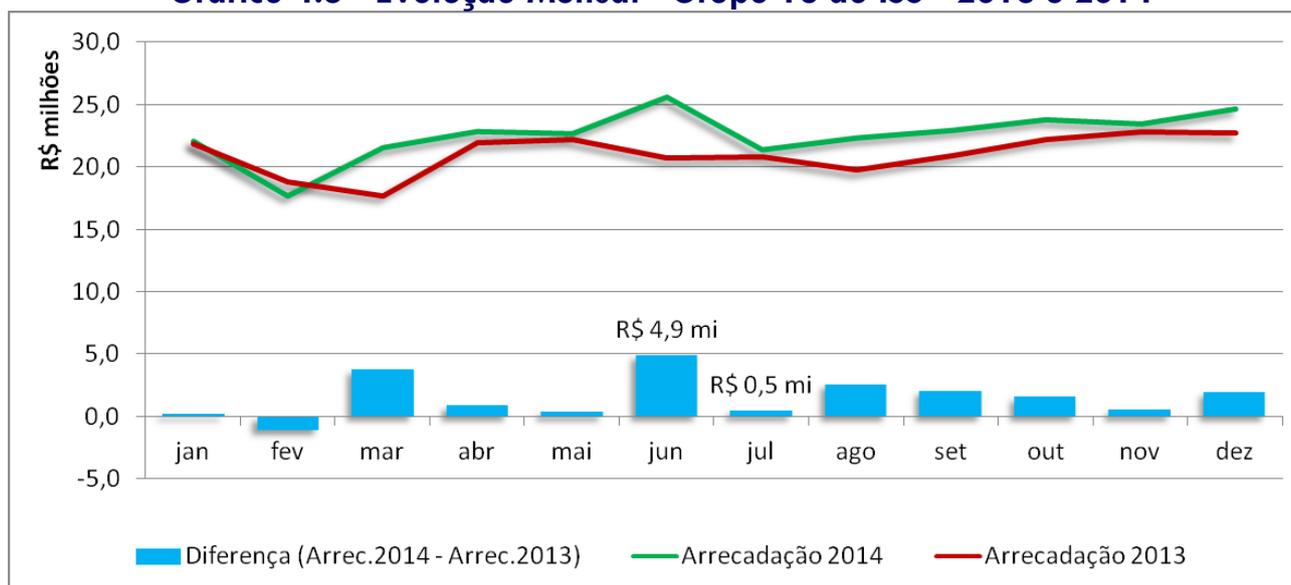
Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desen. Econômico - [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633)

Destaca-se, também, o aumento da arrecadação por meio do sistema Simples Nacional, no valor de R\$ 135,1 milhões, o que representou um crescimento de 15,1% em relação a 2013. Esse crescimento da receita por meio do Simples acompanhou a expansão do número de empresas no município que optaram pelo sistema. Segundo dados da Receita Federal (fonte: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>), em 2014 houve um crescimento de 15,3% do número de empresas optantes no município de São Paulo (eram 756 mil em 31/12/2013 e passaram a ser 872 mil em 31/12/2014).

Tendo em vista, que em 2014, o município foi uma das cidades sedes e palco da abertura da Copa do Mundo de futebol, desperta interesse o desempenho da arrecadação do grupo 13 “Turismo, Hospedagem, Eventos e Assemelhados”.

Houve, em 2014, um aumento R\$ 18,3 milhões das receitas desse grupo, o que significou um aumento, em relação a 2013, de 7,3%, percentual inferior à média de crescimento dos demais grupos.

**Gráfico 4.6 - Evolução Mensal - Grupo 13 do ISS - 2013 e 2014**



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desen. Econômico - [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/contaspublicas/index.php?p=17633)

O Gráfico 4.6 mostra a dinâmica mensal da arrecadação do grupo 13, permitindo, assim, identificar o “efeito Copa do Mundo” sobre a arrecadação em junho e julho, meses em que o evento foi realizado. Adotando o ano de 2013 como referência, observa-se que no mês de junho/2014 a arrecadação do grupo 13 foi R\$ 4,9 milhões superior, e no mês de julho/2014 foi R\$ 0,5 milhão superior. Na soma dos dois meses, a arrecadação do grupo cresceu 13,1% em relação ao mesmo período no ano anterior. Descontando a inflação, o crescimento real foi de 6,1%.

### **Arrecadação de ISS por Grupo de Serviços - 2015**

A Tabela 4.2 apresenta os valores da arrecadação de ISS por Grupo de Serviços de janeiro a abril/2015 (último mês para o qual os dados estão disponíveis no site da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico - PMSP) comparativamente ao mesmo período do ano de 2014. De janeiro a abril/2015, as receitas de ISS cresceram 6,1% em relação a mesmo período de 2014. Destacam-se o crescimento de 18,7% do ISS arrecadado por meio do Simples Nacional e a expansão de 12,5% do maior grupo de serviços do ISS, “Jurídicos, Econômicos, Técnico-Administrativos”.

**Tabela 4.2 - Arrecadação de ISS por Grupo de Serviço - Janeiro a Abril  
2014 e 2015 - em R\$**

Cod	Descrição do Grupo	2014 (I)	2015 (II)	Var. % (II/I)	Part. % do Total
1	Construção Civil	263.779.204	270.568.278	2,6%	7,2%
2	Manutenção e Decoração de Imóveis	82.127.607	88.047.535	7,2%	2,3%
3	Técnico Científico	173.877.250	156.219.474	-10,2%	4,1%
4	Transporte Municipal	30.816.561	30.207.573	-2,0%	0,8%
5	Mercadologia e Comunicação	120.276.243	121.697.331	1,2%	3,2%
6	Jurídicos, Econômicos, Técnico-Administrativos	1.064.892.143	1.198.451.700	12,5%	31,7%
7	Saúde	124.134.944	143.191.958	15,4%	3,8%
8	Educação	53.535.094	60.077.150	12,2%	1,6%
9	Serviços Bancários, Financeiros e Securitários	378.470.648	366.748.169	-3,1%	9,7%
10	Representação	109.543.600	111.498.116	1,8%	2,9%
11	Agenciamento, Corretagem e Intermediação	448.308.091	450.097.397	0,4%	11,9%
12	Fotográficos, Cinematográficos, Reprográficos, Gráficos e Afins	35.423.566	36.019.599	1,7%	1,0%
13	Turismo, Hospedagem, Eventos e Assemelhados	83.987.292	90.044.506	7,2%	2,4%
14	Instalação, Colocação e Montagem de Bens	25.531.799	23.864.634	-6,5%	0,6%
15	Conservação, Limpeza e Reparação de Bens Móveis	118.337.777	121.871.433	3,0%	3,2%
16	Guarda e Locação	86.655.449	93.389.825	7,8%	2,5%
17	Diversões Públicas	13.284.767	13.972.776	5,2%	0,4%
18	Higiene, Apresentação Pessoal	2.436.014	3.066.287	25,9%	0,1%
19	Diversos	0	0		0,0%
-	Simplex Nacional	323.096.558	383.509.428	18,7%	10,1%
-	Depósito Judicial	0	0		0,0%
-	Demais	26.330.008	21.237.004	-19,3%	0,6%
<b>TOTAL</b>		<b>3.564.844.618</b>	<b>3.783.780.174</b>	<b>6,1%</b>	<b>100,0%</b>

---

## 14. IFGF - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - Edição 2015\*

O IFGF - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal é um índice elaborado pela FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) com a finalidade de avaliar a qualidade da gestão fiscal dos municípios brasileiros. Recentemente a instituição divulgou o índice referente ao ano de 2013, cuja apresentação é o objetivo do presente artigo<sup>1</sup>. Apesar do estudo ter como base todos os municípios do Brasil, será destacado aqui os dados referentes aos municípios da região metropolitana de São Paulo.

### Metodologia

Para o cálculo do IFGF são utilizados os dados fornecidos pelos próprios municípios à Secretaria de Tesouro Nacional, seguindo o determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº 101/2000)<sup>2</sup>. Segundo os elaboradores do IFGF, dadas as informações disponíveis para a edição 2015, nacionalmente, não foi possível calcular o índice de 324 municípios (não existiam dados na base ou os números apresentavam inconsistências), o que levou a exclusão desses municípios no cálculo do índice. Dessa forma, o estudo abrangeu 5243 municípios, onde vivem 96,5% da população brasileira.

O IFGF é baseado em cinco indicadores, visando uma fácil mensuração da situação fiscal de cada município. Todos os indicadores variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais bem avaliado é o município. Resumidamente, os indicadores citados são os seguintes:

- **IFGF - Receita Própria:** visa avaliar o grau de dependência dos municípios com relação às transferências estaduais e federais. É dada atenção a este item porque supostamente a dependência de transferências intergovernamentais dificulta o planejamento municipal, uma vez que parte significativa das receitas da prefeitura estará sujeita às decisões tomadas na esfera estadual ou federal, elevando o nível de incerteza associado à previsão da receita e à realização da despesa. Quanto mais próximo o IFGF – Receita Própria estiver de 1,00, menos a prefeitura é dependente das transferências intergovernamentais.

---

(1) O estudo completo pode ser encontrado em <http://www.firjan.org.br/ifgf/downloads/>

(2) Conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os municípios devem encaminhar suas contas referentes ao exercício fiscal até abril do ano seguinte para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que, por sua vez, deve divulgar, por meio eletrônico de acesso público, a Consolidação, nacional e por esfera de governo, das Contas Públicas, até junho. Esse processo resulta na divulgação anual do banco de dados “Finanças do Brasil”, conhecido como FINBRA e consolidado pela STN com informações orçamentárias declaradas pelos próprios municípios.

\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 50 - Julho/2015.

- 
- **IFGF - Gasto com Pessoal:** este item pretende medir o grau de rigidez do orçamento. A despesa com pessoal tende a ser o principal item da despesa pública; o comprometimento excessivo com essa despesa significa menos recursos para outros fins, afetando investimentos e políticas públicas. Com este objetivo, a Lei de Responsabilidade Fiscal limitou as despesas com pessoal em até 60% da Receita Corrente Líquida – RCL. Quanto mais próximo de 1,00 este índice estiver, menor o comprometimento do orçamento com a folha de salários do funcionalismo municipal e, conseqüentemente, maior o espaço de manobra para a prefeitura executar políticas públicas.
  - **IFGF - Investimentos:** quantifica o percentual da RCL que os municípios destinam aos investimentos públicos, considerados uma variável importante para garantir o crescimento econômico sustentado. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00 o IFGF – Investimento estiver, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras.
  - **IFGF - Liquidez:** verifica se as prefeituras estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo, medindo a liquidez da prefeitura como proporção das receitas correntes líquidas. A atenção a este índice, segundo a FIRJAN, é justificada, pois a utilização dos restos a pagar passou, ao longo do tempo, a ser um mecanismo de financiamento dos municípios, através da postergação das despesas contratadas do ano anterior sem que houvesse recursos financeiros disponíveis. Quanto mais próximo de 1,00 o IFGF – Liquidez estiver, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura.
  - **IFGF - Custo da Dívida:** assim como os gastos com pessoal, os encargos resultantes da dívida pública, juros e amortizações, representam uma despesa obrigatória, que engessa o orçamento. O IFGF Custo da Dívida avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores. Quanto mais próximo de 1,00 o índice estiver, menor o comprometimento dos recursos da prefeitura com esses itens.

O IFGF geral é calculado por uma média ponderada, na qual o IFGF - Custo da Dívida tem peso de 10% e os demais indicadores têm de peso 22,5% (cada um). Assim como os índices auxiliares, os valores para o indicador geral vão de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município.

Para facilitar a leitura dos resultados, os pesquisadores criaram 4 conceitos, baseados em intervalos do IFGF. A Tabela 1.1 traz esses conceitos:

**Tabela 1.1 - Conceitos do IFGF**

Conceito	Intervalo IFGF
Conceito A - Gestão de Excelência	superior a 0,8
Conceito B - Boa Gestão	entre 0,6 e 0,8
Conceito C - Gestão em Dificuldade	entre 0,4 e 0,6
Conceito D - Gestão Crítica	inferior a 0,4

Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

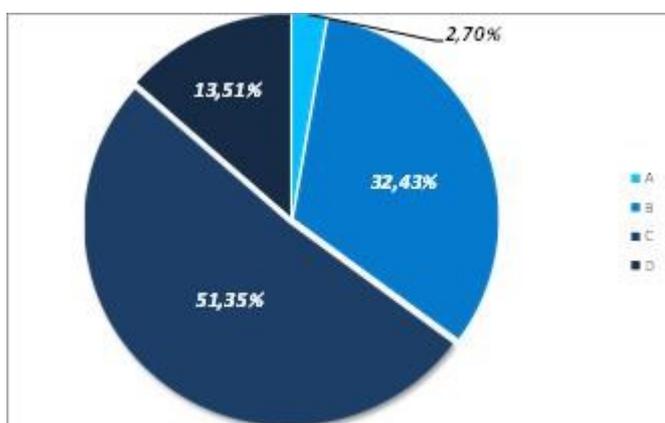
## Resultados

### IFGF Geral

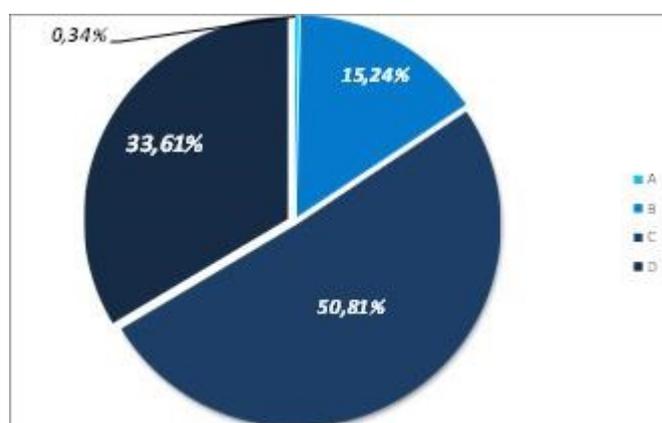
O IFGF Brasil 2013 registrou 0,4545 ponto, valor inferior ao calculado para o ano de 2012 (0,5079 ponto) – recuo de aproximadamente 10,5%. Para a região metropolitana de São Paulo (RMSP), o IFGF de 2013 ficou em 0,5938 contra 0,6688 em 2012 (queda de 11,22%)<sup>3</sup>.

Dos 5.243 municípios que entraram no cálculo do IFGF, a grande maioria (84,4%) obteve índices abaixo de 0,6, o que significa que estão em situação fiscal difícil ou crítica. 2.664 (50,81%) foram avaliados com conceito C e 1.762 (33,61%) com conceito D. 799 municípios (15,24%) obtiveram conceito B (IFGF entre 0,6 e 0,8) e apenas 18 (0,34%) o conceito A. Na RMSP, dos 37 municípios que tiveram IFGF calculado para 2013<sup>4</sup>, somente 1 (2,70%) obteve índice superior a 0,8 (conceito A), enquanto 12 (32,43%) conseguiram conceito B (índice entre 0,6 e 0,8). A maioria, 19 municípios, obteve conceito C e 5 registraram IFGF inferior a 0,4 (conceito D). Os gráficos 1.1a e 1.1b trazem essas porcentagens para RMSP e Brasil.

**Gráfico 1.1a - % de Municípios por Conceito - RMSP**



**Gráfico 1.1b - % de Municípios por Conceito - Brasil**



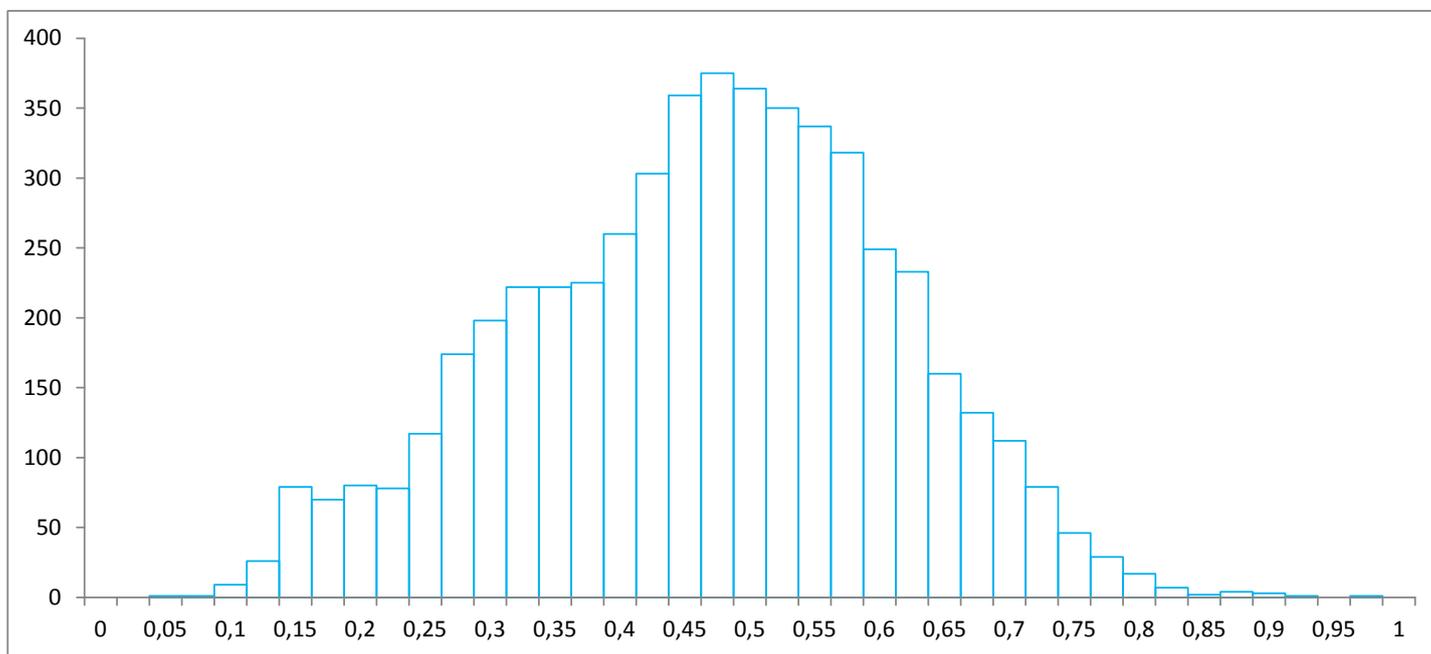
Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

(3) O "IFGF Brasil" e o IFGF da RMSP são médias simples dos IFGFs calculados para os municípios dessas regiões. Essa é a metodologia adotada pela FIRJAN quando "agrega" municípios em uma dada região. Como ano a ano há variação na disponibilidade de dados para municípios específicos, a média de cada ano não inclui sempre os mesmos municípios e nem um mesmo número de municípios. Quando falarmos em IFGF da RMSP, a metodologia adotada será a mesma seguida pela FIRJAN nas suas agregações.

(4) Não tiveram IFGF calculado para 2013 os municípios de Cotia e Poá

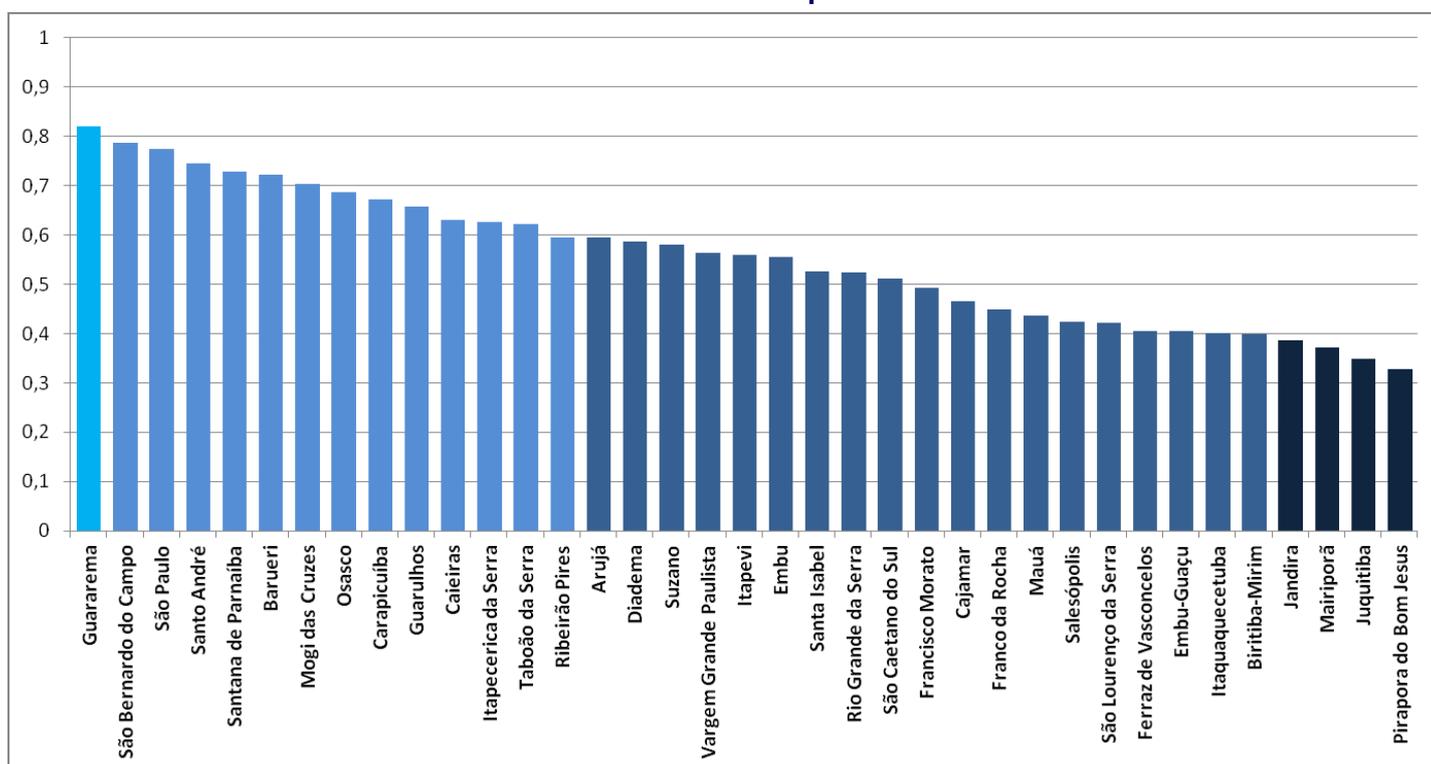
O gráfico 1.2 traz a distribuição por intervalo de IFGF dos municípios brasileiros, já o gráfico 1.3 mostra os municípios da RMSP ordenados por IFGF. As cores diferentes nas barras do gráfico 1.3 indicam o conceito em que se enquadra cada município seguindo o exposto na tabela 1.1, assim os municípios em diferentes tons de azul representam conceitos diferentes (quanto mais claro, mais elevado o conceito). Por fim, o gráfico 1.4 apresenta as variações do IFGF para RMSP entre 2012 e 2013.

**Gráfico 1.2 - Distribuição dos Municípios Brasileiros por intervalo de IFGF**



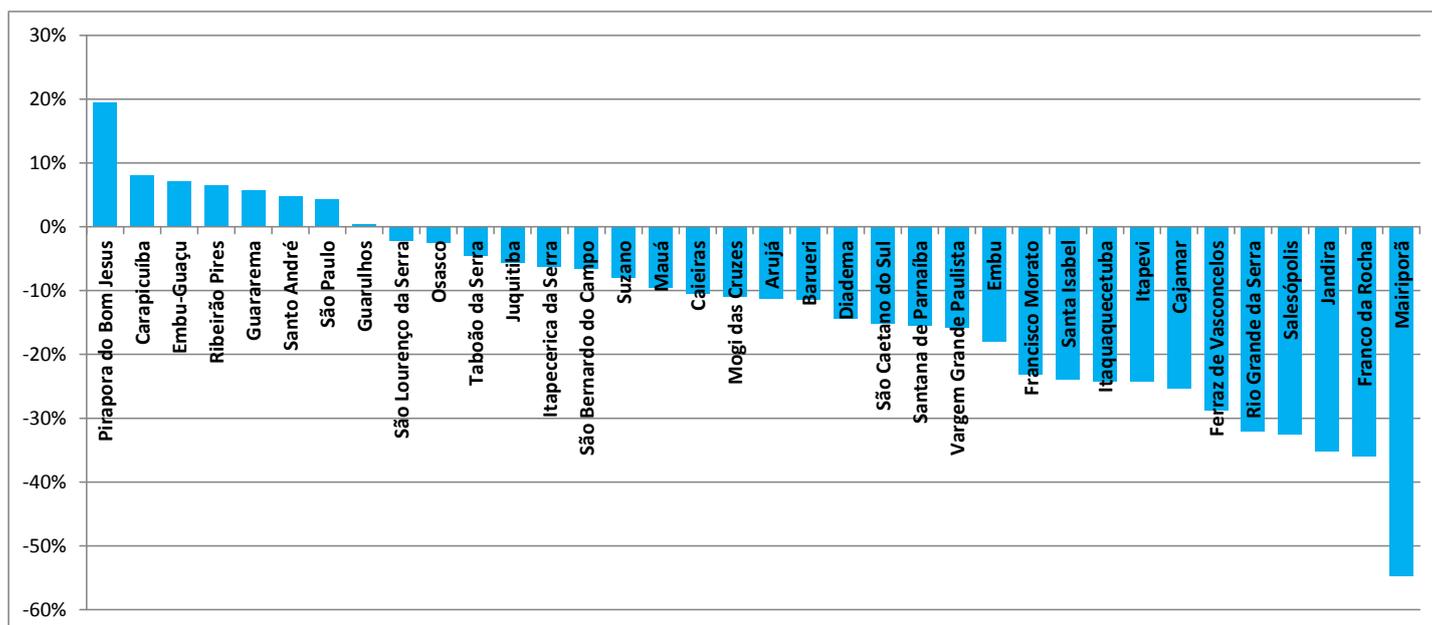
Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

**Gráfico 1.3 - IFGF - Municípios da RMSP**



Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

**Gráfico 1.4 - Variação do IFGF (2012-2013) - RMSP (em %)<sup>5</sup>**



Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

Considerando as variações entre 2013 e 2012, como pode ser observado pelo gráfico 1.4, Pirapora do Bom Jesus (19,45%), Carapicuíba (8,10%), Embu-Guaçu (7,18%), Ribeirão Pires (6,45%) e Guararema (5,74%) obtiveram as maiores variações positivas, enquanto Mairiporã (-54,73%), Franco da Rocha (-35,92%), Jandira (-35,12%), Salesópolis (-32,53%) e Rio Grande da Serra (-32,11%) apresentaram as maiores variações negativas. São Paulo obteve uma variação positiva de 4,24% no seu IFGF para o período. Importante ressaltar que dos 36 municípios com variação calculada, apenas 8 (cerca de 22%) apresentaram melhora nos seus IFGF.

Para o âmbito nacional, a tabela 1.2a traz os 5 maiores IFGF do Brasil e a 1.2b apresenta as 5 maiores variações positivas e negativas para 2012 - 2013.

**Tabela 1.2a - 5 Maiores IFGF - Brasil**

Pos.	UF	Município	IFGF
1°	MG	Conceição do Mato Dentro	0,95723
2°	MG	Alvorada de Minas	0,91685
3°	RS	Gramado	0,88756
4°	SC	Balneário Camboriú	0,88052
5°	PA	Vitória do Xingu	0,87585

Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

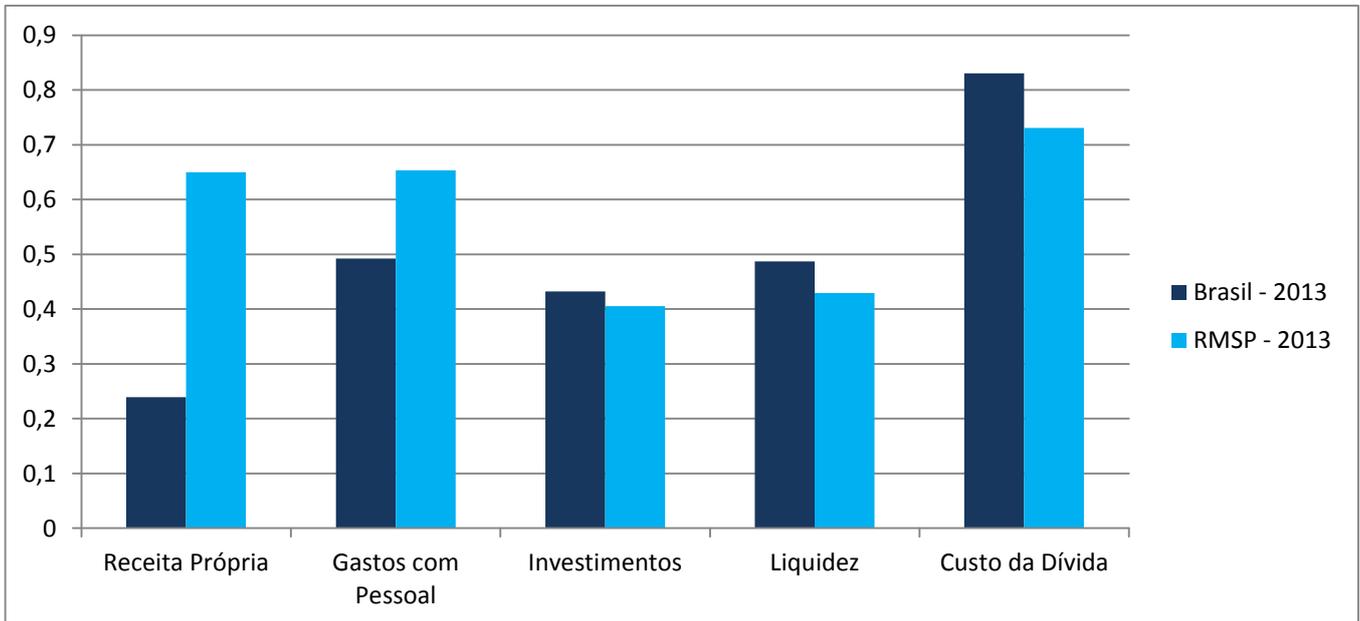
**Tabela 1.2b - Var (%) - IFGF - Brasil**

UF	Município	2012	2013	Var (%)
PE	Xexéu	0,0667	0,4213	531,6%
MG	São João da Ponte	0,1068	0,4622	332,8%
RN	Ruy Barbosa	0,1237	0,4551	267,8%
SE	Malhador	0,0839	0,2811	235,3%
SP	Palmares Paulista	0,1377	0,4292	211,6%
PI	Florianópolis	0,6152	0,1667	-72,9%
MA	São João Batista	0,6060	0,1602	-73,6%
PB	Santa Teresinha	0,5386	0,1345	-75,0%
PB	Cruz do Espírito Santo	0,6085	0,1295	-78,7%
CE	Paramoti	0,3272	0,0633	-80,7%

(5) Como Cotia e Poá não tiveram IFGF calculado para 2013 e Biritiba-Mirim não teve cálculo para 2012, não é possível obter a variação para esses municípios.

Comparando o desempenho dos indicadores auxiliares (que formam o IFGF) entre RMSP e Brasil, a maior diferença entre as regiões ocorre no IFGF - Receita Própria. Para a RMSP, este indicador (médio) é de 0,649, enquanto para o Brasil é de 0,2393 (63% menor), algo esperado dado que muitos municípios, principalmente no interior, dependem fortemente de transferências federais. A RMSP também apresenta uma média melhor para o item Gasto com Pessoal (0,653 contra 0,492 de média nacional). Já para os demais indicadores (Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida), a média nacional é superior à média da região metropolitana. O gráfico 1.5 traz estes números:

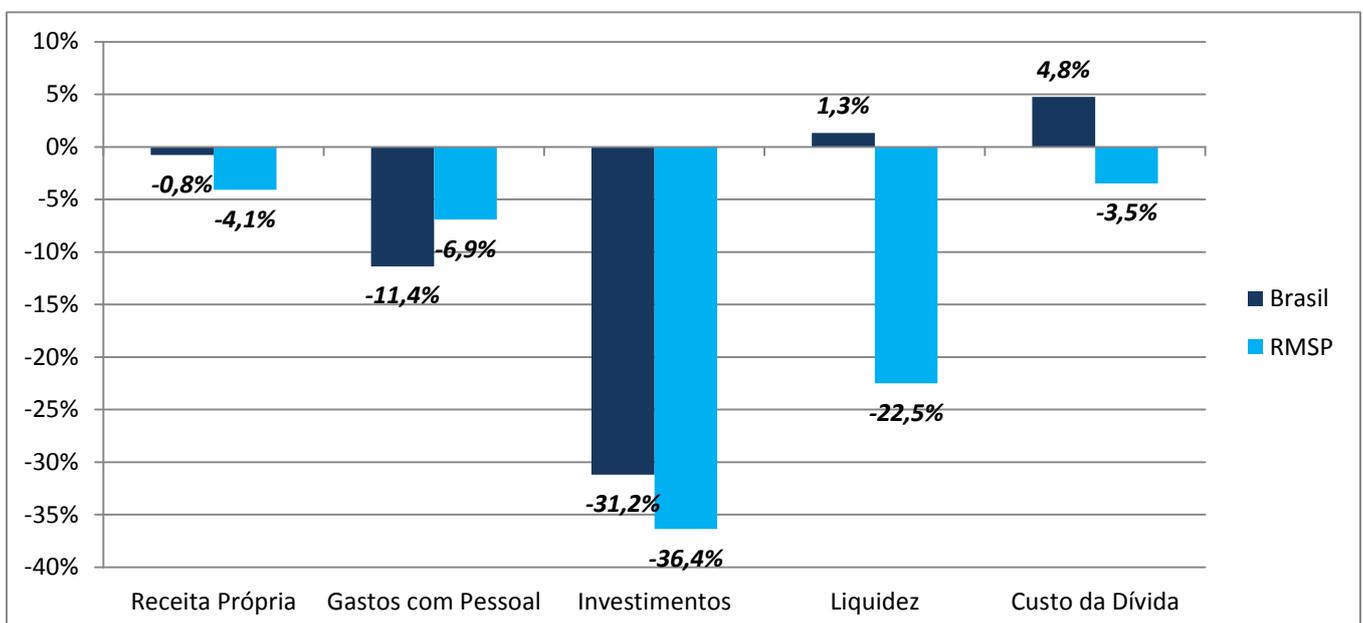
**Gráfico 1.5 - Índices Auxiliares (2013) - Brasil e RMSP**



Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

O gráfico 1.6 traz a variação entre 2012 e 2013 para cada indicador na região metropolitana e Brasil.

**Gráfico 1.6 - Variação dos Índices Auxiliares (2012 - 2013) - Brasil e RMSP**



Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

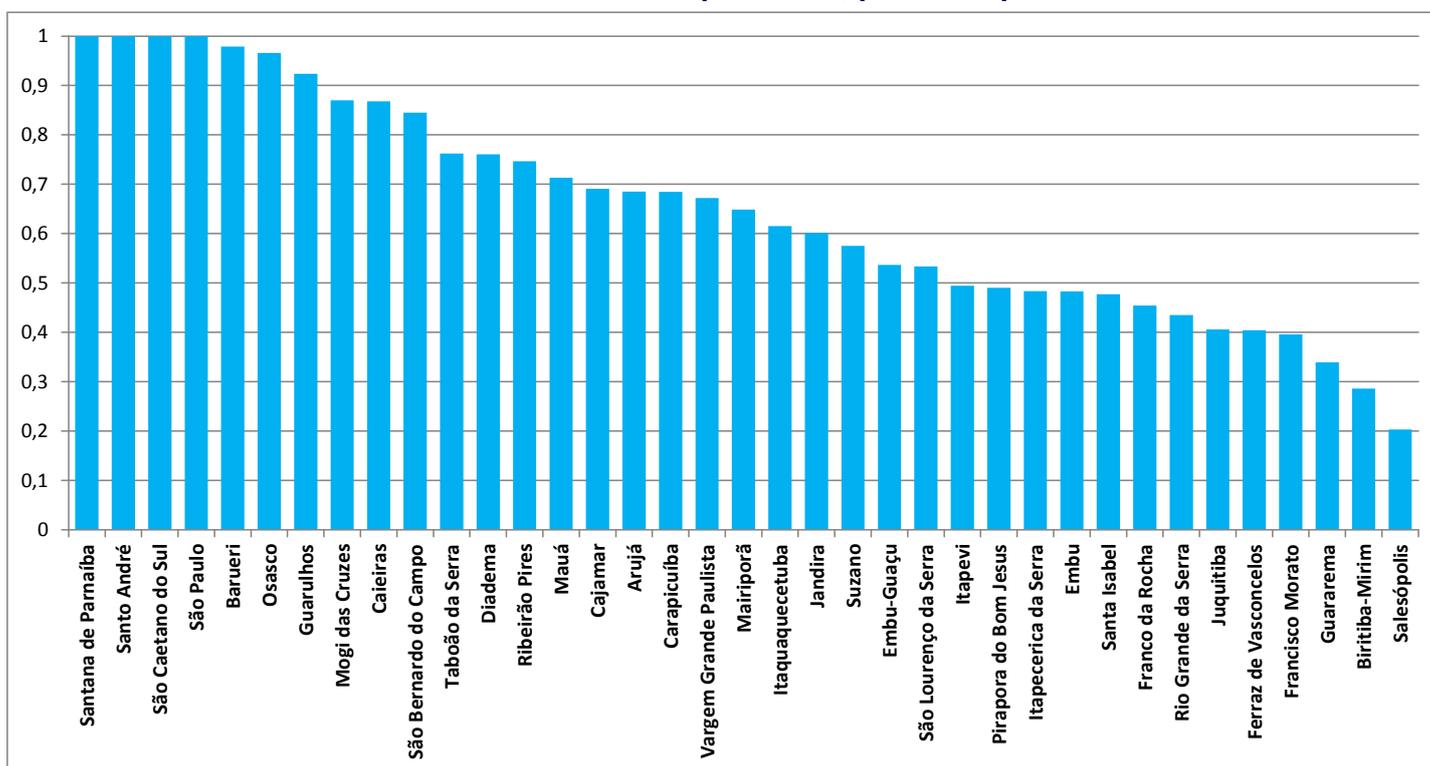
Como pode ser observado, todos os indicadores auxiliares pioraram na média para a RMSP. Em 3 indicadores houve pioras também no âmbito nacional – Receita Própria, Gasto com Pessoal e Investimentos – sendo que o IFGF - Investimento registrou a pior variação tanto para Brasil, quanto para RMSP (-31,2% e -36,4% respectivamente). Por outro lado, houve melhora no IFGF – Liquidez e IFGF – Custo da Dívida nacionalmente (1,4% e 4,8% respectivamente).

Apresentados os resultados mais gerais, passaremos a um detalhamento maior dos cinco indicadores auxiliares por municípios da RMSP.

### IFGF - Receita Própria

O Gráfico 1.7 traz o IFGF-Receita Própria 2013 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor).

**Gráfico 1.7 - IFGF - Receita Própria (2013) por Município da RMSP**

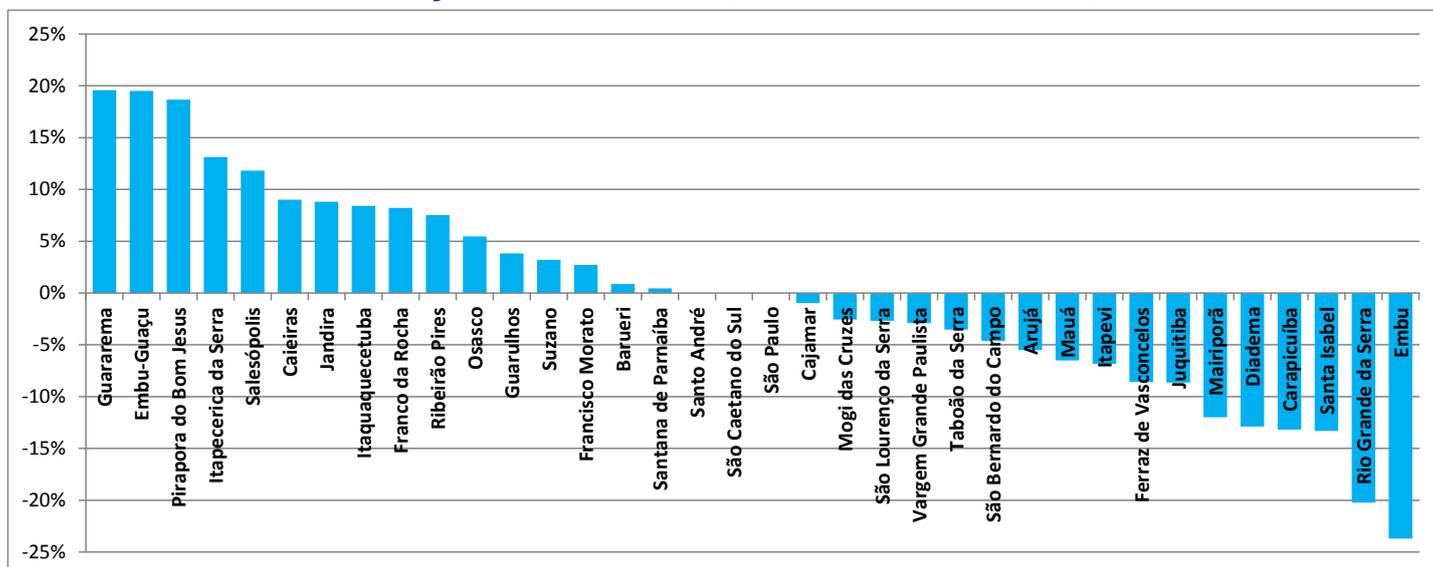


Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

Santana do Parnaíba, Santo André, São Caetano do Sul e São Paulo obtiveram em 2013 o índice máximo para este item (valor de 1), que, segundo a metodologia adotada, significa ter mais de 50% da Receita Corrente Líquida composta por receitas próprias. Os piores IFGF – Receita Própria foram computados em Salesópolis, Biritiba-Mirim e Guararema, sendo que o primeiro foi o único município da RMSP a apresentar um índice menor que a média nacional (0,203 enquanto a média nacional foi de 0,2393).

O Gráfico 1.8 traz as variações deste indicador entre 2012 e 2013 para todos os municípios da RMSP, ordenados do maior para o menor.

**Gráfico 1.8 - Variação IFGF - Receita Própria (2012 - 2013) - Municípios da RMSP**



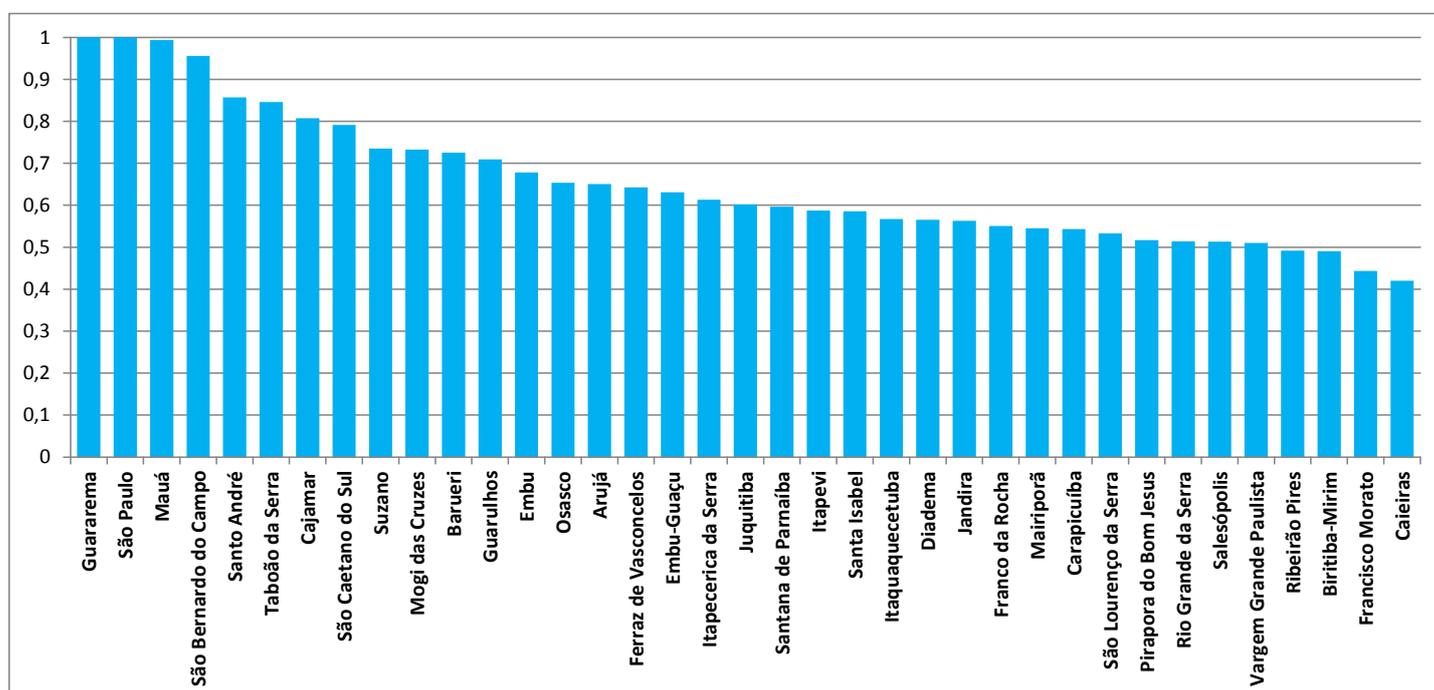
Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

Santo André, São Paulo e São Caetano do Sul obtiveram IFGF – Receita Própria igual a 1 em 2012 e 2013, portanto não apresentaram variação de um ano para outro. Embu das Artes com -23,7%, Rio Grande da Serra (-20,2%) e Santa Isabel (-13,3%) são os 3 municípios com as piores variações. Por outro lado, Guararema, Embu-Guaçu e Pirapora do Bom Jesus apresentam as maiores variações (19,6%; 19,5%; 18,65% respectivamente).

### IFGF - Gasto com Pessoal

O Gráfico 1.9 traz o IFGF-Gasto com Pessoal 2013 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor).

**Gráfico 1.9 - IFGF - Gasto com Pessoal (2013) por Município da RMSP**



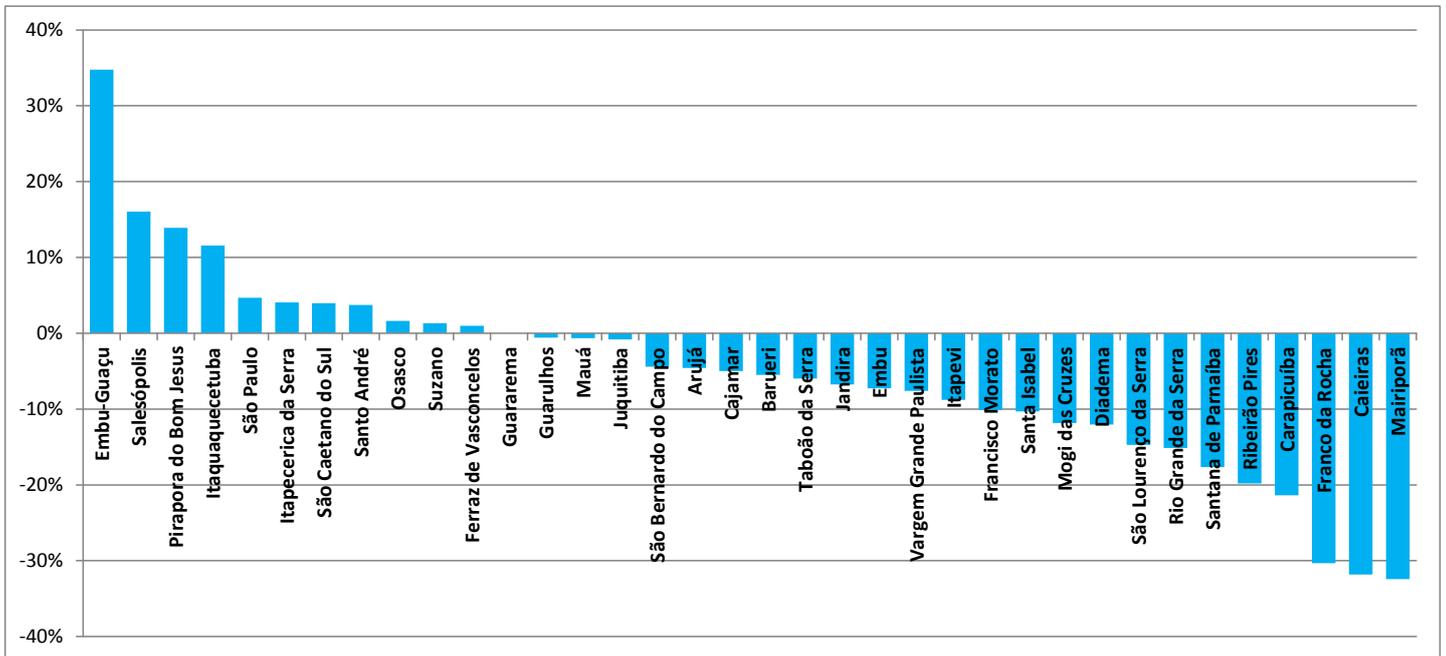
Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

Dois municípios, Guararema e São Paulo, atingiram o valor máximo deste indicador (1), significando, conforme a metodologia adotada, que menos de 30% da receita corrente líquida está comprometida com despesas de pessoal. Dentre as capitais brasileiras, São Paulo foi a única a obter a nota máxima neste item.

Dos 37 municípios da RMSP com IFGF calculado, 22 (59,5% do total) ficaram com índices abaixo da média nacional (0,6477), sendo que Caieiras, Francisco Morato e Biritiba-Mirim obtiveram os piores valores (0,420; 0,443 e 0,490 respectivamente).

Em termos de variação (Gráfico 1.10), Embu-Guaçu, Salesópolis e Pirapora do Bom Jesus obtiveram as maiores variações para este índice (34,75%; 16%; 13,89% respectivamente). Franco da Rocha (-30,30%), Caieiras (-31,8%) e Mairiporã (-32,41%) registraram as maiores piores dos seus respectivos índices. Guararema não apresentou variação (obteve o índice máximo em 2012 e 2013).

**Gráfico 1.10 - Variação IFGF - Gasto com Pessoal (2012 - 2013) - Municípios da RMSP**

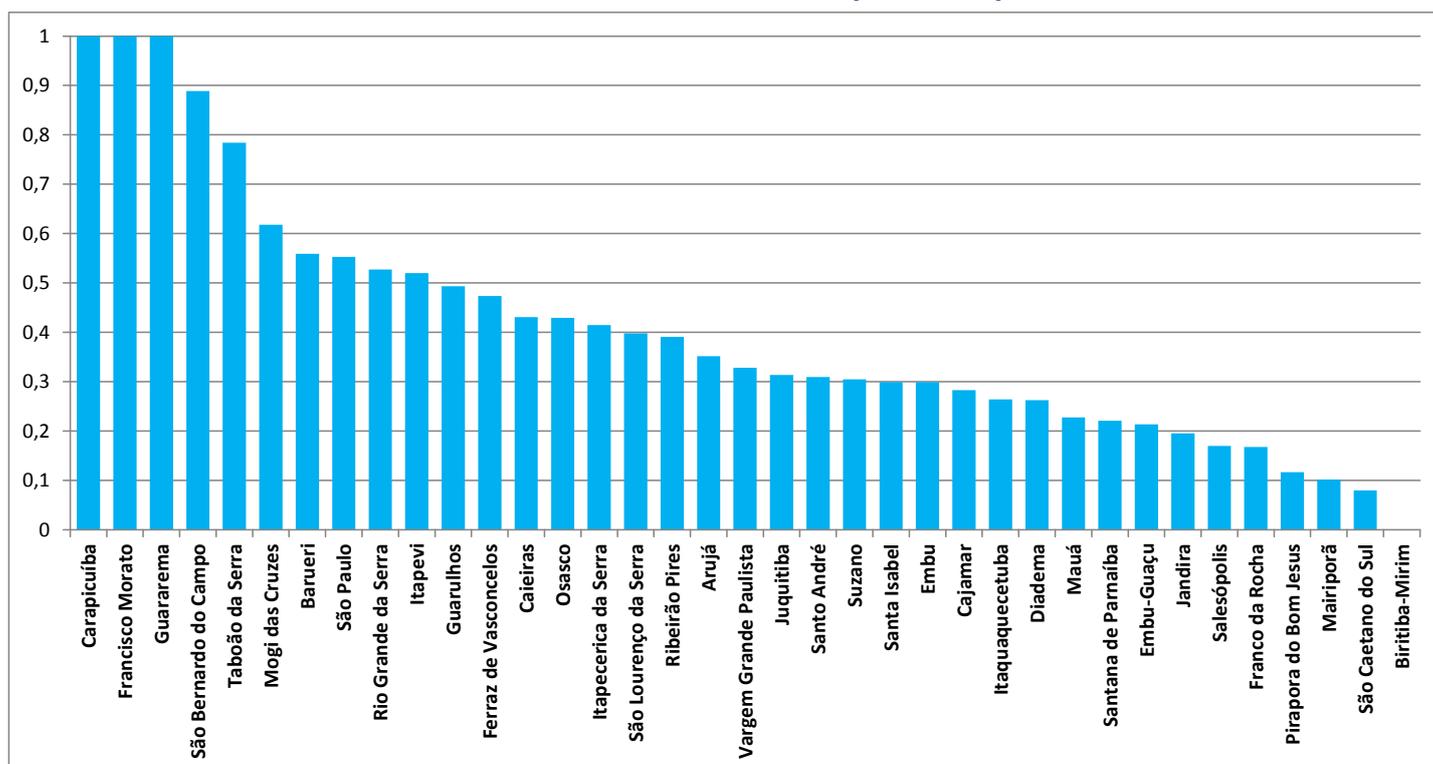


Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

### IFGF - Investimento

O gráfico 1.11 traz o IFGF – Investimento 2013 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor). Três municípios obtiveram índice máximo nesse quesito: Carapicuíba, Francisco Morato e Guararema. É atribuído o valor máximo àqueles municípios cujo investimento é superior a 20% da receita corrente líquida. Biritiba-Mirim, São Caetano do Sul e Mairiporã são os municípios com os piores indicadores (0; 0,079 e 0,101 respectivamente). Na região metropolitana, dos 37 municípios com IFGF calculado, 25 municípios (aproximadamente 67,5%) ficaram abaixo da média nacional nesse índice, que foi de 0,4649 em 2013.

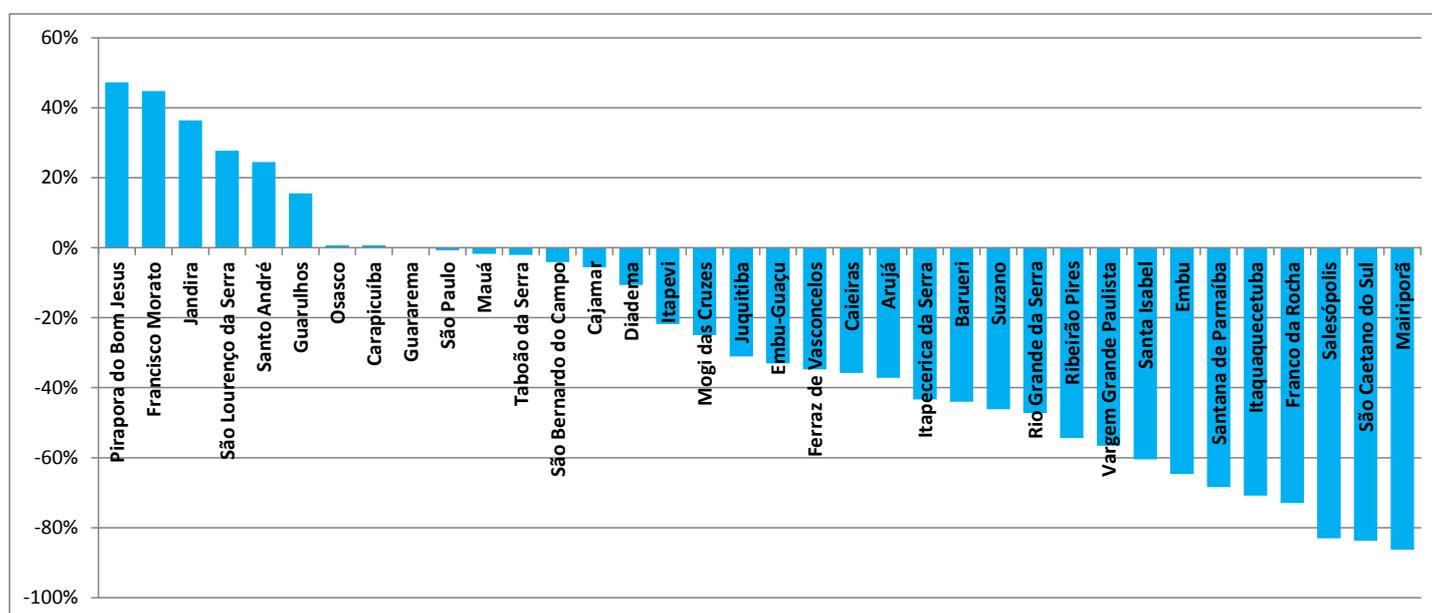
**Gráfico 1.11 - IFGF - Investimento (2013) por Município da RMSP**



Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

Guararema obteve nota máxima no IFGF - Investimento em 2012 e 2013, e, portanto não apresentou variação para o período. Pirapora do Bom Jesus (47,24%), Francisco Morato (44,76%) e Jandira (36,34%) apresentaram as maiores variações positivas. Mairiporã (-86,28%), São Caetano do Sul (-83,66%) e Salesópolis (-83,03%) obtiveram as maiores variações negativas. O Gráfico 1.12 traz a variação de todos os municípios da RMSP ordenados da maior para a menor.

**Gráfico 1.12 - Variação IFGF - Investimento (2012 - 2013) - Municípios da RMSP**

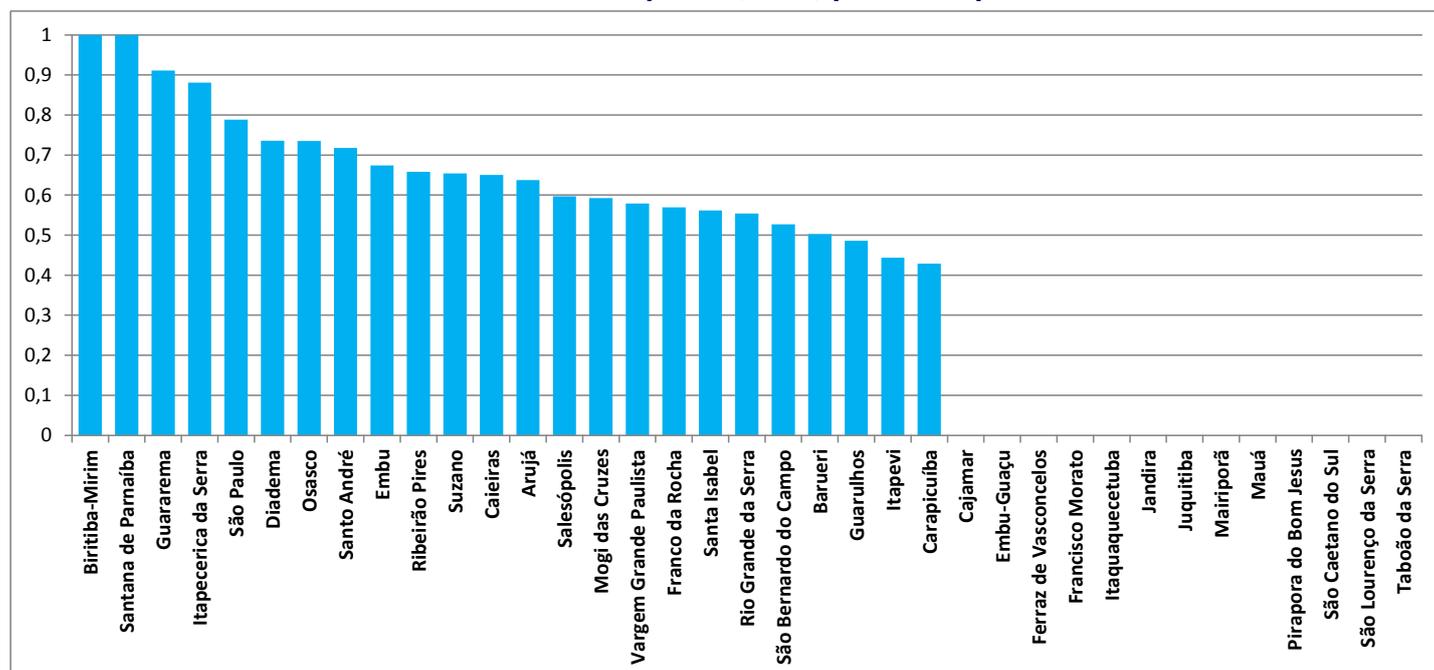


Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

## IFGF - Liquidez

O Gráfico 1.13 traz o IFGF - Liquidez 2013 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor).

**Gráfico 1.13 - IFGF - Liquidez (2013) por Município da RMSP**



Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

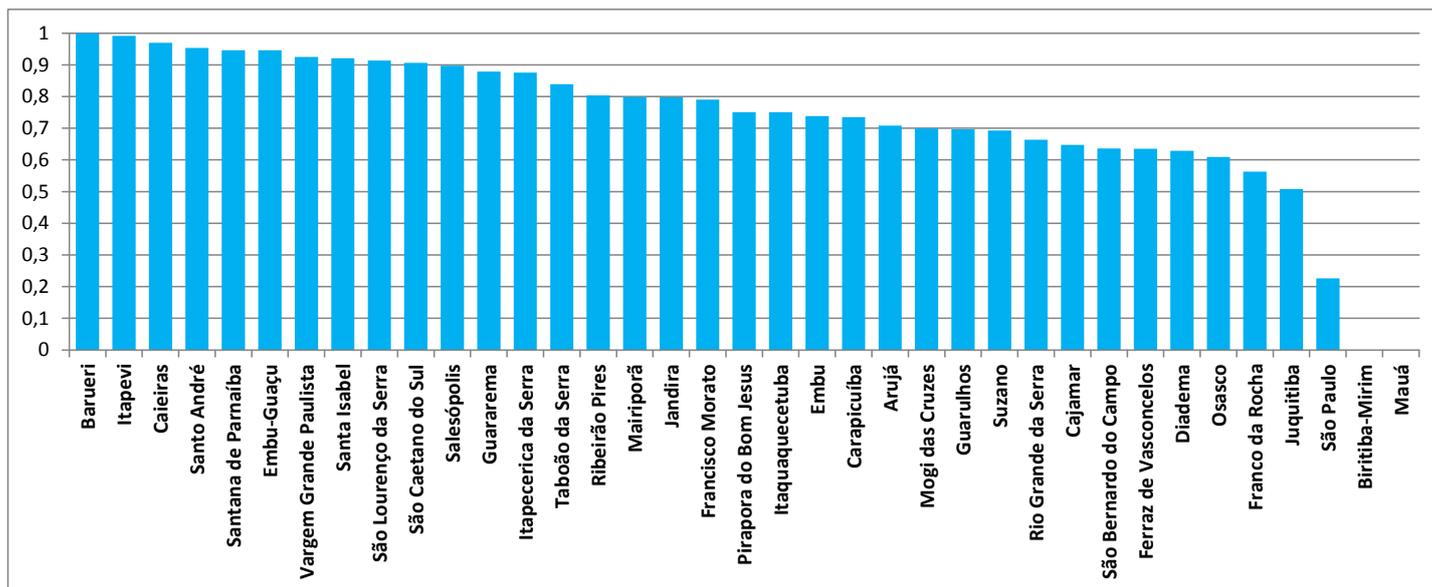
Dois municípios, Biritiba-Mirim e Santana de Parnaíba conseguiram o valor máximo para este indicador, o que significa que foram os dois únicos municípios a não transferirem restos a pagar para o exercício seguinte. Treze (cerca de 35% dos municípios com IFGF calculado) registraram um índice igual a zero. Esses municípios encerraram 2013 com mais obrigações em circulação do que recursos em caixa para cobri-las no ano seguinte. Além dos 13 municípios com índice zerado, outros 3 (totalizando 16) obtiveram IFGF – Liquidez menor que a média nacional de 0,487.

Em termos de variações, Embu das Artes foi o município com a maior variação positiva (54,2%), saindo de um IFGF – Liquidez de 0,473 em 2012 para 0,674 em 2013. Guararema (18,8%) e Barueri (12,6%) completam a lista das três maiores variações. Cajamar, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Jandira e Mairiporã zeraram seus índices em 2013 após obterem índices não nulos em 2012, o que lhes conferiu as maiores variações negativas (-100%).

## IFGF - Custo da Dívida

O Gráfico 1.14 traz o IFGF – Custo da Dívida 2013 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor). Neste quesito, apenas Barueri conseguiu o índice máximo, o que significa que nenhum percentual da receita líquida real é comprometido com juros e amortizações. Mais de 50% dos municípios da RMSP (23 deles) obtiveram um IFGF – Custo da Dívida abaixo da média nacional (0,8306). São Paulo (0,2264), Biritiba-Mirim (0) e Mauá (0) são os três municípios da RMSP com piores notas neste item.

**Gráfico 1.14 - IFGF - Custo da Dívida (2013) por Município da RMSP**

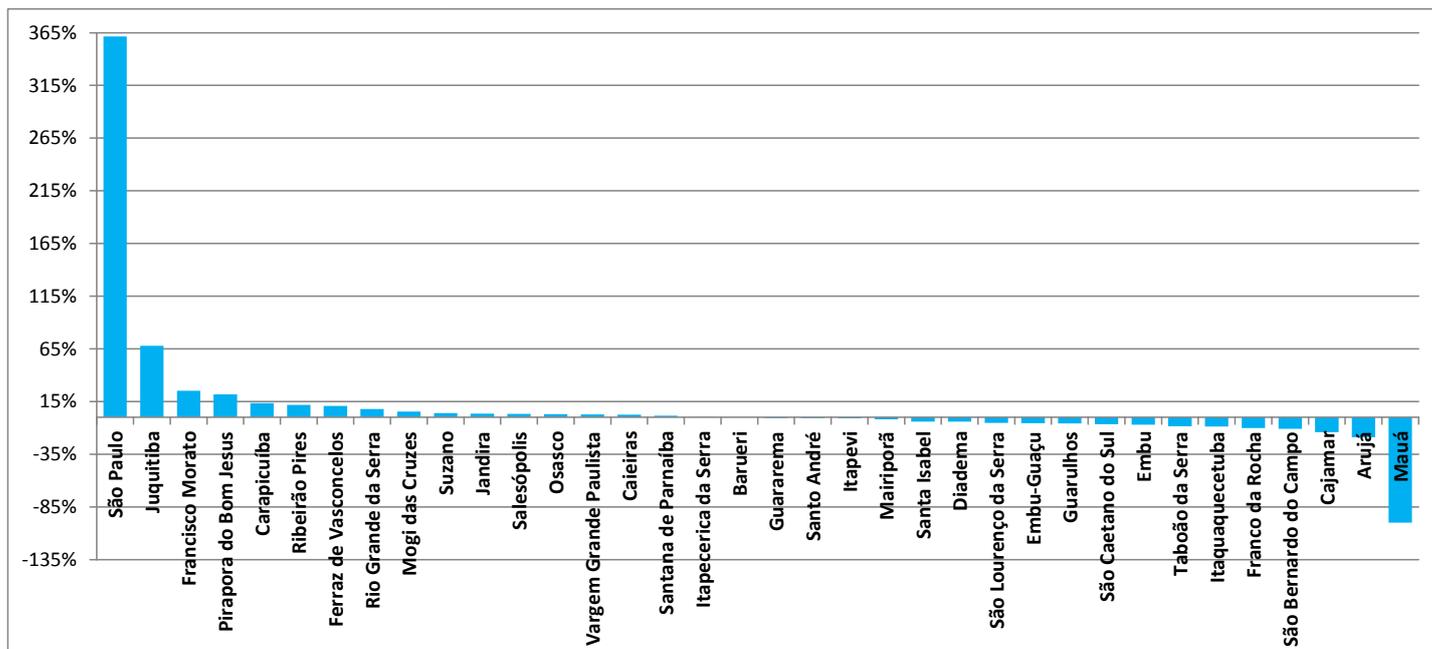


Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

Considerando as variações para o período de 2012 e 2013, São Paulo (361,35%)<sup>6</sup>, Juquitiba (67,79%) e Francisco Morato (25,33%) apresentaram as maiores variações positivas enquanto Mauá (-100%), Arujá (-19%) e Cajamar (-14,16%) registraram as maiores variações negativas. Barueri, com índice máximo nos dois anos, não apresentou variação no período.

O Gráfico 1.15 traz as variações de todos os municípios da RMSP, ordenados da maior para a menor.

**Gráfico 1.15 - Variação IFGF - Custo da Dívida (2012 - 2013) - Municípios da RMSP**



Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

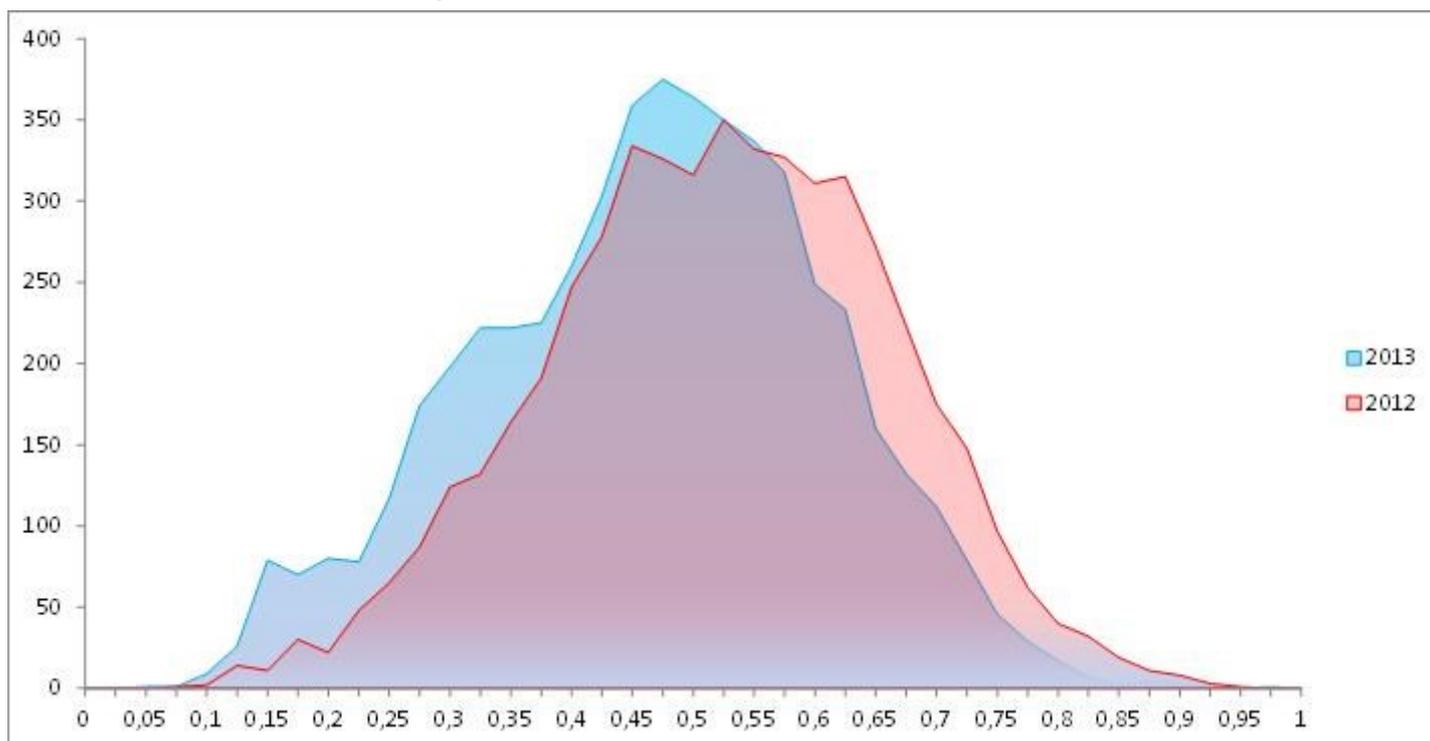
(6) A expressiva melhora no IFGF - Custo da Dívida de São Paulo (que saiu de 0,049 em 2012 para 0,2264) provavelmente se deve a mudanças no critério de cálculo da Receita Líquida Real que permitiu excluir as receitas de CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) e compensar em 2013, os valores de juros e encargos já pagos em períodos anteriores. Segundo o Boletim de Transparência Fiscal - 2013 da PMSP, houve em 2013 uma redução de R\$553 milhões, em comparação com 2012, no pagamento dessa despesa (pg. 12).

## Conclusão

O IFGF - 2013 mostra uma piora da situação fiscal dos municípios comparando o biênio 2012-2013. Nacionalmente, em 2012, mesmo com um universo de municípios aptos a terem seus índices calculados menor (5118 contra 5243 em 2013), 73 obtiveram conceito A de gestão fiscal da FIRJAN. Em 2013, apenas 18 conseguiram o mesmo conceito. Por outro lado, em 2012 eram 3720 municípios (cerca de 72,7%) com conceito C ou D (gestão fiscal em dificuldade, no caso do C ou crítica, no caso de D). Em 2013 esse número saltou para 4426, ou 84,4% dos municípios com IFGF calculado.

O gráfico 1.16 traz a distribuição dos municípios por faixa de IFGF em 2012 e 2013. Como pode ser observado, há um “deslocamento” para a esquerda dessa distribuição de um ano para outro, indicando a piora dos índices em âmbito nacional.

**Gráfico 1.16 - Distribuição dos Municípios Brasileiros por intervalo de IFGF - 2012 e 2013**

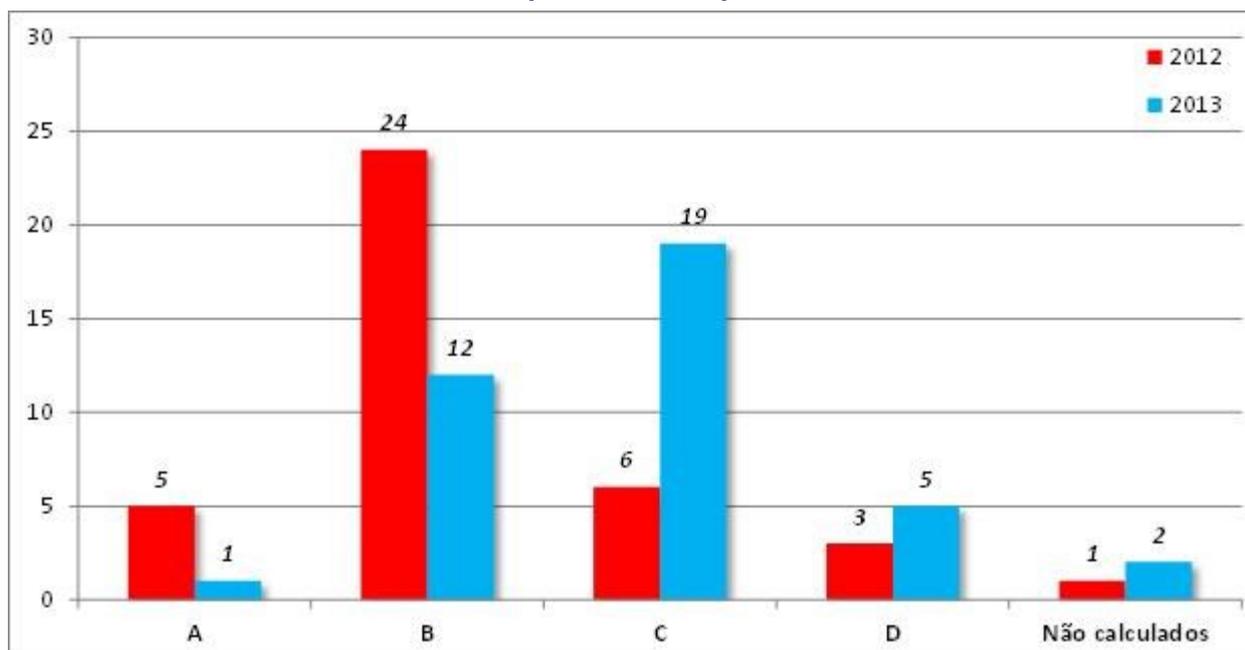


Fonte: FIRJAN

A região metropolitana de São Paulo acompanhou a tendência de piora observada nacionalmente, mas de forma um pouco mais acentuada. O IFGF médio nacional em 2013 caiu de 0,5079 para 0,4544 - queda de 10,5%, enquanto o da RMSP saiu de 0,6688 para 0,5938 - diminuição de 11,22%. Em 2012, 5 municípios da região tinham obtido o conceito A, em 2013 apenas 1. Eram, em 2012, apenas 9 municípios com IFGF dentro do conceito C ou D (gestão fiscal em dificuldade ou crítica). Em 2013 foram 24 municípios.

O gráfico 1.17 traz o número de municípios da RMSP por conceito do IFGF para 2012 e 2013. Como pode ser observado, houve diminuição dos municípios com conceitos A e B e uma elevação do número de municípios com conceitos C e D.

**Gráfico 1.17 - Número de Municípios da RMSP por conceito do IFGF - 2012 e 2013**



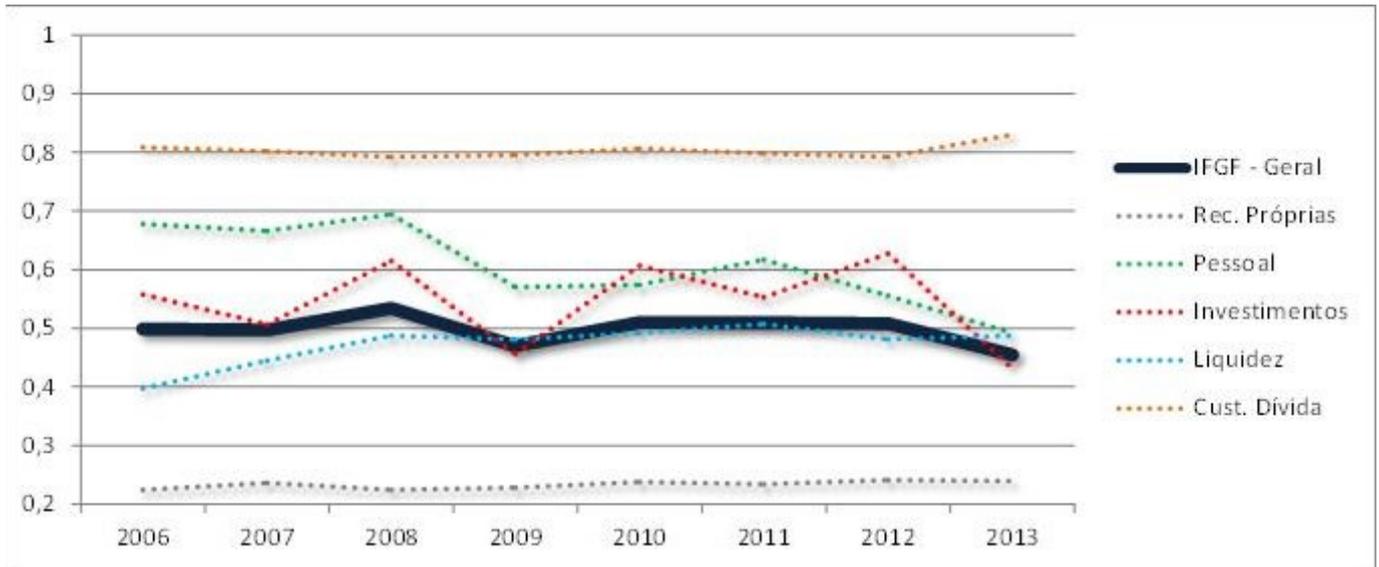
Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

Olhando para um período mais longo (a FIRJAN disponibiliza o IFGF de 2006 até 2013), observa-se, em âmbito nacional, uma leve tendência de piora do IFGF ao longo dos anos, reforçada pelo ocorrido em 2013. Em relação a região metropolitana de São Paulo, excetuando-se a queda considerável no IFGF ocorrida entre 2013-2012, apesar das oscilações da curta série, é possível visualizar uma estabilidade no período 2006-2012. Já no caso do município de São Paulo há 2 períodos com tendências claramente distintas. De 2006-2009 observa-se uma tendência de queda do IFGF, revertida de 2010 até 2013 para uma trajetória de melhora do indicador.

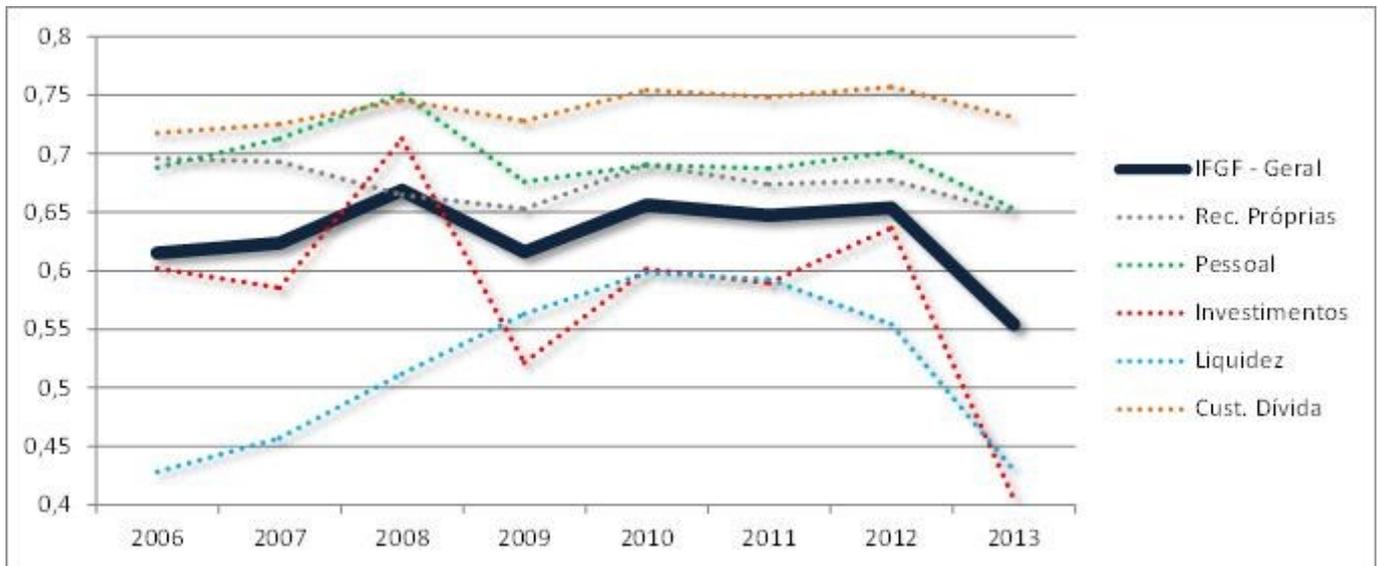
Para as três regiões, a maioria dos indicadores auxiliares é bastante instável, principalmente o IFGF - Investimento. Nacionalmente, o IFGF - Gasto com Pessoal apresenta uma clara trajetória de melhora no período 2006-2013. O ponto mais vulnerável dos municípios, em geral, continua sendo o IFGF - Receita Própria, que apesar de apresentar leve melhora, continua em níveis muito baixos, refletindo o quão dependente os municípios são de transferências da união e dos estados.

No caso da RMSP, em termos de indicadores auxiliares, destaca-se a trajetória do IFGF - Liquidez que de 2006-2010 apresentou uma forte tendência de melhora e a partir de 2011 viu essa tendência se reverter em forte queda, principalmente em 2013. Todos os demais indicadores auxiliares se apresentam bastante instáveis para a região. Para o município de São Paulo, com exceção do IFGF - Receita Própria que é estável e máximo desde 2006 até 2013 e do IFGF - Investimento (que apresenta um pico em 2008), todos os demais indicadores auxiliares seguem uma tendência de melhora nos últimos anos. Os gráficos 1.18a, 1.18b e 1.18c trazem a trajetória do IFGF e dos indicadores auxiliares para o período 2006-2013 para Brasil, RMSP e município de São Paulo.

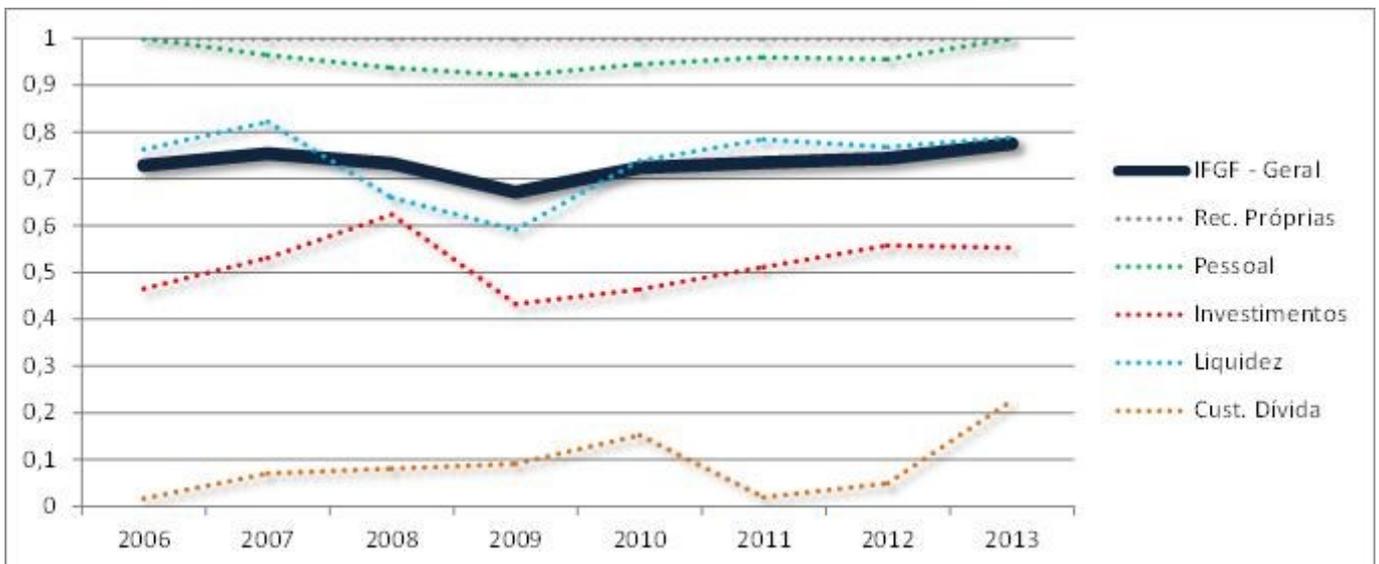
**Gráfico 1.18a - IFGF e indicadores auxiliares - (2006-2013) - Brasil**



**Gráfico 1.18b - IFGF e indicadores auxiliares - (2006-2013) - RMSP**



**Gráfico 1.18c - IFGF e indicadores auxiliares - (2006-2013) - Mun. São Paulo**



Fonte: IFGF - Edição 2015 - FIRJAN

---

## 15. Superávit Financeiro no Município de São Paulo\*

Este estudo tem por objetivo apresentar a evolução recente do superávit financeiro no município de São Paulo. O superávit financeiro é um conceito importante para a gestão pública, sinalizando não só a solidez das finanças do ente, como também indicando o quanto a administração dispõe de recursos adicionais para os exercícios seguintes.

A Lei Federal nº 4.320/1964 (artigo 43, §2º) define superávit financeiro como a diferença entre o “ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos<sup>1</sup> e as operações de crédito a eles vinculadas”. Em outras palavras, representa o quanto a administração dispõe de recursos financeiros que ainda não estejam comprometidos com restos a pagar e obrigações financeiras (dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização legislativa).

A Lei nº 4.320/1964 (artigo 43) constitui, ainda, o superávit financeiro como umas das fontes de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais<sup>2</sup>. Ou seja, os recursos do superávit financeiro podem ser destinados para suplementar o valor das dotações orçamentárias do exercício seguinte. Assim, com lastro nos recursos do superávit financeiro, é possível que, no exercício seguinte, sejam realizadas despesas em valor superior às receitas (déficit orçamentário) sem que haja o aumento do endividamento do ente.

A suplementação do orçamento no exercício seguinte, no entanto, deve respeitar o disposto no parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), segundo o qual “os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”. Assim, recursos do superávit financeiro vinculados a determinada despesa somente podem servir para suplementar dotação a ela vinculada. Já a parte do superávit financeiro oriunda de recursos não vinculados possui livre aplicação, podendo ser aplicada em despesas de qualquer natureza.

---

(1) Os créditos especiais e extraordinários têm vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente (Constituição Federal, art. 167, § 2º)

(2) Créditos suplementares são destinados ao reforço de uma dotação orçamentária existente, já os créditos especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária.

---

\* Publicado no Indicador Paulistano nº 63 - setembro/2015.

Em síntese, no final do exercício, os recursos que estejam no caixa da administração e que não estejam comprometidos com obrigações financeiras assumidas pela prefeitura constituem o superávit financeiro e poderão ser utilizados para a suplementação do orçamento do exercício seguinte com a ressalva de que, caso se trate recurso vinculado a determinada despesa, a dotação orçamentária a ser suplementada deve manter o mesmo vínculo.

A título de exemplo, a Tabela 4.1 reproduz o Ativo e Passivo Financeiros do Balanço Patrimonial Consolidado (Administração Direta e Indireta).

**Tabela 4.1 - Ativo e Passivo Financeiro - Balanço Patrimonial 31.12.2014 - em R\$**

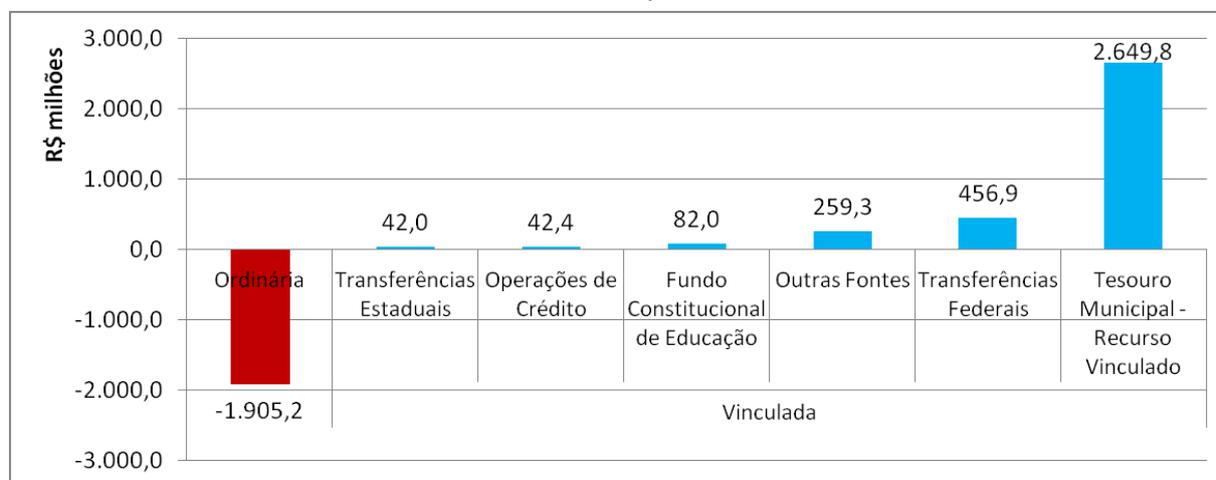
Ativo		Passivo	
<b>Ativo Financeiro</b>	<b>8.002.917.484</b>	<b>Passivo Financeiro</b>	<b>6.375.682.989</b>
Disponível	4.903.421.909	Restos a Pagar	2.355.111.540
Caixa	33.124	Créditos de Contribuintes	235.456.226
Bancos	98.252.167	Depósitos Diversos	3.232.204.892
Bancos, Contas Especiais	36.943.345	Credores Diversos, Particulares	87.676.528
Aplicações Financeiras	4.760.027.207	Credores Diversos, Públicos	465.233.802
Investimentos do RPPS	8.166.065		
Realizável	3.099.495.575		
Depósitos a Realizar	8.323.100		
Devedores Diversos, Particulares	1.100.420.819		
Devedores Diversos, Públicos	1.986.021.689		
Cheques não Compens./Em trânsito	15.407		
Investimentos de Curto Prazo-RPPS	4.714.559		

Fontes: Balanço Patrimonial Consolidado - 2014 - disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/financas/balanco-anual/01-09-Consolidado-4320-Balanco-Patrimonial.pdf>

No Balanço Patrimonial de 31.12.2014, a partir do valor do ativo financeiro (R\$ 8,0 bilhões), subtraindo o valor do passivo financeiro (R\$ 6,4 bilhões), apurou-se um superávit financeiro de R\$ 1,6 bilhão no exercício 2014. Este montante representa os recursos disponíveis no final do exercício que não estavam comprometidos com obrigações financeiras assumidas pela administração e que se constituem como fonte de recursos para a abertura de crédito adicional durante a execução orçamentária do exercício 2015, devendo-se, como já dito, respeitar o vínculo da despesa.

O Gráfico 4.1 informa a composição do superávit financeiro do município em 2014 por fonte de recursos, conforme o “Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial de Dezembro/2014”.

**Gráfico 4.1 - Composição do Superávit Financeiro por Fonte de Recursos - Dezembro/2014**



Fonte: Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial de Dezembro/2014. Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/financas/balanco-anual/01-05-Consolidado-DCASP-Balanco-Patrimonial.pdf>

De acordo com o Gráfico 4.1, com relação aos recursos ordinários (sem vínculo) registrou-se um déficit no valor de R\$ 1,9 bilhão. Ou seja, no final do exercício, as obrigações nessa fonte superaram os recursos disponíveis nesse valor. Parte significativa desse saldo deficitário deve-se ao passivo relativo à conversão dos depósitos judiciais em receita orçamentária. A Lei Municipal nº15.406/2011 autoriza a conversão de 70% do valor dos depósitos judiciais e administrativos dos quais o Município seja parte em receita orçamentária da Prefeitura. Apesar de serem contabilizados como receita orçamentária, os depósitos judiciais transferidos ao Tesouro Municipal representam, também, um passivo do município, uma vez que, caso o contribuinte depositante venha a obter ganho de causa ao fim do processo judicial ou administrativo, o Tesouro haverá de restituir o valor. Em 31.12.2014, o Balanço Patrimonial contabilizou um passivo de R\$ 2,2 bilhões relativo aos depósitos judiciais convertidos em receita.

O maior valor positivo do saldo do superávit financeiro é dos “Recursos Vinculados do Tesouro Municipal”, que se referem a saldo das Operações Urbanas e dos fundos municipais (Fundo de Desenvolvimento de Trânsito; Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura,

Fundo de Iluminação Pública, entre outros) cuja receita tem destinação específica. Esses recursos contribuíram com R\$ 2,6 bilhões para o saldo do superávit financeiro (Gráfico 4.1). A segunda em contribuição, as Transferências Federais responderam por R\$ 456,9 milhões do superávit financeiro.

Como já citado, os recursos do superávit financeiro constituem-se fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, que suplementam as dotação orçamentárias do exercício seguinte. Em 2015, até 09/setembro, foram utilizados R\$ 40,6 milhões do superávit financeiro para a abertura de créditos suplementares (Tabela 4.2).

**Tabela 4.2 - Créditos Adicionais com Recursos do Superávit Financeiro - Orçamento 2015**

<b>Cód</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor</b>
3377	Implantação de Vias Cicláveis - Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas	Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	30.003.600
2009	Expansão e Aperfeiçoamento das Atividades do TCM	Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	7.464.646
3357	Urbanização de Favelas	Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	3.089.200
7204	Programa de Incentivos Fiscais para a Zona Leste e Extremo Sul	Tesouro Municipal	7.075
<b>Total</b>			<b>40.564.521</b>

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças / SOF - posição em 10/09/2015

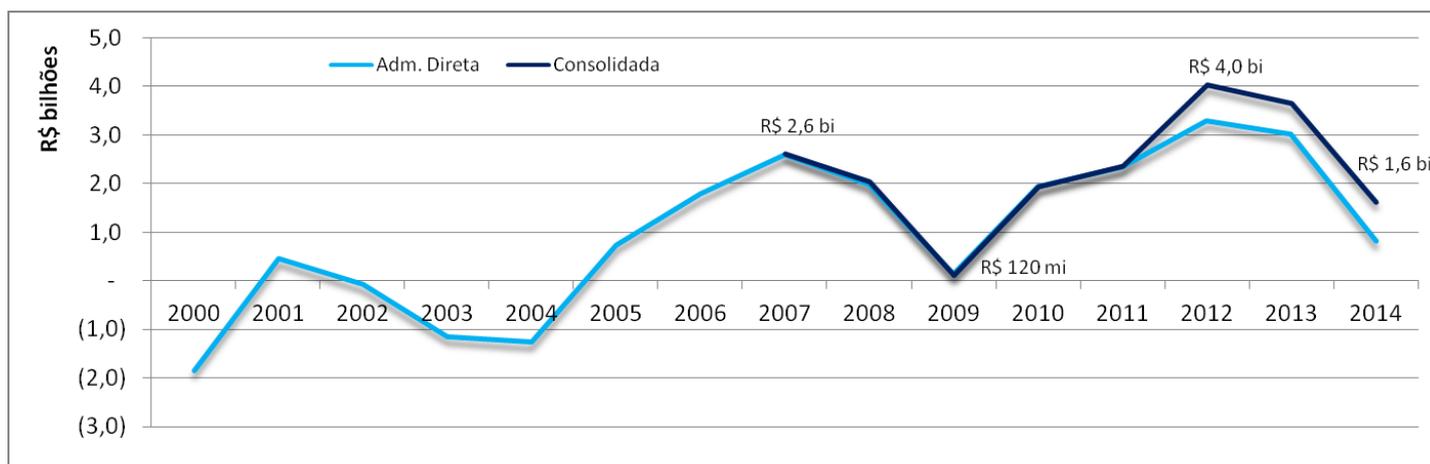
As suplementações foram destinadas, quase que completamente, para despesas com fonte de recursos 'Tesouro Municipal - Recursos Vinculados'. Apesar de o resultado financeiro da fonte Tesouro Municipal (sem vínculo) ter registrado valor deficitário, houve uma suplementação no valor de R\$ 7 mil com recursos dessa fonte.

Cabe, aqui, distinguir que o crédito suplementar representa um crédito orçamentário, que se constitui em uma autorização para a realização da despesa. Já os recursos do superávit financeiro são recursos financeiros que estão depositados em instituição bancária. A utilização dos recursos do superávit financeiro para a abertura do crédito suplementar é de natureza contábil, e, por si só, não consome os recursos financeiros do superávit, o que, efetivamente, só ocorrerá após a despesa associada ao crédito orçamentário ser empenhada, liquidada e paga.

## Evolução e Determinantes do Superávit Financeiro 2000-2014

O Gráfico 4.2 mostra a evolução anual de 2000 a 2014 do valor do superávit financeiro do apurado no Balanço Patrimonial do município. Todos os valores estão atualizados para preços de dezembro/2014 através do índice IPCA/IBGE.

**Gráfico 4.2 - Evolução do Superávit Financeiro de 2000 a 2014 em R\$ de dezembro/2014**



Fonte: Balanços Patrimoniais

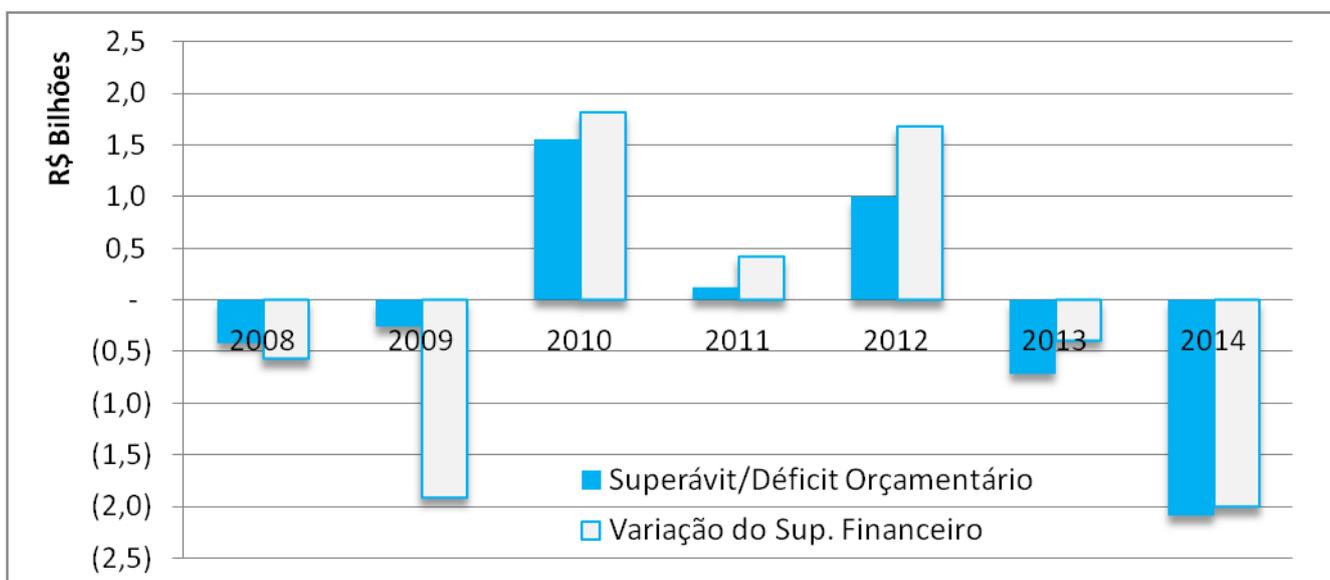
O gráfico apresenta os valores do superávit financeiro da Prefeitura (Adm. Direta) e Consolidado (Prefeitura e Adm. Indireta). Até o exercício de 2007, os órgãos da administração indireta não estavam consolidados ao orçamento da Prefeitura, por isso não há a possibilidade de se calcular o superávit financeiro Consolidado antes desse exercício.

Observa-se, a partir de 2005, uma acumulação de recursos financeiros, partindo de um déficit de R\$ 1,3 bilhão (valores a preços de dezembro/2014) em 2004 e culminando em um superávit de R\$ 2,6 bilhões em 2007. Com a crise econômica de 2008/2009, os recursos financeiros foram consumidos e, ao final de 2009, o superávit registrado caiu para R\$ 120 milhões.

A partir de 2010, houve um novo período de acumulação de recursos, culminado com o ano de 2012, no qual foi registrado um superávit consolidado de R\$ 4,0 bilhões. No exercício seguinte, observou-se uma pequena redução do superávit, e, em 2014, um forte consumo (de cerca de R\$ 2,0 bilhões) dos recursos financeiros acumulados.

Entre os fatores que afetam o saldo do superávit financeiro, o principal determinante é o resultado orçamentário. Quando, em um determinado exercício, ocorre um superávit orçamentário (valor das receitas maior que o das despesas do exercício), haverá uma sobra de recursos que se acumulará, aumentando o saldo do superávit financeiro. Por outro lado, quando ocorre um déficit orçamentário (despesa maior que a receita), os recursos do superávit financeiro são consumidos para financiar a parte da despesa não coberta pela receita arrecadada no exercícios. O Gráfico 4.3 ilustra a evolução conjunta dos resultados (déficit/superávit) orçamentários e da variações do superávit financeiro anuais.

**Gráfico 4.3 - Evolução do Resultado Orçamentário e da Variação do Superávit Financeiro de 2008 a 2014 - valores em R\$ de dezembro/2014**



Fonte: Balanços Orçamentários e Patrimoniais

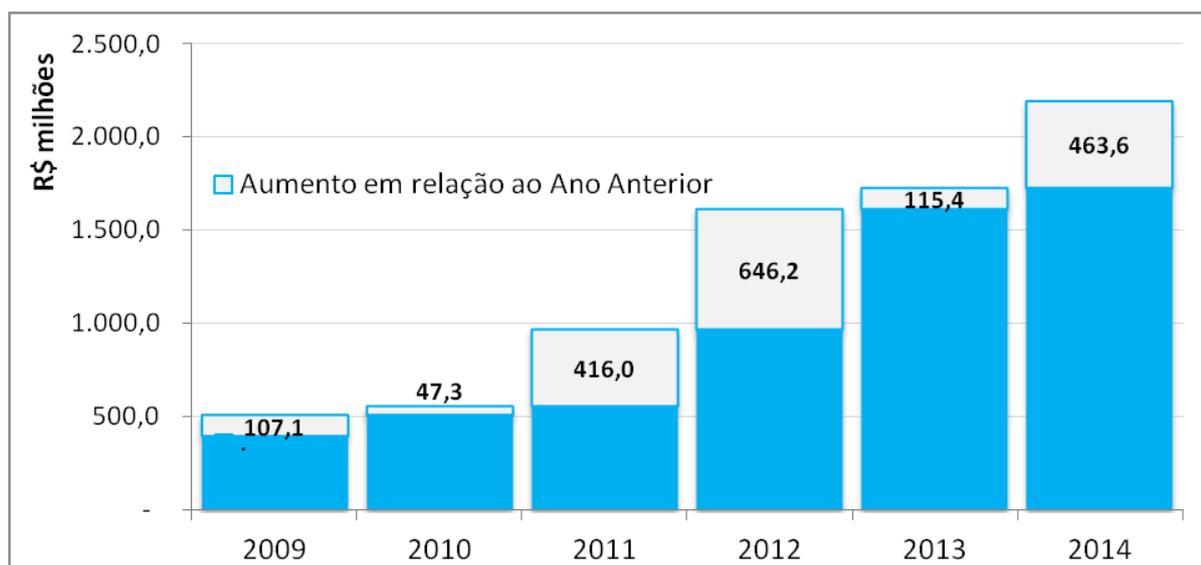
Como se pode observar, em todos os exercícios em que houve déficits orçamentários, foram consumidos (variação negativa) recursos do superávit financeiro, e, inversamente, ocorreu acúmulo de recursos financeiros nos anos em que se registrou superávit orçamentário.

Apesar da direção ser a mesma, vê-se que o valor do superávit/déficit orçamentário nem sempre é próximo da variação do superávit financeiro. Isso ocorre porque o superávit financeiro depende também de fatores extraorçamentários e contábeis.

No exercício 2009, por exemplo, o déficit orçamentário de R\$ 264,1 milhões (em valores atualizados para dezembro/2014), unicamente, não explica a forte queda de R\$ 1,9 bilhão do superávit financeiro, que se deveu, em grande parte, à transferência de R\$ 970,1 milhões, que estavam contabilizados no ativo financeiro (grupo contábil que entra no cálculo do superávit financeiro) como “Retenções Judiciais”, para uma conta redutora do passivo permanente (grupo contábil que não entra no cálculo do superávit financeiro). As “Retenções Judiciais” referem-se a valores sequestrados pela Justiça para o pagamento de precatórios judiciais. Contabilizando esses valores no ativo financeiro, a Prefeitura sinalizava a possibilidade de, brevemente, reavê-los, e ao transferi-los para o passivo financeiro (conta redutora) descartou essa possibilidade.

Outro fator relevante, no município de São Paulo, a afetar o saldo do superávit financeiro são os já mencionados depósitos judiciais convertidos em receita. O Gráfico 4.4 apresenta o valor do passivo financeiro representado pelos depósitos judiciais convertidos em receita e o valor do seu aumento em relação ao ano anterior.

**Gráfico 4.4 - Valor do Passivo Financeiro - Depósitos Judiciais convertidos em Receita e Aumento em relação ao Ano Anterior - 2008 a 2014 - em R\$ milhões**



Fonte: Balancete Patrimonial - Analítico

No final do exercício 2014, o saldo do passivo relativo aos depósitos convertidos em receita foi de R\$ 2,2 bilhões, sendo que no ano houve um aumento de R\$ 463,6 milhões em relação ao saldo de 2013. De 2009 a 2014, a elevação média anual foi de cerca de R\$ 300 milhões.

---

## Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar o conceito de superávit financeiro, apresentando a evolução recente e os principais determinantes do seu saldo no município de São Paulo. O superávit financeiro são recursos no caixa da administração e que não estão comprometidos com obrigações financeiras assumidas pela prefeitura, podendo ser utilizados para a suplementação do orçamento do exercício seguinte com a ressalva de que caso se trate recurso vinculado, a dotação orçamentária a ser suplementada deve manter o mesmo vínculo.

No final do exercício de 2014, o município (consolidado administração direta e indireta) registrou um superávit financeiro de R\$ 1,6 bilhão. O valor positivo do saldo do superávit financeiro deveu-se aos “Recursos Vinculados do Tesouro Municipal” (Operações Urbanas e dos fundos municipais), que contribuíram com R\$ 2,6 bilhões para o saldo. Com relação aos recursos ordinários (sem vínculo) registrou-se um déficit no valor de R\$ 1,9 bilhão.

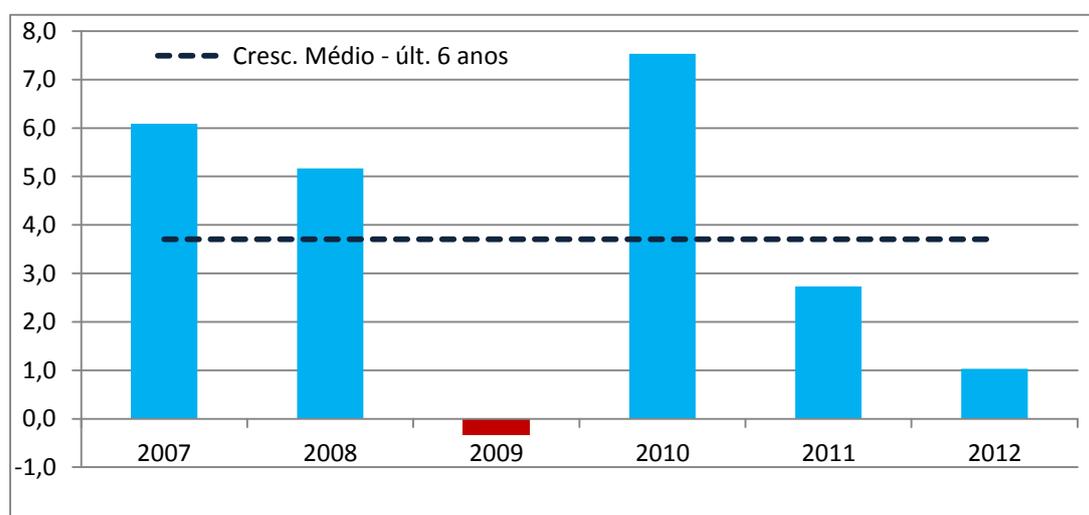
# *Economia Urbana*

## 16. Produto Interno Bruto Municipal de 2012\*

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com as Secretarias Estaduais e os órgãos estaduais de estatística, divulgou, no último mês de dezembro, as estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos municípios brasileiros do ano de 2012.

O ano de 2012 foi marcado pela manutenção da desaceleração da atividade econômica. O PIB nacional, que havia apresentado crescimento real<sup>1</sup> de 2,7% em 2011, após 7,5% em 2010, registrou, para 2012, um crescimento real de 1,0% (ou 6% em termos nominais), abaixo da média dos últimos 6 anos (Gráfico 1.1).

**Gráfico 1.1 - Crescimento (%) Real PIB 2007 a 2012 - Brasil**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / IPEADATA

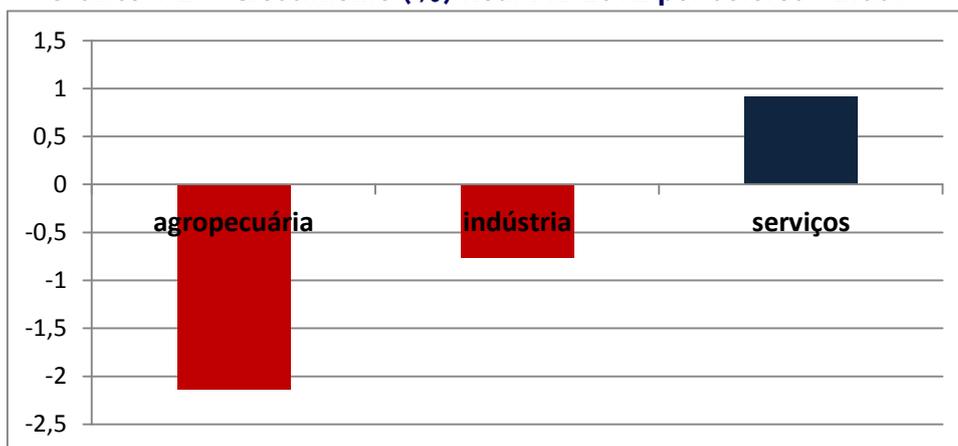
Setorialmente, em 2012, a agropecuária apresentou crescimento real negativo<sup>2</sup> de 2,1% (ante um crescimento real positivo em 2011/2010 de 3,9%). Outro setor que sofreu contração foi a indústria (queda real de 0,8%), contra um crescimento anterior (2011/2010) de 1,6%. O setor de serviços apresentou expansão real de 0,9%, menor que o crescimento anterior de 2,7%. O Gráfico 1.2 traz o crescimento real dos três setores em 2012.

1 - Crescimento real obtido por meio do deflator do PIB

2 - Crescimento real setorial obtido por meio do deflator de cada setor divulgado pelo IBGE / IPEADATA

\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 44 - janeiro/2015.

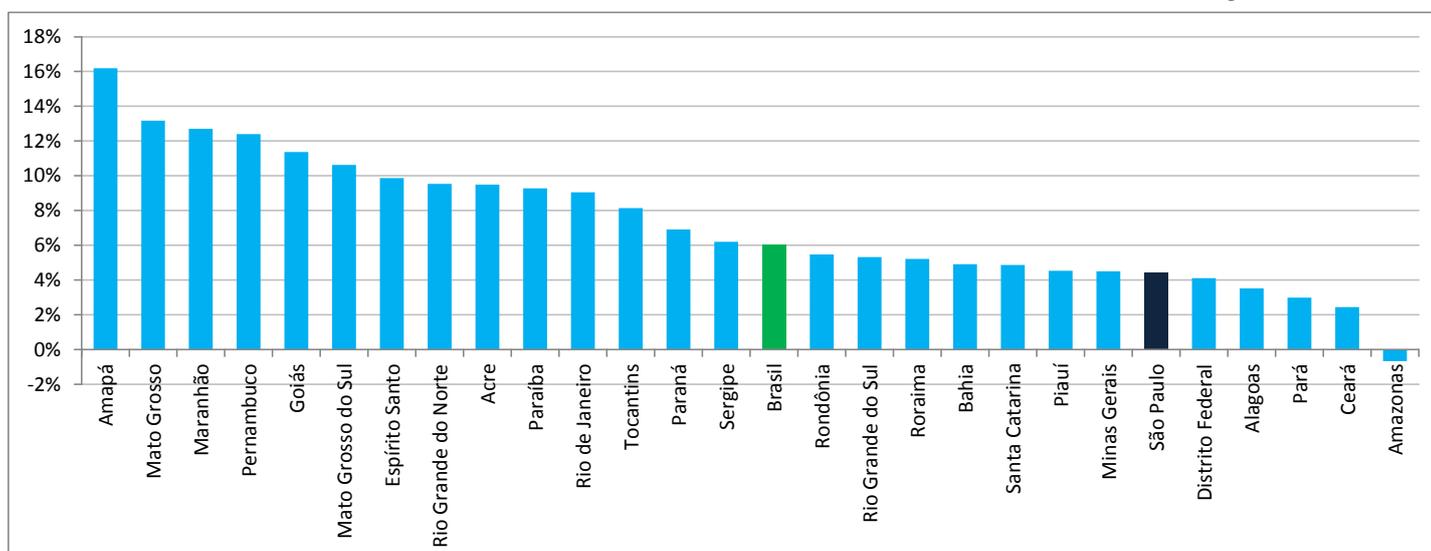
**Gráfico 1.2 - Crescimento (%) Real PIB 2012 por Setores - Brasil**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / IPEADATA

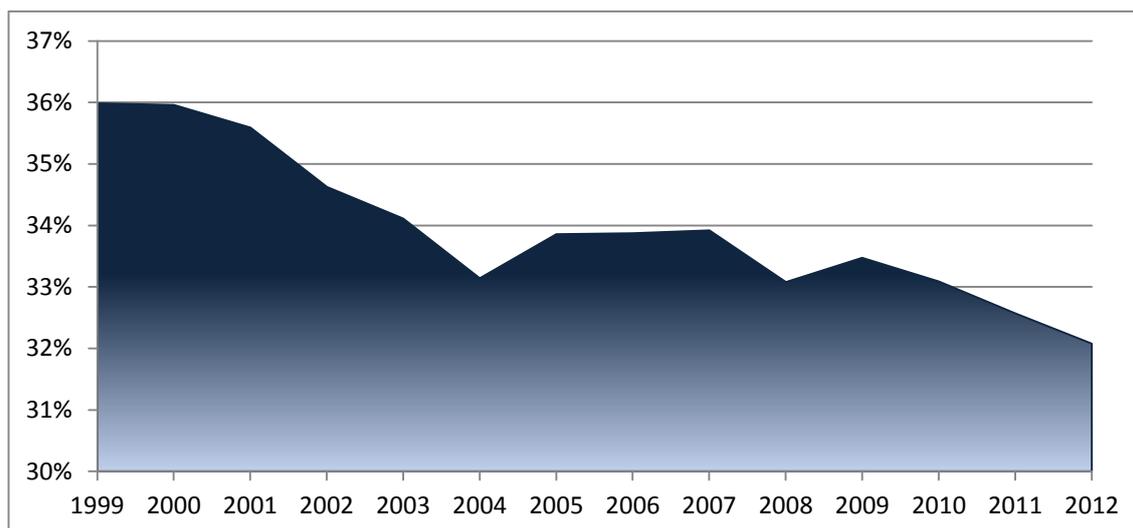
O Gráfico 1.3 apresenta o crescimento nominal dos PIBs estaduais em 2012 em relação ao ano de 2011. O estado do Amapá foi o que apresentou maior crescimento nominal em 2012, de 16,2%, seguido de Mato Grosso (13,2%) e Maranhão (12,7%). O maior PIB estadual (de R\$ 1,41 trilhão) foi computado em São Paulo, que obteve em 2012 um crescimento nominal de 4,4%, abaixo do registrado em 2011 (8,2%). A participação de São Paulo no PIB nacional também caiu de 32,5% em 2011 para 32,1% em 2012, reforçando a tendência da última década (Gráfico 1.4). Dentre os estados com pior desempenho em 2012, estão Amazonas (que registrou crescimento negativo de 0,7%), Ceará (2,4%) e Pará (3,0%).

**Gráfico 1.3 - Crescimento (%) Nominal do PIB 2012/2011 por Estado da Federação**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Gráfico 1.4 - Participação (%) do estado de São Paulo no PIB nacional (1999 a 2012)**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A Tabela 1.1 lista os valores, em reais correntes, dos 20 maiores PIBs municipais do ano de 2012 e a sua respectiva participação percentual no PIB brasileiro. O município de São Paulo encabeça a lista com o PIB de R\$ 499,3 bilhões, seguido de Rio de Janeiro (R\$ 220,9 bilhões) e Brasília (R\$ 171,2 bilhões). Dentre os sete primeiros colocados, excetuando Belo Horizonte, todos os demais municípios apresentaram reduções nas suas participações no PIB nacional. Campos de Goytacazes (RJ), polo de exploração de petróleo e gás natural, considerando os 10 maiores PIBs, foi o único que teve sua participação aumentada (de 0,90% para 1,03%). No geral, os 20 municípios presentes na tabela representaram aproximadamente 36,2% de todo o PIB nacional em 2012.

**Tabela 1.1 - 20 Maiores PIBs Municipais 2012**

Posição	Município	PIB 2012 em R\$ Mil	Part. % no Total 2011	Part. % no Total 2012
1º	São Paulo/SP	499.375.401	11,51%	11,37%
2º	Rio de Janeiro/RJ	220.924.561	5,05%	5,03%
3º	Brasília/DF	171.235.534	3,97%	3,90%
4º	Curitiba/PR	59.151.308	1,40%	1,35%
5º	Belo Horizonte/MG	58.374.103	1,33%	1,33%
6º	Manaus/AM	49.824.579	1,23%	1,13%
7º	Porto Alegre/RS	48.002.209	1,10%	1,09%
8º	Campos dos Goytacazes/RJ	45.129.215	0,90%	1,03%
9º	Guarulhos/SP	44.670.723	1,05%	1,02%
10º	Fortaleza/CE	43.402.190	1,01%	0,99%
11º	Campinas/SP	42.766.024	0,98%	0,97%
12º	Salvador/BA	39.866.168	0,94%	0,91%
13º	Osasco/SP	39.198.919	0,95%	0,89%

**Tabela 1.1 - 20 Maiores PIBs Municipais 2012 (continuação)**

Posição	Município	PIB 2012 em R\$ Mil	Part. % no Total 2011	Part. % no Total 2012
14º	Santos/SP	37.722.531	0,76%	0,86%
15º	Recife/PE	36.821.898	0,80%	0,84%
16º	São Bernardo do Campo/SP	34.185.281	0,88%	0,78%
17º	Barueri/SP	33.075.587	0,77%	0,75%
18º	Goiânia/GO	30.131.330	0,67%	0,69%
19º	Vitória/ES	28.655.025	0,68%	0,65%
20º	Betim/MG	28.100.845	0,68%	0,64%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

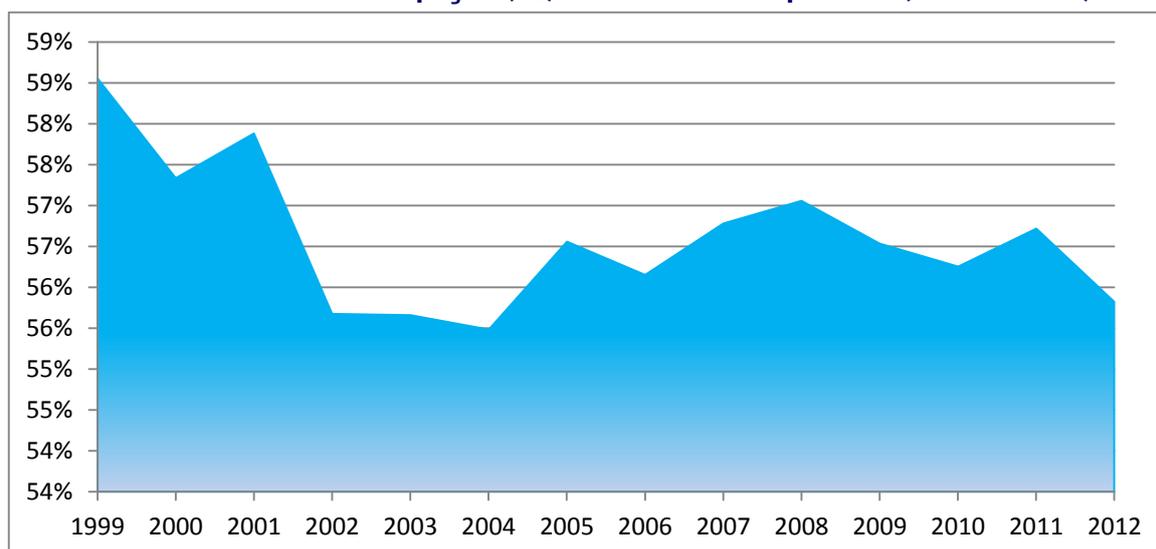
Entre os 20 maiores PIBs, encontram-se cinco municípios da RMSP: São Paulo (1º), Guarulhos (9º), Osasco (13º), São Bernardo do Campo (16º) e Barueri (17º). Todos apresentaram reduções nas suas participações no PIB brasileiro em relação a 2011.

### PIB da Região Metropolitana de São Paulo

O PIB da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP apresentou um crescimento nominal de 2,8%. Em termos relativos, o desempenho foi inferior ao nacional (6% nominal), fazendo com que caísse a participação da RMSP no PIB nacional, de 18,4% para 17,9%.

Em valores correntes, o PIB da RMSP atingiu R\$ 786,5 bilhões, valor superior ao PIB dos demais estados da federação e que representa 55,8% do PIB paulista. Em 2011, essa participação foi maior (56,7%). O Gráfico 1.5 traz a participação da RMSP no PIB paulista para os últimos 13 anos. Embora no fim da década de 90 e começo dos anos 2000 essa participação tenha caído mais consistentemente (de 58,5% em 1999 para 55,4% em 2004), a partir de 2005 o que se observa é uma estabilização da tendência, com alguns movimentos de aumento e decréscimo.

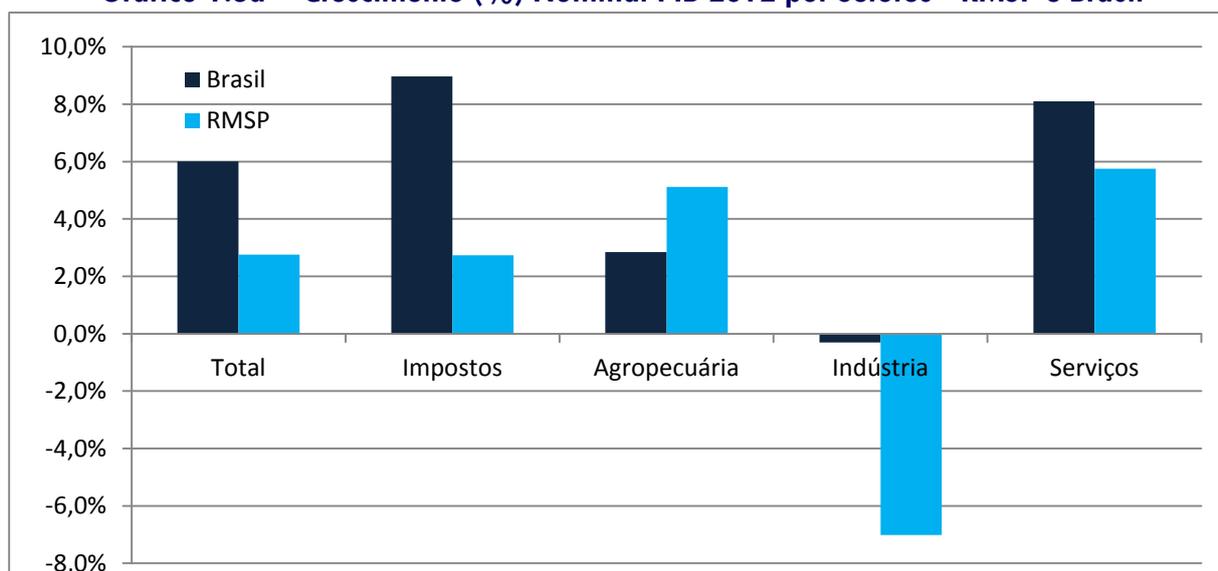
**Gráfico 1.5 - Participação (%) da RMSP no PIB paulista (1999 a 2012)**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

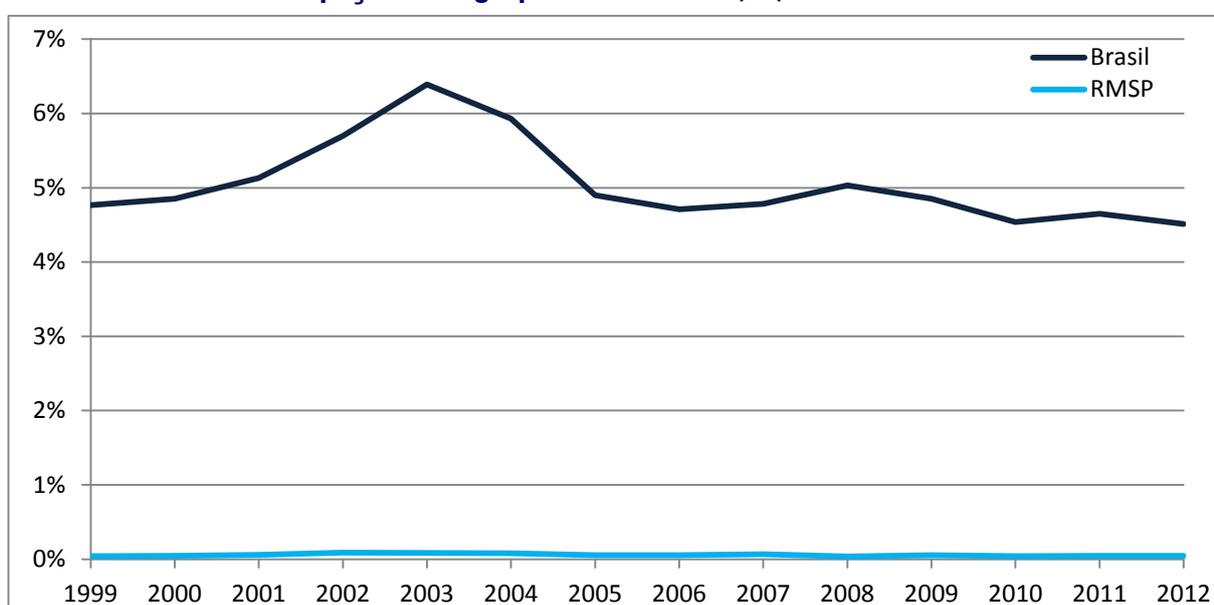
Decompondo setorialmente, observa-se que apenas o setor de agropecuária da RMSP apresentou um desempenho melhor em relação ao equivalente nacional. Na RMSP, a produção da indústria, que compõe 17,2% do PIB da região, apresentou retração nominal de 7%, enquanto que, nacionalmente, a retração foi de apenas 0,3%. Serviços cresceram 5,8% na RMSP, enquanto nacionalmente a expansão foi de 8,1%. O Gráfico 1.6a traz as variações nominais de cada setor que compõe o PIB para o Brasil e RMSP, enquanto os Gráficos 1.6b, 1.6c e 1.6d trazem a participação no PIB dos três principais setores (agropecuária, indústria e serviços) ao longo dos últimos 13 anos para as 2 regiões.

**Gráfico 1.6a - Crescimento (%) Nominal PIB 2012 por Setores - RMSP e Brasil**



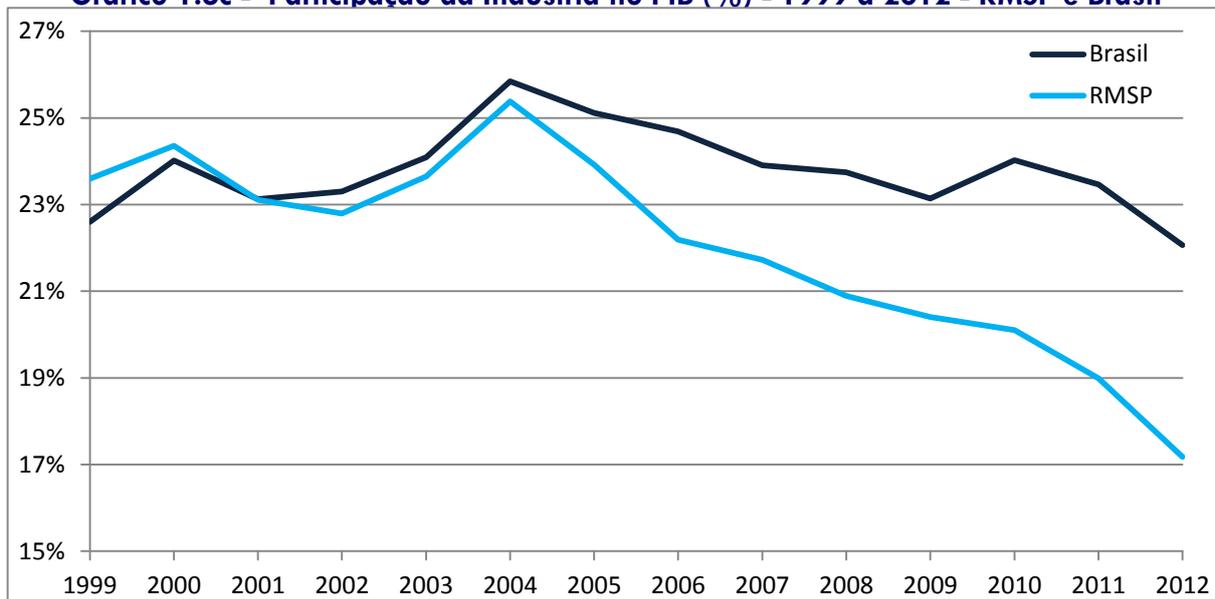
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Gráfico 1.6b - Participação da Agropecuária no PIB (%) - 1999 a 2012 - RMSP e Brasil**



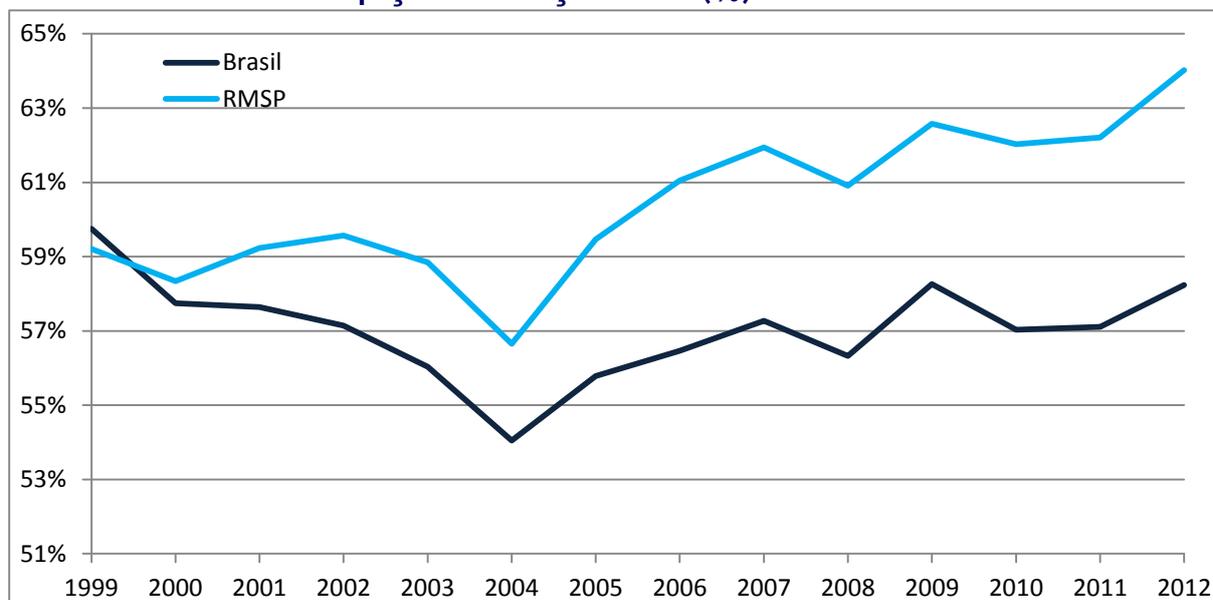
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Gráfico 1.6c - Participação da Indústria no PIB (%) - 1999 a 2012 - RMSP e Brasil**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Gráfico 1.6d - Participação de Serviços no PIB (%) - 1999 a 2012 - RMSP e Brasil**

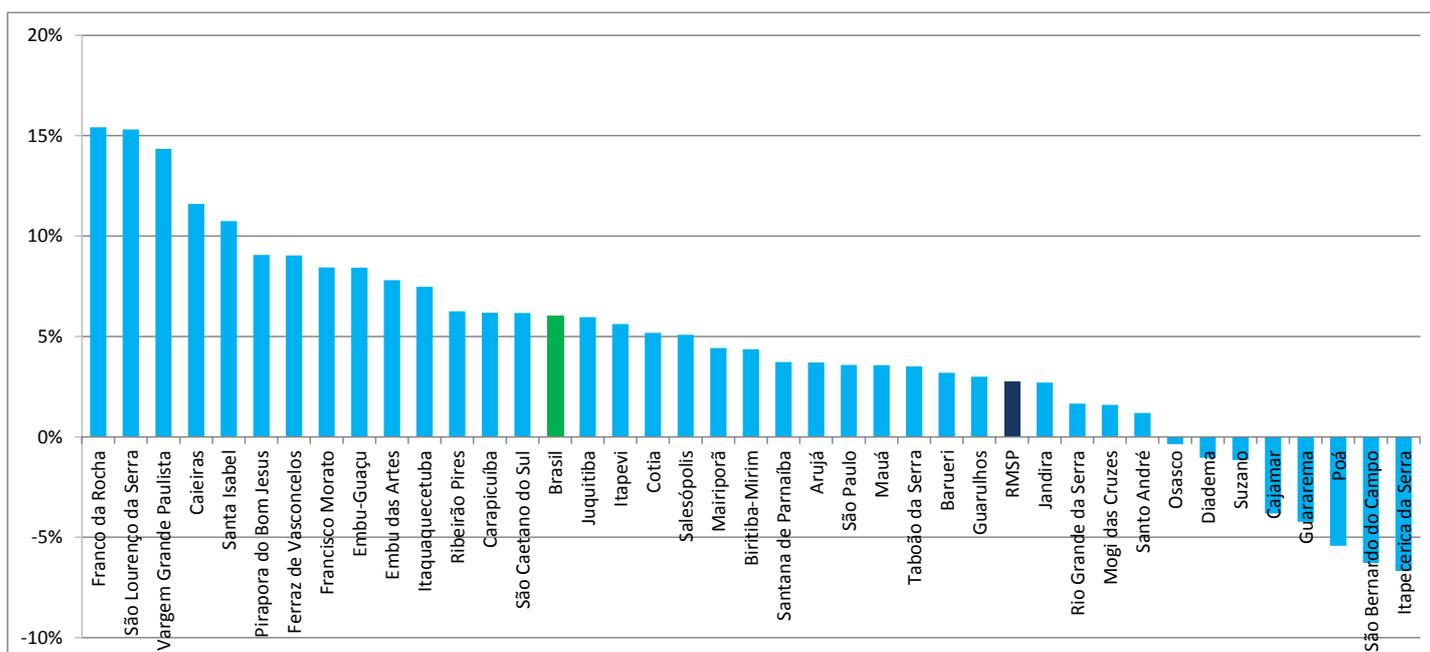


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Em 2012 o setor de serviços foi o responsável por 64,0% do PIB da região metropolitana, contra 62,2% de 2011, enquanto à indústria coube os já mencionados 17,2%, reforçando a tendência de 2004 para cá mostrada nos gráficos, de diminuição da participação da indústria e aumento da participação do setor de serviços. Comparando a RMSP com o Brasil, como era de se esperar, o setor de serviços tem um peso maior na composição do PIB da primeira região, principalmente devido a participação do município de São Paulo que teve em 2012 66,7% do seu PIB oriundo do setor de serviços. Por outro lado, a agropecuária é muito mais relevante na composição do PIB nacional (4,5% em 2012), do que para o PIB da RMSP (participação de 0,4%). Os Gráficos 1.6c e 1.6d em conjunto mostram uma mudança de perfil pela qual vem passando a RMSP na última década, com a diminuição da importância da indústria e o aumento da participação dos serviços na atividade econômica.

O Gráfico 1.7 exibe as taxas de crescimento do PIB de cada um dos municípios da RMSP em 2012 em relação ao ano de 2011:

**Gráfico 1.7 - Crescimento Nominal % do PIB 2012/2011 - Municípios da RMSP**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O município de Franco da Rocha foi o que apresentou a maior taxa de crescimento, 15,4%. Setorialmente, esse crescimento foi mais ou menos igualmente distribuído: a agropecuária expandiu 11,5%; a indústria, 15,8%; e os serviços, 12,8%. Na sequência, destacam-se os municípios de São Lourenço da Serra e Vargem Grande Paulista, cujos PIBs cresceram, respectivamente, 15,3% e 14,3%, impulsionados pelos seus setores de serviços (cresceram 18,5% e 12,4% respectivamente) e pela indústria, que cresceu 17,5% no caso de Vargem Grande Paulista. Dos 39 municípios da região metropolitana, 8 obtiveram crescimento nominal negativo, sendo os maiores registrados em Itapeperica da Serra (-6,7%), São Bernardo do Campo (-6,3%) e Poá (-5,3%). Em relação a São Bernardo do Campo, o setor responsável pela queda foi a indústria, que corresponde a 29% do PIB do município e registrou contração de 18,9%.

O PIB do município de São Paulo registrou expansão nominal de 3,6%. O setor de serviços, responsável por mais de 60% do PIB paulistano em 2012, cresceu, nominalmente, 5,8%, enquanto o valor da produção da indústria sofreu contração de 4,6%. A agropecuária apresentou expansão de 1,3% e o valor dos impostos sobre os produtos subiu 2,6%.

A Tabela 1.2 apresenta os valores dos PIBs de cada município da RMSP e a respectiva participação percentual no PIB metropolitano.

**Tabela 1.2 - PIBs Municipais 2012 - RMSP - em R\$ mil**

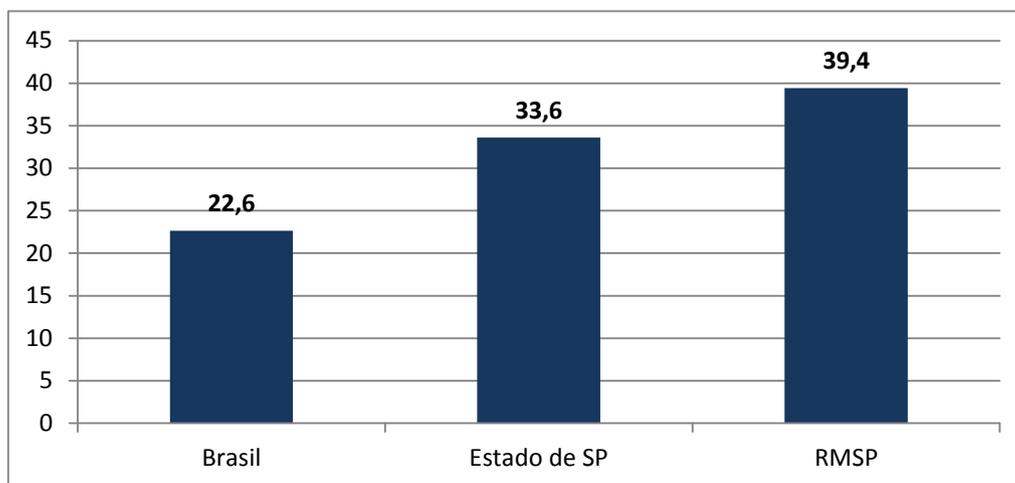
Posição	Município	PIB 2012 R\$ mil	Part. % no PIB RMSP
1°	São Paulo	499.375.401	63,49%
2°	Guarulhos	44.670.723	5,68%
3°	Osasco	39.198.919	4,98%
4°	São Bernardo do Campo	34.185.281	4,35%
5°	Barueri	33.075.587	4,21%
6°	Santo André	18.085.141	2,30%
7°	São Caetano do Sul	12.620.623	1,60%
8°	Diadema	11.645.673	1,48%
9°	Mogi das Cruzes	9.737.244	1,24%
10°	Mauá	7.863.726	1,00%
11°	Cotia	7.463.856	0,95%
12°	Itapevi	6.712.576	0,85%
13°	Suzano	5.681.813	0,72%
14°	Embu das Artes	5.667.039	0,72%
15°	Cajamar	5.623.205	0,71%
16°	Taboão da Serra	5.331.628	0,68%
17°	Santana de Parnaíba	4.973.572	0,63%
18°	Carapicuíba	4.136.551	0,53%
19°	Itaquaquecetuba	3.892.597	0,49%
20°	Itapeçerica da Serra	3.442.736	0,44%
21°	Poá	3.061.417	0,39%
22°	Caieiras	2.294.002	0,29%
23°	Franco da Rocha	2.194.091	0,28%
24°	Ribeirão Pires	2.157.284	0,27%
25°	Arujá	2.149.451	0,27%
26°	Ferraz de Vasconcelos	1.929.252	0,25%
27°	Jandira	1.855.082	0,24%
28°	Mairiporã	1.354.340	0,17%
29°	Francisco Morato	1.143.641	0,15%
30°	Vargem Grande Paulista	1.033.301	0,13%
31°	Santa Isabel	991.562	0,13%
32°	Embu-Guaçu	740.963	0,09%
33°	Rio Grande da Serra	536.974	0,07%
34°	Guararema	462.382	0,06%
35°	Biritiba-Mirim	383.882	0,05%
36°	Juquitiba	301.035	0,04%
37°	Salesópolis	197.817	0,03%
38°	São Lourenço da Serra	177.678	0,02%
39°	Pirapora do Bom Jesus	151.815	0,02%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

## PIB per capita da Região Metropolitana de São Paulo

Empregando os dados de estimativa populacional para 2012<sup>3</sup> é possível calcular o PIB *per capita*, que representa um indicador mais preciso do desenvolvimento econômico do município. Conforme o Gráfico 1.8 mostra, o PIB *per capita* da RMSP alcançou, em 2012, R\$ 39,4 mil, valor 17,2% superior ao PIB *per capita* do Estado de São Paulo, que atingiu R\$ 33,6 mil, e 74,3% superior ao PIB per capita do Brasil, que foi R\$ 22,6 mil.

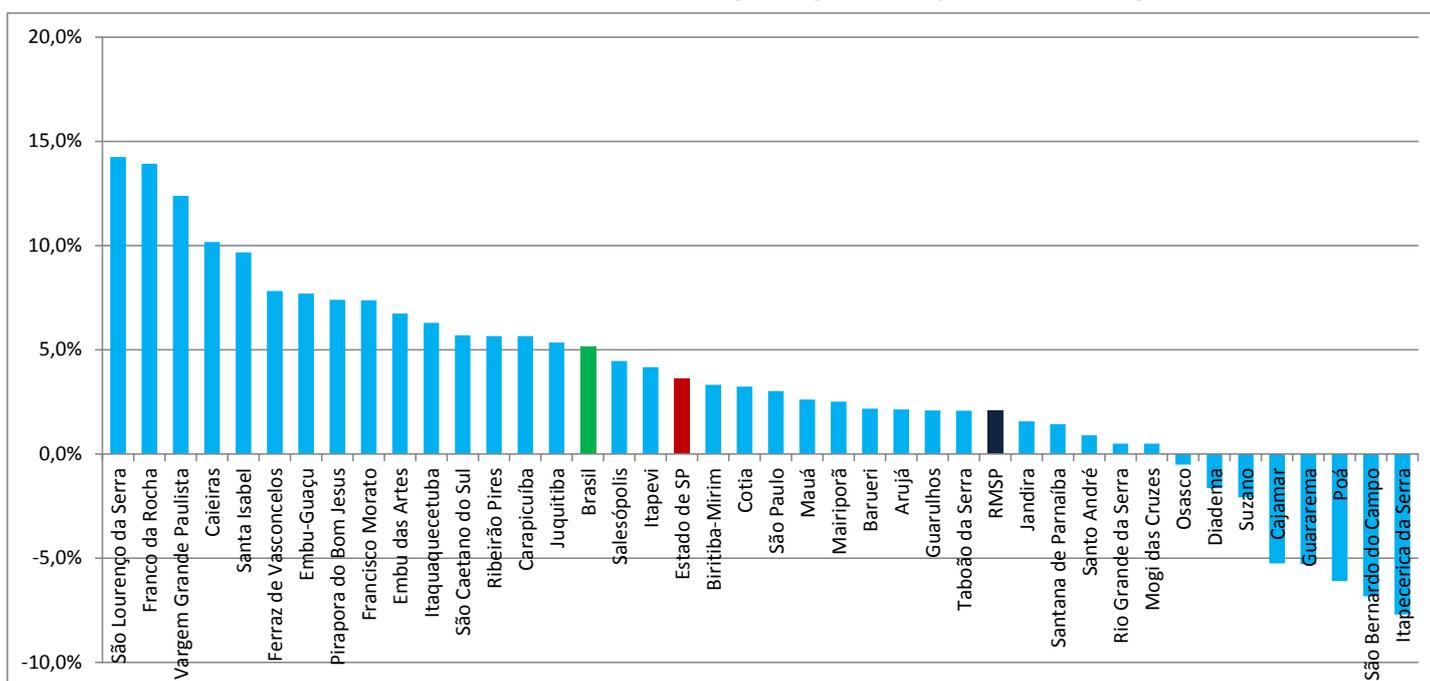
**Gráfico 1.8 - PIB per capita 2012 - Brasil, Estado de SP e RMSP - em R\$ mil**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O Gráfico 1.9 ilustra o crescimento nominal do PIB *per capita* dos municípios da RMSP entre 2012 e 2011.

**Gráfico 1.9 - Crescimento Nominal (%) PIB per capita 2012/2011 - Municípios da RMSP**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

3 - Foram utilizadas estimativas da população realizadas pelo IBGE com data de referência de 1º de Julho de 2012 e publicadas no Diário Oficial da União do dia 28/08/2012

Como pode ser observado pelo gráfico, dos 39 municípios da RMSP, 15 obtiveram um crescimento nominal do PIB per capita maior que o nacional (5,2%), com destaque para São Lourenço da Serra (14,2%), Franco da Rocha (13,9%) e Vargem Grande Paulista (12,4%). Oito municípios registraram retração de seus PIBs per capita (Osasco, Diadema, Suzano, Cajamar, Guararema, Poá, São Bernardo do Campo e Itapeverica da Serra). Todos eles também registraram retração no PIB nominal. O município de São Paulo obteve expansão de 3% do seu PIB per capita, ficando abaixo da média nacional e do estado de São Paulo (cujo PIB per capita cresceu 3,6%), porém acima da média da região metropolitana (2,1%). Por fim, a Tabela 1.3 traz os PIBs per capita de todos os municípios da RMSP e a respectiva posição de cada um na região.

**Tabela 1.3 - PIBs per capita 2012 - RMSP**

Posição	Município	PIB 2012 per capita (R\$)	Var Pos. 2011 para 2012
1°	Barueri	134.644	-
2°	Cajamar	85.031	-
3°	São Caetano do Sul	83.781	-
4°	Osasco	58.604	-
5°	São Bernardo do Campo	44.117	-
6°	São Paulo	43.895	-
7°	Santana de Parnaíba	43.649	-
8°	Guarulhos	35.894	-
9°	Cotia	35.708	-
10°	Itapevi	32.497	-
11°	Diadema	29.786	↑ 1
12°	Poá	28.463	↓ 1
13°	Arujá	27.814	-
14°	Santo André	26.576	-
15°	Caieiras	25.821	↑ 2
16°	Mogi das Cruzes	24.560	↓ 1
17°	Vargem Grande Paulista	23.192	↑ 4
18°	Embu das Artes	23.117	↑ 1
19°	Itapeverica da Serra	22.058	↓ 3
20°	Suzano	21.234	↓ 2
21°	Taboão da Serra	21.190	↓ 1
22°	Santa Isabel	19.266	↑ 2
23°	Ribeirão Pires	18.864	↑ 2
24°	Mauá	18.496	↓ 1

**Tabela 1.3 - PIBs per capita 2012 - RMSP (continuação)**

Posição	Município	PIB 2012 per capita (R\$)	Var Pos. 2011 para 2012
25°	Guararema	17.489	↓ 3
26°	Jandira	16.736	-
27°	Franco da Rocha	16.234	↑ 1
28°	Mairiporã	16.103	↓ 1
29°	Biritiba-Mirim	13.161	-
30°	Salesópolis	12.498	-
31°	São Lourenço da Serra	12.477	↑ 2
32°	Rio Grande da Serra	11.929	↓ 1
33°	Itaquaquetuba	11.826	↓ 1
34°	Embu-Guaçu	11.641	-
35°	Ferraz de Vasconcelos	11.202	↑ 1
36°	Carapicuíba	11.079	↓ 1
37°	Juquitiba	10.352	-
38°	Pirapora do Bom Jesus	9.349	-
39°	Francisco Morato	7.256	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

## Conclusão

Os dados do IBGE mostram que 2012 foi um ano difícil para a indústria, que ficou estagnada no cenário nacional (queda nominal de 0,3%). Apesar do peso econômico desse setor na região metropolitana apresentar declínio na última década (Gráfico 1.6c), em 2012 o mesmo representou 17,2% do PIB da região, chegando a 29% do PIB de alguns municípios como São Bernardo do Campo. Na RMSP a queda nominal do setor foi de 7%, contribuindo fortemente para um crescimento do PIB nominal da região menor que o verificado nacionalmente; 2,7% contra 6%. Essa diferença no ritmo de crescimento fez com que a participação da região metropolitana de São Paulo no PIB nacional caísse de 18,5% em 2011 para 17,9% em 2012, movimento que deve continuar caso se intensifique o processo de desenvolvimento econômico do interior do país.

Outro setor importante, o de serviços, que corresponde a 64% do PIB metropolitano, apesar do crescimento nominal de 5%, também ficou abaixo do registrado nacionalmente (8%). Para 2012, o PIB da região metropolitana de São Paulo estimado pelo IBGE ficou em R\$ 786,5 bilhões contra R\$ 765,3 bilhões em 2011. Considerando as estimativas populacionais do mesmo instituto, o PIB per capita metropolitano saiu de R\$ 38,6 mil em 2011 para R\$ 39,4 mil em 2012, crescimento nominal de 2,1%.

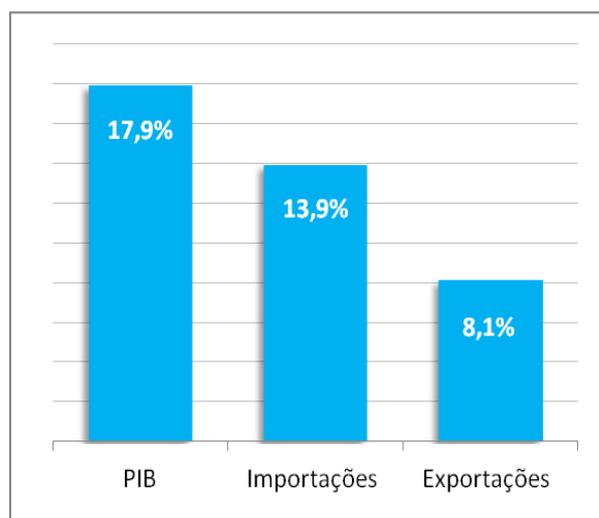
## 17. Comércio Exterior da Região Metropolitana de São Paulo\*

O comércio internacional representa uma importante fonte para o desenvolvimento da atividade econômica. Primeiramente, porque permite uma diversificação de mercado, sobretudo nos momentos em que a atividade econômica nacional não se mostre suficientemente dinâmica para absorver e sustentar aumento da produção local. Além disso, ao produzir para um mercado maior, possibilita um ganho de eficiência e de especialização na produção dos bens para os quais o município revele a sua vocação econômica. Na medida em que incorporam componentes e máquinas externas à sua linha de produção, a exposição ao mercado internacional estimula as empresas a adotarem novas tecnologias que aumentam a sua produtividade e competitividade.

A análise das importações e das exportações dos municípios é também um importante instrumento para se identificar os bens para os quais cada município apresente vantagens comparativas na produção. A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulga em seu site estatísticas de comércio exterior desagregadas por município brasileiro (<http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/>). Essas informações permitem mensurar a importância do comércio exterior na economia de cada município, bem como analisar a evolução da competitividade e das respectivas vantagens comparativas.

A partir desses dados, verifica-se que a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, onde é produzido 17,9% do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil, respondeu por 11,0% da corrente de comércio (importações + exportações) do país em 2014. As exportações<sup>1</sup> da RMSP somaram US\$ 18,2 bilhões, representando 8,1% das exportações do país. As importações efetuadas pela RMSP totalizaram US\$ 31,9 bilhões no mesmo período, sendo que a participação da -

**Gráfico 1.1 - Participação da RMSP no Brasil**



Fonte: IBGE - PIB Municipal 2012  
Exportação e Importação SECEX 2014

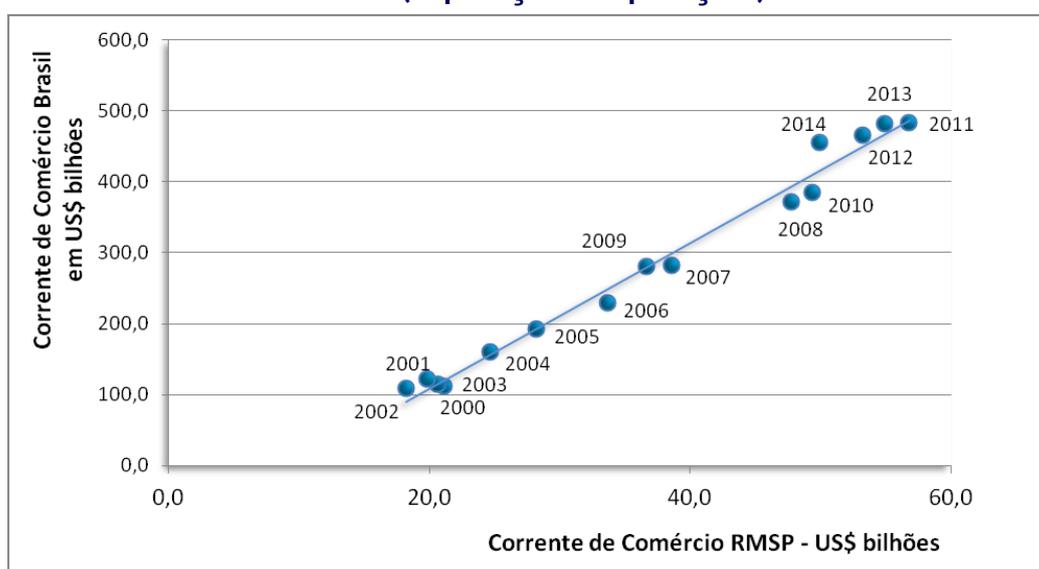
(1) Ao longo do estudo, as exportações se referirão, sempre, ao seu conceito FOB (Free on Board), no qual o remetente da mercadoria (exportador) é responsável pelos custos de transporte e seguro da carga somente até que esta seja embarcada no navio. O comprador (importador) torna-se responsável pelo pagamento do transporte e do seguro a partir daí.

\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 49 - junho/2015.

RMSP foi de 13,9% nas importações do país. É importante destacar que o critério metodológico adotado pela Secretaria de Comércio Exterior leva em conta o município em que se localiza o domicílio fiscal (sede) da empresa exportadora, e não o município em que o bem foi produzido.

Além da competitividade local, o comércio exterior é muito influenciado por variáveis macroeconômicas nacionais e internacionais, de forma que a análise do comércio exterior dos municípios deve levar em consideração tais efeitos. Como o Gráfico 1.2 ilustra, as correntes de comércio exterior (exportações mais importações) da RMSP e do Brasil seguem altamente correlacionadas (coeficiente de correlação igual a 0,9925), ou seja, comércio exterior da RMSP segue variações de aumento ou de diminuição similares às variações do comércio exterior nacional.

**Gráfico 1.2 - Corrente de Comércio (Exportações+Importações) - RMSP e Brasil - 2000 e 2014**



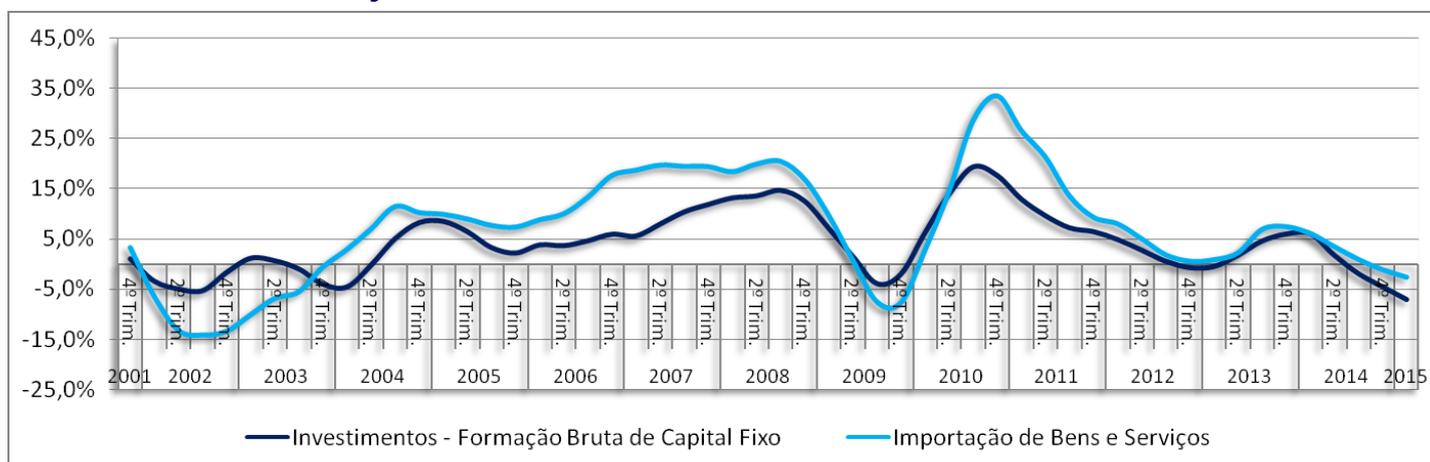
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

Percebe-se, portanto, que as variáveis fundamentais para a determinação da corrente de comércio exterior da RMSP são as mesmas que definem o volume de comércio exterior do país. Nacionalmente, as principais variáveis que desempenham forte influência sobre as exportações e importações são: a atividade econômica, o nível da taxa de câmbio real e o preço internacional das *commodities*.

Contextualizando, o cenário macroeconômico nacional recente é caracterizado por: contração da atividade econômica, elevação da taxa de câmbio real e recuo do preço das *commodities*.

A atividade econômica do país é uma importante variável para a determinação do volume de importação do país. Quanto mais aquecida a atividade econômica, maior é a sua demanda por bens importados. A queda recente da atividade econômica tem provocado a contração das importações do país. O Gráfico 1.3 mostra a forte relação entre o crescimento (acumulado em 4 trimestres) dos investimentos (formação bruta de capital fixo - fbcf) e das importações de bens e serviços.

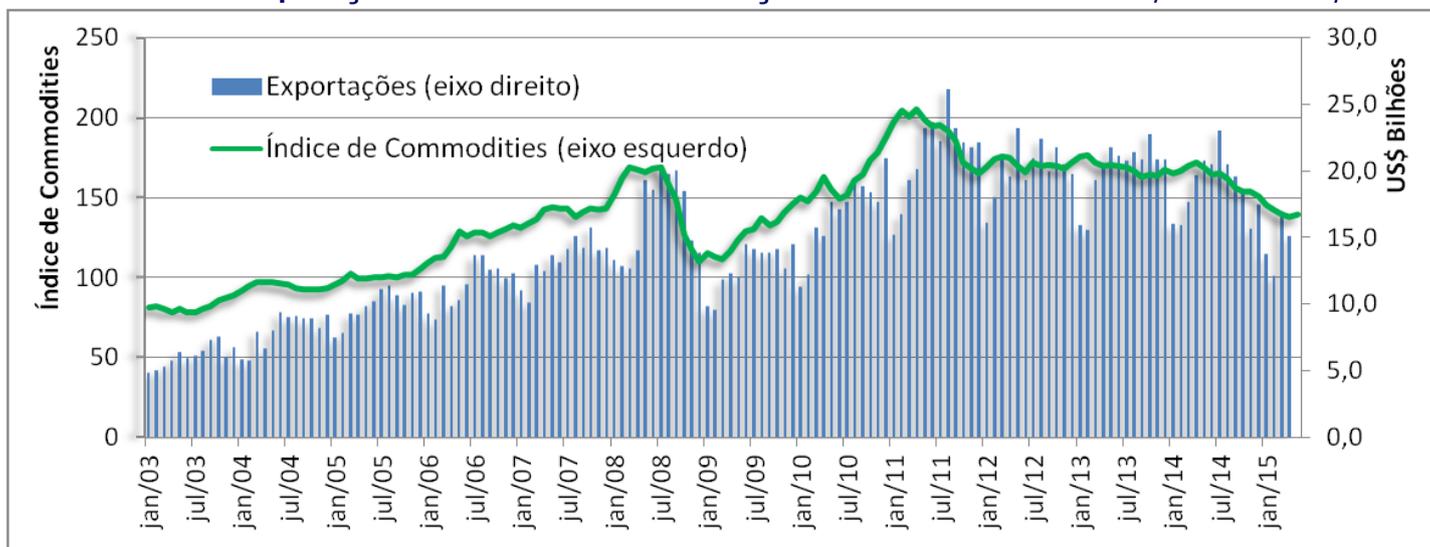
**Gráfico 1.3 - Investimentos (Fbcf) e Importação de Bens e Serviços**  
**Varição % Acumulada em 4 trimestres sobre 4 trimestres anteriores**



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

Do lado das exportações, uma variável essencial é o preço internacional dos produtos comercializáveis com o exterior. Os produtos básicos (*commodities*) respondem por cerca de 44% do valor total das exportações brasileiras. Desta forma, o preço internacional das commodities é determinante fundamental do comportamento das exportações, como pode ser visto no Gráfico 1.4. Desde o pico atingido em abril/2011, o preços das commodities estabilizaram-se e, a partir de dezembro/2014, entraram numa trajetória mais acentuada de declínio, levando junto o valor das exportações.

**Gráfico 1.4 - Exportações Brasileiras e Índice de Preços de Commodities - Janeiro/2003 a Abril/2015**



Fonte: Índice de Commodities - Non-Fuel Price Index, 2005 = 100, includes Food and Beverages and Industrial Inputs Price Indices - Fundo Monetário Internacional - FMI  
 Exportações - IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

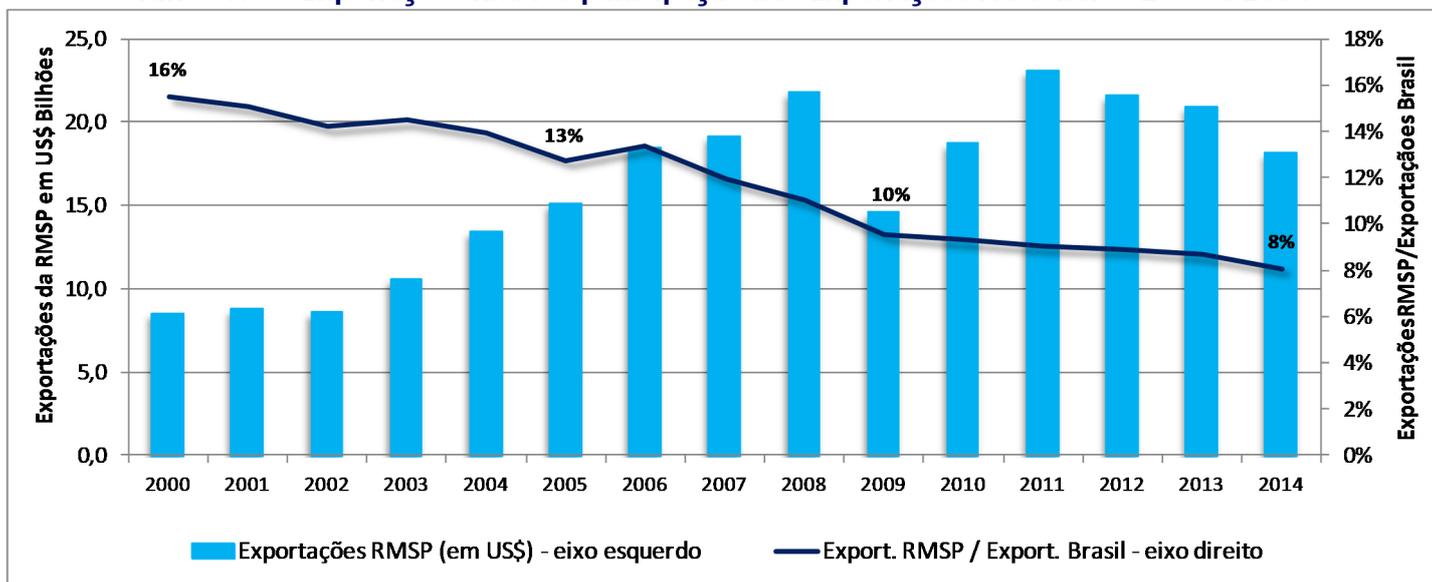
Outra variável importante para o comércio exterior é a taxa de câmbio real. A elevação da taxa de câmbio real tende a encarecer os produtos importados frente aos nacionais, ao mesmo tempo em que reduz os preços em moeda estrangeira dos produtos nacionais. Portanto, esse movimento da taxa de câmbio real tende a reduzir a quantidade das importações e elevar a das exportações.

A relação entre a taxa real de câmbio e o volume de comércio exterior, no entanto, é mais ambígua, pois ao mesmo tempo em que a sua variação influencia estas variáveis, ela também é influenciada pelas exportações e pelas importações.

### Exportações da Região Metropolitana de São Paulo

O Gráfico 1.5 apresenta a evolução das exportações da RMSP e a sua participação nas exportações nacionais de 2000 a 2014.

**Gráfico 1.5 - Exportações RMSP e participação nas Exportações Nacionais - 2000 a 2014**

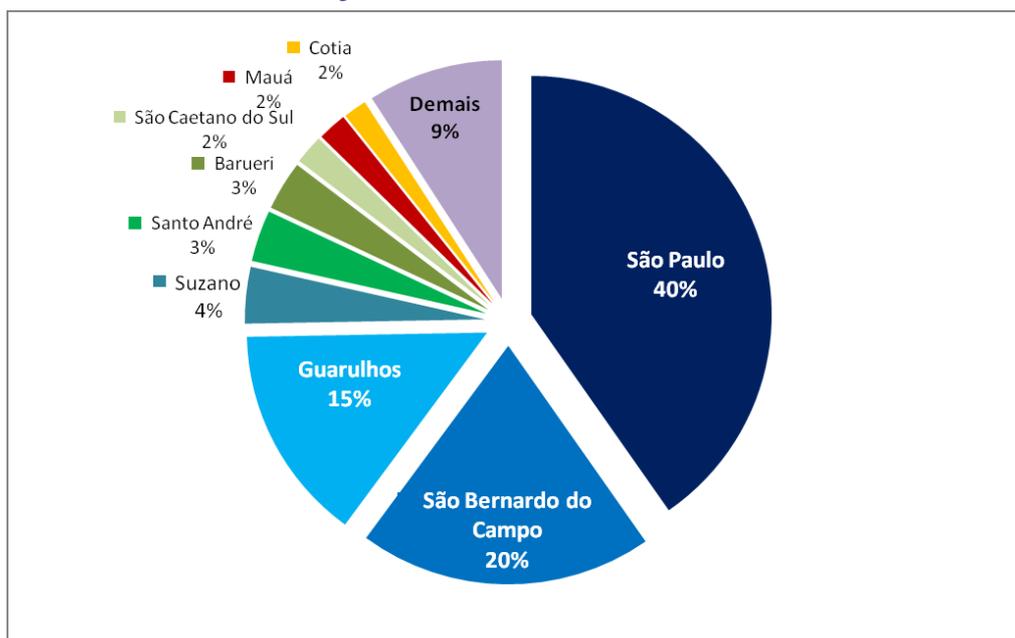


Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

Conforme o gráfico, as exportações da RMSP apresentaram um expressivo crescimento, em termos nominais, entre 2000 e 2008 (de US\$ 8,5 bilhões para US\$ 21,8 bilhões). Com a crise internacional de 2009, as exportações da região caíram para US\$ 14,6 bilhões em 2009, recuperando-se para os níveis pré-crise em 2011. Desde então, os valores das exportações anuais tem apresentado sucessivas quedas, registrando US\$ 18,2 bilhões em 2014. Ao longo de todo o período, a participação da região no total exportado pelo país seguiu uma tendência de queda, saindo de 16%, em 2000, para 8% em 2014.

O Gráfico 1.6 ilustra a distribuição das exportações da RMSP conforme o município de origem.

**Gráfico 1.6 - Exportações da RMSP 2014 - por Município de Origem**



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

As exportações do município de São Paulo representaram 40% do total da RMSP em 2014. Em valor, atingiram US\$ 7,3 bilhões (convertendo o valor das exportações mensais para R\$ pela cotação média mensal da taxa de câmbio US\$/R\$, temos R\$ 17,1 bilhões). A maior parte (44,5%) das exportações paulistanas refere-se a “alimentos e bebidas destinados à indústria”. Como já mencionado, para determinar o município responsável pela exportação é considerado aquele em que se situa o domicílio fiscal (sede) da empresa exportadora, e não o município em que o bem foi produzido.

Na sequência, São Bernardo do Campo respondeu por 20% das exportações da região. Em 2014, o município exportou US\$ 3,6 bilhões (ou R\$ 8,4 bilhões), sendo que “tratores e veículos automóveis para transporte de mercadorias” constituíram 27,8% desse valor, e “peças e acessórios de equipamentos de transporte”, 37,1%.

Guarulhos destaca-se com 15% do valor exportado da RMSP. Em valor, as exportações do município somaram US\$ 2,7 bilhões (ou R\$ 6,2 bilhões), sendo que as vendas de “combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves” representaram 64,5% desse total.

A Tabela 1.1 informa os valores exportados em 2014 pelos municípios da RMSP em US\$ e convertidos para R\$ pela cotação mensal média da taxa de câmbio.

**Tabela 1.1 - Exportações da RMSP 2014 - por Município de Origem**

Município	em US\$	em R\$	Part.% no Total
Arujá	37.200.950	86.987.065	0,2%
Barueri	607.575.794	1.426.006.584	3,3%
Biritiba-Mirim	-	-	0,0%
Caieiras	40.864.623	95.631.676	0,2%
Cajamar	194.413.886	452.847.586	1,1%
Carapicuíba	34.598.239	81.230.234	0,2%
Cotia	285.925.488	673.193.089	1,6%
Diadema	200.534.310	474.744.151	1,1%
Embu das Artes	67.881.532	160.587.681	0,4%
Embu-Guaçu	2.165.644	5.158.203	0,0%
Ferraz de Vasconcelos	15.363.308	35.818.983	0,1%
Francisco Morato	-	-	0,0%
Franco da Rocha	10.064.386	23.394.183	0,1%
Guararema	13.807.567	32.711.857	0,1%
Guarulhos	2.656.367.370	6.249.733.431	14,7%
Itapeerica da Serra	17.626.255	41.413.468	0,1%
Itapevi	136.222.816	319.677.520	0,8%
Itaquaquecetuba	34.192.969	79.868.590	0,2%
Jandira	48.834.076	119.447.750	0,3%
Juquitiba	47.259	165.798	0,0%
Mairiporã	5.318.371	12.285.494	0,0%
Mauá	355.602.801	837.084.502	2,0%
Mogi das Cruzes	163.733.315	386.659.424	0,9%
Osasco	178.500.895	419.888.029	1,0%
Pirapora do Bom Jesus	100.394.993	236.627.408	0,6%
Poá	32.293.996	75.887.621	0,2%
Ribeirão Pires	176.320.472	412.652.624	1,0%
Rio Grande da Serra	429.792	1.018.952	0,0%
Salesópolis	6.926	15.596	0,0%
Santa Isabel	1.958.314	4.584.132	0,0%
Santana de Parnaíba	56.036.965	131.667.300	0,3%
Santo André	632.528.809	1.478.967.213	3,5%
São Bernardo do Campo	3.589.868.538	8.431.586.669	19,8%
São Caetano do Sul	360.805.010	847.504.255	2,0%
São Lourenço da Serra	-	-	0,0%
São Paulo	7.320.135.056	17.130.947.977	40,2%
Suzano	695.428.357	1.640.089.007	3,8%
Taboão da Serra	61.828.957	145.862.852	0,3%
Vargem Grande Paulista	22.293.348	52.432.132	0,1%
<b>Total RMSP</b>	<b>18.157.171.387</b>	<b>42.604.379.037</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

Com relação aos dados de 2015, as exportações da região registraram, até maio, o valor de US\$ 6,4 bilhões. Esse valor representou uma queda de 15,8% (em US\$) comparativamente aos meses de janeiro a maio de 2014, período em que as exportações da RMSP somaram US\$ 7,7 bilhões. No mesmo período, houve uma retração de 16,2% (em US\$) das exportações do país.

**Tabela 1.2 - Exportações da RMSP - Janeiro a Maio - 2014 e 2015**

Município	Jan-Mai 2014	Jan-Mai 2015	Var. %
Arujá	15.786.192	15.976.986	1,2%
Barueri	241.462.098	190.517.440	-21,1%
Biritiba-Mirim	-	-	
Caieiras	19.858.560	18.395.398	-7,4%
Cajamar	74.988.291	47.428.951	-36,8%
Carapicuíba	15.699.200	11.356.966	-27,7%
Cotia	109.651.465	105.431.891	-3,8%
Diadema	73.729.443	69.017.321	-6,4%
Embu das Artes	26.352.513	35.048.720	33,0%
Embu-Guaçu	765.425	496.239	-35,2%
Ferraz de Vasconcelos	7.368.642	6.305.328	-14,4%
Francisco Morato	-	-	
Franco da Rocha	4.389.714	4.791.930	9,2%
Guararema	5.278.303	5.342.603	1,2%
Guarulhos	1.105.437.316	758.665.462	-31,4%
Itapecerica da Serra	7.413.227	6.906.050	-6,8%
Itapevi	50.996.425	47.385.796	-7,1%
Itaquaquecetuba	15.299.163	9.849.953	-35,6%
Jandira	19.429.797	13.966.821	-28,1%
Juquitiba	23.797	-	-
Mairiporã	2.581.113	977.131	-62,1%
Mauá	137.884.122	122.459.270	-11,2%
Mogi das Cruzes	64.614.301	69.570.744	7,7%
Osasco	79.190.125	58.516.111	-26,1%
Pirapora do Bom Jesus	26.913.828	34.709.141	29,0%
Poá	13.811.533	11.671.043	-15,5%
Ribeirão Pires	75.165.999	61.119.109	-18,7%
Rio Grande da Serra	128.352	53.756	-58,1%
Salesópolis	6.926	14.592	110,7%
Santa Isabel	1.091.848	1.448.556	32,7%
Santana de Parnaíba	18.559.452	18.144.391	-2,2%
Santo André	296.512.128	211.527.437	-28,7%
São Bernardo do Campo	1.482.250.812	1.362.173.800	-8,1%
São Caetano do Sul	128.221.846	157.381.215	22,7%
São Lourenço da Serra	-	-	
São Paulo	3.247.015.799	2.750.460.756	-15,3%
Suzano	284.354.699	231.238.565	-18,7%
Taboão da Serra	22.118.636	19.602.400	-11,4%
Vargem Grande Paulista	8.710.315	10.168.046	16,7%
<b>Total RMSP</b>	<b>7.683.061.405</b>	<b>6.468.119.918</b>	<b>-15,8%</b>

Apesar da queda, deve-se ressaltar que a taxa de câmbio (R\$/US\$) mensal no período janeiro/maio 2015 foi em média 27,3% maior do que a taxa de câmbio média do período janeiro/maio 2014, o que significa que o valor total das exportações em reais (R\$) está maior em 2015. A elevação da taxa de câmbio mais do que compensou a queda do valor em dólares das exportações.

Analisando o detalhamento por país, observa-se que a queda das exportações da RMSP está concentrada em três destinos: Estados Unidos (-24,5%), China (-35,6%) e “Provisão de navios e aeronaves” (-43,4%) (esse item é considerado um destino, uma vez que se trata de combustíveis, peças sobressalentes, alimentos e outros produtos que saem do país a bordo de navios e de aeronaves e são consumidos na própria embarcação/aeronave, não atingindo especificamente um país de destino).

**Tabela 1.3 - Exportações da RMSP por País Destino e Projeção de Crescimento**

Pos.	Destino	Jan-Mai 2014	Jan-Mai 2015	Var.% 2015/ 2014	Part.% no total	Projeção de Cresc. Econômico – FMI	
						2015	2016
1º	Argentina	1.232.822.479	1.251.797.103	1,5%	19,4%	-0,3%	0,1%
2º	Estados Unidos	896.684.170	676.645.238	-24,5%	10,5%	3,1%	3,1%
3º	China	1.028.008.557	661.833.076	-35,6%	10,2%	6,8%	6,3%
4º	Provisão de Navios e Aeronaves	549.089.905	310.787.508	-43,4%	4,8%	-	-
5º	México	252.783.869	264.039.741	4,5%	4,1%	3,0%	3,3%
6º	Venezuela	259.421.750	222.758.601	-14,1%	3,4%	-7,0%	-4,0%
7º	Alemanha	235.666.246	218.891.320	-7,1%	3,4%	1,6%	1,7%
8º	Chile	239.188.527	216.112.561	-9,6%	3,3%	2,7%	3,3%
9º	Países Baixos (Holanda)	247.585.885	160.371.635	-35,2%	2,5%	1,6%	1,6%
10º	Colômbia	137.352.345	131.294.526	-4,4%	2,0%	3,4%	3,7%
	Demais Países	2.604.457.672	2.353.588.609	-9,6%	36,4%		
	<b>Total RMSP</b>	<b>7.683.061.405</b>	<b>6.468.119.918</b>	<b>-15,8%</b>	<b>100,0%</b>		

Fonte: Exportações - Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

Projeção de Crescimento Econômico - World Economic Outlook - Abril /FMI

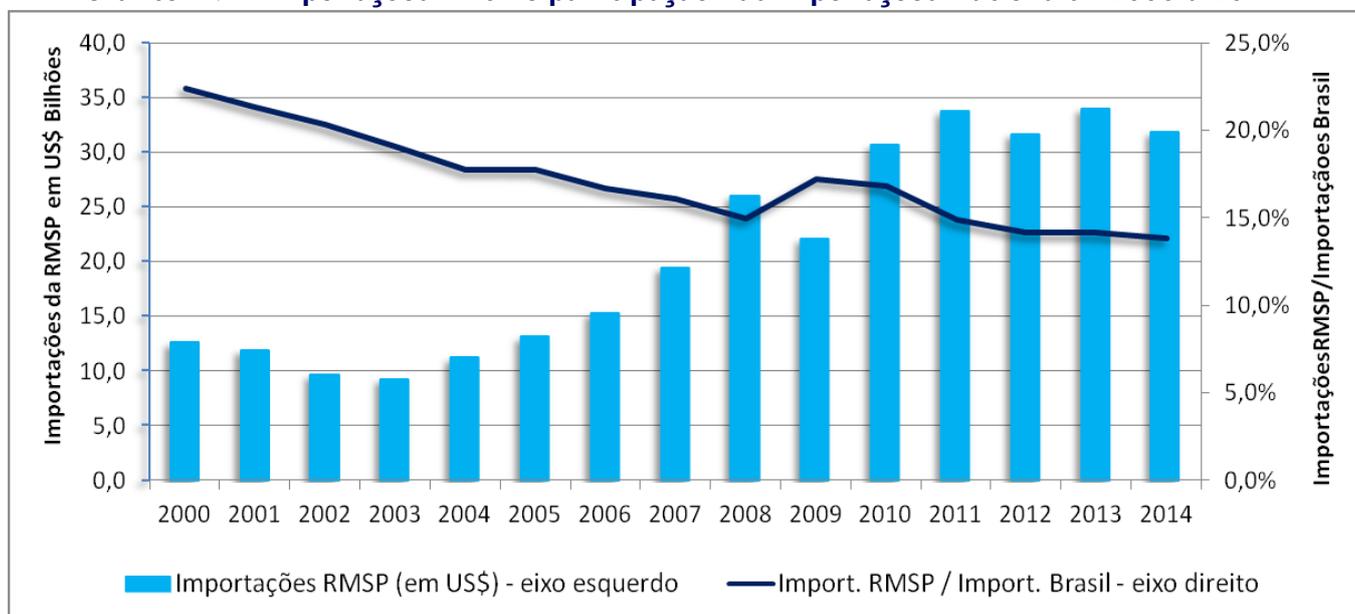
O principal destino das exportações da RMSP foi a Argentina com 19,4% do total, crescendo 1,5% em relação a janeiro-maio de 2014. Na sequência, Estados Unidos (10,5%) e China (10,2%) apresentaram expressivas quedas de 24,5% e 35,6% em relação aos cinco primeiros meses de 2014. A “provisão de navios e aeronaves” é o quarto maior destino das exportações da RMSP.

Fator importante para as perspectivas de crescimento das exportações é a expectativa de crescimento das economias dos países de destino. A Tabela 1.3 apresenta também as projeções do Fundo Monetário Internacional - FMI para o crescimento econômico em 2015 e 2016 dessas economias. A projeção do FMI de crescimento da economia da Argentina, principal destino das exportações da RMSP, é de -0,3% em 2015, e de 0,1% em 2016. Outro fator de preocupação é economia chinesa, que vem mostrando desaceleração e se constitui em um importante mercado comprador de *commodities*. Em 2014, a economia chinesa cresceu 7,4%, e a projeção é que cresça 6,8% em 2015, e 6,3% em 2016.

## Importações da Região Metropolitana de São Paulo

O Gráfico 1.7 apresenta a evolução das importações da RMSP e a sua participação nas importações nacionais de 2000 a 2014.

**Gráfico 1.7 - Importações RMSP e participação nas Importações Nacionais - 2000 a 2014**

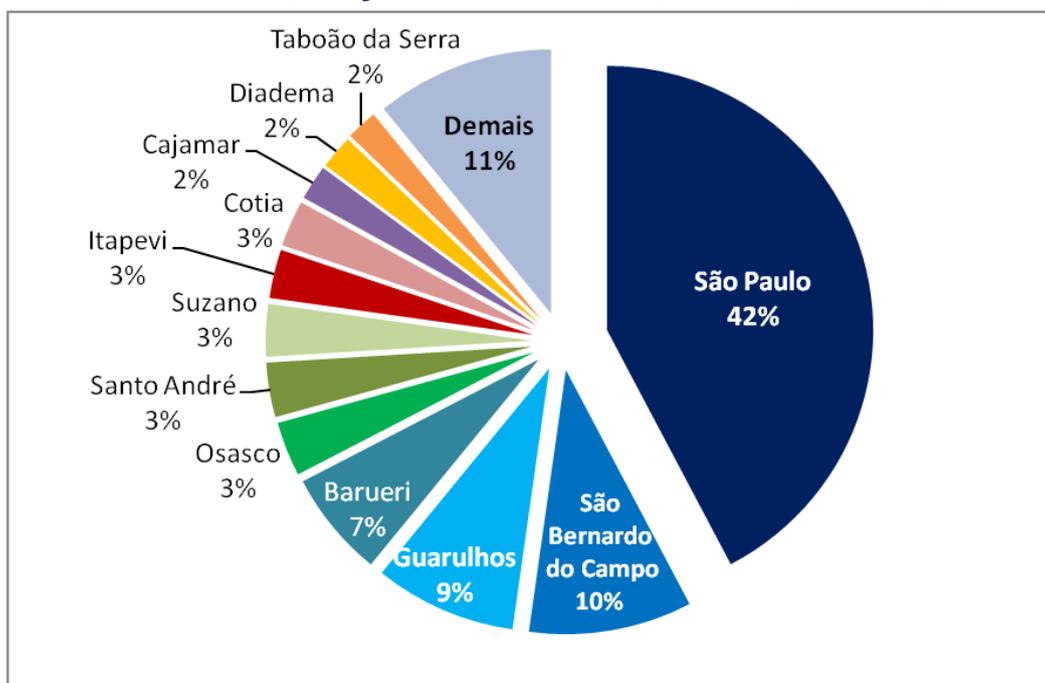


Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

Assim como observado com relação às exportações (Gráfico 1.5), o Gráfico 1.7 mostra que as importações da RMSP apresentaram um forte crescimento, em termos nominais, especialmente entre 2003 e 2008 (de US\$ 8,2 bilhões para US\$ 26,0 bilhões). Após a crise, as importações da região caíram para US\$ 22,1 bilhões em 2009, recuperando-se a partir de 2010. Desde então, os valores das importações anuais têm apresentado uma certa estabilidade, oscilando em torno de US\$ 33 bilhões. Igualmente ao observado em relação às exportações, a participação da região no total importado pelo país seguiu uma tendência de queda, saindo de 22,5% em 2000 para 13,9% em 2014.

O Gráfico 1.8 ilustra a distribuição das importações da RMSP conforme o município de destino. As importações do município de São Paulo representaram 42% do total da RMSP em 2014. Em valor, atingiram US\$ 13,5 bilhões. Na sequência, São Bernardo do Campo respondeu por 10% das importações da região (US\$ 3,2 bilhões). O terceiro maior município importador é Guarulhos com 9% do valor do total importado pela RMSP (US\$ 2,8 bilhões).

**Gráfico 1.8 - Importações da RMSP 2014 - por Município de Origem**



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

A Tabela 1.4 informa os valores importados em 2014 pelos municípios da RMSP em US\$ e convertidos para R\$ pela cotação mensal média da taxa de câmbio.

**Tabela 1.4 - Importações da RMSP 2014 - por Município de Origem**

Município	em US\$	em R\$	Part. % no Total
Arujá	113.337.002	265.171.071	0,4%
Barueri	2.067.319.967	4.863.996.055	6,5%
Biritiba-Mirim	1.020.403	2.351.088	0,0%
Caieiras	96.501.521	227.226.714	0,3%
Cajamar	682.073.787	1.605.669.684	2,1%
Carapicuíba	51.908.712	121.866.435	0,2%
Cotia	898.395.182	2.109.548.034	2,8%
Diadema	660.325.309	1.551.738.929	2,1%
Embu das Artes	516.815.957	1.213.438.534	1,6%
Embu-Guaçu	12.937.992	30.170.947	0,0%
Ferraz de Vasconcelos	13.688.098	32.175.507	0,0%
Francisco Morato	579.019	1.372.817	0,0%
Franco da Rocha	394.455.369	923.814.453	1,2%
Guararema	51.880.267	122.099.343	0,2%
Guarulhos	2.752.758.036	6.468.803.381	8,6%
Itapeverica da Serra	183.645.477	427.601.858	0,6%
Itapevi	945.961.077	2.217.837.696	3,0%
Itaquaquecetuba	91.445.991	213.935.692	0,3%
Jandira	249.534.098	587.492.094	0,8%
Juquitiba	6.187.521	14.650.713	0,0%

Município	em US\$	em R\$	Part. % no Total
Mairiporã	23.389.890	54.744.867	0,1%
Mauá	341.548.688	799.329.872	1,1%
Mogi das Cruzes	416.854.090	977.871.493	1,3%
Osasco	1.059.892.984	2.499.153.538	3,3%
Pirapora do Bom Jesus	-	-	0,0%
Poá	33.172.519	78.116.016	0,1%
Ribeirão Pires	91.648.364	213.401.801	0,3%
Rio Grande da Serra	7.061.635	16.483.767	0,0%
Salesópolis	-	-	0,0%
Santa Isabel	6.099.819	14.241.757	0,0%
Santana de Parnaíba	281.871.796	660.543.742	0,9%
Santo André	1.059.554.056	2.479.961.379	3,3%
São Bernardo do Campo	3.155.726.677	7.397.288.911	9,9%
São Caetano do Sul	403.335.866	942.076.644	1,3%
São Lourenço da Serra	537.650	1.287.814	0,0%
São Paulo	13.464.648.017	31.667.367.807	42,3%
Suzano	1.021.539.182	2.392.722.767	3,2%
Taboão da Serra	603.961.962	1.415.266.273	1,9%
Vargem Grande Paulista	64.246.239	149.791.497	0,2%
<b>Total RMSP</b>	<b>31.825.860.219</b>	<b>74.760.610.990</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

Com relação aos dados de 2015, até maio as importações da região registraram o valor de US\$ 11,5 bilhões (ver Tabela 1.5). O valor representou uma queda de 15,7% (em US\$) comparativamente aos meses de janeiro a maio de 2014, período em que as importações da RMSP somaram US\$ 13,7 bilhões. No mesmo período, a retração das importações observadas no país foi significativamente mais forte, de 35,9% (em US\$).

Vale a observação feita, anteriormente, de que a taxa de câmbio (R\$/US\$) mensal no período janeiro/maio 2015 foi em média 27,3% maior que a taxa de câmbio média do período janeiro/maio 2014, o que significa que o valor total das importações em 2015 da RMSP foi maior em reais (R\$). A elevação da taxa de câmbio mais do que compensou a queda do valor em dólares.

**Tabela 1.5 - Importações da RMSP - Janeiro a Maio - 2014 e 2015**

<b>Município</b>	<b>Jan-Mai 2014</b>	<b>Jan-Mai 2015</b>	<b>Var.%</b>
Arujá	52.935.314	36.805.504	-30,5%
Barueri	915.482.207	739.298.487	-19,2%
Biritiba-Mirim	749.273	218.684	-70,8%
Caieiras	39.346.630	46.579.564	18,4%
Cajamar	273.527.592	241.715.265	-11,6%
Carapicuíba	24.531.140	25.293.631	3,1%
Cotia	374.280.158	344.805.993	-7,9%
Diadema	268.252.446	252.796.483	-5,8%
Embu das Artes	228.138.379	203.474.277	-10,8%
Embu-Guaçu	5.329.280	4.522.065	-15,1%
Ferraz de Vasconcelos	6.247.391	6.372.240	2,0%
Francisco Morato	243.762	103.783	-57,4%
Franco da Rocha	128.598.903	136.824.120	6,4%
Guararema	21.313.912	31.745.000	48,9%
Guarulhos	1.187.688.415	1.029.390.372	-13,3%
Itapeçerica da Serra	93.140.653	65.439.924	-29,7%
Itapevi	397.847.273	430.417.575	8,2%
Itaquaquecetuba	37.711.398	35.579.446	-5,7%
Jandira	103.259.521	92.229.584	-10,7%
Juquitiba	2.329.279	1.624.134	-30,3%
Mairiporã	8.422.683	7.213.598	-14,4%
Mauá	162.909.787	141.334.164	-13,2%
Mogi das Cruzes	210.093.721	153.248.845	-27,1%
Osasco	487.412.244	368.308.738	-24,4%
Pirapora do Bom Jesus	-	-	
Poá	15.456.096	9.212.585	-40,4%
Ribeirão Pires	35.618.714	25.056.109	-29,7%
Rio Grande da Serra	3.337.650	2.477.807	-25,8%
Salesópolis	-	4.176	
Santa Isabel	1.758.207	1.473.623	-16,2%
Santana de Parnaíba	120.431.902	102.717.568	-14,7%
Santo André	464.256.998	345.782.626	-25,5%
São Bernardo do Campo	1.418.554.634	990.593.603	-30,2%
São Caetano do Sul	176.429.150	204.362.706	15,8%
São Lourenço da Serra	201.335	76.377	-62,1%
São Paulo	5.678.890.841	4.828.427.292	-15,0%
Suzano	404.717.022	346.150.625	-14,5%
Taboão da Serra	276.457.948	246.337.582	-10,9%
Vargem Grande Paulista	26.872.631	17.820.893	-33,7%
<b>Total RMSP</b>	<b>13.652.774.489</b>	<b>11.515.835.048</b>	<b>-15,7%</b>

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

O detalhamento por país mostra que a China é a principal origem das importações da RMSP (20,5% do total), superando os Estados Unidos que, no mesmo período de 2014, tinha a dianteira, e que atualmente responde por 18,3% do total importado pela RMSP.

**Tabela 1.6 - Importações da RMSP por Origem - em US\$**

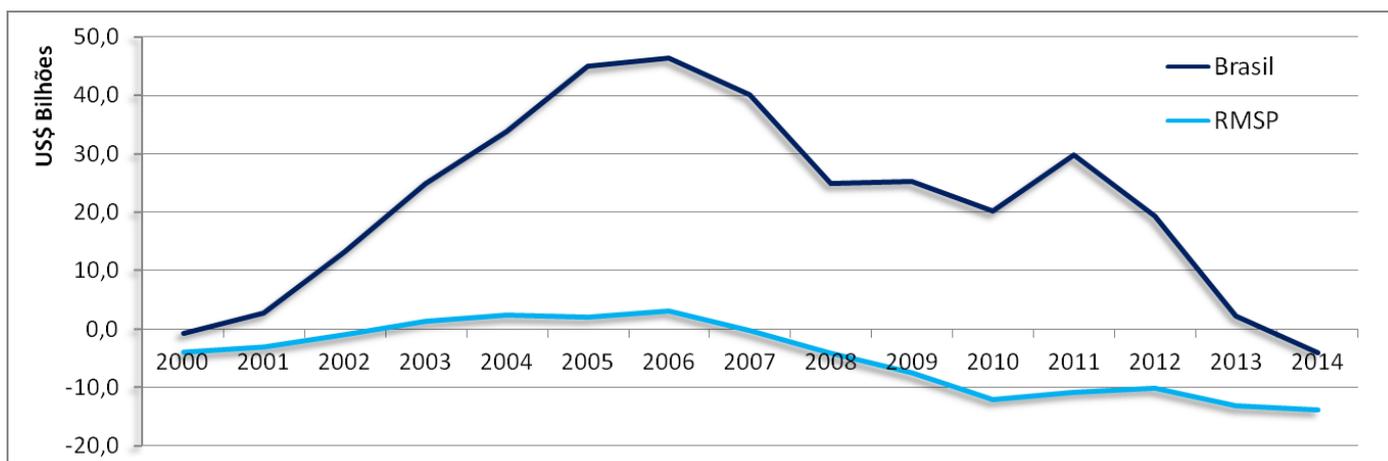
Pos.	Destino	Jan-Mai 2014	Jan-Mai 2015	Var.% 2015/ 2014	Part.% no total
1º	China	2.475.318.435	2.255.918.440	-8,9%	20,5%
2º	Estados Unidos	2.525.444.477	2.022.335.128	-19,9%	18,3%
3º	Alemanha	1.597.097.252	1.172.334.289	-26,6%	10,6%
4º	Argentina	712.018.280	581.831.073	-18,3%	5,3%
5º	Itália	515.664.557	438.252.857	-15,0%	4,0%
6º	França	557.991.042	407.963.314	-26,9%	3,7%
7º	Japão	402.338.512	346.111.854	-14,0%	3,1%
8º	México	364.642.003	334.094.425	-8,4%	3,0%
9º	Suíça	354.271.006	289.276.098	-18,3%	2,6%
10º	Índia	282.838.049	261.367.174	-7,6%	2,4%
	Demais	3.174.580.531	2.915.288.595	-8,2%	26,4%
	<b>Total RMSP</b>	<b>13.652.774.489</b>	<b>11.515.835.048</b>	<b>-15,7%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

### Saldo e Corrente de Comércio da RMSP

O Gráfico 1.9 apresenta a evolução do saldo comercial do país e dos municípios da RMSP de 2000 a 2014. O saldo comercial representa a diferença entre as exportações e as importações.

**Gráfico 1.9 - Saldo Comercial - RMSP e Brasil - 2000 a 2014 - em US\$ bilhões**



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

Desde 2007, a RMSP apresenta déficit comercial (importações maiores que as exportações) com o exterior. O forte crescimento das importações (visto no Gráfico 1.7) diminuiu o saldo comercial da RMSP de superavitário em US\$ 3,1 bilhões em 2006 para deficitário em US\$ 13,7 bilhões em 2014. Na verdade, essa redução do saldo comercial refletiu um movimento mais amplo de redução do saldo comercial do país. Como o Gráfico 1.9 ilustra, a balança comercial do país passou de um superávit de US\$ 46,5 bilhões em 2006 para um déficit de US\$ 4,0 bilhões em 2014.

A Tabela 1.7 detalha o saldo comercial (exportações menos importações) por município da RMSP.

**Tabela 1.7 - Saldo Comercial (Exportações - Importações) - Municípios as RMSP - em US\$**

Município	Saldo Jan-Dez 2014	Saldo Jan-Mai 2014 ( I )	Saldo Jan-Mai 2015 ( II )	Varição ( II - I )
Arujá	-76.136.052	-37.149.122	-20.828.518	16.320.604
Barueri	-1.459.744.173	-674.020.109	-548.781.047	125.239.062
Biritiba-Mirim	-1.020.403	-749.273	-218.684	530.589
Caieiras	-55.636.898	-19.488.070	-28.184.166	-8.696.096
Cajamar	-487.659.901	-198.539.301	-194.286.314	4.252.987
Carapicuíba	-17.310.473	-8.831.940	-13.936.665	-5.104.725
Cotia	-612.469.694	-264.628.693	-239.374.102	25.254.591
Diadema	-459.790.999	-194.523.003	-183.779.162	10.743.841
Embu das Artes	-448.934.425	-201.785.866	-168.425.557	33.360.309
Embu-Guaçu	-10.772.348	-4.563.855	-4.025.826	538.029
Ferraz de Vasconcelos	1.675.210	1.121.251	-66.912	-1.188.163
Francisco Morato	-579.019	-243.762	-103.783	139.979
Franco da Rocha	-384.390.983	-124.209.189	-132.032.190	-7.823.001
Guararema	-38.072.700	-16.035.609	-26.402.397	-10.366.788
Guarulhos	-96.390.666	-82.251.099	-270.724.910	-188.473.811
Itapeccerica da Serra	-166.019.222	-85.727.426	-58.533.874	27.193.552
Itapeví	-809.738.261	-346.850.848	-383.031.779	-36.180.931
Itaquaquecetuba	-57.253.022	-22.412.235	-25.729.493	-3.317.258
Jandira	-200.700.022	-83.829.724	-78.262.763	5.566.961
Juquitiba	-6.140.262	-2.305.482	-1.624.134	681.348
Mairiporã	-18.071.519	-5.841.570	-6.236.467	-394.897
Mauá	14.054.113	-25.025.665	-18.874.894	6.150.771
Mogi das Cruzes	-253.120.775	-145.479.420	-83.678.101	61.801.319
Osasco	-881.392.089	-408.222.119	-309.792.627	98.429.492
Pirapora do Bom Jesus	100.394.993	26.913.828	34.709.141	7.795.313
Poá	-878.523	-1.644.563	2.458.458	4.103.021
Ribeirão Pires	84.672.108	39.547.285	36.063.000	-3.484.285
Rio Grande da Serra	-6.631.843	-3.209.298	-2.424.051	785.247
Salesópolis	6.926	6.926	10.416	3.490
Santa Isabel	-4.141.505	-666.359	-25.067	641.292
Santana de Parnaíba	-225.834.831	-101.872.450	-84.573.177	17.299.273
Santo André	-427.025.247	-167.744.870	-134.255.189	33.489.681
São Bernardo do Campo	434.141.861	63.696.178	371.580.197	307.884.019
São Caetano do Sul	-42.530.856	-48.207.304	-46.981.491	1.225.813
São Lourenço da Serra	-537.650	-201.335	-76.377	124.958
São Paulo	-6.144.512.961	-2.431.875.042	-2.077.966.536	353.908.506
Suzano	-326.110.825	-120.362.323	-114.912.060	5.450.263
Taboão da Serra	-542.133.005	-254.339.312	-226.735.182	27.604.130
Vargem Grande Paulista	-41.952.891	-18.162.316	-7.652.847	10.509.469
<b>Total RMSP</b>	<b>-13.668.688.832</b>	<b>-5.969.713.084</b>	<b>-5.047.715.130</b>	<b>921.997.954</b>

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

Como a tabela mostra, de janeiro a maio/2015, o saldo comercial da RMSP aumentou (ficou menos negativo) em US\$ 922,0 milhões. Destacam-se os municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo, cujos saldos aumentaram, respectivamente, em US\$ 353,9 milhões e US\$ 307,9 milhões.

O lado negativo desta elevação do saldo comercial da RMSP é que ele tem sido produzido mais por meio de uma redução das importações do que por meio de um aumento das exportações, de forma que a corrente de comércio com o exterior (exportações mais importações) tem diminuído.

**Tabela 1.7 - Corrente de Comércio (Exportações + Importações) - Municípios as RMSP - em US\$**

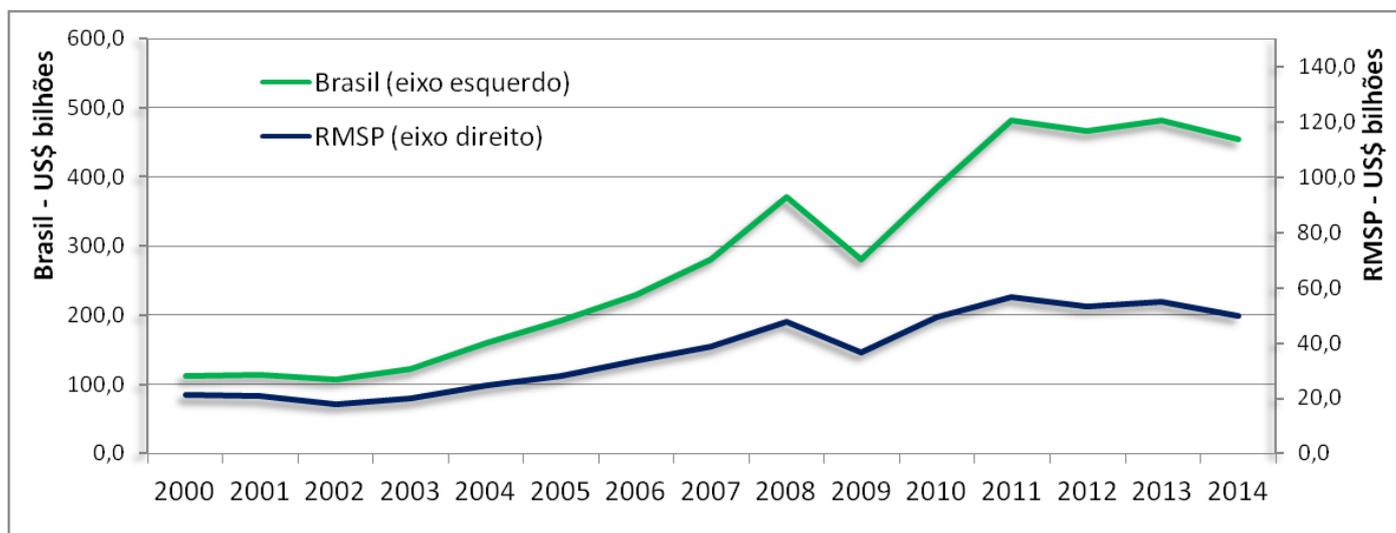
Município	Corrente Jan-Dez 2014	Corrente Jan-Mai 2014 ( I )	Corrente Jan-Mai 2015 ( II )	Varição ( II - I )
Arujá	150.537.952	68.721.506	52.782.490	-15.939.016
Barueri	2.674.895.761	1.156.944.305	929.815.927	-227.128.378
Biritiba-Mirim	1.020.403	749.273	218.684	-530.589
Caieiras	137.366.144	59.205.190	64.974.962	5.769.772
Cajamar	876.487.673	348.515.883	289.144.216	-59.371.667
Carapicuíba	86.506.951	40.230.340	36.650.597	-3.579.743
Cotia	1.184.320.670	483.931.623	450.237.884	-33.693.739
Diadema	860.859.619	341.981.889	321.813.804	-20.168.085
Embu das Artes	584.697.489	254.490.892	238.522.997	-15.967.895
Embu-Guaçu	15.103.636	6.094.705	5.018.304	-1.076.401
Ferraz de Vasconcelos	29.051.406	13.616.033	12.677.568	-938.465
Francisco Morato	579.019	243.762	103.783	-139.979
Franco da Rocha	404.519.755	132.988.617	141.616.050	8.627.433
Guararema	65.687.834	26.592.215	37.087.603	10.495.388
Guarulhos	5.409.125.406	2.293.125.731	1.788.055.834	-505.069.897
Itapeerica da Serra	201.271.732	100.553.880	72.345.974	-28.207.906
Itapevi	1.082.183.893	448.843.698	477.803.371	28.959.673
Itaquaquecetuba	125.638.960	53.010.561	45.429.399	-7.581.162
Jandira	298.368.174	122.689.318	106.196.405	-16.492.913
Juquitiba	6.234.780	2.353.076	1.624.134	-728.942
Mairiporã	28.708.261	11.003.796	8.190.729	-2.813.067
Mauá	697.151.489	300.793.909	263.793.434	-37.000.475
Mogi das Cruzes	580.587.405	274.708.022	222.819.589	-51.888.433
Osasco	1.238.393.879	566.602.369	426.824.849	-139.777.520
Pirapora do Bom Jesus	100.394.993	26.913.828	34.709.141	7.795.313
Poá	65.466.515	29.267.629	20.883.628	-8.384.001
Ribeirão Pires	267.968.836	110.784.713	86.175.218	-24.609.495
Rio Grande da Serra	7.491.427	3.466.002	2.531.563	-934.439
Salesópolis	6.926	6.926	18.768	11.842
Santa Isabel	8.058.133	2.850.055	2.922.179	72.124
Santana de Parnaíba	337.908.761	138.991.354	120.861.959	-18.129.395
Santo André	1.692.082.865	760.769.126	557.310.063	-203.459.063
São Bernardo do Campo	6.745.595.215	2.900.805.446	2.352.767.403	-548.038.043
São Caetano do Sul	764.140.876	304.650.996	361.743.921	57.092.925
São Lourenço da Serra	537.650	201.335	76.377	-124.958
São Paulo	20.784.783.073	8.925.906.640	7.578.888.048	-1.347.018.592
Suzano	1.716.967.539	689.071.721	577.389.190	-111.682.531
Taboão da Serra	665.790.919	298.576.584	265.939.982	-32.636.602
Vargem Grande Paulista	86.539.587	35.582.946	27.988.939	-7.594.007
<b>Total RMSP</b>	<b>49.983.031.606</b>	<b>21.335.835.894</b>	<b>17.983.954.966</b>	<b>-3.351.880.928</b>

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

Até maio/2015, as importações da RMSP caíram US\$ 2,1 bilhões e as exportações encolheram US\$ 1,2 bilhão, assim, a corrente de comércio encolheu US\$ 3,3 bilhões, valor equivalente a 15,7% do seu valor. Conforme a Tabela 1.7 mostra, os municípios que apresentaram maior queda da corrente de comércio foram: São Paulo com –US\$ 1,3 bilhão; São Bernardo do Campo, com –US\$ 548,0 milhões; e Guarulhos, com –US\$ 505,1 milhões.

A queda da corrente de comércio da RMSP reflete a conjuntura econômica nacional. O desaquecimento da atividade econômica tem contribuído para a redução do volume de importações, assim como a queda dos preços dos produtos exportados tem diminuído o valor das exportações. A retração da corrente de comércio é igualmente observada no nível nacional. De janeiro a maio, a corrente de comércio nacional caiu US\$ 33,3 bilhões, o que representa uma queda equivalente a 18,0 % do seu valor. O Gráfico 1.10 ilustra a evolução conjunta da corrente de comércio da RMSP e do Brasil.

**Gráfico 1.10 - Corrente de Comércio - RMSP e Brasil - 2000 a 2014 - em US\$ bilhões**



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / SECEX

De 2013 para 2014, houve uma retração de US\$ 27,5 bilhões (ou de 5,7%) da corrente de comércio nacional e uma queda de US\$ 4,9 bilhões (ou de 9,0%) da corrente de comércio da RMSP.

Diante do atual contexto macroeconômico, as perspectivas para o comércio exterior não são promissoras. O enfraquecimento da atividade econômica brasileira deve continuar a reduzir o volume de importações. A expectativa de mercado é de uma queda de 1,45% do Produto Interno Bruto do país em 2015 (fonte: Relatório FOCUS/BCB do dia 19/junho). Por sua vez, o cenário internacional caracterizado pela desaceleração da economia chinesa deve seguir pressionando o preços das *commodities*, o que repercute no valor das exportações brasileiras.

---

Assim, a expectativa é de redução do valor em dólar (US\$) das exportações e das importações. De acordo com o Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil - Junho 2015 (disponível em [www.bcb.gov.br/htms/reinf/port/2015/06/ri201506P.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/reinf/port/2015/06/ri201506P.pdf)), a projeção é que as exportações nacionais em 2015 atinjam o valor de US\$ 200 bilhões (queda de 11,2%) e que as importações sejam de US\$ 197,0 bilhões (queda de 14,0%). A forte relação entre o comércio exterior nacional e da RMSP, mostrado ao longo desse estudo, evidencia que se deve esperar uma dinâmica parecida para as exportações e importações da RMSP.

---

# *Desenvolvimento Urbano*

---

## 18. Mobilidade Urbana na RMSP - Pesquisa de Mobilidade 2012\*

### Introdução

Tradicionalmente, a cada dez anos é realizada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ a Pesquisa Origem e Destino, com o objetivo de coletar dados e informações empíricas sobre as viagens realizadas pelos habitantes da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP em um dia útil típico. A mais recente foi realizada em 2007, contando com a colaboração de técnicos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, São Paulo Transporte – SPTrans, Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU. Foram visitados 54.500 domicílios, resultando em aproximadamente 30.000 domicílios com entrevistas consideradas válidas para a pesquisa.

No entanto, a partir de 2002, intercalando com a pesquisa mencionada, o METRÔ passou a realizar outro levantamento menor sobre o mesmo tema. Em 2002 essa pesquisa foi chamada de Pesquisa de Aferição 2002. Passados cinco anos da última pesquisa maior realizada (em 2007), a companhia voltou a realizar a versão menor, agora com o nome de Pesquisa de Mobilidade 2012. Essa última versão considerou os dados de 8.115 domicílios divididos em 31 zonas agregadas. O presente artigo visa apresentar dados revelados por esse novo levantamento.

### Dados

Segundo a pesquisa, em 2012 as viagens realizadas diariamente na região metropolitana de São Paulo foram de 43,7 milhões, representando um crescimento de 15% em relação a 2007. No mesmo período, as viagens diárias motorizadas (metrô, trem, ônibus, transporte fretado, transporte escolar, lotação, automóvel, taxi, motocicleta, etc.), que representaram 68% do total das viagens, apresentaram crescimento de 18%, e as não motorizadas (bicicleta e a pé) cresceram 8%.

Conforme os dados da Tabela 1.1, a população da RMSP, de 20 milhões de habitantes em 2012, cresceu 2,44% no período 2007/2012, bem abaixo do crescimento de cerca de 18% apresentado pela frota de veículos no mesmo período, elevando assim a taxa de motorização (número de automóveis por mil habitantes) de 184 em 2007 para 212 em 2012.

---

\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 48 - maio/2015.

**Tabela 1.1 - Dados gerais Pesquisas de Mobilidade - METRÔ (1967, 1977, 1987, 1997, 2007 e 2012)**

Variáveis	1967	1977	1987	1997	2007	2012
População (milhares de habitantes)	7.097	10.276	14.248	16.792	19.535	20.012
Total de Viagens <sup>1</sup> (milhares/dia)	-	21.304	29.400	31.432	38.094	43.715
Viagens Motorizadas (milhares/dia)	7.187	15.263	18.642	20.458	25.167	29.739
Frota de Autos (milhares)	493	1.392	2.014	3.092	3.601	4.247
Índice de Mobilidade Total <sup>2</sup>	-	2,07	2,06	1,87	1,95	2,18
Índice de Mobilidade Motorizada <sup>3</sup>	1,01	1,49	1,31	1,22	1,29	1,49
Taxa de Motorização <sup>4</sup>	70	135	141	184	184	212

(1) viagem é definida como deslocamento de uma pessoa, por motivo específico, entre dois pontos determinados (origem e destino), utilizando, para isso, um ou mais modos de transporte

(2) Índice de Mobilidade Total: Número de viagens totais por habitante

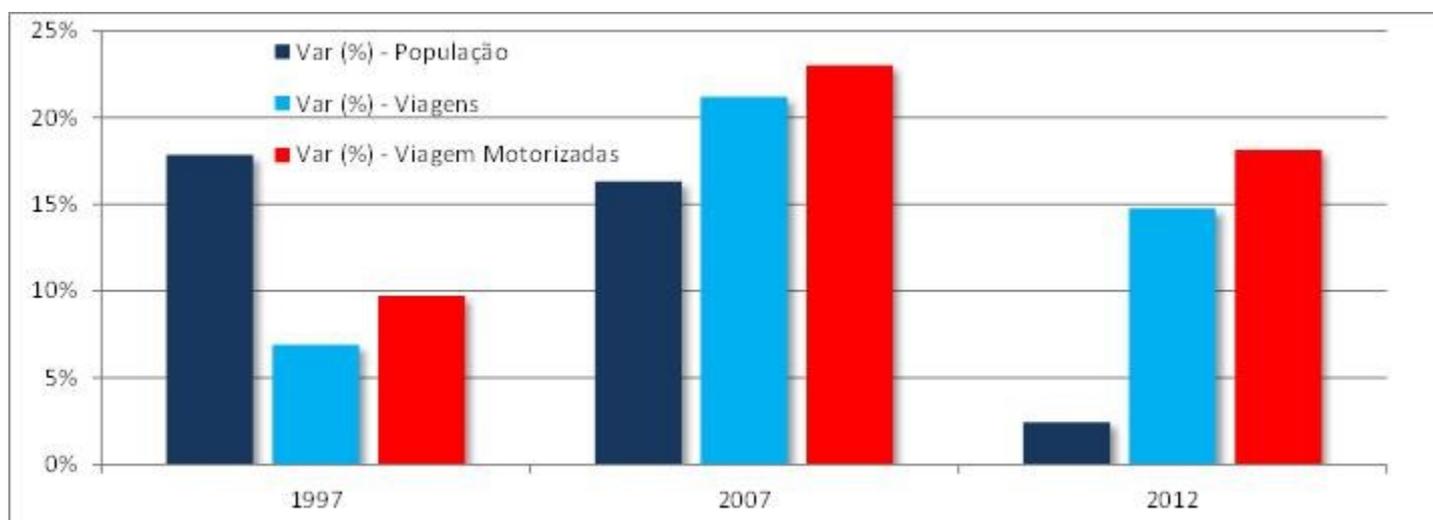
(3) Índice de Mobilidade Motorizada: Número de viagens motorizadas por habitante

(4) Taxa de Motorização: Número de automóveis particulares por 1.000 habitantes

Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Como o Gráfico 1.1 ilustra, a última pesquisa reforçou a tendência de crescimento das viagens totais e motorizadas acima do crescimento da população na região. Na pesquisa de 1997, o crescimento populacional (em relação a pesquisa anterior de 1987) foi maior que o crescimento das viagens, resultado que se inverteu em 2007 e permaneceu em 2012, aprofundando a tendência.

**Gráfico 1.1 - Pesquisas de Mobilidade Urbana - Var (%) em relação a pesquisa anterior**



Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Conforme os dados da Tabela 1.2, as viagens motorizadas responderam por 68,0% do total de viagens, apontando crescimento em relação a 2007, quando representavam 66,1%.

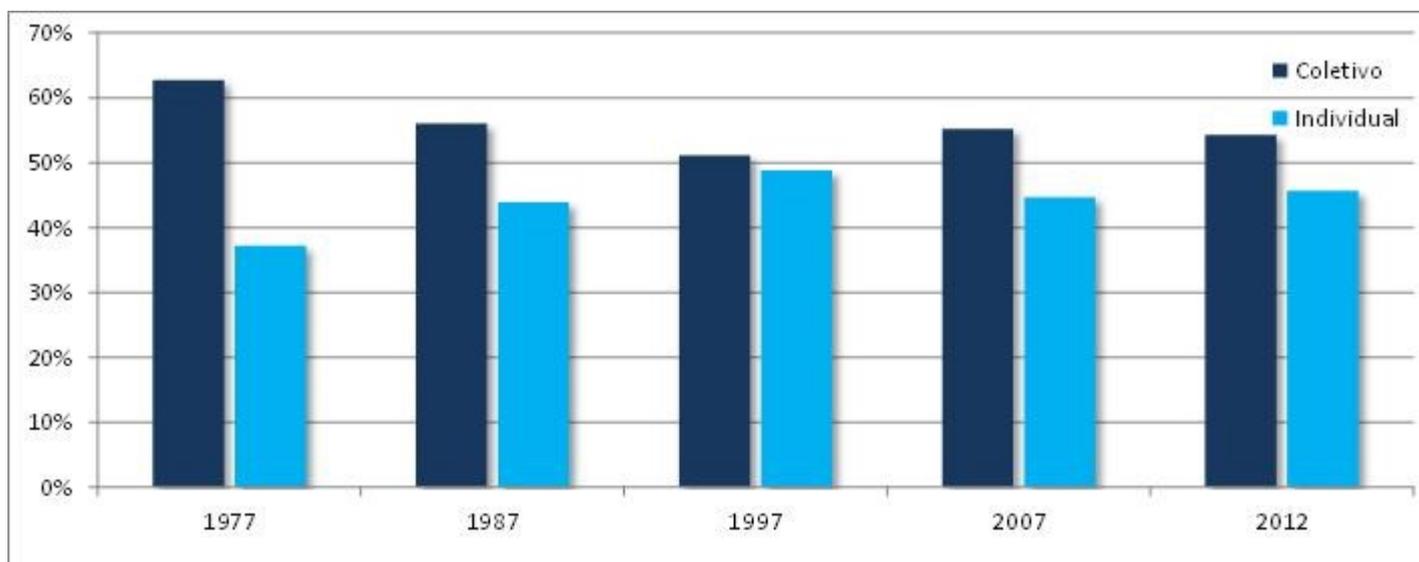
**Tabela 1.2 - Viagens (x1000) por Modo - Pesquisas de Mobilidade 1977 a 2012**

Modo	1977	%	1987	%	1997	%	2007	%	2012	%
<b>Motorizado</b>	<b>15.263</b>	<b>71,6%</b>	<b>18.642</b>	<b>63,4%</b>	<b>20.458</b>	<b>65,1%</b>	<b>25.167</b>	<b>66,1%</b>	<b>29.739</b>	<b>68%</b>
Coletivo <sup>5</sup>	9.580	45,0%	10.455	35,6%	10.473	33,3%	13.913	36,5%	16.144	36,9%
Individual <sup>6</sup>	5.683	26,7%	8.187	27,8%	9.985	31,8%	11.254	29,5%	13.595	31,1%
<b>Não Motorizado</b>	<b>6.041</b>	<b>28,4%</b>	<b>10.758</b>	<b>36,6%</b>	<b>10.974</b>	<b>34,9%</b>	<b>12.927</b>	<b>33,9%</b>	<b>13.976</b>	<b>32,0%</b>
Bicicleta	71	0,3%	108	0,4%	162	0,5%	304	0,8%	268	0,6%
A pé	5.970	28,0%	10.650	36,2%	10.812	34,4%	12.623	33,1%	13.708	31,4%
<b>Total</b>	<b>21.304</b>	<b>100%</b>	<b>29.400</b>	<b>100%</b>	<b>31.432</b>	<b>100%</b>	<b>38.094</b>	<b>100%</b>	<b>43.715</b>	<b>100%</b>
(5) metrô, trem, ônibus, transporte fretado, transporte escolar e lotação										
(6) dirigindo automóvel, passageiro de automóvel, táxi, motocicleta e outros										

Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Entre os modos de viagens motorizadas, a saber, coletivo (metrô, trem, ônibus, transporte fretado, transporte escolar e lotação) e individual (dirigindo automóvel, passageiro de automóvel, táxi, motocicleta e outros), observa-se uma redução da participação do primeiro grupo; era de 55,28% das viagens motorizadas em 2007 e caiu para 54,28% em 2012. Historicamente, o modo coletivo vinha perdendo participação até 2007, quando voltou a crescer, para, como já mencionado, registrar queda novamente em 2012, embora permaneça em um patamar mais alto do que a porcentagem de 1997, que era de 51,2%. O gráfico 1.2 traz a porcentagem dos dois modos no total das viagens motorizadas para 1977, 1987, 1997, 2007 e 2012.

**Gráfico 1.2 - Participação (%) dos Modos Coletivo e Individual nas viagens motorizadas**



Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

---

Olhando as porcentagens por zona das viagens motorizadas realizadas por meio de transporte individual ou coletivo, observa-se uma variação em torno de 28 pontos percentuais entre as regiões na utilização de transporte coletivo (Tabela 1.3 e Mapa 1.1). Em zonas da capital paulista compreendendo distritos mais distantes do centro como Cidade Tiradentes, Guaianases, Lajeado, Marsilac e Parelheiros, a porcentagem de viagens motorizadas feitas através de transporte coletivo chega a 70%. Nos distritos centrais de São Paulo, também é alta a porcentagem de viagens motorizadas realizadas através de transporte coletivo (65,29%). Por outro lado, a região dos distritos de Moema, Itaim Bibi, Belém, Mooca e Água Rasa e dos municípios de Santo André e São Caetano do Sul apresentam porcentagens de viagens motorizadas com transporte coletivo inferiores a 45% (o que significa que a maior parte das viagens são feitas com transporte individual).

A razão para a variação no tipo de transporte utilizado entre as zonas depende de uma série de fatores locais envolvendo características da população e infraestrutura do local. Por exemplo, o uso mais intenso de transporte coletivo no centro e no extremo da periferia de São Paulo provavelmente se dá por motivos diferentes: no centro a oferta desse tipo de transporte (disponibilidade de várias linhas de ônibus, metrô, trem, etc.) é bem maior do que em regiões mais afastadas, por outro lado, dependendo da renda da população desses distritos mais afastados, o custo do transporte individual pode ser um forte inibidor para o uso desse tipo de transporte, o que faz com que, mesmo com pouca oferta, o coletivo seja escolhido (a zona 13, que engloba os distritos de Cidade Tiradentes, Guaianases e Lajeado, com porcentagem de viagens realizadas por transporte coletivo maior que 70%, tem a segunda menor renda per capita dentre todas as 31 zonas, cerca de 32% menor que a renda média da RMSP).

Outro exemplo interessante ocorre com as zonas 14 e 15, as duas zonas com maior renda per capita da região metropolitana. A zona 14 abrange os distritos paulistanos de Pinheiros e Jardim Paulista e a 15 agrupa Campo Belo, Itaim Bibi e Moema. Na zona 14, aproximadamente 58% das viagens motorizadas são realizadas através de transporte coletivo, enquanto na zona 15 essa porcentagem é de apenas 43% (a menor registrada na pesquisa). Nesse caso, uma provável causa para a diferença de porcentagem nos tipos de transporte é a disponibilidade de transporte coletivo, principalmente metrô, tanto na região de origem quanto nos “centros comerciais” mais próximos a elas, o que ocorre na zona 14 (Avenida Paulista é mais acessível por metrô do que Brigadeiro Faria Lima, que conta com estação de metrô apenas na região de Pinheiros. Berrini ou Juscelino Kubitschek são outros grandes corredores/centros da zona 15 sem estações de metrô).

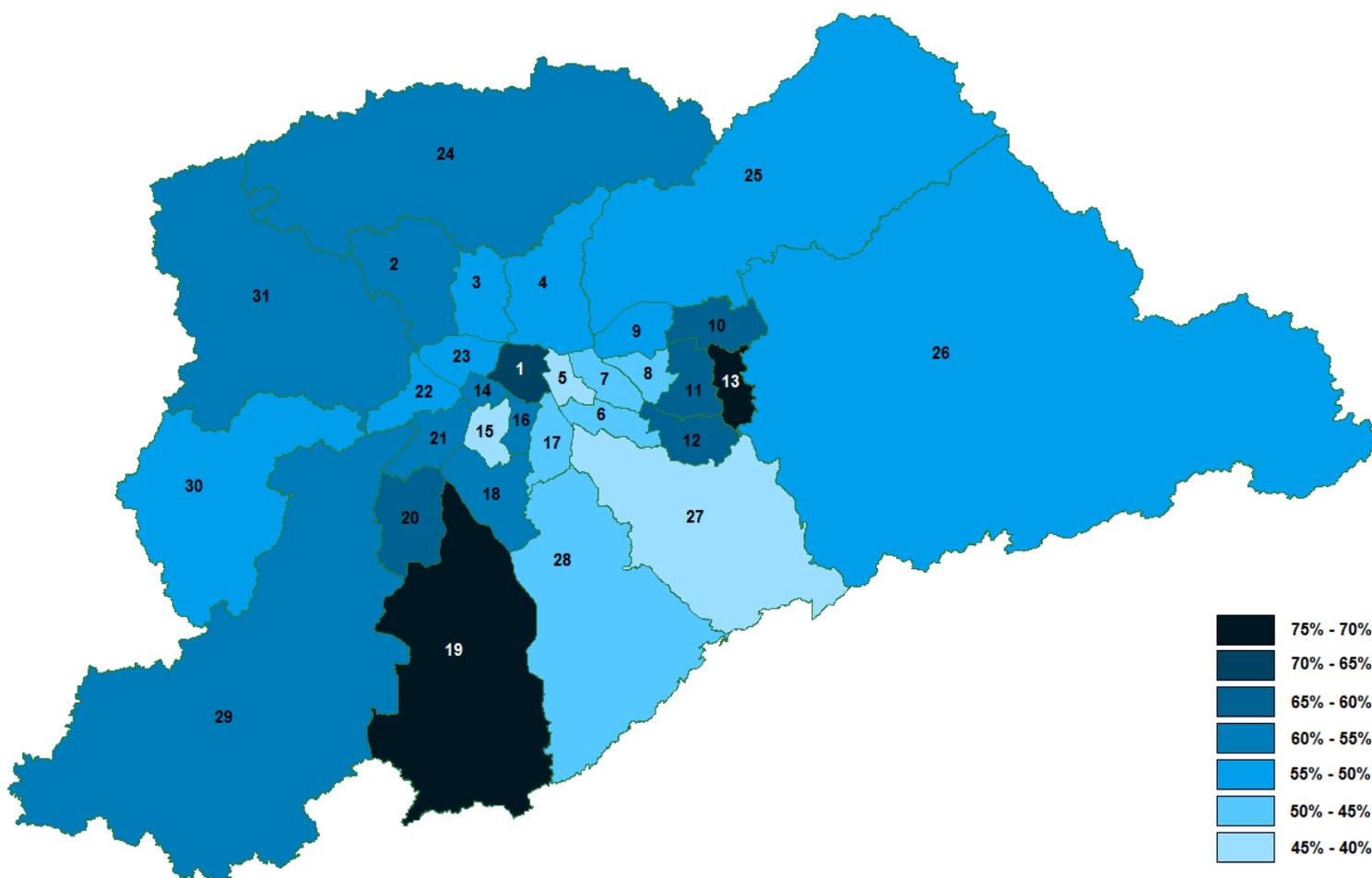
A tabela 1.3 traz a porcentagem das viagens motorizadas realizadas por transporte coletivo e individual para as 31 zonas consideradas na Pesquisa de Mobilidade 2012 do Metrô. O Mapa 1.1 traz as 31 zonas divididas por intervalos de porcentagem de viagens motorizadas realizadas por transporte coletivo, o que facilita a visualização da distribuição espacial das zonas com maior e menor uso desse tipo de transporte.

**Tabela 1.3 - Viagens (%) Motorizadas por Modo - 31 Zonas - Pesquisa de Mobilidade 2012**

	Zona	% - Coletivo (1)	% - Individual (2)	Diferença (1) - (2) de p.p
1	São Paulo - Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé	65,29%	34,71%	30,6
2	São Paulo - Anhanguera, Jaguará, Jaraguá, Perus, Pirituba e São Domingos	55,69%	44,31%	11,4
3	São Paulo - Brasilândia, Cachoeirinha, Casa Verde, Freguesia do Ó e Limão	53,65%	46,35%	7,3
4	São Paulo - Jaçanã, Mandaqui, Santana, Tremembé, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Maria e Vila Medeiros	54,20%	45,80%	8,4
5	São Paulo - Água Rasa, Belém e Mooca	44,64%	55,36%	-10,7
6	São Paulo - São Lucas, Sapopemba e Vila Prudente	49,10%	50,90%	-1,8
7	São Paulo - Aricanduva, Carrão, Tatuapé e Vila Formosa	47,01%	52,99%	-6,0
8	São Paulo - Artur Alvim, Cidade Líder e Vila Matilde	47,32%	52,68%	-5,4
9	São Paulo - Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Penha e Ponte Rasa	51,83%	48,17%	3,7
10	São Paulo - Itaim Paulista, Jardim Helena, São Miguel, Vila Curuçá e Vila Jacuí	61,25%	38,75%	22,5
11	São Paulo - Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo	60,49%	39,51%	21,0
12	São Paulo - Iguatemi, São Mateus e São Rafael	60,01%	39,99%	20,0
13	São Paulo - Cidade Tiradentes, Guaianases e Lajeado	70,63%	29,37%	41,3
14	São Paulo - Jardim Paulista e Pinheiros	57,70%	42,30%	15,4
15	São Paulo - Campo Belo, Itaim Bibi e Moema	42,72%	57,28%	-14,6
16	São Paulo - Saúde e Vila Mariana	57,02%	42,98%	14,0
17	São Paulo - Cursino, Ipiranga e Sacomã	49,37%	50,63%	-1,3
18	São Paulo - Campo Grande, Cidade Ademar, Jabaquara, Pedreira e Santo Amaro	58,96%	41,04%	17,9
19	São Paulo - Cidade Dutra, Grajaú, Marsilac, Parelheiros e Socorro	70,44%	29,56%	40,9
20	São Paulo - Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís	62,58%	37,42%	25,2
21	São Paulo - Campo Limpo, Morumbi, Vila Andrade e Vila Sônia	56,07%	43,93%	12,1
22	São Paulo - Butantã, Jaguaré, Raposo Tavares e Rio Pequeno	54,03%	45,97%	8,1
23	São Paulo - Alto de Pinheiros, Barra Funda, Lapa, Perdizes e Vila Leopoldina	51,95%	48,05%	3,9
24	Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã	57,05%	42,95%	14,1
25	Arujá, Guarulhos e Santa Isabel	54,03%	45,97%	8,1
26	Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Suzano	51,05%	48,95%	2,1
27	Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André e São Caetano do Sul	44,34%	55,66%	-11,3
28	Diadema e São Bernardo do Campo	46,46%	53,54%	-7,1
29	Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e Taboão da Serra	55,90%	44,10%	11,8
30	Cotia e Vargem Grande Paulista	51,01%	48,99%	2,0
31	Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba	57,22%	42,78%	14,4

Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

## Mapa 1.1 - Viagens (%) Motorizadas por Modo Coletivo - 31 Zonas - Pesquisa de Mobilidade 2012

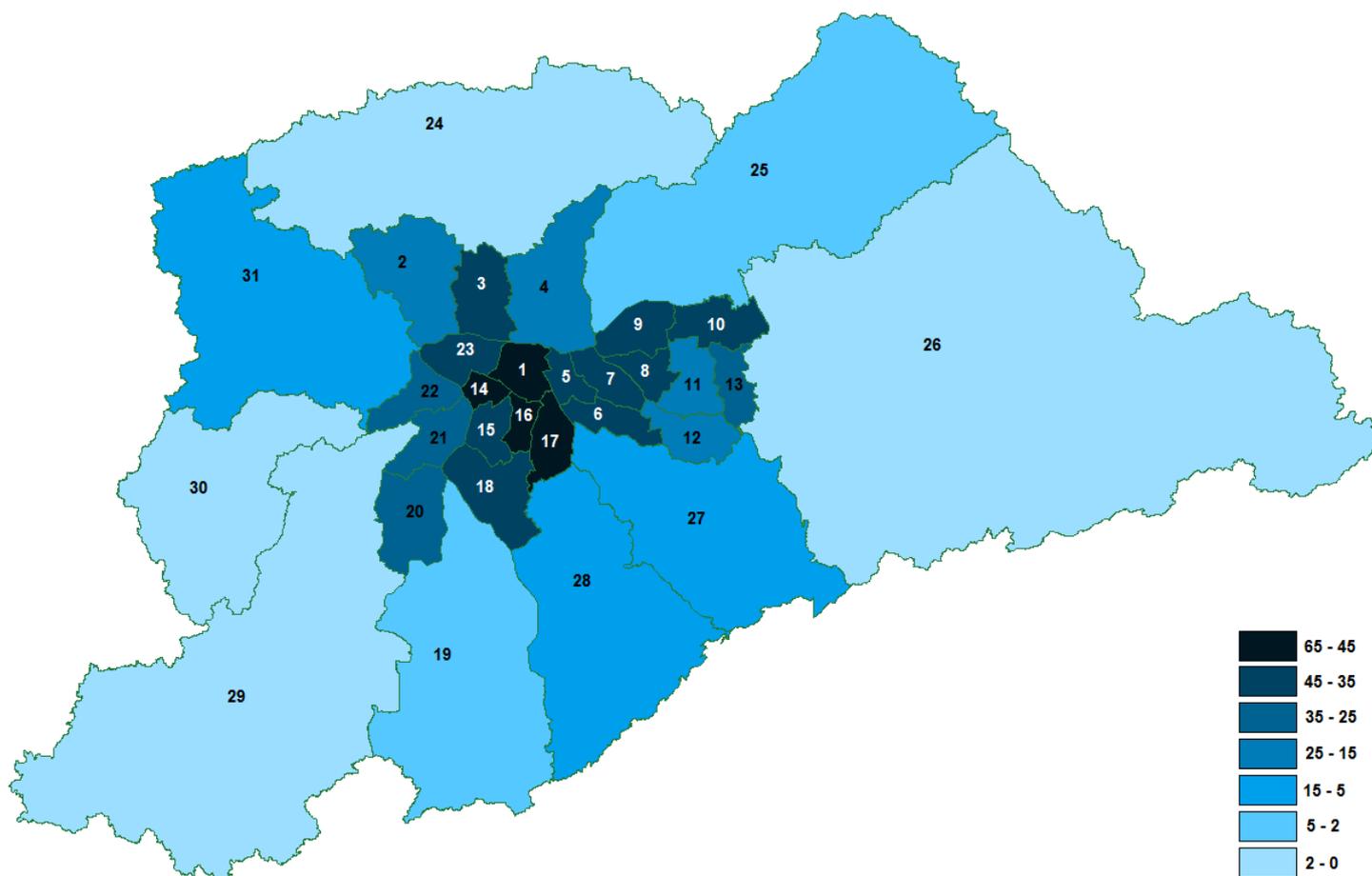


Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Das 29,7 milhões de viagens motorizadas, 14,8 milhões (49,7%) são dentro da mesma zona. Os mapas 1.2 e 1.3 ajudam a mostrar esse fenômeno. Para elaboração de cada mapa foi dividido o número de viagens motorizadas iniciadas entre 6h30 e 8h30 da manhã por zona de origem (mapa 1.2) e zona de destino (mapa 1.3) pela área (em hectare) da zona em questão para isolar o efeito do tamanho da mesma (zonas com áreas grandes, naturalmente tendem a originar e ser o destino de mais viagens pelo seu tamanho). A restrição a um determinado horário (entre 6h30 e 8h30 da manhã) é devida à suposta “direção” da viagem; as pessoas estão saindo de casa para trabalhar, estudar, etc. Caso não houvesse essa restrição, viagens de “ida” e “volta” poderiam se anular e dificultar a tentativa de visualização de algum fluxo.

Como pode ser observado nos dois mapas (por zona de origem e por zona de destino), basicamente as zonas que, relativamente, originam mais viagens por área são as mesmas zonas que recebem mais viagens por área, o que evidencia a importância de alguns centros regionais, como a zona 31 contendo municípios como Osasco e Barueri, ou a 27, que engloba Santo André e São Caetano do Sul.

**Mapa 1.2 - Densidade de Viagens Motorizadas (viagens / ha) por Zona de Origem - Pesquisa de Mobilidade 2012 - Período 6h30 - 8h30**



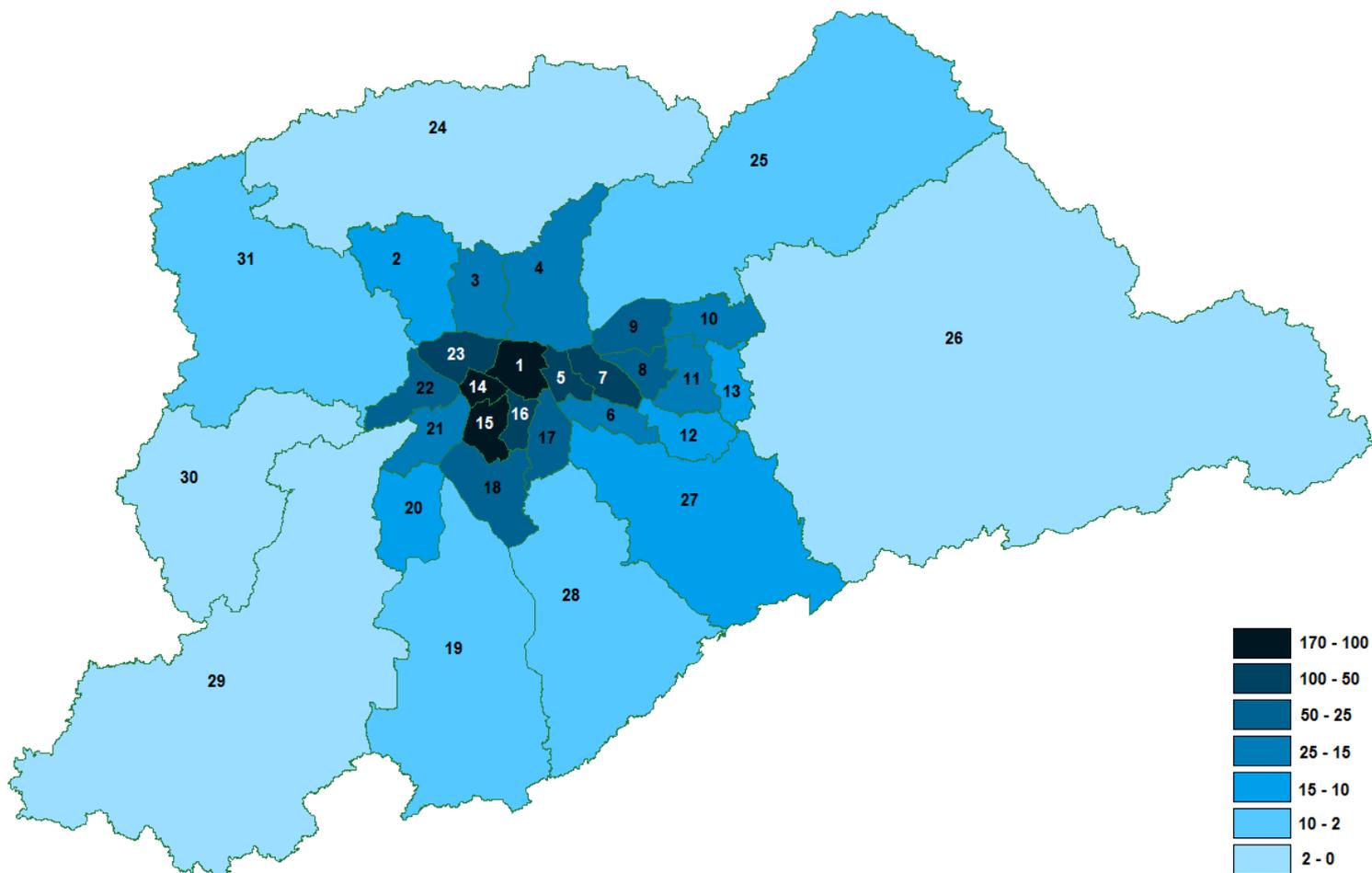
Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Dada a divisão do número de viagens pela área da zona de origem, as regiões centrais de São Paulo, que produzem muitas viagens e possuem áreas menores, acabam gerando uma densidade de viagens mais elevadas que zonas maiores e com número de viagens até superior, como é o caso da zona 31 (Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba), que originou 546.872 viagens (maior número de viagens), mas aparece com um índice de 9,86 dada a sua grande extensão (55.476 hectares). A zona 16 (distritos paulistanos de Saúde e Vila Mariana), originou 111.496, mas devido a menor área (1.779 hectares), sua densidade foi de 62,67 (a maior dentre todos os distritos).

No caso dos destinos, novamente a região central aparece com as maiores densidades, tanto pelo grande número de viagens recebidas, quanto pela área relativamente pequena (o que produz índices maiores). Mas mesmo zonas com densidade mais baixa, como a zona 31, receberam um número substancial de viagens (no caso específico citado, foram 490.629 viagens), só perdendo como destino para a zona 1 (distritos paulistanos de Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé), que recebeu 557.615 viagens.

A tabela 1.4 traz o número de viagens por zona de origem, de destino e o “saldo líquido” para cada zona para o período das 6h30 até às 8h30.

**Mapa 1.3 - Densidade de Viagens Motorizadas (viagens / ha) por Zona de Destino - Pesquisa de Mobilidade 2012 - Período 6h30 - 8h30**



**Tabela 1.4 - Total de Viagens motorizadas considerando zona de origem e destino (6h30 às 8h30) - Pesquisa de Mobilidade 2012**

Zona	Viagens Origem (1)	Viagens Destino (2)	Saldo (2) - (1)
1 São Paulo - Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé	176.640	557.615	380.974
2 São Paulo - Anhanguera, Jaguará, Jaraguá, Perus, Pirituba e São Domingos	182.815	127.420	-55.395
3 São Paulo - Brasilândia, Cachoeirinha, Casa Verde, Freguesia do Ó e Limão	233.823	133.993	-99.831
4 São Paulo - Jaçanã, Mandaqui, Santana, Tremembé, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Maria e Vila Medeiros	314.652	266.180	-48.472
5 São Paulo - Água Rasa, Belém e Mooca	88.131	121.885	33.754
6 São Paulo - São Lucas, Sapopemba e Vila Prudente	142.602	73.367	-69.235
7 São Paulo - Aricanduva, Carrão, Tatuapé e Vila Formosa	115.572	156.537	40.965
8 São Paulo - Artur Alvim, Cidade Líder e Vila Matilde	104.516	68.421	-36.095
9 São Paulo - Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Penha e Ponte Rasa	154.764	112.628	-42.136
10 São Paulo - Itaim Paulista, Jardim Helena, São Miguel, Vila Curuçá e Vila Jacuí	182.943	114.550	-68.394
11 São Paulo - Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo	108.465	89.470	-18.995
12 São Paulo - Iguatemi, São Mateus e São Rafael	85.429	53.346	-32.083
13 São Paulo - Cidade Tiradentes, Guaianases e Lajeado	95.011	37.435	-57.577

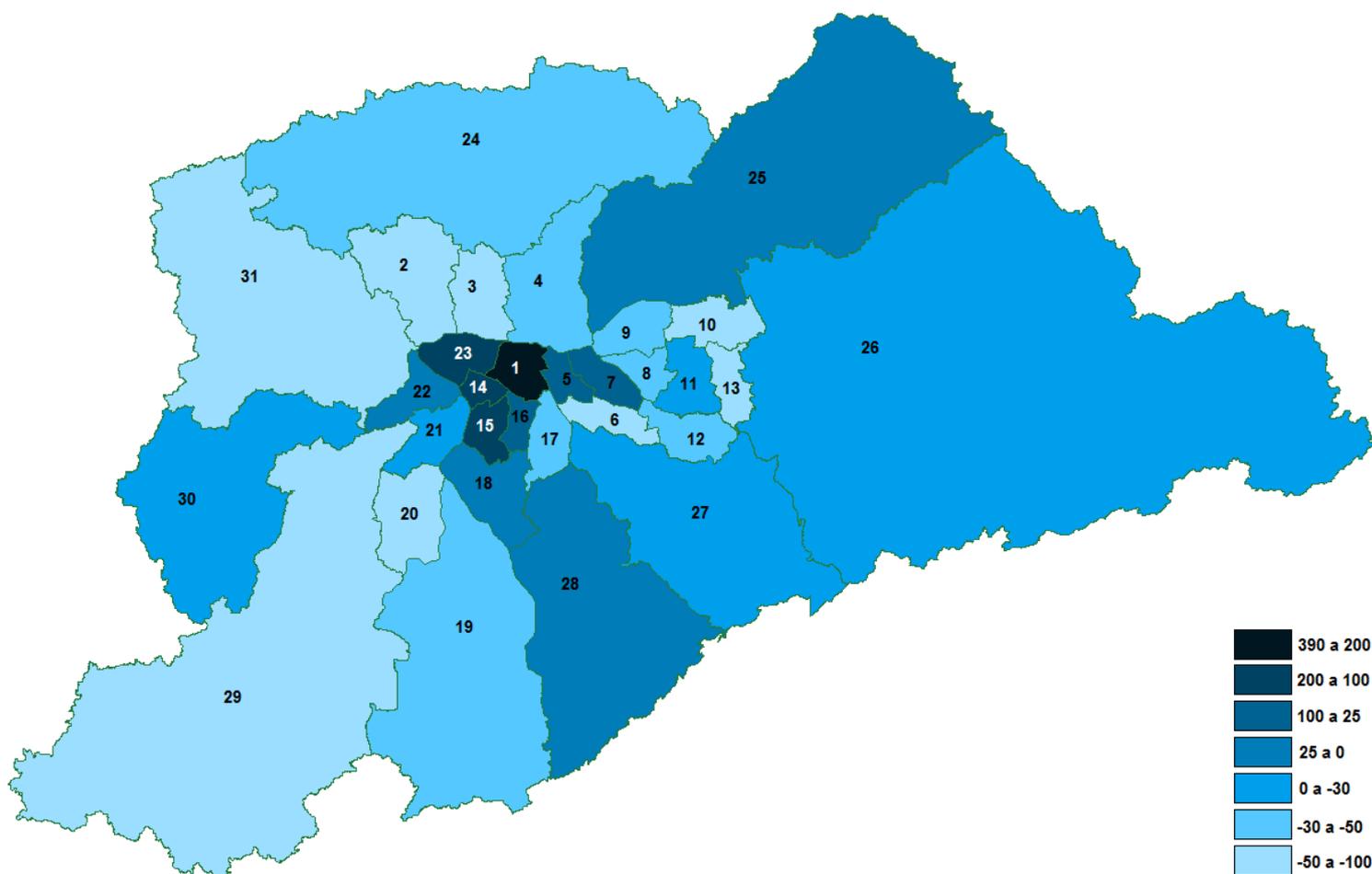
	Zona	Viagens Origem (1)	Viagens Destino (2)	Saldo (2) - (1)
14	São Paulo - Jardim Paulista e Pinheiros	72.180	208.235	136.055
15	São Paulo - Campo Belo, Itaim Bibi e Moema	120.225	283.066	162.840
16	São Paulo - Saúde e Vila Mariana	111.496	167.144	55.649
17	São Paulo - Cursino, Ipiranga e Sacomã	182.865	135.123	-47.742
18	São Paulo - Campo Grande, Cidade Ademar, Jabaquara, Pedreira e Santo Amaro	294.019	294.389	370
19	São Paulo - Cidade Dutra, Grajaú, Marsilac, Parelheiros e Socorro	144.658	104.910	-39.748
20	São Paulo - Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís	202.768	102.014	-100.754
21	São Paulo - Campo Limpo, Morumbi, Vila Andrade e Vila Sônia	140.119	110.922	-29.197
22	São Paulo - Butantã, Jaguaré, Raposo Tavares e Rio Pequeno	116.068	127.983	11.915
23	São Paulo - Alto de Pinheiros, Barra Funda, Lapa, Perdizes e Vila Leopoldina	134.454	260.285	125.831
24	Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã	126.096	81.060	-45.036
25	Arujá, Guarulhos e Santa Isabel	304.207	308.997	4.790
26	Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Suzano	288.469	264.021	-24.447
27	Mauá, Ribeirão Pres, Rio Grande da Serra, Santo André e São Caetano do Sul	436.449	414.787	-21.662
28	Diadema e São Bernardo do Campo	359.254	364.367	5.113
29	Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e Taboão da Serra	168.902	107.872	-61.029
30	Cotia e Vargem Grande Paulista	68.697	64.510	-4.188
31	Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba	546.872	490.629	-56.243

Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

O Mapa 1.4 traz a distribuição geográfica do saldo das viagens motorizadas entre 6h30 - 8h30 (número de viagens da zona sendo destino menos número de viagens da zona sendo origem). Por esse mapa, é possível observar o tradicional fluxo de viagens da periferia em direção ao centro. O saldo de viagens da zona 1, por exemplo, foi de 380.974 viagens (a área foi destino de 557.615 viagens e foi origem de 176.640). Outras regiões que obtiveram saldos expressivos foram a 14, que engloba os distritos paulistanos de Pinheiros e Jardim Paulista (136.055 de saldo) e a zona 15 (Campo Belo, Itaim Bibi e Moema), com um saldo de 162.840 viagens.

Entre as zonas com saldo “negativo”, a zona 20 (Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís) obteve o maior saldo negativo (foi origem de 202.768 viagens e destino de 102.014 - saldo negativo de 100.754 viagens), seguida da zona 3 (distritos paulistanos de Brasilândia, Cachoeirinha, Casa Verde, Freguesia do Ó e Limão) que registrou saldo negativo de 99.831 viagens. A zona 31, que, dada a sua combinação de grande extensão e população (é a zona mais populosa das 31), é a maior geradora de viagens (546.872 viagens partiram dessa área) e a segunda maior receptora de viagens (490.629), também obteve um saldo negativo de 56.243 viagens (sétimo menor saldo).

**Mapa 1.4 - Saldo de Viagens Motorizadas (x1000) por Zona - Pesquisa de Mobilidade 2012 - Período 6h30 - 8h30**



Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

A tabela 1.5 traz os números de viagens motorizadas por modo principal<sup>1</sup> na RMSP para os anos de 1997, 2007 e 2012. Observou-se um crescimento considerável do deslocamento por transporte escolar, 51,5% (saiu de 1,327 milhão de viagens em 2007 para 2,011 milhões em 2012), e por táxi, 48,4% (de 91 mil em 2007 para 135 mil em 2012). Interessante notar que a modalidade táxi tinha sofrido diminuição entre 1997 e 2007 de 11,6%, voltando a crescer no último período considerado (2007/2012). Os deslocamentos por metrô, com crescimento entre 2007/2012 de 44,8%, moto (44,1%) e trem (40%) também se destacaram, atingindo um crescimento maior que o crescimento total das viagens motorizadas na região metropolitana de São Paulo, que foi de 18,2%. Ônibus e Outros foram os modos principais que registraram variação positiva abaixo da média (3,9% e 14,8%, respectivamente), enquanto viagens com fretado caíram 24,1%.

1 - modo principal é o modo de maior hierarquia dentre os utilizados na mesma viagem, que, em ordem decrescente, é a seguinte: 1) metrô, 2) trem, 3) ônibus, 4) transporte fretado, 5) transporte escolar, 6) táxi, 7) dirigindo automóvel, 8) passageiro de automóvel, 9) motocicleta, 10) bicicleta, 11) outros, 12) a pé. Por exemplo, o modo principal de uma viagem realizada por ônibus e metrô é o metrô.

**Tabela 1.5 - Viagens (x1000) Motorizadas Modo Principal - Pesquisas de Mobilidade 1997, 2007 e 2012**

Meio	1997	2007	2012	Var % 2007/2012
Automóvel	9.638	10.381	12.351	19%
Ônibus	7.254	9.034	9.383	3,9%
Metrô	1.698	2.223	3.219	44,8%
Escolar	411	1.327	2.011	51,5%
Trem	649	815	1.141	40,0%
Moto	146	721	1.039	44,1%
Fretado	461	514	390	-24,1%
Táxi	103	91	135	48,4%
Outros	98	61	70	14,8%
<b>Total</b>	<b>20.458</b>	<b>25.167</b>	<b>29.739</b>	<b>18,2%</b>

Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

O crescimento do número de viagens de metrô, de 44,8%, entre 2007 e 2012, ocorreu em um período de expansão da rede, que entre 2007 e 2011 foi ampliada de 43,6 km para 74 km, com a inauguração da linha amarela e ampliação da linha verde (Tabela 1.6). Segundo o Metrô, os trens percorreram, em 2012, 21.642.334 km, um aumento de 51% em menos de 10 anos<sup>2</sup>.

**Tabela 1.6 - Extensão da Rede de Metrô - 1997 a 2011**

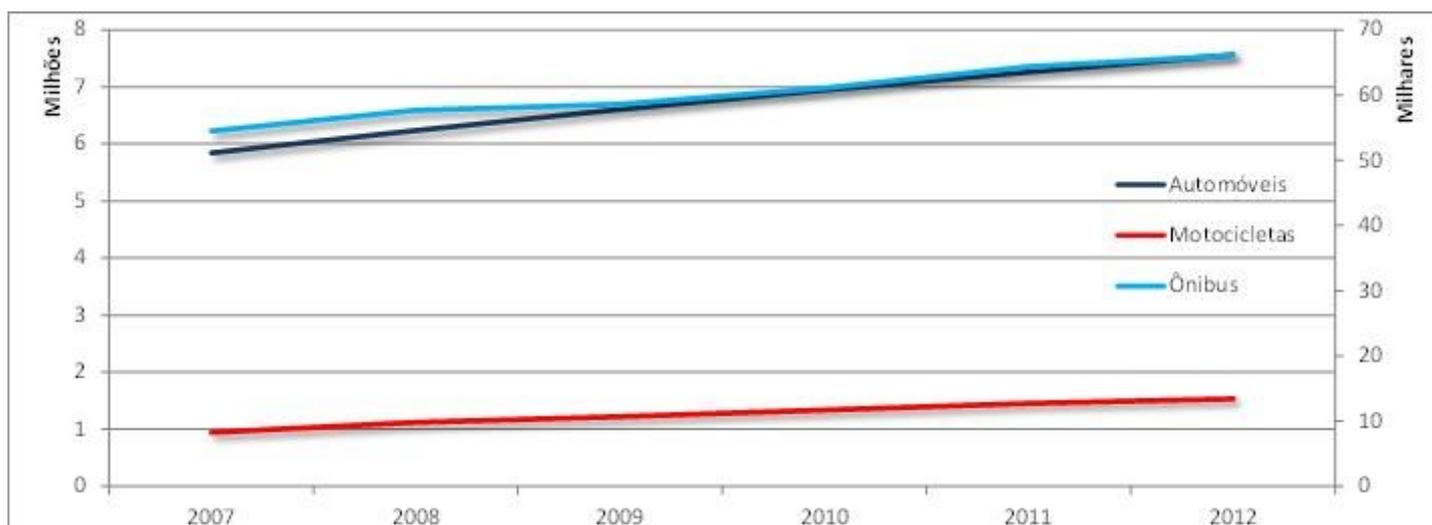
Ano	Rede (em Km)	Var. %
1997	43,6	-
2007	61,0	39,9%
2011	74,0	21,3%

Fonte: Pesquisa Origem Destino 2007 e 1997, e Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Com relação à utilização do automóvel, apesar do crescimento do número de viagens ter sido de 19% entre 2007 e 2012, a frota de automóveis na RMSP se expandiu 29% ao longo dos últimos 5 anos (2007 a 2012), saindo de cerca de 5,8 milhões em 2008 para 7,5 milhões de automóveis em 2012, como pode ser observado no Gráfico 1.3, que traz a frota de automóveis, motocicletas e ônibus da região metropolitana de São Paulo para o período 2007/2012. No mesmo período, a frota de ônibus na RMSP cresceu 21%, saindo de 54,5 mil em 2007 para 66 mil ônibus em 2007. Por fim, a frota de motocicletas e similares saltou de 942,9 mil em 2007 para 1,531 milhão em 2012, um crescimento de aproximadamente 62%.

2 - Fonte: Metrô - Tarifa do Metrô de São Paulo ([http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob\\_page.show?\\_docname=2402128.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/!PORTAL.wwpob_page.show?_docname=2402128.PDF))

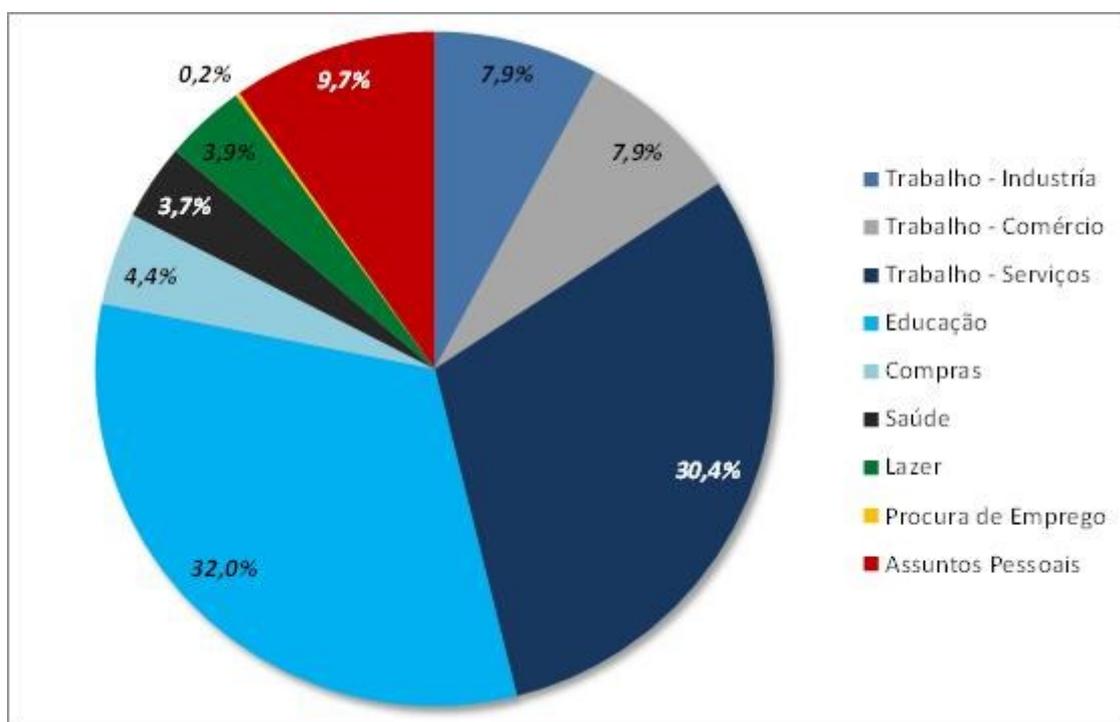
**Gráfico 1.3 - Frota de Automóvel, Motocicletas (eixo esquerdo) e Ônibus (eixo direito) 2007 a 2012**



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados — SEADE

A pesquisa também investigou o motivo das viagens realizadas. Educação, com 32%, e Trabalho na área de serviços, com 30,4%, são os dois principais motivos apontados no levantamento. Trabalho, considerando a soma das subdivisões indústria, comércio e serviços foi o motivo de 46,1% do total de viagens realizadas na RMSP. O Gráfico 1.4 traz a porcentagem das viagens produzidas de acordo com os motivos considerados na pesquisa.

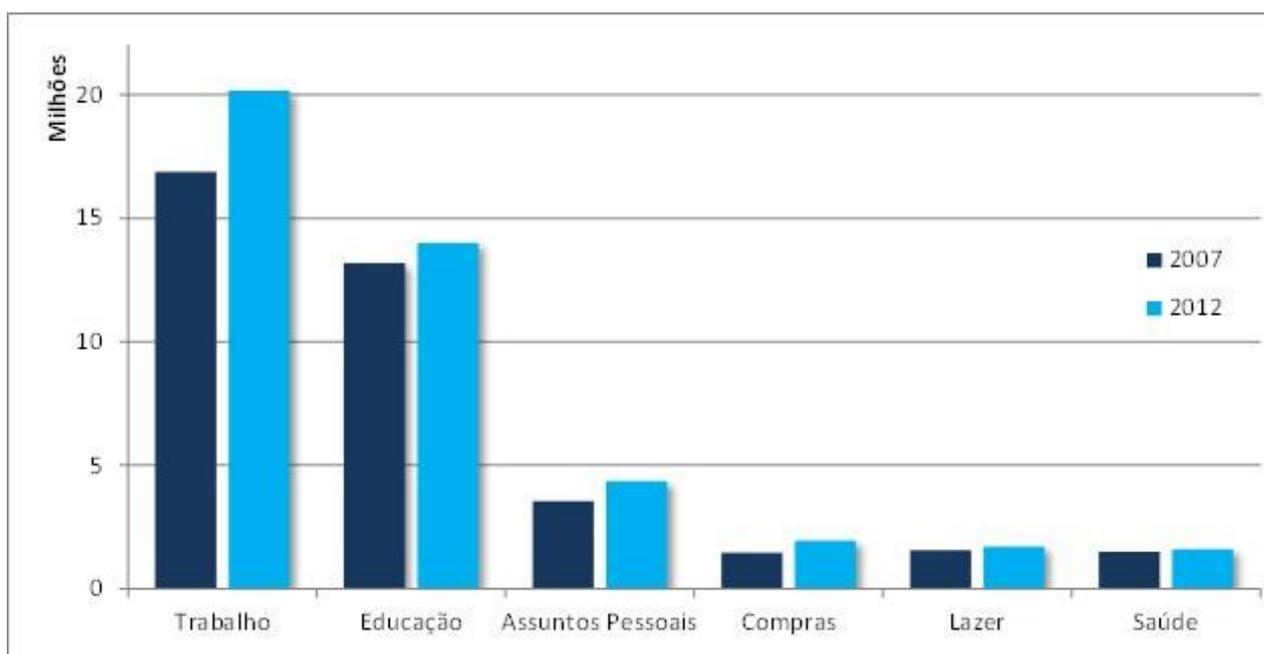
**Gráfico 1.4 - Viagens (%) produzidas por motivo (2012)**



Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Olhando para os números da pesquisa anterior (2007), as viagens por todos os motivos aumentaram. Para trabalho (principal motivo), em 2007 foram 16,870 milhões de viagens, contra 20,154 milhões em 2012, um crescimento de 19%. As viagens por motivo educação aumentaram 6% no mesmo período, saindo de 13,167 milhões em 2007 para 13,990 milhões em 2010. Destaca-se também o aumento nas viagens pelo motivo 'Assuntos Pessoais' (crescimento de 23%) e Compras (33%). O Gráfico 1.5 traz os números das viagens separadas pelos principais motivos para 2007 e 2012.

**Gráfico 1.5 - Viagens produzidas por motivo - 2007 e 2012**



Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Considerando os dados de zona de origem, motivo na origem, zona de destino e motivo no destino, pode-se verificar o número de viagens que determinada zona atraiu por algum motivo qualquer. A Tabela 1.7 traz um “índice” de viagens atraídas por zona para os dois motivos principais obtidos na pesquisa - trabalho e educação (Gráfico 1.4) e um índice geral. Para o cálculo desse índice foram consideradas o número de viagens por determinado motivo que tinham como destino a zona em questão. Viagens cujo destino é a residência do viajante foram desconsideradas, pois dada a estruturação da base da pesquisa, elas estão sendo contabilizadas nesse filtro utilizado. Novamente, para controlar o tamanho das áreas, o número das viagens obtidas é dividido pela área da zona. Os Mapas 1.5, 1.6 e 1.7 mostram as zonas por intervalo do índice calculado para os dois principais motivos (trabalho e educação) e o índice geral.

**Tabela 1.5 - “Índice de Atração”<sup>3</sup> das Zonas por Motivo - (nº de viagens/por hectare)**

Zona	Trabalho	Educação	Geral
1 São Paulo - Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé	401,2	97,2	678,4
2 São Paulo - Anhanguera, Jaguará, Jaraguá, Perus, Pirituba e São Domingos	17,6	18,4	44,0
3 São Paulo - Brasilândia, Cachoeirinha, Casa Verde, Freguesia do Ó e Limão	37,4	36,8	87,9
4 São Paulo - Jaçanã, Mandaqui, Santana, Tremembé, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Maria e Vila Medeiros	36,2	22,5	81,3
5 São Paulo - Água Rasa, Belém e Mooca	111,4	47,2	216,4
6 São Paulo - São Lucas, Sapopemba e Vila Prudente	47,7	42,9	123,4
7 São Paulo - Aricanduva, Carrão, Tatuapé e Vila Formosa	87,2	60,0	200,1
8 São Paulo - Artur Alvim, Cidade Líder e Vila Matilde	39,0	46,0	123,3
9 São Paulo - Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Penha e Ponte Rasa	40,2	41,6	108,6
10 São Paulo - Itaim Paulista, Jardim Helena, São Miguel, Vila Curuçá e Vila Jacuí	37,7	62,9	127,8
11 São Paulo - Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo	29,5	37,1	90,6
12 São Paulo - Iguatemi, São Mateus e São Rafael	25,1	33,9	75,1
13 São Paulo - Cidade Tiradentes, Guaianases e Lajeado	25,7	45,7	87,2
14 São Paulo - Jardim Paulista e Pinheiros	340,6	42,7	508,9
15 São Paulo - Campo Belo, Itaim Bibi e Moema	220,2	35,3	330,6
16 São Paulo - Saúde e Vila Mariana	201,7	70,3	355,3
17 São Paulo - Cursino, Ipiranga e Sacomã	62,9	48,9	149,1
18 São Paulo - Campo Grande, Cidade Ademar, Jabaquara, Pedreira e Santo Amaro	75,5	45,9	158,4
19 São Paulo - Cidade Dutra, Grajaú, Marsilac, Parelheiros e Socorro	4,8	5,4	12,7
20 São Paulo - Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís	25,1	38,6	77,2
21 São Paulo - Campo Limpo, Morumbi, Vila Andrade e Vila Sônia	51,0	40,1	113,0
22 São Paulo - Butantã, Jaguaré, Raposo Tavares e Rio Pequeno	53,3	32,5	97,8
23 São Paulo - Alto de Pinheiros, Barra Funda, Lapa, Perdizes e Vila Leopoldina	135,5	56,4	249,8
24 Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã	2,2	2,0	5,2
25 Arujá, Guarulhos e Santa Isabel	8,3	6,0	16,7
26 Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Suzano	2,4	2,3	6,2
27 Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André e São Caetano do Sul	17,6	12,5	47,0
28 Diadema e São Bernardo do Campo	15,5	9,5	34,7
29 Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jujutiba, São Lourenço da Serra e Taboão da Serra	2,2	2,2	5,1
30 Cotia e Vargem Grande Paulista	3,4	2,6	6,6
31 Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba	14,9	11,0	31,2

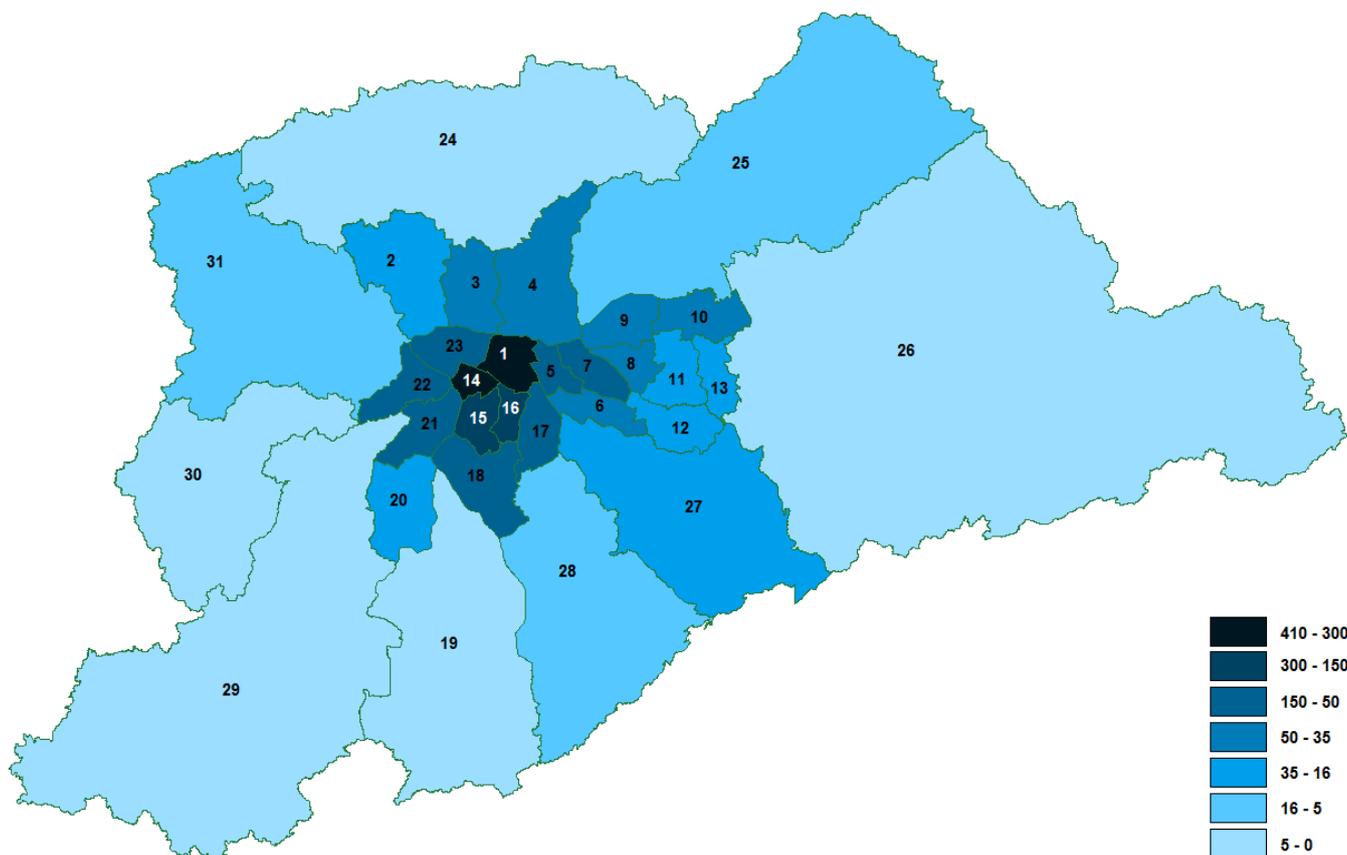
Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Elaboração: CTEO - CMSP

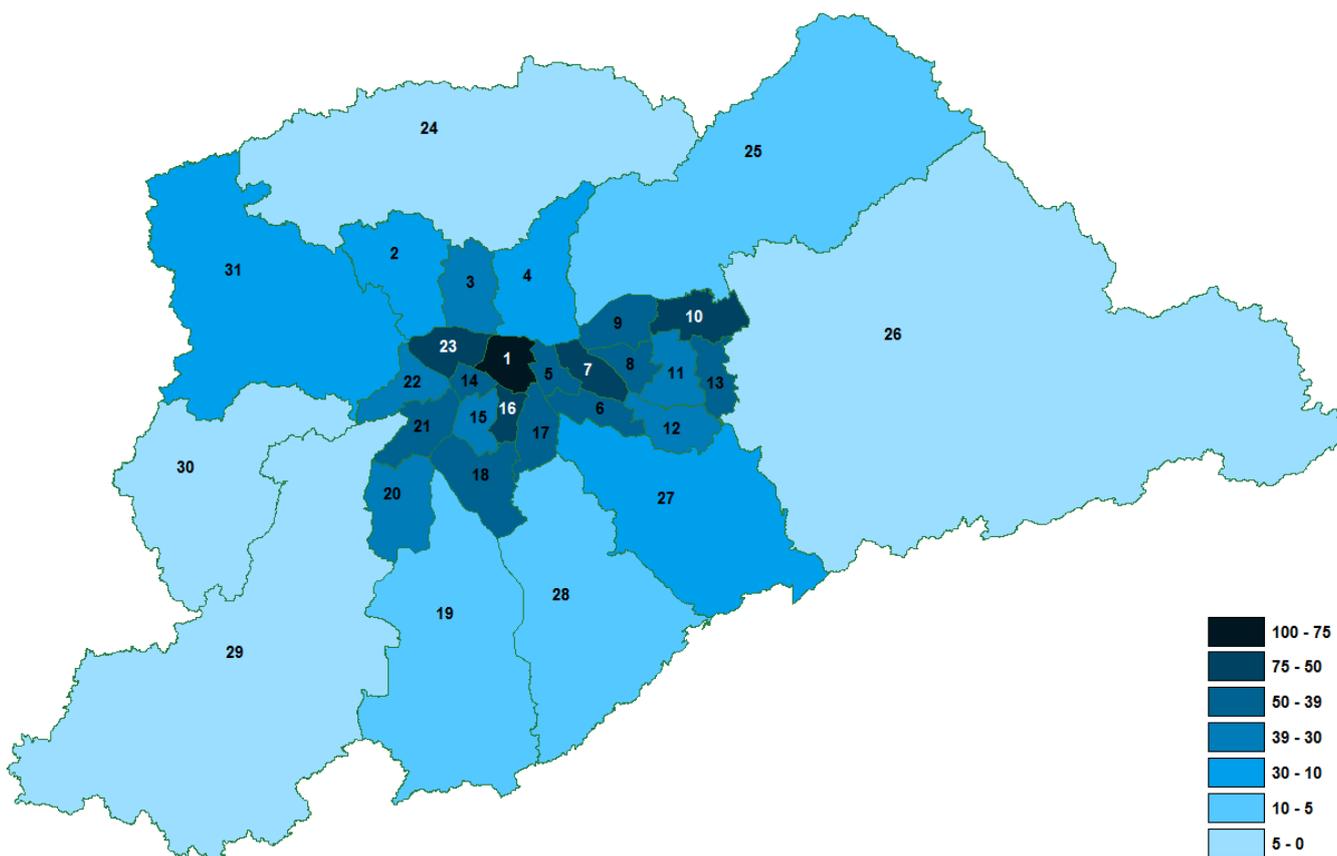
3 - Índice da zona X pelo motivo Y calculado pela soma das viagens cuja zona de destino seja X e o motivo de destino seja Y. O número final de viagens foi dividido pela área em hectares da zona X.

No cálculo do índice para o motivo trabalho, foi somado os motivos 1 (Trabalho - Indústria), 2 (Trabalho - Comércio) e 3 (Trabalho - Serviços) disponibilizados na base de dados da pesquisa.

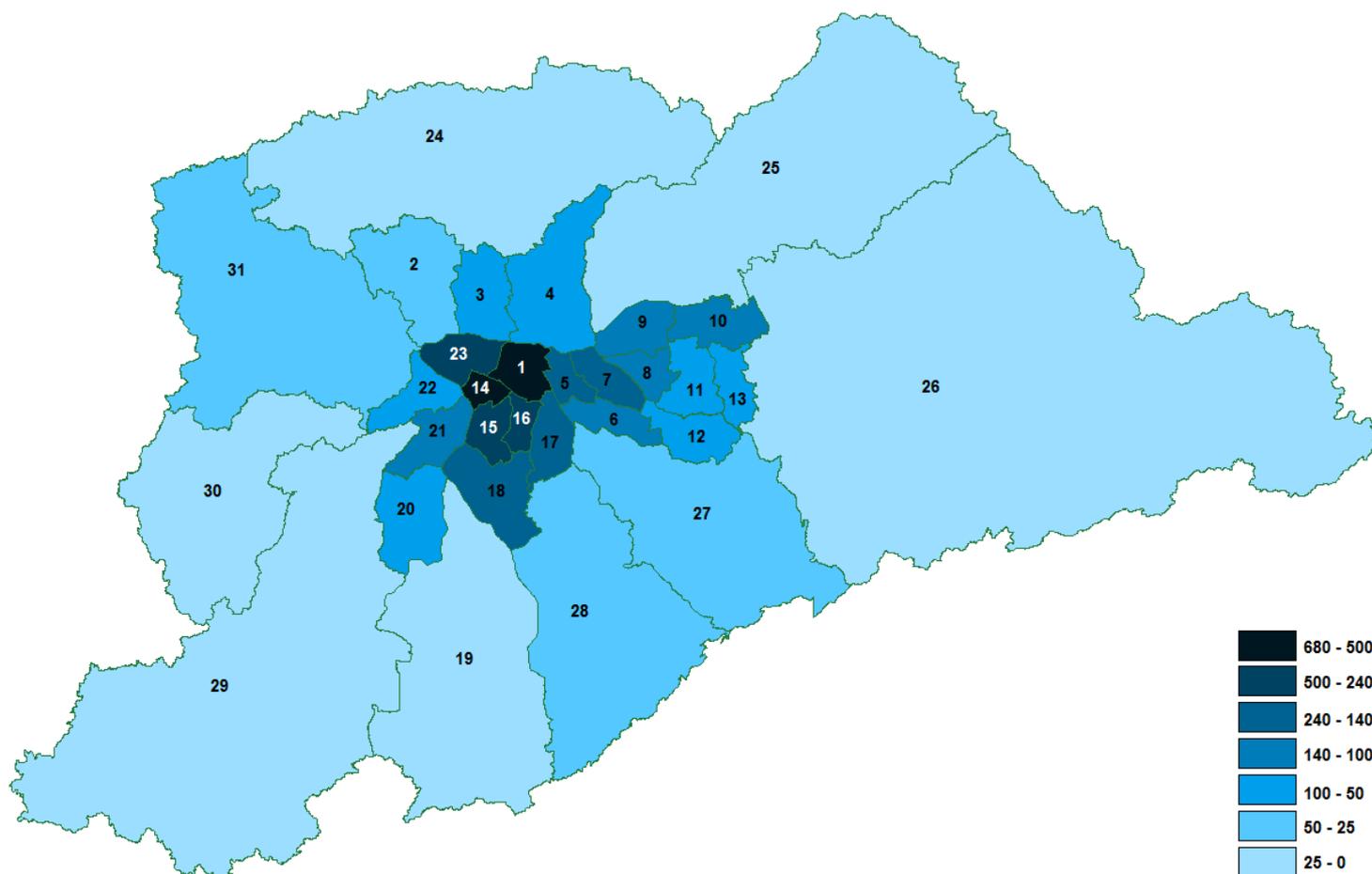
**Mapa 1.5 - Índice de Atração por Zona - Motivo Trabalho - 2012**



**Mapa 1.6 - Índice de Atração por Zona - Motivo Educação - 2012**



Mapa 1.7 - Índice de Atração por Zona - 2012



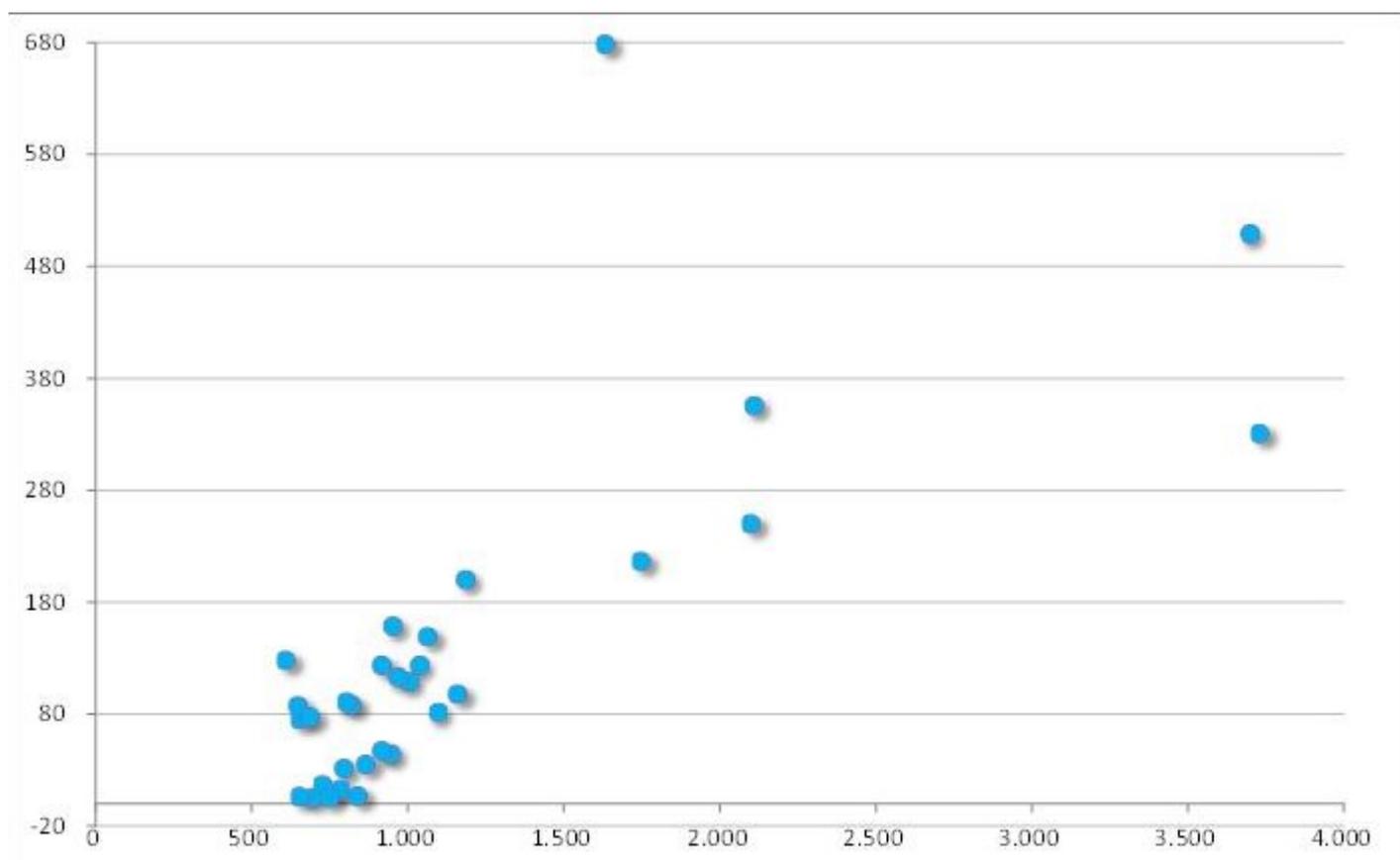
Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Elaboração: CTEO - CMSP

De acordo com os mapas, em geral as zonas centrais tendem a atrair mais viagens por área tanto pelo motivo trabalho, quanto pelo motivo educação. Nesse segundo caso, essa tendência é menos intensa, como pode ser observado pelos índices relativamente elevados de zonas como a 10 (Itaim Paulista, Jardim Helena, São Miguel, Vila Curuçá e Vila Jacuí) e a 7 (Aricanduva, Carrão, Tatuapé e Vila Formosa). Um dos possíveis motivos para essa dispersão mais elevada pode ser uma presença maior de escolas nessas regiões atraindo estudantes de regiões próximas (no caso da zona 10, atraindo alunos das áreas 11 e 25, por exemplo), enquanto o maior volume de vagas de trabalho parece estar concentrado nas regiões mais centrais (zonas 14, 15, 23, 1), gerando mais viagens para região.

Em relação ao índice de atração geral (independente do motivo da viagem), também há uma tendência forte das zonas centrais registrarem índices mais elevados, bem como uma relação positiva entre a renda per capita da zona e seu índice (quanto mais alta a renda per capita da região, maior é a tendência dessa região atrair mais viagens por área). O Gráfico 1.6, cujo eixo vertical traz o índice de atração calculado por zona e o eixo horizontal contém a renda per capita por zona, permite a visualização da tendência mencionada.

**Gráfico 1.6 - Índice de Atração (eixo vertical) X Renda per Capita\* (eixo horizontal) - 2012**



\* - Renda per capita em R\$ de Outubro de 2012

Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Elaboração: CTEO - CMSP

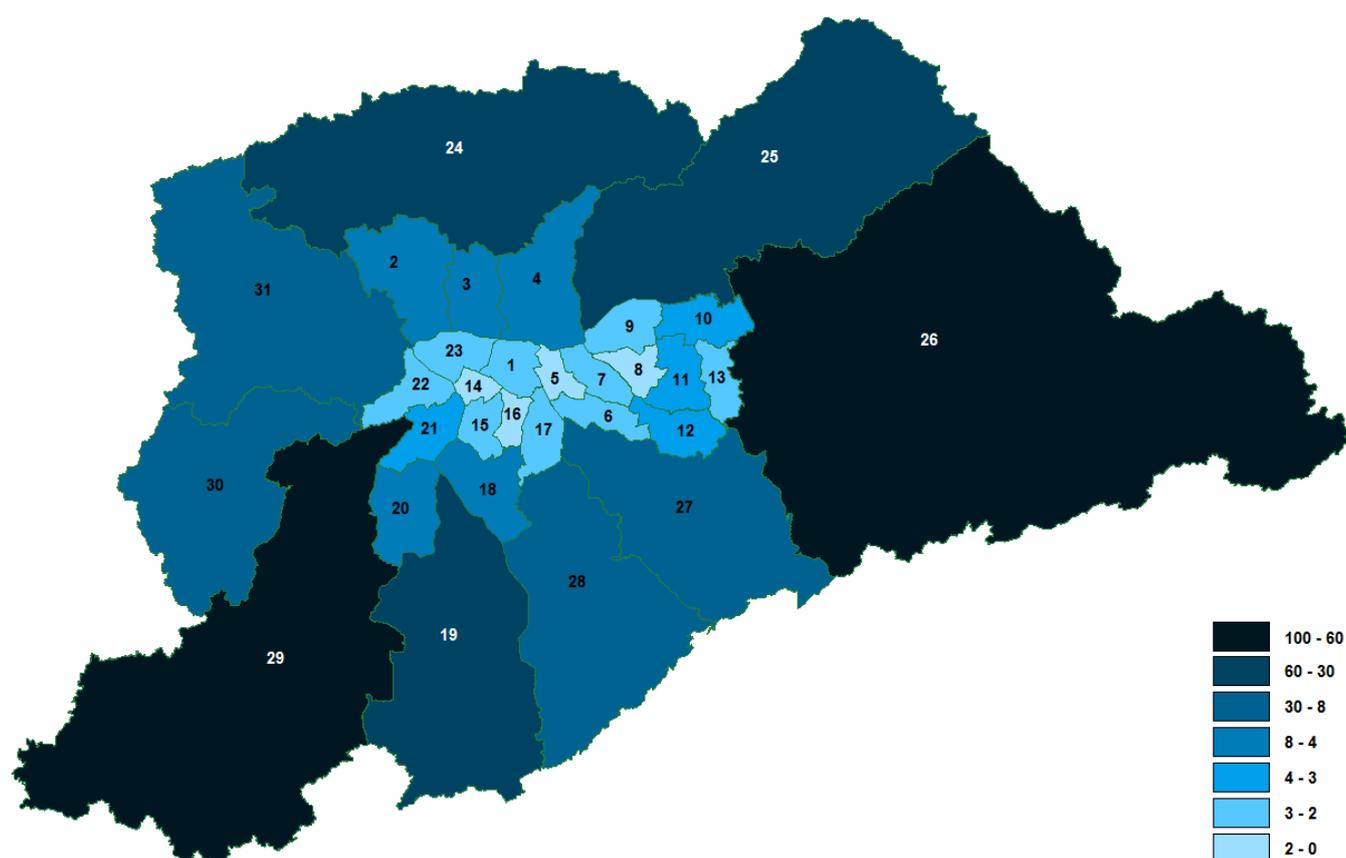
Outra informação que pode ser obtida com os dados disponibilizados pelo Metrô é uma estimativa dos residentes de uma determinada zona que deixaram a zona em algum momento (realizaram pelo menos uma viagem fora da região). A Tabela 1.6 traz um índice de egressão por zonas. Índices mais elevados indicariam uma maior tendência da zona de “expulsar” seus habitantes. Zonas mais populosas naturalmente tendem a expulsar mais pessoas, logo o número dos que deixaram a zona por algum motivo foi dividido pelo número da população da zona (para “diminuir” seu índice e contrabalancear a tendência natural de alta). Outro aspecto que deve ser controlado, novamente, é a área da zona. Áreas muito grandes tendem naturalmente a expulsar poucas pessoas, logo o seu índice deve ser aumentado conforme a área (para contrabalançar a tendência natural de diminuição do número de expulsos). Portanto, os índices da Tabela 1.6 foram calculados multiplicando a porcentagem da população da zona que saiu da mesma pela área da zona e padronizando o valor mais alto para 100.

O Mapa 1.8 traz o mesmo índice por intervalos, para uma visualização da distribuição geográfica das zonas com os maiores e menores valores.

**Tabela 1.6 - Índice de Egressão por Zonas - 2012**

Zona	Indicador	Zona	Indicador
26 Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Suzano	100,00	10 São Paulo - Itaim Paulista, Jardim Helena, São Miguel, Vila Curuçá e Vila Jacuí	3,14
29 Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e Taboão da Serra	66,67	21 São Paulo - Campo Limpo, Morumbi, Vila Andrade e Vila Sônia	3,13
24 Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã	42,79	9 São Paulo - Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Penha e Ponte Rasa	2,86
25 Arujá, Guarulhos e Santa Isabel	36,56	22 São Paulo - Butantã, Jaguaré, Raposo Tavares e Rio Pequeno	2,85
19 São Paulo - Cidade Dutra, Grajaú, Marsilac, Parelheiros e Socorro	30,63	23 São Paulo - Alto de Pinheiros, Barra Funda, Lapa, Perdizes e Vila Leopoldina	2,64
31 Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba	26,17	17 São Paulo - Cursino, Ipiranga e Sacomã	2,41
28 Diadema e São Bernardo do Campo	20,10	13 São Paulo - Cidade Tiradentes, Guaianases e Lajeado	2,37
30 Cotia e Vargem Grande Paulista	18,62	6 São Paulo - São Lucas, Sapopemba e Vila Prudente	2,35
27 Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André e São Caetano do Sul	17,97	15 São Paulo - Campo Belo, Itaim Bibi e Moema	2,06
2 São Paulo - Anhanguera, Jaguará, Jaraguá, Perus, Pirituba e São Domingos	7,85	7 São Paulo - Aricanduva, Carrão, Tatuapé e Vila Formosa	2,01
4 São Paulo - Jaçanã, Mandaqui, Santana, Tremembé, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Maria e Vila Medeiros	7,72	São Paulo - Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé	2,00
20 São Paulo - Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís	5,42	8 São Paulo - Artur Alvim, Cidade Líder e Vila Matilde	1,87
18 São Paulo - Campo Grande, Cidade Ademar, Jabaquara, Pedreira e Santo Amaro	4,87	5 São Paulo - Água Rasa, Belém e Mooca	1,56
3 São Paulo - Brasilândia, Cachoeirinha, Casa Verde, Freguesia do Ó e Limão	4,06	16 São Paulo - Saúde e Vila Mariana	1,37
12 São Paulo - Iguatemi, São Mateus e São Rafael	3,16	14 São Paulo - Jardim Paulista e Pinheiros	1,18
11 São Paulo - Itaquera, José Bonifácio e Parque do Carmo	3,14		

**Mapa 1.8 - Índice de Egressão por Zona - 2012**



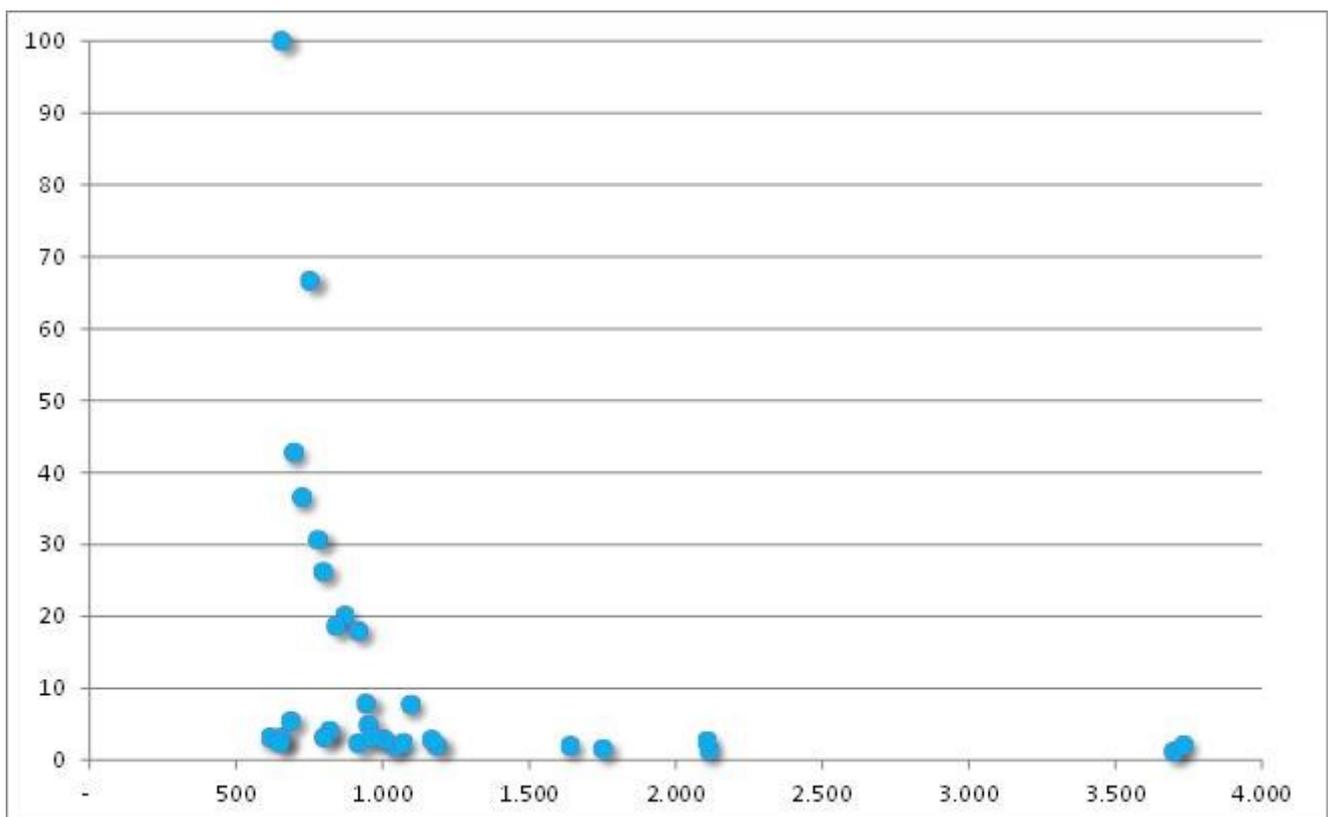
Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ / Elaboração: CTEO - CMSP

Conforme pode ser observado, as zonas periféricas e com áreas maiores tendem a obter índices de egressão mais elevados. Esse resultado pode ser tanto uma distorção do uso da área como multiplicador no cálculo do índice, como pode de fato significar que essas zonas tendem a expulsar seus residentes. Por outro lado, as zonas centrais de São Paulo (zonas geralmente de áreas menores) geraram índices de egressão menores (o índice da região 14 é de apenas 1,18, bem inferior aos 100 da zona 26).

Embora, novamente, seja esperado que zonas como a 14, 15, 16, 1 e 23 tendam a expulsar menos seus residentes por questões ligadas à infraestrutura, oferta de serviços, empregos, etc., enquanto zonas mais periféricas supostamente mais desprovidas teriam uma tendência de expulsão maior, não é possível afirmar isso com certeza apenas pelo índice calculado, devido à dificuldade de se controlar outras variáveis como a questão da área e a sua relativa importância nesse aspecto do fluxo de viagens.

Por fim, o Gráfico 1.7 traz no eixo vertical o índice de egressão por zona, e o eixo horizontal contém a renda per capita por zona. Embora não exista uma tendência muito clara entre as variáveis, é possível visualizar uma relação indicando que quanto maior a renda per capita, menor tende a ser o índice de egressão.

**Gráfico 1.7 - Índice de Egressão (Y) X Renda per Capita\* (X) - 2012**



\* - Renda per capita em R\$ de Outubro de 2012

Fonte: Pesquisa de Mobilidade 2012 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Elaboração: CTEO - CMSP

---

## 19. Saneamento Básico na Região Metropolitana de São Paulo RMSP - 2013\*

O SNIS - Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento é gerido pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, órgão ligado ao Ministério das Cidades, que reúne informações e indicadores sobre a prestação dos serviços de água, esgotos e manejo de resíduos sólidos coletados, anualmente, junto aos prestadores desses serviços, que operam no Brasil. O sistema foi criado em 1994 com o Programa de Modernização do Setor Saneamento e ao longo dos anos vem conseguindo aumentar a participação de prestadores em sua amostra. Em 2013, último ano com dados divulgados<sup>(1)</sup>, a amostra dos prestadores referentes ao serviço de água, por exemplo, cobria 5.035 municípios (97,6% da população urbana). Para serviço de esgoto, a abrangência foi de 3.730 municípios (91,1% da população urbana).

O objetivo deste artigo é trazer alguns dados do SNIS referentes aos serviços de água e esgoto para a região metropolitana de São Paulo. Em setembro de 2014, na edição nº 40 deste indicador, foram apresentados dados para 2012 e do ano anterior para fins de comparação. Agora serão apresentadas informações atualizadas para o ano de 2013, as últimas disponibilizadas pelo SNIS. Dos 39 municípios da região, apenas Santa Isabel não consta na base do sistema para o referido ano (2013) e, portanto, nenhum dado apresentado neste trabalho tanto para 2012 quanto para 2013, mesmo os agregados da região metropolitana, consideram este município.

No tocante aos prestadores de serviços, em 2013, não houve mudanças em relação ao ano anterior. Dos 38 municípios considerados, apenas 6 não utilizam os serviços da SABESP: Diadema, Guarulhos, Mauá, Mogi das Cruzes, Santo André e São Caetano do Sul. No caso de Mauá, há um prestador para fornecimento de água e outro para serviços relacionados a esgoto (neste último caso, uma empresa privada). As demais prestadoras ou são autarquias ou sociedades de economia mista com administração pública (a SABESP, por exemplo, maior prestadora da região, se enquadra neste último caso). A tabela 1.1 traz a lista dos prestadores e a natureza jurídica dos mesmos.

---

(1) A última versão publicada do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, divulgado anualmente pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental pode ser encontrado neste link: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2013>

Mais informações, em geral, sobre o SNIS: <http://www.snis.gov.br/>

---

\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 53 - outubro/2015.

**Tabela 1.1 - Prestadores do Serviço de Água e Esgoto - RMSP**

<b>Município</b>	<b>Empresa</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Natureza Jurídica</b>
Diadema	SANED	Local	Água e Esgoto	Soc. de economia mista com adm. pública
Guarulhos	SAAE	Local	Água e Esgoto	Autarquia
Mauá	SAMA	Local	Água	Autarquia
Mauá	FOZ	Local	Esgoto	Empresa privada
Mogi das Cruzes	SEMAE	Local	Água e Esgoto	Autarquia
Santo André	SEMASA	Local	Água e Esgoto	Autarquia
São Caetano do Sul	DAE	Local	Água e Esgoto	Autarquia
Demais	SABESP	Regional	Água e Esgoto	Soc. de economia mista com adm. pública

Fonte: SNIS - 2013

Entre 2012 e 2013, verificou-se, na região metropolitana de São Paulo, um acréscimo de cerca de 190 mil ligações de água, que saíram de 5,447 milhões em 2012 para 5,637 milhões no ano seguinte. A extensão da rede de água, que em 2012 era de 40.755 quilômetros foi expandida em 753 quilômetros, alcançando 41.508 quilômetros em 2013. Já o volume consumido na região, que foi de 1.288 milhões de metros cúbicos em 2012, diminuiu aproximadamente 10,9 milhões de metros cúbicos, totalizando 1.277 milhões de metros cúbicos em 2013.

Em relação ao sistema de esgotamento sanitário, no mesmo período houve aumento de aproximadamente 37 mil ligações que saíram de 4,539 milhões em 2012 para 4,576 milhões em 2013. A extensão da rede da região metropolitana, informada no SNIS para 2012, era de 28.328 quilômetros, chegando a 28.866 quilômetros em 2013 (um aumento de 519 quilômetros), enquanto o aumento do volume de esgoto coletado foi de 19,193 milhões de metros cúbicos e do volume de esgoto tratado, de 6,303 milhões de metros cúbicos. Esses dados estão apresentados na Tabela 1.2.

**Tabela 1.2 - Caracterização Global - RMSP**

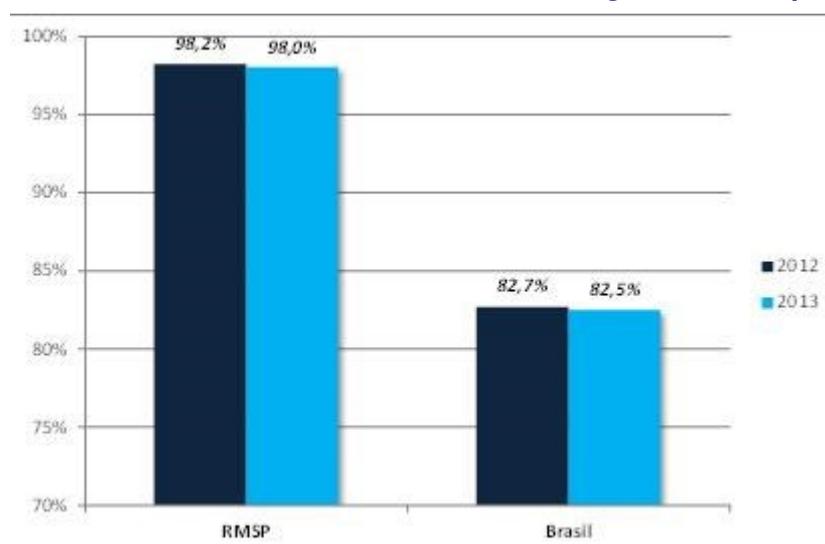
Característica	Unidade	2012	2013	Diferença	Var(%) 2013/2012
<b>Água</b>					
Quantidade de ligações	unid.	5.447.787	5.637.816	190.029	3,5%
Extensão da rede	km	40.755	41.508	753	1,8%
Volume produzido	mil m <sup>3</sup>	69.326	69.850	524	0,8%
Volume consumido	mil m <sup>3</sup>	1.288.974	1.277.996	-10.978	-0,9%
<b>Esgoto</b>					
Quantidade de ligações	unid.	4.539.565	4.576.249	36.684	0,8%
Extensão da rede	km	28.328	28.866	538	1,9%
Volume de esgoto coletado	mil m <sup>3</sup>	880.482	899.675	19.193	2,2%
Volume de esgoto tratado	mil m <sup>3</sup>	485.312	491.615	6.303	1,3%

Fonte: SNIS - 2012 e 2013

### Cobertura dos serviços de água e esgoto

Em relação ao abastecimento de água, o índice médio de atendimento da população da região metropolitana de São Paulo apresentou uma pequena diminuição entre 2012 e 2013 (saiu de 98,2% para 98,0%). O mesmo aconteceu com o índice nacional, que saiu de 82,7% em 2012 para 82,5% em 2013 (Gráfico 1.1).

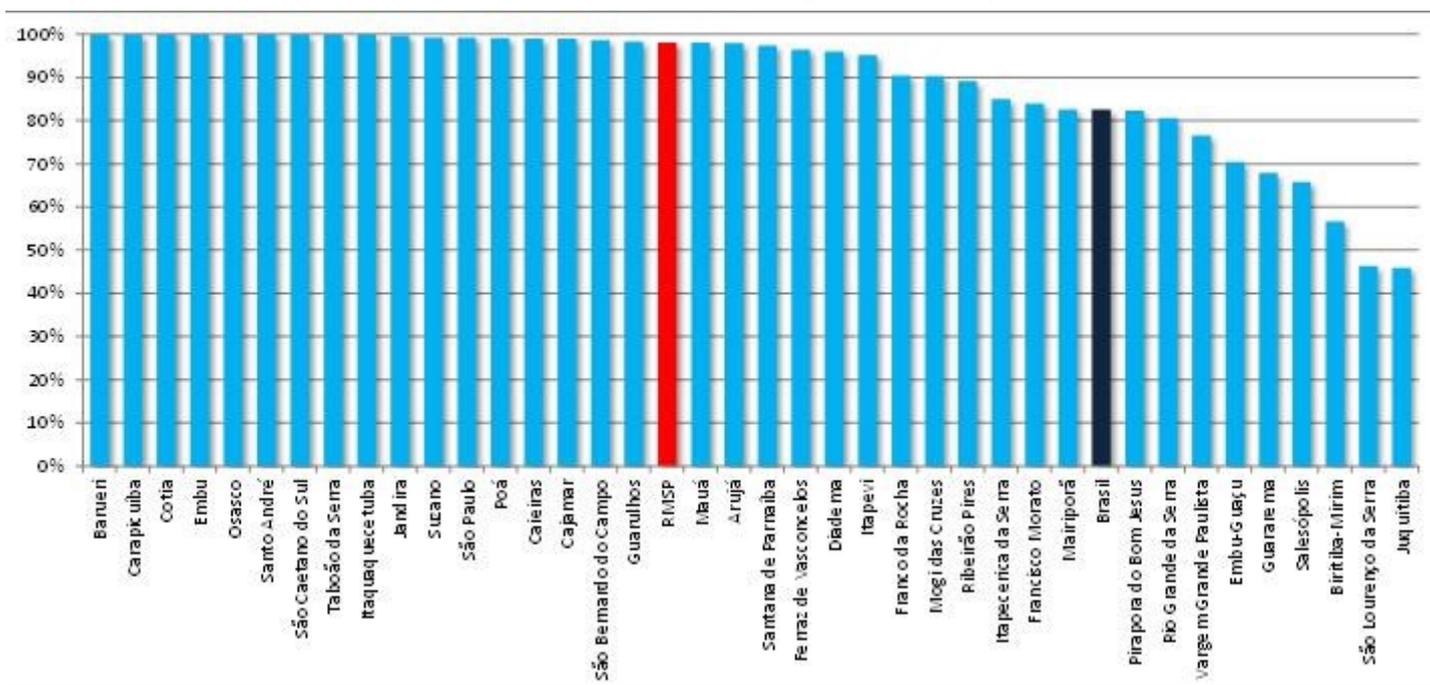
**Gráfico 1.1 - Índice de Atendimento de Abastecimento de Água (% da Pop.) - RMSP e Brasil**



Fonte: SNIS - 2012 e 2013

Em relação aos municípios da RMSP considerados, oito apresentaram índice de população atendida por abastecimento de água igual a 100. Em 2012, treze municípios conseguiram essa porcentagem. Por outro lado, o número de municípios com índices inferiores ao da média nacional (de 82,5%) diminuiu. Foram nove em 2013 contra dez em 2012. O Gráfico 1.2 apresenta, para todos os municípios da RMSP, para 2013, o índice de atendimento de água definido como o percentual da população total do município que é atendida com abastecimento de água.

**Gráfico 1.2 - Índice de Atendimento de Água (% da Pop.) RMSP - 2013**

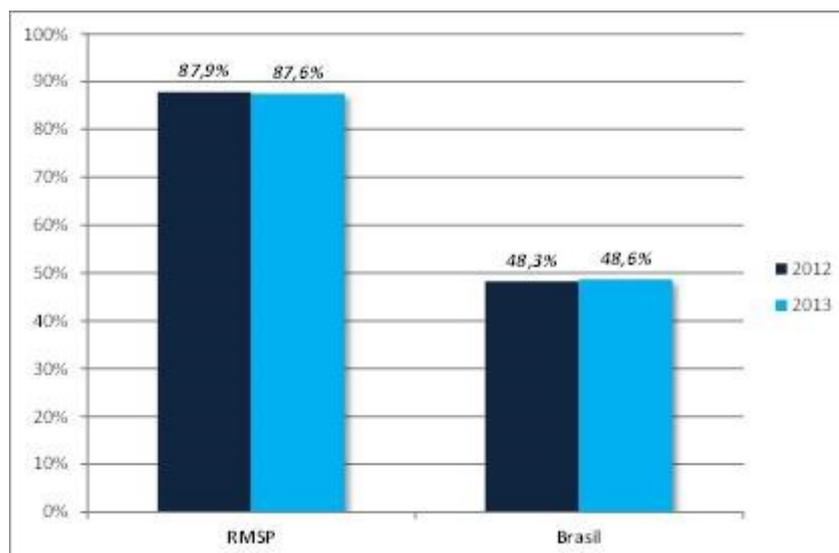


Fonte: SNIS 2013

Como pode ser observado pelo gráfico, nos municípios de São Lourenço da Serra e Juquitiba foram verificados os menores índices de atendimento de água; menos da metade da população possuía acesso ao serviço de água em 2013 (46,3% e 45,9% respectivamente). Nos demais municípios, todos os índices registraram valores superiores a 50%. Em São Paulo, 99,2% da população é atendida com abastecimento de água.

Quanto ao esgotamento sanitário, o índice médio de atendimento da população da região metropolitana, assim como no caso da água, teve leve recuo, saindo de um alcance de 87,9% em 2012 para 87,6% em 2013. Índice bem acima da média nacional, que registrou 48,6% em 2013 (índice superior ao observado em 2012 de 48,3%). As informações estão no Gráfico 1.3.

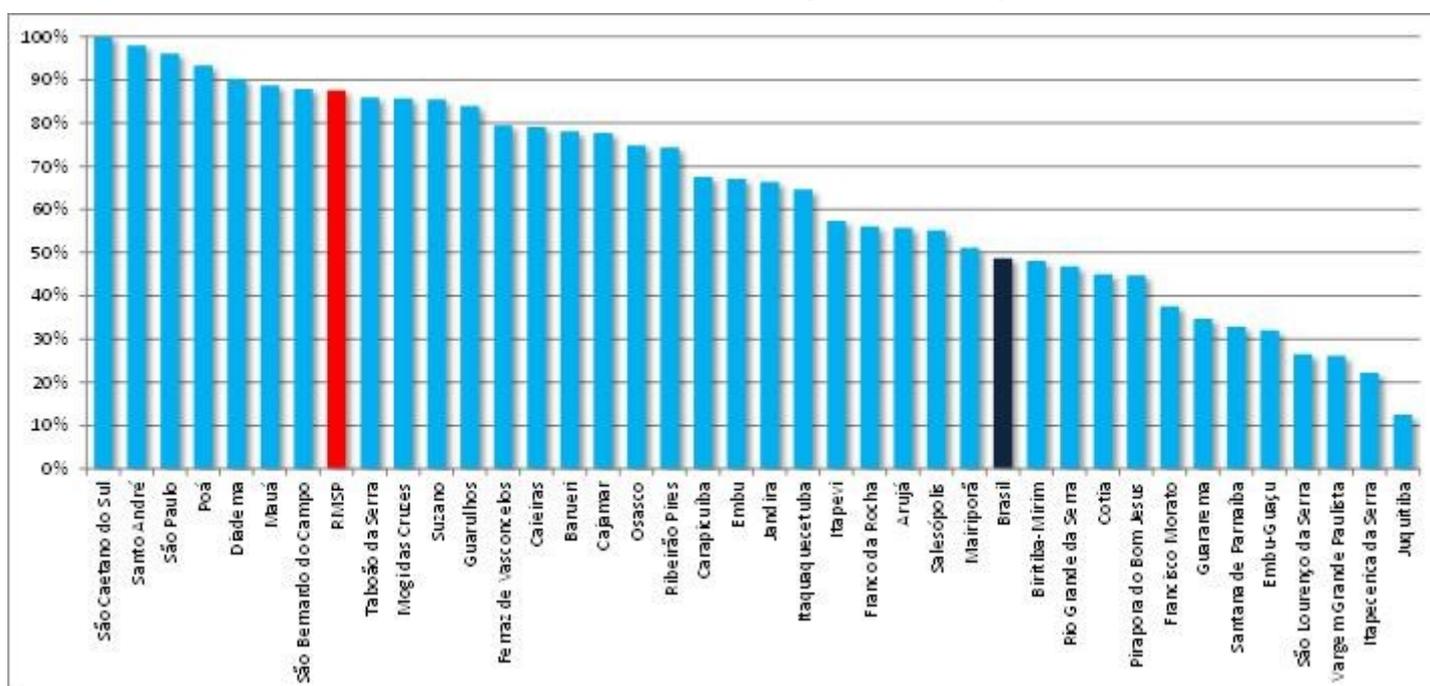
**Gráfico 1.3 - Índice de Atendimento de Esgoto (% da Pop.) - RMSP e Brasil**



Fonte: SNIS - 2012 e 2013

O Gráfico 1.4 traz os índices de atendimento do serviço de esgoto por município da RMSP para o ano de 2013. O município de São Caetano foi o único da região que atendeu 100% da população com coleta de esgoto (seguido de Santo André e São Paulo com índices de 98% e 96,1% respectivamente). Os municípios de Jujutiba e Itapecerica da Serra apresentaram os menores índices, com menos de 15% da população atendida com coleta de esgoto no caso de Jujutiba. No total, 12 municípios da RMSP apresentam índices menores que a média nacional de 48,6%.

**Gráfico 1.4 - Índice de Atendimento de Esgoto (% da Pop.) RMSP - 2013**

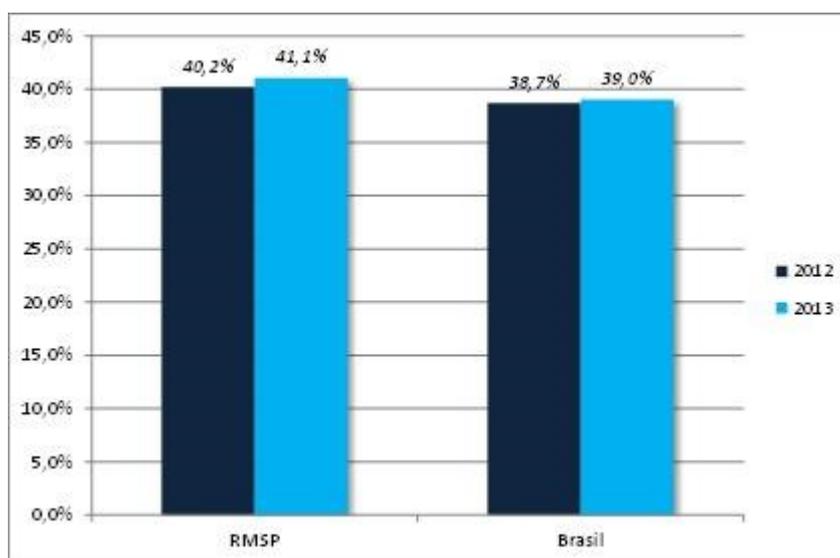


Fonte: SNIS - 2013

## Índice de Tratamento de Esgotos Gerados

De acordo com os dados do SNIS 2013, o volume de esgotos gerados<sup>(3)</sup> nesse ano na região metropolitana de São Paulo foi de 1,27 bilhão de metros cúbicos, sendo o município de São Paulo responsável por aproximadamente 62% desse montante. O índice médio de tratamento de esgotos gerados da região apresentou melhora entre 2012 e 2013 (saiu de 40,2% para 41,1%). O mesmo aconteceu com o índice nacional, que saiu de 38,7% em 2012 para 39% em 2013 (Gráfico 1.5).

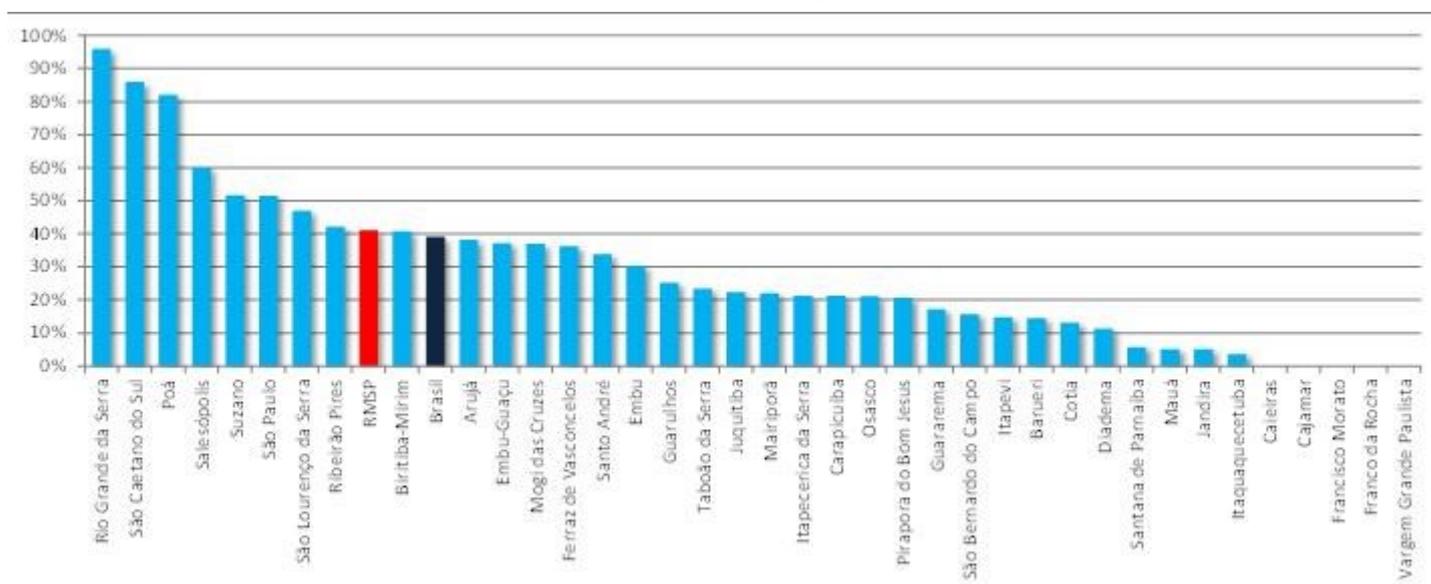
**Gráfico 1.5 - Índice de Tratamento de Esgotos Gerados - RMSP e Brasil**



Fonte: SNIS - 2012 e 2013

O Gráfico 1.6 apresenta o índice de tratamento de esgotos gerados por município da RMSP em 2013.

**Gráfico 1.6 - Índice de Tratamento de Esgotos Gerados RMSP - 2013**



Fonte: SNIS - 2013

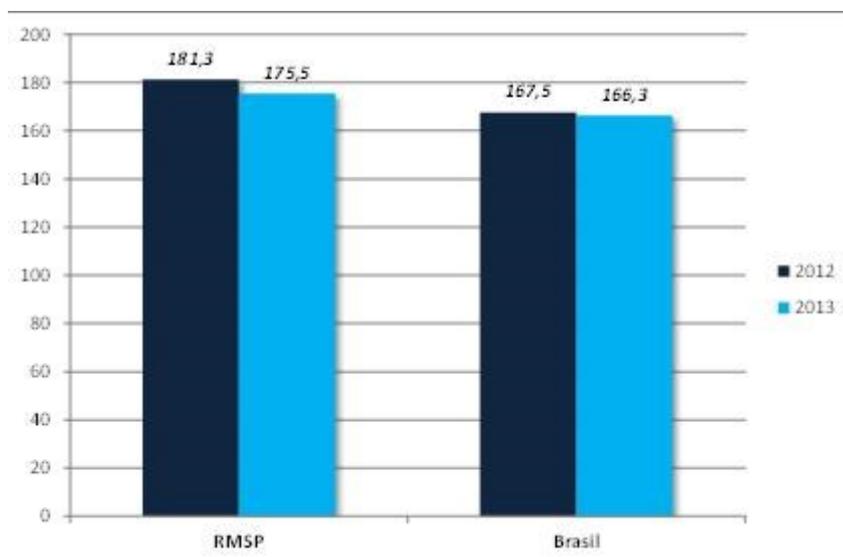
(3) O volume de esgotos gerado é estimado no SNIS como sendo igual ao volume de água consumida.

O Município com maior índice de tratamento de esgotos foi Rio Grande da Serra com 95,8% , seguido de São Caetano do Sul com 85,8%, Poá (82%), Salesópolis (60%) e Suzano (51,6%). Os municípios de Itaquaquecetuba e Jandira apresentaram os menores índices de tratamento de esgotos (3,7% e 5% respectivamente), porém, em 5 municípios não havia tratamento do esgoto gerado segundo os dados disponibilizados no SNIS.

### Consumo Per Capita de Água

A média do consumo diário de água *per capita* na RMSP em 2013 foi de cerca de 175,5 litros por dia, número 3,2% menor que a média de 2012 (de 181,3 litros) e 9,2 litros a mais que a média nacional: 166,3 litros, valor esse que, assim como ocorreu na região metropolitana, foi menor do que o registrado em 2012. O Gráfico 1.7 traz esses números.

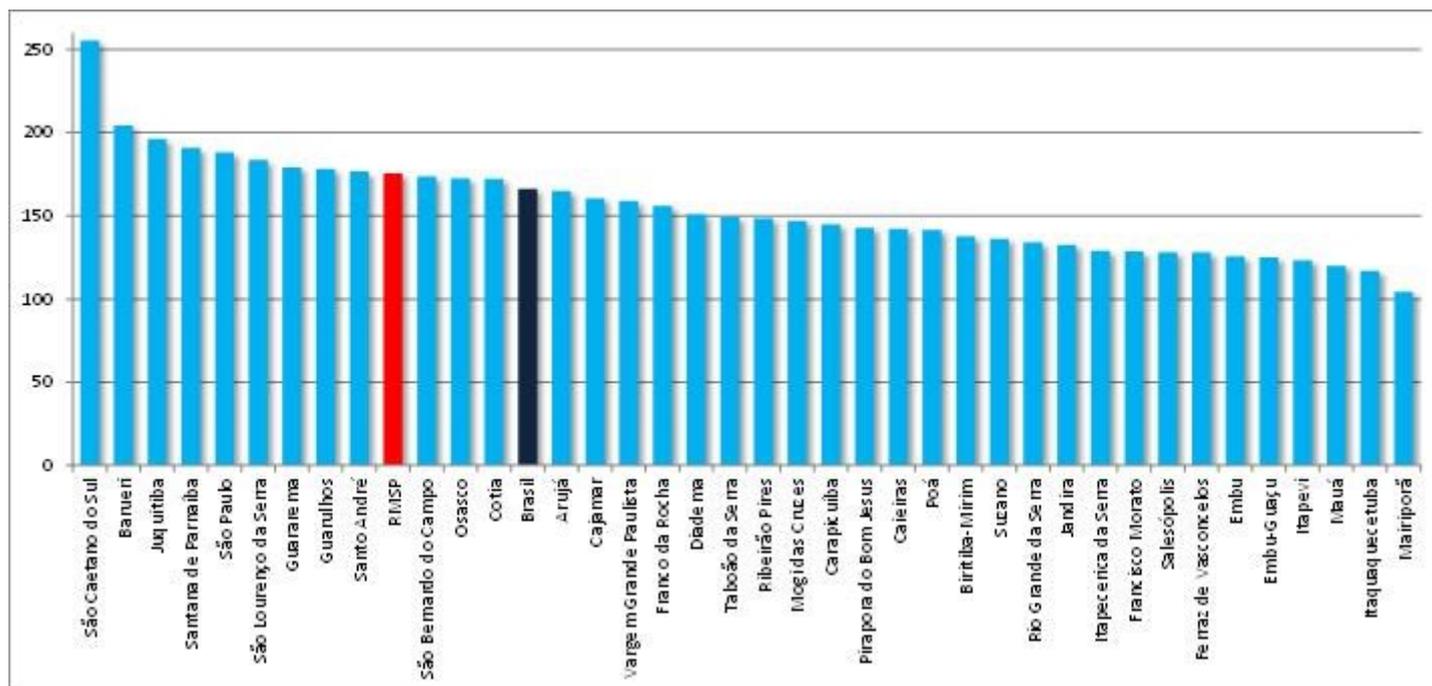
**Gráfico 1.7 - Consumo Per Capita de Água (litros/hab.dia) - RMSP e Brasil**



Fonte: SNIS - 2012 e 2013

O Gráfico 1.8 traz os valores do consumo *per capita* de água para os municípios da RMSP em 2013. Como pode ser observado, a maioria deles (26) tem um consumo *per capita* menor que a média nacional de 166,3 litros. São Caetano do Sul, Barueri e Juquitiba são os municípios que registraram o maior consumo *per capita*. São Paulo aparece na 5ª posição, com um consumo de 188 litros por habitante. Por outro lado, Mairiporã, Itaquaquecetuba e Mauá são os municípios com o menor consumo *per capita*.

**Gráfico 1.8 - Consumo médio diário de água per capita (litros/hab.dia) RMSP - 2013**

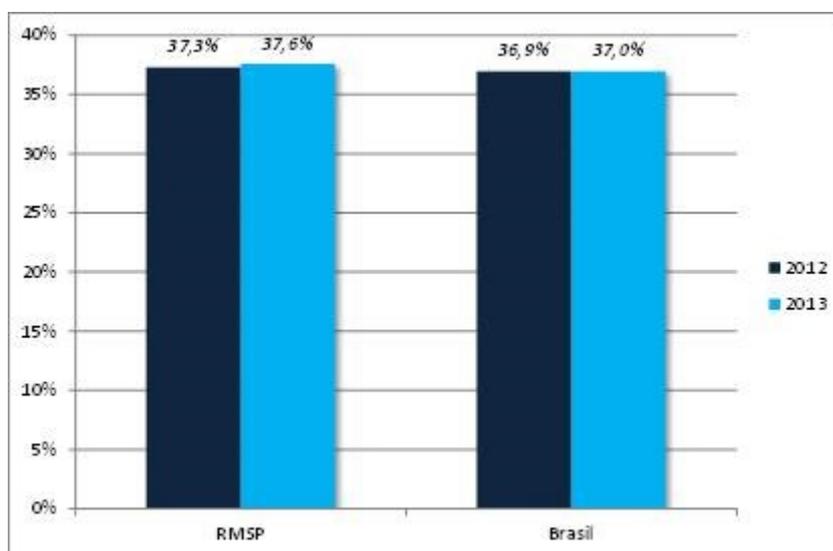


Fonte: SNIS - 2013

### Perdas de Água na Distribuição

O índice de perdas de água na distribuição, de acordo com a metodologia do SNIS, faz a comparação entre o volume de água disponibilizado e o volume consumido. Em comparação com 2012, o índice médio de perdas na distribuição da RMSP aumentou de 37,3% para 37,6% em 2013, seguindo a tendência da média nacional que registrou leve acréscimo (saiu de 36,9% para 37%) - Gráfico 1.9.

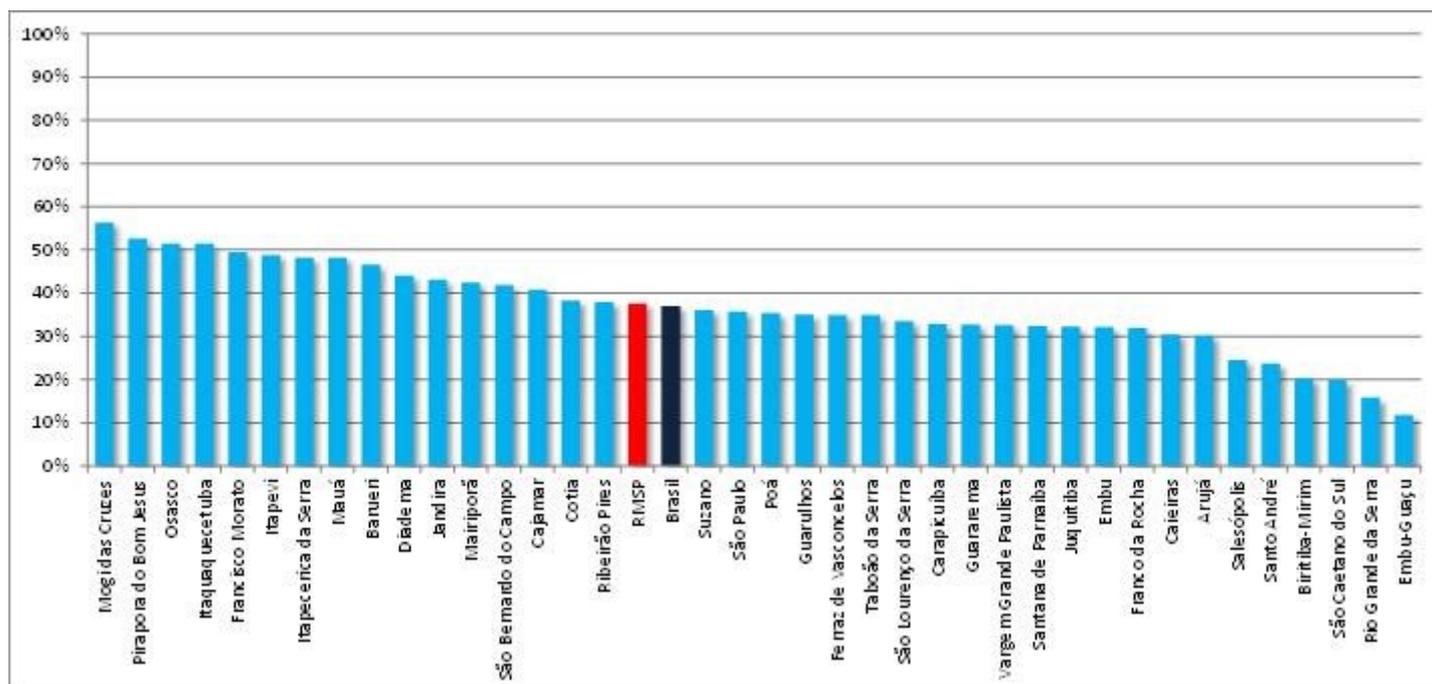
**Gráfico 1.9 - Índice de Perdas na Distribuição (%) - RMSP e Brasil**



Fonte: SNIS - 2012 e 2013

O Gráfico 1.10 apresenta o índice de perdas na distribuição por município da RMSP em 2013.

**Gráfico 1.10 - Índice de Perdas na Distribuição (% do Vol. De Água) RMSP - 2013**



Fonte: SNIS - 2013

Dos 38 municípios considerados neste artigo, 16 apresentaram índice de perda maior que a média nacional (36,95%). Embu-Guaçu e Rio Grande da Serra foram os municípios com os menores índices (11,8% e 15,8% respectivamente). São Paulo aparece em 18º lugar, com um índice de 35,8%. Mogi das Cruzes e Pirapora do Bom Jesus são os municípios com os maiores índices de perda (56,4% e 52,6% respectivamente).

### Tarifas e Despesas Médias

A tarifa média dos serviços de água e esgoto da região metropolitana de São Paulo em 2013, calculada pela relação da receita anual operacional direta de água e esgoto (incluindo a receita derivada de água exportada e esgoto importado) e o volume anual de água e esgoto faturado, foi estimada em R\$ 2,93 por metro cúbico, enquanto que a despesa total média ficou em R\$ 2,30. Em comparação com a média nacional, observou-se uma tarifa maior (R\$ 2,62 foi a média nacional) e uma despesa média menor (a despesa média nacional foi de R\$ 2,46 por metro cúbico).

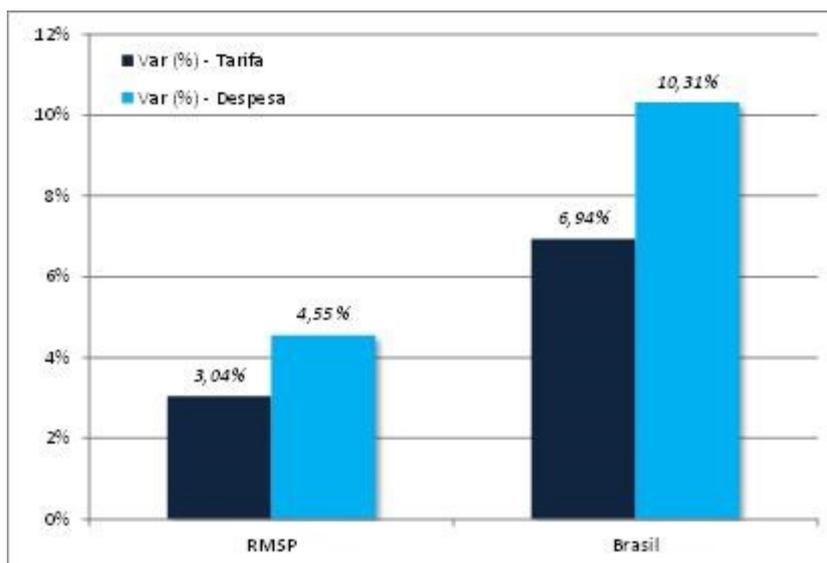
A Tabela 1.3 apresenta valores referentes à tarifa média e à despesa total média com serviços de água e esgoto por município da RMSP em 2013.

**Tabela 1.3 - Tarifas e Despesas Médias com serviço de água e esgoto (R\$/m<sup>3</sup>) RMSP - 2013**

Município	Tarifa Média	Despesa Média	Município	Tarifa Média	Despesa Média
Arujá	3,10	3,21	Mauá	2,73	2,35
Barueri	3,77	2,69	Mogi das Cruzes	3,24	3,41
Biritiba-Mirim	2,15	3,03	Osasco	2,85	2,30
Caieiras	2,71	2,59	Pirapora do Bom Jesus	2,69	4,02
Cajamar	2,81	2,56	Poá	2,73	2,43
Carapicuíba	2,42	1,90	Ribeirão Pires	2,75	3,32
Cotia	3,19	2,72	Rio Grande da Serra	2,14	2,84
Diadema	2,74	2,54	Salesópolis	2,02	3,17
Embu	2,61	1,91	Santana de Parnaíba	3,26	2,77
Embu-Guaçu	2,78	3,80	Santo André	2,53	1,82
Ferraz de Vasconcelos	2,45	2,77	São Bernardo do Campo	2,92	2,20
Francisco Morato	2,30	2,63	São Caetano do Sul	3,57	2,60
Franco da Rocha	3,54	2,56	São Lourenço da Serra	2,25	3,59
Guararema	2,89	3,52	São Paulo	3,05	2,30
Guarulhos	2,11	1,88	Suzano	2,88	2,30
Itapecerica da Serra	2,78	2,80	Taboão da Serra	2,67	1,93
Itapevi	2,65	2,31	Vargem Grande Paulista	2,89	2,79
Itaquaquecetuba	2,33	1,94	<b>RMSP</b>	<b>2,93</b>	<b>2,30</b>
Jandira	2,57	2,25	<b>Brasil</b>	<b>2,62</b>	<b>2,46</b>
Juquitiba	2,43	3,49			
Mairiporã	2,74	3,59			

Em comparação com 2012, a tarifa média registrou aumento de cerca de 3,04% na RMSP (saiu de R\$ 2,85 para R\$ 2,93 por m<sup>3</sup>), enquanto a despesa média aumentou 4,55% (de R\$ 2,20 para R\$ 2,30 por m<sup>3</sup>). Tanto do lado da tarifa, quanto do lado da despesa média, os aumentos na região metropolitana foram menores que o registrado em âmbito nacional; no caso das tarifas, a média nacional aumentou 6,94% (saiu de R\$2,45 em 2012 para R\$2,62 em 2013), já a despesa subiu 10,31% (saiu de R\$ 2,23 para R\$ 2,46 por m<sup>3</sup>. O gráfico 1.11 traz essas variações.

**Gráfico 1.11 - Variação das Tarifas e Despesas Médias - Água e Esgoto - RMSP e Brasil (2012/2013)**



Fonte: SNIS - 2012 e 2013

# *Desenvolvimento Humano*

---

## **20. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Regiões Metropolitanas \***

### **Introdução**

Na edição nº27 deste boletim foram apresentados dados sobre o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) dos municípios da região metropolitana de São Paulo calculados com base no Censo Demográfico de 2010. Na ocasião não foi possível apresentar valores para a região metropolitana como um todo devido a não disponibilidade dessas informações por parte dos elaboradores do índice. No entanto, recentemente o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013, plataforma pelo qual o IDHM é divulgado, foi atualizado com índices para 16 regiões metropolitanas brasileiras. Neste artigo serão apresentados alguns dos novos números disponibilizados, com destaque para a região metropolitana de São Paulo.

### **Metodologia e visão geral do IDHM**

O IDHM é uma modificação do tradicional IDH da ONU, que busca aferir o grau de desenvolvimento humano com base em indicadores de longevidade, educação e renda. O IDH foi desenvolvido em 1990, para o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD como uma alternativa aos tradicionais indicadores de desenvolvimento de uma nação como o PIB (Produto Interno Bruto). O índice varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo).

O IDHM, cujo objetivo é o mesmo do IDH, parte das mesmas premissas do índice da ONU (também variando entre 0 e 1), mas sofre algumas adaptações visando se adequar às especificidades brasileiras. Em relação ao componente “longevidade”, os dois índices são iguais, adotando como critério a esperança de vida ao nascer. No quesito educação ocorrem as maiores mudanças. No IDH tradicional, a variável utilizada para medir a educação da população adulta é a média dos anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais. Segundo os desenvolvedores do IDHM, como essa informação não pode ser obtida do Censo 2010, utilizou-se o percentual da população adulta de 18 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental.

---

\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 43 - dezembro/2014.

---

Para mensurar a educação da população jovem, o IDH utiliza os anos esperados de estudos – uma medida de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência e que inclui o ensino superior. Para o IDHM foi desenvolvido um subíndice chamado de “fluxo escolar da população jovem”, que basicamente é a média aritmética do percentual de jovens nos respectivos ensinos adequados à sua idade (por exemplo, porcentagem de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, porcentagem de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo etc.). Por fim, no quesito “renda”, o IDH tradicional obtém seus números bruta per capita em paridade do poder de compra. Já o IDHM utiliza a renda municipal per capita expressa em reais.

Segundo os desenvolvedores do IDHM, não é possível comparar diretamente este índice ao IDH tradicional, porque, embora sejam índices visando avaliar o desenvolvimento humano e usando as mesmas três dimensões (longevidade, educação e renda), os indicadores escolhidos para a composição dessas dimensões, bem como a fonte dos dados, são diferentes. De acordo com publicação do próprio PNUD sobre o IDHM: “(...) Os objetivos dos dois índices são diferentes: o IDH serve para medir o desenvolvimento humano de países em contexto global, ou seja, em relação a si mesmos, porém inseridos em uma dinâmica pontilhada por outros países. Já o IDHM serve para comparar municípios brasileiros entre si (...)”.<sup>1</sup>

Sobre a forma de cálculo do IDHM, cada dimensão produz um IDHM (um índice), assim temos o IDHM – longevidade, que é calculado a partir dos dados de expectativa de vida, o IDHM – educação, que é calculado através dos dados de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem, e o IDHM – renda, que tem como base os dados de renda per capita. E, finalmente, o IDHM é calculado obtendo-se a média geométrica desses três índices.

---

1 - Material de Apoio – FAQ – Perguntas Frequentes – PNUD – Pag. 3

Os formuladores do IDHM consideram um índice entre 0 e 0,499 como refletindo uma situação de “muito baixo desenvolvimento humano”, entre 0,5 e 0,599 como sendo “baixo desenvolvimento humano”, entre 0,6 e 0,699 como “médio desenvolvimento humano”, entre 0,7 e 0,799 como “alto desenvolvimento humano” e entre 0,8 e 1 como indicativo de “muito alto desenvolvimento humano”.

## Dados

Os dados apresentados nesta seção foram disponibilizados pelo PNUD no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013 e se referem aos anos de 2000 e 2010. O gráfico 1.1 traz o IDHM para os dois anos mencionados para o Brasil, estado de São Paulo, município de São Paulo e região metropolitana de São Paulo.

**Gráfico 1.1 - IDHM (2000 e 2010)**

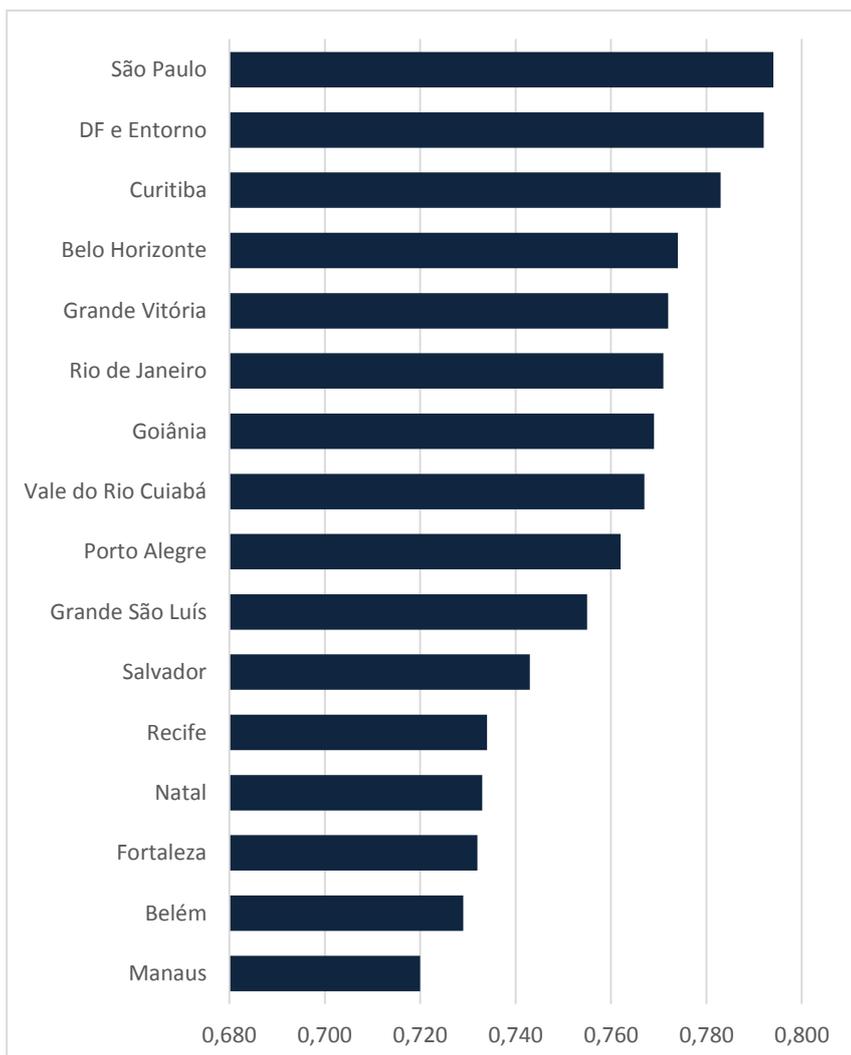


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Olhando para o período 2000-2010, todas as regiões apresentaram melhoras no seus índices. O Brasil, de um IDHM de 0,612 (médio desenvolvimento humano) passou para 0,727, considerado de alto desenvolvimento humano, um crescimento de 19%. O município de São Paulo, que era a região com o maior índice das 4 apresentadas no gráfico, obteve melhora em torno de 10% - subiu de 0,733 para 0,805. Na escala do IDHM, um índice de 0,805 significa um indicativo de “muito alto desenvolvimento humano”. Tanto o estado de São Paulo quanto a região metropolitana em geral, também melhoraram (12% o estado e 11% a RMSP), no entanto seus índices não ultrapassaram a barreira dos 0,8, o que indicaria um nível muito alto de desenvolvimento humano.

Ainda sobre a região metropolitana de São Paulo, o gráfico 1.2 traz um comparativo com as demais regiões metropolitanas cujo IDHM foi calculado.

**Gráfico 1.2 - IDHM 2010 - Regiões metropolitanas**

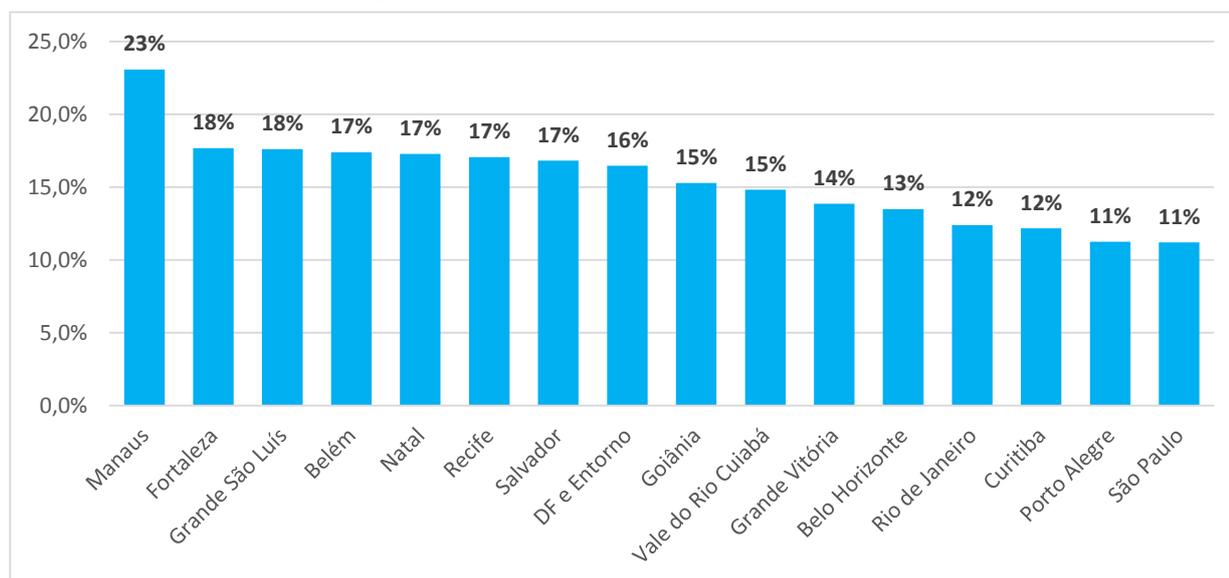


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Comparando com as demais regiões metropolitanas, a de São Paulo apresenta o maior IDHM, 0,794, contra 0,792 da segunda colocada (Distrito Federal e Entorno). Das 16 regiões metropolitanas consideradas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, todas apresentam IDHM superior a 0,7 o que na escala do índice significa um “alto desenvolvimento humano”. Das 16 regiões, apenas Manaus (cujo IDHM foi de 0,72) está atrás do IDHM nacional de 0,727. O gráfico 1.3 traz a variação percentual dos IDHMs das regiões metropolitanas para o período 2000-2010. Manaus, apesar do menor IDHM em 2010 foi a região metropolitana que mais evoluiu (aproximadamente 23%), seguida de Fortaleza e São Luís.

São Paulo e Porto Alegre apresentaram as menores variações (11,2% para ambas).

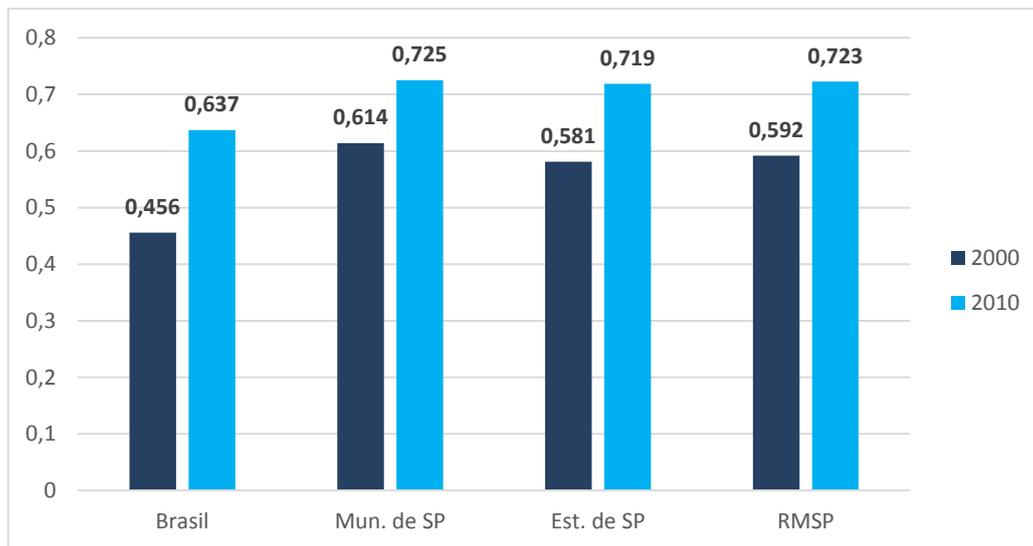
**Gráfico 1.3 - Variação (%) do IDHM entre 2000 e 2010 - Regiões metropolitanas**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Olhando para os sub-índices que compõe o IDHM, começando pelo IDHM - Educação, a região metropolitana de São Paulo apresentou melhora nesse item de 22,13% entre o período 2000-2010, seu índice saiu de 0,592 em 2000 para 0,723 em 2010. A melhora foi superior a verificada no município de São Paulo (18,08%), porém inferior ao registrado no estado de São Paulo (23,75%) e no Brasil em geral (39,69%). O gráfico 1.4 traz o IDHM - Educação para as 4 regiões mencionadas.

**Gráfico 1.4 - IDHM - educação (2000 e 2010)**

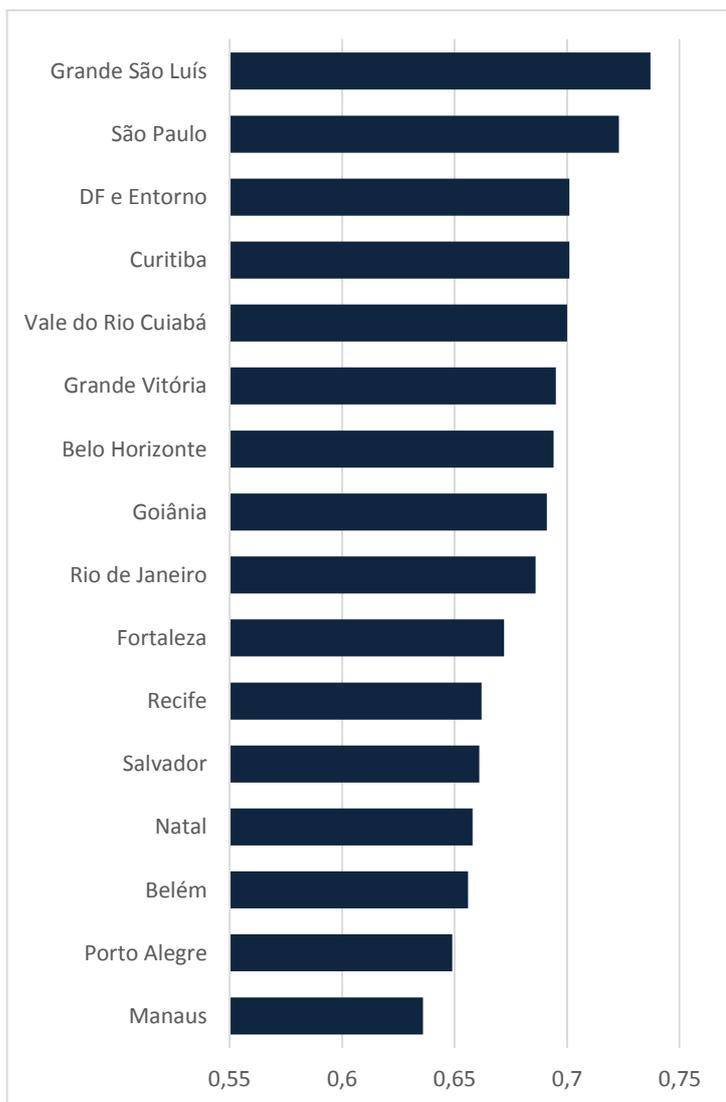


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

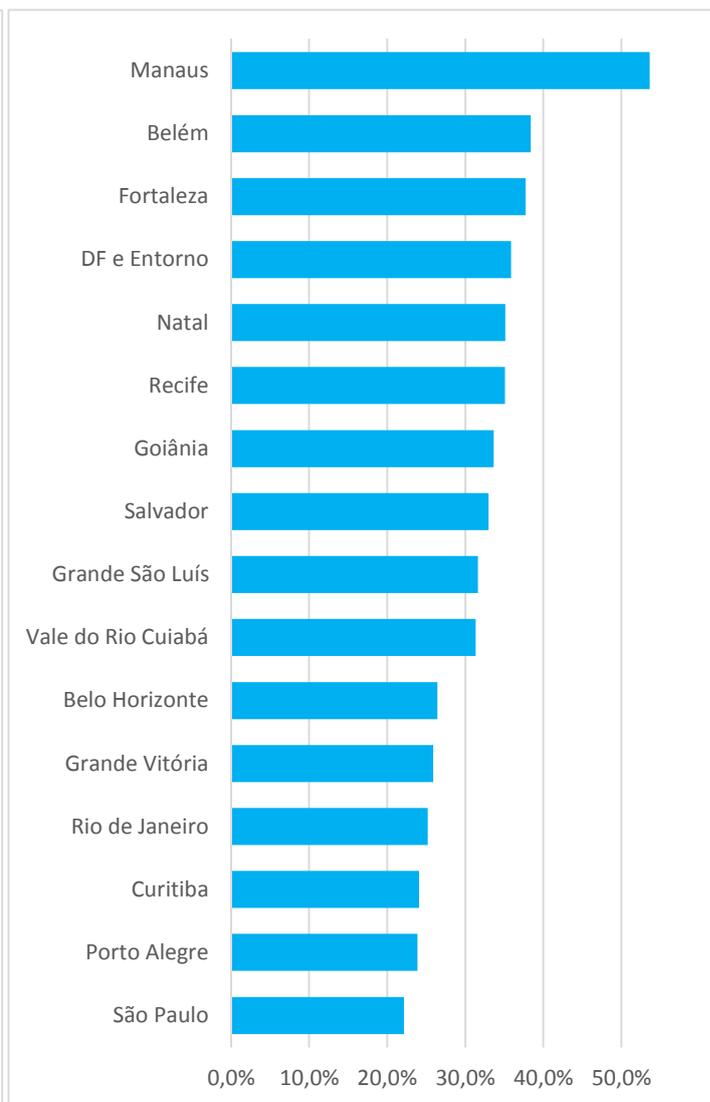
Em relação às demais regiões metropolitanas, a região metropolitana de São Paulo apresentou o segundo maior IDHM - educação, atrás apenas da Grande São Luís (0,737). A região metropolitana de Curitiba e o Distrito Federal mais entorno aparecem logo em seguida, na terceira posição com 0,701. Manaus e Porto Alegre obtiveram os dois piores índices (0,636 e 0,649 respectivamente). O gráfico 1.5 traz o IDHM - Educação para todas as 16 regiões metropolitanas consideradas no Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013.

Considerando o período 2000-2010, Manaus e Belém foram as regiões metropolitanas que mais evoluíram no IDHM - educação (53,6% e 38,4% respectivamente). São Paulo e Porto Alegre obtiveram as menores variações positivas (22,1% e 23,9% respectivamente). O gráfico 1.6 traz as variações do IDHM - educação no período 2000-2010 para as 16 regiões metropolitanas com índices calculados.

**Gráfico 1.5 - IDHM educação 2010 - Regiões Metropolitanas**



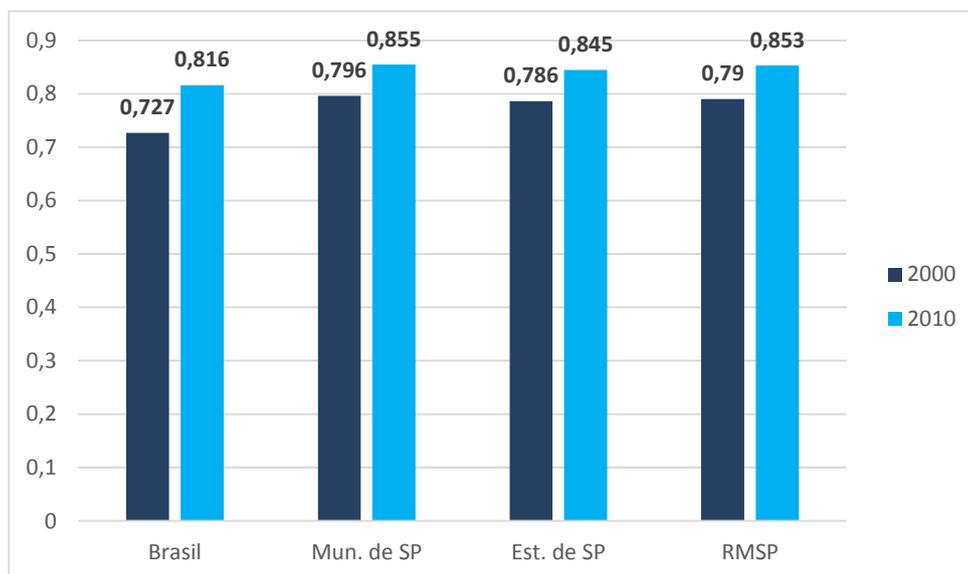
**Gráfico 1.6 - Variação (%) IDHM educação (2000 - 2010) - Regiões Metropolitanas**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Considerando o segundo sub-índice que compõe o IDHM, o IDHM - longevidade, calculado a partir dos dados de expectativa de vida, a região metropolitana de São Paulo obteve um avanço de 8% nesse quesito, saindo de um índice de 0,79 em 2000 para 0,853 em 2010. O índice é superior ao verificado no estado de São Paulo (0,845) e nacionalmente (0,816), porém é ligeiramente menor que o do município de São Paulo (0,855), que também registrou melhora nos seus índices para o período considerado (7,4%). O estado de São Paulo acompanhou a melhora, com uma variação de 7,5%. Em âmbito nacional, o IDHM - longevidade evoluiu 12,2%, saindo de 0,727 em 2000 e chegando aos já mencionados 0,816 em 2010. O gráfico 1.7 traz os valores de 2000 e 2010 desse sub-índice para as 4 regiões citadas.

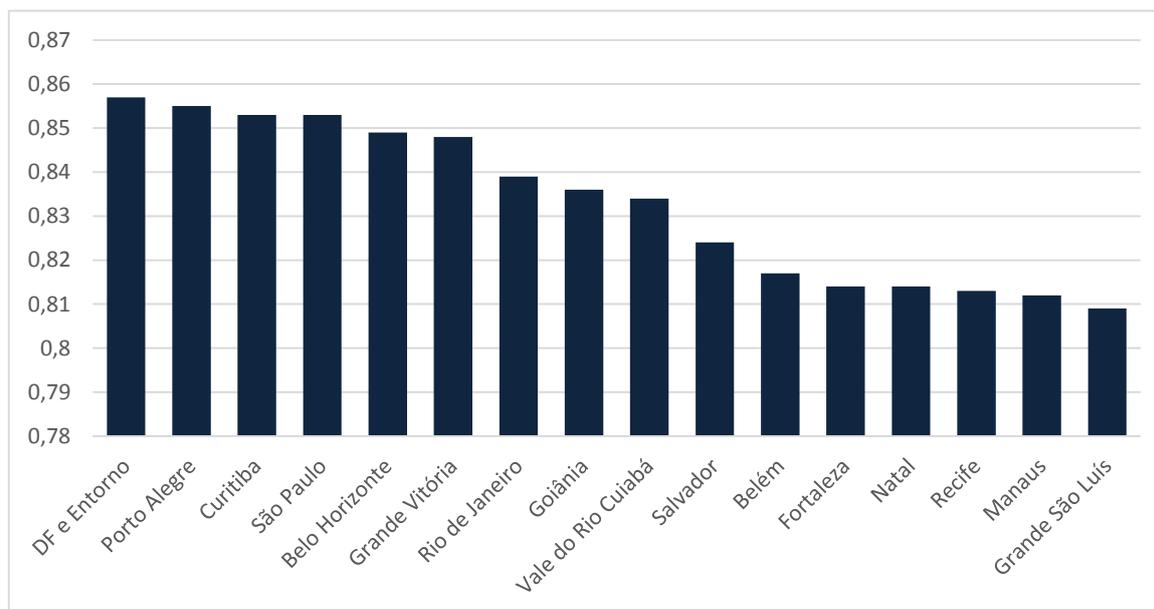
**Gráfico 1.7 - IDHM - longevidade (2000 e 2010)**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Comparando com as demais regiões metropolitanas, o IDHM - longevidade da região metropolitana de São Paulo é o terceiro maior, empatando com o da região metropolitana de Curitiba e ficando atrás de Porto Alegre (0,855) e Distrito Federal (0,857). As regiões metropolitanas de São Luís (0,809), Manaus (0,812) e Recife (0,813) registraram os menos índices nesse quesito. O gráfico 1.8 traz o IDHM - longevidade de 2010 para as 16 regiões metropolitanas com índices calculados.

**Gráfico 1.8 - IDHM longevidade 2010 - Regiões Metropolitanas**

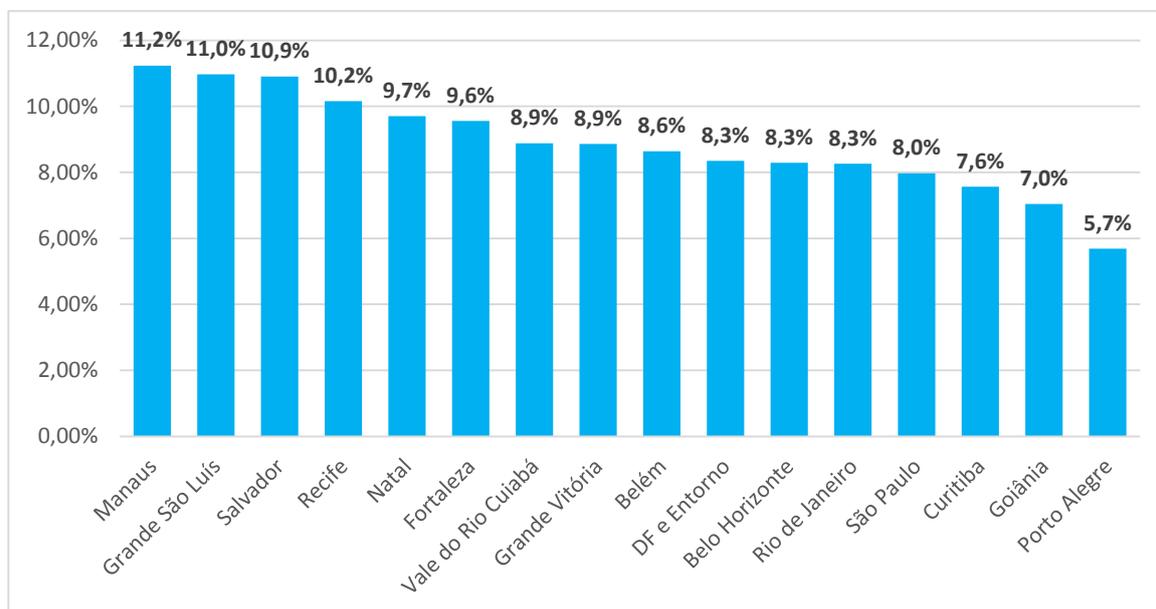


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Considerando o período 2000-2010, as regiões metropolitanas de Manaus (11,23%), São Luís (10,97%) e Salvador (10,90%) apresentaram as maiores evoluções nesse item.

Já Curitiba, Goiânia e Porto Alegre com 7,6%, 7,0% e 5,7% respectivamente, apresentaram as menores variações. A região metropolitana de São Paulo vem logo em seguida com uma variação de aproximadamente 8 % (saiu de um IDHM - longevidade de 0,79 em 2000 para 0,853 em 2010). O gráfico 1.9 traz as variações desse subíndice para todas as 16 regiões metropolitanas consideradas no Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013.

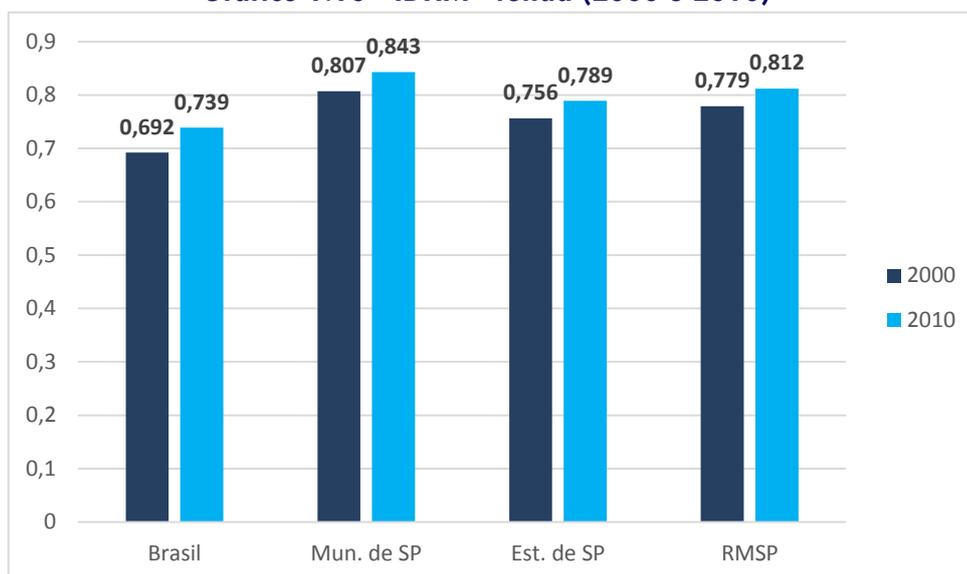
**Gráfico 1.9 - Variação (%) IDHM longevidade (2000 - 2010) - Regiões Metropolitanas**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Por fim, considerando o último sub-índice, IDHM - renda, a região metropolitana de São Paulo registrou um aumento de 4,2% no seu índice, que saiu de 0,779 em 2000 para 0,812 em 2010. É a menor variação considerando o estado, município de São Paulo e Brasil, que computaram aumentos, respectivamente, de 4,4%, 4,5% e 6,8%. O gráfico 1.10 traz o IDHM - renda para as regiões mencionadas.

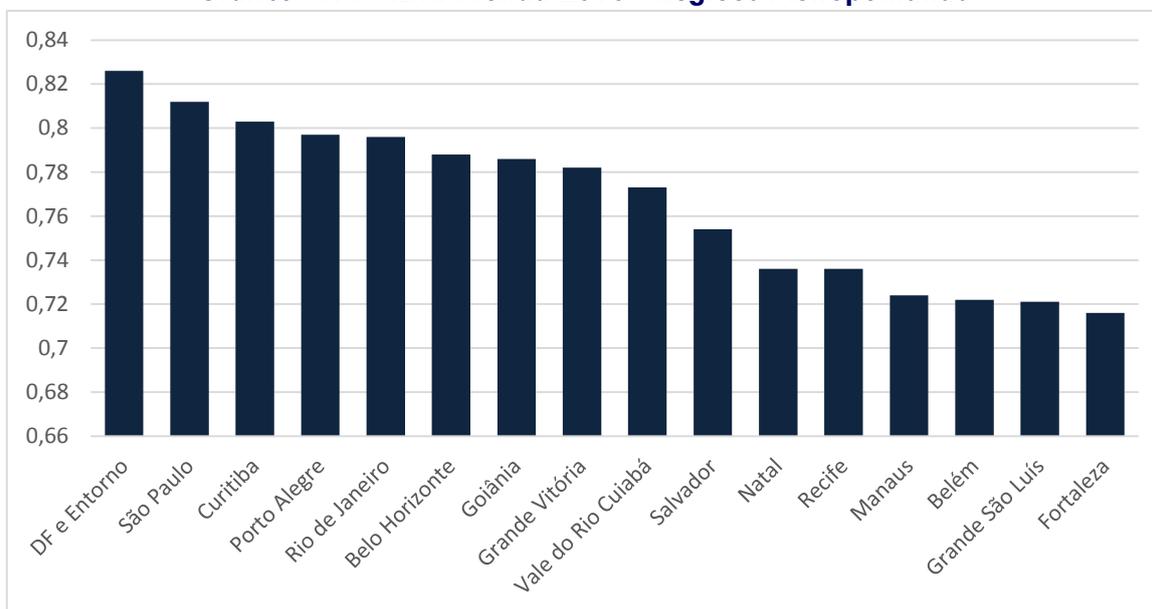
**Gráfico 1.10 - IDHM - renda (2000 e 2010)**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Em relação as demais regiões metropolitanas, a de São Paulo apresentou o segundo maior IDHM - renda (0,812), ficando atrás apenas do Distrito Federal e entorno (0,826). Curitiba (0,803) e Porto Alegre (0,797) são a terceira e quarta colocadas. Os menores valores nesse quesito foram obtidos pelas regiões metropolitanas de Fortaleza (0,716), São Luís (0,721) e Belém (0,722). O gráfico 1.11 traz o índice de 2010 para as 16 regiões metropolitanas consideradas no Atlas do Desenvolvimento Urbano - 2013.

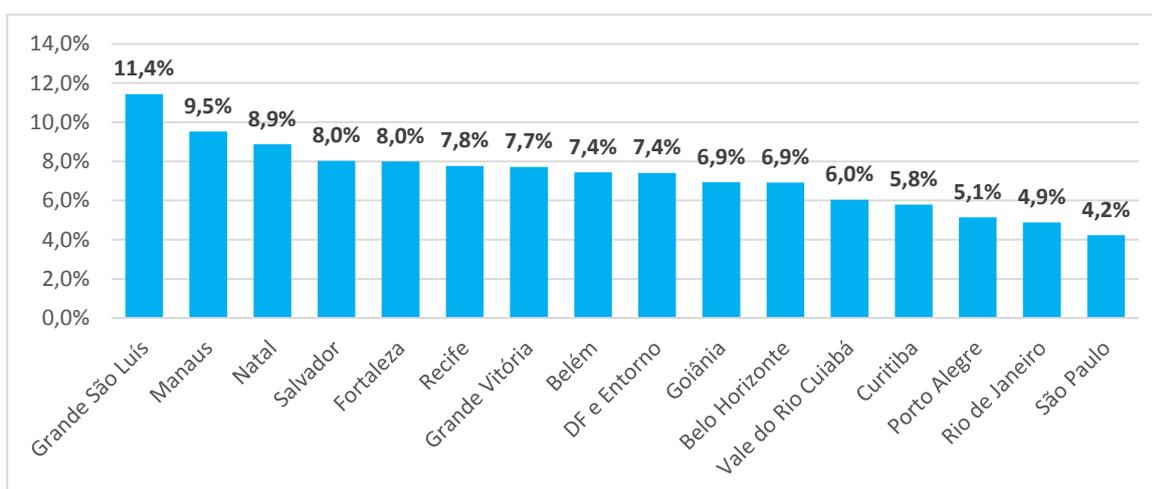
**Gráfico 1.11 - IDHM renda 2010 - Regiões Metropolitanas**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Olhando para o período 2000-2010, a região metropolitana de São Paulo apresentou o menor avanço nesse item (4,2%), saindo de um índice de 0,779 em 2000 para 0,812 em 2010. Rio de Janeiro (4,1%) e Porto Alegre (5,1%) completam as três menores variações. São Luís (11,4%), Manaus (9,5%) e Natal (8,9%) registraram as três maiores variações. O gráfico 1.12 traz as variações do período 2000-2010 para as 16 regiões metropolitanas com índices calculados.

**Gráfico 1.12 - Variação (%) IDHM renda (2000 - 2010) - Regiões Metropolitanas**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

---

## Considerações Finais

Através dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, percebe-se que, em geral, as regiões metropolitanas são áreas de alto desenvolvimento humano: das 16 áreas consideradas, as 16 obtiveram índices entre 0,7 e 0,8. No entanto, esse fenômeno pode ser considerado recente. Em 2000, apenas 1 região metropolitana, a de São Paulo, tinha um IDHM superior a 0,7 (que caracteriza alto desenvolvimento). Com exceção de Manaus, com 0,585 de índice, todas as demais estavam na faixa dos 0,6-0,7.

Considerando a situação nacional, as regiões metropolitanas acompanharam com “menos intensidade” a evolução nacional na questão do desenvolvimento humano. Em 2000, o IDHM brasileiro estava em 0,612. Apenas 1 região metropolitana, a de Manaus, registrou IDHM inferior ao nacional. Em 2010, o IDHM brasileiro foi para 0,727, um crescimento de aproximadamente 19%. Manaus continua sendo, em 2010, a única região metropolitana com um índice abaixo do nacional (0,720), mesmo registrando uma evolução de 23% (crescimento acima do nacional). Todas as demais regiões metropolitanas registraram crescimento menor dos seus IDHMs em relação ao índice nacional (Fortaleza, que registrou o maior crescimento depois de Manaus, ficou em 17,7%). A região metropolitana de São Paulo obteve a menor variação dentre as regiões metropolitanas (11,2%), embora a seu favor esteja o fato de já em 2000 a área apresentava alto desenvolvimento humano.

Olhando ainda para as variações, os maiores avanços foram registrados no setor de educação. Manaus chegou a computar 53,6% de crescimento do seu IDHM - educação (era 0,414 em 2000 e passou para 0,636 em 2011). A região metropolitana de São Paulo, que obteve o menor crescimento, aumentou seu índice em 22,1%. Novamente, lembrando que já em 2000 São Paulo possuía o maior IDHM - educação dentre as regiões metropolitanas (0,592) e em 2011 obteve o segundo maior índice. Em âmbito nacional, a variação do IDHM - educação foi de 40%.

Uma pequena diferença na dinâmica de evolução do IDHM entre as regiões metropolitanas e o resto do Brasil, se verificou nos dois outros itens: renda e longevidade. Nas regiões metropolitanas, a variação no IDHM - longevidade ficou entre 11,2% (Manaus) e 5,7% (Porto Alegre), abaixo dos 12% registrado no índice nacional. Por outro lado, o IDHM - renda variou entre 11,4% (São Luis) e 4,2% (São Paulo), enquanto o índice nacional cresceu 7%. Das 16 regiões metropolitanas, 9 cresceram mais, ou seja, nas regiões metropolitanas o crescimento do IDHM - renda foi mais “forte” que em termos nacional, enquanto o item “longevidade” pesou mais (positivamente) no crescimento do índice nacional.

---

## **21. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Município de São Paulo\***

### **Introdução**

Nas edições 27 e 43 do Indicador Metropolitano foram apresentados dados sobre o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013, destacando, respectivamente, os municípios da região metropolitana de São Paulo e as 16 regiões metropolitanas brasileiras. Neste artigo serão apresentados dados referentes aos anos de 2000 e 2010 do Município de São Paulo e suas subprefeituras.

### **Metodologia e visão Geral do IDHM**

O IDHM é uma modificação do tradicional IDH da ONU, que busca aferir o grau de desenvolvimento humano com base em indicadores de longevidade, educação e renda. O IDH foi desenvolvido em 1990, para o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD como uma alternativa aos tradicionais indicadores de desenvolvimento de uma nação como o PIB - Produto Interno Bruto. O índice varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo).

O IDHM parte das mesmas premissas do índice da ONU (também variando entre 0 e 1), mas sofre algumas adaptações visando se adequar às especificidades brasileiras. Em relação ao componente “longevidade”, os dois índices são iguais, adotando como critério a esperança de vida ao nascer. No quesito “educação” ocorrem as maiores mudanças. No IDH tradicional, a variável utilizada para medir a educação da população adulta é a média dos anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais. Segundo os desenvolvedores do IDHM, como essa informação não pode ser obtida do Censo 2010, utilizou-se o percentual da população adulta de 18 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental.

---

\* Publicado no Indicador Paulistano n° 56 - fevereiro/2015.

---

Para mensurar a educação da população jovem, o IDH utiliza os anos esperados de estudos – uma medida de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência e que inclui o ensino superior. Para o IDHM foi desenvolvido um subíndice chamado de “fluxo escolar da população jovem”, que basicamente é a média aritmética do percentual de jovens nos respectivos ensinos adequados à sua idade (por exemplo, porcentagem de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, porcentagem de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo etc.).

Por fim, no quesito “renda”, o IDH tradicional obtém seus números através da renda nacional bruta per capita em paridade do poder de compra. Já o IDHM utiliza a renda municipal per capita expressa em reais.

Segundo os desenvolvedores do IDHM, não é possível comparar diretamente este índice ao IDH tradicional, porque, embora sejam índices visando avaliar o desenvolvimento humano e usando as mesmas três dimensões (longevidade, educação e renda), os indicadores escolhidos para a composição dessas dimensões, bem como a fonte dos dados, são diferentes. De acordo com publicação do próprio PNUD sobre o IDHM: “(...) Os objetivos dos dois índices são diferentes: o IDH serve para medir o desenvolvimento humano de países em contexto global, ou seja, em relação a si mesmos, porém inseridos em uma dinâmica pontilhada por outros países. Já o IDHM serve para comparar municípios brasileiros entre si (...)”.<sup>1</sup>

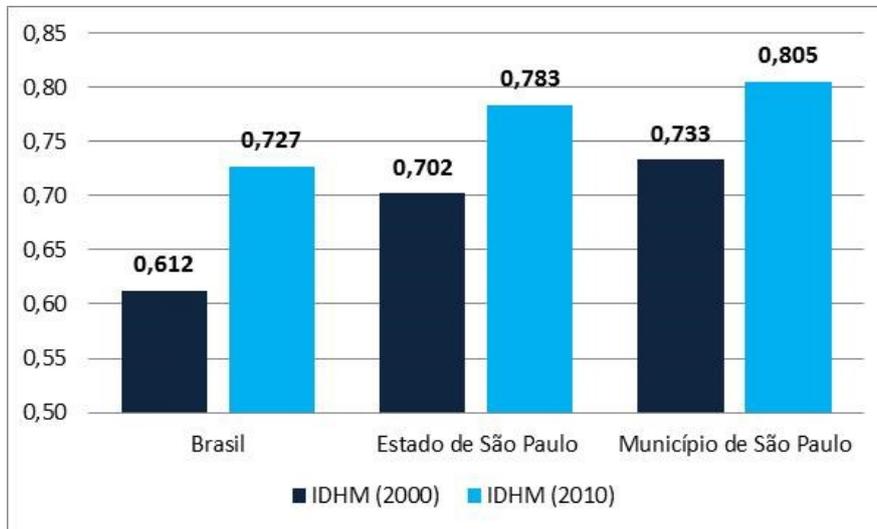
Sobre a forma de cálculo do IDHM, cada dimensão produz um IDHM (um índice), assim temos o IDHM – longevidade, que é calculado a partir dos dados de expectativa de vida, o IDHM – educação, que é calculado através dos dados de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem, e o IDHM – renda, que tem como base os dados de renda per capita. E, finalmente, o IDHM é calculado obtendo-se a média geométrica desses três índices.

Os formuladores do IDHM consideram um índice entre 0 e 0,499 como refletindo uma situação de “muito baixo desenvolvimento humano”, entre 0,5 e 0,599 como sendo “baixo desenvolvimento humano”, entre 0,6 e 0,699 como “médio desenvolvimento humano”, entre 0,7 e 0,799 como “alto desenvolvimento humano” e entre 0,8 e 1 como indicativo de “muito alto desenvolvimento humano”.

## Dados

O Gráfico 4.1 traz o IDHM de 2000 e 2010 para o Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo.

**Gráfico 4.1 - IDHM 2000 e 2010**



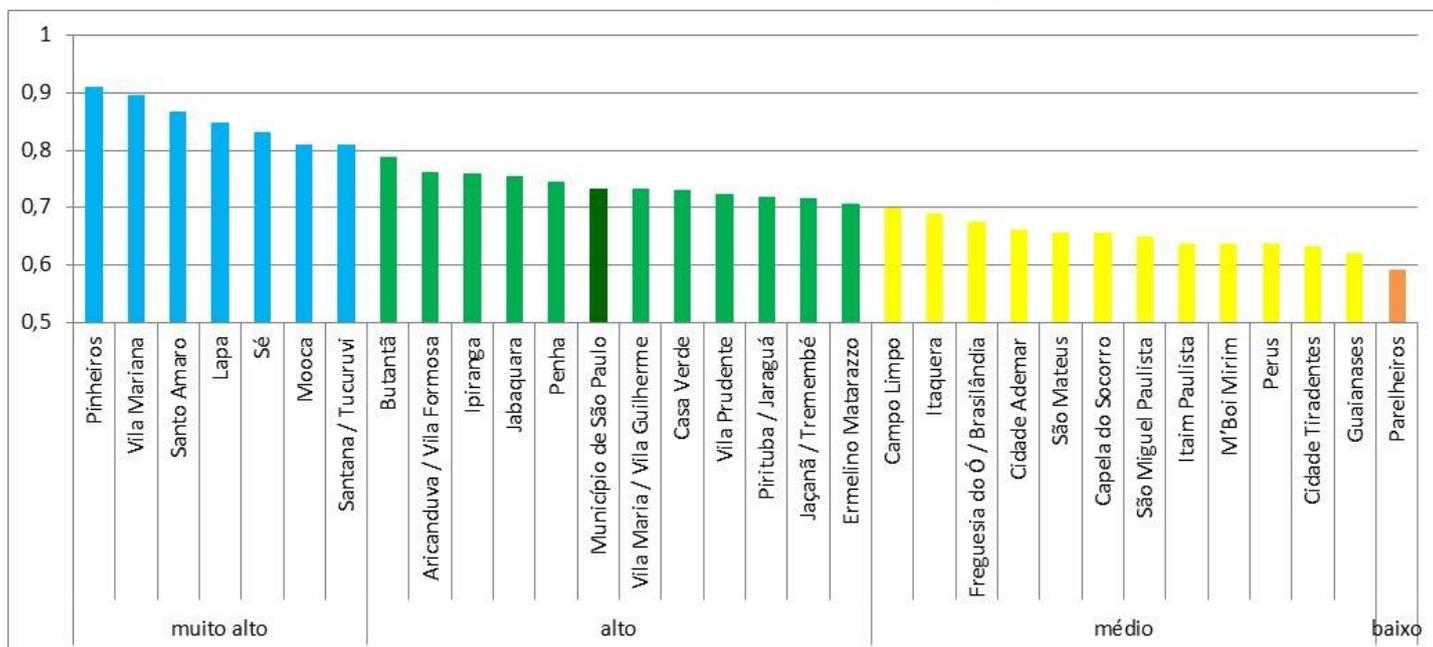
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

Como pode ser observado, as três regiões melhoraram seus índices no referido período. O município de São Paulo passou de um IDHM de 0,733, considerado como “alto desenvolvimento humano”, para 0,805, considerado como “muito alto desenvolvimento humano”, o que representa uma variação percentual de aproximadamente 10%. O Brasil, com aumento médio de 19% no IDHM, se enquadrou na faixa de “alto desenvolvimento humano”, com IDHM 2010 de 0,727. O IDHM do estado de São Paulo passou de 0,702 para 0,783, o equivalente a um aumento de 12%.

## IDHM - Subprefeituras de São Paulo

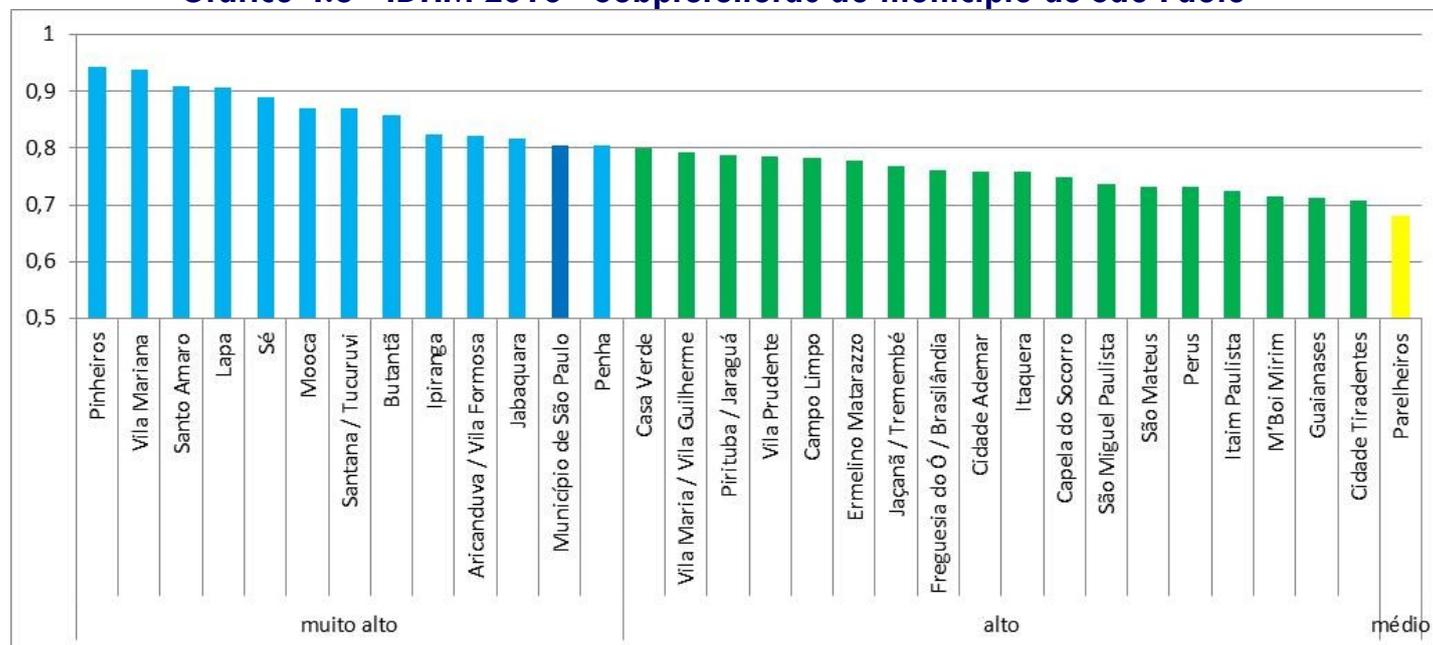
Os Gráficos 4.2 e 4.3 exibem o IDHM 2000 e 2010 das subprefeituras do município de São Paulo.

### Gráfico 4.2 - IDHM 2000 - Subprefeituras do município de São Paulo



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

### Gráfico 4.3 - IDHM 2010 - Subprefeituras do município de São Paulo



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

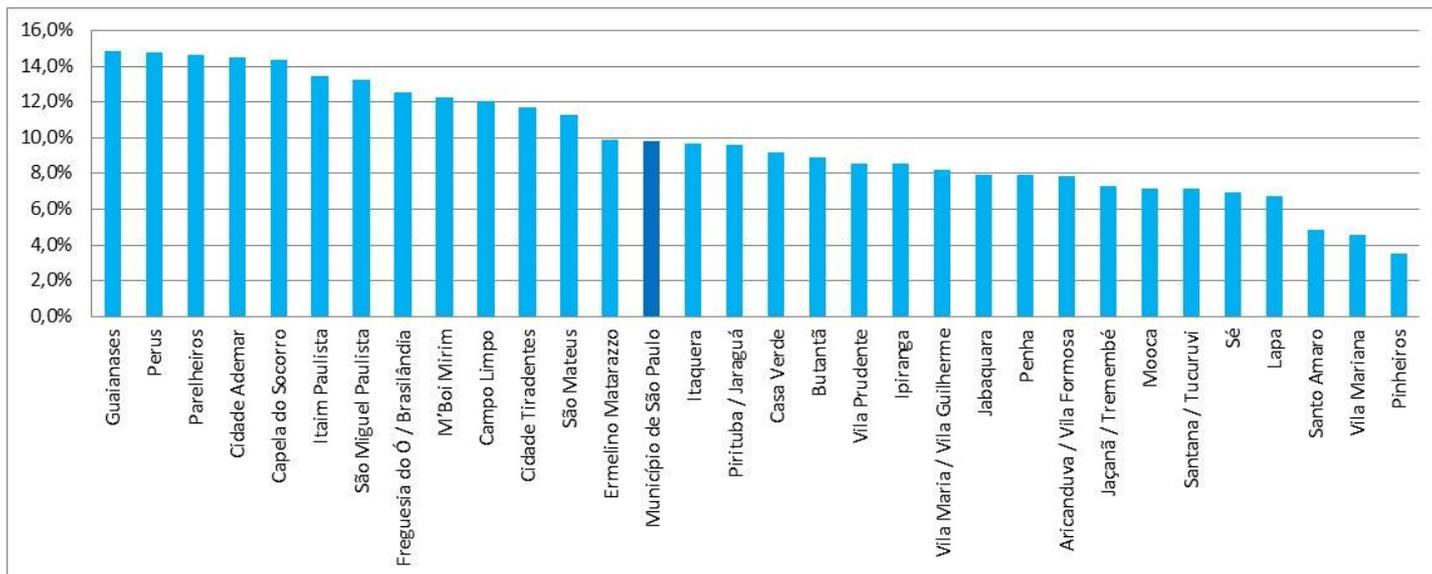
---

O IDHM de todas as subprefeituras melhorou no período. Das 31 subprefeituras, 16 avançaram nas faixas de desenvolvimento humano municipal e 7 subprefeituras que já eram consideradas de “muito alto desenvolvimento humano” continuaram nessa faixa. Deste modo, 5 subprefeituras que possuíam IDHMs considerados de “alto desenvolvimento humano” passaram a se enquadrar na faixa de “muito alto desenvolvimento humano”. Todas as subprefeituras que estavam em situação de “médio desenvolvimento humano” passaram para “alto desenvolvimento humano” e a subprefeitura de Parelheiros, a única que possuía IDHM considerado de “baixo desenvolvimento humano”, passou para a faixa de “médio desenvolvimento humano” em 2010.

Já o ranking dos maiores IDHMs das subprefeituras manteve-se praticamente igual no período, com variação de no máximo 2 colocações entre as subprefeituras, o que ocorreu com as subprefeituras Campo Limpo e Perus, que saíram da 19ª posição para 17ª e da 28ª para 26ª, respectivamente, e Jaçanã/Tremembé e São Mateus, que pioraram 2 posições, passando de 17ª para 19ª e 23ª para 25ª colocação, respectivamente.

De acordo com o Gráfico 4.4, as maiores variações percentuais no IDHM ocorreram nas subprefeituras com os menores índices e as menores variações, naquelas com os maiores índices. Assim, as subprefeituras Guaianases, Perus, Parelheiros e Cidade Ademar tiveram crescimento acima de 14%, enquanto que as subprefeituras Pinheiros, Vila Mariana e Santo Amaro tiveram crescimento abaixo de 5% do IDHM.

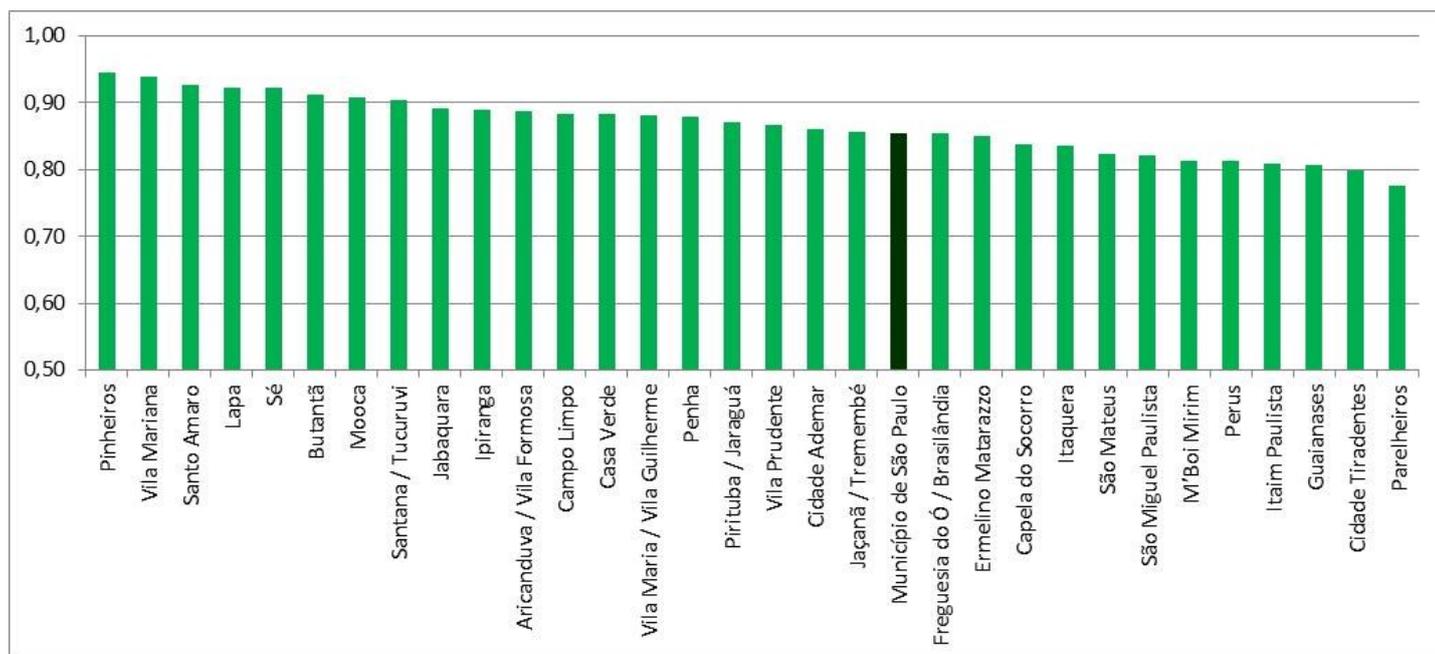
**Gráfico 4.4 - Variação (%) do IDHM entre 2000 e 2010 - Subprefeituras do município de São Paulo**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

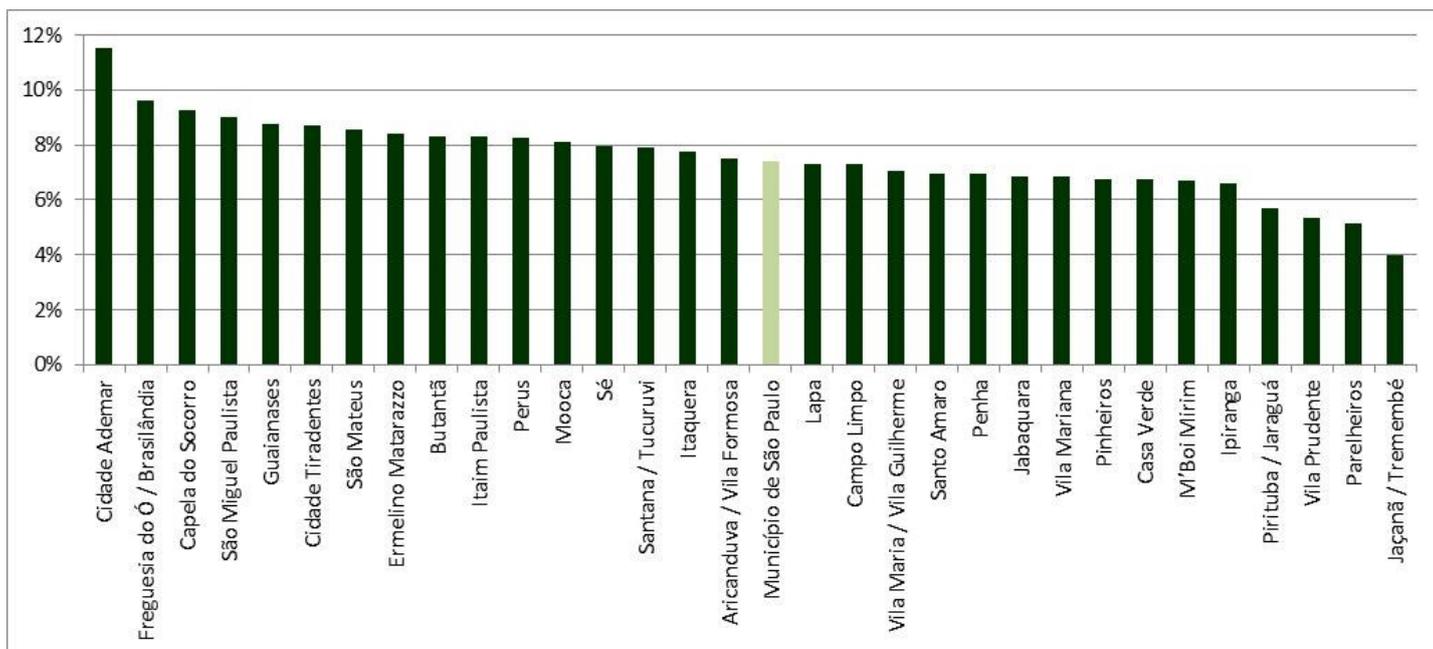
Como já foi mencionado, o IDHM busca avaliar o desenvolvimento humano baseado em três dimensões: renda, longevidade e educação. Os próximos gráficos trazem o IDHM Longevidade, IDHM Renda e IDHM Educação de 2010 das subprefeituras e as variações percentuais ocorridas no período de 2000 e 2010.

**Gráfico 4.5 - IDHM Longevidade (2010) - Subprefeituras do município de São Paulo**



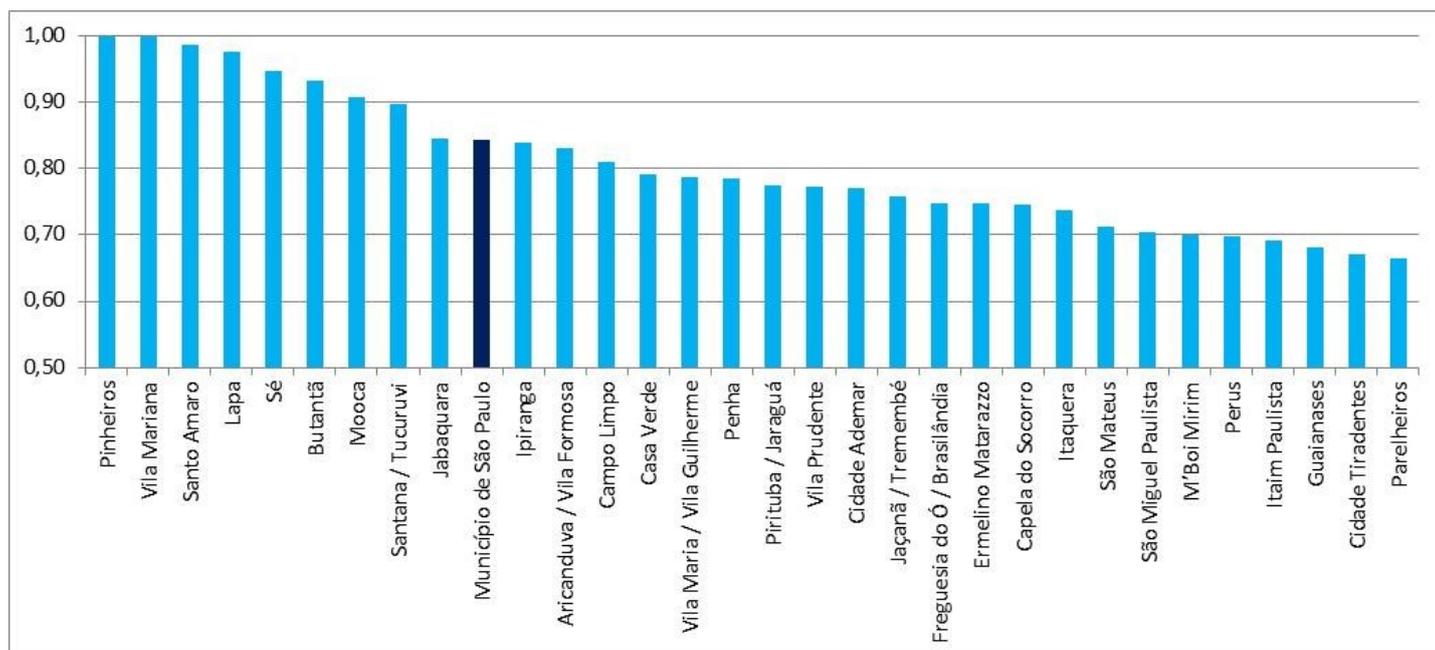
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

**Gráfico 4.6 - Variação (%) do IDHM Longevidade (2000 - 2010) - Subprefeituras do município de São Paulo**



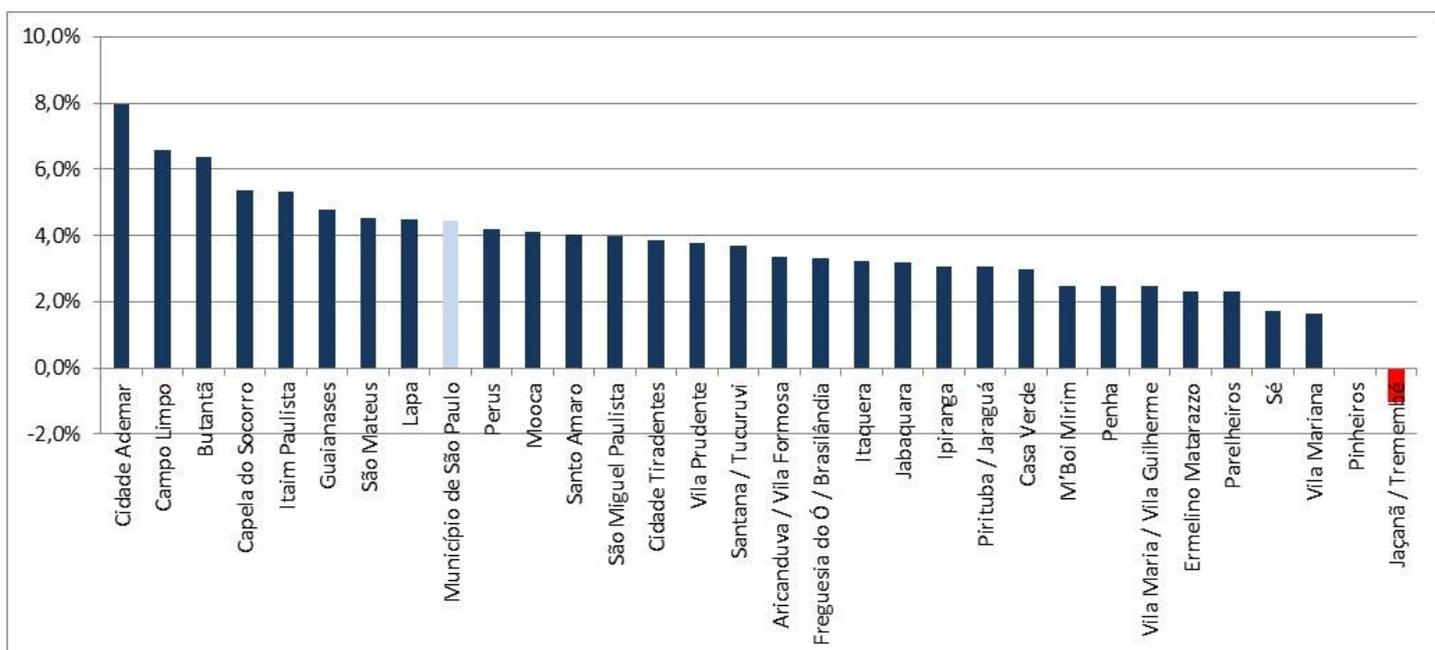
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

**Gráfico 4.7 - IDHM Renda (2010) - Subprefeituras do município de São Paulo**



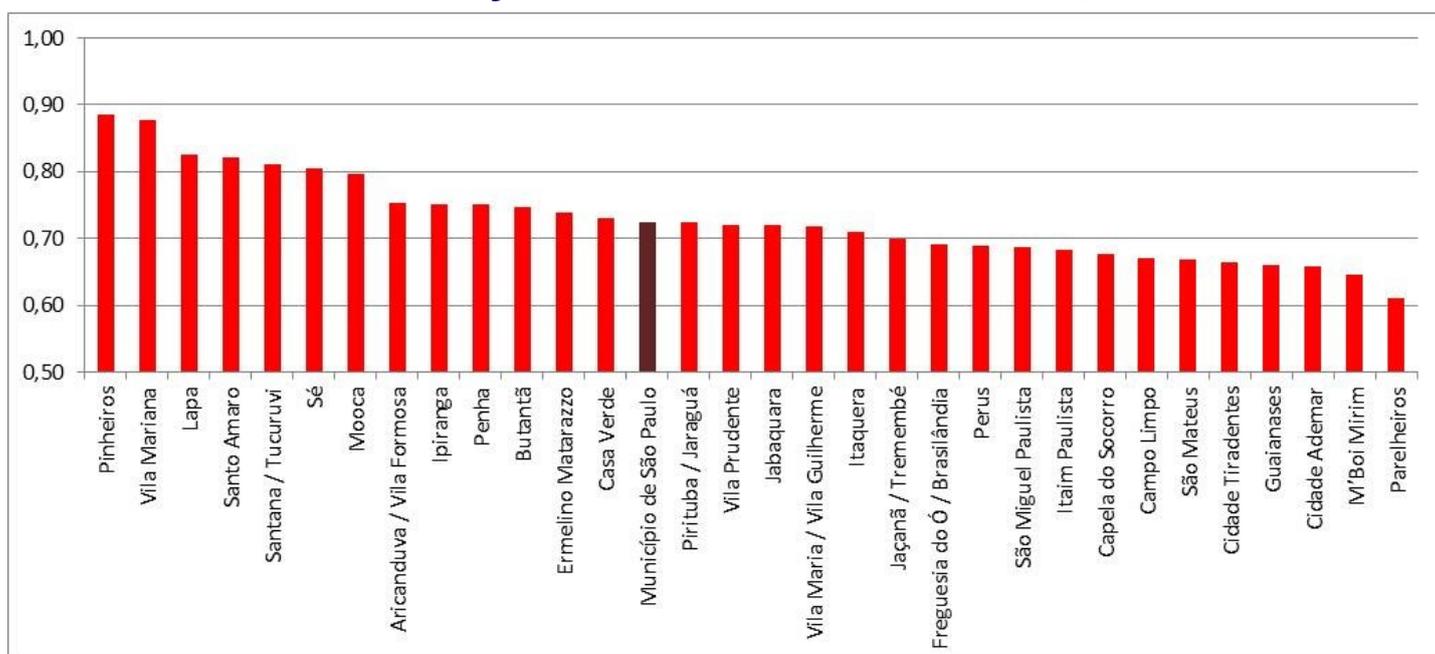
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

**Gráfico 4.8 - Variação (%) do IDHM Renda (2000 - 2010) - Subprefeituras do município de São Paulo**



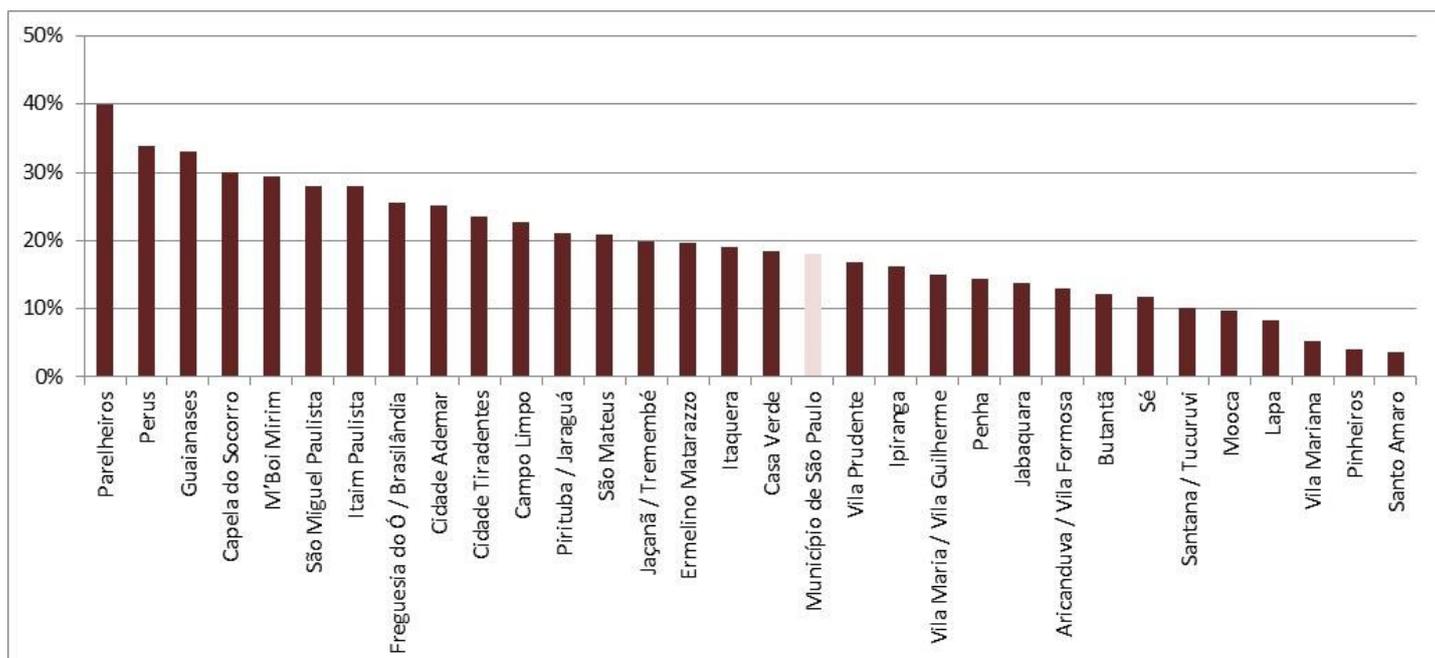
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

**Gráfico 4.9 - IDHM Educação (2010) - Subprefeituras do município de São Paulo**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

**Gráfico 4.10 - Variação (%) do IDHM Educação (2000 - 2010) - Subprefeituras do município de São Paulo**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - 2013 (PNUD)

---

Quanto ao componente longevidade, o município de São Paulo obteve crescimento de 7,4% no índice, chegando a 0,855 em 2010. Os três maiores IDHMs Longevidade do município de São Paulo, 0,946, 0,939 e 0,926 são das subprefeituras Pinheiros, Vila Mariana e Santo Amaro, respectivamente. E os três menores índices, 0,776, 0,798 e 0,807, das subprefeituras Parelheiros, Cidade Tiradentes e Guaianases, respectivamente. A subprefeitura Cidade Ademar foi a subprefeitura que apresentou o maior crescimento do IDHM Longevidade, 11,5%, passando de 0,771 para 0,860. Já a subprefeitura Jaçanã/Tremembé apresentou o menor crescimento deste índice, 4%.

O IDHM Renda do município de São Paulo passou de 0,807 em 2000 para 0,843 em 2010, o que representa um crescimento de 4,5%. As subprefeituras Pinheiros e Vila Mariana apresentaram IDHM Renda 2010 máximo (1,0), enquanto que as subprefeituras Parelheiros e Cidade Ademar obtiveram os menores índices, 0,664 e 0,670, respectivamente. As maiores variações percentuais desse índice ocorreram nas subprefeituras Cidade Ademar, Campo Limpo e Butantã (8,0%, 6,6% e 6,4%). A única subprefeitura na qual o IDHM Renda sofreu redução foi a subprefeitura Jaçanã/Tremembé, que passou de 0,766 para 0,758. A variação negativa do IDHM Renda juntamente com o menor crescimento do IDHM Longevidade explicam a queda de 2 posições da subprefeitura Jaçanã/Tremembé no ranking do IDHM das subprefeituras, já mencionado anteriormente.

Em relação a educação, o crescimento observado nesse quesito foi bem maior do que o verificado nos outros dois componentes (longevidade e renda). O município de São Paulo apresentou crescimento de 18% do índice, saindo de 0,614 para 0,725. As subprefeituras Parelheiros e Perus foram as que mais evoluíram no IDHM Educação, 40% e 34%, respectivamente. Santo Amaro e Pinheiros obtiveram a menor variação positiva, o índice de ambas aumentou 4%. As subprefeituras com os maiores IDHMs Educação foram Pinheiros, Vila Mariana e Lapa (0,885, 0,878 e 0,826, respectivamente). Parelheiros, M'Boi Mirim e Cidade Ademar registraram os menores índices: 0,610; 0,646 e 0,658, respectivamente.

---

## 22. IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social\*

### Introdução e Metodologia

O IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social é um indicador desenvolvido pela Fundação SEADE, de acordo com a lei estadual nº 10.675 de 2001, com o intuito de aferir o grau de desenvolvimento econômico dos municípios paulistas. De modo análogo ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, concebido pela Organização das Nações Unidas, o IPRS foi construído levando em consideração três dimensões da qualidade de vida: renda, escolaridade e longevidade. Os 3 indicadores setoriais são expressos em uma escala de 0 a 100, constituindo-se em uma combinação linear de um conjunto específico de variáveis para cada tema.

Recentemente a Fundação SEADE divulgou o IPRS com dados referentes a 2012. O objetivo deste artigo é apresentar alguns desses dados para a região metropolitana de São Paulo. Serão utilizados números para os anos de 2008, 2010 e 2012.

Para resumir os resultados e facilitar a compreensão, foi desenvolvido um sistema de classificação dos municípios por grupos de acordo com o valor obtido para os índices auxiliares de cada dimensão (riqueza, escolaridade e longevidade). A divisão leva em conta três níveis de “qualidade” das dimensões consideradas no IPRS: baixa, média e alta. Não há limites fixos para definir os valores de corte que definem esses níveis, que dependem dos próprios dados coletados naquele ano. Segundo a Fundação SEADE, “(...) O IPRS, diferentemente de índices baseados em critérios normativos, é um indicador relativo, isto é, seus parâmetros norteadores são definidos a partir dos próprios dados que lhe dão origem. Em outras palavras, as categorias – baixa, média e alta – que caracterizam os grupos de municípios, são estabelecidas segundo a realidade dos 645 municípios paulistas no ano em análise (...)”<sup>1</sup>.

A Tabela 1.1 traz os valores de corte dos índices auxiliares para cada categoria/nível usada no IPRS para os anos 2008, 2010 e 2012.

---

(1) IPRS - Versão 2014 - Síntese das Regiões Administrativas - pg.15. Link: [http://indices-llp.al.sp.gov.br/view/pdf/iprs/IPRS\\_2014\\_V1\\_Sintese.pdf](http://indices-llp.al.sp.gov.br/view/pdf/iprs/IPRS_2014_V1_Sintese.pdf)

\* Publicado no Indicador Metropolitano nº 52 - setembro/2015.

**Tabela 1.1 - Parâmetros de classificação dos municípios - Índices auxiliares - 2008 - 2012**

<b>Categorias</b>	<b>Ano</b>	<b>Riqueza municipal</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Escolaridade</b>
Baixa	2008	Até 36	Até 64	Até 40
	2010	Até 39	Até 65	Até 49
	2012	Até 40	Até 66	Até 53
Média	2008	-	65 a 67	41 a 49
	2010	-	66 a 68	50 a 53
	2012	-	67 a 69	54 a 56
Alta	2008	37 e mais	68 e mais	46 e mais
	2010	40 e mais	69 e mais	54 e mais
	2012	41 e mais	70 e mais	57 e mais

Fonte: Fundação SEADE - IPRS versão 2014

Com base na classificação da tabela 1.1, os municípios são divididos em grupos com padrões similares em termos de condições de vida. A tabela 1.2 traz os critérios dos grupos baseados na classificação dos índices auxiliares apresentada anteriormente:

**Tabela 1.2 - Classificação dos municípios - IPRS 2012**

<b>Grupo 1</b>	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
<b>Grupo 2</b>	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
<b>Grupo 3</b>	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade
<b>Grupo 4</b>	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
<b>Grupo 5</b>	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

Fonte: Fundação SEADE - IPRS versão 2014

---

Na divisão usada, o grupo 1 reúne municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais, enquanto o grupo 2 engloba localidades com bons níveis de riqueza, mas que não se refletem nos indicadores sociais, os quais se situam aquém dos registrados nos integrantes do grupo 1. O grupo 3 contém os municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nos quesitos escolaridade e longevidade, já o grupo 4 apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. Por fim, o grupo 5 reúne os municípios com baixos índices tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais.

Uma especificidade metodológica do IPRS é que, como não é utilizada uma média aritmética dos índices auxiliares, a deficiência em uma das dimensões não pode ser compensada por um valor muito alto em outra, ou seja, usando o IDH como exemplo, uma determinada região pode alcançar um alto IDH mesmo tendo um índice de longevidade baixo, desde que possua um nível de renda e escolaridade suficientemente altos para compensar a baixa longevidade. Para o IPRS, partiu-se do pressuposto que a mensuração da qualidade de vida deve considerar vários aspectos, de forma que nenhuma das dimensões consideradas poderia ser utilizada para substituir outra. Desta forma, por construção, nenhum município atingirá o nível do grupo mais elevado de desenvolvimento humano, o Grupo 1, caso tenha uma baixa longevidade, escolaridade ou renda.

## **Dados**

### **IPRS**

A tabela 1.3 traz os grupos do IPRS para os 39 municípios da região metropolitana de São Paulo para 2008, 2010 e 2012 e o mapa 1.1 traz a distribuição geográfica dos grupos para o último ano mencionado.

Em 2012, dos 39 municípios da RMSP, 7 (18%) foram classificados como pertencentes ao grupo 1 (alto desenvolvimento humano); Caieiras, Guararema, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Vargem Grande Paulista. 17 municípios (43,5%) ficaram no grupo 2, 1 no grupo 3, 8 no grupo 4 (20,5%) e 6 (15,4%) no grupo 5. Comparando com o estado, 11% do total dos municípios de São Paulo foram classificados como “grupo 1”, 13% no grupo 2, 30% no grupo 3, 32% no grupo 4 e 14% no grupo 5. Enquanto a RMSP, considerando os dados de 2012, possui mais de 50% dos seus municípios distribuídos nos 2 grupos de desenvolvimento humano mais alto, o estado de São Paulo possui 24% nessa faixa. O município de São Paulo foi classificado no grupo 2, que inclui cidades com bons níveis de riqueza, mas com indicadores sociais abaixo do grupo 1.

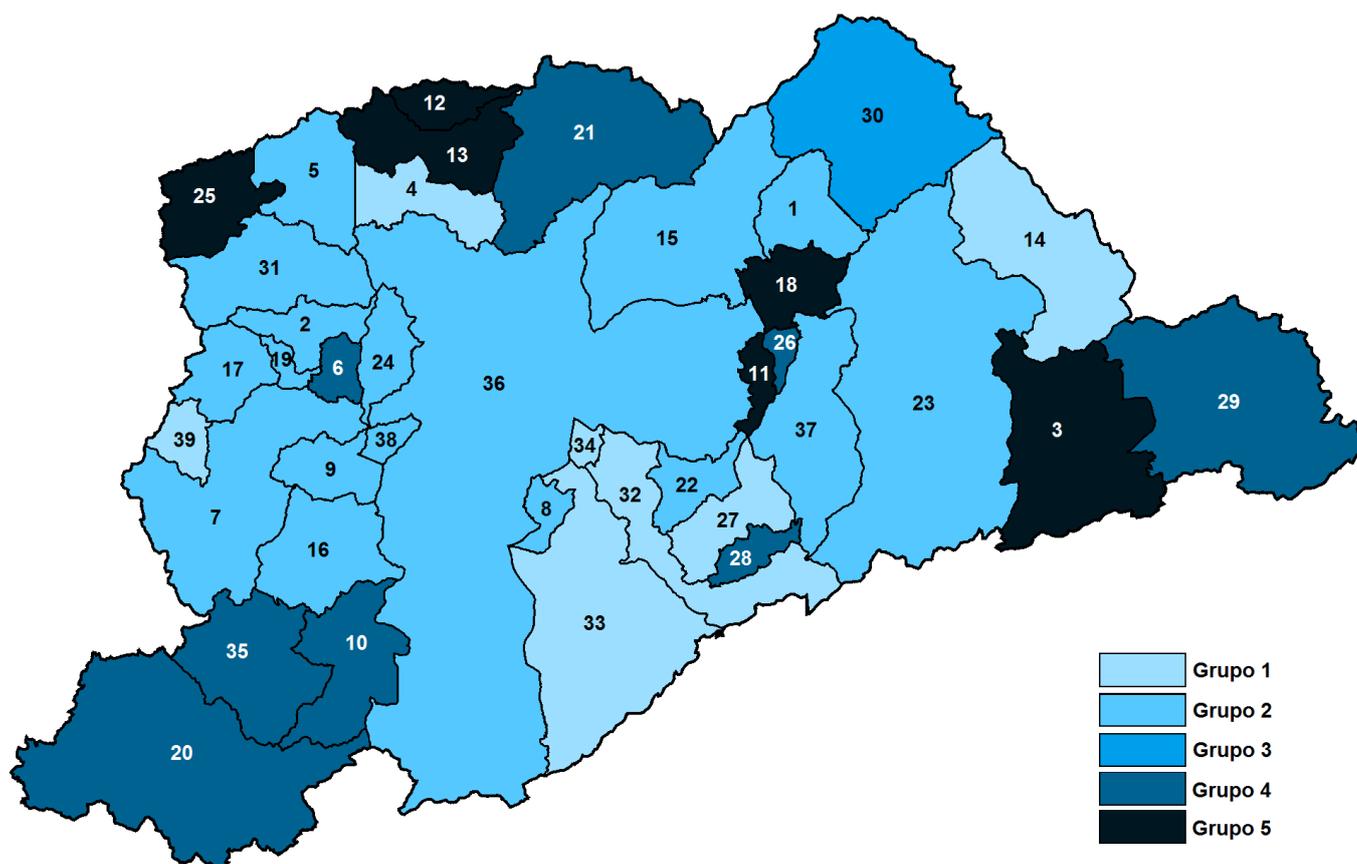
**Tabela 1.3 - Municípios da RMSP por grupo do IPRS - 2008 a 2012**

Município	Grupo				Município	Grupo			
	2008	2010	2012	2012/ 2010		2008	2010	2012	2012/ 2010
Arujá	2	2	2	↔	Mairiporã	5	4	4	↔
Barueri	1	1	2	↓	Mauá	2	2	2	↔
Biritiba Mirim	4	4	5	↓	Mogi das Cruzes	2	2	2	↔
Caieiras	2	1	1	↔	Osasco	2	2	2	↔
Cajamar	2	2	2	↔	Pirapora do Bom Jesus	5	5	5	↔
Carapicuíba	4	4	4	↔	Poá	4	5	4	↑
Cotia	2	2	2	↔	Ribeirão Pires	1	1	1	↔
Diadema	2	2	2	↔	Rio Grande da Serra	5	5	4	↑
Embu das Artes	2	2	2	↔	Salesópolis	3	4	4	↔
Embu-Guaçu	5	4	4	↔	Santa Isabel	3	4	3	↑
Ferraz de Vasconcelos	5	5	5	↔	Santana de Parnaíba	1	1	2	↓
Francisco Morato	5	5	5	↔	Santo André	1	1	1	↔
Franco da Rocha	5	5	5	↔	São Bernardo do Campo	1	1	1	↔
Guararema	1	1	1	↔	São Caetano do Sul	1	1	1	↔
Guarulhos	2	2	2	↔	São Lourenço da Serra	5	4	4	↔
Itapecerica da Serra	2	2	2	↔	São Paulo	2	2	2	↔
Itapevi	2	2	2	↔	Suzano	2	2	2	↔
Itaquaquecetuba	5	5	5	↔	Taboão da Serra	2	2	2	↔
Jandira	2	2	2	↔	Vargem Grande Paulista	1	2	1	↑
Juquitiba	4	5	4	↑					

Fonte: Fundação SEADE

**Mapa 1.1 - Municípios da RMSP por grupo do IPRS - 2012**

1	Arujá	14	Guararema	27	Ribeirão Pires
2	Barueri	15	Guarulhos	28	Rio Grande da Serra
3	Biritiba Mirim	16	Itapecerica da Serra	29	Salesópolis
4	Caieiras	17	Itapevi	30	Santa Isabel
5	Cajamar	18	Itaquaquecetuba	31	Santana de Parnaíba
6	Carapicuíba	19	Jandira	32	Santo André
7	Cotia	20	Juquitiba	33	São Bernardo do Campo
8	Diadema	21	Mairiporã	34	São Caetano do Sul
9	Embu das Artes	22	Mauá	35	São Lourenço da Serra
10	Embu-Guaçu	23	Mogi das Cruzes	36	São Paulo
11	Ferraz de Vasconcelos	24	Osasco	37	Suzano
12	Francisco Morato	25	Pirapora do Bom Jesus	38	Taboão da Serra
13	Franco da Rocha	26	Poá	39	Vargem Grande Paulista



Fonte: Fundação SEADE

Considerando a evolução dos municípios da RMSP entre os anos de 2010 e 2012, a grande maioria (31 deles) permaneceu no mesmo grupo. Três municípios sofreram “rebaixamento”: Barueri, que estava no grupo 1 em 2010 e foi para o 2 em 2012, Biritiba Mirim que era do grupo 4 em 2010 e caiu para o 5 em 2012 e Santana de Parnaíba, que caiu do 1 para o 2 em 2012. Cinco municípios foram promovidos: Juquitiba, Poá e Rio Grande da Serra (saíram do grupo 5 para o 4), Santa Isabel (saiu do 4 e se tornou o único município da região no grupo 3) e Vargem Grande Paulista, que deixou o grupo 2 e passou a integrar o grupo 1 em 2012.

Em termos gerais, no estado de São Paulo, de 2010 para 2012 o grupo 1 foi reduzido em cerca de 10%, enquanto o 2 cresceu 9,3%. O grupo 3 apresentou relativa estabilidade (crescimento de 0,51%), já o grupo 5 (os municípios com piores índices), diminuiu 5,1%. Por fim, o grupo 4 cresceu 3,5%.

### IPRS - Riqueza

Como mencionado anteriormente, o IPRS é construído através de índices auxiliares que buscam captar, através de uma escala de 0 a 100, três aspectos do desenvolvimento da localidade: riqueza, longevidade e escolaridade.

Para a construção do índice de dimensão riqueza, a Fundação SEADE utiliza quatro variáveis: consumo anual de energia elétrica residencial por ligação, consumo anual de energia elétrica no

comércio, agricultura e em serviços por ligação, rendimento médio do emprego formal e valor adicionado per capita. Cada variável recebe o mesmo peso na composição final do índice (25% cada).

A tabela 1.4 traz o índice de riqueza calculado para os 39 municípios da região metropolitana de São Paulo para o ano de 2008 até 2012. O item “Categoria 2012” mostra se, em 2012, o município foi classificado, nesse quesito, no grupo de “Alta” riqueza (índice de 40 ou superior) ou “Baixa” (índice inferior a 40) e a coluna “2012 / 2010” se o município subiu, caiu ou ficou na mesma categoria que estava em 2010. Lembrando que o valor de corte de cada categoria mudou a cada ano.

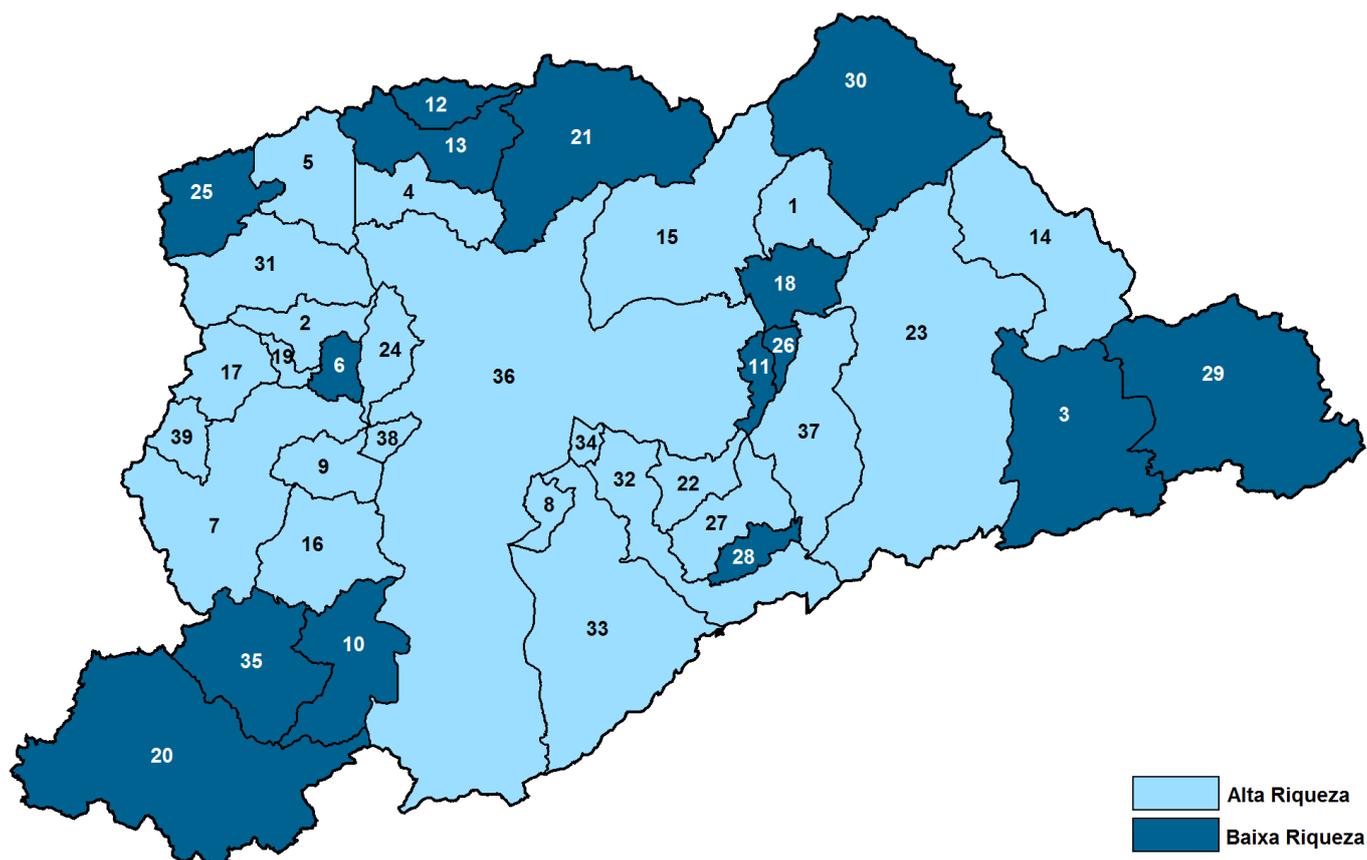
O Mapa 1.2 traz a distribuição, para 2012, dos municípios da RMSP por categoria do índice riqueza (a coluna N° Mapa identifica o número do município no referido mapa).

**Tabela 1.4 - Municípios da RMSP - Riqueza - 2008 a 2012**

N° Mapa	Município	IPRS - Riqueza					N° Mapa	Município	IPRS - Riqueza				
		2008	2010	2012	Categoria 2012	2012 / 2010			2008	2010	2012	Categoria 2012	2012 / 2010
1	Arujá	40	43	43	Alta	↔	21	Mairiporã	34	37	37	Baixa	↔
2	Barueri	56	58	59	Alta	↔	22	Mauá	43	45	46	Alta	↔
3	Biritiba Mirim	27	30	32	Baixa	↔	23	Mogi das Cruzes	39	41	41	Alta	↔
4	Caieiras	38	40	43	Alta	↔	24	Osasco	45	48	49	Alta	↔
5	Cajamar	47	50	52	Alta	↔	25	Pirapora do Bom Jesus	31	32	34	Baixa	↔
6	Carapicuíba	33	36	37	Baixa	↔	26	Poá	34	37	38	Baixa	↔
7	Cotia	47	49	50	Alta	↔	27	Ribeirão Pires	39	42	43	Alta	↔
8	Diadema	44	47	48	Alta	↔	28	Rio Grande da Serra	34	36	37	Baixa	↔
9	Embu das Artes	38	43	46	Alta	↔	29	Salesópolis	25	28	30	Baixa	↔
10	Embu-Guaçu	36	37	39	Baixa	↔	30	Santa Isabel	32	35	37	Baixa	↔
11	Ferraz de Vasconcelos	31	34	35	Baixa	↔	31	Santana de Parnaíba	48	52	56	Alta	↔
12	Francisco Morato	29	29	31	Baixa	↔	32	Santo André	43	45	47	Alta	↔
13	Franco da Rocha	34	36	37	Baixa	↔	33	São Bernardo do Campo	49	52	52	Alta	↔
14	Guararema	40	43	43	Alta	↔	34	São Caetano do Sul	50	52	53	Alta	↔
15	Guarulhos	44	46	47	Alta	↔	35	São Lourenço da Serra	35	36	38	Baixa	↔
16	Itapeçerica da Serra	47	49	48	Alta	↔	36	São Paulo	47	49	50	Alta	↔
17	Itapevi	42	48	51	Alta	↔	37	Suzano	40	42	42	Alta	↔
18	Itaquaquecetuba	35	37	38	Baixa	↔	38	Taboão da Serra	43	46	46	Alta	↔
19	Jandira	43	45	47	Alta	↔	39	Vargem Grande Paulista	38	40	44	Alta	↔
20	Juquitiba	34	35	35	Baixa	↔							

Fonte: Fundação SEADE

**Mapa 1.2 - Municípios da RMSP por categoria - Riqueza - 2012**



Fonte: Fundação SEADE

Para 2012, dos 39 municípios da RMSP, 24 (cerca de 61,5%) foram classificados como municípios com “alta riqueza”, o que significa que obtiveram, para a dimensão riqueza, um índice igual ou superior a 41. No estado de São Paulo, apenas 23,57% dos municípios atingiram esse corte. Os 15 municípios restantes (38,5%) foram classificados no grupo de “baixa riqueza” pois registraram índice inferior a 41 para o quesito em questão (no estado, 76,43% estão na mesma situação). Para a dimensão riqueza não há grupo intermediário como nas outras duas (longevidade e escolaridade). O município de São Paulo, com um índice de 50, foi classificado no grupo de alta riqueza. Pelo mapa, observa-se que os municípios do grupo com índices mais baixos nesse item localizam-se majoritariamente nos extremos da região metropolitana e na divisa do extremo leste do município de São Paulo. Todos os municípios da região foram classificados, em 2012, na mesma categoria que estavam em 2010.

A tabela 1.5 traz o índice de longevidade calculado para os 39 municípios da região metropolitana de São Paulo para o ano de 2008 até 2012. O item “Categoria 2012” mostra se, em 2012, o município foi classificado no grupo de alta longevidade (índice de 70 ou superior), média (índice entre 67 a 69) ou baixa (inferior a 67) e a coluna “2012 / 2010” se o município subiu, caiu ou ficou na mesma categoria que estava em 2010. Lembrando que o valor de corte de cada categoria mudou entre um ano e outro.

O Mapa 1.3 traz a distribuição, para 2012, dos municípios da RMSP por categoria do índice longevidade (a coluna N° Mapa identifica o número do município no referido mapa).

**Tabela 1.5 - Municípios da RMSP - Longevidade - 2008 a 2012**

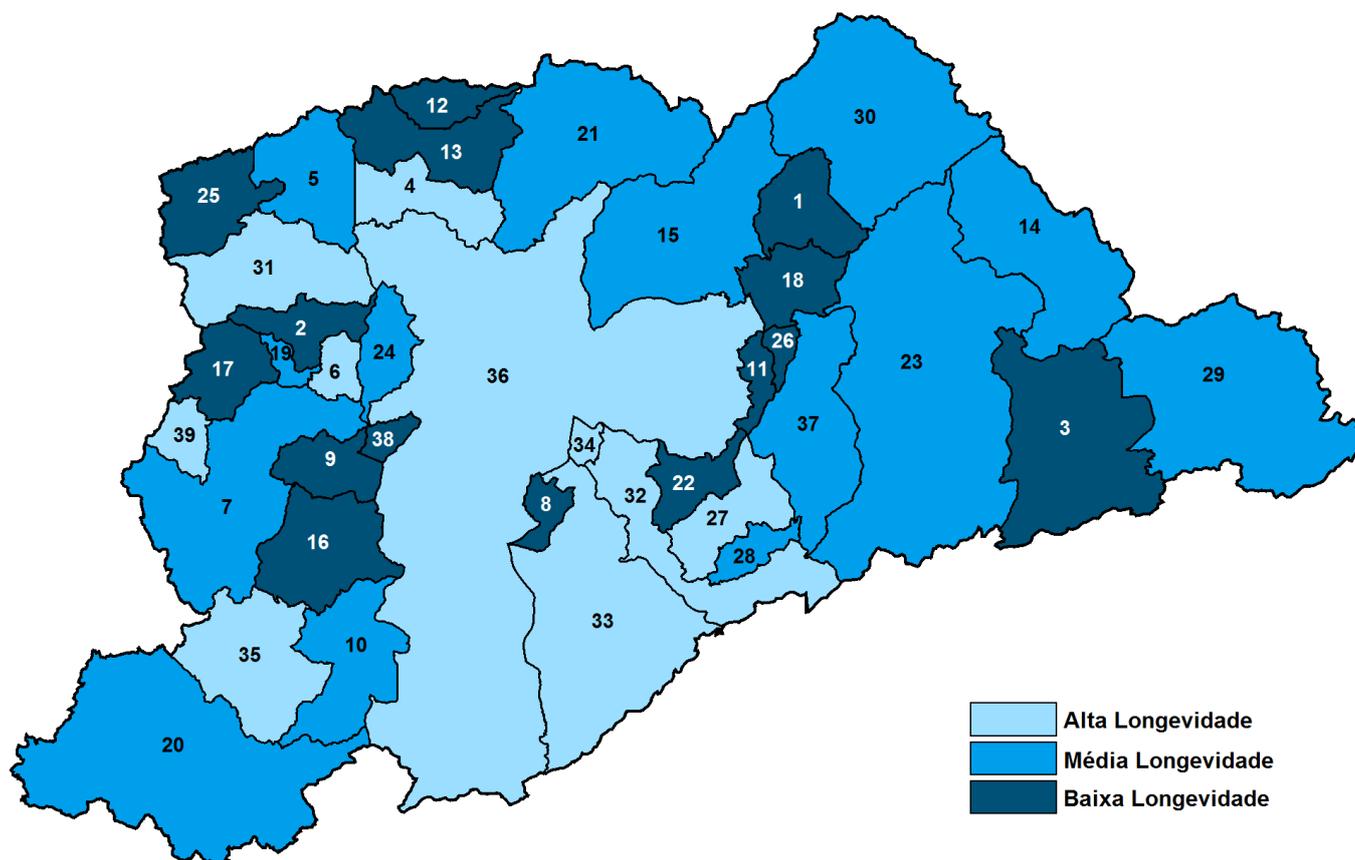
N° Mapa	Município	IPRS - Longevidade					N° Mapa	Município	IPRS - Longevidade				
		2008	2010	2012	Categoria 2012	2012/2010			2008	2010	2012	Categoria 2012	2012/2010
1	Arujá	63	67	63	Baixa		21	Mairiporã	61	67	68	Média	
2	Barueri	66	66	66	Baixa		22	Mauá	63	64	66	Baixa	
3	Biritiba Mirim	68	67	64	Baixa		23	Mogi das Cruzes	64	67	68	Média	
4	Caieiras	67	69	72	Alta		24	Osasco	64	67	67	Média	
5	Cajamar	68	66	68	Média		25	Pirapora do Bom Jesus	58	57	57	Baixa	
6	Carapicuíba	68	71	70	Alta		26	Poá	67	64	64	Baixa	
7	Cotia	66	69	69	Média		27	Ribeirão Pires	66	68	71	Alta	
8	Diadema	64	65	65	Baixa		28	Rio Grande da Serra	60	62	68	Média	
9	Embu das Artes	63	65	65	Baixa		29	Salesópolis	67	70	69	Média	
10	Embu-Guaçu	63	66	67	Média		30	Santa Isabel	67	63	67	Média	
11	Ferraz de Vasconcelos	59	63	60	Baixa		31	Santana de Parnaíba	71	74	75	Alta	
12	Francisco Morato	64	64	65	Baixa		32	Santo André	68	70	72	Alta	
13	Franco da Rocha	60	63	65	Baixa		33	São Bernardo do Campo	70	72	75	Alta	
14	Guararema	65	69	69	Média		34	São Caetano do Sul	79	78	79	Alta	
15	Guarulhos	65	67	67	Média		35	São Lourenço da Serra	59	71	77	Alta	
16	Itapeçerica da Serra	62	62	62	Baixa		36	São Paulo	71	71	71	Alta	
17	Itapevi	63	64	66	Baixa		37	Suzano	58	61	67	Média	
18	Itaquaquecetuba	63	63	63	Baixa		38	Taboão da Serra	64	65	65	Baixa	
19	Jandira	65	72	69	Média		39	Vargem Grande Paulista	69	72	71	Alta	
20	Juquitiba	65	64	68	Média								

Fonte: Fundação SEADE

Dos 39 municípios da RMSP, em 2012, 10 (cerca de 25,6%) foram classificados como municípios com índice de longevidade alta, o que significa que obtiveram, para a dimensão longevidade, um índice igual ou superior a 70. A maioria dos municípios, 15 ou 38,4%, foi classificada no grupo de “baixa longevidade” (índice inferior a 66), enquanto 14 municípios (36%) registraram valores entre 67 e 69 e ficaram no grupo de “média longevidade”. Distribuição um pouco diferente da registrada para o estado de São Paulo, onde o grupo de média longevidade corresponde a apenas 15,7% dos municípios paulistas, bem menos que os outros

dois grupos, de alta e de baixa longevidade, onde se concentram 47,6% e 36,7% dos municípios respectivamente.

**Mapa 1.3 - Municípios da RMSP por categoria - Longevidade - 2012**



Fonte: Fundação SEADE

Em relação a 2010, 27 municípios mantiveram sua classificação no quesito longevidade, enquanto 7 sofreram rebaixamento (Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Cotia, Guararema, Jandira e Salesópolis). Jujutiba, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santa Isabel e Suzano (5 municípios) foram classificadas em 2012 em uma categoria superior a de 2010.

### **IPRS - Escolaridade**

Para a construção do índice de dimensão escolaridade, a Fundação SEADE utiliza as seguintes variáveis: média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática do 5º ano do ensino fundamental; média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática do 9º ano do ensino fundamental; taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos; taxa de distorção idade-série no ensino médio. Para as duas primeiras o peso dado é de 31%, enquanto para as duas últimas é de 19%.

A tabela 1.6 traz o índice de escolaridade calculado para os 39 municípios da região metropolitana de São Paulo para o ano de 2008 até 2012. O item “Categoria 2012” mostra se, em 2012, o município foi classificado no grupo de alta escolaridade (índice de 57 ou superior), média (índice entre 54 a 56) ou baixa (inferior a 53) e a coluna “2012 / 2010” se o município subiu, caiu ou ficou na mesma categoria que estava em 2010. Lembrando que o valor de corte de cada categoria mudou entre um ano e outro.

O Mapa 1.4 traz a distribuição, para 2012, dos municípios da RMSP por categoria do índice escolaridade (a coluna N° Mapa identifica o número do município no referido mapa).

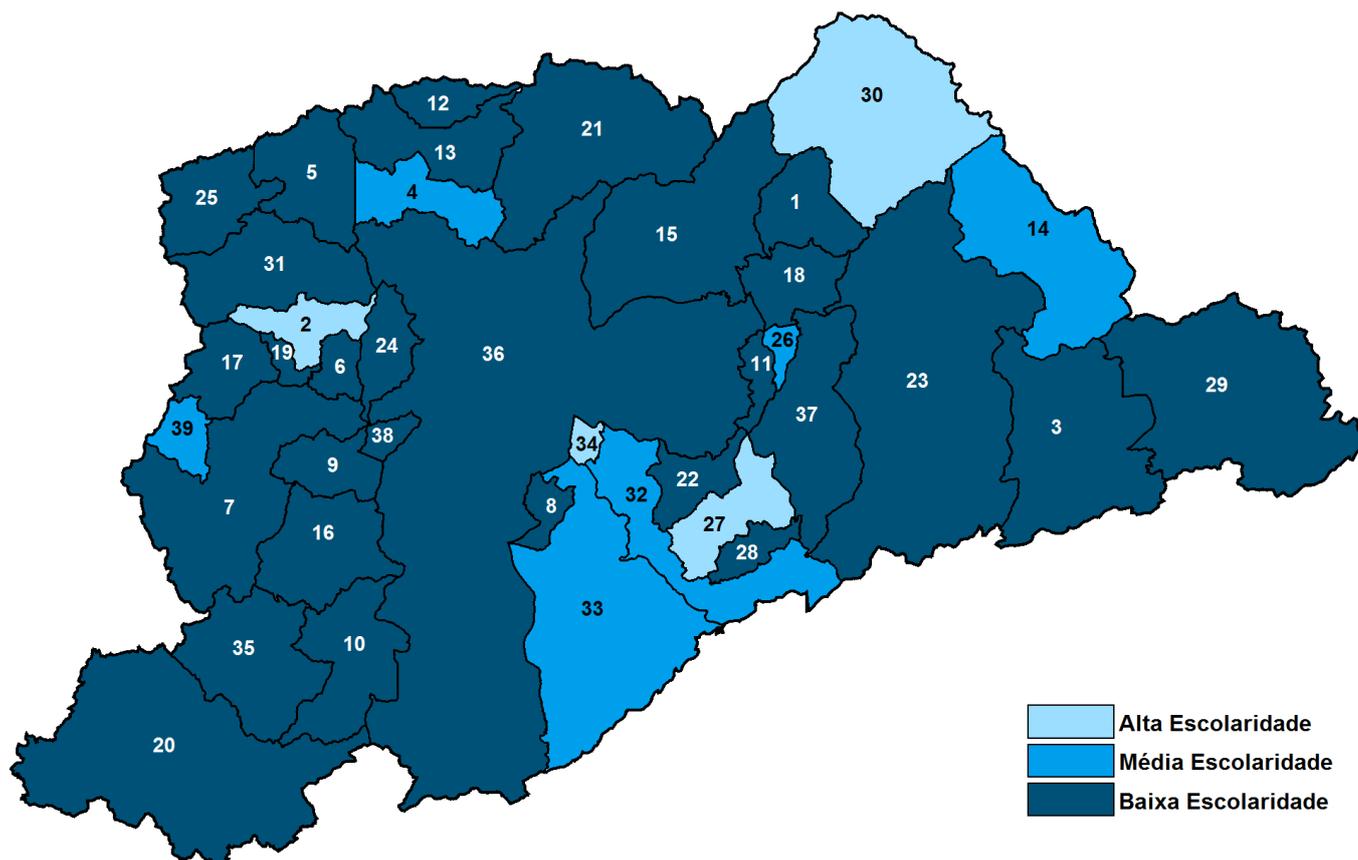
**Tabela 1.6 - Municípios da RMSP - Escolaridade - 2008 a 2012**

N° Mapa	Município	IPRS - Escolaridade					N° Mapa	Município	IPRS - Escolaridade				
		2008	2010	2012	Categoria 2012	2012/2010			2008	2010	2012	Categoria 2012	2012/2010
1	Arujá	37	45	51	Baixa	↔	21	Mairiporã	40	46	51	Baixa	↔
2	Barueri	50	57	64	Alta	↔	22	Mauá	37	43	50	Baixa	↔
3	Biritiba Mirim	32	41	46	Baixa	↔	23	Mogi das Cruzes	40	47	51	Baixa	↔
4	Caieiras	40	53	54	Média	↔	24	Osasco	36	41	48	Baixa	↔
5	Cajamar	37	45	47	Baixa	↔	25	Pirapora do Bom Jesus	38	38	44	Baixa	↔
6	Carapicuíba	27	37	41	Baixa	↔	26	Poá	39	46	54	Média	↑
7	Cotia	35	41	49	Baixa	↔	27	Ribeirão Pires	43	55	60	Alta	↔
8	Diadema	35	43	51	Baixa	↔	28	Rio Grande da Serra	29	35	47	Baixa	↔
9	Embu das Artes	25	36	44	Baixa	↔	29	Salesópolis	44	46	50	Baixa	↔
10	Embu-Guaçu	36	48	52	Baixa	↔	30	Santa Isabel	41	53	58	Alta	↑
11	Ferraz de Vasconcelos	27	34	42	Baixa	↔	31	Santana de Parnaíba	43	50	50	Baixa	↓
12	Francisco Morato	24	35	43	Baixa	↔	32	Santo André	43	50	54	Média	↔
13	Franco da Rocha	32	43	46	Baixa	↔	33	São Bernardo do Campo	46	54	56	Média	↓
14	Guararema	48	53	54	Média	↔	34	São Caetano do Sul	56	69	72	Alta	↔
15	Guarulhos	34	41	48	Baixa	↔	35	São Lourenço da Serra	40	46	53	Baixa	↔
16	Itapeçerica da Serra	33	42	48	Baixa	↔	36	São Paulo	37	43	46	Baixa	↔
17	Itapevi	29	34	44	Baixa	↔	37	Suzano	32	43	52	Baixa	↔
18	Itaquaquecetuba	16	27	37	Baixa	↔	38	Taboão da Serra	40	45	49	Baixa	↔
19	Jandira	34	38	40	Baixa	↔	39	Vargem Grande Paulista	41	47	54	Média	↑
20	Juquitiba	34	40	50	Baixa	↔							

Fonte: Fundação SEADE

Para a dimensão escolaridade, 29 dos 39 municípios da região metropolitana foram classificados no grupo de baixa escolaridade, 6 (Caieiras, Guararema, Poá, Santo André, São Bernardo do Campo e Vargem Grande Paulista) estão no grupo de média escolaridade e apenas 4 (Barueri, Ribeirão Pires, Santa Isabel e São Caetano do Sul) alcançaram o índice necessário para o grupo de alta escolaridade.

**Mapa 1.4 - Municípios da RMSP por categoria - Escolaridade - 2012**



Fonte: Fundação SEADE

Comparando com 2010, apenas 2 municípios foram rebaixados de categoria (Santana de Parnaíba e São Bernardo do Campo), enquanto 3 foram promovidos (Poá, Santa Isabel e Vargem Grande Paulista). Todos os demais 34 municípios ficaram na mesma categoria.

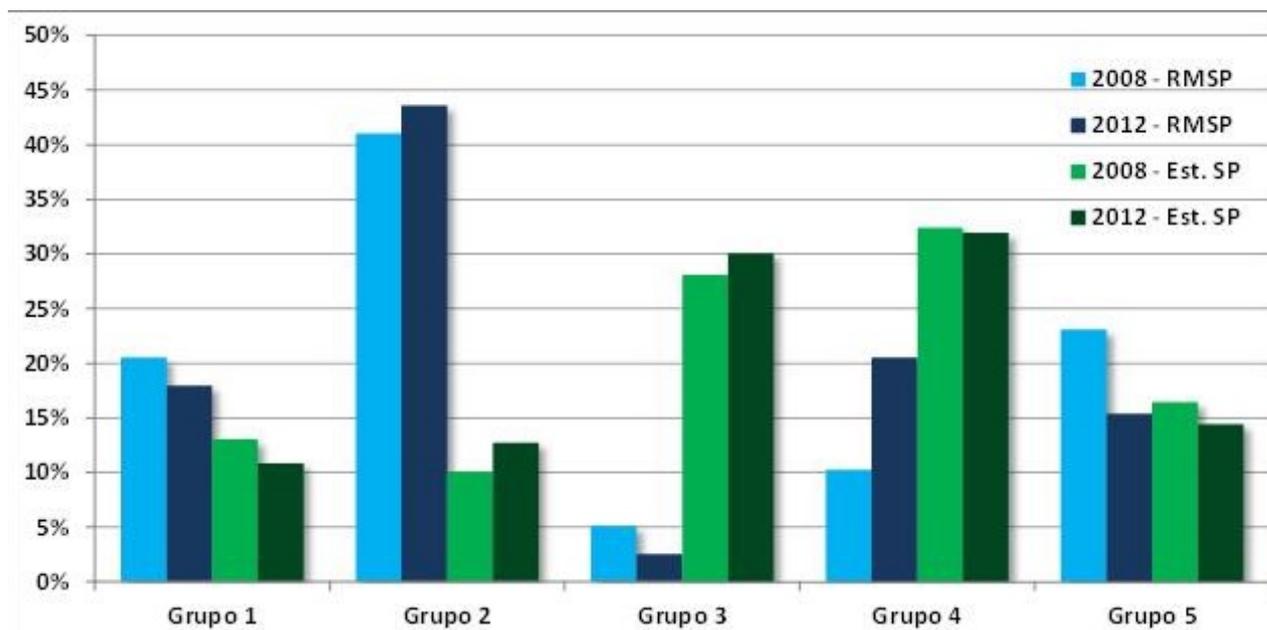
### Considerações Finais

Olhando para o período, um pouco maior, de 2008 a 2012, observa-se uma melhora relativa aos municípios de mais baixo nível de desenvolvimento humano tanto na RMSP quanto no estado de São Paulo. O grupo 5 do IPRS, que em 2008, correspondia a cerca de 23% dos municípios na RMSP, em 2012 caiu para 15%. No estado a queda foi de 2 pontos percentuais (de 16,4% para 14,4%). O estado também registrou queda no tamanho relativo do grupo 4, que em 2008 correspondia a 32,4% dos municípios e em 2012 caiu para 31,9%. Já na região metropolitana, esse grupo sofreu um aumento de cerca de 10 pontos percentuais. Em 2008, 10,2% dos municípios estavam no grupo 4, já em 2010 eram 20,5%.

Em relação ao grupo 1 (municípios com elevados níveis de riqueza e bons indicadores sociais), tanto no estado quanto na região metropolitana, considerando o período 2008-2012 houve diminuição do número de municípios classificados nesse agrupamento. Em 2008, o grupo 1 correspondia a 20,5% dos municípios da RMSP, em 2012 o grupo encolheu para 18%.

No estado, 13% dos municípios estavam no grupo 1 em 2008. O número caiu para 10,8% em 2012. Como consequência, o grupo 2 sofreu um aumento tanto na RMSP, quanto no estado. O gráfico 1.1 traz a porcentagem de municípios por grupo para os anos de 2008 e 2012 para o estado e RMSP.

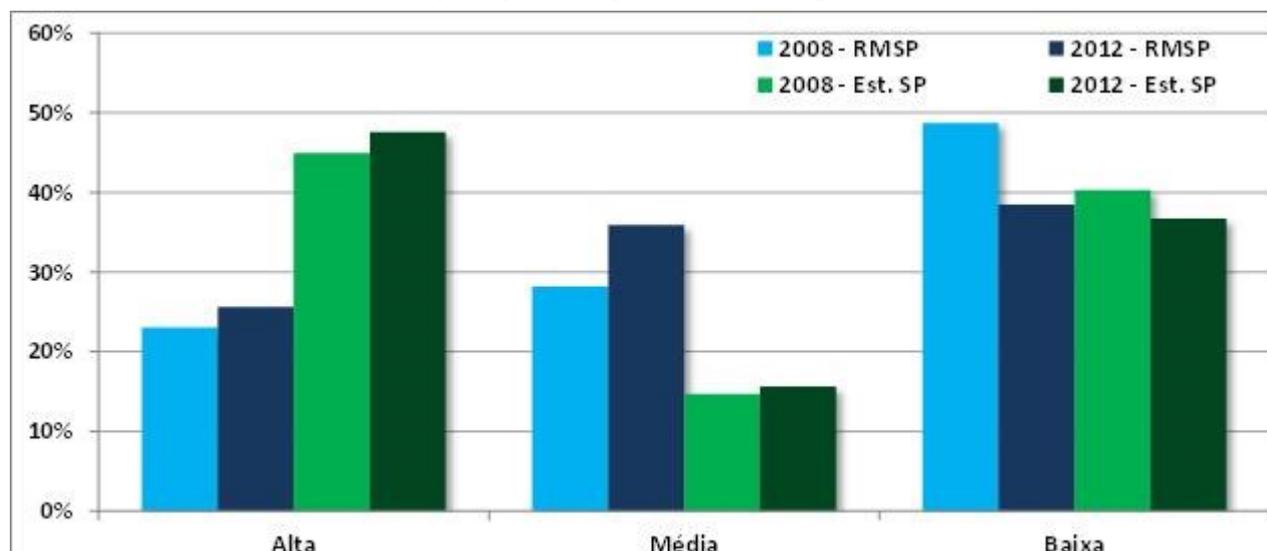
**Gráfico 1.1 - Municípios por grupo do IPRS (%) - 2008 e 2012**



Fonte: Fundação SEADE

Olhando para os indicadores que formam o IPRS, na dimensão riqueza, durante o período 2008-2012, na RMSP, não houve modificação na distribuição dos municípios por categoria (no caso desse quesito, “alta” ou baixa”), 38,5% dos municípios estavam no grupo de baixa riqueza e 61,5% no de alta tanto em 2008 quanto em 2012. Já no estado, houve uma pequena melhora; em 2008, 23,1% dos municípios foram classificados na categoria de “alta riqueza”. Em 2012 a porcentagem subiu para 23,5%. Na dimensão longevidade, tanto o estado quanto a RMSP registraram melhora para o período (os grupos de alta e média longevidade subiram, enquanto o de baixa caiu), como pode ser observado no gráfico 1.2

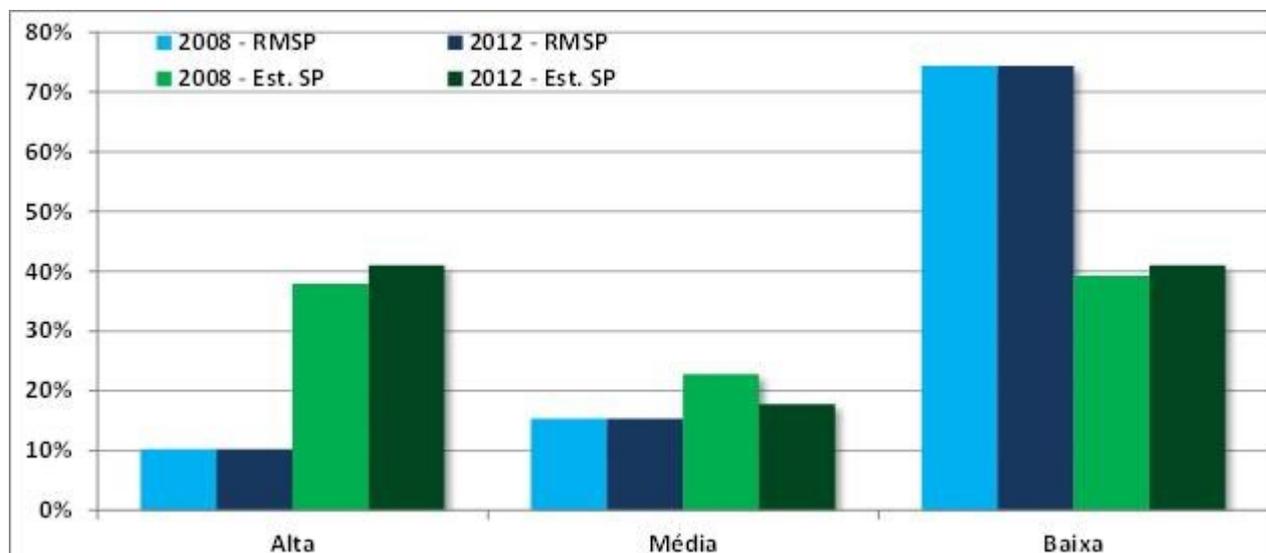
**Gráfico 1.2 - Municípios por categoria (%) - Longevidade - 2008 e 2012**



Fonte: Fundação SEADE

Por fim, no quesito escolaridade, enquanto na RMSP a distribuição de municípios por categoria foi exatamente a mesma em 2008 e 2012, no estado embora tenha ocorrido um aumento do grupo de municípios de “alta escolaridade”, também houve aumento do grupo de “baixa escolaridade”. O gráfico 1.3 traz as porcentagens dos municípios por categoria de 2008 e 2012 para a RMSP e estado.

**Gráfico 1.3 - Municípios por categoria (%) - Escolaridade - 2008 e 2012**



Fonte: Fundação SEADE

---

## 23. Índice de Oportunidades da Educação Brasileira - IOEB\*

### Introdução

O IOEB - Índice de Oportunidades da Educação Brasileira<sup>1</sup>, é um indicador gerido pelo CLP - Centro de Liderança Pública<sup>2</sup>, uma organização sem fins lucrativos, que visa a formação de líderes públicos e desenvolvido pelo METAS - Avaliação e Proposição de Políticas Sociais<sup>3</sup>, uma consultoria criada em 2010 por economistas, cujo objetivo é desenvolver soluções para monitoramento e avaliação de políticas sociais, auxiliando os gestores públicos e privados na tomada de decisões.

A ideia do índice é captar o quanto a localidade em questão (seja um município ou um estado) contribuiu para o sucesso educacional dos indivíduos que lá vivem. Em suma, o objetivo é avaliar, de uma maneira diferente dos índices existentes como IDEB (índice normalmente usado para avaliações referentes a qualidade da educação), a qualidade dos serviços relacionados à educação da localidade. Na elaboração do índice o termo “oportunidades educacionais”, portanto, se refere a todo o arcabouço ofertado pelo município ou estado capaz de contribuir para o sucesso educacional de um dado indivíduo.

Segundo os criadores do indicador, os principais diferenciais do IOEB em relação ao IDEB é que o primeiro “(...) trata-se de um índice único para cada local (município, estado ou Distrito Federal), que engloba toda a educação básica – da educação infantil ao ensino médio, de todas as redes existentes no local - rede estadual, municipal e privada (sempre que disponível), bem como todos os moradores locais em idade escolar, e não apenas para aqueles que estão efetivamente na escola (...)”<sup>4</sup>, além de representar “(...) qualidade das oportunidades educacionais, independentemente das demais oportunidades vivenciadas pelas crianças e jovens (como se todas as crianças e jovens vivessem em famílias semelhantes, com pais de mesma escolaridade(...)”<sup>4</sup>.

---

(1) - O índice possui uma página com maiores detalhes sobre metodologia, base de dados e perguntas frequentes: <http://www.ioeb.org.br/>. É importante frisar que o índice se refere à educação básica, não incluindo a educação superior.

(2) - Mais informações sobre o CLP podem ser encontrados em: <http://clp.org.br/>

(3) - Maiores detalhes sobre a METAS - Avaliação e Proposição de Políticas Sociais podem ser acessados em: <http://www.metassociais.com.br/>. O índice foi desenvolvido pelos economistas Reynaldo Fernandes, professor titular da FEA-RP/USP e membro do Conselho Nacional de Educação e Fabiana de Felício, mestre em economia pela USP.

Além do CPL e do Metas, o IOEB é apoiado por outras ONGs como o Instituto Península (<http://www.institutopeninsula.org.br/>), cujo foco é a formação de professores e a melhoria da educação; Fundação Roberto Marinho (<http://www.frm.org.br/>) e Fundação Lemann (<http://www.fundacaolemann.org.br/>).

(4) - Relatório Final - Índice de Oportunidades de Educação - pág. 4 (link: <http://www.ioeb.org.br/arquivos/metodologia-ioeb.pdf>)

---

\* Publicado no Indicador Metropolitano n° 54 - novembro/2015.

---

Em relação a primeira diferença mencionada, na opinião dos desenvolvedores do IOEB, o IDEB acaba avaliando redes de ensino (estadual, municipal, federal etc..) e não necessariamente o município ou o estado na oferta de educação, além disso, o IDEB não considera crianças e adolescentes que deveriam estar na escola, mas não estão, pois esses não realizam as provas que servem como base para o indicador.

A segunda diferença traz um aspecto importante da elaboração desses índices. A nota que um aluno obtém em uma prova não necessariamente é resultado da qualidade da escola em que ele estuda. Outros aspectos “extraescolares”, como hábitos familiares, escolaridade dos pais, influenciam no desempenho da prova. O IOEB procura “isolar” esses fatores e captar apenas a parte do desempenho do aluno devida à oferta de educação escolar que ele recebeu.

Dada uma visão geral do índice, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados obtidos para os municípios da região metropolitana de São Paulo, estado de São Paulo e compará-los com outros municípios semelhantes. Antes, no entanto, será apresentada uma breve introdução sobre a metodologia do índice e a escolha das variáveis para seu cálculo.

## **Metodologia**

O objetivo dos desenvolvedores do IOEB foi criar um indicador que visa estimar uma característica latente (não mensurável diretamente), que é a qualidade das oportunidades educacionais ofertadas por cada localidade, combinando informações chamadas de “resultado”, como o IDEB, e informações de “insumos”, supostamente responsáveis pela geração desses resultados como escolaridade dos professores, experiência dos diretores, número de horas-aula/dia. Portanto, a metodologia utilizada agrupa as variáveis utilizadas em 2 grandes conjuntos: “variáveis de resultado”, que é a parte diretamente mensurável do que aquele dado conjunto de oferta educacional gerou (o resultado dessa oferta educacional, como, por exemplo, o desempenho no IDEB) e as “variáveis de insumo”, que são basicamente a “matéria-prima” desse resultado obtido.

Para a estimação do IOEB foram escolhidas como variáveis de resultado o IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e a taxa líquida de matrícula do ensino médio. Para variáveis de insumo e processo educacional foram selecionados: escolaridade do professor, número médio de horas aula/dia, experiência dos diretores e taxa de atendimento na educação infantil.

---

Para o controle de variáveis “extraescolares”, que afetam os resultados dos alunos, foi usada a escolaridade média dos pais. Todas as variáveis se referem ao ano de 2013 (último ano de disponibilidade do IDEB)

Como o IDEB, que é um indicador de desempenho do aluno, é composto tanto pela qualidade da educação disponível, tanto por características individuais do mesmo, informação que não deve compor o índice de qualidade das oportunidades educacionais, os pesquisadores precisaram modificar o IDEB e criar, através de técnicas estatísticas que utilizaram o valor normal do IDEB com a variável de controle de características familiares/extraescolares, um novo indicador de desempenho que foi chamado de Valor Adicionado do IDEB ou IDEB Ajustado, que representaria apenas a parte do IDEB que se deve à qualidade da educação disponível.

A taxa líquida de matrícula no Ensino Médio foi obtida dividindo o número de matrículas de alunos entre 15 e 17 anos no ensino médio (obtidas do Censo Escolar 2013) pela população nessa mesma faixa etária projetada para 2013 tendo como base o censo de 2010 (último disponível). Assim como no caso do IDEB, a taxa média de matrícula é resultado tanto das oportunidades educacionais da localidade, quanto das oportunidades oferecidas pelas famílias, portanto é preciso expurgar essa última característica da variável em questão. Feito esse expurgo, os pesquisadores obtiveram a Taxa Líquida de matrícula no Ensino Médio Ajustada, que é a variável utilizada na elaboração do índice final.

Em relação as variáveis de insumo, a escolaridade do professor e o número de horas-aula/dia foram obtidos diretamente do Censo Escolar / Inep e não passaram por nenhum ajuste econométrico como foi o caso das duas variáveis de resultado mencionadas. A variável “experiência do diretor” foi obtida do questionário da Prova Brasil e a partir dela se calculou outras 2 para utilização no índice: a proporção de diretores com ao menos 3 anos de experiência na posição e a proporção de diretores com no mínimo 6 anos. Para a última variável de insumo, a taxa de atendimento da educação infantil, foram utilizadas as matrículas de 0 a 5 anos divididas por uma estimativa da população dessa faixa etária baseada no número de matrículas de alunos com 7 anos no ensino fundamental (dado que não existe divulgação anual ou bial de população nessa faixa etária).

Com as variáveis construídas e selecionadas, os pesquisadores utilizando técnicas de estimação<sup>5</sup>, chegaram a um modelo estatístico que gera um índice (índice de oportunidade de educação) baseado na soma de 2 índices: um índice de resultado, que por sua vez é fruto da combinação das variáveis de resultado mencionadas anteriormente; e um índice de insumos gerado pela combinação das variáveis de insumo também já citadas.

---

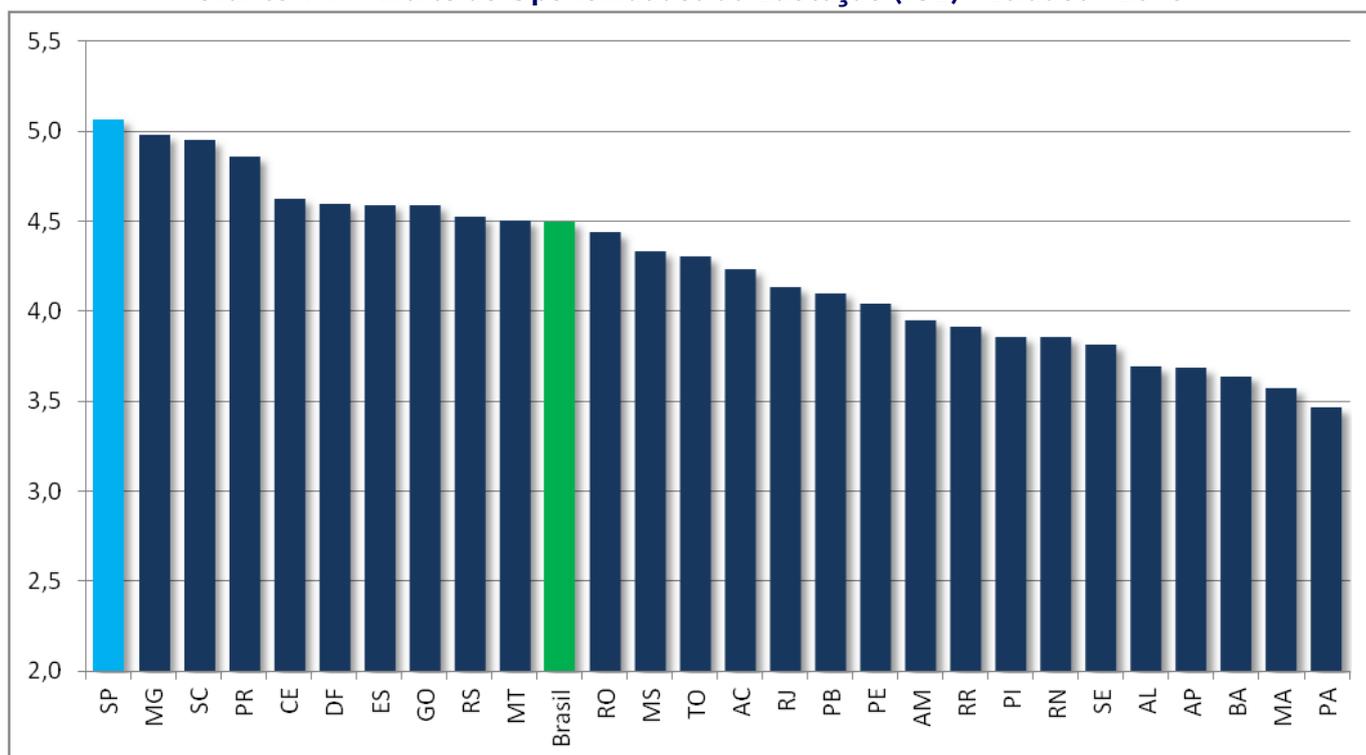
(5) - Para maiores detalhes sobre as técnicas utilizadas e o modelo estimado, ver o Apêndice 2 - Definição do Problema e Metodologia - Pág. 24 a 32 do Relatório Final do IOEB (link: <http://www.ioeb.org.br/arquivos/metodologia-ioeb.pdf>)

O valor absoluto do IOE de um único município, que vai de 0 a 10, por si só, não tem uma interpretação muito direta; é como uma nota para o arranjo educacional de determinada localidade no quesito “contribuição para o sucesso do aluno”. A sua maior utilidade está em compará-lo com outros IOEs e assim, sabendo qual é maior e qual é menor, poderemos afirmar que as “oportunidades de educação” em um dado município são melhores do que em outro, ou seja, a educação ofertada, no geral, em um município com um IOE maior contribuiu mais para sucesso educacional dos alunos daquela localidade, do que a ofertada em um município com um IOE menor, além de acompanhar ao longo dos anos a evolução do índice e, portanto, se há melhoras ou não na educação nesse quesito.

### Dados

Os dados utilizados no cálculo do IOE são de 2013 (ou no caso de populações, projeções para 2013). O gráfico 1.1 traz o IOE calculado para os estados, distrito federal e para o Brasil. São Paulo (em destaque no gráfico com a cor azul clara), foi o estado com o maior índice (5,1), seguido de Minas Gerais (4,97) e Santa Catarina (4,95). O estado do Pará com um índice de 3,5 obteve o menor índice. Maranhão e Bahia completam a lista dos três menores valores. Do total de estados, 10 ficaram acima do IOE médio nacional de 4,5.

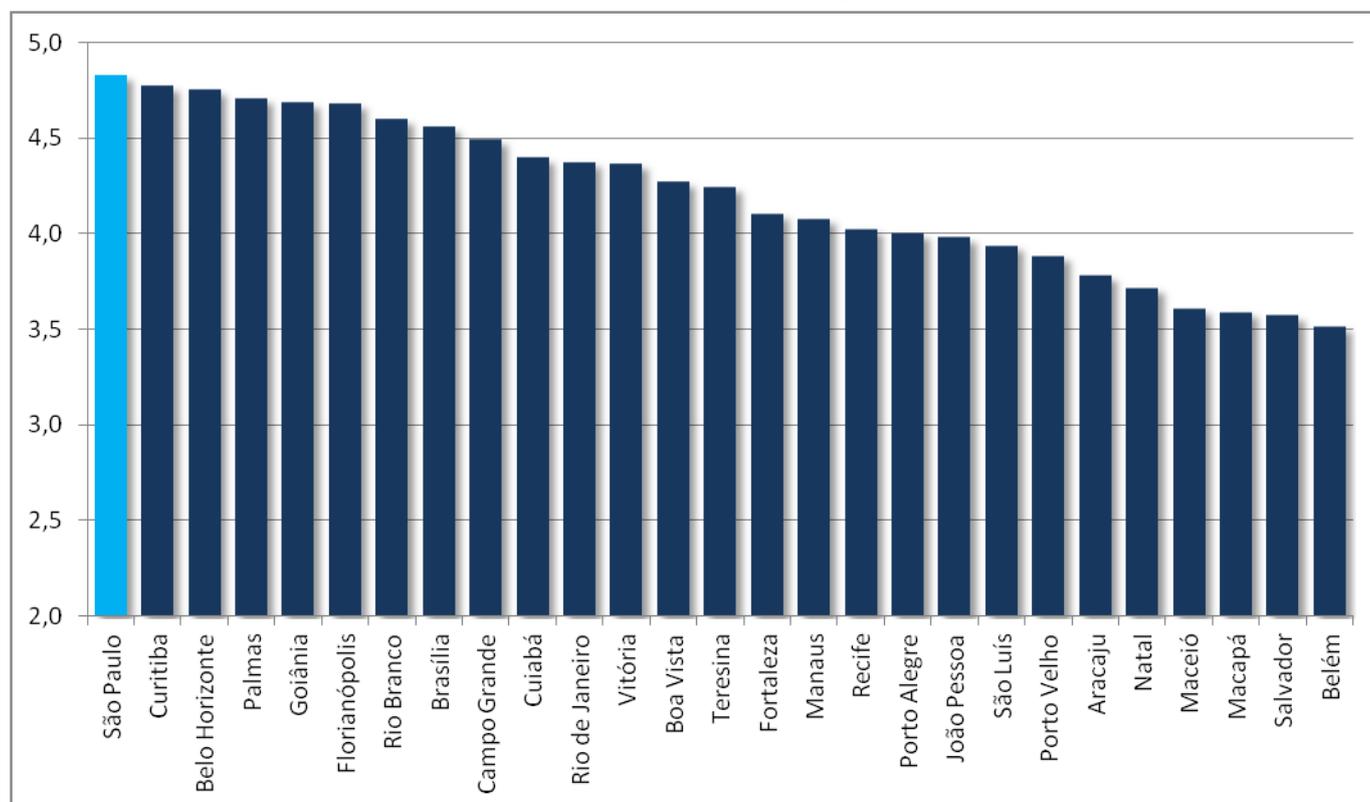
**Gráfico 1.1 - Índice de Oportunidades da Educação (IOE) - Estados - 2013**



Fonte: IOEB - <http://www.ioeb.org.br/>

Dentre as capitais, São Paulo obteve o maior índice (4,82), seguido por Curitiba (PR) com 4,77 e Belo Horizonte (MG) com 4,75. Apenas 8 capitais ficaram acima da média nacional de 4,5. São Paulo, a capital com o melhor índice, é apenas a 1387º no ranking geral, enquanto Curitiba é a 1600º. Dentre as capitais com piores índices, Belém (PA) com 3,51, Salvador (BA) com 3,57 e Macapá (AP) com 3,59 ficaram com as três últimas posições. Belém é a 4489º no ranking geral de um total de 5.245 municípios com IOE calculado. O gráfico 1.2 traz os números das capitais.

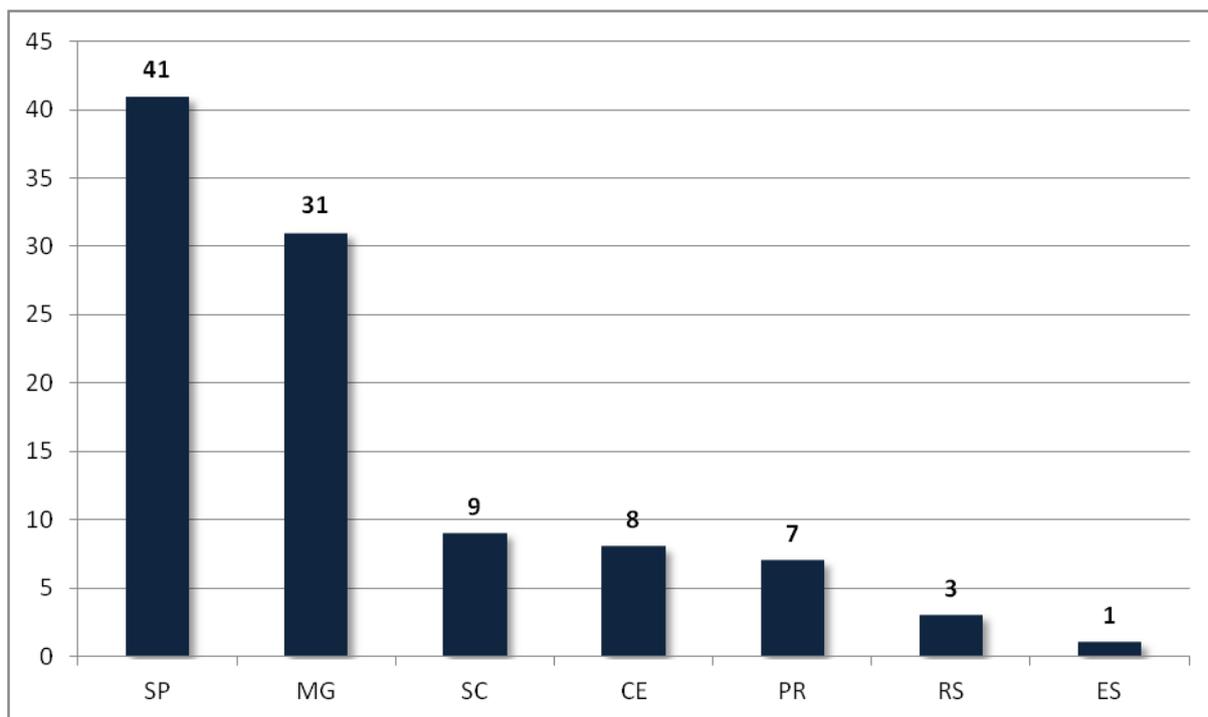
**Gráfico 1.2 - Índice de Oportunidades da Educação (IOE) - Capitais - 2013**



Fonte: IOEB - <http://www.ioeb.org.br/>

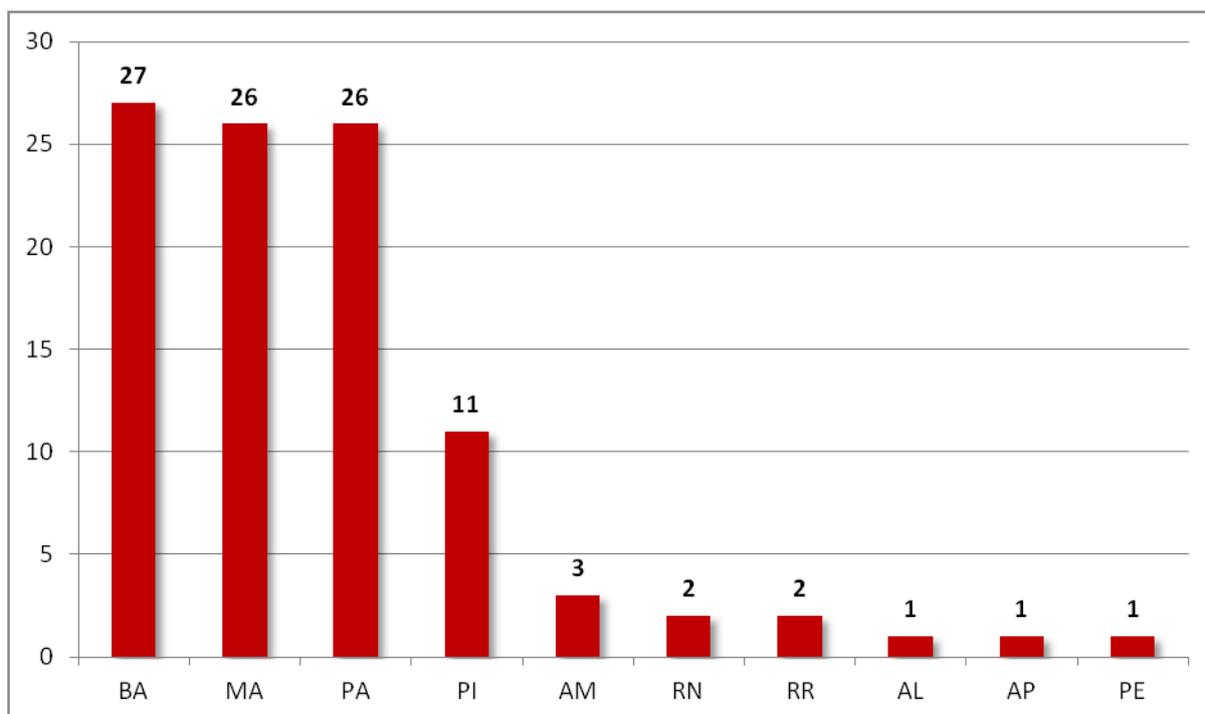
Considerando todo os municípios que tiveram IOE calculado, os três maiores índices foram obtidos por municípios do Ceará (Sobral com 6,10, Groaíras com 5,89 e Porteirias com 5,87). Centenário (RS) e Novo Horizonte (SP) formam os 5 maiores IOEs. Dentre os menores, Conceição do Lago-Açu (MA) com 2,10 apresentou o menor índice. Primeira Cruz (MA) com 2,36, Caldeirão Grande (BA) com 2,43, Centro de Guilherme (MA) e Currealinho (PA) completam o grupo dos cinco menores. Dentre os municípios com 100 maiores índices, 41 são de São Paulo e 31 de Minas Gerais. Já dentre os 100 menores, a Bahia é o estado que mais aparece, com 27 municípios, seguido de Maranhão e Pará com 26. O gráfico 1.3 traz a distribuição por estado dos municípios com os 100 maiores IOEs, enquanto o gráfico 1.4 traz a distribuição dos municípios com os 100 menores. O gráfico 1.5 traz os 10 municípios com maiores índices (barras azuis claro) e os 10 municípios com piores índices (barras vermelhas).

**Gráfico 1.3 - Municípios por Estado - Grupo dos 100 maiores índices**



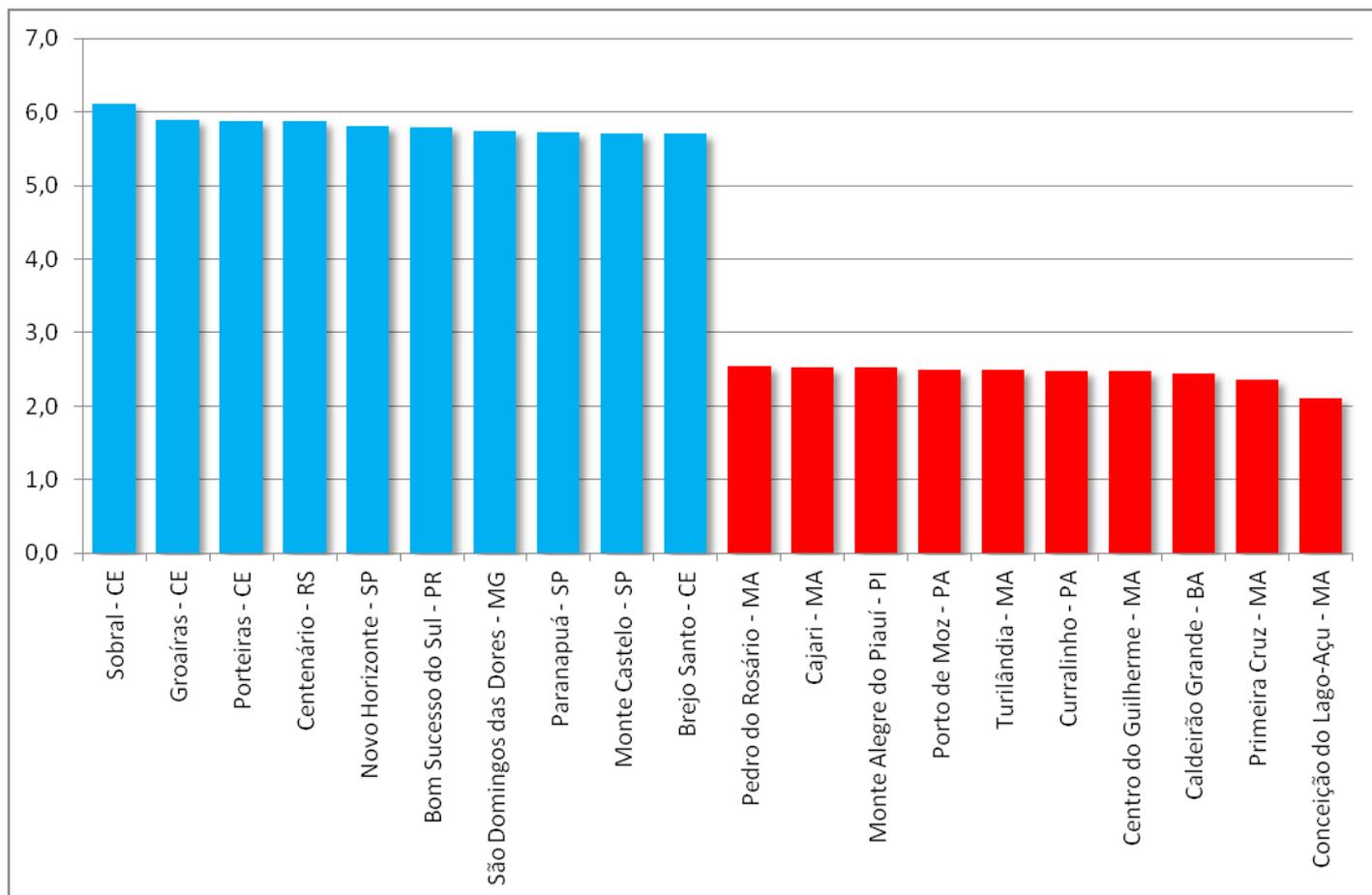
Fonte: IOEB - <http://www.ioeb.org.br/>

**Gráfico 1.4 - Municípios por Estado - Grupo dos 100 menores índices**



Fonte: IOEB - <http://www.ioeb.org.br/>

**Gráfico 1.5 - Municípios com os 10 maiores e com os 10 menores IOEs - 2013**

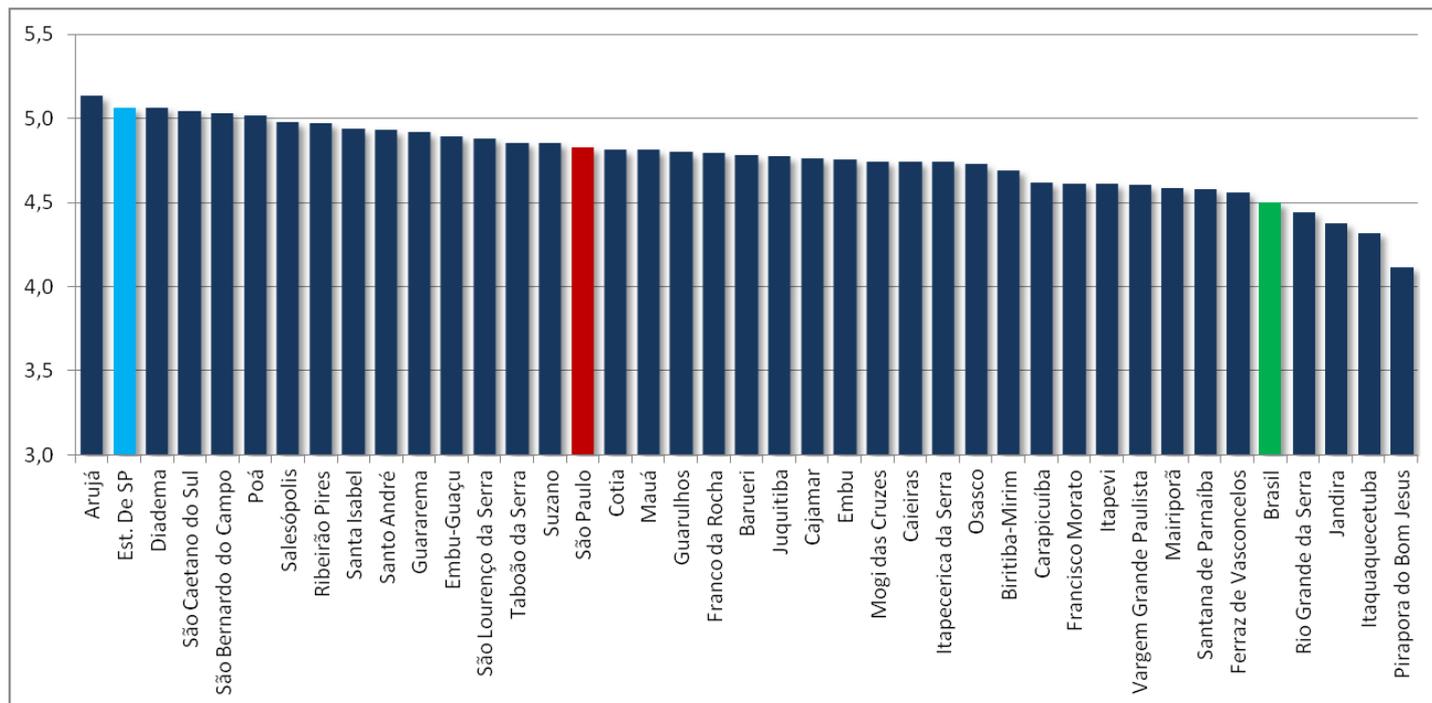


Fonte: IOEB - <http://www.ioeb.org.br/>

Em relação a região metropolitana de São Paulo, dos 39 municípios apenas 4 ficaram abaixo da média nacional; Rio Grande da Serra com 4,44, Jandira (4,37), Itaquaquetuba (4,31) e Pirapora do Bom Jesus (4,11). Completa o grupo dos 5 piores índices da região, o município de Ferraz de Vasconcelos com 4,55. O município de São Paulo, com seu índice de 4,8, ficou em uma posição intermediária, ocupando a 15ª colocação. Arujá com 5,13, Diadema (5,06), São Caetano do Sul com 5,04, São Bernardo do Campo (5,03) e Poá (5,01) formam o grupo dos 5 maiores índices da RMSP.

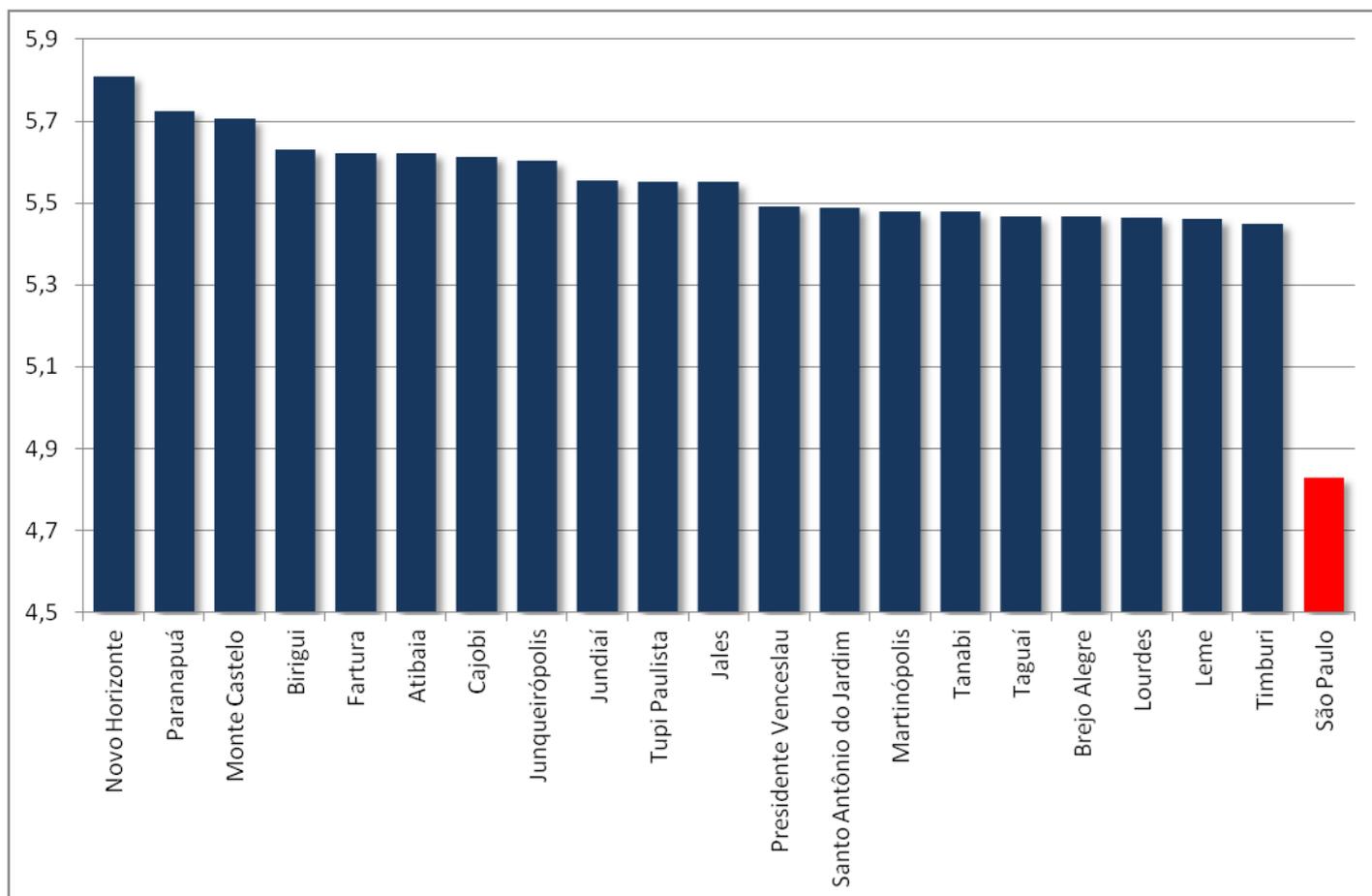
É interessante notar que, embora comparando com a média nacional, a região metropolitana apresenta um bom desempenho no índice, comparando com o estado de São Paulo, apenas Arujá conseguiu uma nota superior a média paulista de 5,06. O município com o melhor índice da RMSP, é apenas o 153º no ranking geral do estado (que é composto por 630 municípios avaliados). Diadema, segunda colocada na RMSP, aparece em 206º no ranking estadual. O município de São Paulo figura na metade inferior do ranking estadual, em 407º. O gráfico 1.6 traz os IOEs de todos os municípios da região metropolitana de São Paulo em ordem decrescente, já o gráfico 1.7 traz os 20 maiores IOEs do estado de São Paulo, mais o município de São Paulo para fins de comparação.

**Gráfico 1.6 - Índice de Oportunidades da Educação (IOE) - Municípios da RMSP - 2013**



Fonte: IOEB - <http://www.ioeb.org.br/>

**Gráfico 1.7 - 20 Maiores Índices - Municípios do Estado de SP - 2013**



Fonte: IOEB - <http://www.ioeb.org.br/>

## Considerações Finais

Como explicado no início deste artigo, o IOE é um indicador que visa captar o quanto o arranjo educacional de uma localidade contribuiu para o sucesso escolar dos indivíduos que lá vivem. A grande diferença em relação ao IDEB, que é uma das variáveis usadas no cálculo do IOE, é a tentativa de separar, e excluir do índice, os fatores extraescolares que também contribuíram para o aluno ter o desempenho escolar que teve. Nas palavras dos pesquisadores: “(...) é importante reconhecer que o desempenho educacional depende tanto das oportunidades oferecidas no âmbito da comunidade como também das características individuais e familiares dos estudantes. Indicadores como o IDEB são indicadores de resultados educacionais e, portanto, não podem ser entendidos como revelando a qualidade da escola, da rede de ensino ou do município de residência (...)”<sup>6</sup>.

Ainda sobre problemas que o IDEB pode gerar se for utilizado como parâmetro principal na elaboração e avaliação de políticas educacionais: “(...) A ênfase na rede de ensino pode gerar distorções [ênfase essa dada pelo IDEB]. Primeiro, por essa lógica as crianças e adolescentes fora da escola não são de responsabilidade de ninguém, uma vez que eles não pertencem a nenhuma rede. Segundo, ela pode incentivar que municípios prefiram ter uma rede pequena e de alta qualidade. Isso porque um município que possui uma rede de ensino com alto desempenho é visto como possuindo uma boa gestão educacional, ainda que a maioria dos estudantes do município esteja em uma escola da rede estadual (...)”<sup>7</sup>.

Para fins de comparação entre o desempenho dos municípios da região metropolitana de São Paulo no IDEB e no IOEB, a tabela 1.1 traz, para esses municípios a posição relativa no ranking nacional do IDEB tanto para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e a posição relativa no ranking nacional do IOEB, ambos índices de 2013. Importante frisar que para o caso do IDEB dos anos iniciais, foram disponibilizados dados para 5.303 municípios. Para os anos finais, o ranking utiliza 5.379 municípios. Já o IOEB foi calculado para 5.245 municípios. Outro detalhe é que não há IDEB 2013 dos anos iniciais para rede municipal divulgado pelo INEP para o município de São Paulo<sup>8</sup>, e conseqüentemente não há o valor consolidado da rede pública.

Para “padronizar” os diferentes tamanhos de ranking, a tabela 1.1 traz a porcentagem de municípios que estão acima daquele dado município no respectivo ranking: por exemplo, no caso do município de Arujá, a porcentagem de 30,9% na coluna do ranking do IDEB anos iniciais, significa que 30,9% dos municípios estão em posições melhores que Arujá, enquanto no ranking do IOEB, apenas 8,3% dos municípios estariam melhor colocados.

(6) - Relatório Final - Índice de Oportunidades de Educação - pág. 7 (link: <http://www.ioeb.org.br/arquivos/metodologia-ioeb.pdf>)

(7) - Relatório Final - Índice de Oportunidades de Educação - pág. 6 (link: <http://www.ioeb.org.br/arquivos/metodologia-ioeb.pdf>)

(8) - Segundo a página de consulta do IDEB (<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>), o município de São Paulo teria pedido a não divulgação dos resultados, de acordo com a Portaria Inep nº304 de 24 de junho de 2013.

**Tabela 1.1 - Ranking IDEB e IOEB - RMSP**

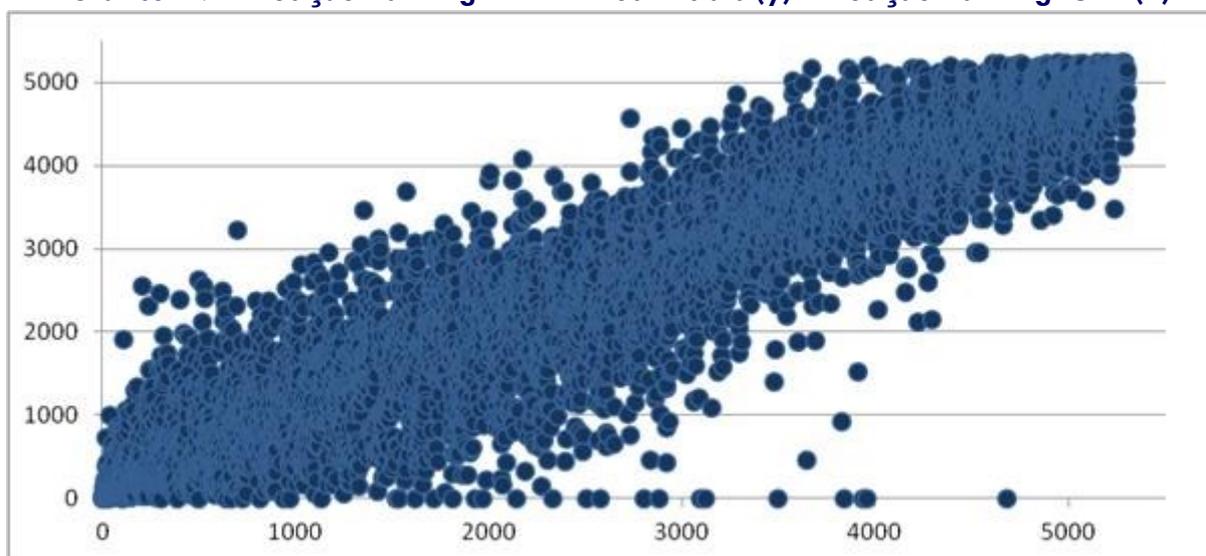
Município	IDEB - Ensino Fundamental		IOEB
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Arujá	30,9%	30,5%	8,3%
Barueri	23,4%	21,8%	30,1%
Biritiba-Mirim	45,7%	52,9%	36,3%
Caieiras	34,7%	21,9%	33,1%
Cajamar	52,2%	40,0%	31,3%
Carapicuíba	45,8%	44,5%	40,8%
Cotia	48,9%	44,5%	27,6%
Diadema	19,6%	30,6%	11,7%
Embu	34,9%	44,6%	31,6%
Embu-Guaçu	31,0%	30,6%	21,8%
Ferraz de Vasconcelos	48,9%	53,0%	44,8%
Francisco Morato	60,4%	40,1%	41,3%
Franco da Rocha	46,0%	49,1%	29,0%
Guararema	31,1%	35,7%	20,3%
Guarulhos	35,0%	49,2%	28,7%
Itapecerica da Serra	42,6%	35,8%	33,1%
Itapevi	49,0%	53,1%	41,3%
Itaquaquecetuba	65,6%	57,3%	56,2%
Jandira	60,5%	53,1%	53,8%
Juquitiba	35,1%	30,9%	30,4%
Mairiporã	46,1%	26,3%	43,1%
Mauá	23,9%	36,0%	27,6%
Mogi das Cruzes	42,7%	40,2%	32,9%
Osasco	49,2%	40,3%	34,1%
Pirapora do Bom Jesus	63,2%	77,5%	64,8%
Poá	19,8%	40,4%	14,5%
Ribeirão Pires	14,1%	15,2%	17,1%
Rio Grande da Serra	49,3%	44,9%	51,0%
Salesópolis	39,1%	18,9%	16,8%
Santa Isabel	39,2%	15,3%	19,0%
Santana de Parnaíba	49,3%	49,3%	43,5%
Santo André	31,4%	45,0%	19,5%
São Bernardo do Campo	20,0%	31,3%	13,5%
São Caetano do Sul	5,4%	11,7%	12,9%
São Lourenço da Serra	27,8%	26,7%	22,6%
São Paulo	ND	45,0%	26,4%
Suzano	31,5%	36,3%	24,6%
Taboão da Serra	24,2%	31,4%	24,6%
Vargem Grande Paulista	55,3%	22,6%	41,9%

Fonte: IOEB - <http://www.ioeb.org.br/> e INEP

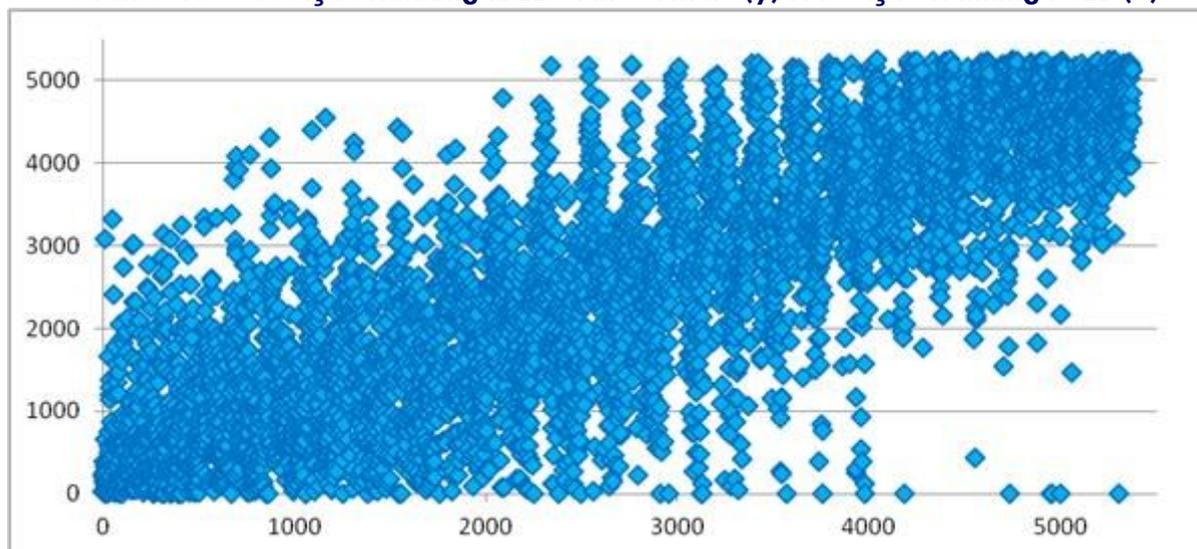
Dos 39 municípios da RMSP, apenas 7 aparecem em melhor posição relativa no ranking de anos iniciais do IDEB do que no IOEB. Esse número aumenta um pouco (vai para 10) considerando o ranking dos anos finais. Essa melhora geral do posicionamento da RMSP quando se considera o IOEB, significa que, em tese, do desempenho dos alunos das diferentes localidades, o arranjo educacional da RMSP teve um peso maior em relação aos fatores individuais/extraescolares do que ocorreu em outras localidades, o que resultou na mudança de posição nos rankings considerados.

Analisando o gráfico de dispersão dos municípios com dados de IDEB e IOEB, observa-se que, em geral, principalmente considerando os dados de anos iniciais (gráfico 1.7), os municípios bem ranqueados no IDEB tendem a ser bem ranqueados no IOE, o que significa que a variação do fator extraescolar entre os municípios não tende a ser “muito grande”. Já para os anos finais (gráfico 1.8), os pontos do gráfico tendem a ficar mais dispersos, o que implica que o fator individual se torna mais relevante para esse caso.

**Gráfico 1.7 - Posição Ranking IDEB - Anos Iniciais (y) X Posição Ranking IOEB (x)**



**Gráfico 1.8 - Posição Ranking IDEB - Anos Finais (y) X Posição Ranking IOEB (x)**



Fonte: IOEB - <http://www.ioeb.org.br/>

## **Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Consultor Geral de Economia e Orçamento

**Emerson Rildo Araújo de Carvalho**

Supervisores de Equipe

Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo - CTEO 1

**Alexandre Henrique Cardoso**

Assessoria e Consultoria de Controle Externo - CTEO 2

**Rodrigo Mantovani Policano**

Assessoria e Consultoria Administrativa e de Planejamento Orçamentário - CTEO 3

**Marcia Akemi Endo**

## **Consultores Técnicos Legislativos - Economia**

**Adriano Nunes Borges**

**Bruno Nunes Medeiro**

**Gilberto Rodrigues Hashimoto**

**Regina Eiko Kimachi**

**Sidney Richard Sylvestre**

**Thiago de Carvalho Alves**

Suporte Administrativo

**Isabel Paes Silva Hanashiro**